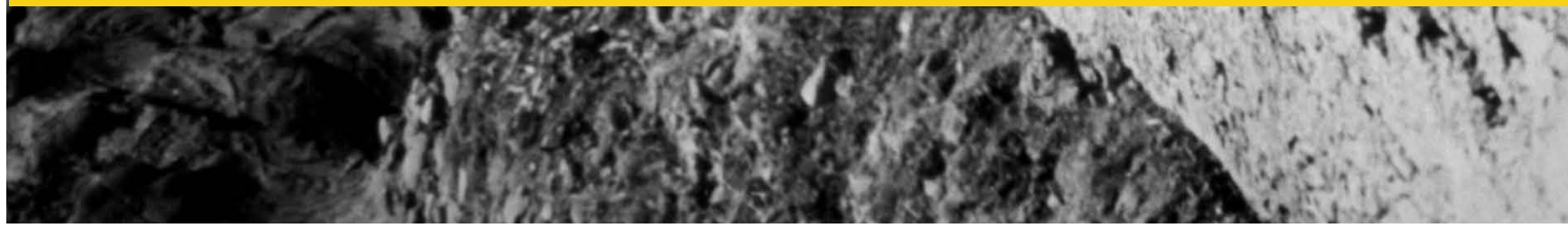




PORTUGAL E O MAGREBE

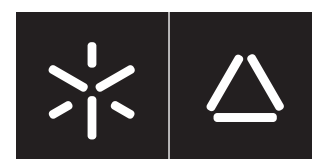
**ACTAS DO 4º COLÓQUIO DE HISTÓRIA LUSO-MARROQUINA
ACTES DU IV COLLOQUE D'HISTOIRE MAROCO-LUSITANIENNE**



PORTUGAL E O MAGREBE

PORTUGAL E O MAGREBE

Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina
Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

LISBOA / BRAGA
2011

FICHA TÉCNICA

Título

Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina
Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne

Autores

Vários

Edição

CHAM – CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CITCEM – CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR, CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DO MINHO

Capa

MIGUEL BANDEIRA DUARTE

Depósito legal

333308/11

ISBN

978-989-8492-06-7

Data e local

Lisboa / Braga, Setembro de 2011

Tiragem

750 exemplares

Execução gráfica

PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda.
Parque Industrial de Pitancinhos
BRAGA - Portugal

Apoios



COMISSÃO CIENTÍFICA / COMITÉ SCIENTIFIQUE

ABDELMAJID KADDOURI (Université Bem M'sik, Casablanca)
AHMED BOUCHARB (Université Mohammed V, Agdal, Rabat)
ANTÓNIO DIAS FARINHA (Universidade de Lisboa)
BERNARD ROSENBERGER (CNRS, Paris)
DEJANIRAH COUTO (École Pratique des Hautes Etudes, Paris)
MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ (Universidade do Minho; CITCEM e CHAM)
MERCEDES GARCÍA-ARENAL (CSIC, Madrid)
OTMANE MANSOURI (Université Hassan II, Aïn Chok, Casablanca)
RAFAEL MOREIRA (CHAM; FCSH - Universidade Nova Lisboa)

COMISSÃO EXECUTIVA / COMITÉ EXÉCUTIF

ANDRÉ TEIXEIRA (CHAM)
AZZEDDINE KARRA (Direction Régionale de Culture - Région Doukkala Abda)
ANTÓNIO LÁZARO (Universidade Minho; CITCEM e CHAM)
JORGE CORREIA (Universidade do Minho; CHAM)
MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ (Universidade do Minho; CITCEM e CHAM)
MOSTAFA ZEKRI (CHAM)
TERESA LACERDA (CHAM)
VALDEMAR COUTINHO (CHAM)

SECRETARIADO / SECRÉTARIAT

CÁTIA CARVALHO
INÊS PINTO COELHO
MARIA DO CÉU DIOGO
PATRÍCIA CARVALHO
SILVANA PIRES

ORGANIZAÇÃO

Centro de História de Além-Mar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais
Escola de Arquitectura
Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço e Memória

Câmara Municipal de Lagos

APOIOS

Fundação para a Ciência e Tecnologia
Câmara Municipal de Almada
Embaixada do Reino de Marrocos



Índice

- 13 NOTA INTRODUTÓRIA
- 15 ANTECEDENTES MEDIEVAIS
- 17 O *RIBÂT* DA ARRIFANA, NO CONTEXTO ESPIRITUAL E POLÍTICO, ENTRE O *GHARB* E O *MAGHREB*
ROSA VARELA GOMES E MÁRIO VARELA GOMES
- 39 A PRESENÇA DE MOUROS NO ALGARVE D'AQUÉM APÓS A RECONQUISTA
VALDEMAR COUTINHO
- 45 O ATLÂNTICO MAGREBINO NO FINAL DA IDADE MÉDIA. PALCO POR EXCELÊNCIA DO
TERROR MEDIEVAL OU PONTO DE PARTIDA DE UMA NOVA ERA...
PAULO ESMERALDO CATARINO LOPES
- 67 ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS
- 69 O CONDE DE ARRAIOLOS E A POLÍTICA EXPANSIONISTA EM MARROCOS
MARIA DÁVILA
- 75 TECHNIQUES ET PRATIQUES MILITAIRES PORTUGAISES AU MAROC: ADAPTATIONS
ET INNOVAUTÉES
VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES
- 83 RETOUR SUR LA CONQUÊTE DE SAFI PAR LE PORTUGAL EN 1508
BERNARD ROSENBERGER

- 99 ECONOMIAS E REDES**
- 101** ACTIVITÉS PASTORALES ET PRODUITS DE L'ÉLEVAGE DANS L'ÉCONOMIE DES PLACES PORTUGAISES DU SUD DU MAROC (PREMIÈRE MOITIÉ DU XVI^e SIÈCLE)
YASSIR BENHIMA
- 109** OS AÇORIANOS EM MARROCOS NO SÉCULO XVI:
O TESTEMUNHO DE GASPAR FRUTUOSO
JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES e MARIA DE FÁTIMA GALAMA
- 117** FORTUNAS JUDAICAS DE SALÉ. CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS NEGÓCIOS DA
“NAÇÃO PORTUGUESA” (SÉCULO XVII)
JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM
- 129 PATRIMÓNIOS E ESPAÇOS**
- 131** VESTIGIOS ARQUEOLÓGICOS DEL PERIODO PORTUGUÉS (1415-1668) EN CEUTA
FERNANDO VILLADA PAREDES, JOSÉ M. HITA RUIZ y JOSÉ SUÁREZ PADILLA
- 165** CASTELLO NOVO, APPROCHE HISTORIQUE & ARCHITECTURALE
SAÏD CHEMSI
- 177** FOUILLES ARCHÉOLOGIQUES À ÁZEMMOUR (2008): QUESTIONS HISTORIQUES
ET PREMIÈRES CONSTATATIONS
AZZEDDINE KARRA et ANDRÉ TEIXEIRA
- 199** L'ESPACE URBAIN D'AZEMMOUR PENDANT LA DOMINATION PORTUGAISE: BILAN DE
LA PREMIÈRE MISSION
JORGE CORREIA et ANA LOPES
- 213** *ARZILLA* – A GRAVURA INCOMPLETA DE GEORG BRAUN. APONTAMENTOS PARA O
ENTENDIMENTO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XVI
LÍGIA GRAVE, PEDRO BAÍA et SÉRGIO BRAGA DA CRUZ
- 221** A FORTALEZA DE MAZAGÃO E A PORTA DO MAR
JOÃO BARROS MATOS
- 229** MAZAGÃO: CIDADE QUASE IDEAL
VÂNIA OLIVEIRA, MARTA MOTA PREGO e JOANA ROCHA SILVA

-
- 235 **MAZAGÃO, DE MARROCOS À AMÉRICA**
- 237 MAZAGÃO NO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO
PAULO DRUMOND BRAGA
- 245 O TERRAMOTO DE 1755 EM MAZAGÃO
AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL
- 257 O ABASTECIMENTO DE MAZAGÃO NO SÉCULO XVIII: O PAPEL DOS AÇORES
JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES
- 265 MAZAGÃO, LA VILLE QUI TRAVERSA L'ATLANTIQUE DU MAROC A L'AMAZONIE
(1769-1783)
LAURENT VIDAL
- 275 **REPRESENTAÇÕES E PERCURSOS**
- 277 AS VIAGENS DE FREI JOÃO DE SOUSA AO MAGREBE NO SÉCULO XVIII: PERCURSOS,
ALOJAMENTOS E PRÁTICAS ALIMENTARES
ISABEL M. R. MENDES DRUMOND BRAGA
- 291 **CATIVOS E RELIGIOSIDADES**
- 293 CATIVOS E RESGATE EM PORTUGAL – DO DIREITO MEDIEVAL AO DIREITO MODERNO.
ALGUMAS NOTAS
MARGARIDA SEIXAS
- 311 NO CONTEXTO DE UM RESGATE GERAL DE CATIVOS: DIOGO CORREIA DA MOTA –
EMBAIXADOR DE D. JOÃO V NA CORTE DE MARROCOS (1728-1729)
EDITE ALBERTO
- 321 **RELAÇÕES E HERANÇAS**
- 323 MARROCOS E O MEDITERRÂNEO NA 2.^a METADE DO SÉCULO XVIII
JOÃO COSME
- 335 O NAUFRÁGIO DA FRAGATA TIGRE DO IMPERADOR DE MARROCOS EM DEZEMBRO
DE 1785. AS RELAÇÕES COM MARROCOS E A SUA POSTERIOR INSERÇÃO NO ESPAÇO
MAGREBINO
JORGE AFONSO

345 DISCURSOS E PRÁTICAS DE GUERRA**347 FALAR DE VIOLÊNCIA EM MARROCOS NOS SÉCULOS XV-XVI. A PERSPECTIVA DOS
CRONISTAS PORTUGUESES**

PAULO VICENTE

**353 LA COURSE AU MAROC PENDANT LA PREMIÈRE MOITIÉ DU XVI^e SIÈCLE: UNE AUTRE
FORME DE RÉSISTANCE?**

AHMED BOUCHARB

**359 BARBEROUSSE ET LES PORTUGAIS: LA COURSE BARBARESQUE VUE DES PLACES
LUSO-MAROCAINES ET D'AILLEURS**

VASCO RESENDE

367 ALCÁCER QUIBIR REVISITADO**369 LA BATAILLE D'EL KSAR EL KEBIR «OUED EL MAKHAZEN» ET LE BESOIN DE NOUVELLES
APPROCHES**

OTMANE MANSOURI

377 A BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR E A CRONÍSTICA PORTUGUESA

JOSÉ MANUEL GARCIA

Nota Introdutória

No presente volume publicam-se os textos das comunicações apresentadas ao *Congresso Internacional de História Portugal e o Magrebe – 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, que teve lugar em Lisboa e Lagos entre 12 e 15 de Novembro de 2008.

A organização do Congresso, bem como a publicação do presente volume de actas, foi uma iniciativa desenvolvida no âmbito das actividades do projecto de investigação «Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos – séculos XV a XVIII» (PTDC/HAH/71027/2006). Trata-se de um projecto interdisciplinar do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores e do pólo da Universidade do Minho do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Através dele tem sido possível desenvolver investigação sobre a presença portuguesa nesta região do Norte de África em vários domínios: o levantamento de fontes manuscritas, cartográficas e iconográficas; a transcrição de documentação inédita existente na Torre do Tombo, nomeadamente no fundo *Núcleo Antigo*; a preparação para disponibilização em linha de obras relevantes para esta temática há muito esgotadas; a elaboração de estudos específicos, em dissertações académicas e duas obras colectivas no prelo; a realização de campanhas de terreno no âmbito da missão arqueológica e de estudo arquitectónico sobre o património de origem portuguesa na região marroquina da Doukkala-Abda.

Na organização deste congresso procurou-se ainda cimentar outra área privilegiada no decurso deste projecto, nomeadamente:

- Dar continuidade ao ciclo de encontros científicos, os colóquios luso-marroquinos, que, alternadamente, ora em Marrocos ora em Portugal, têm reunido anualmente investigadores de temas históricos e áreas afins de ambos os países.

- Propiciar um espaço de debate e de reflexão em torno do processo de expansão portuguesa no Norte de África (séculos XV a XVIII), aberto a participação de uma comunidade científica mais lata, dinamizadora de outros enfoques. Pretendeu-se uma melhor compreensão da teia de interesses envolvidos, suas dimensões e projecções, quer na sua interacção com o Magrebe, quer nas suas raízes e repercussões históricas.

- E, por último, motivar a comunidade científica para estabelecimento de redes de comunicação sobre o tema, bem como de projectos de pós-graduação.

O congresso contou com a presença de 53 investigadores, entre portugueses, marroquinos, franceses, espanhóis e brasileiros, correspondendo a 40 comunicações, inscritas nas várias áreas temáticas. No âmbito do seu programa foram ainda lançadas duas obras:

– *A implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XV / L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord. De la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI siècle*, de Jorge Correia, edição da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

– *O diário tangerino de Afonso Fernandes*, fixação do texto, introdução e notas de Benjamin N. Teesma, edição da Câmara Municipal de Lagos.

O volume e qualidade das intervenções, bem como dos debates de boa parte das mesas temáticas, permitiram considerar esta iniciativa como um marco assinalável no conhecimento desta temática, sem paralelo nas últimas décadas ao nível internacional. Tendo sido possível reunir a esmagadora maioria dos trabalhos então apresentados, augura-se assim um excelente volume de actas, obra fundamental para este domínio historiográfico.

A realização deste evento foi possível graças ao empenho e colaboração de individualidades e entidades, às quais expressamos o nosso particular agradecimento, nomeadamente:

– Aos membros da Comissão Científica, a orientação fundamental para assegurar o rigor e qualidade desta iniciativa.

– À Câmara Municipal de Lagos, a parceria na realização na organização do Congresso e na publicação das suas actas.

– À Embaixada de Marrocos em Portugal e à Câmara Municipal de Almada, cujos apoios generosos possibilitaram momentos de convívio e diálogo entre os participantes.

Uma palavra final, muito especial, de apreço e reconhecimento à equipa do Centro de História de Além-Mar que secretariou o congresso, cuja eficácia foi fundamental para o seu sucesso.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

Antecedentes medievais

O *RIBĀT* DA ARRIFANA, NO CONTEXTO ESPIRITUAL E POLÍTICO, ENTRE O *GHARB* E O *MAGHREB*

ROSA VARELA GOMES* e MÁRIO VARELA GOMES**

1. Contexto histórico-geográfico

O relacionamento entre populações do Norte de África e do território actualmente português remonta quase às origens da Humanidade, dado que a primeira diáspora humana, a partir do Continente Africano e conduzindo à antropização da Europa, efectuou-se, para além de duas possíveis vias, a sículo-tunisina e a anatólica, através do Estreito de Gibraltar. Daí, esses primeiros colonos atingiram as terras voltadas ao Atlântico, talvez há mais de 1 milhão de anos.

Durante toda a Pré e Proto-História, tanto o *Maghreb* Ocidental, como o Sudoeste Peninsular mantiveram-se em contacto, permitindo a circulação de pessoas, de conhecimentos técnicos ou de ideologias, não fora constituírem margens próximas dos mesmos mares; do Mediterrâneo mas também do Atlântico. E assim aconteceu igualmente aquando da dominação imposta por Cartagineses como, depois, por Romanos.

Os laços e solidariedades culturais então estabelecidos não mais haveriam de desaparecer, estreitando-se sob a administração muçulmana, que durante meio milénio deixaria marcas indeléveis, tanto nas populações, ao nível físico e idiossincrático, como nos saberes, nos meios urbanos ou nas paisagens rurais, sobretudo do espaço que hoje constitui o Sul de Portugal.

A instituição *ribāt* é bem conhecida no *Maghreb* onde se encontra intrinsecamente ligada à expansão político-religiosa e militar muçulmana, como à manutenção daqueles poderes. Constituem os exemplos mais evidentes de tais estruturas, os *rubut* de Monastir e de Sousse, na actual Tunísia, fundados, respectivamente, em 796 e 861; correspondendo a alterações ideológicas e políticas, no seio de territórios islamizados, os *rubut* de Tít (Mazagão) e de Rabat, ambos almoadas, no actual Marrocos.

Traduzem problemática idêntica a existência de *rubut* no *al-Andalus*, onde a informação escrita regista a presença de rábitas ou arrábidas, que a toponímia também conserva, embora tais complexos religiosos possam ser mais tardios e aqueles primeiros sejam conhecidos apenas através de dois arqueossítios, o de Guardamar, situado no delta do rio Segura (Alicante), na Costa Levantina, fundado nos finais do século IX, activo durante o século X e nos inícios da centúria seguinte, e o da Arrifana (Aljezur). Este, apesar das abundantes referências escritas, só foi identificado em 2001 e ali iniciámos campanhas de escavações anuais que têm proporcionado o conhecimento das suas estruturas e aspectos do quotidiano dos seus utentes, os *murābitūn*, que naquele local se preparavam para a guerra santa (*djihād*).¹

* Docente e coordenadora científica do 1.º e 2.º Ciclos de Arqueologia, do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa; rv.gomes@fcsh.unl.pt).

** Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Docente do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa; mv.gomes@fcsh.unl.pt).

Poucos foram os autores que se debruçaram sobre a história dos últimos tempos do *Gharb al-Andalus* que não abordaram a figura complexa de Abûl-l-Qâsim Ahmad Ibn al-Husayn Ibn Qasî, com a qual se encontra sempre conotada a existência do denominado *ribât al-Rihana*, por ele fundado.

A mais importante fonte, coeva da vida do mestre sufi, é o texto desaparecido de Ibn al-Salâ, de Beja, “*A Revolta dos Muridun*” (*Kitâb Thawrat al-Muridun*), retomado por Ibn al-Abbâr (*Kitâb al Hullat, al siyarâ*), na primeira metade do século XIII, e por Ibn al-Khatîb (*Kitâb a mâl al-âlam*), na centúria seguinte. Deve-se a David Lopes (1910) a primeira tradução, embora parcial, daqueles textos para português.

O “*mosteiro da Arrifana*”, situado na “*orla do mar*” foi mencionado por Ibn al-Abbâr (1199-1250), homem da corte almoada de al-Mansûr, desaparecido um século depois de Ibn Qasî, no relato da vida de Ibn Almúndir, um dos mais directos seguidores daquele mestre, quando a sua opção ascética (*zuhd*) conduziu a que se retirasse para o *ribât* referido. Ibn Al-Khatîb (1313-1374), deixou expresso que Ibn Qasî “(...) edificou um mosteiro em alcaria importante do termo de Silves (...)”, quando “(...) uma multidão de eremitas e gente de guerra tomou o seu partido, entre os quais os seguintes: Ibn Wazir (...), Ibn Anane (...), Ibn Almúndir (...), Ibn Abû Habibe e muitos outros indivíduos importantes da parte ocidental do al-Andalus.”²

Texto de al-Marrākushî (*Al-Dhayl*), elaborado em Bagdade, em cerca de 1224 e, por certo, esteado nas narrações da autoria de Ibn al-Salâ e talvez de Ibn al-Abbâr, menciona a revolta dos *murâbitûn* e, negativamente, a acção de Ibn Qasî. Também Abû Bakr al-Baydhak elaborou “*História dos Almoadas*”, onde cita o mestre silvense.³

A existência do *ribât* da Arrifana foi, igualmente, registada por Ibn al-Faradî, que o situa, e bem, no distrito de Silves, e talvez por Ibn Bashkuwal (*Kitâb al-Sila*), ainda no século XII.

O geógrafo Yaquût (*Mu’djâm al-buldân*) menciona, no século XIII, a região de *al-Rihana*, que indica localizar-se na costa, a norte do grandioso Cabo do Algarve, também conhecido como Cabo Sagrado e hoje de São Vicente.⁴ E texto árabe, do século XII, indica a existência do *Tarf al-Rihana*, ou seja, o Cabo ou Ponta da Arrifana.⁵

Todavia, deve-se ao místico murciano Ibn al-Arabî, uma das mais brilhantes mentes e arguto filósofo do Islão medieval, importante crítica escrita, à figura e obra de Ibn Qasî, intitulada “*Comentário ao Livro Descalçar das Sandálias*” (*Sharh Kitâb Khal’al-Na’layn*). Ibn al-Arabî, refere ainda o líder espiritual algarvio nas suas “*Revelações de Meca*” (*Futûhât al-Makkiyya*) (1202-1231), citando-o como “mestre dotado de autoridade”, apesar de algumas duras objecções que também produz. Este místico teve como mestres, em Sevilha, quatro seguidores de Ibn Qasî, os sufis Al-Uryanî, de Loulé, Abu Imrân, de Mértola, Abu Ibn al-As, de Beja e Abu Ibn Zayn, de Évora e, em Tunes, um dos filhos e discípulo de Ibn Qasî, al-Husayn ou al-Qâsim.⁶

¹ M. V. GOMES, “Ibn Qasî – Memória, do pensamento e acção, do mestre sufi da Arrifana”, in *Al-Rihana*, 2 (2006), pp. 17-44; R. V. GOMES e M. V. GOMES, “O *ribât* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7-1 (2004), pp. 483-573; R. V. GOMES e M. V. GOMES, “El *ribat* de Arrifana (Aljezur, Algarve); identificación y primeros trabajos”, in *Fouilles de la Râbita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 239-245; R. V. GOMES e M. V. GOMES, “O *ribât* da Arrifana (século XII). Resultados de três campanhas de escavações”, in *Al-Rihana*, 1 (2005), pp. 41-71; R. V. GOMES e M. V. GOMES, “O *ribât* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8-2 (2005), pp. 471-533; R. V. GOMES e M. V. GOMES, “A *djihâd* no Extremo Sudoeste Peninsular – O recém-identificado *ribât* da Arrifana (século XIII)” in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 16 (2005), pp. 141-159; R. V. GOMES e M. V. GOMES, “O *ribât* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9-2 (2006), pp. 329-352; R. V. GOMES e M. V. GOMES, *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur, 2007.

² A. B. COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1973, vol. III, p. 252; C. PICARD, *Le Portugal Musulman (VIII-XIII Siècle)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 93-94.

³ A. ALVES, *As Sandálias do Mestre. Em Torno do Sufismo de Ibn Qasî nos Começos de Portugal*, Lisboa, Hugin Editores Lda, 2001, pp. 122-123.

⁴ D. LOPES, “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, 3-1 (1910), p. 74; A. B. COELHO, *Portugal...* cit., p. 258; C. PICARD, *L’Océan Atlantique Musulman. De la conquête Arabe à l’Époque Almohade*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, pp. 88-89.

⁵ C. F. SEYBOLD e D. LOPES, “Onomatologia arabico-portuguesa”, in *O Archeologo Português*, 8 (1903), p. 125.

⁶ J. D. G. DOMINGUES, *O místico louletano Al-Orianie e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, Lisboa, Edição do Autor, 1954; J. D. G. DOMINGUES, “Os mestres luso-árabes de Ibn Arabî” in *Orientalia Hispanica. Sive Studia F. M. Pareja Octogenario Dedicata*, Leiden, 1974, pp. 297-304; J. D. G. DOMINGUES, *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Hugin-Editores Lda, 1997, p. 249. Importa esclarecer que se tem erroneamente atribuído à Arrifana de Aljezur *ribât* situado em local com aquele mesmo topónimo, onde teria participado na *djihâd* o asceta de Chinchilla Abd Allâh Ibn Lubbay

Uma das mais antigas referências, em escritos portugueses, a Ibn Qasī e ao seu *ribât* da Arrifana, é da responsabilidade de Fr. Vicente Salgado⁷ que, se baseia em Ibn al-Abbār. O erudito monge franciscano, que foi “professor de latinidade na antiga, e arruinada, cidade de Silves”, conforme ele próprio se apresentou, traçou perfil obscuro e negativo de Ibn Qasī, como seria de esperar, devido ao contexto em que viveu. Muitos outros historiadores referem a figura incontornável do mestre sufi, alguns dos quais lhe dedicaram extensos estudos monográficos⁸.

Educado em Silves, então florescente urbe, bem conhecida tanto pelas suas riquezas naturais, como pela presença de poetas, filósofos, juristas e outros homens de ciência, Ibn Qasī ali recebeu sólida formação, dado que escrevia fluentemente em língua árabe de feição erudita. Contudo, alguns autores alvitram que poderá ter também estudado em Niebla ou em Sevilha. Naquela primeira cidade trabalhou como jurista e funcionário aduaneiro, embora tenha tido, enquanto jovem, vida algo dissoluta, cultivando a boémia e a poesia, mas a que terá posto termo aquando da morte de seus pais.

Segundo Ibn al-Arabī, Ibn Qasī teve como primeiros mestres, os sufis Khalaf Allāh al-Andalusī e Ibn Khalīl, de Niebla⁹. Depois viajou, em data anterior a 1130, pelo oriente do *al-Andalus* (*Sharq*), tendo conhecido, em Almería, o mestre sufi Abū-l-Abbās Ibn al-Arif, de quem se tornou admirador e com o qual estudou a obra de Abū Hamid al-Ghazālī, que havia falecido em 1111, através de Ibn Barrajan de Sevilha, responsável pela introdução dos ideais daquele na Península Ibérica. Por certo que privou com outros mestres sufis, que propunham o retorno aos fundamentos da doutrina islâmica e ao ascetismo, tendo em vista o encontro com Deus, sendo possível que tivesse permanecido no *ribât* de Almería.¹⁰ Também Ibn Tumart, o *mahdī* e grande ideólogo dos Almoadas, teve como mestre al-Ghazālī.¹¹

De volta à sua terra natal, Ibn Qasī abraça decididamente o sufismo, tendo vendido todos os seus bens. Metade dos valores conseguidos foram distribuídos pelos pobres e com a outra metade funda, possivelmente em 1130, o convento, ou *ribât*, da Arrifana. De facto, na correspondência trocada entre Ibn al-Arif, de Almería, e Ibn Qasī, datada de 1130/1131 a 1135, aquele primeiro já considerava o segundo, mestre possuidor de grande sabedoria e por ele muito respeitado. Podemos acrescentar, que Ibn Qasī era dotado de especial carisma, pois empolgava multidões, criando rapidamente numerosos seguidores, procedentes de todas as classes sociais, sendo

al-Santayālī, em período compreendido entre 1038 e 1041 falecido em 1044; M. MARÍN, “La práctica del *ribât* en Al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)”, in *Fouilles de la Râbita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1982)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 193-195. De facto, não só se conhecem dezenas de locais com aquela denominação de origem árabe, no Ocidente Peninsular, pelo menos três deles sede de freguesias (Aveiro, Guarda, Coimbra), em um dos quais poderá ter existido um *ribât*, como a Arrifana de Aljezur se situava, àquela data, muito distante do palco dos confrontos entre Cristãos e Muçulmanos, não fazendo sentido alguém ali instalado participar na *djihād*. Recordemos que as disputas militares se faziam, então, nas terras a norte do Mondego, tendo como fronteira entre os dois mundos político-religiosos o rio Douro. Apenas em 1063 Coimbra haveria de cair em mãos cristãs, sendo ainda, em 1117, cercada por tropas muçulmanas.

⁷ Fr. V. SALGADO, *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1786, vol. I, pp. 313-315.

⁸ A. ALVES, “Ibn Qasī – Esse desconhecido”, in *O Algarve, da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 88-90; A. ALVES, *As Sandálias do Mestre...* cit.; A. ALVES, *Portugal e o Islão Inicial*, Lisboa, Êsquilo Edições e Multimédia, 2007; A. G. de M. BORGES, “Ibn Qasī, rei de Mértola e *mahdī* luso-muçulmano”, in *Arqueologia Medieval*, 1 (1992), pp. 209-215; A. B. COELHO, *Portugal...* cit., pp. 247-268; J. D. G. DOMINGUES, *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*, Lisboa, Editora Pro-Domo, 1945, pp. 179-222; J. D. G. DOMINGUES, “Os mestres luso-árabes...” cit.; J. DREHER, J. *Das Imamat des Islamischen Mystikers Abūlqâsim Ahmad Ibn al-Husain Ibn Qasī*, Bona, Universidade de Bona, 1985; W. ELLIOTT, *The Career of Ibn Qasī as a Religious Teacher and Political Revolutionary in 12th Century Islamic Spain*, Edinburg, Edinburg University, 1979; M. V. GOMES, “Ibn Qasī – Memória...” cit.; D. R. GOODRICH, *A Sufi Revolt in Portugal: Ibn Qasī and his Kitāb Hal’al-na’layn*, Columbia, Columbia University, 1978; A. HERCULANO, *História de Portugal*, 8.^a ed., Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand, 1875, vol. II, pp. 206-212; V. LAGARDÈRE, “La tariqa et la révolte des muridūn en 539H/1144 en Andalus”, in *Revue de l’Occident Musulman Méditerranéen*, 1 (1983), pp. 157-170; V. LAGARDÈRE, *Les Almoravides. Le Djihād Andalou (1106-1143)*, Paris, Éditions L’Harmattan, 1998, pp. 219-238; D. LOPES, “O Domínio Árabe”, in *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora Lda, 1928, p. 403; A. H. de O. MARQUES, *História de Portugal*, Lisboa, Edições Ágora, 1972, vol. I, pp. 90-91 e 101; O. PARREIRA, *Os Luso-Árabes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1899, vol. 2, pp. 261-272; C. PICARD, *L’Océan...* cit., pp. 88-89; C. PICARD, *Le Portugal...* cit., pp. 90-99; A. Y. SIDARUS, “Novas perspectivas sobre o *Gharb Al-Andalus* no tempo de D. Afonso Henriques”, in *D. Afonso Henriques e a sua Época – 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, 1997, pp. 249-268.

⁹ P. NWYIA, “Note sur quelques fragments inédits de la correspondance d’Ibn al-Arif avec Ibn Barrajan”, in *Hespéris*, 43 (1956), pp. 217-221; P. NWYIA, “Ras’ul ibn al-Arif ila ashab Thawrat al-Muridin” in *Al-Abhath* (1978-79), pp. 47-56; A. ALVES, *As Sandálias do Mestre...* cit., pp. 81-82.

¹⁰ C. PICARD, *Le Portugal...* cit., p. 97.

¹¹ V. LAGARDÈRE, *Les Almoravides...* cit., p. 225.

capaz de iniciar movimento político-religioso, de feição fundamentalista.¹² Só assim se explica o facto de Ibn Qasī ter fundado um *ribāt*, no sítio da Arrifana, em Aljezur, com a respectiva *tariqa* (comunidade religiosa), em momento crucial da história da Península Ibérica, quando os três reinos cristãos iniciavam forte ofensiva contra o Sul Islâmico.

O *ribāt* referido teve como principal função o estudo e a reflexão religiosa, que se traduziam na preparação para a *djihād*, ou guerra santa, contra todos aqueles considerados inimigos do Islão e da verdadeira fé, tanto muçulmanos que enveredassem por heresias, como gentes de outros credos, designadamente os Cristãos ou os Judeus. A *djihād* era então considerada dever colectivo e legítimo, tendo em vista a propagação do Islão.¹³

Ali foram divulgados e estudados os grandes princípios sufis, como a própria mensagem espiritual de Ibn Qasī. E foram tantos os seus seguidores que aquela depressa se transformou em corrente político-religiosa, tendo rapidamente alastrado a todo o Sudoeste Peninsular e propalado a revolta contra a administração almorávida. Em 1144, um grupo dos seus seguidores tentam tomar o castelo de Monte Agudo, ao que parece situado nos arredores de Mértola. A guarnição daquele resistiu, mas o revés conferiu novo ânimo aos *murābitūn* de Ibn Qasī e um dos seus mais directos colaboradores, Muhammad Ibn Yahya al-Shaltisi, igualmente conhecido como Ibn al-Qābila al-Mustafa (o eleito), tomou o castelo de Mértola a 14 de Agosto de 1144, derrotando, com astúcia, a guarnição almorávida.

Estava dado o sinal de um tempo novo e pouco depois Ibn Qasī fez a sua entrada solene naquela povoação, sendo aclamado *mahadī* ou enviado de Deus.

Ibn Wazir e Ibn Almúndir, respectivamente senhores de Évora e de Silves, mas antigos discípulos de Ibn Qasī, aderem ao seu movimento político e o segundo daqueles toma o castelo de Marachique (Castro da Cola) e a cidade de Beja.

Ibn Almúndir mantém o governo do território de Silves e, com o apoio directo de Ibn Qasī, conquista Huelva, Niebla, Tejada e Aznalcázar, investindo ainda contra Sevilha. Também Ibn Wazir tenta alargar os seus territórios, para Oriente, a partir de Beja e de Évora.

No ano seguinte (1145), Ibn Almúndir e Ibn al-Qābila tentam tomar Córdova, enquanto Ibn Wazir conquista Badajoz, embora depois, embalado pela vitória e dando asas à ambição, invista sobre Silves, prenda Ibn Almúndir, que leva para Beja, e tome Mértola, em 1146, traindo Ibn Qasī.

Os dois primeiros anos do estado teocrático fundado por Ibn Qasī mostraram assinalável domínio territorial, correspondendo ao que é hoje o Sul de Portugal, talvez mesmo alcançando cidades tão importantes como Lisboa e Alcácer do Sal, tal como significativos territórios da Estremadura Castelhana (Badajoz) e Andaluzia Ocidental (Huelva, Niebla). No plano ideológico, a mensagem espiritual de Ibn Qasī alcançou Córdova e Sevilha, daí as tentativas de conquista daquelas urbes, mas ainda lugares mais longínquos como Múrcia, onde numisma de ouro, cunhado em 1146 por Sayf al-Dawla Ahmad Ibn Hud (Safadola nas crónicas cristãs), invoca o *mahdī* da Arrifana.¹⁴ Não esqueçamos, também, que Ibn Qasī mandou cunhar moeda de ouro e de prata em Silves, revelando assinalável poder económico e organização administrativa.¹⁵

Perante a insurreição de Ibn Wazir e as dificuldades em combater os Almorávidas, Ibn Qasī deslocou-se, em 1145, a Salé, tendo em vista solicitar apoio militar ao emir almoada Al-Múmin. Retornando, em 1146, à Península Ibérica, à frente de exército almoada, com o título de *wali*, ou delegado do emir, Ibn Qasī toma Tarifa, Algeciras, Mértola, entre outras povoações e, por fim, Silves, onde repôs no seu governo Ibn Almúndir. O mestre, agora possuindo significativas forças militares, tal como reforçada autoridade religiosa e política, promoveu nova reunificação dos territórios do actual Extremo Sudoeste Peninsular.

No ano seguinte ocorreu a morte do último emir almorávida e Al-Múmin apossa-se de Marraquexe, então a mais importante cidade do *Maghreb*, enquanto um dos seus generais, Abu Ish'aq Barrāz, com o apoio directo

¹² P. NWYIA, "Rasa'il ibn al-Arif ila ashab Thawrat al-Muridin" cit.; V. LAGARDÈRE, *Les Almoravides...* cit., p. 234.

¹³ C. DE LA PUENTE, "La Campaña de Santiago de Compostela (387/997): Yihād y legitimación del poder", in *Qurtuba*, 6 (2001), pp. 7-21; M. MARÍN, "La práctica del *ribāt*..." cit., p. 194; L. MOLINA, *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, vol. II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 34.

¹⁴ A. Y. SIDARUS, "A rebelião algarvia..." cit.; A. Y. SIDARUS, "Novas perspectivas..." cit.

¹⁵ J. R. MARINHO, "Moedas de Ahmad ibn Qasī batidas em Silves", in *O Arqueólogo Português*, série IV-3 (1985), pp. 177-196.

de Ibn Qasī e dos seus homens, conquista Sevilha aos Almorávidas, facto que contribuiu decisivamente para o reconhecimento do domínio almoada no *Gharb al-Andalus*, passando este a integrar extenso império magrebino.

Ibn Qasī era então um líder religioso e político incontestavelmente respeitado, daí a importância que lhe confere al-Múmin, deixando-o participar naquela tão significativa campanha militar, ao lado de um dos seus mais prestigiados militares, como pelo facto de lhe conceder o título de *wali*.

Do *ribât* da Arrifana terão partido os *murābitūn* na investida contra a capital da Andaluzia e os núcleos de seguidores do mestre, espalhados por todas as povoações do actual Sul de Portugal, contribuíram com homens e armas para tal empresa. Mas 1147 foi também o ano da conquista de Santarém, Lisboa, Almada e Palmela, por D. Afonso Henriques (Ibn al-Riq), auxiliado por cruzados, acontecimentos que parece não terem repercussão directa nas estratégias militares de Ibn Qasī.

Depois de longa campanha na Andaluzia, que se prolongou até 1150, Ibn Qasī e Barrāz entraram vitoriosos em Silves, tendo aquele primeiro sido confirmado como seu governador e, dada a habitual liderança atribuída à cidade, podemos inferir que controlaria grande parte dos territórios que presentemente constituem o Algarve e o Alentejo.

Bem depressa Ibn Qasī critica e revolta-se contra a prepotência dos Almoadas, recusando a deslocar-se ao Norte de África, para prestar homenagem a al-Múmin, caindo em desgraça aos olhos daqueles.

As inquietudes de Ibn Qasī perante o comportamento dos Almoadas, agora apoiados por Ibn Wazir, e o avanço cristão para sul leva-o a tentar estabelecer acordo, ou pacto, com D. Afonso Henriques, que o trata como seu par, dado que, segundo Ibn al-Khatīb, lhe ofereceu um cavalo, um escudo e uma lança, prendas próprias de soberano.¹⁶ Ibn Qasī foi, naquele mesmo ano, acusado de trair o Islão e cobardemente assassinado em Silves, às mãos dos sequazes de al-Múmin e de Ibn Almúndir, tendo este sido nomeado governador da cidade. A cabeça do mestre foi espetada na lança oferecida pelo rei cristão e passeada pelas ruas da cidade, enquanto os seus detractores gritavam: “*Eis o mahdī dos Cristãos*”. Quatro anos depois Ibn Wazir tomou Silves e outras cidades do Algarve, tendo deposto Ibn Almúndir, que foi exilado para Sevilha e, em seguida, para Salé, onde viria a falecer.

2. Planeamento e arquitectura

O complexo de edificações correspondentes ao *ribât* fundado por Ibn Qasī ocupava não só a *finis terrae* hoje conhecida por Ponta da Atalaia, como algumas zonas adjacentes, reflectindo inteligente estratégia de localização que contempla as três seguintes grandes vertentes: religiosa, político-militar e económica.

A escolha de península, afastada dos centros de poder de então, para a edificação do *ribât*, entronca em tradição antiga, com origens no Oriente e que passou ao Norte de África, onde se desenvolveu, sobretudo sob domínio almorávida. O *ribât* costeiro responde não só à necessidade de defesa e controlo dos litorais, como de importantes vias comerciais, processadas através de rotas terrestres ou marítimas, estas então percorridas principalmente à vista da costa, como às práticas ascéticas.

Aliás, estratégias idênticas conduziram à edificação, principalmente sob a responsabilidade das ordens mendicantes, de não poucos mosteiros, de templos e de eremitérios, ao longo do litoral europeu, desde o mar do Norte às costas mediterrânicas da Europa, passando pela fachada atlântica da Península Ibérica.

Nos inícios do século V, Santo Honorato fundou mosteiro na ilha atlântica de Lérins, na costa da actual França, considerado a mais antiga de tais comunidades religiosas que têm o mar como deserto, respondendo às necessidades de solidão e isolamento do mundo, como ao desafio da adversidade do meio e à escassez de recursos que permitiam a sobrevivência.¹⁷

No Centro e Sul de Portugal, os templos paleocristãos e/ou visigóticos de São Gião (Nazaré), Tróia, Sines, Cabo de São Vicente ou Loulé Velho, ilustram esses antecedentes cristãos, devendo a sua existência a comunidades

¹⁶ A. ALVES, *As Sandálias do Mestre...* cit., p. 60.

¹⁷ M. ASTON, *Monasteries in the Landscape*, Gloucestershire, Tempus Publishing Ltd, 2002, pp. 29-30.

cujas economias assentavam na exploração dos recursos marinhos (recolha de mariscos, pesca) e da interface costeira (sal, moinhos de maré) ou a opções de carácter religioso, por vezes ligadas a personagens santas ou a acontecimentos considerados sobrenaturais (milagre). Por outro lado, o mar substituiu as funções do deserto, de terra vazia, conforme a expressão, do século XVII, de *oceano desertum*.¹⁸ E Jacques Le Goff¹⁹ bem entendeu que: “(...) *eremitas insulares e marítimos não são senão a franja extrema e efêmera dos marginais do deserto no Ocidente*.”

O mar imenso é um espaço perigoso, adimensional, não raro possuindo águas revoltas e envolvidas por tempestades, acreditando-se ter vida própria e ser habitado por quimeras e/ou outros monstros, como pelos mortos, tornando-se quase sobrenatural. Não deixando de constituir forte desafio para os sentidos e para a mente, ele é capaz de despertar profundas emoções e de proporcionar a exaltação metafísica. No limite, é o lugar da luta entre o bem e o mal, pelo que, segundo tal perspectiva, trata-se de meio propício aos itinerários iniciáticos, capazes de conduzirem à experimentação transcendente e ao Paraíso Terrestre.

Na sua obra capital Ibn Qasī reflectiu sobre a unicidade divina e a dimensão do conhecimento, comparando-os com a imensidão do Oceano, que certamente contemplaria do seu *ribāt*.

Também em um dos capítulos daquele texto refere as grandes dificuldades e privações da vida religiosa, através de subcapítulo intitulado “O Caminho das Escarpas”, devendo aludir aos estreitos carreiros que permitem percorrer, não sem numerosos perigos, as arribas das paragens da Arrifana.

Naquele lugar sagrado e de prodígios, pelos quais Ibn Qasī também ficou conhecido e lhe conferiram aura de santidade, confundiam-se os elementos primordiais, a Terra, o Ar e o Mar, não raro coberto por denso manto de nevoeiro ou varrido por fortes ventos marítimos, onde se ouve a constante acção das ondas, acometendo a base das altas falésias, quase verticais e caprichosamente recortadas. A plataforma litoral é coberta por dunas e vegetação rasteira. Nos dias de céu limpo e luminoso, dali se avista longo trecho de costa, do Cabo de São Vicente ou do Algarve, como se dizia na Antiguidade, situado no Extremo Sudoeste, ao Cabo Sardão, na Costa Alentejana, como a vastidão oceânica.

As características geográficas mencionadas, correspondem à necessidade de isolamento e de austeridade, imprescindíveis ao ascetismo, à contemplação da natureza e à reflexão metafísica, factores intrínsecos à mística sufi, assim se propiciando o encontro com o Transcendente ou o conhecimento de Deus; objectivo final dos seguidores desta vertente do islamismo.

A acção constante dos agentes meteóricos e do mar em ataque contínuo às arribas que delimitam a Ponta da Atalaia, tal como os diversos sismos que sabemos terem atingido aquela zona do Algarve, nomeadamente o ocorrido em 1755, têm conduzido ao desaparecimento dos testemunhos do *ribāt*, sendo nos últimos anos, vítimas de intensa acção antrópica, provocada pelas centenas de pessoas e, sobretudo, de veículos, que indiscriminadamente por ali circularam.

Manto dunar, com espessura variável, lentamente formado a partir da Idade Média, tem salvaguardado algumas estruturas arqueológicas, quando edificadas em alvenaria de pedra. De facto, estas encontram-se melhor conservadas na metade oriental da península da Ponta da Atalaia, onde a potência das areias é maior, como também na sua metade sul, melhor protegida dos ventos dominantes. Por outro lado, toda a metade ocidental daquela, mostra elevado grau de erosão e aí as ruínas quase desapareceram, pervivendo apenas as construções mais resistentes mas, mesmo assim, reduzidas aos alicerces.

O conjunto edificado sob a direcção de Ibn Qasī, no ambiente singular referido, evidencia planeamento hierarquizado, capaz de traduzir aspectos funcionais e simbólicos. Assim, na zona por onde se fazia o ingresso no *ribāt* (Sector 4), mais próxima do mundo, encontrou-se grande pátio, com duas mesquitas e outras edificações anexas, no lado sudeste, muito possivelmente correspondendo a escola corânica (*madrasa*), onde se faria a iniciação na doutrina sufi e à comunidade ali instalada. A seguir, em zona onde a península estreita, descobriu-se denso complexo de construções, formado por quatro mesquitas, uma das quais com grandes dimensões, e grupo de “vivendas”, algumas com pátio (Sector 1). Este conjunto permitia controlar a passagem para o interior da península,

¹⁸ B. TANGUY, “In oceano desertum: L’implantation monastique ancienne dans les îles bretonnes”, in *Les Religieux et la Mer. Histoire Médiévale et Archéologie*, 16 (2004), p. 95.

¹⁹ J. LE GOFF, “Le désert – forêt dans l’Occident médiéval”, in *L’Imaginaire Médiéval*, Paris, 1985, p. 64.

também defendido por altas falésias envolventes, sugerindo corresponder ao local com maior actividade do *ribāt*.

Na restante área identificámos pequena mesquita com anexos, ocupando relevo sobranceiro ao mar e situada no lado sul da península (Sector 2), por certo correspondendo a personagem destacada. Na extremidade deste espaço descobrimos núcleo de edificações, formado por possível “muro de orações”, pequena mesquita e minarete (Sector 3).

Naquele último local, debruçado sobre o Oceano, correspondendo, por certo, ao mais sagrado do *ribāt*, o “muro de orações”, edificado em taipa, constituiu, muito provavelmente, a primeira construção ali erguida, definindo *musallā* ou oratório ao ar livre. A pequena mesquita pode ter sido a utilizada pelo mestre, dada a importância simbólica do sítio que ocupa, como pelo facto de junto se encontrar o minarete. Este foi, no século XIV, transformado em torre-atalaia, gerando o micro-topónimo através do qual a península é conhecida. Do minarete os fiéis eram chamados cinco vezes ao dia para fazerem as suas orações e deveria, igualmente, funcionar como torre de vigia da costa.

As construções identificadas foram edificadas, com excepção do possível “muro de orações” e outros restos de paredes que eram totalmente erguidos em taipa, sobre alicerces e bases das paredes em alvenaria de pedra. Esta mostra blocos de pequenas dimensões e origem local ou, mais raramente, regional (xistos, grauvaques e arenitos), sendo ligadas por terra. Em geral, os blocos de maiores dimensões e com superfícies regulares constituem os paramentos, interior e exterior, das paredes, sendo o espaço deixado entre eles preenchido por pedras de menor volumetria.

As taipas ofereciam diferente qualidade, dado mostrarem constituição diversa, sobretudo no que concerne aos inertes misturados na terra. Umas, mais resistentes, mostram abundantes lascas de xisto e argila mais plástica. Alguns panos de parede eram revestidos por massa de cal e, por vezes, caiados, medindo normalmente, entre 0,60 m e 0,70 m de espessura.

Os pavimentos, de terra batida, raramente ofereciam zonas lajeadas ou empedradas, com seixos achatados de grauvaque, sendo, por vezes, cobertos com argamassa de cal e areia.

No nicho de cada *mihṛāb*, tanto nas abóbadas, como nas paredes e no chão, viam-se revestimentos de massa, muito rica em cal e contendo areia finíssima, ou seja de estuque, tal como elementos de gesso.

As coberturas dos edifícios eram do tipo telhado, estruturadas por vigas de madeira unidas por pregos de ferro, e revestidas por típicas telhas de canudo, ou em terraço, utilizando-se madeira, canas e barro.

As pequenas mesquitas dispunham, normalmente, de uma porta de madeira, com o vão aberto na *qibla* e com a soleira de pedra, sobrelevada, em relação tanto ao piso exterior como ao interior, girando para dentro.

No exterior de algumas portas, muretes de forma semicircular, de pedra solta, protegiam o interior das mesquitas da entrada de areia arrastada pelo vento.

As plantas dos nichos sagrados oferecem algumas diferenças, observando-se em seis das mesquitas, nas três mais pequenas e em três de maiores dimensões, o contorno exterior quadrangular, ou sub-rectangular, enquanto o nicho apresenta planta com forma de arco ultrapassado, algo alongado. Na mesquita de maiores dimensões, que se adossa a uma outra e sendo, portanto, a ela ulterior, reconhece-se *mihṛāb* possuindo contorno exterior e nicho semicirculares.

No mesmo templo, que constitui uma das edificações mais recentes do *ribāt*, detectou-se interessante solução para nivelar o solo, que consistiu em construir-se sistema de muretes de pedra, equidistantes, cerca de 0,70 m e devidamente travados entre si, sendo os volumes entre eles preenchidos com taipa e pedras miúdas. A arquitectura desta mesquita segue antigos modelos omíadas e abássidas, talvez com nave central, frente ao *mihṛāb*.

A análise arquitectónica permitiu identificarmos três grandes momentos construtivos no *ribāt* da Arrifana. O mais antigo corresponde ao “muro de orações” ou *musallā* que existiu na extremidade da Ponta da Atalaia (Sector 3), ao qual se sucedeu outro que integraria as cinco mesquitas com *mihṛāb* de contorno exterior quadrangular ou rectangular, e os seus diversos anexos, reflectindo período de grande afirmação religiosa. Por fim, o terceiro integra obras de ampliação ou de renovação, conforme ilustra a grande mesquita do Sector 1, provida de *mihṛāb* com contorno exterior de forma semicircular e que se adossa a um dos templos referidos.

Os restos de edificações, postos a descoberto nos quatro sectores escavados, indicam forte hierarquização do espaço do *ribāt*, desde as instalações ligadas aos iniciados, como a possível *madrasa*, mais próxima geograficamente do mundo profano, donde se atingia zona densamente edificada com mesquitas, oratórios e celas dos *murābitūn*, que fechava espaço correspondente a metade da península da Atalaia. Ali se encontravam pequenas mesquitas em locais destacados, culminando o percurso e a hierarquização espacial daquela finisterra, na zona onde se erguiam o “muro de orações”, o minarete e a mesquita do mestre.

A mesquita era considerada o espaço privilegiado para o encontro com a divindade, embora ali também se pudesse cozinhar e, até, dormir, conforme documentam estruturas de combustão e bancadas laterais, sugerindo alcovas, tal como os espólios nelas recuperados.

A arquitectura das mesquitas da Arrifana, em particular daquelas com menores dimensões, encontra paralelos nas mesquitas dos desertos da Jordânia, Síria, Palestina ou do Negev, atribuídas aos séculos VIII e IX, algumas das quais se julga terem sido desprovidas de cobertura fixa, e a que de igual modo se associavam anexos. Elas funcionavam como templos de pequenos aglomerados urbanos ou existiam em zonas de passagem de caravanas, constituindo pontos de referência para viajantes e peregrinos.²⁰ Não obstante, dada a actual ausência de outros paralelos peninsulares e conhecedores dos itinerários religiosos de Ibn Qasī, julgamos que este, aquando da edificação do seu *ribāt*, se terá inspirado no de Guardamar, erguido sobre as dunas do delta do rio Segura (Alicante), talvez correspondendo àquele referido nos textos como de Almería, na Costa Levantina da Península Ibérica.

As pequenas mesquitas identificadas na Arrifana, encontram semelhanças com templos idênticos, tanto na forma das plantas como nas dimensões e até no posicionamento das entradas, de Guardamar (Alicante), surgindo adossadas em longos alinhamentos onde por vezes também alternam com espaços habitacionais²¹.

Aquele complexo cenobítico começou a ser construído em finais do século IX, tendo conservado-se activo até aos inícios do século XI, pelo que ao tempo em que o mestre da Arrifana viajou pela Andaluzia Oriental, tendo nomeadamente permanecido em Almería, ele já estaria em ruínas, embora não deixasse de constituir lugar de peregrinação e de devoção, conforme denunciam piedosas inscrições deixadas gravadas nas suas paredes.²²

Tanto o *ribāt* de Guardamar como o da Arrifana correspondem, em termos arquitectónicos, a modelo diferente dos *rubut* tunisinos, embora integrem a mesma instituição, aspecto referido por R. Azuar Ruiz.²³

3. Espólios

Conforme sempre acontece em zonas de habitat, também o espólio exumado no *ribāt* da Arrifana traduz aspectos da vivência comunitária e particular dos seus ocupantes, os *murābitūn* ou monges-guerreiros ascetas, ali congregados em torno do seu líder espiritual e político.

²⁰ S. HELMS, *Early Islamic Architecture of the Desert*, Edinburg, Edinburg University Press, 1990, pp. 74, 79, 81, figs. 23, 27 e 29; G. AVNI, “Early mosques in the Negev Highlands: New archaeological evidence on islamic penetration of Southern Palestine”, in *Bulletin of American School of Oriental Research*, 294, (1994), pp. 83-100; M. ROSEN-AYALON, *Art et Archéologie Islamiques en Palestine*, Paris, Presses Universitaires de France, 2002, pp. 61-63, fig. 10.

²¹ R. AZUAR RUIZ, *La Rabita Califal de las Dunas de Guardamar (Alicante)*, Alicante, Disputación Provincial de Alicante, 1989; R. AZUAR RUIZ, “La rábita califal de Guardamar y el paleoambiente del Bajo Segura (Alicante) en el siglo X”, in *Boletín de Arqueología Medieval*, 5 (1991), p. 137, fig. 2.

²² R. AZUAR RUIZ, “Primera noticia de los trabajos arqueológicos realizados en el yacimiento islámico de las dunas de Guardamar del Segura (Alicante): una posible rábita de Época Califal”, in *Sharq al-Andalus*, 2 (1985), pp. 125-136; R. AZUAR RUIZ, “El posible Al-Monastir de las dunas de Guardamar del Segura (Alicante)”, in *Las Illes Orientales d’Al-Andalus*, Palma de Mallorca, Institut d’Etudis Balearics, 1987, pp. 265-309; R. AZUAR RUIZ, *La Rabita Califal de las Dunas de Guardamar...* cit.; R. AZUAR RUIZ, “Una rábita hispanomusulmana del siglo X (Guardamar del Segura, Alicante, España)”, in *Archéologie Islamique*, 1(1990), pp. 109-122; R. AZUAR RUIZ, “La rábita califal de Guardamar...” cit., R. AZUAR RUIZ (coord.), *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004; R. AZUAR RUIZ, “El *ribat* en al-Andalus: espacio y función”, in *Ilu – Revista de Ciencias de las Religiones*, X (2004), pp. 23-38; C. BARCELÓ TORRRES, “Los escritos árabes de la rábita de Guardamar”, in *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El ribat califal. Excavaciones e investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 131-145.

²³ R. AZUAR RUIZ, “O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribāt*-s do Al-Andalus”, in *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 35-36.

Aquela conjuntura, por ora única no Ocidente Peninsular, reflecte-se no facto de o espólio exumado nos sectores até agora escavados ser pouco numeroso, se comparado com o habitualmente recuperado em áreas habitacionais ou palatinas, do mesmo período e com idênticas dimensões. Todavia, detectámos, em algumas zonas do *ribât*, exteriores às construções e junto às falésias, grandes aglomerados de conchas, pertencentes a diferentes espécies de moluscos marinhos, à mistura com peças osteológicas de mamíferos e de aves, utilizados na alimentação, tal como alguns fragmentos de vasilhas de cerâmica, constituindo verdadeiras lixeiras e reflectindo preocupações higiénicas.

As cerâmicas constituem o espólio não só mais numeroso mas, também, mais significativo em termo paleoetnológicos, sendo muito escassos os artefactos produzidos com outras matérias-primas.

Os testemunhos cerâmicos subdividem-se em duas grandes categorias: a dos recipientes e de outras pequenas peças relacionadas com as actividades quotidianas e a da cerâmica de construção, representada, exclusivamente, por fragmentos e alguns exemplares completos de telhas, não raro decorados através de traços digitados, formando desenhos variados. Um destes elementos construtivos apresenta inscrição incisa.

Na camada superficial (C1) que cobria as ruínas e os níveis de ocupação islâmicos, identificaram-se algumas cerâmicas muçulmanas, a par de fragmentos atribuíveis a produções dos séculos XIV-XV, XVI e XVII, designadamente de cerâmicas comuns e faianças.

No Sector 1 exumámos, de 2002 a 2006, no nível correspondente à ocupação das estruturas islâmicas (C2), 704 fragmentos de cerâmicas que permitiram, dada a presença de porção do bordo ou do fundo, identificação formal, enquanto no Sector 2 se recuperaram, com tais características, somente 33 fragmentos e no Sector 3 apenas três.

Reconheceram-se, naqueles conjuntos, vinte e três formas distintas, com numerosas variantes, pertencendo a recipientes de mesa (taças, púcaros, jarros, bules e galhetas), a louça de cozinha (alguidares, frigideiras e panelas), a vasilhas de armazenamento (cantis, cântaros, potes e talhas), assim como a testos e a tampas, utilizados para tapar jarros, panelas ou cântaros, a contentores de fogo (fogareiros, lucernas e queimadores) e, ainda, pequenas malhas ou marcas de jogo.

Pastas e sup. Formas	Esmaltadas	Corda-seca	Corda-seca parcial	Vidradas	Claras	Verm./Cast.	Total	%
Taças	4	2		83	27	114	230	32,67
Púcaros			1		5	27	33	4,69
Jarros					27	36	63	8,95
Jarras				1	1	1	3	0,43
Bules					6	7	13	1,85
Galhetas				11		2	13	1,85
Alguidares					12	52	64	9,09
Frigideiras					2	47	49	6,96
Panelas				1	6	128	135	19,18
Cantis					1	1	2	0,28
Cântaros					29	25	54	7,67
Potes				1	1	8	10	1,42
Ânfora					1		1	0,14
Talha					1		1	0,14
Fogareiro						1	1	0,14
Lucerna	1						1	0,14
Testos					1	9	10	1,42
Tampas						2	2	0,28
Marcas de jogo				3	2	13	18	2,56
Queimador	1						1	0,14
Total	6	2	1	100	122	473	704	100
%	0,85	0,28	0,14	14,21	17,33	67,19	100	

Quadro I. Cerâmicas do Sector 1, Camada 2 (peças identificadas e descritas, procedentes das campanhas de 2002 a 2006).

A observação macroscópica da constituição das pastas, do resultado do ambiente de cozedura e do tratamento das superfícies das cerâmicas, permitiu estabelecer as seguintes seis grandes classes ou categorias de produções: cerâmicas possuindo as superfícies esmaltadas; cerâmicas de corda-seca; cerâmicas de corda-seca parcial; cerâmicas com as superfícies vidradas; cerâmicas produzidas com pastas de cores claras e cerâmicas fabricadas a partir de pastas de cor vermelha ou castanha, algumas destas mostrando aguadas ou engobes, em uma ou em ambas superfícies. Nesta última grande classe incluíram-se as cerâmicas montadas ao torno lento; taças, frigideiras e panelas, que utilizam pastas não muito bem depuradas e onde, não raro, se detectam elementos não plásticos de grão médio, alguns dos quais micáceos, de cor negra (biotite). Quase sempre com superfícies alisadas ou brunidas, esta produção, certamente local, recorda manufacturas pré e proto-históricas, nomeadamente algumas formas carenadas.

As cerâmicas do *ribāt* da Arrifana devem, excluindo-se casos muito raros, como algumas peças esmaltadas e as de corda-seca, integrar produções regionais e locais, importando sublinhar que não se registaram peças pertencentes a produções claramente exógenas, para além de lucerna esmaltada de cor verde. Elas permitem estreitos paralelos, técnicos, formais e decorativos, com outros arqueossítios islâmicos do *Gharb* como do *Maghreb*. As principais afinidades encontram-se nos espólios da alcáçova de Silves e de zonas da área urbana daquela cidade, onde desenvolvidas sucessões estratigráficas, tal como séries de datações absolutas, conduziram a classificá-las, pela primeira vez, com segurança e precisão.²⁴

Taças de forma hemisférica e hemisférica achatada ou troncocónica, com carena alta ou baixa, fragmentos de taças bitroncocónicas, com carena alta e acusada, também conhecidas como *ataifores* ou *conical plates*, mostrando as superfícies vidradas ou esmaltadas, de cor amarela melada ou de cor verde, algumas decoradas com simples linhas escorridas, a representação de palmetas ou de círculos secantes, na cor negra de manganês, são idênticas a diversos exemplares procedentes das camadas 2 e 3 do Castelo de Silves, correspondendo a contextos culturais pertencendo a período compreendido entre a ocupação almorávida-almoada, anterior a 1189 e a de 1191 a 1248, ou seja, até à conquista definitiva daquele alcácer,²⁵ como de arqueossítios do Norte de África.

Garrafas vidradas, panelas, alguidares e talhas, exumadas no *ribāt* da Arrifana, são semelhantes a peças de Ceuta e de Belyounech, por vezes sugerindo os mesmos centros produtores ou, pelo menos, a difusão de idênticos protótipos, integrando o que H. Terrasse²⁶ chamou o mundo da cerâmica hispano-magrebina.²⁷

Também se identificaram restos de forno (*tannur*) construído com barro cozido, no interior de zona residencial do Sector 1, possuindo paralelos tanto no *al-Andalus* como no *Maghreb*, onde serviam, principalmente, para cozer pão. Tiveram esta mesma função os muitos pratos (*tābaq*) ou frigideiras que encontrámos no *ribāt*, tal como ainda hoje acontece em numerosas regiões no Norte de África.²⁸

Entre o espólio metálico exumado importa destacarmos ferros de lança, pontas de flecha ou de virotes de besta, machado, de ferro, argolas de cotas de malha, de bronze, restos de pequenos estojos-amuleto, de cobre/bronze, e cinco pequenos rolos-amuleto de chumbo, que ainda não abrimos, dado melhor reflectirem as actividades sócio-religiosas decorrentes das funções próprias de um *ribāt*, onde se faria apelo à guerra santa, dali partindo os combatentes.

²⁴ M. V. GOMES; R. V. GOMES, "Cerâmicas muçulmanas: Quais as metodologias arqueológicas?", in *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1995, pp. 41-50; R. V. GOMES, *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, pp. 20-22, 49-50.

²⁵ R. V. GOMES, *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: A Alcáçova*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia 35, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, pp. 273, 275, 280, 281, 334, 404.

²⁶ H. TERRASSE, "La céramique hispano-maghrébine du XII^e siècle d'après les fouilles du château de Aïn Ghaboulo", in *Hespéris*, XXIV (1937), pp 13-18, 5 ests.

²⁷ L. GOLVIN, *Recherches Archeologiques a la Qal'a des Banû Hammâd*, Paris, G. P. Maison-Neuve et Larose, 1965; M. G. de CARDENAL, "Recherches sur la céramique médiévale marocaine", in *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1980, pp. 227-249; E. A. FERNÁNDEZ SOTELO, *Los Silos Medievales en la Arqueología Ceutí (II)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2005.

²⁸ S. GUTIÉRREZ LLORET, "Panés hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pan en Al-Andalus: el hornillo (*tannur*) y el plato (*tābaq*)", in *Lucentum*, IX-X (1990-91), pp. 161-175; A. BAZZANA, "Foyers et fours domestiques dans l'architecture rurale d'Al-Andalus", in *Arqueologia Medieval*, 4 (1996), pp. 139-163. Na campanha de escavações de 2009, haveria de encontrar-se, no Sector 4, *tannur*, em perfeito estado de conservação.

As armaduras de flecha denunciavam a presença de tiro com arco, arma que foi usada tanto na guerra como na caça e muito divulgada no mundo muçulmano, cuja utilização terá sido defendida pelo próprio Profeta, através das seguintes frases: “*Aquele que atira uma flecha por amor de Deus, quer atinja ou não o inimigo, terá um lugar especial perto do seu Senhor*” e “*Atirai com o arco filhos de Ismael, porque o vosso antepassado era arqueiro*”.²⁹

O uso de bestas encontra-se documentado no Ocidente Peninsular, entre Cristãos e Muçulmanos, pelo menos a partir de meados do século X, tendo surgido nozes, estribos de besta e outros acessórios metálicos de tais armas, em contextos almoadas do Castelo de Silves e da alcáçova de Mértola. Flechas e virotes podiam ser empenhados com acónito, potente veneno de origem vegetal.³⁰

Tiveram função defensiva as pequenas argolas de cotas de malha, embora mostrando dimensões maiores em relação a outras encontradas em Silves ou Faro, procedentes de contextos almoadas.

Os tubos-amuleto, um deles decorado, correspondem a artefactos com funções apotropaicas, dado que tais peças guardavam frases do Corão, escritas sobre papel ou pergaminho, acreditando-se não só protegerem como, de certo modo, predestinarem a vida de quem as usava.

Os rolos de chumbo, introduzidos nas paredes das mesquitas e conforme acontecia com exemplares provenientes dos Sectores 2 e 4, geralmente contêm frases, pintadas, gravadas ou em relevo, de carácter religioso, onde se expressava a Fé.

Conhecem-se amuletos de chumbo, no *al-Andalus*, possuindo inscrições de cariz mágico religioso, alguns dos quais descobertos dobrados, mas sem que o modo da sua utilização fosse claro.³¹ Um destes artefactos foi encontrado em São Brás de Alportel, contendo inscrição em cúfico.³² Também R. Azuar Ruiz refere diversos de tais artefactos de chumbo, constituídos por pequeníssimas placas epigrafadas.³³ Elas foram exumadas dobradas ou enroladas, como as de El Castellar de Alcoy, da Torre de Bugarra (Villena) ou do Castillo del Río (Aspe), esta com inscrição pintada e datada, devido ao contexto que integrava, em finais do século XII ou nos inícios da centúria seguinte. Outra semelhante procede do Cabezo de las Tinajas (Rojales, Alicante).³⁴ Aquelas peças, eram obtidas junto dos templos ou dos túmulos de personagens santas e, tal como os pequenos rolos da Arrifana, introduzidas nas paredes das mesquitas, traduzindo actividades ainda pouco estudadas. Descobrimos, no interior da parede de mesquita no Sector 4, lucerna completa, ali depositada, por certo, no contexto de prática sócio-religiosa, onde a simbologia da luz, física e transcendente, teria importante desempenho.

Foi colocada no interior de parede, da mesquita de maiores dimensões, placa de xisto, contendo epígrafe, que regista a reafirmação da fé em Deus e na palavra do profeta Maomé, talvez conotada com Ibn Qasī que, ao abraçar o sufismo, passou a usar o nome daquele.

Em outra placa de xisto, de menores dimensões, recuperada junto a mesquita do Sector 1, lê-se, integrada em cartela, a frase “*O poder pertence a Deus*”, doxologia bem conhecida, sobretudo durante o Período Almoada.

Duas pequenas contas, uma de faiança, de cor bege, e outra de cornalina, não têm, por ora, paralelos no mundo islâmico peninsular, podendo tratar-se de artefactos importados do Oriente, chegados ao *ribāt* dado usufruírem de significado especial, talvez ligado às suas origens exógenas. A cor vermelha intensa da cornalina e a forma esférica da conta, auferiam de simbologia conotada com poderes curativos, profilácticos e apotropaicos. Duas outras pequeníssimas contas, de vidro, constituem testemunhos mais recorrentes.

Pequenos cossoiros, de chumbo ou estanho, são idênticos a muitos outros que temos vindo a exumar no Castelo de Silves, onde integravam achados correspondentes às ocupações islâmicas mais tardias (séculos XII-XIII).

²⁹ A. BOUDOT-LAMOTTE, *Contribution a l'Étude de l'Archerie Musulmane*, Damas, Institut Français de Damas, 1968, pp. 42 e 44.

³⁰ S. D. ARNAUT, “Flechas com «erva» na guerra entre Portugal e Castela no fim do século XIV”, in *Revista Portuguesa de História*, III (1947), pp. 214-220.

³¹ T. IBRAHIM, “Evidencia de precintos y amuletos en Al-Andalus”, in *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 1987, vol. II, pp. 705-710.

³² A. PEREIRA, “De Estácio da Veiga à Actualidade: Breve história da investigação arqueológica no Concelho de São Brás de Alportel”, in *Xelb* 7 (2007), pp. 372-373, fig. 11.

³³ R. AZUAR RUIZ, *Denia Islámica. Arqueología y Poblamiento*, Alicante, Diputación Provincial de Alicante, 1989, pp. 398-399, est. 54.

³⁴ C. BARCELÓ TORRES, A. LABARTA e R. AZUAR RUIZ, “El plomo árabe del Cabezo de las Tinajas (Rojales, Alicante)”, in *Boletín de Arqueología Medieval*, 11 (1997), pp. 265-275.

Exumaram-se igualmente dois cossoiros de osso, semelhantes a outros providos de contextos islâmicos do *Gharb*. Trata-se de artefactos que denunciam a actividade artesanal desenvolvida no *ribât* e o aproveitamento daquela matéria-prima, ali igualmente utilizada em cabos de facas.

No Sector 3 encontrou-se pequeno pente de tear, de ferro, com paralelos em achados de Salir e que se guardam no Centro de Interpretação do Castelo daquela povoação. Também se exumaram extremidades de vários fusos, de cobre/bronze.

A função dos artefactos, acima referidos, ligados à fiação e tecelagem da lã, deve inserir-se no quotidiano que decorria no espaço do *ribât*, onde poderia ser confeccionado, pelo menos, parte do grosseiro vestuário de lã (*sûf*) usado pelos *murābitūn*.

4. Conclusões

Ibn Qasī terá iniciado o seu movimento político-religioso e fundado o *ribât* da Arrifana em data próxima a 1130, ali congregando boa parte dos seus discípulos e seguidores, designadamente os monges guerreiros ou *murābitūn*, tendo em vista tanto a propagação dos princípios sufis, como da sua própria mensagem espiritual.

Entre aquela data e 1140, momento em que se iniciam as campanhas militares lideradas por Ibn Qasī, este escreveu a sua obra capital “Livro do Descalçar das Sandálias” (*Kitāb Khal’a al-Nālayn wa iqtibās al-anwārmin mawdu al-qadamayn*), de que se conhecem dois manuscritos, ambos conservados na Biblioteca Suleymaniya de Istambul. O título da obra, inspirado no Antigo Testamento e no Alcorão (*Sura XX*, 11-12), não tem como símbolo apenas o abandono material e a entrega a Deus, mas a referência às duas sandálias parece contemplar a dualidade do mundo, exterior e interior, aspecto que surge ao longo daquele texto.

A obra mística de Ibn Qasī deve ter sido criada tendo em vista desempenhar funções de tratado teológico, embora o discurso recorra com frequência à alusão, à pluralidade de significados, ao simbolismo e à metáfora, encontrando-se envolvido por espesso esoterismo.

Ibn Qasī defendeu a unicidade divina, repudiou a antropomorfização de Deus e reconheceu a missão transcendente de Maomé (*Muhammad* = o louvado), tendo combatido o racionalismo, a intransigência teológica dos juristas e o poder dos militares, tidos como inimigos da gnosiologia, ou seja do saber completo e transcendente, da Natureza e dos atributos de Deus, tal como da aproximação à divindade única. Líder carismático, figura doutrinadora, estimuladora e catalizadora de vocações místicas, o mestre da Arrifana, foi cedo aclamado *mahdī*, enviado de Deus ou messias, acreditando-se, então, que desempenhava função sagrada, tendo tido também o título de imã, ou aquele que, conhecedor da teologia, dirige, sendo portanto a autoridade política e religiosa suprema.³⁵ Todavia, a sua indiferença, perante tais distinções e a autoridade pessoal que lhe era reconhecida, ficou explícita em um dos seus poemas, aliás premonitório do seu fim:

“Da lua de Sāfar poder me veio
que não me foi doce nem amargo
Nos meses de Rabi’ eu tive o cargo
de onde o prodígio me proveio.
E em Jumāda, por fim terminará
O flagelo que o tempo apagará.” (tradução de A. Alves³⁶).

Apesar das sentidas influências de outros doutrinadores que contribuíram na formação mística de Ibn Qasī, notam-se aspectos inovadores que conduziram à intervenção religiosa e política, contra Almorávidas e Almoadas, e à fundação, ou pelo menos à sua tentativa, de estado independente, dos impérios norte-africanos ou dos reinos cristãos, com carácter teocrático.³⁷ A fundação daquele teve, por certo, como ponto de partida e centro o *ribât* da

³⁵ A. ALVES, *As Sandálias do Mestre...* cit., pp. 108, 233-236.

³⁶ A. ALVES, *As Sandálias do Mestre...* cit., p. 256.

Arrifana. Todavia, Mértola e Silves constituíram, em diferentes momentos, importantes referências na representação do poder emanado pela entidade, política e religiosa, criada por Ibn Qasī.

A localização do *ribât* da Arrifana corresponde a estratégia, tanto religiosa como militar, ocupando “zona de fronteira”, tanto entre Muçulmanos e Cristãos, como intermédia do mundo material com o espiritual, mas também, significativamente, no encontro da Terra com o Mar. E é o próprio Ibn Qasī que falou da unicidade divina e do saber, comparando-o com a grandiosidade oceânica, conforme acima referimos.

O chão sagrado do *ribât* situava-se afastado dos principais centros representativos do poder de então, tanto Almorávida como Almoada, sediados em Silves e/ou Faro, contra os quais combateu, no contexto da *djihād*, Ibn Qasī.

A arquitectura da arrábida da Arrifana, com as suas mesquitas de pequenas dimensões, os espaços a elas anexos e o minarete, constitui importante novidade no panorama das edificações religiosas islâmicas, não só no actual território nacional, onde é único, mas em termos peninsulares, dado dispormos, apenas, como paralelo, do *ribât* de Guardamar (Alicante), mais antigo cerca de uma centúria. Por outro lado, contrariamente ao que acontece em Guardamar, não só conhecemos o nome, como parte da vida e obra do fundador do *ribât* da Arrifana, sendo possível deduzir os firmes propósitos da sua fundação, em termos estratégicos e ideológicos, ou as causas do seu abandono e destruição, através de factos bem balizados em termos históricos e cronológicos.

O espólio até agora exumado, nomeadamente o acervo cerâmico, mostra não só aspectos tipológicos condizentes com a cronologia assinalada para a vida do *ribât* de Ibn Qasī, como a sua singeleza, formal e decorativa, responde aos ideais do sufismo, sendo raras as cerâmicas esmaltadas ou mesmo vidradas e coexistindo numerosos exemplares produzidos com argilas pouco depuradas, montados ao torno lento, de feição grosseira. Ele reflecte a prática contra o que o mestre chamou de “egoísmo do estômago”, ou seja o apelo à frugalidade alimentar e aos jejuns rituais.

A raridade de cerâmicas esmaltadas e decoradas da classe corda-seca ou corda-seca parcial, explica-se devido a constituírem peças não só dispendiosas como capazes de reflectirem ostentação e fausto, contrariando a rígida disciplina, a austeridade e a sobriedade defendida por Ibn Qasī e seguida pela comunidade de monges-guerreiros que viviam no *ribât* (*tariqa*).

Para além de recipientes de mesa, de cozinha e alguns de armazenamento, não identificámos peças específicas do ritual religioso, como pias de abluções, sendo raríssimos os queimadores, embora algumas outras vasilhas pudessem ter sido utilizadas com aquelas funções.

Verifica-se que as cerâmicas muçulmanas recuperadas no *ribât* oferecem claramente cronologia correspondente aos Períodos Almorávida e Almoada, centrada em meados do século XII, concordando com a data proposta para a fundação daquele estabelecimento, como com o seu período de maior actividade. Não se detectaram cerâmicas típicas dos momentos tardios da administração muçulmana no *Gharb* conforme, por exemplo, acontece no Castelo ou na cidade de Silves ou, até, no Castelo de Aljezur.³⁷

Os restos de alimentos recuperados apresentam larga predominância de moluscos marinhos, ainda hoje abundantes na interface costeira próxima do *ribât*, tanto na base das arribas que o envolvem, como em zonas estuarinas e lagunares, a par de algumas peças osteológicas de mamíferos e de aves, onde se incluem raras peças cinegéticas.³⁸

Aqueles testemunhos indicam economia de subsistência, algo diversificada, certamente complementada por vegetais e, sobretudo, pão, resultante da exploração agrícola dos terrenos vizinhos, onde correm algumas linhas de água, por parte da comunidade instalada no *ribât*. Não devemos afastar a hipótese de certos bens serem

³⁷ C. PICARD, *Le Portugal...* cit., p. 94; A. ALVES, *As Sandálias do Mestre...* cit., pp. 104 e 107.

³⁸ C. T. da SILVA; R.V. GOMES, “Primeiros resultados das escavações arqueológicas no Castelo de Aljezur”, in *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 347-356.

³⁹ M. T. ANTUNES, “*Ribât* da Arrifana – Estudo arqueozoológico”, in *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 83-86; P. M. CALLAPEZ, “Fauna malacológica do *ribât* da Arrifana – Análise preliminar”, in *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 87-90.

proporcionados pela caridade ou pelos saques, propiciados pelas campanhas militares, em que participavam os *murābitūn*.

Depois de ter sido chamado *imām* (chefe religioso e político) e *mahdī* (guia espiritual ou messias), Ibn Qasī morre assassinado em Silves, a mando dos Almoadas e às mãos de um dos seus discípulos mais próximos (Ibn Almúndir), no ano de 1151. O *ribāt* da Arrifana foi, então, certamente abandonado, talvez amaldiçoado, sendo perseguidos os móridas e a obra do seu fundador. Todavia, para além dos testemunhos literários e arqueológicos que referimos, conserva-se vagamente na memória colectiva local que a povoação de Aljezur teria sido fundada por um “príncipe-poeta mouro”, tal foi o impacto que provocou a presença na região de Ibn Qasī, há mais de oito séculos e meio.

Ibn Qasī foi, quanto a nós, fruto da fronteira, ideológica e de domínio, entre dois mundos; um Cristão e Europeu e o outro Mulçumano e Magrebino que, apesar da proximidade geográfica, não mais se haveria de dissipar.

Cumpre agradecermos ao Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa e ao Dr. André Teixeira, o amável convite para participarmos no Colóquio a que corresponde o presente volume de actas, e registarmos o nosso reconhecimento à Câmara Municipal de Aljezur, Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Português de Arqueologia e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, instituições que têm proporcionado os meios necessários à realização dos trabalhos arqueológicos no *ribāt* da Arrifana. Importa destacarmos em todo este processo a acção decisiva e continuada, traduzida em incentivos e apoios diversos, do Sr. José Manuel Marreiros, presidente da A.D.P.H.A.A.

Os desenhos que ilustram o presente trabalho são de autoria dos signatários e de Joana Gonçalves.

O manuscrito foi entregue para publicação em Fevereiro de 2009.

Bibliografia

- ALVES, A., “Ibn Qasī – Esse desconhecido”, in *O Algarve, da Antiguidade aos nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 88-90.
- ALVES, A., *As Sandálias do Mestre. Em Torno do Sufismo de Ibn Qasī nos Começos de Portugal*, Lisboa, Hugon Editores Lda., 2001.
- ALVES, A., *Portugal e o Islão Inicial*, Lisboa, Ésquilo Edições e Multimédia, 2007.
- ANTUNES, M. T., *Ribāt da Arrifana – Estudo arqueozoológico*. In: *Ribāt da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 83-86.
- ARNAUT, S. D., “Flechas com «erva» na guerra entre Portugal e Castela no fim do século XIV”, in *Revista Portuguesa de História* III (1947), pp. 214-220.
- ASTON, M., *Monasteries in the Landscape*, Gloucestershire, Tempus Publishing Ltd., 2002.
- AVNI, G., “Early mosques in the Negev Highlands: New archaeological evidence on islamic penetration of Southern Palestine”, in *Bulletin of American School of Oriental Research* 294 (1994), pp. 83-100.
- AZUAR RUIZ, R., “Primera noticia de los trabajos arqueológicos realizados en el yacimiento islámico de las dunas de Guardamar del Segura (Alicante): una posible rábita de Época Califal”, in *Sharq al-Andalus*, 2 (1985), pp. 125-136.
- AZUAR RUIZ, R., “El posible Al-Monastir de las dunas de Guardamar del Segura (Alicante)”, in *Las Illes Orientales d’Al-Andalus*, Palma de Mallorca, Institut d’Etudis Baleàrics, 1987, pp. 265-309.
- AZUAR RUIZ, R., *La Rabita Califal de las Dunas de Guardamar (Alicante)*, Alicante, Diputación Provincial de Alicante 1989.
- AZUAR RUIZ, R., *Denia Islámica. Arqueología y Poblamiento*, Alicante, Diputación Provincial de Alicante, 1989a.

- AZUAR RUIZ, R., “Una rábita hispanomusulmana del siglo X (Guardamar del Segura, Alicante, España)”, in *Archéologie Islamique*, 1 (1989), pp. 109-122.
- AZUAR RUIZ, R., “La rábita califal de Guardamar y el paleoambiente del Bajo Segura (Alicante) en el siglo X”, in *Boletín de Arqueología Medieval*, 5 (1991), pp. 135-150.
- AZUAR RUIZ, R. (coord.) *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004.
- AZUAR RUIZ, R., “El ribat en al-Andalus: espacio y función”, in *Ilu – Revista de Ciencias de las Religiones*, X (2004a), pp. 23-38.
- AZUAR RUIZ, R., “O contributo da Arqueologia para o estudo dos ribât-s do Al-Andalus”, in *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 29-36.
- BARCELÓ TORRES, C., “Los escritos árabes de la rábita de Guardamar”, in *Fouilles de la Rábita de Guardamar I. El ribat califal. Excavaciones e investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 131-145.
- BARCELÓ TORRES, C., “Inscrição”, in *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 101, 102.
- BARCELÓ TORRES, C.; LABARTA, A. e AZUAR RUIZ, R., “El plomo árabe del Cabezo de las Tinajas (Rojales, Alicante)”, in *Boletín de Arqueología Medieval* 11 (1997), pp. 265-275.
- BAZZANA, A., “Foyers et fours domestiques dans l’architecture rurale d’Al-Andalus”, in *Arqueologia Medieval*, 4 (1996), pp. 139-163.
- BOUDOT-LAMOTTE, A., *Contribution a l’Étude de l’Archerie Musulmane*, Damas, Institut Français de Damas, 1968.
- BORGES, A. G. de M., “Ibn Qasî, rei de Mértola e mahdi luso-muçulmano”, in *Arqueologia Medieval*, 1 (1992), pp. 209-215.
- CALLAPEZ, P. M., “Fauna malacológica do ribât da Arrifana – Análise preliminar”, in *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur, 2007, pp. 87-90.
- CARDENAL, M. G. de, “Recherches sur la céramique médiévale marocaine”, in *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale*, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1980, pp. 227-249.
- COELHO, A. B., *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1972, vol. I.
- COELHO, A. B., *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, 1973, vol. III.
- DE LA PUENTE, C., “La Campaña de Santiago de Compostela (387/997): Yihâd y legitimación del poder”, in *Qurtuba*, 6 (2001), pp. 7-21.
- DOMINGUES, J. D. G., *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*, Lisboa, Editora Pro-Domo, 1945.
- DOMINGUES, J. D. G., *O místico louletano Al-Orianie e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, Lisboa, Edição do Autor, 1954.
- DOMINGUES, J. D. G., “Os mestres luso-árabes de Ibn Arabi”, in *Orientalia Hispanica. Sive Studia F. M. Pareja Octogenario Dedicata*, Leiden, 1974, pp. 297-304.
- DOMINGUES, J. D. G., *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Hugin-Editores Lda., 1997.
- DREHER, J., *Das Imamat des Islamischen Mystikers Abûlqâsim Ahmad Ibn al-Husain Ibn Qasî*, Bona, Universidade de Bona, 1985.
- ELLIOTT, W., *The Career of Ibn Qasî as a Religious Teacher and Political Revolutionary in 12th Century Islamic Spain*, Edinburg, Edinburg University, 1979.
- FERNÁNDEZ SOTELO, E. A., *Los Silos Medievales en la Arqueología Ceutí (II)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2005.
- GOLVIN, L., *Recherches Archeologiques a la Qal’a des Banû Hammâd*, Paris, G. P. Maison-Neuve et Larose, 1965.
- GOMES, M. V., “Ibn Qasî – Memória, do pensamento e acção, do mestre sufi da Arrifana”, in *Al-Rihana* 2 (2006), pp. 17-44.

- GOMES, M. V. e GOMES, R. V., “Cerâmicas muçulmanas: Quais as metodologias arqueológicas?”, in *Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1995, pp. 41-50.
- GOMES, R. V., *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: Território e Cultura*. Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002.
- GOMES, R. V., *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: A Alcáçova*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 35, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V., “O *ribât* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7-1 (2004), pp. 483-573.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V., “El *ribat* de Arrifana (Aljezur, Algarve); identificación y primeros trabajos”, in *Fouilles de la Râbita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1992)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 239-245.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V., “O *ribât* da Arrifana (século XII). Resultados de três campanhas de escavações”, in *Al-Rihana*, 1 (2005), pp. 41-71.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V., “O *ribât* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2003 – Sector 1”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8-2 (2005), pp. 471-533.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V., “A *djihâd* no Extremo Sudoeste Peninsular – O recém-identificado *ribât* da Arrifana (século XIII)”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 16 (2005), pp. 141-159.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V., “O *ribât* da Arrifana (Aljezur, Algarve): Resultados das escavações arqueológicas no Sector 3 (2003/2004)”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9-2 (2006), pp. 329-352.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V. *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Câmara Municipal de Aljezur, Aljezur, 2006.
- GOODRICH, D. R., *A Süfi Revolt in Portugal: Ibn Qasî and his Kitâd Hal'al-na'layn*, Columbia, Columbia University, 1978.
- GUTIÉRREZ LLORET, S., “Panes hogazas y fogones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pan en Al-Andalus: el hornillo (*tannur*) y el plato (*tâbaq*)”, in *Lucentum*, IX-X (1990-91), pp. 161-175.
- HELMS, S., *Early Islamic Architecture of the Desert*, Edinburg, Edinburg University Press, 1990.
- HERCULANO, A., *História de Portugal*, vol. II, 8.^a ed. Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand, 1875.
- IBRAHIM, T., “Evidencia de precintos y amuletos en Al-Andalus”, in *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Madrid, 1987, vol. II, pp. 705-710.
- LAGARDÈRE, V., “La tariqa et la révolte des muridûn en 539H/1144 en Andalus”, in *Revue de l'Occident Musulman Méditerranéen*, 1 (1983), pp. 157-170.
- LAGARDÈRE, V., *Les Almoravides. Le Djihâd Andalou (1106-1143)*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1998.
- LE GOFF, J., “Le désert – forêt dans l'Occident médiéval”, in *L'Imaginaire Médiéval*. Paris, 1985.
- LOPES, D., “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciencias de Lisboa*, Lisboa, 3-1 (1910), pp. 50-273.
- LOPES, D., “O Domínio Árabe”, in *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora Lda., 1928, pp. 289-431.
- MARÍN, M., “La práctica del *ribât* en Al-Andalus (ss. III-V/IX-XI)”, in *Fouilles de la Râbita de Guardamar I. El Ribat Califal. Excavaciones e Investigaciones (1984-1982)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 191-201.
- MARINHO, J. R., “Moedas de Ahmad ibn Qasî batidas em Silves”, in *O Arqueólogo Português*, Série IV-3 (1985), pp. 177-196.
- MARQUES, A. H. de O., *História de Portugal*, Lisboa, Edições Ágora, 1972, vol. I.
- MOLINA, L., *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, vol. II.

- NWYIA, P., “Note sur quelques fragments inédits de la correspondance d’Ibn al-Arif avec Ibn Barrajjân”, in *Hespéris*, 43 (1956), pp. 217-221.
- NWYIA, P., “Rasâ’il ibn al-Arif ila ashab Thawrat al-Muridin”, in *Al-Abhath*, Beirute, 1978-79, pp. 47-56.
- PARREIRA, O., *Os Luso-Árabes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1899, vol. 2.
- PEREIRA, A., “De Estácio da Veiga à Actualidade: Breve história da investigação arqueológica no Concelho de São Brás de Alportel”, in *Xelb*, 7 (2007), pp. 365-376.
- PICARD, C., *L’Océan Atlantique Musulman. De la conquête Arabe à l’Époque Almohade*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997.
- PICARD, C., *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e Siècle)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000.
- ROSEN-AYALON, M., *Art et Archéologie Islamiques en Palestine*, Paris, Presses Universitaires de France, 2002.
- SALGADO, FR. V., *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1786, vol. I.
- SEYBOLD, C. F e LOPES, D., “Onomatologia arabico-portuguesa”, in *O Archeologo Português*, 8 (1903), pp. 123-131.
- SIDARUS, A. Y., “A rebelião algarvia contra os Almorávidas e o movimento muridita do *mahadi* Ibn Qasī”, in *7.º Congresso do Algarve*, Silves, Racial Clube, 1992, 9 pp.
- SIDARUS, A. Y., “Novas perspectivas sobre o *Gharb Al-Andalus* no tempo de D. Afonso Henriques”, in *D. Afonso Henriques e a sua Época – 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, 1997, vol. 2, pp. 249-268.
- SIDARUS, A. Y., “Novos dados sobre Ibn Qasī de Silves e as taifas almorávidas no *Gharb al-Andalus*”, in *I Jornadas de Silves*, Silves, Associação do Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, pp. 35-40.
- SIDARUS, A. Y. e TEICHNER, F., “Termas romanas no *Gharb al-Andalus*. As inscrições árabes de Milreu (Estói)”, in *Arqueologia Medieval*, 5 (1997) pp. 117-189.
- SILVA, C. T. da e GOMES, R. V., “Primeiros resultados das escavações arqueológicas no Castelo de Aljezur”, in *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 347-356.
- TANGUY, B., “In oceano desertum: L’implantation monastique ancienne dans les îles bretonnes”, in *Les Religieux et la Mer. Histoire Médiévale et Archéologie*, 16 (2004), pp. 95-123.
- TERRASSE, H., “La céramique hispano-maghrébine du XII^e siècle d’après les fouilles du château de Aïn Ghaboulo”, in *Hespéris*, XXIV (1937), pp. 13-18, 5 ests.

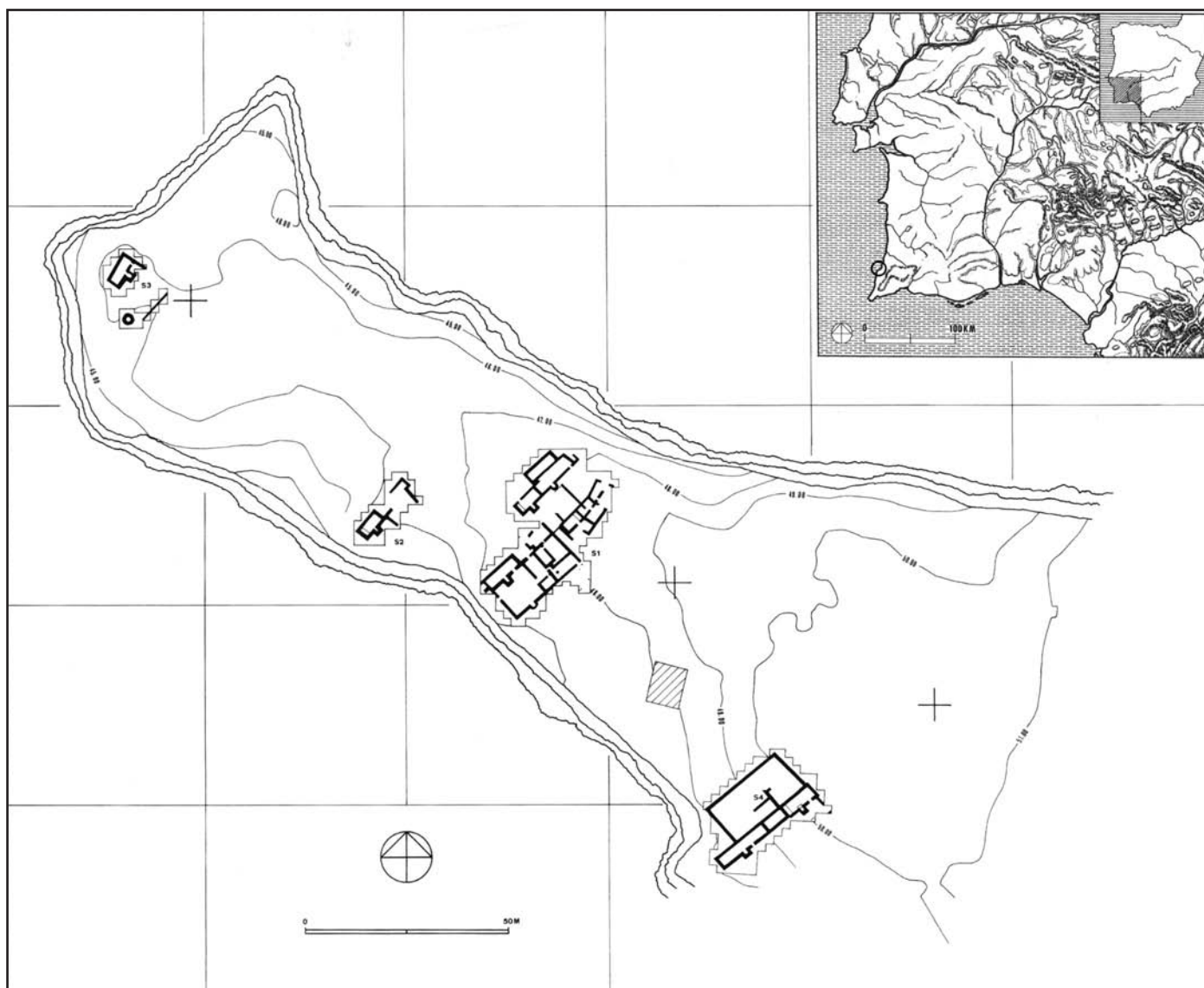


Figura 1: Plantas das estruturas exumadas no *ribât* da Arrifana (2008) (seg. R. e M. Varela Gomes).

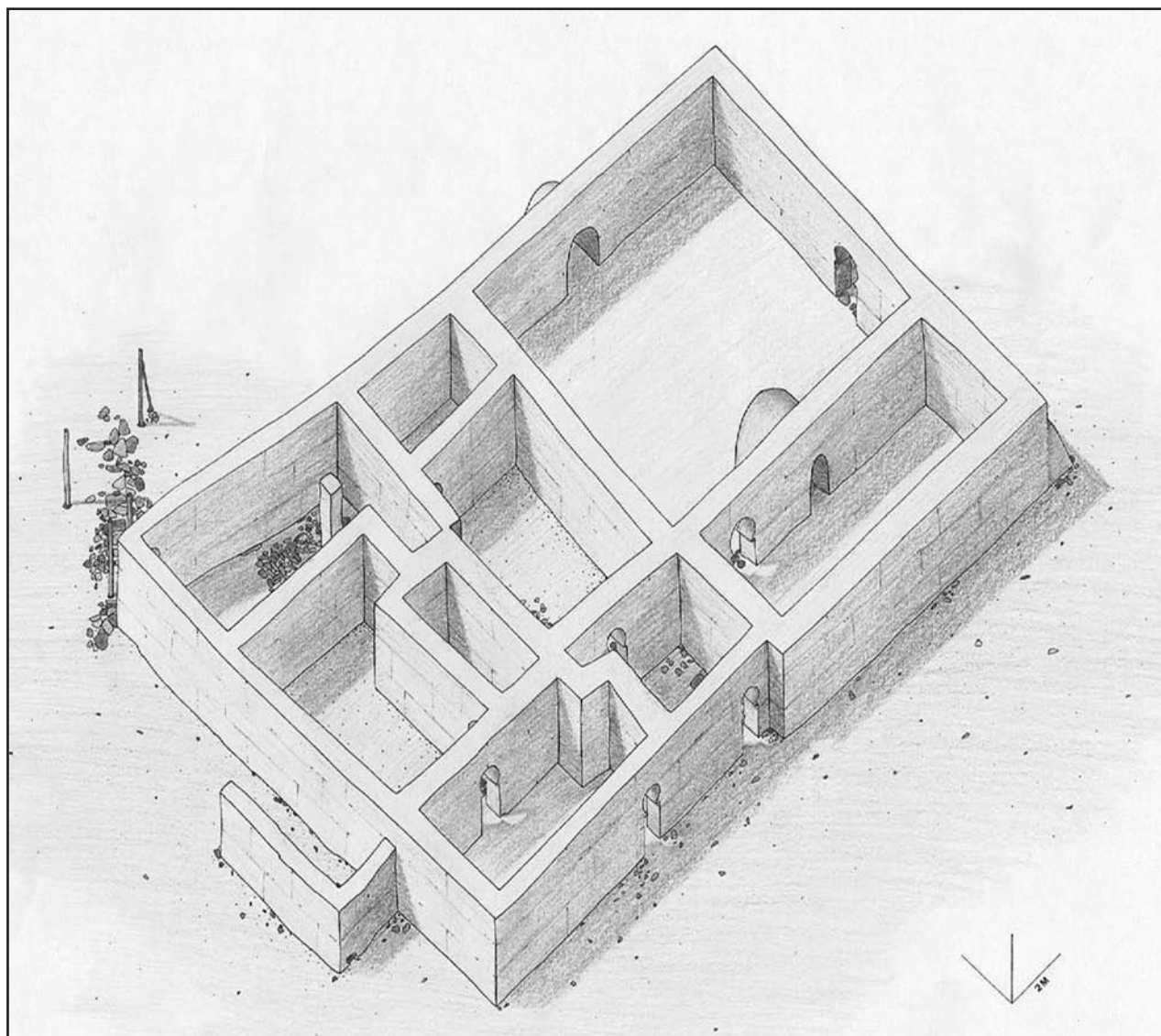


Figura 2: *Ribât* da Arrifana. Reconstituição das estruturas do Sector 1 (seg. R. e M. Varela Gomes).

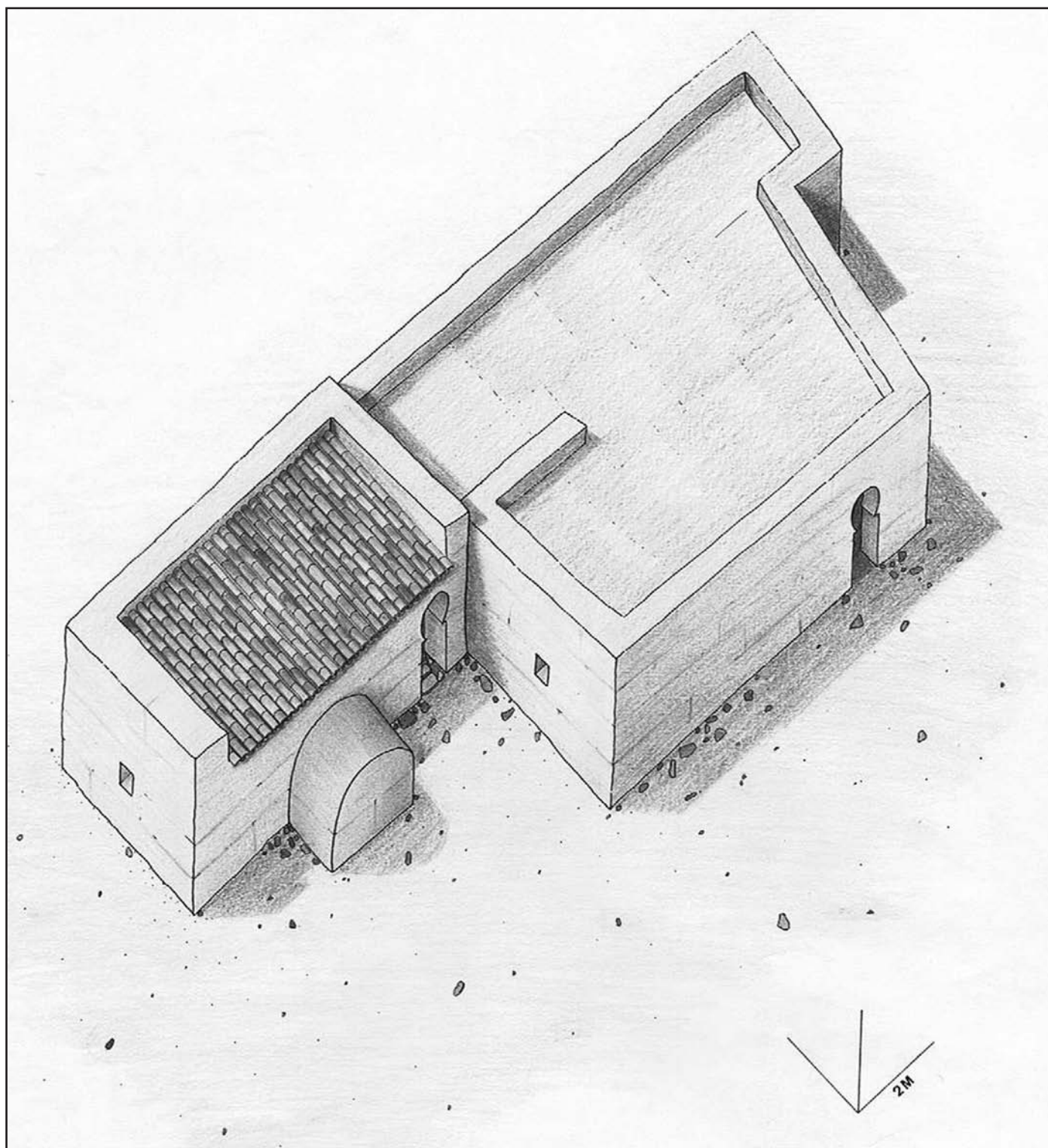


Figura 3: *Ribât da Arrifana*. Reconstituição das estruturas do Sector 2 (seg. R. e M. Varela Gomes).

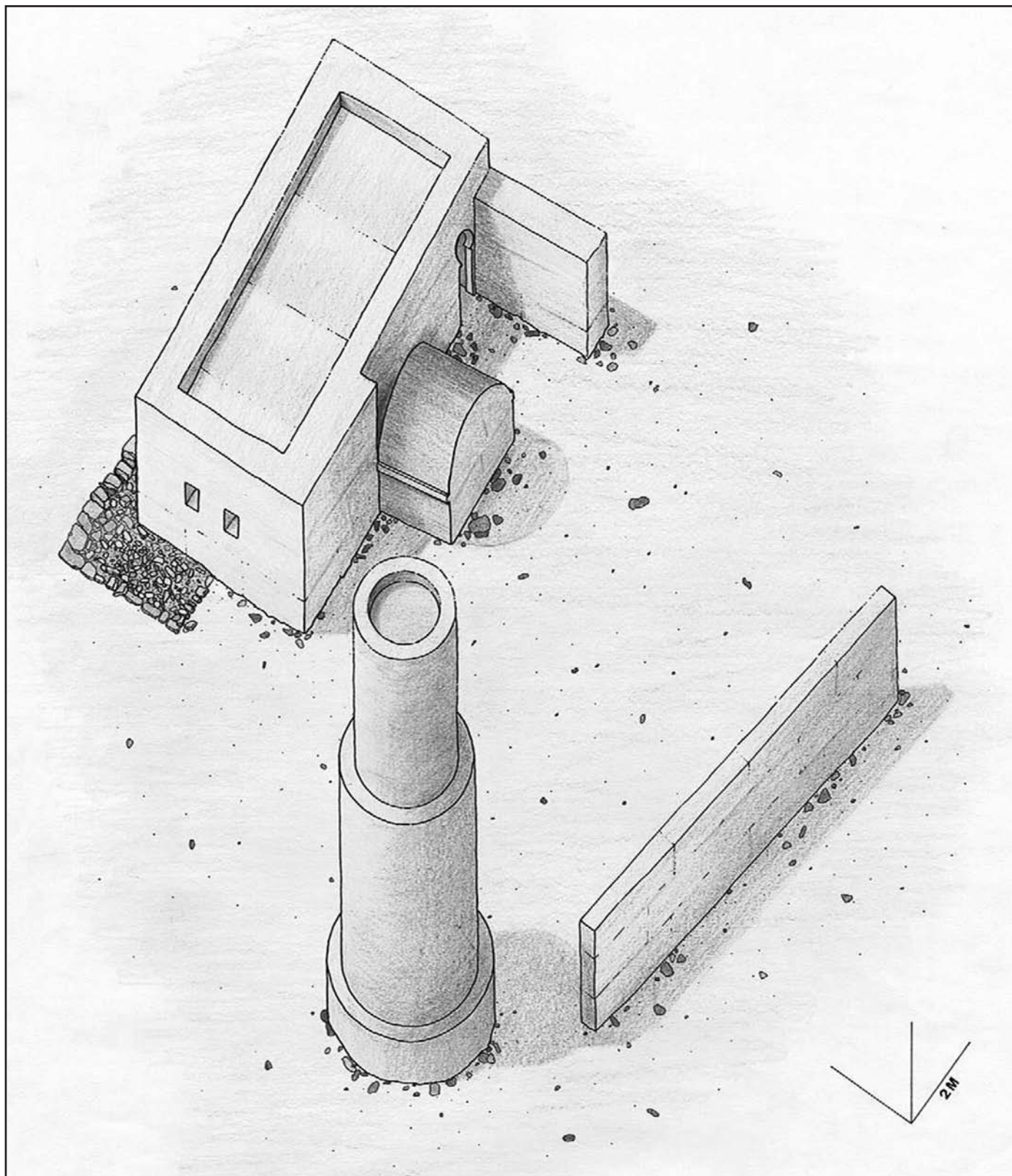


Figura 4: *Ribât* da Arrifana. Reconstituição das estruturas do Sector 3 (seg. R. e M. Varela Gomes).

A PRESENÇA DE MOUROS NO ALGARVE D'AQUÉM APÓS A RECONQUISTA

VALDEMAR COUTINHO

A conversão dos Visigodos ao cristianismo, de pois de terem dominado o território da Península Ibérica, no século V, criou as condições para o estabelecimento de uma ordem político-social, baseada em dois pilares: o poder dos senhores e as influências da Igreja. Era sólida a interligação desses dois factores nas estruturas administrativas em toda a península.

As invasões árabes do século VIII provocaram alterações nos fundamentos da administração em vigor, pelo menos na mudança de agentes. Não havia homogeneidade nos detentores do poder, dividido entre berberes, árabes e muladies e a religião era diferente. Em todo o caso, a influência da Igreja não caiu de imediato, porque, durante algum tempo, mantiveram-se os bispados visigóticos, entre eles o de Ossónoba. Com o tempo, o número crescente de *muladies*, cristãos convertidos ao islamismo, muitos deles oriundos da classe dirigente, enfraqueceu a situação dos moçárabes e, consequentemente da Igreja. A religião muçulmana enraizou-se, alterando-se os comportamentos das populações.

Em todo o caso, a influência cristã não se apagou de todo no Algarve, como se pode concluir pelo culto de S. Vicente na igreja do corvo, perto de Sagres e do milagre de Santa Maria em Faro, descrito na cantiga CLXXXIII, de Afonso X, o Sábio: “Desto direi un milagre que fezo en Faaron / a Virgen Anta Maria en tempo d’Aben Mafon, / que o reino do Algarve tii’aquela sazón / a guisa d’om’esforçado, quer en guerra, quer en paz”.

Sabemos que a dominação islâmica não se limitou ao sul da Península Ibérica e, muito menos, ao sul do território português, hoje conhecido por Algarve, mas, neste trabalho, centramo-nos nesta última região e, por isso, utilizamos dados a ela referentes.

Tal como havia acontecido com a ocupação islâmica de grande parte da Península Ibérica, a partir dos princípios do século VIII, também o movimento da Reconquista provocou alterações no comportamento e nas crenças das populações, como se disse. Já desde finais do século X, a maioria da população do al-Andaluz era constituída por *muladies*, indígenas convertidos ao islão. A princípio, estiveram afastados do poder, mas, com o tempo, começaram a ter influência na sociedade e na política, tornando-se um dos grupos mais influentes e numerosos na Espanha muçulmana¹.

No Algarve, à semelhança do que se passou no al-Andaluz no seu todo, coexistiram vários grupos etno-sociais que Helena Catarino divide em seis:

1. Os Árabes que se dividiam em dois ramos, os *baladies* (os do país de origem), sobretudo do Iémen e os Sírios, clientes dos Omíadas.
2. Os Berberes, o maior contingente entre os invasores, a princípio sem grande peso na sociedade, mas que vieram a ocupar lugares de relevo na administração local. Também eram, na sua maioria Berberes, os soldados ao serviço dos impérios almorávida e almóada. Os primeiros, originários do Senegal/Níger

¹ Virgilio MARTINEZ e Antonio TORREMOCHA, *Almanzor e su época*, Editorial Sarriá, Málaga, 2001, p. 102.

- eram considerados Mouros, devido à sua origem geográfica. Esta designação vai aplicar-se aos não cristãos e aos não judeus do al-Andaluz.
3. Os Muladies, naturais convertidos ao islão, alguns dos quais procediam da classe dirigente visigoda e chegaram a ocupar lugares de relevo na sociedade andaluza e a participar em rebeliões.
 4. Os Moçárabes, cristãos que viviam em territórios administrados por muçulmanos, pagando os impostos lançados sobre eles.
 5. Os judeus que tinham sido perseguido pelos reis visigodos e aceitaram com algum entusiasmo o domínio árabe, ocupando-se, fundamentalmente em actividades económicas.
 6. Os escravos obtidos pela guerra, por nascimento ou por compra.²

Com a Reconquista do Algarve, iniciada com a primeira tomada de Silves em 1189, originam-se naturais modificações na hierarquia social da população, devido ao novo poder político instalado. Alguns habitantes que até ali seguiam a região islâmica, ter-se-ão tornado cristãos, adoptando a fé dos novos senhores e dos que tinham relevo na sociedade da região. Este fenómeno é mais rápido na cidade, mas, com o tempo, estende-se também ao campo. Sem ser possível apresentar dados quantitativos, sabemos apenas que um determinado número de pessoas preferiram a fidelidade ao islão, sujeitando-se a viver no arrabalde e pagando imposto às novas autoridades, constituindo o grupo dos mudéjares, conhecido vulgarmente por mouros.

No sul de Portugal, foi mais intensa a influência muçulmana do que no norte do país, não pela presença de maior número de seguidores do islão, após a Reconquista cristã, mas devido à permanência, por mais tempo, do poder muçulmano, e aos contactos mais fáceis com zonas sujeitas ao controlo de povos islamizados, dentro e fora da Península Ibérica.

Quando as autoridades cristãs tomaram o poder político no Algarve, a maioria da população era muçulmana, fosse ela berbere, árabe ou muladie. O novo poder político do território empenhou-se em dar condições aceitáveis à permanência dos que seguiam a religião dos antigos dominadores, para não destruir a actividade económica. Muito provavelmente, o número de habitantes era maior nos centros urbanos do que no interior, ainda que este também fosse razoavelmente povoado, dada a existência de numerosas alcarias (povoados medievais correspondentes a municípios, freguesias ou paróquias). Num inventário dos sítios arqueológicos islâmicos, Helena Catarino identificou 19 alcarias no actual concelho de Alcoutim, igual número no de Castro Marim e 3 no de Tavira³.

É difícil quantificar a população do Algarve em meados do século XIII e distinguir o número de cristãos e de muçulmanos aí residentes. Silves era um centro urbano islâmico de vulto, o que implica uma população relativamente numerosa, conforme se depreende das palavras do cruzado anónimo, um dos participantes na conquista de 1189. “O estado de Silves he tal qual passo a descrever. Em grandeza não discrepta ella muito de Goslar (cidade no ducado de Brunswick); todavia tem muito mais casas e mansões ameníssimas”⁴. O facto de ter “muito mais casas e mansões”, quer dizer, sem equívocos, que era uma cidade com maior população do que aquela a que é comparada, sendo considerada, na altura, uma cidade mais importante do que Lisboa. Há quem alvitre uma população de 15.000 habitantes e os outros núcleos urbanos da região, naquele período, Tavira Loulé e Faro, também albergavam um número significativo de moradores.

Consciente da importância dos numerosos habitantes muçulmanos para a prosperidade económica, D. Afonso III concedeu foral aos mouros forros de Silves, Tavira, Loulé e Santa Maria de Faro. De acordo com esse documento, a grande preocupação era garantir a segurança dos beneficiários, criando um estatuto próprio, para proteger os mouros residentes de eventuais usurpações das autoridades ou das populações cristãs. “Faço carta de foro e segurança a vós Mouros que sois forros, em Silves, e em Tavira, e em Loulé e em Santa Maria de Faro. Mando que nenhum (meu) cristão ou judeu tenha poder de fazer-vos mal ou foça, mas quem for o vosso alcaide

² Helena CATARINO, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados”, in *Al'Ulyā, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 6-I (1997-1998), pp. 89-91.

³ Helena CATARINO, “O Algarve Oriental...” cit., p. 115.

⁴ *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo (fac-simile da ed. por João Baptista da Silva Lopes)*, Lisboa/Silves, Edições Távola Redonda/ Câmara Municipal de Silves, 1994, p. 186.

vos julgará”⁵. No mesmo documento, estão explícitas as obrigações para com o rei: “E isto faço para que vós me deis em cada um ano um maravedi por cabeça desde o tempo em que possais ganhar a necessária alimentação. E para que me deis alfitra e azaqui, e a dízima de todo o vosso trabalho”⁶. Na prática, concedia-se-lhes uma situação idêntica à dos mouros forros de Lisboa, uma comunidade islâmica numerosa e integrada na vida da cidade, que já gozava de certa autonomia, o que terá contribuído para a estabilidade dessa comunidade “... deveis fazer e usar como usam e fazem os meus mouros forros de Lisboa”⁷. As mourarias de Silves, Tavira, Loulé e Faro localizavam-se extra-muros, à semelhança do que se passava em Lisboa e noutras localidades do país.

Com o decorrer do tempo, nem sempre a comunidade islâmica do Algarve sentia a segurança que lhes era prometida no foral de D. Afonso III e muitos abandonavam o território, talvez também na mira de melhores condições de vida em terra de mouros. Foram tomadas medidas para dissuadir a fuga dos que partiam sem licença régia. Aos aspectos negativos na economia, juntava-se o perigo dos que se fixavam em Marrocos que poderiam dar informações objectivas aos piratas e corsários que assolavam o território, com muita frequência. O resultado da actividade destes era mais rentável se dispusessem de um conhecimento exacto dos locais e das melhores condições para capturar pessoas e bens.

Em *Anais de Arzila*, Bernardo Rodrigues, apresenta o caso de um traidor, residente naquela praça africana, um tal João Vaz Maio, “natural de Tavila e dos principais mareantes dela”⁸. É provável que se tratasse de um mourisco (muçulmano convertido, aparentemente, ao cristianismo) e que tinha saído da sua cidade natal. Esteve em Oliva e em Puerto de Santa Maria, indo fixar-se em Arzila, depois de vários infortúnios. A princípio era um colaborador do capitão da praça, mas, por atitudes suspeitas, teve de ficar sob vigilância. As investigações fundamentaram as suspeitas, porque agora, de novo muçulmano, agia contra os portugueses, nomeadamente em actos de pirataria na costa portuguesa e espanhola “e assi parece que com sua mudança de fé mudou a condição e fez-se um leão contra sua natureza, cometendo cousas contra toda a rezão, indo a Castela e ao Algarve, seu natural, com seu barquinho, onde tomou muitos cristãos e depois em fustas, com as quais idas e entradas fez muita prezas e danos na costa do Algarve”⁹. Não teria sido caso único, entre os mouriscos ou simplesmente renegados que partiam do Algarve e depois aproveitavam os seus conhecimentos da região para tornar mais rentáveis os actos de pirataria. No século XV, eram diferentes os condicionalismos dos verificados no século XIII, já não se fazia sentir a mesma necessidade de dar condições aos mouros residentes em território algarvio, como forma de proteger a economia.

Por carta régia de 23 de Dezembro de 1436, D. Duarte confirmou a doação feita por D. Fernando (1345-1383), já também homologada por D. João I, de bens de raiz, deixados por mouros em Faro, por terem partido para África, sem licença régia¹⁰. Esta e outras medidas não foram suficientes para impedir a fuga de mouros, com os inconvenientes acima referidos.

Nos dois séculos posteriores à Reconquista, as mourarias continuavam a albergar uma parte significativa da população nas cidades, havendo, por vezes, conflitos entre os mouros e as autoridades locais e os próprios cristãos. Para solucionar estes conflitos, no livro II das Ordenações Afonsinas (meados do século XV), lembra-se a necessidade de respeitar as disposições contidas nos forais dados aos mouros e de as alargar a outras localidades, para além das referidas no foral de D. Afonso III¹¹, para se evitar o risco de uma brusca diminuição da população. Com o movimento da Reconquista não se pretendeu obrigar os muçulmanos residentes em território português a abandonar a sua religião, como veio a acontecer mais tarde.

Em documentos do século XV, como, por exemplo, no *Livro do almoxarifado de Silves*, são referidos mouros que pagavam impostos, com indicação das quantias, pelo arrendamento de terras, casas e pardieiros do rei no arrabalde e na dita cidade. Observemos alguns desses casos, a título de exemplo:

⁵ *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1993, p. 29.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila: crónica inédita do século XVI*, edição de David LOPES, Lisboa, Academia das Ciências, vol. II, p. 154.

⁹ Idem, pp. 154-155.

¹⁰ ANTT, Chancelaria de D. Duarte, liv. 3, fl. 56, in *Monumenta Henricina*, vol. V, p. 123.

¹¹ *Ordenações Afonsinas*, Liv. II, título XXXXVIII.

– “huma casa térrea dentro da mouraria... que foy de Mafamede Aluane mouro surdo e parte com casas de Lulo mouro... as quaes traz Pasas mouro por dous rreaes de prata de foro em cada hum ano...

– Huna casa térrea dentro da dicta mouraria que foy dada a el Rej por outra casa que foy de Zagalo per Xemecim moura... a qual trazia a dicta Xemecim por R soldos da moeda antiga.”¹²

Além das actividades mercantis, de pesca e de pequenas indústrias de cortumes, de ferro e de barro, os muçulmanos que viviam em Portugal dedicavam-se, igualmente, a actividades agrícolas. No citado *Livro do almoxarifado de Silves*, encontramos nomes de mouros que cultivavam terras de vinha e de figueiras, em regime de aforamento.

– “Maryame moura molher que foy de Pequem trazia duas courelas de vinha por biiij libras de moeda antiga...

– No dicto logo de Loubite tem el Rej hum pedaço de vinha que parte de huma parte com a vinha d Alle Baboso e da outra com a vinha de Fadal mouro e entesta com caminho puprico a qual trazia Maryame moura molher que foy de Pequem por XX soldos de moeda antiga...”¹³

Não dispomos de dados quantitativos para conhecer a percentagem de mouros no Algarve, comparativamente à população cristã. A análise dos nomes contidos naquele livro, mostra-nos que havia 293 nomes de cristãos e 54 muçulmanos que pagavam impostos. Seria esta a proporção das pessoas que praticavam uma e outra religião? É muito provável que nos dois séculos anteriores a proporção fosse diferente. Devemos ainda recordar que, no Algarve, tal como no resto do país, os judeus constituíam uma parte significativa da população.

As medidas tomadas pela realza para evitar uma diminuição brusca da população do Algarve, nos tempos que se seguiram à conquista cristã da região não foram suficientes para evitar a saída de muçulmanos para Marrocos e outras zonas do Mediterrâneo. Referiu-se o caso de doação régia de bens que tinham pertencido aos que trocavam o território algarvio por terras onde não fossem molestados por causa da sua religião, ou onde pudessem ter uma vida com melhor situação económica. Temos conhecimento de, em casos pontuais, a realza conceder regalias a mouros residentes, ou para recompensar serviços prestados, ou para incentivar a permanência em território português. D. Duarte dispensou a moura Aziza, e o mouro Galebo, ambos residentes em Évora, de dar aposentadoria em suas casas de morada¹⁴.

Por outro lado, existiam algumas medidas humilhantes e onerosas tomadas pelas próprias autoridades que tornavam a vida difícil dos mouros forros residentes, como as multas no caso de seres encontrados fora das mourarias, depois do toque do sino da Trindade, a obrigação de usarem um traje típico e sinais distintivos. Iam-se acumulando razões dissuasoras da permanência em território português, particularmente no Algarve, onde eram mais fáceis os contactos com regiões onde se professava a lei de Maomé e onde esperavam acolhimento favorável. A coexistência de cristãos e mouros era, de uma maneira geral, defendida na legislação, mas, na prática surgiam dificuldades a essa prática. Os impostos não diminuía, o mal-estar agravou-se, com a conquista do reino de Granada, em 1492. Aqueles que podiam trocavam o território peninsular pelo norte de África, ainda que não fossem encontrar as facilidades e as melhores condições de vida ambicionadas, porque lá também tinham pesadas obrigações para com os soberanos da região, tinham de enfrentar a oposição das pessoas.

O grande golpe foi dado com a obrigação imposta aos mouros, em 1496, de se converterem à fé cristã, ou então abandonarem o país. Esta medida foi tomada por D. Manuel para cumprimento de uma cláusula do seu matrimónio com D. Isabel, filha dos Reis Católicos. Houve algumas tentativas por parte do rei para que tal não fosse levado muito à letra, mas a verdade é que os mouros, como os judeus sentiram-se perseguidos e muitos deles partiram de Portugal, com consequências muito gravosas para a vida económica do reino. Os mouros foram muito afectados por esta decisão e, a partir daí, verificou-se um grande êxodo de mouriscos. A situação agravou-se com o que se passava em Espanha, após a conquista de Granada, em 1492, pois o muçulmano que residisse em qualquer ponto de Espanha era considerado um vencido¹⁵. Os condicionalismos em Portugal eram muito semelhantes, ainda que se tivessem verificado algumas conversões aparentes, sem grande repercussão na tomada de decisões.

¹² *Livro do almoxarifado de Silves (século XV)*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1984, pp. 34 e 35.

¹³ *Idem*, p. 45.

¹⁴ *Monumenta Henricina*, vol. V, pp. 135 e 152.

¹⁵ António Domínguez ORTIZ e Bernardo VINCENT, *Historia de los Moriscos*, 3ª edição, Madrid, Alianza Editorial, 1997, p. 18.

A maioria dos que ainda por aqui viviam tomou a decisão de abandonar o Algarve, despovoando as mourarias que perderam o dinamismo de outros tempos.

Por meados do século XVI, a presença de comunidades islâmicas no Algarve era uma realidade do passado. Em *Corografia do Reino do Algarve*, escrita em 1577, o seu autor, frei João de S. José, refere-se à protecção régia dispensada aos mouros, nos tempos que se seguiram à Reconquista, considerando-a uma medida responsável pela continuidade dos mouros no Algarve: “E esta é a causa por que os Mouros durarem em todo o Algarve mais de trezentos anos depois disto, sendo livres e senhores de suas fazendas”¹⁶. A expressão “mais de trezentos anos” só pode ter um sentido: nesse tempo, já não existiam as mourarias e não se praticava uma política idêntica à de D. Afonso III, na segunda metade do século XIII.

Nas cidades algarvias, não se conserva o topónimo Mouraria, bairro onde residiam os muçulmanos, como em Lisboa, não só por as comunidades de muçulmanos não terem sido tão numerosas e tardias, como na capital, mas também porque o urbanismo no Algarve sofreu profundas alterações com o terramoto de 1755. Em todo o caso há algumas reminiscências desses bairros, sempre junto ao exterior da muralha urbana. No caso de Tavira, “A mouraria (em Tavira) ficava compreendida entre o Terreiro da Porta do Postigo, o Terreiro do Poço dos Mouros e o Terreiro hoje chamado do Cano. O Terreiro do Poço dos Mouros é o pequeno largo formado pelo cruzamento da Rua dos Mouros com a Rua que do Terreiro da Porta do Postigo leva ao alto da Rua do Mal-foro, isto é, com a Rua dos Machados. Nesse lugar existia o chamado Pocinho dos Mouros a que aludem várias escrituras notariais antigas”¹⁷.

Em Faro, “como remanescência da Mouraria é de referir que, em 1909, numa planta da cidade de Faro ainda subsiste a Horta da Mouraria. Esta localizava-se no interior do quarteirão, situado a norte da rua de Santo António, pertencente ao logradouro da Casa das Açafatas”¹⁸. Em Loulé, o topónimo rua da Mouraria, paralela à rua do Saco e no cruzamento da rua Engenheiro Duarte Pacheco, no exterior a sul da muralha, é a prova do espaço onde os mouros se concentraram, após a conquista cristã.

No que diz respeito a Silves, os topónimos rua da Mesquita e travessa da Mesquita parecem testemunhar a existência da Mouraria nessa zona, entre a muralha da Medina e o rio. Corroboram esta localização os dados apresentados em *Tombo do almoxarifado de Silves da Casa da Rainha (século XVI)*, para as confrontações de uma horta aforada a Llianor da Costa “tem hua orta he a primeira que estaa imdo da sidade pêra a ponte”¹⁹. As referidas ruas situam-se entre a muralha da cidade e a ponte sobre o Arade, certamente, onde se localizava a mouraria de Silves.

A toponímia algarvia mantém muita influência da presença islâmica, a começar pelo nome da região e pelas numerosas alcarias na serra do Caldeirão e por inúmeros topónimos: Aljezur, Almargem, Loulé, Almansil, Odeceixe, Budens, Benaciate, Benafátima, Benafim, Benémola...

Ainda se conservam também monumentos de origem islâmica, mais ou menos preservados. A título de exemplo, referiremos o castelo velho de Alcoutim, parte das muralhas urbanas de Tavira, de Faro, com destaque para as torres albarrãs e a porta lateral da muralha, em arco de ferradura, e de Loulé. O conjunto arquitectónico do dispositivo defensivo de Silves constitui um dos elementos de maior influência islâmica em todo o Portugal.

Nos três séculos posteriores à Reconquista, a população islâmica no Algarve beneficiou de protecção régia como incentivo à sua permanência na região, conviveu em relativa harmonia com as outras camadas da população, mas, com o tempo, sobretudo a partir de finais do século XV, e com as vicissitudes políticas e religiosas na Península Ibérica, tais comunidades acabaram por desaparecer.

¹⁶ Frei João de S. JOSÉ, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in Manuel GUERREIRO e Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Dois descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 95.

¹⁷ Damião Augusto de Brito VASCONCELOS, *Notícias históricas de Tavira (1242-1840)*, (3.ª edição), Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1977, p. 41.

¹⁸ Francisco LAMEIRA, *Faro – a arte na história da cidade*, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1991, p. 32.

¹⁹ Miguel Maria Telles Moniz CÔRTE-REAL, *Tombo do almoxarifado de Silves (século XV)*, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico Cultural do Concelho de Silves, 2007, p. 94. CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz leitura paleográfica, transcrição, organização e índices de..., *Tombo do almoxarifado de Silves da Casa da Rainha (século XVI)*, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, 2007.

Bibliografia

- CATARINO, Helena, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados”, in *Al’Ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 6-I (1997-1998), pp. 89-91.
- A Cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo* (fac-simile da ed. por João Baptista da Silva Lopes), Lisboa/Silves, edições Távola Redonda / Câmara Municipal de Silves, 1994.
- CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz (leitura paleográfica, transcrição, organização e índices de...), *Tombo do almoxarifado de Silves da Caa da Rainha (século XVI)*, Silves, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Silves, 2007.
- COUTINHO, Valdemar (coordenação e introdução de...), *Centros históricos de influência islâmica*, Portimão, Instituto de Cultura Ibero Atlântica, 2001.
- Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1993.
- LAMEIRA, Francisco, *Faro, a arte na história da cidade*, Faro Câmara Municipal de Faro, 1991.
- Livro do almoxarifado de Silves (século XV)*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1984.
- MARTINEZ, Virgílio e TORREMOCHO, António, *Almanzor e su época*, Málaga, Editorial Sarriá, 2001.
- Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, vol. V, 1960.
- ORTIZ, António Domínguez e VINCENT, Bernard, *Historia de los Moriscos* (3.^a ed.), Madrid, Alianza Editorial, 1997.
- PICCARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle), L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.
- S. JOSÉ, Frei João de, “Corografia do Reino do Algarve 1577” in GUERREIRO, M. V. e MAGALHÃES, J. R., *Dois descrições do Algarve do século XVI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983.
- VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias históricas de Tavira (1242-1840)* (3.^a ed.), Tavira, Edição da Câmara Municipal de Tavira, 1977.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila: crónica inédita do século XVI*, edição de David LOPES, Lisboa, Academia das Ciências, 1915-1919.

O ATLÂNTICO MAGREBINO NO FINAL DA IDADE MÉDIA

*Palco por excelência do terror medieval
ou ponto de partida de uma nova era...*

PAULO ESMERALDO CATARINO LOPES *

As navegações portuguesas realizadas na época dos Descobrimentos foram de primordial importância para a marcha da humanidade. Através de escritos e desenhos cartográficos, os Portugueses desempenharam um papel cimeiro e de vanguarda na descrição objectiva do mundo. Por outro lado, como salientou Luís de Albuquerque, a transformação da *arte* de navegar numa *técnica* de navegar, ou seja, a passagem de uma navegação pautada por processos elementares para uma navegação baseada na medida de uma coordenada astronómica de um astro – ponto de partida da *rigorosa* navegação moderna – constituiu, sem dúvida, uma das consequências mais relevantes das navegações portuguesas¹. Assistiu-se como que, desde a Grécia Antiga, a um primeiro grande primado da observação, da experimentação, da técnica, enfim, da razão e da ciência. Isto é um facto incontestável e inabalável.

Pois bem, é precisamente sobre esta premissa, tantas vezes debatida e aperfeiçoada, que a presente comunicação não se debruça. Ao invés, nela pretende-se reflectir sobre aquilo que denominamos a face “obscura” dos Descobrimentos, a face do abstracto, do não mensurável, do subjectivo, em última análise daquilo que cientificamente se considera o *erro* e que tem por base a menos heróica das paixões humanas: o medo.

São, pois, estas massas volúveis, impossíveis de definir ou de materializar rigorosamente, que vamos tentar analisar em relação à navegação no Atlântico magrebino no final da Idade Média e inícios da Idade Moderna, primeira grande fase da expansão marítima lusa, onde as Canárias e o cabo Bojador merecem particular destaque. Tal propósito implica mergulhar no domínio do sonho, do imaginário, da fantasia e do maravilhoso, procurando captar como o navegante do final da Idade Média encarava o desconhecido e se relacionava com ele.

São escassas as fontes sobre esta temática. No entanto, esses raros apontamentos *iniciais* quando associados aos registos existentes sobre as navegações posteriores, em especial as relativas à carreira da Índia, e dos quais podemos fazer recurso dada a reduzida distância temporal e a ausência de grandes variações ao nível das condicionantes, permitem avançar algumas hipóteses de reflexão.

O homem do mar português é alguém experimentado, podemos mesmo afirmar que, à época, é um dos mais experimentados de toda a Europa. Por outro lado, tem ao seu alcance técnicas de navegação, embarcações e instrumentos náuticos cada vez mais desenvolvidos e aperfeiçoados. Isto para além de todo um saber que aumenta e se consolida a cada viagem, e do qual o conhecimento profundo das rotas, das correntes e dos ventos são exemplos paradigmáticos. O *Tratado da Agulha de Marear* (1514) de João de Lisboa e o *Livro de Marinharia* (c. 1566) de Pero Vaz Fragoso comprovam este avanço do saber marítimo. No entanto, nos derradeiros momentos (e não só), os antigos medos voltam à superfície, ainda que cada vez mais filtrados e transfigurados por toda uma nova experiência e uma nova forma de conceber o mundo.

* Instituto de Estudos Medievais

¹ Cf. Luís de ALBUQUERQUE, *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*, Vega, Lisboa, 1990, vol. II.

De realçar que este texto constitui apenas *uma* das muitas abordagens possíveis ao complexo e diversificado tema do medo do mar no início do longo processo dos Descobrimentos portugueses; um processo que abrangeu um período de quase dois séculos e se espalhou por diversas regiões do mundo.

1. Heranças e condicionantes

Que sentia o marinheiro português, independentemente do escalão social e cultural de que é originário, ao pôr um pé numa embarcação com vista a uma viagem oceânica? O que lhe percorria a mente quando experienciava os primeiros momentos de uma tão longa – e sempre perigosa – deslocação no tempo e no espaço? Para encontrar uma resposta segura a estas questões, há, num primeiro momento, que mergulhar no mundo das origens, mesmo longínquas, de um fenómeno efectivamente muito complexo. É que, tão importante como questionar a natureza do medo que o homem do mar do fim da Idade Média sentia, é perguntar porque é que ele tinha esse medo.

Com efeito, é no resultado da demanda das tradições ou equipamentos culturais (antigos e medievais) que estão na base deste sentir relativamente ao viajar no oceano que, numa primeira fase, podemos encontrar bases seguras para uma qualquer tentativa de interpretação sólida. De salientar que este tema foi profundamente explorado por três historiadores portugueses: José Mattoso, Luís Krus e Luís Adão da Fonseca². Para os seus estudos remetemos, pois, a atenção de todos aqueles que desejam aprofundar a temática da herança antiga e medieval do imaginário português do mar na viragem da Idade Média para o mundo Moderno.

A aventura atlântica tem antecedentes longínquos. A odisseia marítima de S. Vicente, por exemplo, encontra o seu centro histórico no Mediterrâneo, tornando-se manifestação última das viagens dos heróis da Antiguidade e das suas aventuras marítimas. Por outro lado, as navegações pelo oceano fazem parte das tradições dos povos celtas, que durante a Idade Média serão devidamente cristianizadas ao ponto de constituírem uma referência incontornável quando se trata de nomear os percursos marítimos³.

Há uma visão do Atlântico anterior aos Descobrimentos – em grande parte, o Atlântico medieval – feita a partir de uma herança que remonta à Antiguidade. E há o Atlântico vivido e sentido pelo homem ocidental da viragem da Idade Média para a Idade Moderna, fruto portanto de um espírito e de uma sensibilidade que têm algo novo e diferente. A primeira é uma dimensão onírica, não verdadeira, não racional, que aos poucos vai sendo ultrapassada pelo evoluir da segunda. Ultrapassada, mas nunca apagada. Antes transfigurada e adaptada; enquadrada no novo cenário emergente. Daqui resultou um modo específico e original de olhar e viver a realidade marítima pelos protagonistas da gesta dos Descobrimentos.

Estamos, pois, a considerar o Atlântico num processo que envolve a coexistência de duas dimensões neste momento de charneira: a primeira do maravilhoso e do fantástico, ou seja, uma visão tendencialmente não experimental do Atlântico; a segunda baseada na experiência e na observação em primeira mão do mar alto. Trata-se, como Luís Adão da Fonseca refere, do “imaginário do Atlântico” e do “Atlântico imaginado”⁴.

² Cf. José MATTOSO, “O mar a descobrir”, in *Obras Completas José Mattoso – Naquele Tempo – Ensaio de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 219-229; idem, “O imaginário marítimo medieval”, in *Obras Completas... cit.*, pp. 231-244; idem, “Os antepassados dos navegadores”, in *Obras Completas... cit.*, pp. 245-264; idem, “O medo do mar”, in *Le Caravelle Portoghesi sulle Vie delle Indie: le cronache di scorpeta fra realtà e letteratura. Atti dell'Convegno Internazionale, Milano, 1990*, Consiglio Nazionale delle Ricerche / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (org.), Roma, Bulzoni, 1993, pp. 265-274; José MATTOSO e Luís KRUS, “A representação do mundo”, in *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento – “A Voz da terra ansiando pelo mar” – Antecedentes dos Descobrimentos*, José Mattoso (coord.), Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros – Commissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 238-293; Luís Adão da FONSECA (ed.), *O Atlântico: a memória de um Oceano*. Vol. 1 – *Do Imaginário do Atlântico ao Atlântico Imaginado*, Porto, Banco Português do Atlântico, 1993; Luís KRUS, “O imaginário português e os medos do mar”, in *A descoberta do homem e do mundo*, Adauto Novaes (org.), São Paulo, Ministério da Cultura – Fundação Nacional de Arte – Companhia das Letras, 1998, pp. 95-105; idem, “Primeiras imagens do mar: entre o Desejo e o Medo”, in *A arte e o mar*, [Catálogo da] Exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998, Fernando António Baptista Pereira, Maria Isabel Pereira Coutinho e Maria Rosa Figueiredo (coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 29-39.

³ Cf. Luís KRUS, “O mar”, in *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento... cit.*, p. 271.

⁴ Cf. Luís Adão da FONSECA (ed.), *O Atlântico: a memória de um Oceano... cit.*, p. 13.

Os Descobrimentos portugueses envolveram uma longa série de viagens que começaram no Atlântico, e nas quais, de uma forma ou de outra, se comprometeu a grande maioria da nação portuguesa, bem como os mais diversos sectores económicos, sociais, políticos ou religiosos. Contudo, este empreendimento colectivo teve as suas origens e antecedentes num período mais recuado e não apenas em território nacional.

Com efeito, na demanda dos antecedentes medievais dos Descobrimentos, há que relacionar os factores de ordem interna⁵ com os elementos europeus, mais gerais, mas não menos importantes⁶. Sem nunca perdemos de vista a identidade nacional e o papel singular desempenhado pelos portugueses, não devemos esquecer que Portugal faz parte de um todo que deve ser olhado em conjunto. Mais ainda, em sentido lato, é fundamental reter que os Descobrimentos são um fenómeno europeu e não apenas português, pois diversos foram os países da Cristandade ocidental que mobilizaram esforços para contactar com o mundo asiático ou africano. A curiosidade não era, pois, exclusivamente portuguesa. Podemos afirmar que Portugal foi pioneiro e durante algum tempo o grande protagonista das viagens e dos contactos, mas de forma nenhuma se pode adjudicar a exclusividade aos Portugueses do fenómeno global dos Descobrimentos. Noutra vertente, diversos estrangeiros houve que estiveram envolvidos nos projectos lusos, sobretudo italianos, catalães, castelhanos e muçulmanos, em particular no domínio técnico⁷.

A perspectiva com que os Portugueses encaram o mundo que os rodeia e, sobretudo, o novo que desconheciam e agora vislumbram e experimentam é a perspectiva do que conhecem e esse *conhecido* é o mundo cristão com tudo aquilo que o caracteriza: a hierarquia e a organização política, social e religiosa, os costumes e superstições associados, as práticas jurídicas e litúrgicas. Enfim, tudo o que distingue a Cristandade ocidental.

A postura fortemente centralizada da Igreja de Roma torna, por um lado, e apesar de cíclicos momentos de tensão religiosa e espiritual vividos na Cristandade, a identidade religiosa um dado inquestionável e, por outro lado, inequívoco o sentimento de pertença a uma mesma comunidade de valores.

Portugal está, pois, invariavelmente ligado à Europa de que faz parte, nomeadamente a Castela, Itália, França e Inglaterra. Não surpreende, por isso, que partilhe de uma idêntica concepção do mundo, bem como dos seus receios e ansiedades relativamente ao novo e ao desconhecido.

No entanto, como todas as nações coevas, Portugal tem traços únicos e directamente associados à especificidade da sua situação geográfica, social e cultural. A sua identidade cultural, sobretudo no Sul, é neste período extremamente singular devido ao contacto próximo com a civilização muçulmana. Especialmente no que se refere à relação com o mar.

Como refere José Mattoso, “é justamente o lugar peculiar que Portugal ocupa no conjunto europeu que o predispõe, mais do que todos os outros países europeus, para ser ele a desencadear a aventura dos Descobrimentos”⁸. A própria situação de fronteira, ou seja, o facto de Portugal estar localizado no limite ocidental da Europa, onde a terra acaba e o mar começa, como diria o Poeta, garante-lhe uma vocação natural para a demanda no exterior desconhecido. Além disso, este carácter de extremidade, de ponta e de afastamento relativamente ao centro condiciona de imediato uma tendência supranacional⁹.

2. O Atlântico magrebino

Como referimos, as Canárias e o cabo Bojador constituem os primeiros grandes marcos da conquista do Atlântico pelos navegadores portugueses. E ambos os cenários se revestem de uma forte presença do maravilhoso no que diz respeito ao imaginário.

⁵ A formação de uma frota marítima desde inícios de Duzentos, o desenvolvimento do comércio português no Atlântico Norte, as carências de recursos em solo nacional e consequentes dificuldades gerais de subsistência, o espírito de cruzada, entre outros...

⁶ As ligações históricas do Ocidente europeu com outras civilizações, resultante nomeadamente das cruzadas, do estabelecimento da rede do comércio mediterrânico por mercadores italianos, catalães ou andaluzes, das embaixadas enviadas ao Oriente e das viagens de missionários e mercadores também ao Oriente. Por outro lado, os diversos contactos verificados entre os europeus e o elemento marítimo, através da pesca, da pirataria, do comércio, das embaixadas ou da guerra, pelo menos, desde o século XIII, e que revelam que não pode existir uma fronteira rígida e bem definida entre o mundo medieval e a era moderna.

⁷ Cf. José MATTOSO, “O mar a descobrir”... cit.

⁸ *Ibidem*, p. 221.

⁹ Cf. idem, “A representação do mundo”, in *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento...* cit., p. 49.

Sendo o Atlântico do Magrebe o primeiro obstáculo a ultrapassar no período de navegação programada que constituem os Descobrimentos portugueses (as actividades piscatórias e as expedições comerciais ao Norte da Europa não se enquadram aqui), estão aqui bem presentes todos os elementos de carácter mítico-lendário herdados da Antiguidade e da Idade Média. Ainda é muito cedo para uma libertação segura das amarras do imaginário que levou séculos a enraizar-se. Certamente ficou bem consolidado e não seria de um dia para o outro que receios seculares iriam desaparecer, por muito palpável que fosse a nova experiência do real.

A experiência da realidade do mar alto e a consequente observação directa dos seus efeitos tiveram no Atlântico magrebino o seu início. Em termos mentais este foi, pois, o momento e o espaço por excelência da fusão entre o domínio da tradição e o da experiência moderna, conforme aos novos tempos renascentistas.

Podemos sempre dizer que os Portugueses já circulavam no mar. Sem dúvida; mas numa navegação essencialmente de cabotagem, portanto nunca longe da costa. A verdadeira experiência do mar alto, da intempérie oceânica, começou neste período. A vivência das tempestades, das ondas oceânicas e dos naufrágios em alto-mar, bem como do horizonte azul ou cinzento-escuro a perder de vista em todas as direcções era algo que desconheciam. E a sombra mítica da *finisterra* estava sempre presente. A noite no oceano era algo que estava agora a começar a ser realmente vivenciada e sentida. Por outras palavras, começavam a materializar-se e a concretizar-se os antigos receios relativamente ao mar profundo.

O medo do desconhecido que está longe, tão próprio da mentalidade medieval, dá agora lugar à terrível ansiedade e angústia do experimentado aqui e agora. Isto apesar de todo o desenvolvimento técnico que estava a acontecer e da curiosidade e vontade, genuínas, de ir mais além desvendar o incógnito. Do *ir* ser finalmente mais forte do que o *ficar*. Das motivações serem tão preponderantes que tudo permitiam experimentar e enfrentar, mesmo os receios mais profundos e recônditos.

Neste processo novo – diversificado, complexo e violento em termos não apenas físicos, mas também mentais e emocionais –, esses temores antigos não desapareceram simplesmente. Apesar de derrotados pelo confronto quotidiano com o real, nunca foram apagados. Falamos de um substrato mental que não apenas resistiu e permaneceu como em vários aspectos se transfigurou em algo novo, sempre do foro da crença e do imaginário religioso.

O estabelecimento e proliferação de rituais propiciatórios e crenças (em terra e a bordo) com vista a legitimar espiritualmente essa nova prática marítima comprovam a transfiguração dos antigos demónios em novos receios (proiecções e avatares dos terrores ancestrais). Dito de outro modo, comprovam o permanecer do medo do oceano, agora transformado e “rejuvenescido” pelo duro contacto directo com a realidade. Exemplos maiores, numa sociedade ainda e sempre profundamente ancorada no sagrado, são os ex-votos e as devoções marinheiras a santos protectores.

Trata-se de práticas do âmbito do sagrado que tinham por principal objectivo cristianizar o mar, puxando-o assim para a “segurança” sacra do mundo cristão, e que reflectem o novo posicionamento eclesiástico e popular face ao mar. Desta forma, neutralizava-se a carga negativa e maléfica do oceano e garantia-se protecção divina aos praticantes das rotas oceânicas.

O oceano imprevisto e susceptível de mudanças súbitas e perigosas abria-se, pois, à navegação quotidiana. E juntamente com as rotas físicas, reais, abriam-se os caminhos mentais em favor da imensidão oceânica.

Em suma, a conquista do Atlântico magrebino pelos Portugueses revela uma Europa cristã ocidental preparada para contactar o Outro civilizacional e as novas e desconhecidas paragens do mundo, aquelas que a tradição clássica evocava e acerca das quais efabulava. Todavia, algo de estrutural e estruturante temos de reter: por baixo de uma superfície de modernidade e de vitória da experiência, da ciência e, enfim, da razão, permaneceu uma sólida camada de obscurantismo mental, que à primeira oportunidade explodia e vertia a sua lava. Exemplos paradigmáticos destes momentos são os cultos praticados a bordo aquando da passagem dos cabos, do enfrentar das tempestades, da vivência das noites oceânicas e, enfim, das tão temidas calmarias dos mares.

2.1. *As Canárias: entre o real e a imaginação*

O imaginário do Atlântico revela-nos um oceano “horizontal” povoado de ilhas. São elas que, imaginárias ou reais, povoam esse espaço sem limites, transformando-o em espaço navegável, apetecível. “É que ninguém navega para parte alguma”¹⁰.

Entre os lugares feéricos do imaginário medieval relativamente ao oceano Atlântico merecem especial atenção as Ilhas Afortunadas e a de S. Brandão, ambos os tópicos relacionados com o arquipélago, real, das Canárias.

As primeiras, segundo Jean Delumeau, remetem para uma tradição clássica, baseada nos textos de Homero (século IX a. C.), de Hesíodo (século VIII a. C.) e de Plutarco (c. 45-c. 120), que situava, para além do imenso Atlas marroquino, ilhas de jardins encantadores, de clima temperado, onde os homens não precisavam de trabalhar e atingiam uma notável longevidade. Mais tarde, já no período cristão, Isidoro de Sevilha (c. 560-636) recupera esta crença dando-lhe um lugar na sua geografia do mundo, que foi determinante para a cultura ocidental¹¹.

Já a ligação da ilha de S. Brandão às Canárias, no quadro do tema das Afortunadas, constitui o exemplo por excelência da presença do maravilhoso no imaginário do navegador europeu da viragem da Idade Média para a época moderna. Ela é o símbolo maior da ausência de fronteiras precisas entre ficção e realidade neste período, estado directamente herdeiro dos anteriores séculos medievais.

Era, pois, profunda e intensa a mitologia insular relacionada com o Atlântico do Magrebe no final da Idade Média. Lugares especiais da imaginação dos europeus, desde cedo, desde os Gregos, as ilhas foram sempre espaços de construção de utopias. Quando em 1492 Colombo chegou à *sua* Índia, julgou encontrar nas ilhas do Novo Mundo os velhos mitos da Antiguidade Clássica, prova definitiva de ter chegado ao seu destino.

A identificação de S. Brandão com uma das ilhas Canárias, a oitava para ser mais preciso (que devido às suas características e comportamentos insólitos, como o aparecer ou desaparecer atrás de uma espessa neblina, assumiu diversas designações como *A Inacessível*, *A Encoberta*, *A Perdida* ou *A Encantada*), surgirá nos últimos séculos da Idade Média e manter-se-á até muito tarde nas representações cartográficas e textuais das ilhas Canárias. Esta união do mito de S. Brandão ao mito clássico das Ilhas Afortunadas contribuiu para reforçar a imagem que desde a Antiguidade se tinha do arquipélago.

O peso deste elemento do maravilhoso no imaginário de então é tal que diversas foram as expedições realizadas para encontrar a oitava ilha Canária. E mesmo após o momento do conhecimento real e directo do arquipélago, cuja existência já tinha sido identificada há muito, nem nos documentos oficiais o mesmo perde a sua imagem de espaço mítico: fala-se sempre de redescobrimto e as suas ilhas são chamadas de *encontradas*.

Para se ter a plena noção das implicações reais desta identificação do imaginário, veja-se que, em 10 de Novembro de 1475, o rei D. Afonso V atribui a Fernão Teles as ilhas perdidas, entre as quais “as Sete Cidades ou algumas outras ilhas povoadas que ao presente não são navegadas nem achadas nem tratadas por meus naturais”¹².

Por outro lado, a lenda de S. Brandão esteve certamente na base das expectativas de Colombo, pois, como refere o seu filho, “parecia ao Almirante que, se alguma coisa de verdade no que lhe contava António Leme quanto a ter visto alguma ilha, ela não podia ser outra se não alguma das já referidas, como se presume que fosse aquela que chamam de S. Brandão, onde se conta terem sido vistas muitas maravilhas”¹³.

Tida como testemunho de uma viagem real – donde cada ilha referenciada tinha necessariamente um correspondente na geografia do mundo –, a *Navigatio Sancti Brendani* motivou ela própria um sem-número de expedições, especialmente a partir das Canárias. A aventura do monge que viveu no século V acompanha assim os sonhos de homens do tempo dos descobrimentos marítimos, “em nome de uma curiosidade que se funde com

¹⁰ Luís Adão da FONSECA (ed.), *O Atlântico: a memória de um Oceano...* cit., p. 23.

¹¹ Cf. Jean DELUMEAU, *Uma História do Paraíso – O Jardim das Delícias*, Lisboa, Terramar, 1994, p. 121.

¹² Cf. Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 53-64.

¹³ *Ibidem*, p. 63.

o gosto pelo maravilhoso e na qual uma certa relação religiosa, de confiança na Providência divina, tem a parte necessária e útil para superar os medos do desconhecido e arrostar os perigos inevitáveis do mar largo”¹⁴.

O que devemos reter deste mito é, pois, a sua transcendência e o seu significado simbólico: a narração do périplo do monge irlandês até ao Paraíso acabou por reforçar a imagem que se tinha das Canárias desde a Antiguidade. Com essa identificação, o mito da ilha desaparecida adquire uma realidade auto-suficiente, uma realidade imaginária mas nem por isso menos real – porque a ilha de S. Brandão encerra em si mesma as características do misterioso e do oculto, do surpreendente e do inexplicável, a grandiosidade do fabuloso, a mistura do mito com o quotidiano. Desde o início, a dupla faceta de ficção e realidade converteu a ilha de S. Brandão (e, por consequência, as Canárias na figura da sua oitava ilha) num espaço simbólico do Atlântico, numa possibilidade sempre aberta de encontrar e aproximar do *locus amoenus*, o outro mundo alternativo ao real – uma realidade numa alcançada e eternamente procurada ou uma fantasia nunca concretizada. Nela se congrega, pois, toda a ideia de sonho, fábula, felicidade, harmonia, calma, pureza e libertação, que está na base, afinal, de todas as utopias felizes.

Por outro lado, o relato da viagem de S. Brandão reúne quase todos os “ingredientes” do maravilhoso marítimo medieval: a viagem, a procura do *Outro Mundo*, o monstruoso e o fantástico, entre outros. Sendo óbvio que cada um deles possui significado simbólico próprio, o importante, no entanto, é que é sempre o conjunto que mais ressalta. E como escreve Mircea Eliade, “um símbolo revela sempre, qualquer que seja o contexto, a unidade fundamental de várias zonas do real”¹⁵.

Apesar de estarmos nos alvares da modernidade, mais perto não nos poderíamos encontrar da *mirabilia* medieval, entendido este conceito no sentido que lhe atribuiu Jacques Le Goff, ou seja, com a acepção que tinha o verbo latino *mirari*, como admiração, surpresa, gosto pelo novo e o extraordinário, acepção do inverosímil e do inexplicável, acepção dos elementos fantásticos, próprios da cultura monástica da época que reinterpretava de forma cristã os mitos clássicos, árabes e celtas (a ilha da Felicidade, o paraíso dos pássaros, a concepção da embarcação como transporte para o outro mundo, a ilha-baleia, o mito da Idade de Ouro com as suas fontes de eterna juventude, entre outros)¹⁶.

Em suma, o texto de S. Brandão foi lido e interpretado como um relato verídico até ao paraíso terreal, uma viagem até à terra prometida que, pouco a pouco, se foi identificando com as Canárias e que veio juntar-se a um *continuum* cultural e a uma imagem mítica que desde a época antiga situava no arquipélago as utopias clássicas das *Ilhas dos Bem Aventurados* de Hesíodo, dos *Campos Elíseos* da *Odisseia*, do *Jardim das Hespérides* ou da *Atlântida* de Platão, e, claro está, das *Ilhas Afortunadas*.

À época do início das viagens regulares às Canárias, este arquipélago constituía o limite sudoeste do Atlântico conhecido. E é sabido que os geógrafos medievais localizavam as ilhas oceânicas quase sempre em regiões-limite do oceano. O seu carácter maravilhoso, bem como da componente insólita de todos os seres que nela habitavam, resultava em boa parte desta distância. Esta é, aliás, precisamente a causa dos *mirabilia* encontrados por S. Brandão durante a sua gesta marítima pelas ilhas do oceano Atlântico.

Integrada no mito das ilhas Afortunadas da Antiguidade, a lenda de S. Brandão surge ligada ao sonho de um mundo de riqueza, bem-aventurança, felicidade e longevidade infinitas. Já a figura de S. Brandão e o texto que a imortaliza ocupam um lugar muito especial no imaginário medieval. Seja pelo movimento de iniciação ao mistério divino que o monge e a sua viagem protagonizam, seja pelo facto de confrontar o homem medieval com o espaço do *grande mar oceano*, esse lugar de errância por excelência, ao mesmo tempo gigantesco depositário dos medos e receios medievos pelo seu carácter de elemento incerto, mutável, misterioso, desconhecido, pleno de monstros e de perigos¹⁷.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 63-64.

¹⁵ Mircea ELIADE, *Imagens e Símbolos*, São Paulo, Martins Fontes Editores, 2002, p. 123.

¹⁶ Cf. Dolores CORBELLA, “El mito de San Borondón: entre la realidad y la fábula”, in *Libros de viaje. Actas de las Jornadas sobre ‘Los libros de viaje en el mundo románico’, celebradas en Murcia del 27 al 30 de noviembre de 1995*, Fernando Carmona Fernández y Antonia Martínez Pérez (ed.), Murcia, Universidad de Murcia, 1996, pp. 127-135.

¹⁷ Cf. Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Navegação de S. Brandão... cit.*, pp. 7-15.

Como refere Jacques Le Goff, “o simbolismo cristão rodeia ainda as ilhas de uma auréola mística que assim faz delas a imagem dos santos que conservam intactos o seu tesouro de virtudes, em vão batidos por todos os lados pelas vagas das tentações”¹⁸. Estas ilhas são igualmente cenário de seres (homens e animais) fantásticos e excessivos, cujo conhecimento permite fugir à medíocre realidade da fauna da Europa Ocidental. Permite, pois, um reencontrar a “inesgotável imaginação criadora da natureza e de Deus”¹⁹. Neste contexto, o sonho de abundância e de extravagância, de que Le Goff fala relativamente ao Índico, pode perfeitamente adequar-se ao Atlântico nesta fase inicial da sua descoberta e exploração. “Sonho que se expande na visão de um mundo da vida diferente, onde os tabus são destruídos ou substituídos por outros, onde a extravagância segrega uma impressão de libertação, de liberdade. [...] Mais para lá ainda, é o sonho do desconhecido, do infinito, do medo cósmico”²⁰. De facto, o Atlântico magrebino, em particular no contexto das Canárias e da dobragem do cabo Bojador, apresenta-se como a porta para o *mare infinitum*, conceito que Le Goff aplica ao Índico²¹.

Também Luís Adão da Fonseca assinala esta correspondência: “[...] apesar da incomunicabilidade física que a geografia da época – de inspiração ptolomaica – defendia, ao nível do imaginário, deu-se constante projecção desde o Índico para o Atlântico [...]. Assim o Índico, receptáculo de todo o imaginário oceânico oriental, transforma-se simultaneamente em horizonte do imaginário oceânico ocidental”²².

Traduzida para várias línguas romances e contando com um largo número de manuscritos para a versão mais difundida, a *Navigatio Sancti Brendani* é um dos textos mais divulgados na Idade Média, o que diz bem da sua ampla circulação e fortuna. O romance hagiográfico que narra a demanda de S. Brandão constitui, em síntese, uma das fontes que alimentaram por mais tempo o imaginário do Atlântico, em particular o magrebino.

No *Livro do Conhecimento*²³ surgem duas referências (num total de três ocorrências) às Canárias no âmbito da *mirabilia*. A primeira refere-se directamente às *Ilhas Perdidas*, quando o anónimo autor afirma “e fuy a ber las yslas perdidas que llama Tolomeo las yslas de la Caridad”²⁴. A segunda referência envolve a evocação do mito dos seres monstruosos híbridos denominados *sciapodes* ou *monocoli*, igualmente situados neste documento nas *Ilhas Perdidas*, ou seja, no arquipélago das Canárias: “E todas estas yslas [islas perdidas] non ay pobladas de gentes mas de las tres, que son Canaria et Lançarote et Forte Ventura. Et las gentes que ende moram son atales commo estas.”²⁵ Com o objectivo de melhor esclarecer o conteúdo do texto e também como reforço da importância da *mirabilia* em si, esta referência vem acompanhada de representação iconográfica.

Com esta referência ao maravilhoso Atlântico, o autor do *Livro do Conhecimento* opera a transferência de um dos mitos paradigmáticos da representação do corpo dos habitantes dos confins do mundo do seu espaço tradicional, a Índia, para novas e longínquas paragens, igualmente pouco exploradas, como as Canárias. Isidoro de Sevilha já havia localizado os *sciapodes* ou *monocoli* (homens com apenas um pé, cuja dimensão desmesurada

¹⁸ Jacques LE GOFF, “O Ocidente medieval e o oceano Índico: um horizonte onírico”, in *Para um Novo Conceito de Idade Média – Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 274.

¹⁹ *Ibidem*, p. 275.

²⁰ *Ibidem*, p. 276.

²¹ Cf. *ibidem*.

²² Luís Adão da FONSECA (ed.), *O Atlântico: a memória de um Oceano...cit.*, p. 17.

²³ Precioso registo histórico, seja em termos artísticos e heráldicos, seja ao nível literário e geográfico, o *Livro do Conhecimento* é um dos textos ibéricos mais significativos ao nível dos relatos de viagens tardios da Idade Média. Documento datado de finais do século XIV, mais especificamente entre 1390 e, o mais tardar, 1402, data em que os capelães de Bethencourt partiram para as Canárias levando consigo um exemplar da obra, o *Livro do Conhecimento* constitui uma relação apresentada como verídica, na qual o autor descreve, na primeira pessoa, as suas deslocações por vastas e longínquas regiões, que, ao fim e ao cabo, abarcam todo o mundo conhecido à época (finais do século XIV e primeiros anos da centúria seguinte). Na essência, estamos perante uma síntese histórico-geográfica que expressa o modo como a península olhava o mundo, fazendo com que não fosse já a Bíblia a dar sentido ao espaço, mas a viagem e tudo aquilo que com ela se relaciona, seja o encontro com um meio estranho, seja a informação histórica, política ou geográfica dos territórios percorridos. Por outro lado, o *Livro do Conhecimento* é um texto de vanguarda que antevê o modernismo, pois contém uma vertente utilitária (constitui uma perfeita relação entre cartografia e conhecimentos letrados) e dá a ver o mundo como um conjunto de poderes, claramente repartidos, e não de comunidades. É uma visão nobiliárquica. Não há terra de ninguém. Tudo tem dono.

²⁴ *Libro del conocimiento de todos los rreynos et tierras et señorios que son por el mundo, et de las señales et armas que han*, María Jesús Lacarra, María del Carmen Lacarra Ducay y Alberto Montaner (ed.), ed. facsimilar del Manuscrito Z (Múnic, Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Hisp. 150), Zaragoza, Institución “Fernando El Católico” (CSIC), Diputación de Zaragoza, 1999, p. 166.

²⁵ *Idem*, p. 167.

lhes dá sombra) na Etiópia²⁶. Contudo, com o *Livro do Conhecimento*, é, de facto, a primeira vez que aparecem nas ilhas Canárias.

Tradicionalmente tido como habitante da tórrida região dos antípodas, o *sciapode* é representado em obras de arte europeias desde a Alta Idade Média, tanto na Península Ibérica como para lá dos Pirenéus. É, sem dúvida, um dos mais recordados entre os seres fantásticos. Desde os *mapamundi* às catedrais ou mosteiros, passando pelos mais diversos códices, a sua presença é quase constante nas representações medievais do imaginário.

Plínio, o Velho (23-79), na sua *História Natural*, atribui a Ctésias a descrição de uma raça de homens denominados *monocoli* devido ao facto de apenas possuírem uma perna. São seres dotados de uma surpreendente agilidade para dar saltos. São também chamados *sciapodes*, porque quando está mais calor se deitam de costas no chão para se protegerem com a sombra provocada pelo seu enorme pé.

Também Santo Agostinho (354-430), na *Cidade de Deus*, fala de um povo cujos elementos estão dotados apenas de uma perna para dois pés. Admirava-o a extraordinária rapidez com que se deslocavam, tanto mais que não dobravam a parte da perna por detrás do joelho²⁷.

Nas *Etimologias*, Isidoro de Sevilha localiza-os na Etiópia: “Dizen que en Etiopía existe el pueblo de los *esciopodas*, dotados de extraordinarias piernas y de velocidade extrema. Los griegos los denominan de *skiópodai* porque durante el verano, tumbados de espaldas sobre la tierra, se dan sombra con la enorme magnitud de sus pies”²⁸:

A presença deste elemento do maravilhoso nas Canárias constitui um importante indício de como, intrinsecamente associada ao conceito de espaço, a representação do corpo no período medieval obedeceu a uma lógica de centro-periferia: à medida que nos afastamos da Cristandade ocidental – isto é, do mundo conhecido, do centro ordenador –, a visão do corpo ganha em fantasia e perde em realidade. Passa então a movimentar-se no domínio do imaginário, encerrando os receios e espelhando os delírios mais profundos do homem europeu. Por outras palavras, o corpo dos habitantes das regiões periféricas, ou seja, o antimundo, o espaço do caos e da desordem, passa a integrar o universo de *mirabilia*²⁹.

O corpo do homem dos confins do mundo já não é o corpo real; é o corpo metamorfoseado, “estranho”, impelido para o universo do maravilhoso, mas que, no entanto, é sempre verosímil e até sedutor, pois, em última análise, define a relação do europeu com o mundo que cada vez mais pretende explorar.

Neste ponto, é fundamental recordar que na *Navigatio Sancti Brendani* e no *Livro do Conhecimento*, e de uma forma geral, atrevemo-nos a dizer, em muita da produção cultural escrita da erudição medieval, não existe uma fronteira demarcada entre geografia, história, lenda e mito. Fábula e facto caminham de mãos dadas. Como salienta Mircea Eliade, “‘Las psicologías de las profundidades’ han reconocido a la dimensión de lo imaginario el valor de una dimensión vital, de importancia primordial para el ser humano en su totalidad. La experiencia imaginaria es constitutiva del hombre, al mismo nivel que la experiencia diurna y las actividades prácticas”³⁰. Em suma, na Idade Média estes campos hoje tidos como diversos não constituem uma antinomia total, antes se estabelece entre eles uma relação de complementaridade, reconhecendo-se os estreitos laços que as unem.

A prova da validade desta premissa reside precisamente nas expedições efectuadas em busca da oitava ilha Canária e na utilização das informações contidas no *Livro do Conhecimento* pelos conquistadores das Canárias, que o consideravam uma fonte rigorosa e fidedigna. De facto, este documento foi eleito por João Verrier e Pedro Bontier, capelão e cronista de João Bethencourt, para facilitar ao seu senhor notícias sobre as costas do cabo Bojador, que este pensava incorporar nos seus domínios cerca do ano de 1404. Por outro lado, devemos igualmente ter em conta a hipótese levantada por Peter Russell³¹ em relação à eventual utilização do *Livro do Conhecimento* pelo

²⁶ Cf. María Jesús LACARRA, “Las ilustraciones figurativas del Manuscrito Z del Libro del conocimiento”, *ibidem*, pp. 31-42.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*, p. 36.

²⁹ Cf. Maria Adelina AMORIM, “Viagem e mirabilia: monstros, espantos e prodígios”, in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens – Estudos e Bibliografias*, Fernando Cristóvão (coord.), Almedina, Coimbra, 2002, pp. 126-181.

³⁰ Citado por Ignacio MALAXECHEVERRÍA (ed.), *Bestiario medieval*, Madrid, Siruela, 1999, p. 8.

³¹ Cf. Peter E. RUSSEL, “A Quest Too Far: Henry the Navigator and Prester John”, in *The Medieval Mind: Hispanic Studies in Honour of Alan Deyermond*, Macpherson and R. Penny (ed.), London, Tamesis, 1997, pp. 401-416; *idem*, “The Infante Dom Henrique and the *Libro del conocimiento del mundo*”, in *In memoriam Ruben Andressen Leitão*, J. Sommer Ribeiro (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, vol. II, pp. 259-267.

Infante D. Henrique na preparação das expedições ao litoral ocidental africano. Afinal, o inverosímil do itinerário que estrutura a obra não impediu que a mesma fosse escolhida para guiar uma exploração com a envergadura da de Bethencourt. No Capítulo VII da *Crónica da Guiné*³², é facilmente identificável a presença do *Livro do Conhecimento* quando se noticia o desejo do Infante D. Henrique de entrar em contacto com o Preste João, já que se afirma ser possível, através da foz do rio do Ouro, enquanto braço do Nilo, um tal objectivo, ou seja, a partir da costa ocidental africana atingir a África Oriental e, mais especificamente, o reino do Preste João. Possibilidade em relação à qual o *Livro do Conhecimento* é bastante claro e positivo.

Da notável recepção da narrativa de S. Brandão dão boa prova os 120 manuscritos do texto latino, assim como as inúmeras versões em romance que se conhecem. A obra não foi, pois, lida na Idade Média como uma simples hagiografia ou como uma peregrinação. S. Brandão converteu-se num herói protagonista de uma aventura que devia ser imitada. O texto de S. Brandão deixa assim de ser um itinerário literário, como o de Ulisses ou de Eneias, para se converter num verdadeiro relato de viagens, ou seja, como um texto no qual é a viagem e o que esta implica (o encontro com um meio estranho, a informação histórica, política ou geográfica dos territórios percorridos, a aventura em si, entre outros aspectos) o que dá o sentido último à narrativa³³.

Gomes Eanes de Zurara, no Capítulo VII da sua *Crónica da Guiné*, ao falar as Canárias não deixa de referir que “bem é que alguns disseram que passara por aí São Brandão; outros diziam que foram lá duas galés e que nunca mais tornaram”³⁴. Esta última alusão do cronista refere-se claramente à malograda expedição dos Vivaldi.

Como Aires Nascimento salienta: “A viagem brandaniana contribui de forma decisiva para alimentar o imaginário medieval confrontado com o reconhecimento do grande espaço do mar oceano que o homem medieval vai aprendendo a percorrer, seduzido pelo sonho de encontrar os *mirabilia* de um mundo de novidade, reservado por Deus aos seus eleitos, [...] não obstante o temor que o próprio elemento líquido suscita. [...] O oceano abre-se ora como evasão de um quotidiano redutor ora como possibilidade de encontrar a novidade. Aos terrores do desconhecido o homem medieval contrapõe, por outro lado, a sua confiança numa Providência, que não desampara quem nela confia, e a sua capacidade de aceitar a experiência de outros que o precederam e lhe servem de guia ou bem assim a sua militância contra o mal que esses terrores representam”³⁵.

É, como podemos concluir, inegável a repercussão que estes livros de viagens tiveram na história das civilizações que os viram nascer e a forma notável como contribuíram para a ampliação do horizonte de conhecimentos da época.

2.2. O Bojador: o primeiro grande obstáculo

Antes de ser descoberto e experimentado, o Atlântico distante foi imaginado. E antes de ser conhecido, foi lido, pensado, projectado como um espaço situado para além, como lugar do desconhecido e, por isso, receptáculo de um imaginário e de um maravilhoso singulares.

Os meios cultos medievais, ou seja, clericais – e que, por consequência, maior influência tiveram nos restantes grupos sociais –, identificam a Europa Ocidental com a Cristandade. Desta forma, a Europa cristã é identificada como o mundo da Ordem, da segurança e do conhecido. O Oriente, por sua vez, é identificado com o lugar das origens míticas, ao passo que África surge inequivocamente como o território dos inimigos da Igreja e da fé cristã. O oceano é o elemento que rodeia tudo isto. É o antimundo, o espaço do caos onde habitam monstros hediondos. O espaço oceânico é, pois, concebido como o lugar da natureza desencadeada e ameaçadora, onde o homem não se deve aventurar sob pena de perigos extremos e, sobretudo, de perder a vida. Apenas o litoral é navegável e oferece segurança³⁶.

³² Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Guiné*, Lisboa, Civilização, 1998.

³³ Cf. Dolores CORBELL, “El mito de San Borondón”... cit.

³⁴ Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Guiné*, cit., p. 47.

³⁵ Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Navegação de S. Brandão*... cit., pp. 53-54.

³⁶ Cf. José MATTOSO, “O imaginário marítimo medieval”... cit.

Na cultura antiga a água ocupa um papel central, ao passo que na cultura medieval ela é “devidamente colocada” na periferia (inclusive o Mediterrâneo que passa a ser conotado com o perigo da ameaça islâmica). O mar é periferia, limite e fronteira última do mundo conhecido e seguro. Daí que a herança medieval (muçulmana e cristã) em pouco estimule a aventura no misterioso *mar oceano*.

O imaginário do homem do fim da Idade Média ocidental relativamente ao oceano Atlântico estava, desta forma, preenchido por um vasto conjunto de lendas e superstições, sempre envolvidas de mistério. Um pesado equipamento mitológico que condicionava todas as acções perante o desconhecido.

Noutra vertente, apesar de ter percorrido inúmeras vezes as regiões atlânticas costeiras em itinerários vários que permitiram desenvolver, de norte a sul, uma primeira experiência marítima, o facto é que no momento de se aventurarem em rotas de alto-mar os marinheiros medievos (à excepção dos escandinavos) não possuíam uma experiência oceânica suficientemente sólida que lhes permitisse tomar uma atitude fundamentada em relação às novidades (e dificuldades) que começavam a se lhes apresentar³⁷.

Graças a um contacto contínuo com a crueza da realidade, os Portugueses foram os primeiros³⁸ a tentar romper com este quadro mental, empurrando pouco a pouco e cada vez para mais longe os primeiros medos; nunca conseguindo, contudo, fazer que desapareçam por completo (tal só acontecerá bem mais tarde). O processo de dobragem do cabo Bojador foi um destes primeiros momentos arquetípicos de convivência directa e real com uma das maiores fontes de terror da Idade Média. E, na sequência, foi igualmente um dos primeiros grandes movimentos de transposição desse medo estrutural do oceano mais para diante, neste caso específico para o cabo da Boa Esperança (então das Tormentas).

Terror da navegação, dizia-se marcar a derradeira fronteira da terra habitável. Com um litoral sempre inabordável, o Bojador constituía a zona limite do medo e da antiga fama da impossibilidade de navegar. Aqui congregavam-se os medos marítimos baseados em experiências passadas, nas quais a morte, por vezes, era uma constante. Medos que ganhavam uma proporção desmesurada no momento da tempestade. Naturalmente, o marinheiro de Quatrocentos não podia deixar de espelhar nas suas acções quotidianas a bordo o peso de tal imaginário. Afinal, conduzindo ao distante e desconhecido, o mar desembocava em regiões onde tudo era possível e onde o estranho, muitas vezes assustador, imperava. Daí o receio das tripulações lusas quando o Infante D. Henrique lhes pedia para dobrarem o cabo Bojador. Ouçamos a visual descrição do cronista Zurara: “– Como passaremos – dezião eles – os termos que poseram nossos padres, ou que proveito pode trazer ao Infante a perdição de nossas almas juntamente com os corpos, que conhecidamente seremos homicidas de nós mesmos? Porventura não foram em Espanha outros príncipes nem senhores tão cubiçosos desta sabedoria como o Infante nosso senhor? Por certo, não é de presumir que entre tantos e tão nobres e que tão grandes e tão altos feitos fizeram por honra de sua memória, não fora algum que se disto não antremetera. Mas sendo manifestos do perigo e fora da esperança da honra nem proveito, cessaram de o fazer’. – ‘Isto é claro – dezião os mareantes – que despois deste Cabo não ha aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos areosa que os desertos de Líbia, onde não ha agua, nem arvore, nem herva verde; e o mar é tão baixo, que a uma légua de terra não ha de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passe, jamais nunca poderá tornar. E portanto os nossos antecessores nunca se antremeteram de o passar. E por certo não foi a eles o seu conhecimento de pequena escuridão, quando o não souberam assentar nas cartas por que se regem todolos mares por onde gentes podem navegar. Ora qual pensais que havia de ser o capitão do navio a que posessem semelhantes duvidas diante, e mais por homens a que era razão de dar fé e autoridade em taes lugares que ousasse de tomar tal atrevimento, sob tão certa esperança de morte como lhe ante os olhos apresentavam?’ ”³⁹

Propósito que, do ponto de vista técnico, não era sequer algo muito difícil. Tratava-se sobretudo de uma resistência mental. E a sua força era tal que foram necessários 12 anos de contínuas tentativas até que, em 1434,

³⁷ Cf. José Manuel CORREIA, “Medos e visões dos mareantes na passagem do Cabo da Boa Esperança”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. IV – *Sociedade, cultura e mentalidades na época do Cancioneiro Geral*, Porto, Universidade do Porto/CNCD, 1989, pp. 215-224.

³⁸ Uma chamada de atenção aqui para os italianos, que, como já dissemos, participaram em largo número nas navegações lusas; para além, claro está, da conhecida empresa dos irmãos Vivaldi.

³⁹ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Guiné*, cit., pp. 49-50.

Gil Eanes consegue levar a missão a bom termo: “Ó tu, virgem Temis, – diz o autor – que entre as nove Musas do monte Parnaso havias especial prerrogativa de esculpir os segredos da cova de Apoio! Eu duvido se o teu temor era tão grande de poer os teus pés sobre aquela sagrada mesa onde as revelações divinas te davam trabalho pouco menos de morte, quanto era em aquestes, ameaçados não somente do medo, mas de sua sombra, cujo grande engano foi causa de mui grandes despesas, que doze anos continuados durou o Infante em aqueste trabalho, mandando em cada um ano àquela parte seus navios, com grande gasto de suas rendas; nos quaes nunca foi algum que se atrevesse de fazer aquela passagem.”⁴⁰ Ou não se tratasse daquele que foi conhecido durante muito tempo como o “cabo do medo”. Não é, por isso, de estranhar que Zurara lhe dedique um capítulo tão intenso quanto emotivo na sua *Crónica da Guiné* (o Capítulo VIII, intitulado precisamente “Por que razão não ousavam os navios passar a além do cabo Bojador”).

N’ *Os Lusíadas* (1572), Camões (1524/1525-1580) evoca o terror sentido pelos marinheiros portugueses nas proximidades do cabo da Boa Esperança, em última análise, o lugar onde se projectaram os receios vencidos – mas não desaparecidos, apenas transfigurados –, aquando da passagem do cabo Bojador. A conquista do Atlântico foi, pois, descoberta, perseverança, deslumbramento e terror, muito terror.

A vontade inquebrável de passar o Bojador leva-nos também a reflectir sobre a questão das atitudes mentais dos europeus, e mais especificamente dos Portugueses, que evoluíram de tal forma, que passaram da recusa de penetrar o desconhecido e contactar o Outro civilizacional para um novo cenário pleno de contactos e intercâmbios culturais. Este último aspecto significa mergulhar na sempre complexa e difícil área da história das mentalidades, procurando compreender o sistema de pensamento⁴¹ e a mundividência característicos da civilização europeia. Esta é a chave para acedermos ao sentido da disposição para enfrentar os temíveis perigos oceânicos, da vontade para descobrir e conhecer novos espaços e novas gentes, completamente diferentes, situados bem para lá dos tradicionais limites da Cristandade ocidental, da curiosidade, enfim, por outras culturas e civilizações com que se estabeleceram relações de natureza diversa⁴².

“Quem quer passar além do Bojador, Tem que passar além da dor” escreveu Fernando Pessoa na *Mensagem*. Mas muito para além do sofrimento físico que a tarefa de passar o Bojador exigia, destacavam-se os temores e os receios, que abatiam os mais corajosos. Na proximidade do Bojador vinha ao de cima o mais angustiante e aterrador imaginário mítico, que fazia que os nautas acreditassem estar à beira dos limites do mundo, onde as águas do mar se precipitavam num abismo eterno de onde ninguém podia voltar.

Imperava também a crença de que essas zonas inóspitas seriam tão quentes como o próprio Inferno, tornando a vida impossível. A terra seria deserta e completamente estéril. A ausência de vegetação que marcava a paisagem sariana e se vislumbrava do mar parecia confirmar estes receios. Não seria possível o reabastecer de água potável e os marinheiros acabariam por morrer, em plano mar, do atroz tormento da sede: “[...] depois deste Cabo não ha aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos areosa que os desertos de Líbia, onde não ha agua, nem arvore, nem herva verde; e o mar é tão baixo, que a uma légua de terra não ha de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passe, jamais nunca poderá tornar. E portanto os nossos antecessores nunca se antemeteram de o passar”⁴³.

Provavelmente, a partir de certo ponto os ventos seriam tão fortes e contrários, que as embarcações eram irremediavelmente arrastadas para o abismo onde o mar desaparecia (de acordo com o imaginário de então). Tal acontecimento significava algo ainda mais atroz do que a própria morte física: a condenação das almas dos navegantes à danação eterna, sem hipóteses de ascenderem aos céus, por não terem sido sepultados.

Outro espectro terrível seria o da presença nessas águas inóspitas de seres monstruosos, como serpentes marinhas e outras criaturas diabólicas capazes de engolir embarcações inteiras, sem dar quaisquer esperanças de sobrevivência às tripulações.

⁴⁰ *Ibidem*, pp. 50-51.

⁴¹ Englobamos aqui o conjunto de desenvolvimentos técnicos que permitiram desenvolver a navegação de longo curso, em particular a bússola, o leme, as cartas-portulano, o aperfeiçoamento das velas e, num sentido mais geral, a transmissão dos conhecimentos geográficos e astronómicos desenvolvidos pelos muçulmanos e provenientes do mundo clássico.

⁴² Cf. José MATTOSO, “O mar a descobrir...”, cit.

⁴³ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Guiné*, cit., p. 50.

Mas as aflições certamente não terminavam aqui, pois, para além do terror relacionado com o sobrenatural, existia o receio da tempestade, que podia surgir de um momento para outro. Com efeito, o medo da tormenta que podia originar o naufrágio em pleno oceano levava os mareantes a pedir perdão pelos seus pecados a Deus, já que o mau tempo se devia, naquele imaginário, a injúrias feitas ao Criador.

No auge da revolta dos elementos, as ondas eram tão grandes que pareciam tocar no céu. O demónio vinha nos ventos e as chuvadas escuras seriam o anunciar do Inferno. A misericórdia constituía quase sempre o último apelo⁴⁴.

Por tudo isto, o cabo Bojador, ou Tenebroso, constituiu a grande barreira mental e a zona limite do medo até 1434. Sinónimo por excelência da impossibilidade de navegar, este marco-símbolo da limitação e finitude humanas materializava num único ponto todas as forças contrárias à aceitação do mar.

Mediante determinadas representações relacionadas com a passagem do cabo da Boa Esperança, podemos com alguma segurança perspectivar a ansiedade vivida a bordo no momento de enfrentar o temível Bojador. Por outras palavras, dada a rarefacção de registos coevos para reflectir sobre o imaginário mítico relacionado com o enfrentar do cabo Bojador, podemos fazer recurso dos relatos relativos à passagem do cabo da Boa Esperança, no quadro da Carreira da Índia, tendo sempre a segurança de que, se, de um modo geral, as devoções a bordo das naus da Carreira da Índia não sofreram grandes alterações do século XVI para os seguintes, é então plausível avançar a hipótese de que estas mesmas devoções, ou pelo menos parte delas, já existissem na primeira fase da Expansão perante circunstâncias semelhantes como as tempestades, a noite oceânica e a passagem, sempre extremamente intensa do ponto de vista emocional, de um grande cabo.

Noutra vertente, o que se fala em relação ao Índico em termos de receios de navegação e mistérios oceânicos por desvendar, mais forte seria em relação ao Atlântico se tivermos em conta que este foi, de facto, o primeiro momento no longo processo de enfrentar o perigo e o desconhecido oceânico. Para se chegar àquele teve de se passar e vencer este, que na mentalidade do homem medieval constituía o primeiro grande obstáculo (com tudo o que implica os actos primeiros em geografia). Teve nomeadamente de se ultrapassar o Bojador, considerado uma barreira intransponível pois supostamente o mundo acabava aí. Por outro lado, temos também de ter em conta que o conhecimento técnico da navegação oceânica foi ele próprio progredindo lentamente, e isso aconteceu sobretudo no quadro das viagens atlânticas. Aí ensaiaram-se embarcações e técnicas. De tal modo, que quando se chega ao Índico, a longa e sempre progressiva experiência do Atlântico já havia permitido dar um conjunto de importantes passos (as cartas evoluíam a cada viagem, bem como o conhecimento da costa, dos ventos, das correntes e das marés).

Foi a experiência inaugural do Atlântico magrebino que marcou e abriu, de facto, a porta ao mistério. A experiência (ambivalente, pois, repleta de pontos de contacto entre o antigo e o novo, entre a clareza da certeza e a sombra da dúvida, entre a tormenta e a esperança) desse “primeiro” momento possibilitou aprender a lidar e a viver com o medo oceânico no quotidiano a bordo. Foi essa conquista pioneira que deu, afinal, a preparação e a resistência mental necessárias aos navegadores portugueses para vencer o cabo das Tormentas e navegar no Índico.

O medo com base na experiência ou o medo passado pelo sentimento de mistério, eis pois o que afligia aqueles que tentavam vencer o Bojador.

A abertura definitiva do oceano Atlântico decorrente da vitória sobre o Bojador teve duas consequências de grande peso a nível cultural e geográfico: assinalou o encerrar de uma longa ignorância e, por outro lado, significou a destruição do fundamento do mito da in navegabilidade do oceano Atlântico para sul do cabo Bojador. Um mito cujos alicerces residiam precisamente na convicção de um *mare mirabilia* que transformava o Atlântico a sul do Magrebe num cenário ideal de mitos, lendas, pesadelos, mistérios e fantasias.

Mais uma vez é de apontar que tal crença resultava do facto de, ainda na Baixa Idade Média, verificar-se a ausência de uma clara separação entre ficção e realidade, em especial tratando-se de relatos de viagens fictícias.

⁴⁴ Cf. José Manuel CORREIA, “Medos e visões dos mareantes...”, cit.

Neste ponto, e no sentido de consolidarmos a nossa posição, achamos conveniente abordar a questão da distinção – e da própria classificação em si – entre *real* e *fictício*, que consideramos crucial para a problemática que nos ocupa.

María Jesús Lacarra e Paul Zumthor alertam para o facto de a distinção entre livros de viagem reais e fictícios ser pouco operativa. María Jesús Lacarra salienta mesmo que “las categorías de verdadero, falso, realidad y ficción, literatura e historia nunca han resultado tan inoperantes como al intentar aplicarlas a este terreno”⁴⁵. Segundo a mesma investigadora, “desde mediados del XIII las relaciones de misioneros y mercadores alternan observaciones tomadas de la realidad con la persistente búsqueda de los mitos asiáticos. El mejor conocimiento del espacio no logra borrar las creencias que se arrastran desde la Antigüedad, combinadas con elementos bíblicos. Todo se aprovecha y se yuxtapone sin importar las contradicciones del discurso resultante. El principio de credibilidad, tantas veces esgrimido por los críticos modernos, se basaba en criterios distintos a los actuales para los autores y lectores de estas obras. Estos últimos, ajenos también a las especulaciones genéricas, leerían [os livros de viagens] desde una pluralidad de perspectivas que explicarán su éxito en los siglos posteriores”⁴⁶.

Por sua vez, Paul Zumthor assinala que “no se puede decir, efectivamente, desde un punto de vista muy general, que lo que diferencia el ‘viaje’ de todos los desplazamientos humanos imaginables, es que culmina para el viajero en un relato? Caso particular de un hecho más general todavía: cualquier toma de posesión territorial se realiza a través de un relato, aunque sea el que produce o falsifica la prueba de un derecho. Se agudiza una tensión entre la historia (el viaje tal y como fue, y como tal, inefable) y la geografía; entre el tiempo irrecuperable y el espacio permanentemente disponible. Por esta razón resulta inadmisibile, en este nivel profundo, en este tema y en esta época, el criterio que opone, en nuestra mente, lo ‘real’ y lo ‘imaginario’. El autor y su público eran indiferentes al criterio de credibilidad: se seguía ilustrando con dibujos fantásticos el texto de Marco Polo ciento veinte años después de que fuera dictado!”⁴⁷

Como podemos concluir, estabelecer divisões estanques entre *real* e *imaginário* para o final da Idade Média não só é um exercício redutor como é também um procedimento nada proveitoso no que toca a compreender realmente o impacto do texto junto do público receptor. A questão central não deverá estar em saber se o autor realizou ou não tal viagem, mas sim em apreender o que é que ele considera importante conhecer no mundo, isto é, o que é fundamental saber e revelar. Em última análise, o objectivo deve consistir em perscrutar a forma como o mundo está representado na descrição do périplo; a mundividência do autor e da sociedade coeva; a importância da viagem enquanto veículo por excelência para informar e dar a conhecer os universos da ordem e da desordem, do eu e do outro, do conhecido e do desconhecido.

Outro argumento que revela a fraca operatividade da divisão entre relatos reais e fictícios, bem como o carácter simplista destas classificações, reside na intensa interacção entre as obras geográficas e ligadas à viagem. Com efeito, os textos mesclam-se. Uns inspiram-se, ou são até concebidos, com base noutros⁴⁸. A mesma obra pode ter diversas origens, algumas das quais bastante diferentes entre si. Veja-se o caso do famoso *Atlas Catalão de 1375*. O autor, Cresques Abraham (1325-1387), que contou com a provável colaboração do seu filho, Jafudà Cresques, serviu-se claramente do livro de Marco Polo para constituir o corpo das lendas.

Mas a leitura de diversos outros textos, ora de carácter geográfico mais teórico como as chamadas *Ymago Mundi* (cujo conteúdo coincide com a mundividência expressa nas obras enciclopédicas, como as *Etimologias* de Isidoro de Sevilha; e de onde resulta uma predominância clara da imagem herdada dos Antigos), ora mais ligados à prática das deslocações como os relatos de viajantes e peregrinos, ajuda a consolidar esta ideia.

Em síntese, ainda no final da Idade Média, os relatos ditos *reais* estão repletos de fantasias, ao passo que os relatos classificados como *fictícios* contêm vastos trechos recheados de informações verídicas, fruto da experiência do próprio autor ou então recebidos de alguém que viajou e registou, ou transmitiu oralmente, o seu périplo. Como assinala Paul Zumthor “[...] la realidad tiene sus zonas de sombra, difíciles de integrar; la verdad no es tanto un

⁴⁵ María Jesús LACARRA, “La imaginación en los primeros libros de viajes”, in *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1989, pp. 501-509.

⁴⁶ Idem, “El *Libro del Conosçimiento*: un viaje alrededor de un mapa”, in *Libro del conosçimiento de todos los rregnos et tierras...* cit., pp. 77-78.

⁴⁷ Paul ZUMTHOR, *La Medida Del Mundo – Representación del espacio en la Edad Media*, Madrid, Catedra, 1994, p. 290.

dato natural como el producto de reglas discursivas, en alguna medida aleatorias y sometidas a las irregularidades de la historia. El discurso del relato de viajes nunca se comprueba – ni se puede comprobar – de forma inmediata: es un rasgo único, parentesco innegable con la ficción”⁴⁹. E para Le Goff, “os escritores do Ocidente medieval não estabelecem divisão estanque entre a literatura científica ou didáctica e a literatura de ficção. Acolhem igualmente, em todos estes géneros, as maravilhas [...]. Ao longo de toda a Idade Média, elas formam um capítulo habitual das enciclopédias, onde uma série de eruditos procura encerrar, como se se tratasse de um tesouro, o conjunto dos conhecimentos do Ocidente”⁵⁰. O investigador francês refere-se naturalmente a, entre outros, Isidoro de Sevilha e às suas *Etimologias*, um dos monumentos maiores da cultura medieval.

Por tudo isto, no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna, os homens da Europa Ocidental projectaram uma determinada visão do mundo no Atlântico envolvente do Bojador, concebido em definitivo como espaço por definição do desconhecido, ou seja, anti-Mediterrâneo, por sua vez, o espaço por excelência do conhecido.

Navegar pelas águas escuras do Atlântico apresentou-se, assim, como uma iniciação aos enigmas e mistérios que o mundo encerrava nas suas fronteiras⁵¹. Processo que faz da *viagem* um veículo privilegiado de acesso ao conhecimento e um mecanismo por excelência para reflectir sobre a criação, o sagrado e as interrogações daí decorrentes.

3. O medo do oceano

“Depois de aparelhados, desta sorte
De quanto tal viagem pede e manda,
Aparelhámos a alma para a morte,
Que sempre aos nautas ante os olhos anda.”⁵²

No quadro da historiografia dos Descobrimentos, é habitual afirmar-se que os primeiros navegadores portugueses tiveram de vencer o medo do mar para se aventurarem no mar oceano desconhecido e assim dar início às ousadas viagens oceânicas que os levaram a percorrer os quatro cantos do globo. Consideramos que a questão não é assim tão simples, pois os navegadores portugueses (e todos os outros europeus) não venceram o medo, antes fizeram algo bem mais ousado: aprenderam a viver com ele, dando origem a uma original coexistência. Esse medo – que podemos considerar como *novo*, pois resulta do contacto directo e brutal com a realidade, ao contrário do medo dos séculos anteriores, que tinha origem sobretudo no *ouvir dizer*⁵³ – assumia várias formas e possuía diversos graus, para os quais existiam igualmente diversas soluções, consoante as circunstâncias. O propósito foi sempre o de enfrentar e apaziguar um terror que existia e não se podia contornar.

“É certo que entre os perigos que se encontram na passagem desta vida humana, não existem nenhuns semelhantes nem tão frequentes e ordinários quanto aqueles que advêm aos homens que enfrentam a navegação do mar, tanto em número e diversidade de qualidades como em violências rigorosas, cruéis e inevitáveis, para eles comuns e diárias [...]. Todo o homem de bom juízo, depois que tiver realizado a sua viagem, reconhecerá que é um

⁴⁸ Cf. María Jesús LACARRA, “El Libro del Conosçimiento: un viaje alrededor de un mapa...”, cit., p. 78.

⁴⁹ Paul ZUMTHOR, *La Medida Del Mundo...* cit., p. 291.

⁵⁰ Cf. Jacques LE GOFF, “O Ocidente medieval e o oceano Índico...” cit., p. 270.

⁵¹ Cf. C. S. LEWIS, *La imagen del mundo (Introducción a la literatura medieval y renascentista)*, Barcelona, Antoni Bosch, 1980; Claude LECOUTEUX, *Au-delà du merveilleux, Essai sur les mentalités du Moyen Âge*, Paris, Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1998.

⁵² Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto IV, 86, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 176.

⁵³ Como Jacques Le Goff refere, “ao contrário das pessoas do Renascimento, as da Idade Média não sabem olhar, mas estão sempre prontas a escutar e a acreditar em tudo o que se lhes diz. [...] eles crêem ter visto o que sem dúvida souberam no local, mas por ouvir dizer. Sobretudo, empanurrados, antes de partirem, com lendas que tomam por verdades, trazem consigo as miragens e a sua imaginação crédula materializa-lhes os sonhos, em ambientes que os desenraízam o suficiente para que, mais ainda que nas suas terras, eles se tornem os sonhadores acordados que foram os homens da Idade Média”, in “O Ocidente medieval e o oceano Índico...” cit., p. 266.

milagre manifesto ter podido escapar de todos os perigos que se apresentaram na sua peregrinação; tanto mais que, além do que diziam os antigos sobre aqueles que vão para o mar não terem entre a vida e a morte senão a espessura de uma tábua de ponte que só tem três ou quatro dedos de travessia, há tantos outros acidentes que diariamente aí podem ocorrer que seria coisa pavorosa àqueles que aí navegam querer pô-los todos diante dos olhos quando querem empreender suas viagens”⁵⁴. Este excerto da obra *Histoire de plusieurs voyages aventureux* publicada no final do século XVI, em Rouen, é bastante esclarecedora em relação ao receio coevo dos perigos de que as viagens transoceânicas era sinónimo. Com efeito, para a mentalidade da época não se passava por piores perigos do que aqueles que se enfrentam no mar.

A haver uma tipologia do medo no que respeita ao comportamento individual e colectivo na época da viragem da Idade Média para a Idade Moderna, em primeiro lugar surgia destacado o cenário marítimo. Só depois então a guerra e as epidemias, como causas para o terror. É isto que o legado literário e cultural de então nos faz concluir. Em particular os relatos de viagens, ao longo dos quais é possível identificar de forma inequívoca um pânico e um comportamento colectivos sem par, seja ao nível das formas de exteriorização do terror, seja em termos da própria intensidade desse terror.

Espaço do medo, da morte e da demência, o mar constitui o perigo número um. Tal era a identificação antiga, como a medieval e a dos inícios da Idade Moderna. Não raras vezes, no discurso literário o destino de cada ser humano era comparado a um barco em perigo.

O oceano Atlântico constituiu, por isso, um horizonte mental, um receptáculo do pesadelo marítimo do Ocidente medieval. Em última análise, um avatar espacial do terror do mar distante que os meios clericais, que na época medieval dominavam a produção e a circulação da cultura escritas, conseguiram fazer estender aos restantes grupos sociais.

3.1. *Tempestades e naufrágios*

Ao abordarmos o tema do medo do mar (e da sua transformação) no fim da Idade Média, temos necessariamente de evocar o terceiro patamar do esquema proposto por Fernand Braudel para o estudo das mentalidades⁵⁵: o da história mais profunda, de longa duração, que se chega a contar por séculos. São os quadros mentais mais resistentes aos movimentos, as “prisões de longa duração”, que durante séculos determinam, geração após geração, as atitudes profundas e as condutas dos indivíduos. Esta premissa é fundamental, pois é exactamente isso que se verifica relativamente ao tema em questão.

Como refere Jean Delumeau, o medo é um componente maior da experiência humana, a despeito dos esforços para o superar. Não existe um homem sequer acima do medo. Ele está em nós e acompanha-nos em todas as eras e por toda a existência⁵⁶. Não apenas os indivíduos tomados isoladamente, mas também o colectivo estão presos num diálogo permanente com o medo. E um dos pesadelos mais íntimos da civilização ocidental dos séculos XIV, XV e inícios de XVI é, inequivocamente, o mar. De facto, na relação do homem com o mar verifica-se, desde sempre, a onnipresença do medo. Ainda hoje é assim. As ondas oceânicas são o espaço onde todo o temor abunda.

No mar, o medo revelava-se sem nenhuma falsa aparência. Era transparente e totalizante. Daí, aliás, o enorme rol de ditados e provérbios que aconselham a não se arriscar no mar. Os latinos afirmavam: “Louvai o mar, mas conservai-vos na margem.” Um ditado russo sugere: “Louva o mar, sentado no aquecedor.” Erasmo (1469-1536) faz dizer a uma personagem do colóquio *Naufragium*: “Que loucura confiar-se ao mar!” Até na própria Holanda, nação marítima por definição, imperava o ditado: “Mais vale estar na charneca com uma velha carroça do que no mar num navio novo.” Já Cervantes pela voz de Sancho Pança sentencia que: “Se queres aprender a

⁵⁴ J. P. T., *Histoire de plusieurs voyages aventureux*, Rouen, s. n., 1600; citado em Jean DELUMEAU, *História do Medo no Ocidente 1300-1800*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 44.

⁵⁵ Cf. Fernand BRAUDEL, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Teorema, 1989; idem, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1990; Georges DUBY, *Para uma História das Mentalidades*, Lisboa, Terramar, 1999.

⁵⁶ Cf. Jean DELUMEAU, *História do Medo no Ocidente...* cit., pp. 18-22.

rezar, vai para o mar” – fórmula que, com diversas variantes, percorre toda a Europa. Uma palavra ainda para o célebre Fray Antonio de Guevara (c. 1480-1545), que na sua obra *Arte de Marear* assinala que “la vida de la galera, déla Dios a quien la quiera”⁵⁷ e “La mar es muy deleitosa de mirar, y muy peligrosa de pasear”⁵⁸. Reveladora é também a sua afirmação de que, “La mar a nadie convida, ni a nadie engaña para que en ella entren ni de ella se fíen, porque a todos amuestra la monstruosidad de sus peces, la profundidad de sus abismos, la hinchazón de sus aguas. La contrariedad de sus vientos, la braveza de sus rocas, y ‘la crueldad de sus tormentas, de manera que los que allí se pierden no se pierden por no ser avisados sino por ser unos muy grandes locos’”⁵⁹. Deste autor consideramos igualmente uma referência a seguinte interrogação: “Qué nos es contrario en la tierra que no nos lo sea mucho más en la mar?”⁶⁰ Na essência, tudo manifestações de defesa de uma civilização até aqui essencialmente terrestre, corroboradas pela experiência daqueles que, apesar de tudo, ousavam afastar-se da costa, como era o caso dos Portugueses⁶¹.

Inúmeros foram os males que vieram do oceano e que ninguém esqueceu: a Peste Negra (século XIV⁶², as invasões normandas (século IX) e sarracenas (século VIII). A imensidão oceânica é, pois, essencialmente adversa. Vejam-se os recifes inumanos que orlam o mar, a corrente que tudo leva e o vento assustador que dele brota sem ninguém esperar. Mas é igualmente perigoso quando está imóvel, pois a ausência de um sopro que o ondule é sinónimo de morte para os navegantes parados ao largo, alvos fáceis da fome e da sede.

Todavia, de entre todos os receios relativos ao mar, o maior é, sem dúvida, o da tempestade. Este fenómeno surge em todas as epopeias como elemento central⁶³, de Homero a Virgílio, passando por Camões. O mar revoltado está em tudo o que é escrito acerca do elemento marítimo e recebe todas as metáforas da fúria, todos os símbolos animais do furor e da raiva. Mas a tempestade não é apenas tema literário. Ela é acima de tudo experiência vivida por quem se aventura no grande azul. Literatura de ficção e crónicas apresentam, assim, a mesma visão da tempestade no mar: levanta-se de modo brutal e cai de repente, sempre acompanhada de trevas. O céu fica agitado e o ar denso, soprando o vento em todas as direcções. Pelo meio, soltam-se tenebrosos os raios e os trovões:

“Contar-te longamente as perigosas
Cousas do mar, que os homens não entendem,
Súbitas trovoadas temerosas,
Relâmpados que o ar em fogo acendem,
Negros chuviros, noites tenebrosas,
Bramidos de trovões que o mundo fendem,
Não menos é trabalho que grande erro,
Ainda que tivesse a voz de ferro.”⁶⁴

Segundo Jean Delumeau, “instantaneidade, borrascas turbilhonantes, vagas imensas que sobem do ‘abismo’, temporal e escuridão: tais são, para os viajantes de outrora, as constantes da tempestade que muitas vezes dura três dias – o tempo passado por Jonas no ventre da baleia – e que nunca deixa de criar um perigo mortal”⁶⁵.

⁵⁷ Antonio de GUEVARA, *Menosprecio de corte y alabanza de aldea; Arte de marear*, Asunción Ralla Grus (ed.), Madrid, Cátedra, 1984, p. 329.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 357.

⁵⁹ *Ibidem*, pp. 87-88.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 325.

⁶¹ P. SEBILLOT, *Legendes, croyances et superstitions de la mer*, Paris, 1886, pp. 39-73; citado em Jean DELUMEAU, *História do Medo no Ocidente...* cit., pp. 41-52.

⁶² Designação por que ficou conhecida, durante a Idade Média, a peste bubónica, uma pandemia que assolou a Europa no século XIV (sobretudo entre 1348 e 1351) e dizimou cerca de um terço da população da época.

⁶³ O tema das tempestades constitui um elemento central das epopeias clássicas, quer ao nível estilístico e simbólico, quer no sentido estrutural dos poemas.

⁶⁴ Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto V, 16, p. 189.

⁶⁵ Cf. Jean DELUMEAU, *História do Medo no Ocidente...* cit., p. 43.

Para os homens da viragem da Idade Média para o mundo moderno, o desencadear dos elementos durante uma tempestade oceânica continua a evocar o regresso ao caos bíblico (no período dos Descobrimentos continuavam a vigorar algumas concepções cosmológicas aceites como dogmas da fé, portanto, sem exigirem qualquer demonstração).

Pela pena de Camões vemos Vasco da Gama experimentar as agruras do furacão já perto:

“Vendo Vasco da Gama que tão perto
Do fim de seu desejo se perdia,
Vendo ora o mar até o inferno aberto,
Ora com nova fúria ao Céu subia,
Confuso de temor, da vida incerto,
Onde nenhum remédio lhe valia [...]”⁶⁶

Diversos são os textos coevos e os elementos iconográficos que sugerem que a tempestade reforçava o estreito laço estabelecido pela mentalidade colectiva entre a loucura (demência e desrazão), a morte e o elemento líquido, “avesso ao mundo”. No auge da tempestade, o mar enlouquecido conduz à loucura. Por vezes, a tempestade era mesmo considerada e vivida como um fenómeno sobrenatural, suspeitando-se inclusive de uma intervenção demoníaca na sua origem e, conseqüentemente, na sua demência. A reacção aos fogos-fátuos, muitas vezes tidos em conta como expressões diabólicas e aviso de tragédia próxima, é um bom exemplo⁶⁷.

A relação entre tempestade e pecado também era estabelecida com frequência. A presença de um grande pecador ou de uma mulher considerada “impura” a bordo eram uma ponte privilegiada para o estabelecimento desta relação. A lógica era a de que o mal atraía o mal, e quando a tempestade fustigava a embarcação esta premissa vinha imediatamente ao de cima no espírito das tripulações.

A tempestade oceânica constitui um notável símbolo do momento em que o real ganha uma dimensão maravilhosa transformando-se ele próprio em elemento fantástico. De tal forma que, neste caso específico, se constitui a si mesmo como um alicerce do imaginário. Por outras palavras, a realidade é de tal forma projectada e ampliada, que evolui desmesuradamente, acabando por transformar-se em mito. Um ícone do avatar da fábula a partir de dados reais:

“[...] Em tempo de tormenta e vento esquivo,
De tempestade escura e triste pranto.
Não menos foi a todos excessivo
Milagre, e cousa, certo, de alto espanto,
Ver as nuvens do mar com largo cano
Sorver as altas águas do Oceano.”⁶⁸

Tudo isto nos faz compreender porque é que, apesar da explosão da técnica, a vitória dos Descobrimentos se deveu sobretudo à ousadia e bravura marítima dos homens que protagonizaram este longo e difícil processo, no qual, a cada momento, o medo da tormenta e do naufrágio deixou de forma impressiva a sua marca.

De Homero e Virgílio a Camões, a grande maioria dos textos aponta que a pior das mortes é ser engolido pelas ondas (vejam-se, no caso português, os inúmeros exemplos fornecidos pelos relatos presentes na *História Trágico-Marítima* de Bernardo Gomes de Brito⁶⁹). A visão da catástrofe final às mãos das águas é, assim, uma ideia corrente e coerentemente aceite naquele tempo.

⁶⁶ Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto VI, 80, p. 243.

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 41-52.

⁶⁸ Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto V, 18, p. 190.

⁶⁹ Cf. Bernardo Gomes de BRITO, *História Trágico-Marítima*, 3 vols., Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1942.

A repulsa da figura do afogamento está certamente relacionada com a imagem herdada da Idade Média do oceano como mundo do Caos, incontrollável, profundo e tenebroso. O antimundo e o antielemento; lugar do perigo extremo e da morte certa – não é por acaso que esta última é conotada com uma travessia aquática na barca de Caronte.

Abismo devorador sempre pronto a engolir os vivos, eis a forma como as águas oceânicas eram concebidas pelo homem da viragem de Quatrocentos para Quinhentos.

3.2. *A noite oceânica*

“Porém já cinco sóis eram passados
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca de outrem navegados,
Pròsperamente os ventos assoprando,
Quando uma noite, estando descuidados
Na cortadora proa vigiando,
Uma nuvem, que os ares escurece,
Sobre nossas cabeças aparece.

Tão temerosa vinha e carregada,
Que pôs nos corações um grande medo.
Bramindo o negro mar de longe brada,
Como se desse em vão nalgum rochedo.”⁷⁰

Um momento existe na viagem oceânica que constitui uma ponte privilegiada para o medo, em particular durante a tempestade: a noite. O medo *na* escuridão era algo que tomava proporções gigantescas para os navegantes. Eles sentiam-se expostos aos ataques exteriores sem poder adivinhar a sua aproximação nas trevas. Assim, o nascer do dia é saudado pelos marinheiros como a esperança da salvação após uma noite de provações. Camões assinala-o logo no início do Canto IV de *Os Lusíadas*:

“Depois de procelosa tempestade,
Nocturna sombra e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento;
Aparta o Sol a negra escuridade,
Removendo o temor do pensamento [...]”⁷¹

A noite é suspeita, inscreve-se no domínio da ansiedade e do terror. E mesmo para a elite culta, ela está povoada de espíritos temíveis que atormentam e desorientam os viajantes. As obscuras horas nocturnas proporcionam o encontro com a morte e os espectros. Em compensação, a aurora marca o momento em que a terra vai novamente pertencer aos vivos.

Por aqui podemos avaliar bem a audácia e o extraordinário sangue-frio dos navegadores do Renascimento, que precisavam de lutar constantemente contra o pavor das tripulações pelo desconhecido.

Até às vitórias plenas da técnica moderna, bem longe, portanto, dos séculos em questão, o mar foi associado na sensibilidade colectiva às piores imagens de aflição. Estava invariavelmente ligado à morte, ao abismo, à noite. Trata-se de toda uma repulsa milenar que simplesmente não pode desaparecer de um momento para o outro, apesar dos tremendos avanços da técnica.

⁷⁰ Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto V, 37 e 38, p. 197.

⁷¹ Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto IV, 1, p. 149.

3.3. *As devoções religiosas*

Randles fala de uma revolução epistemológica ocorrida entre 1480 e 1520⁷². No entanto, bem depois deste período é possível detectar com alguma facilidade traços de um imaginário mítico herdado dos séculos anteriores que insiste em fazer manter os *mistérios* do oceano. A própria linguagem utilizada, bem como as práticas religiosas de muitas comunidades piscatórias de Portugal, reflectem bem, ainda hoje, a permanência deste imaginário. A religiosidade determinou todas as manifestações conscientes e inconscientes da existência humana durante a Idade Média. Uma das expressões por excelência deste estado de coisas reside na vida a bordo das embarcações que sulcavam os oceanos no período dos Descobrimentos. Aqui todas as acções reflectiam esse espírito religioso profundamente mítico, em particular no momento do perigo (o que acontecia com muita frequência), real ou imaginário⁷³. Ou seja, os marinheiros e navegadores de então integravam de forma total e permanente o sagrado no quotidiano marítimo. Exemplo maior são os cultos religiosos e os actos propiciatórios praticados a bordo.

Vários são os santos padroeiros (uns nacionais, outros apenas de carácter local, mas nem por isso menos importantes), cujos cultos são devidamente justificados e legitimados pelas respectivas narrativas hagiográficas lendárias que, em última análise, garantem o apoio divino⁷⁴. S. Vicente, naturalmente, merece especial atenção. Mas outros se destacam, com as respectivas variantes: Santiago, Santa Maria, Senhora da Graça, Corpo Santo, Senhor dos Navegantes, Santo Amaro, Senhora dos Remédios, Senhora das Areias, Senhora da Ajuda, Senhora da Guia e tantos outros ainda.

Estas devoções reflectem a intensidade do espírito religioso dos navegadores portugueses, o qual é igualmente possível identificar enquanto comportamento colectivo nos relatos de viagens, em particular nas situações de pânico.

Com efeito, no final da Idade Média, uma das principais necessidades dos marítimos era prevenir-se contra o mar, garantindo a protecção divina para uma travessia oceânica segura. Para tal faziam recurso de tudo o que o seu imaginário (ele próprio criador e intensificador do medo do mar) podia desenvolver: evocação de santos protectores, missas, sermões, confissões, procissões de penitência, ladainhas e novenas, lamentações, adoração da cruz, exorcismos contra a tempestade, lançamento ao mar de relíquias e realização de grandes promessas, entre diversas outras formas de piedade e ofícios religiosos.

À época, não havia um modelo único de devoção religiosa para todas as viagens, condicionadas por diversas circunstâncias tais como as condições atmosféricas, as enfermidades, os tipos humanos predominantes. No entanto, as práticas religiosas e os actos de culto integravam sempre a vida religiosa no quotidiano a bordo das naves lusas, sobretudo, nos momentos de aflição. Zurara, por exemplo, faz referência à prática da Sagrada Eucaristia a bordo ao narrar a conquista de Ceuta. E muito possivelmente, ao longo das navegações ocorridas depois de 1415, teria prosseguido este acto de culto a bordo⁷⁵. De facto, o medo apela à defesa, à garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte.

Por outro lado, o peso do sobrenatural durante os fenómenos naturais não ajudava muito a vencer um medo já de si avassalador. Era o que acontecia durante a tempestade, que não raras vezes era perspectivada

⁷² Cf. W. G. L. RANGLES, *Da terra plana ao globo terrestre: uma rápida mutação epistemológica: 1480-1520*, Lisboa, Gradiva, 1990.

⁷³ Cf. *Documenta indica* (1553-1557), Joseph Wicki (ed.), Roma, Monumenta Historica Societatis Jesu, 1948 [vol. III, doc. 28, p. 111; doc. 53, pp. 274-275; doc. 70, pp. 393-394; doc. 101, pp. 613-614]; *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente. Índia (1548-1550)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950 [vol. IV, pp. 155-157; vol. VIII, doc. 67, pp. 434; vol. IX, doc. 1, pp. 10-12; vol. IX, doc. 16, pp. 85-86]; *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente, Insulíndia (1550-1562)*, A. Basílio de Sá (dir.), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955 [vol. II, doc. 73, p. 600]; *Documentação Ultramarina Portuguesa*, A. Silva Rego (dir.), Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960 [vol. I, p. 271, 346 e 351]; Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979 [vol. II, Liv. V, Cap. XXXV, pp. 60-61]; Fr. Paulo da TRINDADE, *Conquista Espiritual do Oriente*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962 [vol. I, p. 76]; João de Barros, *Ásia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945 [Década I, Livro V, Cap. II, p. 185].

⁷⁴ Cf. Fernando Gomes PEDROSA, "As devoções marinheiras através dos tempos", in *Anais do Clube Militar Naval* 10 a 12 (1986), pp. 553-591; e 1 a 3 (1987), pp. 9-34.

⁷⁵ Cf. Maria de Jesus LOPES, "Da 'Missa Seca' à assistência religiosa, Séculos XVI-XVIII" in *Vasco da Gama 500 Anos Depois, A Viagem que Mudou o Mundo*, Lisboa, Diário de Notícias, s. d., pp. 98-105.

como um fenómeno sobrenatural: a relação entre as potências infernais e o mar não era definitivamente algo invulgar naquela época.

Daí a necessidade de exorcizar o oceano furioso: o que os marinheiros portugueses faziam recitando o prólogo do Evangelho de São João (que figura no ritual do exorcismo) ou atirando relíquias ao mar. Ou seja, a tempestade não se acalmava por si mesma. Era necessária uma intervenção exterior: humana, no sentido da súplica, e divina, no sentido da resolução.

Noutra vertente, os mapas revelam todo um panteão de seres ameaçadores que vivem na água (e não se trata apenas de uma intenção meramente decorativa como acontecerá, de facto, mais tarde). O objectivo comum a todos eles é apanhar os humanos. O mar é, pois, visto como um elemento vivo que muitas vezes exige a vida dos mareantes. Havia então que aplacá-lo com diversos ritos propiciatórios.

Tudo isto nos faz concluir que as alterações de mentalidade não se limitam ao negro e ao branco, ao escuro e à luz. Nesta marcha permanente pelo tempo existem também áreas de penumbra ou de cinzento, em que se justapõem o antigo e o moderno. Na época dos Descobrimentos simplesmente não se podia contornar o mundo do fantástico, do tremendo, do aterrador, do sobrenatural. Era toda a mitologia e toda a estrutura da mentalidade religiosa de então que estava envolvida e fazia marcar a sua presença. Até os homens excepcionais do seu tempo não tinham meios de a evitar.

Conclusão

No período dos Descobrimentos, os Portugueses contribuíram decisivamente para a construção de toda uma nova forma de conceber o mundo. Desenvolveram embarcações, aperfeiçoaram as técnicas de navegação, melhoraram de forma sem precedentes os instrumentos náuticos. No entanto, os medos marinhos nunca foram inteiramente apagados do imaginário do homem coevo, antes coexistem e convivem com as marcas da nova era, sobretudo a experiência e a observação directas. Dessa fusão, desse momento arquetípico, entre o imaginário ainda medieval e o peso irreversível do novo conhecimento do espaço marítimo resultou um fenómeno mental novo e inédito, que, tal como o próprio ambiente cultural e civilizacional que lhe serve de cenário – o Renascimento –, não cabe já por inteiro no período que está a findar (a Idade Média), mas também ainda não faz parte, de forma totalizante e exclusiva, da era que já começou, o mundo Moderno, onde a ciência e a experimentação constituem pedra de toque.

Em última análise, este fenómeno é reflexo de um complexo, porque multifacetado, período de viragem. Um período pleno de tensões e continuidades, bem mais do que rupturas e processos estanques, onde se confundem avanços e permanências. Um período que, como se referiu, encerra simultaneamente no seu seio traços essenciais e definidores do que já passou e do que está a desencadear.

Naquela época de desbravar o mar, sem dúvida que todas as acções a bordo, fossem executadas pelo mais simples marinheiro ou pelo próprio almirante, eram indissociáveis de um imaginário marcado pela fantasia, as visões e os medos. Um substrato obscuro onde os factores dominantes nada tinham de quantificável ou mensurável. Eram antes algo abstracto e fluido, que ia e vinha consoante a intensidade emotiva das circunstâncias e o peso maior ou menor, porém sempre presente, de uma tradição e uma herança cultural que veiculavam uma forma muito especial de sentir e reagir perante os fenómenos marítimos.

Veja-se, em 1415, e a título de derradeiro exemplo, o momento em que os barcos da armada portuguesa que se dirigiam a Ceuta amainaram as velas ao dobrar do cabo de S. Vicente, em sinal de respeito e de procura do apoio do santo para a empresa. O país que assim iniciava os Descobrimentos fazia deste santo o grande símbolo da possibilidade de dominar e exorcizar os receios e os perigos do mar⁷⁶.

O homem de Quatrocentos e inícios de Quinhentos possuía elementos de imaginário que a ciência positivista quis efectivamente eliminar. No entanto, ainda era muito cedo para tal empreendimento e a crença fantasista

⁷⁶ Cf. Luís KRUS, "O imaginário português e os medos do mar" cit., p. 105.

dos cristãos, embora transfigurando-se em novos mitos e subsequentes novos ritos, manteve-se por mais alguns séculos. Só muito lentamente é que as novidades resultantes do exercício empírico das viagens dos Descobrimentos foram solidamente integradas nas concepções cosmológicas então vigentes, inclusivamente nos sectores cultos da sociedade.

Neste quadro, reveste-se de singular importância a conquista do Atlântico magrebino, na medida em que constituiu o primeiro grande passo do longo e atribulado processo dos Descobrimentos portugueses. Aqui, pelo contacto directo com a realidade, revelaram-se certamente os primeiros grandes medos do oceano, bem como os primeiros grandes avanços da vontade e da técnica para superar o tradicionalmente visto como *intransponível*.

Aqui também ganhou forma uma nova maneira de lidar com o medo ancestral do grande mar oceano. Uma maneira original que, ao invés de promover o recuo perante o perigo ou mesmo perante a hipótese de perigo (tal como se fazia no mundo *puramente* medieval), antes insistia numa fórmula que, por diversos meios, tinha por objectivo garantir a protecção divina perante a tragédia quase imediata ou mesmo durante o dia-a-dia a bordo, igualmente repleto de receios e perigos. Assim nasceu toda uma série de devoções marinheiras, cujo imaginário mítico mergulha fundo as suas raízes no mundo clássico.

Por tudo isto, o Atlântico magrebino apresenta-se como um espaço dual: por um lado, impõe-se como palco por excelência do terror marítimo antigo e medieval (dado que é aqui que se dão os primeiros grandes contactos directos com a hostilidade oceânica), e, por outro lado, surge como um radioso ponto de partida de uma nova era caracterizada por uma original convivência da experimentação e da observação com o imaginário mítico ligado ao oceano, e da qual resultaram fórmulas diversas que permitiram nos séculos seguintes enfrentar o oceano de modo decisivo, nunca mais dando azo a deixar de investir contra o desconhecido ou a recuar perante o perigo iminente, apesar do exemplo aterrador de todas as calamidades quotidianas.

Estratégias e práticas

O CONDE DE ARRAIOLOS E A POLÍTICA EXPANSIONISTA EM MARROCOS

MARIA DÁVILA

“...aJnda que a guerra de mouros seja aujda por bem se homem nom olhar com olho simplez e claro de discriçom ata fym nas cousas que ouuer d obrar, muytas uezes o seu Juízo sera escuro...”¹

D. Fernando, conde de Arraiolos

D. Fernando, 3.º Conde de Arraiolos, 1.º Marquês de Vila Viçosa e 2.º Duque de Bragança, nasceu por volta do ano de 1403², filho segundo de D. Afonso, bastardo legitimado do rei D. João I e de D. Beatriz Pereira, única herdeira do condestável D. Nuno Álvares Pereira³.

Em 4 de Abril de 1422, à semelhança do que D. João I havia feito com os seus filhos, D. Nuno Álvares Pereira assegurou Casas para os seus netos⁴, desfazendo-se do seu património em favor dos mesmos. Ao fazê-lo o condestável assegurou-lhes uma importante posição social e a perpetuação da sua linhagem. D. Fernando, ficou com o núcleo de propriedades alentejanas do condestável e com o título de 3.º conde de Arraiolos⁵.

Casou em Dezembro de 1429 com D. Joana de Castro, única herdeira de D. João de Castro, senhor do Cadaval.

Em 1438, após a morte de D. Duarte, e no início dos desentendimentos entre a rainha D. Leonor e o infante D. Pedro, D. Fernando foi nomeado para a regência tripartida, cabendo-lhe a administração da justiça. Interveio também nos conflitos armados do início da regência defendendo o partido do duque de Coimbra. Mas D. Fernando não estaria no Reino para presenciar as divergências entre o seu pai e o infante D. Pedro, que culminariam na Batalha de Alfarrobeira porque em 1445, após a morte do capitão D. Fernando de Noronha foi

¹ *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática de João José Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 61-62.

² Estabelecer uma data exacta para o nascimento de D. Fernando é extremamente difícil, devido à ausência de datas nas fontes documentais. D. António Caetano de Sousa afirma que D. Fernando terá nascido em 1403. Cf. D. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo V, 2.ª ed., Lisboa, 1933, p. 62.

³ O contrato de casamento foi celebrado a 1 de Novembro de 1401 e teve confirmação régia a 8 de Novembro do mesmo ano, cf. ANTT, *Místicos*, liv. 2, fls. 238-239v. Deste casamento nasceram três filhos, D. Isabel, a mais velha, casou com o seu tio, o infante D. João, em 1424 (o contrato de casamento encontra-se transcrito nas D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1946, t. I, liv. III, pp. 187-188); D. Afonso, conde de Ourém, e D. Fernando.

⁴ D. Beatriz Pereira morreu de parto, provavelmente entre 1403 e 1409. Seguimos aqui a pesquisa realizada por Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, parentesco e poder (a Casa de Bragança 1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, p. 32 (especialmente nota n.º 30).

⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 26v. D. Fernando recebeu do avô a quase totalidade dos bens que o condestável detinha no Alentejo: as vilas de Vila Viçosa, Lagomel, Borba, Vidigueira, Évoramonte, Sousel, Estremoz, Alter do Chão, Vila de Frades, Vilalva, Vila Formosa, Vila Ruiva, Chancelaria, Beja, a alcaidaria de Montemor-o-Novo, para além do condado de Arraiolos.

nomeado para capitão e regedor de Ceuta, com poder absoluto e jurisdição cível e crime. Após Alfarrobeira, o conde de Arraiolos solicitou ao rei o seu regresso a Portugal. Ao longo do ano de 1450 manteve-se em Ceuta, esperando ser rendido pelo infante D. Henrique, o que não veio a acontecer. Só regressou de Ceuta em finais de Setembro do ano seguinte.

Em 1455 foi elevado à categoria de marquês de Vila Viçosa, como agradecimento pelos muitos serviços prestados à Coroa. No período em que foi marquês de Vila Viçosa, D. Fernando participou na conquista de Alcácer Ceguer em 1458 e, em 1460, foi um dos três nobres (conjuntamente com o condestável D. Pedro e o infante D. Fernando) que escreveram pareceres a D. Afonso V aconselhando-o sobre a situação política externa e as alianças com Castela e Aragão.

Quando o irmão primogénito, D. Afonso, marquês de Valença, morreu de febre em Tomar a 29 de Agosto de 1460, antes do pai e sem deixar sucessão legítima, D. Fernando tornou-se o herdeiro do ducado de Bragança, ao qual ascendeu no ano de 1461. Quando herdou o ducado era já um homem perto dos sessenta anos.

Voltou pela última vez a Marrocos para acompanhar o rei em mais uma tentativa de conquista de Tânger, em 1463-64. Em 1471, quando D. Afonso V partiu à conquista de Arzila ficou no Reino como regente.

Morreu no ano de 1478, sucedendo-lhe no ducado D. Fernando II, o seu filho primogénito.

No início da década de 30, o infante D. Duarte pediu conselho aos irmãos e sobrinhos sobre a política externa do Reino. Aos Grandes de Portugal foi-lhes perguntado se eram a favor de uma participação portuguesa na conquista de Granada e como se posicionariam face a uma nova expedição portuguesa ao Norte de África. Conhecem-se os pareceres dos condes de Barcelos, Ourém e Arraiolos e do infante D. João⁶. No seu conselho⁷, datado de 22 Abril de 1432⁸, D. Fernando respondeu ordenadamente a um questionário que lhe fora previamente colocado pelo infante, sendo possível a reconstituição do rol das questões, todas elas relacionadas com a política externa do Reino e a conjuntura interna vivida nos restantes reinos peninsulares.

O conde de Arraiolos já havia expressado estas suas opiniões enviando-as agora por escrito. Dizia D. Fernando que, tal como havia prometido enviava “*o trelado dos escritos que dera no conselho de santarem e em comprimento de uoso mandado o enujo e uosa merçe sem palaura ader nem mjingoar porque naom pareço ser feroso serem por mym grosados*”⁹.

A uma primeira questão sobre se o infante D. Henrique deveria aceitar ou não uma “amigável composição” do rei de Castela para a conquista de Granada, seguia-se uma segunda, composta por oito alíneas¹⁰, sobre medidas e posições a tomar caso os infantes de Aragão decidissem declarar guerra a Castela e, finalmente, a questão mais importante, se deveria Portugal prosseguir com a guerra em Marrocos.

Num texto extremamente organizado e revelador do seu bom conhecimento da política peninsular, o conde de Arraiolos começou por apresentar cinco motivos para os cristãos conquistarem o reino de Granada¹¹:

- a) Granada voltaria para o jugo da fé cristã;
- b) Assegurar-se-ia mais facilmente a defesa da Península Ibérica contra novos ataques ou invasões muçulmanas;

⁶ O infante D. Pedro já havia manifestado a sua opinião na famosa carta de Bruges, datada de 1425 ou 1426.

⁷ Utilizaremos aqui a transcrição do conselho do conde de Arraiolos feita por João Alves Dias na edição paleográfica e diplomática do *Livro dos Conselhos...* cit., pp. 56-65.

⁸ No *Livro da Cartuxa* no Arquivo Nacional da Torre do Tombo os pareceres dos condes de Barcelos, Ourém e Arraiolos encontram-se datados de 1433. Contudo, o padre Dias Dinis defende que esta data se deve a erro do copista e, na realidade, os conselhos seriam do ano de 1432. Apesar da polémica relativamente à data, a questão parece-nos, no âmbito deste estudo, irrelevante, pois o conde de Arraiolos afirma fazer o traslado das suas opiniões anteriores, pelo que o seu parecer é, na verdade, uma súmula das opiniões do conde manifestadas anteriormente. Cf. *Monumenta Henricina*, ed. de António Joaquim Dias DINIS, vol. IV, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, pp. 99-100, nota 1 e Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 85, nota 114.

⁹ Cf. *Livro dos Conselhos...* cit., p. 56.

¹⁰ As questões são as seguintes: “*o Recebymento dos Jfantes e Jfante e mestre, e seu se entrassem em Castela e fizessem guerra*”; “*que posam auer viandas posto que fação o que dito he*”; “*que Recebam seus gados em estes reynos*”; “*que lhes dem fauor contra os do conselho d el rey de castela*”; “*se será feyta liga com os Reis d aragom nauarra e Jfantes*”; “*que fym darom ao conselho principal*”; “*se aguardarom aluaro perez*” e “*que maneyra se terá com os feytos d el rey*”.

¹¹ Cf. *Livro dos Conselhos...* cit., pp. 56-57.

- c) Os granadinos eram homicidas e ladrões;
- d) Evitar-se-ia que os granadinos continuassem a promover a apostasia dos cristãos-novos mouros;
- e) O reino de Granada pertencia de legítima herança à Espanha e conquistá-lo levaria a que muitos muçulmanos se tornassem cristãos.

Por todos estes motivos defendia, portanto, a ida do infante D. Henrique à conquista de Granada, porque ele com os seus homens faria grande diferença.

D. Fernando enumerou também os benefícios políticos que D. Duarte poderia obter com esta intervenção do seu irmão¹²: poderia casar a sua filha como melhor lhe aprouvesse¹³; o infante D. Henrique poderia obter o reino de Granada (o que segundo o conde de Arraiolos convinha mais a D. Duarte do que se Granada ficasse nas mãos dos seus cunhados) e assim ficar com a política de Castela nas mãos; e Portugal ficaria numa posição mais vantajosa para discutir a posse das ilhas Canárias.

Era um cenário muito optimista por parte do conde de Arraiolos, mas que, no fundo, deveria reflectir os mais secretos desejos do herdeiro do trono português.

Ainda sobre a possível participação do infante D. Henrique na expedição a Granada, diz D. Fernando que ouvira alguém alegar que o partido nobiliárquico dos infantes de Aragão poderia considerar a sua participação com o mestre de Alcântara, D. Álvaro de Luna, um motivo para o quebrar do pacto celebrado com os ditos infantes, ou seja, uma transgressão de algumas das cláusulas do casamento entre D. Duarte e D. Leonor. Ora, o conde argumenta que não, a participação do infante português não era mais do que a ajuda à Cruzada devida a todos os cristãos¹⁴.

Tenha-se em atenção que, ao tempo em que D. Fernando escrevia este parecer, se encontravam em Portugal, buscando refúgio temporário devido a mais uma desastrosa tentativa de intervenção na política castelhana os infantes D. Pedro e D. Enrique, irmãos de D. Leonor, futura rainha de Portugal¹⁵.

Colocava-se ainda a hipótese de os infantes de Aragão atacarem Castela a partir de território português, hipótese esta que D. Fernando condenava severamente, visto que isto significaria apoiar uma guerra entre cristãos e colocaria em sério risco a neutralidade portuguesa¹⁶. Por este motivo o conde desaprovava também qualquer tipo de participação do Reino numa eventual liga com Navarra, Aragão e os seus infantes¹⁷, a não ser que tal liga se fizesse com a aprovação do rei de Castela¹⁸.

De seguida, o conde de Arraiolos argumentou sobre a prossecução das campanhas militares portuguesas em Marrocos. O seu discurso foi perfeitamente claro: era contra. Era contra porque a guerra ou se fazia por serviço de Deus ou por fama. E era necessário estabelecer essa diferenciação. Geralmente, a guerra contra os mouros era algo louvável e um serviço de Deus, mas, analisando cada caso em concreto, a guerra contra os mouros podia constituir um grande mal e consequentemente um “desserviço” religioso. Mesmo que Portugal conseguisse conquistar o reino de Fez, a longo prazo, tal conquista apenas traria grandes problemas e contrariedades. Portugal não tinha gente nem dinheiro que permitisse a defesa dos dois reinos (o que era facilmente verificável pelo astronómico custo da manutenção de Ceuta) e podiam perder-se ambos, o daquém e o dalém mar, para além das numerosas mortes que isto poderia causar¹⁹. E mesmo que se pretendesse ocupar apenas os lugares à beira-mar estes seriam impossíveis de

¹² *Ibidem*, p. 58.

¹³ In *Livro dos Conselhos...* cit., p. 58. O conde de Arraiolos estaria a referir-se a D. Filipa, filha de D. Duarte e de D. Leonor, nascida a 27 de Novembro de 1430 em Santarém e falecida a 14 de Março de 1439 vítima de peste já que D. Maria, a segunda filha do casal, só nasceria no final de 1432, falecendo pouco depois. A irmã de D. Duarte, a infanta D. Isabel havia casado em 1430 com Filipe, o Bom, duque da Borgonha. O conselho foi claramente escrito para o infante D. Duarte.

¹⁴ *Ibidem*, p. 58.

¹⁵ Cf. Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte, Requiem Por Um Rei Triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 236.

¹⁶ Cf. *Livro dos Conselhos*, p. 59.

¹⁷ *Ibidem*, p. 60.

¹⁸ *Ibidem*, p. 61.

¹⁹ *Ibidem*, p. 62.

manter²⁰, pois dependeriam inteiramente do Reino²¹. Se, por outro lado, a conquista se fizesse por fama não havia glória que se aproveitasse, sendo que a procura de glória era um pecado e logo não servia Deus. Por todos estes motivos, D. Fernando defendia que guerra de Granada era muito mais louvável.

O conde de Arraiolos mostrou também ser contra os pedidos para a guerra no norte de África, comparando o país a um homem de avançada idade que ocultava o passar dos anos e que de um momento para outro decaía²². Apesar de não o parecer no imediato, tantos pedidos debilitariam em muito o Reino. Além de que o lançamento de um pedido para uma guerra que não traria qualquer proveito ao Reino seria algo contrário às obras de misericórdia²³.

Como vimos, o pai e o irmão de D. Fernando também manifestaram, por escrito, a sua opinião. Embora os conselhos dos três Bragança²⁴ fossem *grosso modo* concordantes, visto os três preferirem uma empresa em Granada a uma intervenção em Marrocos, ao compararmos os seus conselhos existem diferenças notáveis, sobretudo do conhecimento que cada um tem das questões em jogo. O reinado de D. Duarte delimitou uma clara fronteira em relação ao reinado de seu pai no que respeitou ao comparecimento dos Bragança na corte e a sua aptidão para influir as decisões políticas²⁵. Denote-se que os condes-filhos estavam tendencialmente mais vezes na corte do que o seu pai²⁶. O conde de Arraiolos foi, dos três Bragança, o que mais se identificou com a vida de corte, participando activamente na gestão dos negócios correntes do Reino e nas grandes campanhas militares.

Apesar dos conselhos dos dois irmãos serem muito similares nas opiniões que declaravam, D. Fernando demonstrou estar mais a par da política e intenções portuguesas do que o seu irmão²⁷, o conde de Ourém. Este refere mesmo não poder expressar plenamente a sua opinião pois não sabia *a priori* que tipo de intervenção tinha em mente D. Duarte. Também em relação à atitude a tomar para com o rei que estava cada vez mais afastado da acção política, principalmente se se optasse contra a guerra em Marrocos²⁸, as opiniões dos dois irmãos divergiam. Dizia D. Afonso não possuir intimidade com o rei, não privara com ele o suficiente para compreender os “seus jeitos” e que portanto deveriam ser D. Duarte e os seus irmãos a decidir o que fazer. Pelo contrário, o conde de Arraiolos defendia que D. João I deveria ser prontamente demovido da ideia de um novo ataque ao Norte de África, porque se o rei se convencesse a promover nova expedição ninguém o conseguiria demover²⁹. Apesar de sintonizados e de defenderem fundamentalmente as mesmas opiniões, os três pareceres da Casa de Bragança sobre

²⁰ *Ibidem*, p. 62.

²¹ Será, contudo, esta ocupação de carácter restrito a que vingará no Norte de África. Apesar dos custos da manutenção de pequenas “ilhas” em território inimigo serem muito elevados esta ocupação mostrou ser mais viável do que uma ocupação total do território. O país não dispunha dos recursos económicos e humanos para o fazer e para conseguir manter grandes extensões territoriais.

²² Cf. *Livro dos Conselhos...* cit., p. 63.

²³ *Idem*, p. 63.

²⁴ Apesar de o título de duque de Bragança só ter sido dado ao conde de Barcelos em 1442 pelo regente D. Pedro, falaremos de casa de Bragança, englobando quer a casa do conde de Barcelos quer as casas dos condes seus filhos, por uma questão de comodidade.

²⁵ Apesar de D. Duarte ter sido rei por um período de apenas 5 anos, consideramos também aqui os anos em que, enquanto príncipe herdeiro associado ao trono, comandou o destino do reino devido à avançada idade de seu pai, D. João I. Cf. Mafalda Soares da CUNHA, «Estratégias senhoriais na regência do infante D. Pedro», in *Estudos Medievais*, 9 (1998), p. 273.

²⁶ Mafalda Soares da Cunha apresenta várias explicações para este facto: a localização geográfica das respectivas terras (as propriedades dos condes de Ourém e Arraiolos estão mais perto de Lisboa e restantes locais por onde circula a corte); a condição de bastardo colocava o conde D. Afonso numa posição de relativa inferioridade em relação aos seus irmãos mais novos (o que se agravava se atendermos à extensão dos domínios dos infantes e ao facto de D. Henrique e D. Pedro possuírem o título de duque) e, por fim, aquilo que a autora designa por “intervalo geracional” que se reflectia na mentalidade mais tradicional do conde de Barcelos, que preferia sedimentar o seu poder senhorial, com grande influência a nível regional. Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco e Poder...* cit., p. 141.

²⁷ Tenha-se também em atenção o facto de entre 1433 e 1460 serem sete os pareceres pedidos a membros da Casa de Bragança, sendo que apenas um é do conde de Ourém, dois do conde de Barcelos e os restantes são de D. Fernando. O número de pareceres e, obviamente, as opiniões neles expressas revelam a divergência do envolvimento dos três Bragança nos assuntos políticos do reino. Cf. Mafalda Soares da CUNHA, *Linhagem, Parentesco...* cit. pp. 145-146.

²⁸ D. João I defendia desde há muito uma nova intervenção em Marrocos. Símbolo de uma geração que lutara contra Castela era natural que não defendesse uma política de expedição conjunta a Granada, sobretudo numa posição de subalternização. Mais tarde, quando D. Duarte se decidiu, finalmente, pela expedição a Tânger, revelou que um dos principais motivos para tal seria o facto de ter sido um dos últimos desejos de seu pai enquanto rei.

²⁹ Cf. *Livro dos Conselhos...* cit., pp. 62-63.

uma eventual ida a Granada revelavam a individualidade de cada um dos seus autores e o seu relacionamento com a vida política do reino.

Por fim, D. Duarte, já rei, muito pressionado pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, que desde o primeiro momento defendiam uma nova campanha militar, e pela necessidade de, no campo diplomático, obter o apoio do papa Eugénio IV, grande paladino da guerra contra os muçulmanos, decidiu a favor da guerra em Marrocos³⁰. Em meados de Agosto de 1437, numa expedição liderada pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, tendo como condestável da frota o próprio conde de Arraiolos (que embarcou no Porto com as gentes do Norte), os portugueses atacaram a cidade de Tânger. Não vemos esta participação do conde de Arraiolos como uma contradição, apesar do conde ter afirmado publicamente a sua discordância com esta política expansionista, acima de tudo considerava como seu dever máximo o serviço régio. Se D. Duarte decidira a prossecução das conquistas no norte de África, ele participaria. Aliás, directa (o conde de Arraiolos, como condestável) ou indirectamente (os condes de Ourém, na sua missão diplomática junto do papa, e o conde de Barcelos no recrutamento) os Bragança participaram todos na preparação desta empresa tangerina.

Em Tânger tudo o que podia falhar, falhou. O primeiro alardo revelou que o número de homens que participariam na expedição estava muito aquém do necessário. Optando por não seguir as recomendações feitas por D. Duarte, os Portugueses, liderados pelo infante D. Henrique, cometeram sucessivos erros militares, e de sitiados passaram a sitiados. O auto de capitulação assinado entre os cristãos, tendo como procurador o infante D. Henrique, e os muçulmanos, representados por Salah ibn Salah, permitiu que os Portugueses pudessem sair em liberdade, deixando tudo aquilo que tinham no arraial. Em compensação, a cidade de Ceuta deveria ser restituída aos muçulmanos. O infante D. Fernando, e alguns membros do seu séquito, ficaram reféns como garante do cumprimento do acordo.

De volta ao reino, realizaram-se cortes, entre Janeiro e Fevereiro de 1438, nas quais D. Duarte pediu conselhos sobre o cativo do infante D. Fernando e a devolução de Ceuta³¹. D. Duarte, enquanto rei, não se sentia com direito moral para devolver Ceuta sem antes consultar o Reino. A praça era pertença dos Portugueses e de todo o mundo cristão. No discurso do doutor João do Sem, proferido em nome do rei, no início das cortes, fez-se notar que o problema principal não era conseguir a libertação do infante mas sim evitar a entrega de Ceuta.

Entretanto, do seu cativo em Arzila, o infante D. Fernando escrevera ao irmão dizendo que Ceuta deveria ser entregue o quanto antes aos muçulmanos. No fundo, e compreensivelmente, o infante queria que lhe pagassem o resgate para poder voltar para casa. Esta carta causou grande constrangimento e as opiniões dividiram-se. Os infantes D. Pedro e D. João defendiam que o pacto assinado pelo infante D. Henrique deveria ser respeitado. Esta era também a posição da grande maioria dos concelhos. D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, entendia que a praça não podia ser devolvida com essa facilidade. Antes da devolução o papa teria que ser consultado. Era o futuro de uma praça cristã, onde tinham sido celebradas inúmeras missas, que estava em jogo. Um terceiro grupo achava que o rei deveria tentar, por todos os meios, resgatar o infante D. Fernando (quer oferecendo dinheiro, o resgate de todos os presos muçulmanos, juntando-se a outras forças cristãs). Só se nenhum destes esforços resultasse se deveria entregar a praça. O conde de Arraiolos liderava uma quarta posição, minoritária, que sustentava que D. Duarte não podia entregar a cidade de Ceuta em troca do infante D. Fernando. Nem em troca do infante nem de ninguém. Nem sequer em troca do herdeiro do trono português, se fosse esse o caso. Dizia D. Fernando que o infante D. Henrique tinha feito o que qualquer um no lugar dele faria, assinar um auto de capitulação com Salah ibn Salah de forma a garantir a retirada das tropas portuguesas em segurança e a evitar um massacre ainda maior. Contudo, o infante D. Henrique não possuía autoridade suficiente para prometer a entrega de Ceuta. A entrega da praça era algo demasiado importante para ser decidido por alguém que não o monarca. D. Duarte não se devia, por isso, sentir obrigado a respeitar este acordo.

³⁰ A pressão portuguesa junto da Santa Sé dera frutos no verão de 1436 quando o papa emitiu duas bulas favoráveis à prossecução das campanhas portuguesas contra os muçulmanos e à conquista das ilhas do arquipélago das Canárias que ainda não pertencessem a príncipes cristãos. No entanto, a pressão castelhana surtiu os seus efeitos e, a 6 de Novembro de 1436, o papa revogou a bula que dizia respeito às Canárias e referiu a pretensão de Castela ser o único reino com direito reconhecido à conquista do Norte de África.

³¹ Para as cortes e opiniões dadas seguiremos Rui de PINA, *Crónica de D. Duarte*, Porto, Renascença, 1914, cap. XL.

Num discurso apoiado por citações e histórias retiradas da Bíblia, o conde chegou mesmo a criticar a carta do infante D. Fernando. Homem sábio, membro respeitado do conselho régio, foi ouvido com muito agrado pelo rei e seu conselho.

Apesar de consternado pela prisão do irmão, D. Duarte inclinava-se, tal como a maioria das cortes, para a não restituição de Ceuta. Era necessário estudar outras opções para o resgate do infante.

Mas o rei morreu antes de conseguir a libertação do irmão. Vários projectos que, ao longo da regência de D. Pedro, tentaram um novo acordo com os muçulmanos relativamente ao cativo do infante saíram gorados devido à desconfiança existente de parte a parte. Anos depois, a 6 de Julho de 1443, morreria também o infante D. Fernando, após seis anos de cativo.

TECHNIQUES ET PRATIQUES MILITAIRES PORTUGAISES AU MAROC: ADAPTATIONS ET INNOVAUTÉES

VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES *

L'expansion portugaise au Maroc qui, d'après Luís Filipe Thomaz, «est bien plus un dernier épisode de l'histoire médiévale que le premier épisode de l'histoire moderne»¹ fut, dès le début, fortement marquée par l'action extraordinairement importante de la noblesse, sa principale base social d'appui, fait qui se révéla déterminant non seulement par rapport au modèle d'organisation militaire que fut être créé, mais aussi par rapport au type de guerre pratiqué.

Les gentilshommes portugais, qui pendant la *Reconquista* étaient habitués à la guerre arabe, qui s'appuyait surtout à l'action individuelle du chevalier et était faite par des chevauchées subites, des pillages et embuscades, la surnommée «guerre guerroyée», cultiveront au Maroc jusqu'à l'exhaustion ce genre de combat, émotif et désordonné (qui s'adaptait exemplairement à la mentalité chevaleresque et servait leurs intérêts économiques), tout en créant comme une boule d'oxygène pour les valeurs chevaleresques qui finiront plus tard pour influencer décisivement l'organisation militaire et la forme de combattre des Portugais à l'Orient.

Nous croyons, en effet, et au contraire d'autres auteurs², que ce fut l'Inde et non le Maroc, le vrai «cimetière d'éléphants» des valeurs chevaleresques de la noblesse, d'autant plus que toute l'histoire de la présence portugaise à l'Orient est comblée de faits et exploits de chevaliers médiévaux, étant la noblesse responsable en grande mesure de la persistance à l'*Estado da Índia*, même au-delà du XVI^e siècle, de certaines structures militaires de caractéristiques archaïsantes et aussi d'une mentalité guerrière plus proche des valeurs de l'ancien corps d'armée médiévale que des principes des modernes armées européennes de la fin du XV^e siècle, marquées par la discipline, l'organisation et l'encadrement des hommes d'armes dans des unités tactiques bien structurées.

Il faut donc, pour mieux comprendre les raisons qui ont été la base de ce genre de guerre pratiquée au Maroc et de son déplacement à l'Orient, analyser avec un peu plus de détail non seulement les raisons et la composition de la noblesse – le principal soutien du processus expansionniste portugais au Maroc – mais aussi les conditions politiques, économiques et sociales que ont été à la base de l'implémentation du modèle de l'occupation restreinte de l'Afrique du Nord faite par les Portugais.

D'après ce qui arrivait en Europe au début du XIV^e siècle, la noblesse au Portugal passait par une crise importante, qui résultait non seulement de sa multiplication au cours du siècle antérieur mais aussi dû aux effets provoqués par la crise du XIV^e siècle ce qui, associé à la fin des guerres avec Castille, a contribué beaucoup à créer un état de grande tension surtout dans le cas des fils plus jeunes impossibilités d'exercer son métier traditionnel:

* Directeur du Centre d'Histoire – Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Luís Filipe THOMAZ, "Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – reflexões em torno da Génese dos Descobrimentos", in *De Ceuta a Timor*, Lisbonne, Difel, 1994, pp. 28 et 29.

² Cf. Carlos Guilherme RILEY, "Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383-85", publié en *1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV e XV, Actas das Jornadas de História Medieval*, Lisbonne, História & Crítica, 1985, p. 305.

la guerre. Sans moyens pour organiser leur maisons seigneuriales, il ne leur restait que de se réfugier à la Cour ou d'émigrer, en engraisant ainsi les armées Européennes toujours engagées dans des guerres interminables (la Guerre des Cent Ans ou la Guerre des Deux Roses), elles aussi une conséquence de l'augmentation de la tension résultante des changements politiques et sociaux que l'on voyait un peu par tout le continent qui, lentement, commençaient à limiter leurs privilèges.

Le Maroc a surgi ainsi pour la Couronne portugaise et au-delà de toutes les autres raisons d'ordre économique, politique ou stratégique – sujet que nous n'allons pas aborder ici – comme une fuite par où la turbulence de la noblesse a été canalisée ce qui a permis non seulement d'atténuer les problèmes sociaux à l'intérieur du royaume mais aussi d'écarter d'éventuels points de conflit qui conduisent à la rupture de la paix avec Castille. Toute cette tension que nous avons mentionnée a été déplacée à l'extérieur du royaume et mise au service de l'État, en se transformant ainsi les champs de l'Afrique du Nord en une vraie école militaire où se sont entraînées de successives générations de la noblesse.

Pour les gentilshommes la politique expansionniste commencée en Afrique du Nord a signifié, surtout pour les fils plus jeunes et pour les nobles à lignage secondaire, plus d'opportunités, énoncées non seulement dans l'appropriation de richesses issues des pillages aux populations locales, étant donné le climat de guerre permanente y vécu mais aussi en résultat de la concession de divers émoluments de la part du roi comme récompense par les faits pratiqués. Et cela sans oublier, naturellement, la possibilité d'à travers leurs exploits d'armes de pouvoir augmenter l'honneur de leurs familles, condition fondamentale pour la ascension sociale au sein de la noblesse portugaise de l'époque.

En outre, l'organisation des forteresses à conquérir signifiait aussi la création de quelques rangs militaires et administratifs sans compter naturellement avec la possibilité de constituer des domaines fonciers dans le cas de conquête territoriale significative.

Finalement, et pas moins important, les champs marocains représentaient pour la noblesse portugaise, comme nous avons déjà mentionné, l'endroit idéal où, à l'abri d'un fondement politique et idéologique, leurs éléments ont pu d'après Zurara «entraîner leur force et leur courage d'après l'exubérance leur jeunesse»³ et, naturellement, à leur condition de chevaliers.

Cependant, leur action fût très tôt marquée par ce que Robert Ricard a défini comme le modèle d'occupation territoriale restreint adoptée par les Portugais en Afrique du Nord⁴, qui fût le résultat d'un ensemble de carences structurales du royaume portugais. En effet, le manque de moyens matériaux et surtout humains que certains des responsables de l'expédition à Ceuta avaient invoqué après la conquête de la ville comme un argument pour l'abandonner, a rendu impraticable le projet de conquête territoriale initialement préconisée pour le Maroc, qui passait même par la conquête du royaume de Fez⁵.

Ces faits, qui ont conditionné de façon significative l'approfondissement de la politique interventionniste portugaise au Maroc, seront plus tard aggravés avec le désastre de Tanger et le conséquent emprisonnement du prince Fernando en 1437. Cet événement servit d'une part, pour accentuer la notion de l'incapacité portugaise de construire un empire continental au Maroc, et d'autre part, fera que la couronne portugaise par l'action du régent D. Pedro protégé préférentiellement l'expansion commerciale et la colonisation des espaces vides.

De ce nouvel encadrement politique résultat ce que l'on commence à délinéer une stratégie politique et militaire qui s'affirmera au long du temps et qui consiste à conquérir les principales forteresses au long du littoral nord du Maroc de façon à contrôler plus efficacement la navigation de l'Étroit de Gibraltar et d'atténuer les effets de la course musulmane, en laissant l'idée initiale de conquérir le royaume de Fez pour plus tard. En effet, l'on adoptait surtout dans le Maroc du Nord un modèle d'occupation restreint, se limitant ainsi la souveraineté

³ In *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Lisbonne, Académie des Sciences, 1915, chapitre VI, p. 22.

⁴ Robert RICARD, "Le problème de l'occupation restreinte dans l'Afrique du Nord (XVe-XVIIe siècles)", in *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 8^e année, n° 41, 1936, pp. 426-437.

⁵ Voir l'annonce fait par le roi João I à la garnison de Ceuta en 1415, en leur annonçant qu'il retournerait l'année prochaine pour conquérir le royaume merinide. Cf. Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, publ. par José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Comissão Organizadora do Congresso Internacional Bartolomeu Dias, 1988, Livre I, chapitre IX, pp. 240 et 241.

portugaise à l'espace délimité par les murailles des forteresses et à leurs alentours; ce modèle serait transposé aussi avec un succès remarquable pour les régions de l'Océan Indien. Il faut néanmoins constater qu'à la suite de ce qui arrivera plus tard avec les forts du Sud du Maroc, les forteresses de l'«*Estado da Índia*», ont incorporé une autre structure – le comptoir – qui avait été adaptée avec succès dans les établissements portugais de la côte occidentale africaine.

Dû aux conditionnements que nous venons d'indiquer, Ceuta se maintient jusqu'à la conquête d'Alcácer Ceguer, en 1458, comme l'unique forteresse dans l'immensité des domaines musulmans. Fonctionnant dès le début comme une base militaire pour le contrôle de la navigation, une petite force navale y fut stationnée, créé par le roi João I après la conquête de la ville. Initialement constituée par un petit nombre de navires, D. Pedro de Menezes, son premier commandant, l'augmentera en lui ajoutant d'autres navires, surtout des fustes, des caravelles et des barques, les uns construits localement et les autres issus de successives captures de navires, en se initiant ainsi un processus qui se répétera dans d'autres forteresses, non seulement ici comme plus tard en Asie où les forces navales ont joué un rôle décisif dans leur défense.

D'autre part, il faut dire que c'est un trait commun à la généralité des fortifications, la présence d'un nombre significatif de bâtiments de privés certains appartenant aux capitaines des forteresses qui participaient, avec ceux du roi, à de différentes opérations militaires soit quand il s'agissait d'actions de secours aux villes assiégées soit encore dans la lutte contre les corsaires ou quand ils se joignaient à de petites flottes qui, par des attaques amphibies fulminantes, attaquaient et volaient les navires commerciaux musulmans et les populations côtières en contribuant ainsi à l'installation d'un climat de grande instabilité dans les populations locales avec la conséquente affirmation du pouvoir portugais dans la région. Il s'agissait dans le fond, du transfert et de l'adaptation pour l'Afrique du Nord des anciennes expéditions militaires navales pratiquées dans la péninsule depuis la période de la *Reconquista*, renommées de «fossados de mar» et qui se caractériseront par son action destructive et de pillage.

La guerre navale, engagée autour des fortifications ou dans les «saltos» (assauts) effectués à une distance significative, s'approchait beaucoup de celle qui se pratiquait en terre, en étant la plupart des combats, de vraies confrontations entre deux forces d'infanterie embarquées et non de vraies batailles navales entre deux navires. Ainsi, ce n'était que très rarement que l'attaque fut conduite de façon à atteindre les navires adversaires avec des éperons en choisissant davantage l'abordage; la confrontation finale dans le pont du navire était décidée dans une lutte entre les hommes à l'aide de l'épée. L'objectif d'un combat sur mer n'était pas celui de couler les navires adversaires mais plutôt de les capturer ayant en vue non seulement le vol mais aussi la vente et la rançon des ennemis apprivoisés.

C'est ainsi dans ce cadre que doit être comprise la raison par laquelle les Portugais ont abandonné les grands bâtiments comme les galères pour utiliser surtout les petites galères, les brigantins et surtout les fustes. Ces navires étaient non seulement plus rapides, plus légers à manœuvrer et exigeaient un nombre inférieur de matelots et de rameurs qui devenaient de plus en plus rares. D'une part, ils transportaient à bord du vaisseau un nombre significatif d'arbalétriers, eux-aussi, un élément décisif pour l'affirmation du pouvoir militaire portugais dans la région. Les fustes s'affirmeront ainsi comme le bateau d'élection des Portugais dans cette région, situation semblable à celle que l'on rencontrera dans l'Océan Indien où, après un premier moment d'affirmation des grands navires à rames ou à la voile (galions et vaisseaux) qu'a duré jusqu'à peu près 1520-30, il y aura lieu un phénomène semblable, avec la dissémination de petits navires mixtes à rame et à voile, spécialement les fustes, dans les armées navales portugaises de l'«*Estado da Índia*».

Ces flottes jouaient également un rôle important comme élément de transport de l'infanterie dans les opérations militaires plus importantes – rappelons-nous, par exemple, du premier siège à la forteresse de Tanger où une part significative de l'armée fut transportée de Ceuta par mer –, comme dans les invasions en territoire maure, surtout celles qui furent effectuées à distance. Pour épargner les troupes à pieds et pour que l'attaque se déroule plus vite et plus efficacement, les troupes étaient laissées dans un endroit proche du but à viser (endroit préalablement déterminé à l'aide des espions que les capitaines des fortifications avaient en territoire musulman). Les navires retiraient lors que l'opération terminait.

L'action de ces flottes était complémentée par la présence d'une armée navale envoyée chaque année du Portugal et qui s'abritait à Ceuta⁶. Elle se destinait non seulement à soutenir les places portugaises au Maroc mais aussi à faire la guerre aux navires musulmans et à attaquer les régions côtières de Granada et de la Berberie, dans une action de grande importance soit du point de vue militaire soit économique, en raison des vols et des prises effectués qui ont beaucoup contribué à financer les expéditions. Il nous faut aussi mentionner que le Régent, le prince D. Pedro, avait dans son service une flotte de navires corsaires opérant dans la «*Mar das Éguas*»⁷, ce qui a contribué pour enraciner chez la noblesse et les hommes de mer une pratique qui, transférée pour l'Orient, se transformerait surtout pendant la première décennie de 1500 en un des principaux soutiens économiques de l'effort de guerre portugais.

Plus tard, déjà en plein XVI^e siècle, cette armée annuelle sera remplacée par une petite flotte permanente, formée par des caravelles qui devaient combattre les corsaires berbères, particulièrement actifs à partir de leurs bases de Salé, Tetuan ou Larache, par exemple, et soutenir les forts portugais de plus en plus harcelés par les forces musulmanes⁸.

En analysant l'organisation militaire des fortifications de l'Afrique du Nord et du genre de guerre terrestre pratiqué au Maroc par les armées portugaises, nous nous rendons compte que l'organisation militaire du royaume qui fut transposée en Afrique du Nord, était caractérisée par une cohabitation des forces royales et seigneuriales. La défense de Ceuta fut ainsi livrée à un contingent extraordinairement significatif d'éléments de la noblesse, constitué par 1150 écuyers de la maison royale et celle des princes, aidés par une force de 600 arbalétriers outre les soldats et les auxiliaires en nombre supérieur à 1000 hommes. Il s'agissait au fond de ce que quelques historiens considèrent comme l'embryon de la formation d'une armée permanente puisque les garnisons stationnées dans les forteresses marocaines et plus tard dans les forts de l'Orient, seront dorénavant une structure fixe, régulière, ayant une hiérarchie de commandement uniforme dans tous les forts.

Quelques gentilshommes qui étaient encore restés dans le fort, se faisant accompagner d'une panoplie assez variable de dépendants, n'intégraient pas la structure régulière de la fortification. La présence de ces contingents de clients deviendra permanente, ce qui représentait, d'une part, un renfort militaire car il s'agissait d'hommes habitués à la guerre et, d'autre, apportaient assez souvent des problèmes de contrôle étant donné leur caractère indiscipliné et leur traditionnelle incapacité de se soumettre aux ordres des capitaines des forts. Dans les Chroniques, nous trouvons maintes références à des sorties intempestives des quelques gentilshommes pendant quelques uns des principaux sièges des Maures aux fortifications portugaises lesquels dans le désir d'accomplir de méritoires faits d'armes, abandonnaient leurs postes de défense en cherchant un contact direct avec l'ennemi, mettant ainsi en danger la sécurité des forteresses⁹.

Cette structure se maintiendra *grosso modo* jusqu'au dernier tiers du XV^e siècle quand la Couronne portugaise, grâce au commerce de ses domaines d'outre-mer et, dans un cadre de centralisation du pouvoir royal au Portugal a, peu à peu, remplacé beaucoup de ces vassaux et leurs dépendants par des troupes à qui l'on payait une solde et des vivres. La structure de l'organisation des forts de l'Afrique du Nord se fixera et se maintiendra permanente¹⁰.

⁶ Cf. Lettre du roi du 18 février de 1416, publiée dans *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, vol. II, doc. n° 116, pp. 240 et 241.

⁷ Cf. Lettre du roi du 6 Novembre 1433, l'exemptant du paiement du quint du butin pris à la Couronne. Publiée en *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1962, vol. IV, n° 88, p. 281.

⁸ A ce sujet voyez David LOPES, *A Expansão em Marrocos*, Lisbonne, Ed. Teorema/O Jornal, 1989, p. 46.

⁹ Voyez par exemple le survenu à Ceuta en 1456 environ, où D. Duarte de Menezes qui remplaçait à ce moment son père dans la défense de la forteresse, accusa Afonso Furtado de Mendonça et autres gentilshommes d'avoir agi contre les intérêts du roi et contre les bonnes règles et la discipline malgré leurs actions «comme gentilshommes et chevaliers courageux». Cf. ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, ed. Par Larry King, Lisbonne, UNL-FCSH, 1978, chapitres LXXVI, LXXX et LXXXI. Les gentilshommes abandonnaient leurs places, en s'absentant des forts contre la volonté de leur capitaine et en s'attiraient vers les champs et les villages voisins à la recherche de renom et de profit. Cf. ZURARA *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes...* cit., partie II, chapitre XXXVIII et LV.

¹⁰ Cf. "Regimento de D. Afonso V, de 1472, passado a Rui de Melo, capitão de Tânger" in B.N.L., *Fundo Geral*, cod. n° 1782, pp. 1 a 3v. D'après ce *regimento* la distribution des soldats par les différents corps militaires était la suivante : piétons – 184; hommes d'armes – 160; arbalétriers – 130; bombardiers et soldats à fusil – 10; guets de nuit – 10; sentinelles – 6.

en conséquence d'un processus normal d'adaptation aux conditions de guerre y existantes et dû à l'action de centralisation de l'administration royale.

En ce qui concerne l'art de la guerre des Portugais, ceux-ci, surtout par moyen de l'obligation de faire l'occupation restreinte du territoire, se sont vite aperçu du besoin de s'adapter à la façon de faire la guerre au Maroc qui n'était pas si différente de celle qui était pratiquée dans la Péninsule Ibérique pendant la *Reconquista*. En effet, dans la période en étude, la guerre terrestre présentée par les Portugais dans l'Afrique du Nord se restreindra à des actions de siège, offensives ou défensives et surtout à ce que les chroniqueurs médiévaux portugais désigneront par «guerre guerroyée». Aujourd'hui, cette façon de combattre pourrait être désignée, bien que de façon pas très appropriée, de «guerre de guérilla» puisque celle-ci signifie qu'un groupe se présente comme sujet actif et l'autre comme sujet passif ce que ce n'était pas le cas en question car les deux compétiteurs pratiquaient ce genre d'action armée¹¹.

En effet, il faudra arriver au XVI^e siècle, plus précisément à 1514 pour voir la première bataille rangée en territoire marocain entre les forces portugaises et les musulmanes. En outre, une autre action militaire de ce genre n'aura lieu qu'en 1578, en Alcácer-Quibir dont la bataille marquera l'abandon définitif du projet d'expansion portugaise au Maroc.

En ce qui concerne la guerre défensive pratiquée par les Portugais en Afrique du Nord, il faudra mentionner que, dès le premier moment, les capitaines portugais ont su tirer profit des forteresses musulmanes conquises, en renforçant leurs remparts plus vulnérables, dans certains cas ayant recours à la diminution de leur périmètre de façon à les adapter à un nombre plus réduit de défenseurs – en les dotant de systèmes défensifs nouveaux et plus efficaces. Non seulement ils ont construit des barbacanes et de nouveaux bastions mais ils ont aussi réussi à renforcer les murailles dans le but de les adapter à la croissante importance de l'artillerie pyrobalistique qui s'affirmera au cours du XV^e siècle et que serait décisive pour l'implantation des Portugais en Orient. Ainsi s'explique, en bonne mesure, l'extraordinaire capacité de résistance des forts portugais du Nord africain au cours du XV^e siècle, période dans laquelle ils ont souffert des sièges les plus prolongés et plus difficiles de l'histoire portugaise en outre-mer.

Néanmoins, la persistance de la présence portugaise dans cette région, malgré les conditions particulièrement difficiles, fut accomplie en grande mesure grâce à un complexe processus d'activités qui visaient «assurer le territoire» autour des forts. Cette technique que d'après Robert Ricard «est née dans la Péninsule au cours de la *Reconquista*, tout au long des combats entre les Chrétiens et les Musulmans»¹² fut perfectionnée au long des années au Maroc, en se vérifiant ainsi son adaptation aux réalités locales, surtout en résultat de l'utilisation de Musulmans dans ces travaux.

Il consistait dans l'utilisation concertée de l'action des vigies des forteresses positionnés dans les plus hautes tours (normalement désignées de tours d'alerte ou de «seuil») avec celle des sentinelles et batteurs («guetteurs» et «guets de nuit» – en Portugais ils étaient nommés *atalaias* et *escutas*) mis dans des endroits stratégiques dehors de la forteresse à qui avaient été donnée la difficile besogne de faire la vigilance des champs de façon à assurer qu'une vaste région autour des places était libre d'ennemis. Ce n'était qu'après avoir fait la reconnaissance des champs par les «guets de nuit» et de s'assurer qu'il n'y avait pas de piège de Maures dans les alentours, que l'on commençait à faire les travaux routiniers de ravitaillement du fort – approvisionnement d'eau, bois, fourrage et aussi le pâturage des animaux –, et de travailler dans les champs proches, point de mire constant des soldats et des pillages musulmans. Les sentinelles placées à l'échauguette veillaient le rapprochement des ennemis pendant le reste de la journée. Le tocsin sonné, on montait les drapeaux signalant la présence de l'ennemi et la population et les animaux courraient vers l'intérieur des murailles¹³.

¹¹ À ce sujet voir, Clemente ANCON, «Guerra», in *Enciclopedia Einaudi, Estado-Guerra*, vol. 14, Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 362.

¹² Cf. «A propos de «rebato». Note sur la technique militaire dans les places portugaises du Maroc», in *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Editions de l'Université de Coimbra, 1955, p. 348.

¹³ A ce sujet voyez Idem, *Ibidem*, pp. 345-355; et aussi David LOPES, *A Expansão em Marrocos...* cit., chapitre IV, pp. 41 et suivantes. Pour le cas d'Arzila, voyez David LOPES, *História de Arzila durante o Domínio Português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa,

Outre cette activité défensive, les garnisons des forts portugais dans le but de créer une «terre de rien» autour des places et aussi de réussir à atteindre le maximum d'«honneur» et de «profit» pour les hommes d'armes surtout pour la noblesse, ils ont maintenu au cours de tout le XV^e siècle et dans le suivant, un état de guerre endémique – le résultat des constantes «chevauchées», «incursions contre les maures», «invasions» et «pillages» en territoire musulman, des expéditions militaires pas toujours faciles à distinguer mais qui se rapportaient surtout au rang social des participants et aux objectifs de ces actions, raison par laquelle nous allons les analyser avec un peu plus de détail.

Il s'agissait en effet d'une façon particulière de faire la guerre où dominaient surtout les attaques rapides et prompts de la cavalerie où le facteur surprise était prépondérant. Les pièges et les stratagèmes faisaient partie de cette façon de combattre, en étant le «torna-fuye» une tactique de combattre très utilisée, à l'exemple de ce qu'il arrivait dans la Péninsule Ibérique comme nous avons d'ailleurs déjà mentionné. Il consistait à simuler une attaque aux forces ennemies avec un petit corps de chevaliers pour les attirer à un endroit où se trouvait la plupart des chevaliers qui, de cette façon-là, tombaient subitement sur les adversaires en les détruisant.

Également régulières étaient les invasions et les incursions des soldats sur le terrain ennemi, suivies de pillage des champs et des maisons et de la capture des populations dans le but de baisser la morale chez les ennemis mais aussi de leur appliquer des préjudices économiques et des pertes de vie humaines. Les Portugais ont appris avec les populations locales à faire une lutte de mouvement, et furent obligés au cours des temps à rendre plus légère leur cavalerie, initialement assez lourde pour le climat et la géographie physique de l'Afrique du Nord; ils ont passé à utiliser presque exclusivement les genets (cavalerie légère), beaucoup plus adaptés à la lutte de pillages et embuscades. Cet aspect serait, plus tard, de grande importance en Inde surtout à Goa et dans les territoires de Baçaym et Daman (qui formait la surnommée «Province du Nord») où la cavalerie légère se révélerait extrêmement efficace, en arrêtant les attaques des royaumes musulmans voisins, eux aussi très habitués à ce genre de combat.

Ces actions militaires où participait un nombre très variable d'hommes à cheval accompagnés habituellement par des hommes à pied, qu'ils soient de simple soldats ou arbalétriers ou soldats à fusil, étaient projetées par les capitaines des forteresses après que les «almocadães» (c'est à dire les capitaines d'infanterie Musulmans au service des Portugais) recueillaient des informations sur l'endroit ou endroits à faire l'attaque, et aussi la meilleure route à parcourir jusqu'au but à atteindre. Dès que le terrain où se dérouleraient les combats était connu et que le potentiel militaire et économique de ces populations était testé, les éléments de l'expédition étaient alors sélectionnés, dont l'effectif oscillait entre quelques dizaines, dans les opérations de moindre envergure, et quelques centaines¹⁴ quand la situation l'en demandait et quand les forts se trouvaient renforcés en hommes d'armes appartenant au corps de l'armée d'un gentilhomme qui y serait venu cherchant «honneur et profit». Il s'agissait très souvent de gentilshommes étrangers accompagnés d'un grand nombre de *acostados*, quelques uns ayant même des troupes comprenant quelques centaines d'hommes¹⁵.

Ces opérations étaient généralement conduites par le capitaine de la place ou par des nobles autorisés par lui, et qui étaient aidés par les capitaines d'infanterie qui prenaient les devants et découvraient le terrain. Les gens à cheval comprenaient les chevaliers armés de lance (les gentilshommes en général), ceux-ci ayant arbalétrière et fusil et les gens du pays, commandés, à l'exception des gentilshommes, par l'«adail», le capitaine du champ. Les plus longues chevauchées se prolongeaient parfois, par des distances assez significatives ce qui, d'une part, leur accordaient plus d'agréments dû aux prises conférées aux intervenants et d'autre, cela impliquait un facteur de risque augmenté, devant ainsi agir les forces de la forteresse de façon concertée en divisant le produit de la capture à la fin du combat.

1925, pp. 67 et suivantes; voyez encore António Dias FARINHA, «Características da Presença Portuguesa em Marrocos», in *Portugal no Mundo*, Luís de Albuquerque (dir.), vol. I, Lisboa, Ed. Alfa, 1989, pp. 120 et 121.

¹⁴ Cf. ZURARA, *Crónica de D. Pedro de Menezes*, déjà mentionné, partie II, chapitre XXXVII; et *Crónica de D. Duarte de Menezes*, déjà mentionné, chapitre CXXII.

¹⁵ L'un des plus significatifs fut celui du castillan Fernam d'Aires qui, à l'invitation de D. Duarte de Menezes, voyagea jusqu'à Arzila en 1462 avec 186 hommes à cheval et 587 à pieds, participant à plusieurs entrées et chevauchées. Idem, *Ibidem*, chap. CXXII et CXXVII.

Également importants étaient les «sauts» effectués aux populations côtières, non seulement par la fréquence dont ils étaient pratiqués, mais aussi parce qu'ils permettaient d'élargir considérablement le rayon d'action de leurs troupes; ces opérations militaires amphibies consistaient à transporter les piétons en bateau et à les débarquer pendant la nuit en des endroits isolés, proche du but à attaquer. Ils se maintenaient cachés jusqu'à l'aube, le moment choisi pour se lancer sur les forces adversaires et pour éviter la fuite des habitants et faire le plus grand nombre de captifs. Terminé le pillage, ils se retiraient rapidement vers leurs navires avec le produit du sac, en évitant ainsi la confrontation avec des éventuels renforcements des alentours.

Comme nous avons déjà mentionné, la pratique de ce genre de manœuvres amphibies au long du littoral nord-africain et aussi les successifs épisodes de siège et d'attaque aux places musulmanes, se révélerait, plus tard, d'une extraordinaire importance dans les mers de l'Orient, surtout dans la phase d'établissement et consolidation des Portugais, une fois qu'ils ont été à la base de beaucoup des succès militaires y survenus, contribuant ainsi décisivement à un rapide établissement du réseau des forts qui, en agissant en articulation avec leurs armées, constituaient la base de l'«*Estado da Índia*».

A la suite de cette et d'autres techniques militaires qui seraient plus tard utilisées avec succès dans les régions de l'Océan Indien, la structure d'organisation qui fût être effectuée et expérimentée en Afrique du Nord passa aussi à l'Orient, où la rencontre avec l'ennemi traditionnel conduisit, en certaine mesure, à la reproduction du modèle d'expansion nord-africain, appuyée sur la présence d'un grand nombre de forteresses au long de la côte qui, en cas de guerre quasi permanente, étaient le soutien des armées. Sa transposition fut, néanmoins, accompagnée de quelques transformations, issues de l'adaptation de cette structure à la nouvelle réalité politique et militaire et à une différente géographie physique. Non seulement les capitaines d'infanterie et les *almogavar* étant donné leurs fonctions spécifiques de conduction des hommes d'armes dans leurs invasions en territoire marocain mais aussi les guets de nuits et les guetteurs, furent éliminés. Les Portugais, dans l'Océan Indien, intéressés seulement à dominer la mer et à garantir la sécurité de leurs fortifications mais non pas à faire des conquêtes territoriales, ont choisi par créer, dans les cas des fortifications qui dominaient une aire adjacente (Goa, Daman et Baçaim), un ensemble de palissades et de petites places fortifiées dans les régions de passage (les *passos*), en y mettant de petites garnisons. Leur défense était faite de façon articulée avec des corps de cavalerie légère situés dans les forteresses qui accouraient à leur défense en cas de besoin. En outre, l'aide défensive entre les forteresses était également décisive, étant les forces navales y stationnées et les navires de vigilance de la côte incombés d'aller au secours de toutes les places qui se trouvaient en difficulté.

Les places marocaines ont aussi été, au cours de tout le XV^e siècle, un vrai champ d'essai où les hommes d'armes portugais ont entraîné et perfectionné leurs connaissances en ce qui concerne la défense des forts. Ils y étaient mis en contact avec la technologie et les techniques de combat de siège caractéristiques de la guerre arabe où les techniques de miner et contre-miner étaient très importantes ce qui leur a été de grande utilité dans l'Orient quand, une fois plus, ils ont du combattre les forces musulmanes.

En ce qui concerne la guerre de siège, les Portugais non seulement ont développé une technique plus perfectionnée pour la disposition de leur campement¹⁶ et l'utilisation du système offensif de gradins¹⁷, tours mobiles et plate-formes élevées mais ils ont aussi augmenté l'efficacité de leur artillerie de siège et de position (l'artillerie que était placée dans les murailles) qui se traduisait en un meilleur armement et en un plus grand nombre d'artilleurs¹⁸ ce qui leur permettra de confronter avec succès les forces marocaines pendant environ un

¹⁶ D'après Geoffrey Parker, l'utilisation d'une double fortification de siège par les armées Européennes leur donnait une plus grande supériorité envers les Musulmans, une fois qu'il leur permettrait une défense plus efficace d'une éventuelle attaque venue de l'extérieur et aussi d'une intervention subite des forces assiégées, naturellement faites dans le but d'empêcher les pièces d'artillerie de l'armée assiégeante. Cf. Geoffrey PARKER, *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 126.

¹⁷ Palissades en bois, démontables et transportables, qui étaient usées comme forts de campagne et qui seraient aussi utilisées en Orient.

¹⁸ En effet, nous nous apercevons, de l'analyse des récits des chroniqueurs que ces actions militaires engagées en Afrique du Nord au cours du XV^e siècle ont contribué à une plus meilleure connaissance des secrets de l'artillerie de campagne de la part des Portugais. A ce sujet voir, à titre d'exemple, les récits de Zurara (*Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, déjà mentionné, Livre I, chapitre XLI et LXXVI; *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, déjà ment., chapitre XLIV) et ceux de Rui de PINA, *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, Porto, Lello & Irmão Editeurs, 1977, chapitre XXVI, pp. 544-546.

siècle et leur a conféré, à leur arrivée à l'Océan Indien, un avantage significatif par rapport aux autres pouvoirs avec lesquels ils se sont combattus.

Mais si, comme nous venons de mentionner, l'exemple marocain influença décisivement soit le modèle de l'expansion portugaise dans l'Orient soit l'organisation interne de leurs forteresses, leurs bases fondamentales, il a aussi marqué, à l'exemple de ce que d'ailleurs nous avons mentionner pour les combats navals, la façon de combattre des hommes d'armes dans l'Océan Indien, caractérisée par des incursions rapides et violentes en territoire ennemi, effectuées généralement de façon désorganisée et sans coordination tactique, avec les combattants se lançant sur les forces ennemies en quête du meilleur sac et de la gloire personnelle.

Pour terminer, il nous faut mentionner que cette forme de faire la guerre a contribué, en grande mesure, à la persistance, au sein de la noblesse et des hommes d'armes en général, au cours des XV^e et XVI^e siècles, d'une mentalité chevaleresque dont la conception de la guerre se maintiendra imprégnée de valeurs médiévales. Ce fait finira par conditionner toute l'évolution de l'organisation militaire portugaise soit dans l'Afrique du Nord soit en Inde car elle a empêché que les nouveaux concepts de discipline et d'organisation tactique, résultant de la révolution technique en Europe à la fin du XV^e siècle, qu'ils se répercutent dans leur armée. En effet, les hommes d'armes Portugais et, surtout les gentilshommes et leurs dépendants, habitués pendant presque un siècle à des pratiques de guerre qui valorisaient l'action individuelle en détriment du collectif et aussi l'attaque désordonnée et subite en préjudice de la mobilisation ordonnée, difficilement s'encadraient dans une structure militaire uniforme et disciplinée comme celle des compagnies d'ordonnances, en s'étant ainsi opposé aux successifs essais de restructuration de l'organisation militaire existante effectués par le roi Manuel I au début du XVI^e siècle.

Cette opposition et aussi les difficultés financières de la couronne portugaise seraient responsables pour le démantèlement, en 1515 environ, des compagnies soit au Maroc où elles avaient participé à la conquête d'Azemour soit en Inde où les premiers escadrons «à la suisse» avaient été organisés par Afonso de Albuquerque. Il fallait ainsi parcourir un long chemin, marqué par de successifs essais de réforme, surtout à l'Orient, jusqu'à ce que ces nouvelles structures s'imposent définitivement à une armée où les hostes (corps d'armée) se maintiendraient encore pendant des années comme le principal modèle de référence.

De tout ce que nous venons de présenter, nous nous apercevons que les forces portugaises, au cours de la période en étude, ont appris au Maroc non seulement à s'assurer du champ mais aussi à combattre défensivement et offensivement d'après les techniques et les pratiques locales qui se ressemblaient à celles qui furent utilisées jadis pendant la Reconquête. Les Portugais ont donc peu ou rien inventé dans ce domaine en ayant choisi surtout de les adapter à un contexte différent et qui leur était particulièrement défavorable ce qui les obligea à les perfectionner. Le Maroc fut ainsi une vraie école de guerre où plusieurs générations de gentilshommes et d'hommes d'armes portugais ont cultivé jusqu'à l'exhaustion un nombre de techniques et de pratiques militaires qui seraient, plus tard, transférées avec un énorme succès à d'autres théâtres de guerre en Orient où elles se confronteraient avec les forces musulmanes.

RETOUR SUR LA CONQUÊTE DE SAFI PAR LE PORTUGAL EN 1508

BERNARD ROSENBERGER

Cet événement vieux de cinq siècles tient une place particulière dans le déroulement des entreprises portugaises au Maroc. Il a été l'objet d'une étude dans le premier volume des *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* consacré au Portugal, en 1934¹. Pierre de Cénival s'appuie sur le récit de Damião de Góis, qui lui-même, curieusement, emprunte largement à Jean-Léon l'Africain. Or celui-ci tient son information de la bouche d'un acteur principal, 'Alî ben Washmân, qui naturellement lui a présenté l'affaire de son point de vue et en sa faveur. De plus Góis, pour que son exposé entre dans le cadre d'annales, concentre en 1507 des faits qui se sont déroulés de la fin de 1506 au mois d'août 1508. On a ainsi beaucoup de peine à en reconstituer le développement et à en connaître les motifs. Dans les *Sources Inédites* même, des lettres d'habitants de Safi contredisent le chroniqueur. D'autres documents provenant des archives de la *Torre do Tombo* ont été publiés par la suite ou s'y trouvent à la disposition des chercheurs. Même si le sujet a été abordé dans une étude en arabe et à propos des débuts de Yahyâ û Ta'fûft², un réexamen de cette affaire paraît nécessaire en tenant compte de documents nouveaux et du contexte local et général.

Le développement de ce port et de cette ville peut faire comprendre les raisons de l'intérêt portugais. Safi est par excellence le port de Marrakech depuis que cette capitale s'est développée. Christophe Picard³ a souligné la complémentarité entre ports andalous et ports marocains de l'Atlantique almohade: Safi entretient des relations privilégiées avec Séville, qui exporte l'huile en échange de blé, peut-être de bétail. Selon lui la perte d'al-Andalus a été une catastrophe pour le Maroc atlantique, une rupture. Mais n'est-ce pas à nuancer dans la mesure où la relève des Andalous est prise assez vite par des Européens. Dès le XIII^e siècle, les ambitions aragonaises se sont manifestées sur la côte atlantique⁴. La couronne portugaise donne le droit à des marins de Lisbonne et Santarem de commercer dans les pays berbères⁵. Comme preuve que ce port, qui sert de fenêtre à une région riche et active, est connu et fréquenté, Safi figure sur la carte de Pietro Visconti (1318) et sur le portulan Medici (1351), œuvre d'un Génois.

Le site n'est pas excellent. La rade ouverte présente des risques, c'est un simple abri (*marsa*), la plage sert de lieu de débarquement et d'embarquement. Azemmour port d'estuaire est plus sûr. Mais Safi permet le mouillage de navires plus gros, d'autant que les estuaires s'ensablent. Les conditions climatiques sont à considérer. Le trafic, sur toute cette côte, est à peu près nul en automne et en hiver, intense au printemps et en été. Selon Idrisî: «les navires y prennent leur cargaison en période de navigation (*waqt al-safar*), quand l'océan est apaisé»⁶. Al-Bakri fait des remarques identiques sur Kûz⁷.

¹ *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première série – Dynastie sa'dienne, Archives et bibliothèques du Portugal*, tome 1, Paris, 1934, pp. 151-161. En suivant: S. I., *Port*. 1.

² Étude en arabe de A. BOUCHARB, *Dukkâla wa-l-isti'amâr al-burtughâlî 'ilâ sanat al-ikhilâ Asfi wa 'Azammûr*, Casablanca, 1984; B. ROSENBERGER, «Yahyâ û Ta'fûft (1506-1518). Des ambitions déçues», in *Hesperis-Tamuda*, t. XXXI (1993), pp. 21-59 et partic. pp. 22-29.

³ Sur ce sujet, voir son étude fouillée: C. PICARD, *L'Océan atlantique musulman*, Paris, 1997.

⁴ C. E. DUFOURCQ, *L'Espagne catalane et le Maghrib aux XIII^e et XIV^e siècles*, Paris, 1966.

⁵ F. ESPINOSA, «De actividade marítima portuguesa na primeira dinastia» in *Escritos históricos*, 1972, p. 49 et sq.

⁶ Al-IDRISÎ, *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, traduction R. DOZY et M. DE GOEJE, Leyde, 1968, p. 84.

⁷ MACGUKLIN DE SLANE, *Description de l'Afrique septentrionale par Abou Obeïd El Bekri*, Paris, rééd. 1965, texte pp. 153-154, traduction pp. 292-93.

La grande peste du milieu du XIV^e siècle a dépeuplé les campagnes de la Dukkala. et favorisé l'installation, après celles que les Almohades avaient introduites, de tribus pastorales arabes qui ont submergé et subjugué les villageois berbères⁸. Leurs troupeaux fournissent la laine à de nombreux tisserands qui en font des produits de qualité reconnue: des *hanbel-s*, sortes de couvertures qui peuvent servir de tapis, des vêtements: *alquices* (arabe *kisa*), *aljaravias* (arabe *jallaba*). La céréaliculture couvre des surfaces plus ou moins importantes selon les années, car le climat est très irrégulier. Lorsque les récoltes abondent, les grains sont mis en réserve si bien que, depuis des siècles, des exportations sont possibles vers la Péninsule ibérique. Al-Madîna al-Gharbiya, avec laquelle une certaine rivalité se constate, serait davantage la capitale de Dukkala, mais les relations de Safi avec les campagnes environnantes sont fortes et d'une importance vitale pour la cité. «La ville ne doit sa prospérité qu'aux gens de la campagne, à la culture et à l'emmagasinage» affirment avec force des habitants⁹.

Safi s'est entourée de remparts assez étendus, sans qu'on puisse en préciser la date, ni sa relation avec le *ribât* très proche fondé par Abû Muhammad Sâlih (m. 1234). Très opposé au pèlerinage par voie maritime à cause de ses dangers, il a fondé une confrérie pour aménager des étapes sur une route qui passe par les oasis présahariennes¹⁰. En 1447, Malfante, qui se trouve alors au Touat, sait qu'on atteint en 20 jours de cheval Fès, Safi, Azemmour et Massa¹¹. Il constate l'existence de relations terrestres entre la côte atlantique du Maroc et cette oasis, tête de ligne du commerce caravanier avec le *bilâd Sudân* et étape sur le chemin de La Mecque. À cette date, la liaison maritime avec le sud du Sahara n'est qu'à ses débuts et, pour exporter ses tissus très appréciés, la Dukkâla passe encore par le Touat¹².

Conséquence de la faiblesse des sultans de Fès, le pouvoir mérinide s'effrite, au milieu du XV^e siècle. Le vice-roi de Marrakech devient autonome¹³ mais l'émir Hintâtî au pouvoir ne semble pas avoir étendu son autorité loin autour de la ville. Cette situation est aussi à l'origine de la liberté prise par Safi avec l'émergence de la famille Harûn (*Farom*) contemporaine de l'avance portugaise au sud du Sahara, où Arguin est atteint en 1440, le Cap Vert peu après. Un renforcement des relations des Portugais avec Safi et sa région qui fournissent des produits – tissus, grains, chevaux – échangés au sud contre de l'or et des esclaves est rendu nécessaire. En contrepartie, ils y apportent surtout des textiles européens: draps anglais, toiles de Hollande ou de France, *bordats*, qui sont des tissus de coton fabriqués en Égypte puis imités en Europe, et d'autres marchandises, comme l'alun, la malaguette, les perles de verre¹⁴. Des trafics illicites existent: en 1456 par exemple, des marchands de Lagos, qui étaient allés au Guadiana sous prétexte d'y charger des tissus à échanger à Safi contre des *alquices*, ont embarqué des marchandises défendues, dont des armes¹⁵. Safi, qui est une pièce importante du système impérial portugais, conserve aussi des relations avec l'Andalousie d'où viennent des marins et des marchands castillans et des Génois nombreux dans ses ports¹⁶.

L'importance du commerce qui se fait à Safi a amené le Portugal à y installer un *fêitor*. Avant de résider dans la ville, il exerçait sa fonction en venant sur un navire et repartait une fois ses opérations terminées, comme en témoigne Eustache de La Fosse qui, au retour de la côte d'Afrique, fit escale à Safi le 2 novembre 1479¹⁷.

Ce qu'on a appelé la révolution de Fès, en 1465¹⁸, a provoqué un effacement complet de l'autorité centrale pendant quelques années. Afonso V a voulu en profiter pour prendre Anfa en 1468, mais l'entreprise n'aboutit

⁸ Dans de nombreux documents, la distinction est faite entre Arabes et Berbères.

⁹ S. I., *Port.* 1, doc. XXXIII bis, p. 200.

¹⁰ M. KABLY, *Société, pouvoir et religion au Maroc à la fin du Moyen Âge*, Paris, 1986, pp. 304-309.

¹¹ CH. DE LA RONCIÈRE, *La Découverte de l'Afrique*, pp. 151-58.

¹² Le tissage local *dukkâlî* indique d'anciennes relations et une influence sur la production.

¹³ P. de CÉNIVAL, «Les émirs des Hintata, "rois" de Marrakech», in *Hesperis* (1932), pp. 245-258. Le premier émir hintâtî, Abû-l-'Abbâs Ahmad al-Hintâtî, meurt le 8 avril 1455. (DEVERDUN, *Inscriptions arabes de Marrakech*, Rabat, 1956, p. 115).

¹⁴ Sur cette question, R. RICARD, «Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV^e et XVI^e siècles», in *Annales de l'I.E.O. de la Fac. des Lettres d'Alger*, t. II (1936), pp. 266-290; B. ROSENBERGER, «Aspects du commerce portugais avec le Maroc (XV^e-XVI^e siècles)», in *Aquém e além da Taprobana*, Lisbonne, 2002, pp. 71-84.

¹⁵ P. de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, t. 2, 1934, pp. 420-421.

¹⁶ B. ROSENBERGER, «Relations économiques de la Basse Andalousie avec le Maroc atlantique (milieu du XV^e-milieu du XVI^e siècle)», in *Meridies*, t. 1 (1994), pp. 85-127.

¹⁷ FOULCHÉ-DELBOSC, «Voyage d'Eustache de La Fosse en Espagne, Portugal et côte d'Afrique en 1479 et 1480», in *Revue Hispanique*, juil. (1897), p. 177.

¹⁸ M. GARCÍA ARENAL, «The Revolution of Fâs in 869/1465 and the Death of Sultan 'Abd al-Haqq al-Marîni», in *Bull. of the School of Oriental and African Studies*, XLI (1978), pp. 43-66.

pas¹⁹. En 1471, il s'est emparé d'Azila. Les habitants de Tanger ont alors abandonné leur ville aussitôt occupée par le Portugal. Muhammad Shaykh al-Wattâssî a reconnu la perte de son domaine propre et signé la paix avec le Portugal²⁰, mais peine à se rendre maître du royaume de Fès, où il se pose en successeur du dernier Mérinide assassiné.

Le climat de paix favorise la concrétisation de la tutelle portugaise sur Safi²¹. Il semble bien que des attaques castillanes sur le littoral atlantiques aient poussé Safi à solliciter la protection du Portugal, mais il est difficile de préciser la date à laquelle elle se place sous son autorité. La confirmation du traité par D. João II, en 1481, après la mort de son père Afonso V le 28 août, implique que la tutelle sur Safi avait été établie antérieurement, lors de la guerre avec la Castille²². Un document espagnol l'atteste probablement en 1478: les Rois Catholiques en donnant à Pedro de las Caloñas, *mercader de Genova*, résidant à Séville, un sauf-conduit pour transporter des marchandises sur sa nef *Santa María de Aguila*, de Safi vers n'importe quel port du royaume²³, considèrent que Safi relève de la couronne portugaise et peut être considérée comme ennemie.

Les objectifs et les besoins des Portugais les ont conduits à construire une factorerie dont ils veulent faire une forteresse. En 1491, elle comporte une chapelle avec un desservant²⁴. Le *feitor* Rui Fernandes de Almada y est en fonction de juillet 1491 à juin 1495. La liste de ses successeurs avec la durée de leur mandat est connue grâce aux *cartas de quitação* publiées dans l'*Arquivo historico portugues*²⁵. Ces documents montrent qu'une grande quantité de produits locaux ou importés passe par leurs mains.

En 1493, Fernando de Aragon tient compte de la suzeraineté portugaise sur Safi en demandant au roi D. João II de faire que Polo Ytalian paie sa dette de 200.000 *maravedis* à Francisco Palomar de Valence. Le débiteur réside soit au Portugal soit «dans les terres du seigneur de Safi, Maure», à qui dans ce cas, le roi devra demander de faire justice²⁶. Ce Génois n'était pas le seul à Safi. Un document de 1497 atteste la présence à cette date de plusieurs de ses compatriotes membres de familles connues²⁷.

Le «seigneur de Safi», qu'Eustache de La Fosse appelle «le Roy», c'est le caïd Ahmad ben 'Alî, appelé par les Portugais *Hamadux bem Farão*. Lorsqu'il demande en 1488 confirmation à D. João II de sa décision de 1481, il déclare que lui et sa ville appartenaient au feu roi et que, depuis ce temps, Safi a continué de servir le roi de Portugal comme son seigneur. Il s'en reconnaît le vassal: dans le texte arabe le terme de *safi* – *safâyâ* signifie tributaire. Sa soumission est matérialisée par le paiement annuel de 300 *mithqal*-s d'or²⁸, ou leur valeur en cire et autres marchandises, et de 2 chevaux. Il s'engage à entretenir un comptoir commercial (*cassa de mercadorias*), à permettre la présence d'un *feitor* et à assurer la liberté de commerce et la sécurité aux sujets portugais et à ceux que le roi autorisera à venir²⁹. Comme marque d'investiture, D. João II lui confie une bannière et un tambour³⁰. D'autres textes font connaître certains aspects des relations. Ahmad ben 'Alî a fait fabriquer ou a rassemblé des *hanbel*-s pour les vendre au *feitor*, puisque D. Manuel promet à son successeur de payer le reliquat de ce qui a été acheté³¹.

À l'origine des difficultés entre le Portugal et Safi, se trouvent des dissensions au sein du pouvoir local. Dans bien des lieux du Maroc, des clans s'affrontent. Des ambitieux s'appuient sur des liens de parenté, font appel à la

¹⁹ Damião de GÓIS, *Crônica do Serenissimo Principe Dom Joam*, 1790, pp. 48-49. Là aussi, il se réfère à des «escritores arabios», c'est-à-dire en fait à Jean-Léon l'Africain.

²⁰ En réalité c'est une trêve de vingt ans, seule permise en droit musulman.

²¹ Lors de la guerre entre les deux couronnes hispaniques, de 1475 à 1479, la Castille a entraîné Muhammad Shaykh contre le Portugal en lui faisant espérer reprendre Ceuta en 1476.

²² *S. I., Port.* 1, doc. III, pp. 25-30. Ceci résulte du texte d'une nouvelle confirmation en 1488.

²³ A. DE LA TORRE et V. SUAREZ FERNANDEZ, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos*, Madrid, 1958, t. I, p. 171.

²⁴ *S. I., Port.* 1, p. 151, note 6.

²⁵ A. BRAAMCAMP FREIRE, «Cartas de quitação del Rei Dom Manoel», *Arquivo Historico Português*, t. IV, 1906 et t. V, 1907.

²⁶ A. DE LA TORRE, *Documentos sobre las relaciones internacionales de los RRCC*, t. IV, n.° 364, pp. 351-52.

²⁷ R. CIASCA, «Un centro marocchino del traffico genovese nel medioevo», in *Rivista internazionale di scienze sociali*, XLIII (1935), p. 446.

²⁸ Soit environ 1.400 grammes: un *mithqal* pèse légalement 4 grammes 72.

²⁹ *S. I., Port.*, doc. IX, pp. 59-62.

³⁰ Ce sont les symboles de l'autorité caïdale dans le royaume wattâsside, comme plus tard chez les Sa'diens. Ahmad ben 'Alî apparaît donc aux yeux de ses administrés, conformément à leur culture, comme détenteur d'une autorité légale.

³¹ *S. I., Port.*, 1, doc. VIII, p. 53.

solidarité tribale. Pour l'emporter, ils n'hésitent pas à solliciter des concours extérieurs, les exemples ne manquent pas. Jean-Léon l'Africain dit que «les gens d'Azafi étaient divisés en plusieurs partis»³². Ahmad ben 'Alî, vieillissant, a abandonné la réalité du pouvoir à un neveu, Yahyâ al-Zayyât. Celui-ci, pour mieux assurer sa position, est tenté de miser sur l'appui espagnol. 'Abderrahmân, qui convoite la place de son cousin, est allé demander le soutien du suzerain portugais pour s'imposer auprès de son oncle.

En 1498³³, l'intervention portugaise aboutit à remplacer Yahyâ al-Zayyât. Le 2 septembre, Diogo Borges débarque et remet au caïd des lettres de la reine Leonor en faveur de 'Abderrahmân. Ahmad ben 'Alî fait bonne figure, mais ne donne pas suite et éloigne 'Abderrahmân. Le temps passant, Safi risque d'échapper à la couronne portugaise. Diogo Borges, qui craint que le clan opposé livre cette ville au roi Don Fernando³⁴ et incité, dit-il, par les notables, précipite les événements. Il fait venir secrètement 'Abderrahmân dans la factorerie, où on attirerait son adversaire pour le tuer, avant de sortir en faisant une proclamation au nom du roi de Portugal. Mais le *feitor*, Nuno de Freitas, s'oppose à ce que l'établissement commercial serve de lieu à cette intrigue politique, jugeant sans doute qu'il fallait lui garder une neutralité nécessaire aux affaires. 'Abderrahmân impatient et probablement poussé par Borges sort à cheval, armé, accompagné de quelques hommes en levant la bannière royale et acclamant Dom Manuel et la reine Leonor. Quelques partisans le rejoignent, mais il doit faire face à une foule de gens bien armés avec son oncle à leur tête. Il transperce de sa lance un de ses frères particulièrement hostile, et se réfugie dans les maisons du roi de Portugal. Ce geste audacieux sème la confusion dans le camp adverse, dont beaucoup de partisans fuient la ville. 'Abderrahmân est porté à sa tête, acclamé par la population. Suivant une coutume bien ancrée, il fait aussitôt piller les biens et détruire les maisons de ses adversaires, ce qui n'a sans doute pas manqué de susciter des rancunes.

Alors que l'opération paraissait compromise, la bravoure de 'Abderrahmân a assuré au Portugal la possession de Safi et en particulier celle de la factorerie. Borges a craint la perte des positions commerciales, et il précise que les précédents *feitores* et leurs subordonnés ont eu à souffrir de l'attitude de Yahyâ al-Zayyât³⁵. Celui-ci est allé se réfugier à Madîna al-Gharbiya, d'où il intrigue et cherche à revenir en grâce en s'efforçant d'obtenir la soumission de cette ville³⁶, puis celle de l'amîr Hintâtî, avant de solliciter depuis Mazagan un sauf-conduit pour aller au Portugal à la cour³⁷.

'Abderrahmân n'a pas tardé à exercer seul le pouvoir. S'est-il débarrassé de son vieil oncle en l'assassinant³⁸? Ou celui-ci qui était très âgé est-il décédé? Toujours est-il que c'est à lui que s'adresse D. Manuel en 1500 et lui qu'il confirme comme caïd³⁹. Mais les relations n'ont pas tardé à se dégrader.

Il faut tenir compte du contexte. Après l'échec de négociations en 1498 pour renouveler le traité de 1490⁴⁰, la guerre avec le Wattâsside a repris. Muhammad Shaykh est venu menacer Tanger puis Azila en 1501⁴¹, ce qui peut inciter le caïd à se montrer moins coopératif. D'un autre côté, un document pontifical de 1499 donne à penser que la prise de possession directe de Safi et de son territoire est envisagée dans l'entourage du roi, et sans doute par celui-ci⁴². Góis assure que, mû par un désir de croisade, D. Manuel veut entreprendre une politique plus active au Maroc. Le fait d'être parvenu en Inde lui permet d'envisager grâce à de nouveaux profits une puissance accrue. Il a réuni des troupes en vue d'une expédition, mais à l'appel de Venise menacée par les Turcs, il est allé à son secours⁴³.

³² JEAN-LÉON L'AFRICAIN, *Description de l'Afrique*, Paris, 1956, p. 119.

³³ Elle est connue par la lettre de Diogo Borges à la reine Leonor du 28 septembre *S. I., Port.*, 1, doc. V, pp. 36-42. On ne sait pas pourquoi c'est elle qui accorde son appui à cette entreprise, mais cela importe peu ici.

³⁴ La paix avait été signée avec la Castille en 1479-1480, mais un contentieux demeurait sur la délimitation des domaines respectifs au Maroc. On est surpris que le roi d'Aragon soit mis en cause, alors que les affaires africaines relevaient d'Isabel, reine de Castille.

³⁵ Lettre de Diogo Borges, p. 41.

³⁶ *S. I., Port.*, doc. VIII, pp. 70-71.

³⁷ *S. I., Port.*, doc. XVI, pp. 77-78.

³⁸ Ce que prétend JEAN-LÉON, peut-être sur la foi de 'Alî ben Washmân, *Description...* cit., p. 118.

³⁹ *S. I., Port.*, 1, doc. IX, pp. 57-62.

⁴⁰ Après la tentative de D. João II contre Larache en 1489, un nouveau traité avait été signé pour dix ans.

⁴¹ D. GÓIS, *Crónica...* cit., I, pp. 49-50; traduction R. RICARD, *Les Portugais...* cit., pp. 8-11.

⁴² *S. I., Port.*, 1, doc. VII, pp. 48-50. L'évêque désigné de Safi, D. João Aranha, demande à être mis en possession de son diocèse dès que la ville sera conquise par le Portugal.

⁴³ D. GÓIS, *Crónica...* cit., t. I, p. 110; R. RICARD, *Les Portugais...* cit., p. 6. L'auteur d'une lettre du 3 février 1501 (*S. I., Port.*, 1, doc. X, pp. 63-65) écrit que le bruit que D. Manuel aurait l'intention de débarquer au Maroc inquiète le Wattâsside.

La lettre du roi, adressée au caïd le 15 juin 1500 par l'intermédiaire de 'Alî ben Washmân, résonne comme une mise au pas⁴⁴. Il lui avait proposé de supprimer les droits d'entrée sur les marchandises venant du Portugal, car cela lui paraissait justifié dans une ville appartenant au roi et dont le caïd relevait de lui. En échange il l'aurait tenu quitte du tribut de 300 *mithqal*-s. Mais il est d'un autre avis et il lui demande de lui céder les profits de la douane (*as dizimas de entrada e sayda de todollos Christãos*), afin de favoriser le commerce des naturels du royaume. Les droits seront perçus par des officiers royaux. Il lui ôte le privilège de commercer avec Arguin, car les fermiers de ce commerce ne veulent laisser entrer que leurs marchandises. Il promet, certes, de lui payer le reliquat des *hanbel*-s achetés à son oncle et lui laisse le produit des droits de porte et d'autres taxes payées par les autochtones. Mais, après lui avoir saisi des armes arrivées au Portugal par hasard, il ne l'autorise pas à résider dans la factorerie. Il assure que la paix et la sécurité doivent régner, car la Castille a signé un accord par lequel elle renonce à intervenir à Safi et dans la région, ce qui confirme le rôle qu'elle a pu jouer précédemment. Il conclut en interdisant au caïd de se prévaloir du titre de seigneur de Safi; il doit se contenter d'en être le cheikh et le caïd pour le roi (*deve aver por bem de se chamar xequê e alcaide por nos da dicta cidade*). Peu après, en décembre, il confirme en sa faveur l'investiture accordée en 1488 et renouvelée en 1496 à Ahmad ben 'Alî⁴⁵.

La présence de la factorerie royale dans Safi crée des tensions. Habitée par des étrangers à qui elle sert d'entrepôt, elle échappe à l'autorité et au contrôle de celui qui se veut le chef de la ville. 'Abderrahmân veut sans doute continuer à apparaître comme le seigneur (*sultân*) de Safi. La question des droits de douane est liée à la souveraineté, il ne peut accepter de perdre le contrôle du commerce extérieur, même s'il touche une pension prise sur les revenus de la douane. Or D. Manuel, qui prend prétexte de l'exiguïté de la factorerie pour refuser au caïd d'y habiter, a l'intention en l'agrandissant d'en faire le lieu d'un pouvoir militaire dans lequel il envelopperait alors le caïd auquel il propose d'élargir sur les environs une domination dont ils seraient tous deux bénéficiaires. 'Abderrahmân peut-il se laisser ainsi domestiquer?

D. Manuel cherche à renforcer ses positions car il s'agit de collecter des textiles dans la région (*hanbel*-s etc.) en vue de les expédier sur la côte africaine subsaharienne et de redistribuer des importations d'Europe et de l'Inde. C'est le rôle de commerçants juifs, dont les uns sont des immigrés d'Espagne et les autres des autochtones, tous ménagés par le pouvoir royal⁴⁶.

Au cours de l'année 1502, un projet de construction de forteresse à Mazagan, où l'on charge du blé pour le Portugal frappé par la disette, est l'objet de négociations avec des notables locaux⁴⁷. De ce port, D. Manuel cherche à établir des relations commerciales avec l'émir de Marrakech. Nâsr ben Yûsuf répond en novembre 1502 qu'il accueillera de la part du roi les commerçants et son envoyé, João Lopes, futur facteur de Massa⁴⁸. Cette initiative de nature à réduire son rôle d'intermédiaire peut inquiéter 'Abderrahmân. Il doit surtout craindre Yahyâ al-Zayyât, qui ne désarme pas et propose à D. Manuel de le débarrasser de son concurrent et de lui permettre d'édifier une forteresse⁴⁹.

La rébellion d'Azemmour, depuis 1486 également vassale du Portugal⁵⁰, a pu influencer le comportement de Safi. Le tribut de 10 000 aloses n'a pas été payé, pendant deux années et des navires portugais y ont été pillés. Une réconciliation semble possible en avril 1504. Feignant la magnanimité, le roi propose de remplacer les aloses par du blé, dont le Portugal a en réalité grand besoin à ce moment⁵¹. À la mort en 1505 de Muhammad Shaykh al-Wattâssî, lui succède son fils, Muhammad, surnommé al-Burtughâlî⁵². Il se montre très vite plus actif.

⁴⁴ S. I., *Port.*, 1, doc. VIII, pp. 51-56.

⁴⁵ S. I., *Port.*, doc. IX, pp. 57-62. D. Manuel s'intitule alors: «*rey de Purtuguall e dos Allguarves d'aaquem e d'aalem mar em Affrica, senhor de Guinee e da conquista, navegaçom e commercio d'Etiopia, Arabia, Persia e Imdia*», ce qui affirme clairement la nature politico-économique de l'empire qu'il vient de constituer à travers les mers. Dans les lettres patentes d'avril 1496 qu'il reprend, il était seulement «*rey de Purtuguall e dos Allguarves d'aaquem e d'aalem mar em Affrica, senhor de Guinee*».

⁴⁶ Sur ce sujet remarquable synthèse de José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Os Judeus na expansão portuguesa em Marrocos durante o século XVI*, Braga, 1997.

⁴⁷ S. I., *Port.*, doc. XVII, p. 81.

⁴⁸ S. I., *Port.*, doc. XIV, pp. 72-73. João Lopes a été facteur du Castelo Real les quatre premiers mois de 1507 (S. I., *Port.*, p. 231, note 1. Quitus publié dans *Arquivo Historico Português*, 1905, t. III, pp. 398-399).

⁴⁹ S. I., *Port.*, 1, doc. XVII, pp. 79-82.

⁵⁰ S. I., *Port.*, 1, doc. I, Lettre de João II du 3 juillet 1486; le texte arabe de la ratification du traité se trouve, pp. 9-16.

⁵¹ Voir dans S. I., *Port.*, 1, les documents XIX, XX, XX bis et XX ter.

⁵² En raison d'un séjour comme otage à la cour de Lisbonne.

Un ensemble de décisions de D. Manuel marque en 1505-1506 sa volonté d'intervention au Maroc, où la situation lui semble devoir être reprise en main. Par des lettres patentes du 21 mai 1505, il autorise Jorje de Mello, gentilhomme de sa maison, à construire à ses frais une forteresse à Mazagan⁵³, à proximité d'Azemmour, dont l'obéissance est mal assurée et qui, à cause de sa situation dans l'estuaire de l'Oumm er Rbia, est difficile à secourir. Peu après, le 18 juin, le roi, qui a prêté l'oreille aux propositions qu'est allé lui faire au Portugal Yahyâ al-Zayyât, donne des instructions à Garcia de Melo pour accompagner celui-ci à Safi et, si les circonstances s'y prêtent, l'établir comme caïd⁵⁴. En cas de succès, il envisage d'ouvrir dans le rempart une porte sur la mer à côté de la factorerie, de la fortifier et d'y installer une petite garnison avec de l'artillerie. Puis la flotte irait aider João Lopes de Sequeira à construire, également à ses frais, une forteresse dans le Sous, à l'endroit où se trouve aujourd'hui Agadir, dans une zone que la Castille convoite en face des Canaries et où elle veut créer des positions fortifiées⁵⁵.

D. Manuel veut donc remplacer 'Abderrahmân qui ne se montre pas assez obéissant mais le projet n'a pas été exécuté. Est-ce parce que le soutien des habitants maltraités par 'Abderrahmân, sur lequel on comptait ne s'est pas produit? Par contre le *castelo de Santa Cruz* a été édifié dans le courant de cette année par João Lopes de Sequeira, sans le soutien prévu⁵⁶, complétant ainsi la chaîne de positions du détroit de Gibraltar à l'oued Massa dont les habitants s'étaient soumis en 1497⁵⁷. D. Manuel a recouru dans ce cas, comme pour Mazagan, à la pratique de la *doaço* par laquelle le sud du Portugal, puis Madère et les Açores ont été colonisés à peu de frais pour l'État.

Le dispositif, à ses yeux, devrait encore être renforcé. Dans la mesure où la fidélité de Safi ne semble pas assurée, l'année suivante il décide la construction du *Castelo Real de Mogador*, où s'élève aujourd'hui la ville d'Essaouira. Le caractère royal de la fondation et la nomination à sa tête de Diogo de Azambuja⁵⁸, qui a établi la forteresse de São João da Mina et l'a commandée deux ans et sept mois, illustrent l'importance accordée au projet. De même qu'une forteresse à Mazagan devait surveiller Azemmour, ce poste était destiné à observer l'évolution de Safi et à y intervenir en cas de besoin. Il semble que le *castelo*, entrepris au cours de l'été, était érigé à la fin de l'année, malgré la résistance des tribus⁵⁹. Madère pendant quelques années a ravitaillé et secouru la forteresse.

La mission dont le roi charge Lopo Fernandes, le 23 août 1506, à partir du Castelo Real à peine achevé, a pour but d'établir directement les relations avec Marrakech, où le terrain a été préparé dès 1502. Il prendra contact avec l'*amîr* Hintâtî, vantera les facilités commerciales du *Castelo Real*, bien supérieures à Safi. Il devra tout faire pour y attirer le trafic. La conquête de l'Inde donne au roi richesse, puissance, prestige: les épices que Lopo Fernandes offre à son interlocuteur en sont le symbole palpable. Il lui fera miroiter la possibilité d'écouler par cette voie toutes les épices que demande le pays: belle source de profit que ces denrées si précieuses! Sa mission est aussi de sonder des notables et des chefs locaux pour les amener à se mettre au service du Portugal⁶⁰. Ce plan de toute évidence tourné contre Safi, avec laquelle les relations sont devenues difficiles, donne aux préoccupations mercantiles une place de choix, ce que confirme la présence au Castelo Real d'un *feitor*, João Lopes⁶¹. Les moyens diplomatiques sont préférés, au moins temporairement, à l'action militaire.

L'ambition de D. Manuel est de disposer au Maroc de bases solides, comme dans l'empire qui se constitue de l'Afrique à l'Asie par une chaîne de positions jalonnant la route maritime⁶². Les méthodes qui réussissent en Inde doivent s'appliquer au Maroc: à partir de comptoirs fortifiés sur la côte, développer le commerce et imposer l'autorité portugaise en tirant parti de la situation politique locale.

Les résultats de cette mission ne sont connus que par une lettre au roi assez vague. Lopo Fernandes bien accueilli par Mawlay Nâsr al-Hintâtî a éveillé la curiosité de ceux qui ont essayé de savoir s'il était venu créer

⁵³ S. I., *Port.*, 1, doc. XXI, pp. 108-113.

⁵⁴ S. I., *Port.*, 1, doc. XXII, pp. 114-119.

⁵⁵ Voir A. RUMEAU DE ARMAS, *España en el Africa Atlántica*, t. 1, Madrid, 1956 et t. 2, *Documentos*, 1957.

⁵⁶ D. GÓIS, *Crónica...* cit, I, p. 94. P. de CÉNIVAL, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué (Agadir)*, 1934, pp. 14-15 et 20-26.

⁵⁷ S. I., *Port.*, 1, doc. IV, pp. 31-35.

⁵⁸ L. CORDEIRO, *Descobertas e descobridores. Diogo d'Azambuja*, Lisbonne, 1897.

⁵⁹ P. de CÉNIVAL, «Mogador», dans S. I., *Port.*, 1, pp. 120-127.

⁶⁰ *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisbonne, t. V, 1965, n.° 3500, pp. 16-19.

⁶¹ A. BRAAMCAMP FREIRE, *Arquivo Historico Português*, t. III, p. 389-399.

⁶² Voir sur ce sujet L. F. THOMAZ, «L'idée impériale manuéline», *La Découverte, le Portugal et l'Europe, Actes du colloque*, Paris, 1990, pp. 35-103.

une factorerie ce qui, dit-il, plairait beaucoup aux Juifs. On ne sait pas si ces premiers pas ont conduit à un développement des relations commerciales, mais ils ne semblent pas avoir abouti à l'alliance espérée, puisqu'en 1514 des propositions analogues seront reprises et transmises par Fernão Dias⁶³. 'Abderrahmân réagit à la fondation du *Castelo Real* et à cette mission qu'il cherche à faire échouer en tentant de suborner le guide de Lopo Fernandes, puis de faire tuer celui-ci par des hommes de main⁶⁴.

Les relations avec le caïd de Safi avaient atteint un point de rupture. Sa résistance contredisait l'ambition royale de soumettre la région jusqu'à Marrakech. Sa perte semble avoir été décidée. Lopo Fernandes est de retour le 3 décembre et 'Abderrahmân est assassiné à la fin de ce mois. Les motifs personnels mis en avant par Jean-Léon l'Africain et Damião de Góis ne sont pas les seuls ni les plus importants. Jean-Léon avance que les marchands portugais, nombreux à Safi, ont poussé le roi à s'en emparer⁶⁵. Mais les documents en notre possession montrent que l'initiative est venue du roi. Un auteur contemporain, Valentim Fernandes, donne du meurtre une explication politique⁶⁶. La fondation du *Castelo Real* est étroitement liée aux problèmes de Safi et il est significatif que ce soit Diogo de Azambuja qui effectue la reprise en main de la ville.

Jean-Léon dit être venu à Safi à l'âge de 12 ans, alors que la ville «était aux mains d'un vaillant seigneur du nom d'Habdurrhaman». Si l'on admet qu'il est né en 1494⁶⁷, sa visite aurait eu lieu en 1506 ou 1507, à la veille de l'occupation portugaise. Il estime son importance à 4000 feux environ, soit environ 20 000 habitants, ce qui paraît exagéré. «La population y est dense mais manque d'éducation. Azafi avait autrefois un grand nombre d'artisans et dans les cent maisons de Juifs». Cette minorité très active dans le commerce a eu au-delà un rôle important. Toutefois, il ne décrit pas la cité à la différence de presque toutes celles qu'il évoque dans sa *Description*, soit parce qu'il ne se souvient pas de ce qu'a vu le jeune garçon, soit qu'il n'a rien pu examiner parce qu'il était dans la compagnie d'adultes qui y avaient affaire. On doit du reste se demander la raison de la venue de personnes liées au sultan de Fès, comme l'était la famille de Jean-Léon (*al-Wazzân*), alors que la ville était en conflit avec le Portugal et peut-être sur le point de lui échapper, s'il est vrai, qu'en cette année 1507, un complot négocié par un Juif se nouait avec le duc de Medinaceli⁶⁸.

Jean-Léon donne comme motif du meurtre de 'Abderrahmân une intrigue amoureuse entre 'Alî ben Washmân et la fille du caïd. Celui-ci aurait voulu tuer l'amant qui se vit obligé de prendre les devants. Il dit tenir cette information de 'Alî lui-même⁶⁹, et en effet des détails très précis ne peuvent venir que de lui. Toutefois on ne peut réduire l'affaire à un drame passionnel. Cette version reprise par Damião de Góis gomme le motif politique et le rôle du Portugal⁷⁰. 'Alî ben Washmân a vraisemblablement été poussé à éliminer 'Abderrahmân qui était peut-être décidé à en finir avec celui qui l'avait servi⁷¹ et qui pouvait d'autant plus se poser en rival qu'il deviendrait son gendre.

'Alî a fait appel à Yahyâ û Ta'fûft, un ami «chef de nombreux combattants à pied»⁷², dont l'aide lui était nécessaire car il ne disposait pas de partisans assez nombreux. Les conjurés ont bien préparé leur coup, jusqu'à disposer une petite embarcation pour s'enfuir si ce serait nécessaire. Le meurtre a été accompli devant les fidèles

⁶³ S. I., *Port.*, 1, doc. CXIII, pp. 590-595, Instructions pour Fernão Dias.

⁶⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. V, n.º 3618, pp. 253-266.

⁶⁵ JEAN-LÉON, *Description...* cit., p. 119, en lui faisant connaître «qu'il était possible de prendre la ville sans difficulté aucune et à peu de frais».

⁶⁶ Il dit clairement: «En l'année 1507, le caïd qui était alors dans la ville fit un complot avec le duc de San Lucar par l'entremise d'un Juif. Dom Manuel, roi de Portugal, agit avec tant d'habileté que le dit caïd fut tué dans la mosquée et aussi le Juif» (P. de CÉNIVAL et Th. MONOD, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par V. Fernandes (1506-1507)*, Paris, 1938, p. 37). Le duc de San Lucar est aussi duc de Medinaceli. V. Fernandes est le seul à parler de la mort du Juif.

⁶⁷ Date donnée par D. RAUCHENBERGER, *Johannes Leo der Afrikaner*, Wiesbaden, 1999, pp. 33-34, qui corrige d'après le manuscrit italien les erreurs de lecture de Temporal, auteur de la traduction française sur laquelle se fonde A. Épaulard (*Description*, p. 121, note 270).

⁶⁸ V. note 66. À cette date le duc était en état de rébellion.

⁶⁹ «L'auteur de ces lignes a entendu Hali lui dire...». Jean-Léon, en route vers Marrakech à travers la région en 1515, a pu rencontrer 'Alî ben Washmân réfugié à Targa.

⁷⁰ D. GÓIS, *Crónica...* cit., II, 18; R. RICARD, *Les Portugais...* cit., pp. 28-29.

⁷¹ C'est lui qui avait transmis des messages entre 'Abderrahmân et le Portugal en 1500.

⁷² Góis dit de Yahyâ û Ta'fûft resté sur place, qu'il était «bien apparenté», c'est-à-dire qu'il pouvait compter sur le soutien de proches d'un rang important.

réunis à la mosquée pour une prière solennelle. Les partisans du caïd ont pris la fuite, ce qui, comme en 1498, a incliné la foule à reconnaître le pouvoir des vainqueurs. Góis, à partir de ce moment, complète Jean-Léon: «Ils n'eurent pas à s'enfuir de la ville, mais tous deux en furent élus gouverneurs». Sous-entendrait-il une consultation du peuple, ou seulement la *bay'a* habituelle? Les deux complices ne se sentant pas pourtant en mesure de résister à une contre-attaque du parti adverse, 'Alî ben Washmân et trois compagnons vont deux jours plus tard dans ce brigantin, qui pouvait avoir été prévu à cet effet, chercher un appui auprès de Diogo d'Azambuja. Celui-ci aurait déjà été prévenu par des captifs castillans, qui avaient profité du trouble pour s'enfuir. Ce détail montre qu'un certain désordre s'était produit dans la ville, mais pourrait être avancé pour cacher la participation de Diogo de Azambuja au complot. Faut-il, en effet, suivre Góis lorsqu'il laisse croire que le capitaine du *Castelo Real* aurait été tenu à l'écart et mis devant le fait accompli? Il paraît bien étonnant que les conjurés n'aient eu, avant de passer à l'acte, aucun contact avec celui-ci installé à proximité de Safi.

À la demande des conjurés, qui promettent de se faire vassaux du roi de Portugal, Diogo de Azambuja vint à Safi avec douze hommes «pour les aider contre les parents et les amis d'Abdear Rahmão, dont ils avaient peur». Il y resta huit jours «à régler avec ces deux tyrans⁷³ les choses qui lui parurent nécessaires». Mais son interprète juif, Rabi Abraham⁷⁴, l'avertit que des habitants de la ville projetaient de le tuer. Il retourna donc au *Castelo Real*, en emmenant les quatre venus le trouver, qui devaient se rendre au Portugal «signer un traité de paix et d'amitié avec le roi D. Manuel et se mettre sous sa suzeraineté». Azambuja avait obtenu d'eux la promesse d'une maison «avec une porte près de la mer, en vue du commerce qu'y feraient les Portugais et que, pour plus de sécurité, ils lui laisseraient occuper une des tours les plus fortes de la ville». L'objectif assigné par D. Manuel à Jorje de Mello en 1505 demeurerait la condition d'un soutien.

Diogo de Azambuja accompagna ces quatre Maures auprès du roi à qui il rendit compte et qui «en fut fort joyeux». D. Manuel adressa une lettre aux habitants de Safi⁷⁵ prenant en compte la disparition de 'Abderrahmân et le retour à l'obéissance de la ville, dont il dit avoir eu grand plaisir (*muyto prazer*). Il exprimait sa bonne volonté envers ses habitants, dans l'attente de traiter avec des envoyés pourvus de pouvoirs en règle. João Lopes, qui se trouvait occuper la charge de *feitor* au *Castelo Real*, viendrait exercer la même à Safi, et le roi demandait que toute l'aide lui soit apportée dans ses fonctions *para o coregymemto e segurança das nosas casas*. Il espérait que ce qui avait été convenu avec Diogo de Azambuja concernant la forteresse se ferait, dans un but de défense contre les Arabes. La factorerie serait abondamment pourvue de marchandises et la ville sous la protection royale. Comme João Lopes a été *feitor* à Mogador les quatre premiers mois de 1507, la lettre royale peut dater de mai 1507. Le déplacement de cet homme de confiance avait pour but de mettre fin au mauvais fonctionnement antérieur du commerce à Safi.

Góis l'ignore et considère que le roi prit des dispositions pour la conquête de la ville en y renvoyant Azambuja. «Après lui avoir donné des instructions sur ce qu'il devait faire (il) lui ordonna de retourner à Safi, où il arriva un samedi, le 6 août de l'année 1507⁷⁶. Et pour qu'il pût mieux remplir ses instructions et s'emparer plus facilement de la ville, avant qu'il ne quittât le royaume, le Roi écrivit à Garcia de Melo, qui croisait avec sa flotte dans le Détroit, d'aller à Safi pour l'aider en tout ce qui serait nécessaire. Garcia de Melo (...) partit dès qu'il eut reçu ce message, et arriva à Safi avant Diogo de Azambuja. Il y trouva tous les gens de la ville en armes les uns contre les autres, et dans un état fort éloigné de ce que Diogo d'Azambuja et les quatre Maures qui étaient partis avec lui avaient dit au Roi». Cette date, si elle est exacte, pose bien des questions. Pendant leur absence, Yahyâ û Ta'fûft aurait dirigé la ville sept mois durant, et aurait rencontré des oppositions? 'Alî ben Washmân était-il revenu avant lui?

Selon Góis, les hommes de D. Manuel se seraient trouvés devant une situation d'autant plus difficile que 'Alî ben Washmân et Yahyâ û Ta'fûft «prenaient part aux querelles qu'il y avait dans la ville, en hommes qui préféraient avoir entre eux des différends plutôt que d'être subjugués par des étrangers ennemis de leur secte, et aussi qu'ils ne donnaient aucune marque sincère de ce qu'ils avaient promis au Roi». La réalité des antagonismes et la force des factions a-t-elle été négligée par ceux qui croyaient réussir sans peine? Góis expose en détail comment

⁷³ Góis les considère comme illégitimes en face du roi D. Manuel.

⁷⁴ Ce médecin, grand rabbin de Safi, va jouer un rôle important par la suite.

⁷⁵ ANTT, *Fragments*, Cx. 9, Documentos de Marrocos, Maço 1, n.º 60.

⁷⁶ Compte tenu que le meurtre de 'Abderrahmân a eu lieu à la fin de 1506, sept mois au moins se sont écoulés.

les chefs portugais décidèrent d'exploiter la rivalité des deux conjurés, de «semer la zizanie entre ces deux tyrans». Un médecin juif⁷⁷ leur portait en secret des lettres faisant croire à chacun que l'autre voulait le tuer. «Et chacun de ceux-ci, sans savoir ce qu'on disait à l'autre, faisait mille offres à Diogo de Azambuja et à Garcia de Melo, donnant à entendre qu'en toutes choses il ferait ce qui serait utile au roi D. Manuel, mais qu'il fallait l'aider contre ceux qui voulaient le tuer». Chacun, persuadé qu'il s'agissait de son intérêt, consentit à ce qu'une cinquantaine d'hommes fussent débarqués et installés dans les maisons qui avaient appartenu à 'Abderrahmân, à l'intérieur de l'enceinte, près de la plage. Ce ne sont donc pas celles proches qui servaient de *feitória*. Malgré la surveillance dont ils étaient l'objet, les Portugais y firent entrer des armes cachées dans des coffres, des futailles⁷⁸.

Arrivés à ce point «il y eut de grandes discussions» sur ce qu'il convenait de faire. Azambuja consulta le roi D. Manuel «qui dès le début de l'année 1508 dépêcha à Safi Gonçalo Mendes Sacoto, avec quatre navires, afin que Diogo de Azambuja achevât de prendre complètement possession de cette ville, chose que le roi désirait fort, à cause de la facilité que cela lui donnerait pour conquérir le royaume de Maroc». Au delà de Safi, Marrakech est le but à atteindre, comme l'a montré la mission de Lopo Fernandes et comme l'espère Azambuja, qui rêve d'y planter la bannière portugaise et d'asseoir un fils de D. Manuel sur ce trône⁷⁹.

Pour tenter de sortir de l'équivoque, qui aurait duré depuis le retour de Azambuja à Safi le 7 août 1507, afin d'éviter que l'un tue l'autre pour prendre le pouvoir, ce qui pourrait avoir comme conséquence de graves désordres, prétend Góis, les deux chefs furent sommés «de prendre l'un ou l'autre le gouvernement de la ville au nom du roi D. Manuel». Or, dit-il, aucun ne voulait assumer cette tâche et s'efforçait de laisser ce dangereux honneur à l'autre. Finalement, sans qu'il dise comment ni pourquoi, le gouvernement resta à Yahyâ û Ta'fûft. Mais il s'efforça d'entraver les travaux de fortification destinés à transformer les maisons en forteresse, «au point d'interdire aux serviteurs de charrier des pierres, de la chaux et du sable». Dire que «cela ne se faisait pas sans l'avis et le conseil des principaux personnages de la ville» montre que l'opinion à Safi était opposée à l'installation portugaise. Diogo de Azambuja en fait part au roi dans un mémoire qu'il lui adresse. Les travaux de la forteresse sont en danger, tant ils se repentent d'avoir accepté, car les critiques sont innombrables. Il demande des moyens pour avancer⁸⁰. Selon Góis, devant l'opposition de Yahyâ û Ta'fûft, Diogo de Azambuja dit à 'Alî ben Washmân qu'il voulait lui donner le gouvernement de la ville et lui suggéra d'attaquer de nuit la maison de son rival et de le tuer, avec son aide au besoin. Yahyâ, loin de penser que le coup pouvait venir d'Azambuja, alla se réfugier dans la forteresse en construction, accueilli par quelqu'un qui ignorait tout de ces intrigues. Il y resta huit jours, au bout desquels il fut autorisé à se rendre au Portugal «pour se disculper auprès du Roi»⁸¹.

Le 13 décembre, Diogo de Azambuja écrivit au roi, que le changement de caïd avait été rendu inévitable parce que Yahyâ û Ta'fûft était devenu «un autre 'Abderrahmân». 'Alî ben Washmân est «*pesoa mais aceyta a V.A. que outra alguma tras este*». En profitant des violences, dont il tait l'origine, il a fait avancer les travaux de fortification, pris deux tours du rempart et ouvert de nuit une porte dans la muraille, qu'il a faite refermer par un vantail solide. Il demande du matériel et des travailleurs pour achever les travaux, des vivres dont le besoin est urgent⁸². En effet, les gens des campagnes voisines n'approvisionnent pas Safi, mais Azambuja l'estime conquise: elle est aux environs considérée comme chrétienne. Al Madîna al-Gharbiya se soumettra, croit-il, au début de l'été, elle sera la couronne de Safi, où tout le commerce se fera.

⁷⁷ Il venait soigner Garcia de Melo «pour la maladie dont il était atteint au moment de partir du Détroit» et ne l'avait pas encore quitté. Il n'est pas un habitant de Safi, mais un homme venu du Portugal. Il ne faut pas le confondre avec Rabi Abraham.

⁷⁸ Sur ce point, Góis reprend les mots de Jean-Léon, lui-même informé par 'Alî ben Washmân.

⁷⁹ *S. I., Port.*, doc. XXVII, p. 142.

⁸⁰ ANTT, *Fragmentos*, Cx. 9, Doc. de Marrocos, Maço 2, n.º 6. *Lembranças para el Rei*, non daté, mais qu'on peut rapprocher du document précédent. «*Esta tanto arpedimento que ho seu murmurar he sem conto*». Il réclame l'envoi des gens qu'il a demandés, parle de problèmes d'approvisionnement et de santé de la garnison, exprime ses besoins en bois de construction pour des maisons et pour des embarcations destinées à faciliter le déchargement des navires qui, en effet, doivent rester à l'ancre en rade. À la fin, il fait part de ses craintes d'une attaque de nombreux ennemis contre Safi (*esta cidade*): le roi de Marrakech avec de nombreux Arabes, le frère de 'Abderrahmân qui va demander au roi de Fès d'envoyer des navires contre Safi (*fustas a este porto*). Mais n'exagère-t-il pas en évoquant cette menace?

⁸¹ Góis ne tient pas compte de la chronologie en enchaînant ainsi: «Il le fit de telle sorte que le roi le renvoya à Safi avec un traitement pour entretenir vingt cavaliers et un brevet par lequel il le faisait capitaine du pays, vu qu'il connaissait les habitudes des gens mieux que ne le pouvait faire Diogo de Azambuja». Il reprend là les termes de Jean-Léon l'Africain (*Description...* cit., p. 120) et anticipe en vantant les services que Yahyâ a rendu à la Couronne de Portugal.

⁸² *S. I., Port.*, 1, doc. XXVII, pp. 139-144.

Une lettre d'habitants de Safi – qui ne paraît pas pouvoir dater du 13 août 1507, d'autant moins si le capitaine est revenu à Safi le 7 août – confirme le changement de caïd. Le coup de force a fait fuir les gens. Azambuja veut les contraindre d'obéir à un homme détestable qui a trahi 'Abderrahmân son maître, son ami Yahyâ û Ta'fûft et les habitants de la ville en y faisant entrer des pillards qui ont tué et volé. Ils ne veulent pas accepter son autorité. Ils supplient le roi de leur permettre de vivre en paix et pour cela de faire revenir Yahyâ û Ta'fûft, dont ils vantent les qualités et assurent qu'il n'est pas l'ennemi des Chrétiens⁸³.

Dans une lettre de 1509, ils reviennent sur ces événements⁸⁴. Après le meurtre de 'Abderrahmân, il fallait, en accord avec les gens de Safi «nommer un Musulman pour servir d'intermédiaire entre Musulmans et Chrétiens et rétablir l'ordre parmi cette population qui avait été désorganisée». On n'en trouva pas de meilleur selon eux, que le cheikh Yahyâ û Ta'fûft. «Il fut agréé par Diogo de Azambuja et par le peuple; mais il montrait de la répugnance pour cela et ne voulait pas y consentir». Ses réticences, dont Góis fait état, sont donc confirmées. «Cependant, la population et votre gouverneur Diogo de Azambuja triomphèrent de sa résistance et le proclamèrent... Les gens étaient dans la joie». La nomination de Yahyâ rassura les campagnards qui revinrent approvisionner la ville et le commerce reprit.

La lettre poursuit: «Nous sommes restés quelque temps ainsi. Ce fut alors que votre gouverneur Diogo de Azambuja insista auprès du cheikh Yahyâ pour faire ouvrir la porte». Celui-ci objecta qu'il valait mieux attendre que la ville se soit repeuplée et que les gens aient repris confiance. «Il faut absolument l'ouvrir» répliqua Azambuja. Yahyâ voulut demander l'avis de D. Manuel et confia une lettre à deux envoyés. «Mais.. votre gouverneur Diogo de Azambuja n'eut pas la patience d'attendre l'arrivée de vos ordres. Il s'aboucha avec 'Alî ben Washmân et la tribu pillarde des Beni Mager et les introduisit chez nous. Ils nous mangèrent⁸⁵ et mangèrent la ville et y semèrent le désordre tuant nos hommes et violant nos femmes et nos filles... Votre gouverneur, ô notre maître, aurait pu défendre la ville avec dix hommes et les habitants de Safi, mais à ce moment là il a ouvert la porte et les Beni Mager sont restés trois jours après l'ouverture de la porte à manger Safi». Il n'a rien fait pour les en empêcher. Les pillages sont donc bien liés à l'ouverture de cette porte dans le rempart et résultent d'une entente entre 'Alî ben Washmân et Azambuja. Celui-ci, du reste, dit au roi qu'il a profité des troubles pour ouvrir la porte dans le rempart.

Une lettre non datée du *feitor* João Lopes⁸⁶ confirme les bons effets du gouvernement de Yahyâ û Ta'fûft qui «en cinquante trois jours» a rétabli entièrement la situation de la ville après la mort de 'Abderrahmân. L'irruption des pillards a eu de graves effets. Ils ont commis meurtres, vols, tenté de tuer sous nos yeux Yahyâ û Ta'fûft dans sa maison, ses appels au secours à la factorerie en face demeuraient vains, il s'y est jeté, ce qui l'a sauvé. Il y est resté jusqu'à ce que des proclamations faites au nom du roi par Garcia de Melo l'aient banni comme traître. João Lopes n'est pas dupe, il sait bien que la raison en est cette porte et «*a escusa que elle dava a se não abryr lla*». Le roi est au courant par la délégation qui se trouve près de lui «*os embaxadores que lla som*».

Une seconde partie de sa lettre porte sur la situation désastreuse de la ville. Le seul remède est le retour de Yahyâ û Ta'fûft⁸⁷. Les marchands, les citadins, les artisans l'ont quittée et s'en vont chaque jour à cause des Beni Mager qui s'y sont introduits. Dehors les gens de trois tribus, Retnana, Dukkala et Ragra, disent que la ville ne se rétablira pas sans eux. Tous réclament à grands cris Yahyâ û Ta'fûft. La plupart sont réunis à Aguz. Avant son départ, ils ont marché contre la ville. Avec des échelles, une soixantaine d'entre eux sont passés par dessus la muraille et ont manifesté en criant «*Vyva elRey de putugall e aeba utafufe! e quem for da sua parte cheguasse per nos!*». Ils ont été combattus, cinquante d'entre eux ont été tués, les autres se sont cachés dans la ville. La foule restée dehors est repartie. Ils reviendront, paraît-il.

Dans leur lettre au roi, les habitants de Safi confirment leur volonté et leur unité: «les tribus des 'Abda, des Reagra, des Retnana et des Doukkala forment une seule fraction (*'adm*), une seule tribu, un seul clan (*leff*);

⁸³ S. I., *Port.*, 1, doc. XXVI, pp. 136-138.

⁸⁴ S. I., *Port.*, 1, doc. XXXIII bis, pp. 191-194. Certains signataires ont des noms berbères.

⁸⁵ C'est le terme significatif employé au Maroc pour parler des pillages et des violences.

⁸⁶ ANTT, *Fragments*, Cx. 9, Documentos de Marrocos, maço 1, n.º 31. Il vante ses qualités: «*homem de muyta justyça e de muyta comcyencya e verdade*».

⁸⁷ «*Esta cydade esta perdyda, nem tem nenhum coregymemto ata agora, nem tera se este homem não torna sse. Señor, me crea vossa alteza, que com elle sso se cobrara sem nenhuua despesa e doutra maneyra far sse a mujta despesa*».

elles sont dans les mêmes conditions, elles ont les mêmes amis, les mêmes ennemis. Or, les Beni Mager sont leur ennemi. Choisissez entre eux et les Beni Mager»⁸⁸. La lutte pour le pouvoir est aussi une lutte de ces *leffs*, dont le rôle est si important dans l'histoire marocaine.

João Lopes annonce que Yahyâ û Ta'fûft est parti sur une petite embarcation à Mogador, d'où il a été chassé à la demande de 'Alî ben Washmân et il se trouve maintenant dans un lieu appelé *Tacalla*⁸⁹ où on lui fait de grands honneurs. Tous ceux qui ont quitté cette ville sont allés lui parler, lui demandent de venir avec eux et de revenir à Safi. Tous le veulent et ne veulent que lui comme dirigeant (*Regedor*). Il leur a répondu qu'il n'accepterait pas avant d'aller voir le roi ou d'avoir reçu un ordre de lui.

João Lopes conclut hardiment: que Votre Altesse choisisse! Si c'est la guerre comme Diogo de Azambuja la prépare, Votre Altesse l'aura, et si elle veut le commerce et le profit, la voie qui est suivie ne le permettra qu'avec une grande dépense de chaque jour. Que Votre Altesse voie ce qui convient le mieux à son service et qu'elle fasse ouvrir les yeux (*desemganar*) à Diogo de Azambuja et diminuer la dépense qu'il veut faire. Il ne semble pas à João Lopes que 'Alî ben Washmân et Diogo de Azambuja s'entendent bien⁹⁰. Entre eux, il n'y a qu'un intermédiaire, un Juif, qui les trompe. Il a fait dépenser sans nécessité à Mogador plus de 400 000 reis.

João Lopes se heurte à 'Alî ben Washmân, qui, pas plus que 'Abderrahmân, ne veut renoncer aux droits de douane, ni à contrôler le commerce. João Lopes le qualifie de *mayor cobycoisso que ha no mundo*. Il cherche à faire décharger hors du bâtiment de la douane (*alfandega*) des produits de prix, la laque et les cornalines. Il a même pris la dîme (*dyzyma*) sur les grains que Nuno Ribeiro a apporté du Portugal, ce que celui-ci confirme dans une lettre au roi du 27 décembre 1507⁹¹. Le *feitor* a essayé d'en fixer un prix et s'est vu répondre par «le Juif» qu'à ce prix l'on n'en avait pas besoin, qu'il fallait les renvoyer au Portugal et qu'il ne voulait pas traiter avec nous. Ce Juif, qui ne peut être identifié, occupe une place de premier plan. S'agirait-il de Rabi Abraham ou d'un Benzamirû, qu'on voit par la suite jouer un rôle important⁹²? La situation de Safi oblige à faire venir du Portugal de quoi la nourrir, ce qui coûte très cher. Les habitants de Safi l'ont bien expliqué dans leur lettre: «les Arabes de la campagne, 'Abda et autres, qui apportaient à la ville les denrées nécessaires à sa subsistance, prirent la fuite et l'on manqua de tout»⁹³.

Il semble, avant le percement de la porte, que le roi ait réagi à l'appel des habitants et de son caïd. Dans la minute d'une lettre à Diogo de Azambuja, il critique son comportement, qui heurte les habitants⁹⁴. La situation à Safi, dit-il, n'y rend plus nécessaire sa présence, ni celle de Garcia de Melo. Il doit retourner à Mogador, ou venir au Portugal, ce qui est ordonné à Garcia de Melo. Le roi veut envoyer un homme de confiance, un gentilhomme de sa maison, Pedro Estevão de Aguiar⁹⁵, apparemment moins autoritaire. Il a pour instructions de ne garder que 40 hommes, de ceux qui sont à Safi, et de prendre, pendant que la délégation est au Portugal, comme otages fiables, des enfants de notables, mais de ne pas trop insister sur ce point, en l'absence de Diogo de Azambuja qui viendra avec elle, et de ne pas ouvrir la porte. Une fois Azambuja parti, Estevão de Aguiar devra exécuter les travaux conformément à d'autres instructions⁹⁶.

La suite des événements montre que ni Azambuja ni Garcia de Melo ne sont allés au Portugal et que ces instructions royales sont restées lettre morte. Les habitants de Safi disent bien que le capitaine n'a pas eu la patience d'attendre la réponse du roi à la délégation envoyée par Yahyâ û Ta'fûft et qu'il a fait, en accord avec 'Alî ben Washmân, un coup de force.

Si l'on revient au récit de Góis, le nouveau caïd, «se mit à agir de façon toute contraire à ce que l'on attendait». Comme son prédécesseur: «il ordonnait aux Maures qui charriaient les matériaux pour les travaux

⁸⁸ S. I., *Port.*, I, doc. XXXIII bis, p. 199.

⁸⁹ Non identifié. *Takûlit* (*Culeibat Elmuridin*, chez JEAN-LÉON, *Description...* cit., pp. 81-82) ne paraît pas pouvoir correspondre.

⁹⁰ *Elle, senhor, não me parece que esta agora contente dalle xymam, nem alle xymam delle.*

⁹¹ S. I., *Port.*, I, doc. XXIX, p. 150.

⁹² Voir J. A. R. S. TAVIM, *Os Judeos na expansão portuguesa em Marrocos*.

⁹³ S. I., *Port.*, I, doc. XXXIII bis, p. 198.

⁹⁴ ANTT, *Nucleo Antigo*, maço 971, n.º 124. «O dito regedor e os mouros todos da cidade estarem de vos escandalizados por vos acharem de mayor regor nas cousas do que suas condições o requerem, e elles sempre folgam, e he necesario, que lhe sejam bramdos e de booa conversação os christãos que com eles ham de tratar e negoçar».

⁹⁵ Nommé *feitor* de Safi le 8 avril 1510, il a ici une autre fonction.

⁹⁶ ANTT, *Nucleo Antigo*, maço 871, n.º 124. Joint à la minute de la lettre à Diogo de Azambuja sous la même cote.

de ne pas le faire, leur infligeant des châtiments pour cela et les faisant punir», surtout il le faisait ouvertement. C'était peut-être, comme le pense Cénival, pour se faire pardonner d'avoir introduit les Chrétiens dans la ville⁹⁷. Peu à peu cependant les travaux avançaient, arguant qu'ils avaient pour seul but d'abriter les marchands chrétiens. Des meurtrières aménagées dans les murs ont été obstruées au-dehors par des pierres et de la terre, le tout dissimulé par un crépi. De nuit, Diogo d'Azambuja fit percer dans le rempart de la ville une porte qui donnait vers la plage, en protégeant l'accès par une palissade à chaque bout du chemin qui menait à la forteresse.

Sur ce point, le désaccord est net avec les habitants et João Lopes, selon lesquels la porte avait été ouverte à la faveur du coup de force contre Yahyâ, ce que le capitaine reconnaît dans sa lettre du 13 décembre. Il ne s'agit pas d'une erreur de Góis, mais d'un désir de cacher des aspects peu reluisants de la réalité.

Selon lui, Azambuja, prêt à une nouvelle épreuve de force, accusa le caïd de manquer à sa parole. Le ton entre eux devint menaçant⁹⁸. Pour ne pas avoir à affronter des forces supérieures, il décida de prendre les devants et, pour ne pas apparaître comme l'agresseur, il provoqua un incident qui fit se rassembler une foule hostile autour de la forteresse. «Plus de mille Maures armés de boucliers, d'espingardes et d'arbalètes» tiraient sur elle et même toute la nuit avec des bombardes qu'ils ont amenées. Au matin, Diogo de Azambuja à cheval fit une sortie qui mit les assaillants en fuite. Ils se sont réfugiés dans la mosquée où s'est déroulé un combat sanglant. Quelques uns, retranchés dans la *qasba* de la ville tiraient avec une grosse bombe, qui a fait beaucoup de mal à la forteresse, jusqu'à ce qu'un portugais pointe un canon qui l'a réduite au silence. La résistance cessa alors⁹⁹.

Le récit de Jean-Léon, renseigné par 'Alî ben Washmân, est différent. Il y eut, à la suite du meurtre d'un habitant par un Portugais, «un soulèvement de la population qui prit les armes et courut à la maison portugaise, pour la saccager et tailler en pièces ceux qui s'y trouvaient. Mais ceux-ci, quand ils virent la foule approcher, déchargèrent leurs espingardes, leurs arquebuses et leurs arbalètes. Il ne faut pas demander si les Mores s'enfuirent épouvantés! Ils avaient eu plus de cent tués dans cette attaque improvisée. Cela ne les empêcha pas d'assiéger la maison pendant plusieurs jours». Les Portugais ont démasqué les meurtrières et tiré sur la foule. Ils sont ici les plus grands détenteurs d'armes à feu, ce que l'on sait par ailleurs.

«Alors, poursuit Jean-Léon, survint une flotte venue de Lisbonne que le roi avait fait préparer. Elle était pourvue de toutes sortes d'armes et de pièces de grosse artillerie ainsi que d'une grande quantité de vivres. Elle transportait cinq mille fantassins et deux cents cavaliers¹⁰⁰. Aussi les Mores pris de panique quittèrent-ils la ville pour se réfugier dans les montagnes des Beni Megher¹⁰¹. Il ne resta que la famille et les partisans du chef qui avaient consenti à la construction de la maison portugaise. Le capitaine de la flotte s'empara de la ville et fit venir devant lui le chef en question, nommé Iehia (Yahyâ). Il adressa celui-ci au roi qui lui fit une bonne rente et lui donna vingt serviteurs».

La prise de la ville est ici présentée comme consécutive à l'accord donné par Yahyâ û Ta'fûft à la construction de la forteresse, c'est évidemment la version servie par 'Alî ben Washmân à Jean-Léon. Celui-ci poursuit: «Par la suite le roi le renvoya en Afrique pour gouverner la campagne qui dépend d'Azafi, parce que le capitaine du roi ne connaissait pas les usages de ce peuple ignorant et la façon dont il fallait le mener». Góis a repris cet argument, qui a du reste une valeur de vérité.

Alors que Jean-Léon attribue la prise de la ville aux hommes venus avec Gonçalo Mendes Sacoto, Góis ne dit pas qu'ils ont pris part aux combats. Mais on voit chez lui que la lutte rendue très inégale a été violente: «Les Maures perdirent beaucoup de monde dans ce combat, surtout à l'intérieur de la mosquée. De notre côté, nous n'eûmes un mort, un page de Diogo de Azambuja». Beaucoup d'habitants se sont enfuis, ceux qui sont restés ont capitulé. Ils ont remis à Diogo de Azambuja les clefs de la ville et de la *qasba* et se sont faits «vassaux et tributaires

⁹⁷ S. I., *Port.*, p. 157.

⁹⁸ Au point que 'Alî se contenta «de se mettre le doigt dans sa bouche, ce qui était un signe de menace». On se souvient que le chef berbère Kosîla fit de même en réponse à 'Uqba ibn Nafi.

⁹⁹ D. GÓIS, *Crónica...* cit., II, 18; R. RICARD, *Les Portugais...* cit., pp. 35-37.

¹⁰⁰ Ce chiffre paraît très exagéré, mais il faudrait aussi tenir compte du contingent venu de Madère sous les ordres de Simão Gonçalves da Camara, son gouverneur.

¹⁰¹ C'est de là que sont les partisans de 'Alî ben Washmân.

du roi D. Manuel». Góis a repris certains éléments du récit de Jean-Léon, mais il veut faire apparaître comme difficile la prise de la ville et l'attribue à la valeur de ceux réunis autour de Diogo de Azambuja.

La prise de possession est marquée par un rituel: «L'étendard royal fut porté à travers toute la ville, tandis que tous, Chrétiens et Maures criaient: «*Real, real por ElRei Dom Emanuel de Portugal*!». Le caïd déchu, 'Alî ben Washmân (qu'il appelle Haliadux), alla trouver refuge dans la localité de Targa, situé sur l'Oum er Rbia en amont d'Azemmour. C'est là où Jean-Léon dit l'avoir rencontré¹⁰².

Selon Góis «il y eut quelques discussions entre Garcia de Melo et Diogo de Azambuja sur la manière d'organiser le gouvernement de la ville et, comme ils ne purent pas se mettre d'accord, Garcia de Melo rentra au royaume. Gonçalo Mendes Sacoto resta à Safi avec ses quatre bateaux». Azambuja, resté seul maître, pouvait compter sur eux en cas de besoin.

Dans l'immédiat, des Arabes de la région attirés par la perspective de pillages, «vinrent par trois fois courir les environs. Les nôtres, qui pouvaient être alors cinquante cavaliers au plus, sortirent avec quelques hommes de pied» et les poursuivent en leur causant quelques pertes. Góis, fidèle à ses habitudes, retient le nom de cavaliers qui s'y sont distingués. Là s'arrête son témoignage. Les habitants de Safi, eux, accusent 'Alî ben Washmân d'être l'instigateur de ces attaques: «il a dépensé son bien pour rassembler des troupes (pour) une *harka* contre Safi. Mais il n'a pas atteint son but auprès des Musulmans»¹⁰³.

D. Manuel, en récompense des services de Diogo de Azambuja, lui donne, le 28 août 1508, la capitainerie et le gouvernement de la ville de Safi avec un plein pouvoir, la juridiction civile et criminelle, haute et basse. Il toucherait un traitement égal à celui des autres gouverneurs des places d'outre-mer avec le droit de percevoir le quint sur les prises maritimes et terrestres¹⁰⁴. En fait, le roi entérine la situation créée par la conquête de Safi, sommet de la carrière du vieux guerrier. Détail curieux, il lui attribue et à ses descendants en ligne directe la possession du château d'Aguz¹⁰⁵, il considère cette localité, sans doute fortifiée, située entre Mogador et Safi comme lui appartenant. Plus tard il décidera d'y construire une forteresse, dont les vestiges sont encore bien visibles¹⁰⁶.

Góis ne dit rien sur l'administration d'Azambuja. Mais il ressort de la lettre adressée par des habitants de Safi à D. Manuel, leur suzerain¹⁰⁷, que ses brutalités et les exactions de la soldatesque, sur lesquelles ils donnent de nombreuses précisions, ont fait fuir de nombreux habitants. Ils demandent le respect de leurs mosquées souillées par les soldats, détruites ou confisquées, la fin des brutalités envers la population, des viols, de la démolition de maisons – de ceux qui étaient partis suppose-t-on – des enlèvements de personnes vendues ensuite comme esclaves¹⁰⁸ et surtout ils réclament que Yahyâ û Ta'fuft revienne à leur tête. Telles sont les conditions d'un repeuplement et d'un retour à la normale.

Le *feitor* João Lopes, qui était encore en fonction le 1^{er} juillet 1508, a été remplacé par Eitor Gonçalves en août¹⁰⁹. Ce changement est peut-être lié à la nouvelle situation de la ville dont Diogo de Azambuja reçut en pleine propriété le gouvernement le 25 août¹¹⁰. L'administration directe se substituait au protectorat.

Aux yeux de D. Manuel, toutefois, la situation de Safi est apparue justifier la décision de remplacer Diogo de Azambuja. Dans la même lettre du 2 juillet 1509, en effet, les signataires se réjouissent de l'arrivée d'un nouveau capitaine, «un homme doux, modeste, connaissant le caractère des Musulmans». C'est Pedro de Azevedo, qui avait donc pris ses fonctions avant l'envoi de la lettre. La destitution de Azambuja est nécessairement antérieure.

¹⁰² Góis, en invoquant «des écrivains arabes» (R. RICARD, *Les Portugais...* cit., p. 36), s'appuie en fait, là encore, sur Jean-Léon l'Africain, dont il a eu très tôt connaissance.

¹⁰³ *S. I., Port.*, 1, p. 198: «il s'est rendu auprès du Sultan de Marrakech et de Moulay Zayyan à Azemmour».

¹⁰⁴ *S. I., Port.*, 1, doc. XXXI, pp. 169-173.

¹⁰⁵ «*Pura, irrevocavel doação... da capitania do nosso castello d'Arguz*».

¹⁰⁶ Il s'agit de Kûz à l'embouchure de l'oued Tensift: B. ROSENBERGER, «Note sur Kouz, un ancien port à l'embouchure du Tensift», in *Hesperis-Tamuda* VIII (1967), pp. 20-66.

¹⁰⁷ *S. I., Port.*, 1, doc. XXXIII, pp. 177-189 en arabe, pp. 190-202 traduction.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 195. Beaucoup ont été vendus à Madère, où le besoin était grand pour le développement des cultures.

¹⁰⁹ *Arquivo historico português*, t. III, 1905, p. 157.

¹¹⁰ Voir note 104.

¹¹¹ P. de Cénival hésite à leur faire confiance: *S. I., Port.*, p. 158.

Il est très difficile, en l'état de la documentation de dire avec certitude la date à laquelle s'est effectuée la soumission par la force de Safi. Les auteurs de *Civitates Orbis Terrarum* la placent le 7 juillet 1508¹¹¹. Étant donné que la flotte chargée de l'attaque d'Azemmour est partie de Lisbonne le 26 juillet 1508, il faut nécessairement penser que les opérations militaires étaient terminées à Safi. Après sa conquête, il fallait faire celle d'Azemmour. Mais le soutien sur lequel comptait D. João de Meneses a fait défaut et il a rencontré une résistance inattendue. Il a fallu rembarquer la troupe¹¹². Il est vrai que la présence de sa flotte dans le Détroit a permis de secourir Azila qui était sur le point d'être prise par le sultan de Fès¹¹³.

Comme Pierre de Cénival l'avait vu¹¹⁴ et l'on s'est attaché à le montrer, la survie du *Castelo Real* est très liée à l'évolution de Safi. Dans un mémoire non daté,¹¹⁵ Diogo de Azambuja charge le porteur, Jorje da Maya, de dire au roi comment le *Castelo Real* commence à être attaqué et souffre d'être empêché de prendre de l'eau. À ce moment, il est à Safi, très préoccupé de faire avancer les travaux de fortification qui rencontrent de l'hostilité. Tant que la situation dans la ville a requis sa présence et son activité, il a probablement négligé Mogador. Puis la soumission complète de Safi rendait moins nécessaire l'existence du *Castelo Real*. De plus, l'espoir d'instaurer à partir de là de bonnes relations avec Marrakech s'évanouit, puisque l'émir Hintâtî prend une attitude hostile, menace d'attaquer Safi¹¹⁶. Il n'est pas étonnant que la forteresse, mal défendue car Safi concentrait l'attention, ait été prise en 1510, avant l'attaque au début de décembre de cette ville par les tribus¹¹⁷. Il ne paraît pas nécessaire d'attribuer sa chute à l'ardeur combative des Ragra, dont on a vu qu'ils faisaient partie des soutiens de Yahyâ û Ta'fûft et que certains considèrent, pour les avoir connus, comme de pieuses gens très pacifiques¹¹⁸.

En 1507, D. Manuel a des projets ambitieux au Maroc. En vue d'actions futures, il ordonne à D. João de Meneses de sonder les estuaires de l'Oum er Rbia, du Sebou, du Bou Regreg et du Loukos et d'en faire le relevé¹¹⁹. Il l'a aussitôt chargé de l'expédition contre Azemmour. Envisageait-il déjà d'entreprendre d'autres actions au nord, contre le royaume de Fès ? Mais l'attaque d'Azemmour a échoué, après la soumission difficile de Safi.

Il semblerait que, comme il ne pouvait s'attaquer de front au sultan de Fès et le vaincre, il a cherché à contourner son domaine par le sud. Pour dominer cette région reliée à l'Afrique subsaharienne, où il avait des intérêts importants, il voulait créer sur la côte une chaîne de forteresses à partir desquelles se ferait une pénétration économique, diplomatique et militaire, pour laquelle il fallait des alliés, des chefs locaux disposés à entrer dans ses vues. C'est dans cette optique qu'il faut envisager les événements de Safi. Mais les documents dont on dispose ne permettent pas d'en suivre le cours de façon satisfaisante, car le récit de Damião de Góis entretient des incertitudes. Entre le meurtre de 'Abderrahmân «qui eut lieu à la fin de l'année 1506» et la soumission de la ville, qu'on peut dater avec probabilité en juillet 1508, de longs mois se sont écoulés marqués par une tension plus ou moins grande et par des événements difficiles à situer les uns par rapport aux autres.

D. Manuel, peut-être préoccupé par la concurrence castillane, a voulu renforcer sa maîtrise sur Safi, vassale et liée par des intérêts communs, en y construisant une forteresse s'ajoutant à la factorerie. C'est l'exigence qu'il a formulée aux dirigeants de la ville. 'Abderrahmân, pourtant mis en place en 1498, a refusé de laisser entamer son autorité et n'a pas renoncé à la perception des droits de douane, pour ne pas perdre des revenus importants. Devant cette résistance, le roi a fait construire à Mogador un *Castelo Real*, dans lequel il mettait apparemment de grands espoirs pour atteindre Marrakech, qui semble bien être son objectif ultime, sans passer par l'intermédiaire de Safi.

¹¹² S. I., *Port.*, 1, doc. XXX, pp. 162-168; D. GÓIS, *Crónica*, II, 27; R. RICARD, *Les Portugais...* cit., pp. 38-41.

¹¹³ Voir Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila*, éd. D. LOPES, t. 1, pp. 8-27; D. GÓIS, *Crónica...* cit., II, 28-29; R. RICARD, *Les Portugais...* cit., pp. 43-53.

¹¹⁴ S. I., *Port.*, 1, «Mogador», pp. 120-127.

¹¹⁵ ANTT, *Fragments*, Cx 9, Doc. de Marrocos, maço 2, n.º 6. Il concerne le *Castelo* et Safi.

¹¹⁶ Dans une lettre qui a suivi immédiatement le mémoire confié à Jorje da Maya, Azambuja écrit qu'il a reçu des nouvelles de Marrakech: «*todo se rrefere a elrey de Marrocos que se ajunta com mujta jente dalarves para vjnr sobresta cjdade e esta dez legoas daquy*» (ANTT, *Cartas de Governadores de Africa*, n.º 101).

¹¹⁷ S. I., *Port.*, 1, doc. XLIII, Lettre de Nuno Gato, 4-5 décembre 1510, p. 261.

¹¹⁸ JEAN-LÉON L'AFRICAIN, *Description...* cit., p. 86; MARMOL, voyant leur inclination, leur a parlé, en 1542, de Saint François d'Assise et juge qu'il n'a pas trouvé «de nation (c. à d. tribu) moins entêtée de sa religion que celle-là, ni plus docile» (*L'Afrique*, 1667, t. 2, pp. 27-28).

¹¹⁹ D. GÓIS, *Crónica...* cit., II, 27; R. RICARD, *Les Portugais*, p. 38.

Le roi a exploité des rivalités locales, mais des ambitions l'ont entraîné dans une situation non souhaitée et difficile à maîtriser. 'Alî ben Washmân a assassiné 'Abderrahmân dont il convoitait la place. Il a eu besoin de l'aide de Yahyâ û Ta'fûft, qui a de nombreux appuis. Ils ont aussi obtenu celle du Portugal en promettant ce que 'Abderrahmân avait refusé. Pendant un temps, on ne sait pas bien qui a tenu la ville mal remise des troubles qui ont suivi le meurtre du caïd rebelle. Yahyâ a pu ramener la confiance, mais il a tergiversé devant la décision de permettre l'ouverture d'une porte dans le rempart et la construction de la forteresse. Pour prendre sa place, 'Alî ben Washmân l'a promise. Comme il avait moins de force que Yahyâ, il a fait appel aux Beni Magher extérieurs à la cité. Les violences ont été favorisées par Azambuja, qui a profité des luttes entre les partisans des deux chefs pour, sans attendre, ouvrir la porte sur le rempart et se débarrasser de Yahyâ û Ta'fûft.

Il reste des questions non résolues. Le coup de force organisé par 'Alî ben Washmân et Azambuja, se situe entre le retour de celui-ci le 7 août et le 13 décembre 1507. De combien sa lettre, la première des habitants de Safi et celle de João Lopes, sont-elles postérieures? Si le gouvernement de Yahyâ û Ta'fûft a duré à peine deux mois, quand aurait-il été nommé?

Yahyâ, qui n'a pas pu être éliminé physiquement, a été accusé de trahison et banni: il a voulu se justifier. Ses partisans, en grande partie berbères, n'ont pas accepté son départ forcé. 'Alî ben Washmân, impopulaire, mal obéi, a peut-être voulu se racheter en s'opposant à la poursuite des travaux de construction de la forteresse. La conquête a été décidée, mais elle a été si brutale que la ville fuie par beaucoup d'habitants, délaissée par le commerce, menacée de l'extérieur, a représenté une charge autant qu'un atout pour la réussite des plans de D. Manuel. Non seulement l'envoi de grains au Portugal devenait impossible, mais il a fallu ravitailler la garnison et la population demeurée sur place. Il est alors apparu que le rappel de Yahyâ û Ta'fûft, à qui a été alors donnée l'autorité sur les tribus voisines, permettrait d'atteindre le but fixé. Pour diverses raisons, en particulier la rivalité entre le capitaine-gouverneur et le caïd, ce fut un échec¹²⁰.

¹²⁰ Voir B. ROSENBERGER, «Yahyâ û Ta'fûft (1506-1518), des ambitions déçues», *Hesperis-Tamuda*, XXXI (1993), pp. 21-59.

Economias e redes

ACTIVITÉS PASTORALES ET PRODUITS DE L'ÉLEVAGE DANS L'ÉCONOMIE DES PLACES PORTUGAISES DU SUD DU MAROC (PREMIÈRE MOITIÉ DU XVI^E SIÈCLE)

YASSIR BENHIMA *

Dans l'économie des plaines atlantiques méridionales du Maroc à la veille de l'occupation portugaise de Safi, Azemmour et Mazagan, l'élevage a constitué un élément structurel dans les activités de production. Le développement de l'élevage était consécutif au long processus migratoire qui a entraîné dans la région de nombreuses populations arabes nomades depuis la fin du XII^e siècle. La prédominance du nomadisme et du semi-nomadisme a contribué à renforcer la place de l'élevage dans l'économie rurale en général, et à varier les formes d'association entre élevage et agriculture. Avec l'intervention portugaise, l'élevage (animaux ou produits dérivés) reste un élément important dans l'économie des villes occupées, aussi bien en tant que source nourricière, que comme produits destinés à alimenter le grand commerce entre le Portugal, le Maroc et les côtes africaines. Je reviendrai enfin sur la place du bétail dans l'économie de guerre qui s'installe dans la région durant cette période.

I. L'élevage dans les plaines atlantiques méridionales à l'époque médiévale

1. *Composition du cheptel*

Dans le type de production agropastorale qui prédominait dans les plaines atlantiques du Maroc, et dans la région de Safi notamment, la place de l'élevage était primordiale. Ne pouvant être considéré comme une activité subsidiaire, l'élevage local était indispensable pour l'agriculture et agissait inexorablement sur le mode de vie et les stratégies résidentielles des groupes humains. L'aspect très lacunaire de nos informations historiques sur l'élevage nous permet à peine d'ébaucher les grandes lignes de son histoire.

L'importance de la céréaliculture a nécessité le développement de la force de travail matérialisée par les animaux de trait. Ainsi, l'abondance du bœuf peut être, en effet, compréhensible vu l'ancienneté de sa domestication au Maroc¹. Le grand nombre de *zūja-s* (attelées) évoquées par deux auteurs contemporains qui passaient par le pays des Dukkâla au XIV^e siècle – Ibn al-Khatîb et Ibn Qunfudh –, témoigne de cette richesse estimable du cheptel bovin². Si on admet que les animaux utilisés pour l'attelage étaient essentiellement des bœufs castrés, les troupeaux pouvaient s'avérer beaucoup plus importants.

Malgré son abondance, le cheptel bovin n'était pas le plus important. L'élevage moutonnier était omniprésent dans la région. Il semble qu'il était toujours pratiqué en compagnie d'autres types d'élevage. La seule exception

* Institut historique allemand de Paris. Ce travail a été réalisé et présenté dans le cadre d'une bourse post-doctorale de la Casa de Velázquez à Madrid (juillet-novembre 2008).

¹ G. AGABI (G. CAMPS), « Bœuf (pays berbères du Nord) », in *Encyclopédie Berbère*, t. X, 1991, pp. 1554-1555.

serait celle des Banû al-Hârith, encore fidèles au nomadisme au XIV^e siècle, et qui sont qualifiés par Ibn al-Khatîb de *ru'â' al-bahm* (tribu moutonnaire?)³. Le petit bétail était essentiellement, sinon exclusivement, composé d'ovins. La présence de caprins n'est évoquée qu'à une unique occasion : les Banû Jâbir, tribu arabe qui parcourait les terres entre le Tâdla et la région de Safi au XIV^e siècle, avaient un cheptel à aspect « bédouin », composé de caprins et de chameaux⁴. En dépit du mutisme des sources, on peut imaginer aussi que des troupeaux de chèvres étaient élevées dans le pays des Ragrâga. La production de l'huile d'argân, attestée par les sources arabes, nécessitait en effet l'intervention de ces animaux, dont les précieuses déjections contenaient les noyaux des fruits de l'arganier qu'ils avaient mangés.

La présence de chameaux dans la région de Safi est également attestée, notamment au début du XII^e siècle⁵. Or, il est évident que l'introduction du chameau dans la région est fort ancienne, l'animal étant connu aussi bien chez les populations nomades et sédentaires du Maghreb depuis l'antiquité romaine⁶. Hormis le cas des Banû Jâbir, de passage dans la région, et qui élevaient des chèvres et des chameaux⁷, il serait très probable que le chameau ait resté d'un intérêt secondaire dans la région. Son utilisation durant cette époque comme attelage n'est pas mentionnée, et le transport des marchandises semble être sa principale utilisation.

2. Économie pastorale et évolution du peuplement

Si nos sources ne révèlent que des éléments très fragmentaires sur la pratique de l'élevage pendant toute l'époque médiévale, l'on doit s'interroger sur l'éventuelle évolution des activités pastorales à la suite de l'arrivée et de l'installation des tribus arabes bédouines à partir de la fin du XII^e siècle (qu'on appelle communément les migrations hilaliennes). Il faut de prime abord rappeler que la pratique d'un élevage associé à une agriculture extensive est bien attestée avant l'arrivée des Hilaliens. Dans certains cas, les populations rurales n'étaient pas encore entièrement sédentaires, et maintenaient une mobilité résiduelle : on le voit clairement chez les tribus Gdâla et certains Sanhâja dont le territoire est situé à proximité de Tîr⁸.

L'arrivée massive et, par vagues successives, de populations arabes nomades, ne manqua pas de bouleverser les pratiques économiques et les stratégies résidentielles des populations rurales. L'étude menée sur la région de Safi⁹ a permis à ce propos de constater que la grande majorité des tribus arabes entamaient un long processus de sédentarisation, qui entraîna des changements primordiaux dans leur mode de vie, leur production agro-pastorale, et par conséquent dans leurs structures d'habitat. On peut très brièvement résumer ce processus en quelques points :

- Plusieurs tribus parmi les anciens nomades arabes, associent d'une manière systématique la pratique de l'élevage à une céréaliculture extensive. Loin de faire disparaître toute forme de mobilité, cette mutation a entraîné une réduction sensible dans les distances parcourues à la recherche des pâturages. Les terres agricoles exploitées dans le cadre d'une propriété foncière collective, n'étaient pas fixes et pouvaient changer d'une année à l'autre au sein du territoire de la tribu concernée.

- La composition du cheptel, telle qu'on l'aperçoit dans les données fournies par les sources portugaises, décèle un net changement par rapport aux habitudes de populations nomades arabes, principalement moutonnaire ou chamelière. L'importance du cheptel bovin trahit une forme d'influence de l'élevage local, dans lequel le boeuf semble avoir joué un rôle important. Cette évolution explique également la mutation de ces populations anciennement nomades, en semi-nomades impliqués dans un long processus de sédentarisation.

² Ibn al-Khatîb, *Nufâdat al-jirâb fî 'ulâlat al-ightirâb*, t. 2, Casablanca, 1985, p. 74 et Ibn Qunfudh, *Uns al-faqîr wa 'izz al-haqîr*, Rabat, 1965, p. 71.

³ Ibn al-Khatîb, *Nufâdat al-jirâb*, p. 68.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Ibn al-Zayyât al-Tâdîlî, *Al-Tashawwuf ilâ rijâl al-tasawwuf*, A. Toufiq (éd.), Rabat, 1984, p. 148.

⁶ R. W. BULLIET, *The camel and the wheel*, Cambridge, 1975, pp. 138-140.

⁷ Ibn al-Khatîb, *Nufâda*, t. 2, p. 68.

⁸ Ibn 'Abd al-'Azîm al-Azammûrî, *Bahjat al-nâzirîn wa uns al-'ârifîn*, ms. Bibliothèque générale de Rabat, pp. 55-56 et Ibn al-Zayyât, *Tashawwuf*, apporte également plusieurs mentions sur l'usage de la tente dans la région, pp. 235 et 402.

– Avant l'accomplissement de cette sédentarisation, on constate clairement une nette tendance vers la fixation de l'habitat. Les deux notions sont bien distinctes : la fixation n'implique pas la sédentarisation, mais signifie que l'occupation de l'espace rural par les différents groupes (en l'occurrence dans notre cas par des groupes semi-nomades), se fait autour de points d'ancrage, qui sont essentiellement des sites fortifiés. Le développement de ces derniers, a concerné l'ensemble des populations de la région, sédentaires ou semi-nomades, et s'inscrit dans une tendance généralisée à la fin du Moyen âge dans les plaines atlantiques méridionales vers le groupement de l'habitat.

Ce groupement dans et autour des points fortifiés a revêtu différentes formes, dont la plus spectaculaire est sans doute l'apparition de localités (villes dans certains cas) d'une grande dimension (al-Madîna dans le territoire des Mshanzâya, principale tribu des Dukkâla, ou de plusieurs localités de Hâha). Mais le type le plus répandu est celui des enceintes-refuges, mentionnées à de nombreuses reprises par les documents portugais, et dont les vestiges archéologiques sont encore visibles dans plusieurs cas. Le fonctionnement de ces sites correspond, d'une manière générale, aux enceintes-refuges attestées à plusieurs endroits en al-Andalus, principalement dans le Sharq et en Andalousie orientale. Ces établissements fortifiés, dotés de grands espaces vides pouvant servir temporairement d'enclos pour le bétail, sont d'ailleurs bien adaptés à des sociétés pastorales. Des cas semblables à notre région ont été décrits pour le Maroc, notamment dans les larges territoires situés entre le Sous et le pays de Takna¹⁰.

II. L'élevage pendant l'occupation portugaise des villes de Dukkâla

La matière historique fournie par les textes portugais (documents de chancellerie, registres fiscaux ou sources narratives) tranchent clairement par son abondance, avec la rareté chronique des données sur les campagnes de la région durant l'époque médiévale. Elle permet ainsi, non seulement de comprendre, grâce à une approche régressive, l'évolution socio-économique de la région à la veille de l'occupation, et notamment la place de l'élevage dans celle-ci, mais de s'interroger sur l'impact de la présence portugaise sur cette activité économique capitale.

1. Une évolution de l'élevage avec l'occupation portugaise ?

Il est légitime de se demander si la présence portugaise, déjà avant l'occupation directe et depuis son intervention continue dans la vie politique et sa mainmise sur le commerce avec la région au XV^e siècle, n'a pas influencé la pratique de l'élevage dans la région.

Il est impossible, faute de données quantitatives, de procéder à une comparaison entre la production pastorale avant et après cette présence portugaise, mais on peut au moins s'interroger sur l'éventualité d'une telle influence. L'on sait que le développement du commerce entre les européens, portugais principalement, et la façade atlantique du Maroc a porté non seulement sur l'or transsaharien, sur les céréales, mais aussi sur les produits de l'élevage, qu'ils soient des matières premières ou des objets manufacturés. L'intensification de la demande européenne (destinée notamment à fournir ces matières-là aux populations africaines) a pu être un facteur encourageant dans le développement des activités pastorales. Un constat similaire a été exprimé à propos de Murcie à la fin de l'époque médiévale : D. Menjot avait à juste titre constaté le renforcement du secteur pastoral parallèlement à la disqualification des activités agricoles. Cela intervient un contexte économique général marqué par l'accentuation de la périphérisation de plusieurs zones de la Méditerranée occidentale par rapport à quelques pôles majeurs de la production économique¹¹.

⁹ Y. BENHIMA, *Espace et société rurale au Maroc médiéval. Stratégies territoriales et structures de l'habitat : l'exemple de la région de Safi*, sous la direction d'A. Bazzana, Université Lumière-Lyon II, 3 tomes, 2003. Voir également sa publication partielle : *Safi et son territoire. Une ville dans son espace au Maroc (11^e-16^e siècles)*, Paris, 2008.

¹⁰ Y. BOKBOT, P. CRESSIER, M.-Ch. DELAIGUE, R. IZQUIERDO BENITO, S. MABROUK et J. ONRUBIA PINTADO, « Enceintes refuges, greniers fortifiés et qa'aba-s : fonctions, périodisation et interprétation de la fortification en milieu rural pré-saharien », in *Mil anos de fortificações na península ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisbonne, 2001, pp. 213-227.

¹¹ D. MENJOT, *Murcie castillane : une ville au temps de la frontière (1243-milieu du XV siècle)*, t. 1, Madrid, 2002, p. 477.

2. Les chevaux : un produit stratégique

Cette hypothèse du développement de l'élevage peut-être étayée par l'exemple de l'élevage des chevaux, dont l'importance est notable à l'époque de l'occupation portugaise. Il faut rappeler que rien dans les sources arabes médiévales ne permet de souligner une quelconque valorisation de cet élevage, alors que par ailleurs, notamment dans les descriptions géographiques, on insiste sur les centres de production et d'élevage (*nitâj*). Pourtant, dès les premiers documents portugais, la présence de chevaux est soulignée. Ainsi, Duarte Pacheco et Valentim Fernandes notent la richesse de la région en chevaux : on trouvait ainsi à Safi « un grand nombre d'excellents chevaux qu'on achète aux Arabes »¹². Selon Léon l'Africain, les habitants d'al-Madîna, en disposaient également en grand nombre¹³. L'intérêt des Portugais pour les chevaux des plaines atlantiques marocaines est clair dans les différents traités conclus entre la Cour et les autorités des villes marocaines : une clause du traité de 1486 entre Jean II et les habitants d'Azemmour autorise les facteurs portugais à acheter des chevaux puis de les exporter au Portugal¹⁴. La lettre du même monarque aux habitants de Safi en 1488, prévoit la remise, annuellement, de deux chevaux au roi¹⁵. Une disposition similaire est annoncée dans le traité le reliant avec les habitants de Massa, en 1497¹⁶.

L'intérêt des autorités portugaises pour les chevaux transparaît également après l'occupation de Safi, dans les documents fiscaux. Ainsi, dans le registre d'impôts portugais, *livro dos tributos*, du moins à travers l'édition partielle publiée par A. Bouchareb, on remarque que plusieurs localités et tribus de la région devaient fournir annuellement, en sus d'un prélèvement fixe en nature sur la production des céréales, un ou plusieurs chevaux¹⁷.

La portée stratégique de cet élevage et la destination des chevaux des plaines atlantiques ont été d'ailleurs bien soulignées par plusieurs travaux. R. Ricard a par exemple, mis en relief la place des chevaux, à côté des produits manufacturés, dans le commerce « triangulaire » reliant le Portugal, les côtes marocaines et les comptoirs portugais en Afrique subsaharienne, en particulier Arguin¹⁸.

L'introduction à partir de l'Afrique du Nord et la diffusion du cheval dans les pays du Sahel, date en effet de l'époque médiévale. Déjà les géographes arabes, à commencer par al-Bakrî puis al-Idrîsî, parlent de la présence des chevaux dans le Takrûr. Cette tendance semble se confirmer avec l'apparition de pouvoirs politiques africains fondés sur la supériorité d'une élite de cavalerie, comme ce fut le cas de l'Empire du Mali au XIV^e siècle. En Sénégal, une cavalerie existe déjà avant le milieu du XV^e siècle, alimentée par l'intermédiaire des Sanhâja, qui apprend-on, s'approvisionnent en chevaux à Safi avant de les vendre dans le pays Wolof¹⁹. Cette évolution intérieure à l'Afrique a forcément contribuer à maintenir une demande forte pour les chevaux marocains, dont l'exportation est attestée au également chez Ca' da Mosto, qui note par ailleurs, les difficultés d'adaptation des chevaux avec le climat local et les risques sanitaires qui les atteignent²⁰. Avec le développement du commerce portugais le long des côtes africaines, une partie du trafic terrestre des chevaux est détournée au profit de la voie maritime. Cette concurrence a eu comme effet notable, la chute de la valeur du cheval, échangé au milieu du XV^e siècle à 12-15 esclaves, et qui valait ensuite, durant la deuxième moitié du siècle entre 6 et 8 esclaves²¹.

¹² R. RICARD, « La côte atlantique du Maroc au début du XVI^e siècle d'après des instructions nautiques portugaises », in *Hespéris*, VII (1927), pp. 229-258 (p. 247), (cité « instructions nautiques »); Valentim FERNANDES, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal*, Paris, 1938, p. 37.

¹³ J.-L. L'AFRICAIN, *Description de l'Afrique*, t. 1, éd. Epaulard, Paris, 1956, p. 122.

¹⁴ P. de CÉNIVAL, D. LOPES et R. RICARD, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques du Portugal*, 1934, t. I, p. 11 (texte arabe) (en suivant S.I.H.M.).

¹⁵ *Ibidem*, p. 28.

¹⁶ *Ibidem*, p. 32.

¹⁷ D'après A. BOUCHAREB, *Dukkâla wa al-isti'mâr al-burtughâlî*, Casablanca, 1984. Il s'agit de Tazrût, p. 497 ; Agûz, p. 498 ; Ayyîr et Nâmîr, p. 499 ; 'Abda, p. 500 ; des fractions d'al-Sharqiyya, p. 511 ; Awlad 'Amrân et nombreuses localités, p. 517. Informations sensiblement différentes chez D. de GÓIS, *Les Portugais au Maroc de 1495 à 1521. Extraits de la chronique du roi D. Manuel de Portugal*, éd. et trad. de R. Ricard, Rabat, 1937, p. 75.

¹⁸ R. RICARD, « Le commerce de Berbérie et l'organisation économique de l'empire portugais aux XV^e et XVI^e siècles », repris dans : *Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, 1955, pp. 81-114.

¹⁹ I. ELBL, « The horse in fifteenth century Senegambia », in *The International Journal of African Historical Studies*, 24/1, 1991, pp. 85-110 (p. 99).

²⁰ Ca' da MOSTO, *Voyages en Afrique noire (1455-1456)*, Paris, 2003, pp. 42-46.

²¹ *Ibidem*, p. 99.

3. L'approvisionnement des villes occupées

Cela constitue incontestablement l'un des débouchés majeurs de la production pastorale locale qui nourrissait les villes de la région et alimentait une industrie textile florissante.

Si Duarte Pacheco loue la richesse de Safi en viande, conséquence logique de l'importance de l'élevage local, les rapports des autorités portugaises ne laissent pas toujours entendre une telle abondance. Ainsi, en juin 1512, une lettre d'Heitor Gonçalves, probablement feitor de Safi, note sur les faibles ressources en bétail dans la ville, et donne des indications sur le prix élevé d'un bovin (pouvant atteindre 1300 à 1400 real par tête). Le manque d'approvisionnement en bétail a incité les autorités locales à faire venir de Madère, 40 à 50 têtes de bétail pour combler leurs besoins. Cette fluctuation évoquée par le document témoignerait de l'irrégularité de l'approvisionnement et surtout du déséquilibre entre l'offre et la demande. La comparaison du prix d'un bœuf dans plusieurs villes de l'empire portugais entre 1512 et 1517 révèle le même constat : celui d'une grande disparité dans les cours, avec des prix qui peuvent décupler d'un cas à l'autre²². Les crises climatiques pouvaient infléchir à la baisse les cours des prix des animaux : il en fut ainsi à Azammûr en 1519²³.

En plus de son rôle d'activité nourricière, l'élevage alimentait le marché des produits dérivés, destinés à une exportation en tant que matière première ou après transformation localement.

La production lainière des plaines atlantiques était en effet réputée depuis plusieurs siècles. Déjà au milieu du XIII^e, Ibn Sa'îd louait la qualité des draps en laine produits par les Ragrâga, draps prisés par les femmes de Marrakech²⁴. En parlant de Safi, Ibn al-Khatîb vante les habilles en laine qu'on y fabriquait²⁵. Mais c'est incontestablement à la fin du XV^e et au début du XVI^e siècle que l'industrie textile atteignit son essor. Malgré l'abondance de l'information historique, nous savons peu de choses sur les artisans et l'organisation de la production. Outre Safi, qui passe pour être le principal centre de fabrication, on produisait également des étoffes de laine à al-Madîna²⁶. Il serait très probable que cette activité employait de petits artisans et on peut même supposer qu'une bonne partie des produits était issue d'un artisanat domestique essentiellement féminin. Cela expliquerait que les Portugais aient trouvé la cadence de la production locale assez insuffisante pour satisfaire leur demande croissante. Le *feitor* portugais Heitor Gonçalves l'exprime bien dans une lettre de juin 1512 où il recommande au roi Portugais de construire une manufacture de tapis²⁷.

De nombreuses variétés de vêtements de laine étaient fabriquées localement, parmi lesquelles on peut noter :

– *Hâyk* : c'est une étoffe que l'on enroule sur le corps, et qui peut servir également de couverture²⁸. Il était appelé aussi *al-kisâ'* (*Ksâ*), comme c'était le cas chez les Hâha²⁹. Le mot portugais *alquizes* ou *alquices* provient de *ksa* et désigne aussi *hâyk*³⁰.

– *Hanbal* : c'est un tissu de laine, relativement épais et résistant qui a un double usage de tapis et de couverture. Il diffère par cette fonction d'*al-qtîfa*, mot désignant « un tapis à points noués et à très haute laine irrégulièrement coupée, généralement de grande dimension »³¹.

²² A. dos Santos PEREIRA, *Portugal. O império urgente (1475-1525)*, Vol. I, *Os espaços, os homens e os produtos*, Lisbonne, 2003, p. 353.

²³ S.I.H.M., t. II/1, Paris, 1939, pp. 240-242 et A. BOUCHAREB, *Dukkâla*, p. 291. La même lettre, adressée par Alvaro de Noronha à Manuel I^{er}, évoque les conditions de l'approvisionnement de la ville en viande. Un juif d'Azammûr (Jacob Tuson), s'engageait à fournir de la viande bovine aux autorités royales à un prix fixe. Auparavant, l'auteur du même document avait suggéré, par souci de rentabilité, de se procurer du bétail sur pied, la revente des peaux pouvant couvrir le tiers de la valeur de la transaction.

²⁴ Ibn Sa'îd al-Maghribî, *Kitâb al-jughrâfiyâ*, Beyrouth, 1970, p. 125.

²⁵ Ibn al-Khatîb, *Mi'yâr al-ikhthiyâr fî dhikr al-ma'âhid wa al-diyâr*, Rabat, 1977, p. 76.

²⁶ J.-L. l'AFRICAIN, *Description*, p. 122.

²⁷ S.I.H.M., I, p. 330.

²⁸ R. DOZY, *Dictionnaire détaillé des noms des vêtements chez les Arabes*, Amsterdam, 1845, pp. 147-153.

²⁹ J.-L. l'AFRICAIN, *Description*, p. 72.

³⁰ Valentim FERNANDES, *Description de la côte d'Afrique*, pp. 36-37 ; Anonyme, *Chronique de Santa-Cruz du Cap de Gué*, éd. P. de Cénival, Paris, 1934, pp. 38-39.

³¹ R. RICARD, *Études sur l'histoire des portugais au Maroc*, p. 109.

– *Badan*: transcrit *bedeens* dans une source portugaise, ce vêtement est considéré par R. Dozy comme propre à l'Arabie³². Il s'agirait d'une tunique courte dépourvue de manches et portée exclusivement en saison chaude. Il semble qu'au Maroc, le *badan* correspondrait à une variété de djellaba. Les quittances de la factorerie portugaise de Safi attestent aussi l'exportation des *burnûs* locaux, même si leur quantité était très réduite³³.

Le cuir, autre produit dérivé de l'élevage local, n'a pas laissé autant de traces dans la documentation. L'intérêt des marchands européens pour le cuir marocain est ancien, et la liste fournie par Pegolotti au début du XIV^e siècle en témoigne clairement³⁴. Duarte Pacheco évoque également la fabrication de « beaucoup d'objets de cuir de toutes sortes » à Safi, sans malheureusement en préciser la nature³⁵. Il semble néanmoins, d'après la documentation, que la quantité de cuirs exportés de Safi notamment, restait limitée³⁶.

4. L'élevage dans l'économie de la guerre

Les récits et la comptabilité des prises (et des pillages) lors des razzias portugaises témoignent également de l'importance de l'élevage dans l'économie locale. L'une des plus spectaculaires opérations est celle menée par N. F. de Ataïde en février 1514 contre le Hawz. Dans cette attaque d'envergure, qui mobilisa 300 portugais et un millier d'alliés, le butin s'élève à 10000 têtes de menu bétail, 6000 bovins, 1500 chameaux, 60 chevaux et sept juments³⁷. Une année plus tard, une expédition similaire non loin de Marrakech se solda par la prise de 4000 bovins, que les Portugais déclarèrent avoir ramenés à Safi³⁸. Les récits abondent dans ce sens, notamment durant la phase d'expansion qui coïncida avec la domination militaire portugaise. Pourtant, l'on ne sait pas forcément la destination finale, ni les règles du partage du butin sur les participants aux razzias.

De plusieurs récits l'on peut seulement déduire que les alliés marocains des autorités d'occupation récupéraient une partie du butin. Ainsi, lors de l'attaque d'Amagor, place forte sa'adienne dans la région de Hâha, les Shiâdma, alliés des Portugais, mirent, selon Gois, trois jours à transporter le butin d'objets (blé, orge, miel, beurre, volaille, bétail et autres choses) avant de partir avec pour rentrer chez eux. Parallèlement, 185 chevaux sellés et bridés, pris lors de la même opération, revinrent aux Portugais, de même que les captifs, tous ramenés à Safi³⁹.

Lors d'une expédition précédente, menée en 1511 par N. Fernandes de Ataïde près d'al-Madîna, la nécessité de hâter la marche vers Safi incitait le capitaine portugais à abandonner une partie du cheptel pris comme butin : il s'en sépara ainsi du petit bétail (plus de 5000 têtes) et des chameaux et garda les bovins (un millier de têtes), chevaux, ânes et mulets⁴⁰. Le choix opéré dans la composition du bétail emmené jusqu'à Safi est sans doute conditionné par sa valeur marchande et son intérêt économique.

L'étude de la place du bétail comme butin de guerre mérite d'être abordée dans un cadre spécifique, car elle dépasse de par sa complexité les limites et les objectifs de cette présentation. L'on manque encore de travaux détaillés sur la place du butin dans l'économie des places portugaises au Maroc. Or, la prédation et la spoliation des biens de la population dominée passe pour être un aspect structurel dans l'organisation sociale et militaire de l'Occident conquérant. Les recherches entreprises sur la Péninsule ibérique durant la grande expansion du

³² R. DOZY, *Dictionnaire détaillé des noms des vêtements*, pp. 56-58.

³³ A. BOUCHAREB, *Dukkâla*, p. 111.

³⁴ PEGOLOTTI, *La prattica della mercatura*, Cambridge, 1936, pp. 273-274.

³⁵ R. RICARD, « instructions nautiques », p. 247.

³⁶ A. BOUCHAREB, *Dukkâla*, p. 291.

³⁷ *S.I.H.M.*, I, pp. 480-81.

³⁸ *Ibidem*, p. 676.

³⁹ D. de GÓIS, *Les Portugais au Maroc*, p. 139.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 72.

XII^e-XIII^e siècles, ont mis en relief, à l'instar de James F. Powers, le rôle du butin dans une « société organisée pour la guerre »⁴¹. On ignore en effet, si dans les villes occupées par les Portugais, on continuait à prélever le quint sur le butin en faveur des autorités royales, en prolongement d'un usage déjà séculaire en Péninsule ibérique⁴².

L'importance des prises mentionnées dans les sources portugaises ne doit pas également dissimuler l'existence et l'extension de la pratique de la *razzia* dans la société tribale marocaine. La guerre des Portugais au Maroc, si elle répond à plusieurs critères de définition d'une expansion de type féodal, était aussi, et en raison de ses alliés marocains, une guerre tribale. Le pillage du bétail, acte relevant de l'un et de l'autre type de guerre, dépendait malgré tout de codes socio-culturels différents et de dynamiques économiques distinctes. Dans le cadre des tribus locales, elles-mêmes essentiellement pastorales, le pillage du bétail participe d'un échange de violence caractéristique des sociétés traditionnelles ; la captation du butin est destinée à augmenter le capital animalier ; mais ce capital, reste lui-même fragile et soumis à de nombreux risques : le pillage par un autre groupe et surtout les risques des épizooties qui peuvent l'anéantir.

La situation est différente dans le cadre des Portugais : installés dans un espace urbain, ils n'ont pas vocation à exploiter d'une manière directe le capital animalier pillé. La captation de la richesse engendrée par le butin se fait par la cession directe du bétail (vente) ou sa transformation en ressources monnayable. L'exploitation directe du bétail, comme capital animalier, ne peut être, en raison des limites qu'impose l'exiguïté de l'espace urbain, qu'une solution résiduelle destinée probablement à la consommation alimentaire locale. Dans un document portugais de 1529 concernant Safi, l'existence d'un troupeau de la ville (*gado da cidade*) est bien attestée. Si aucune indication ne précise les conditions de son parage à l'intérieur de la ville, on apprend que les Portugais étaient obligés de l'abreuver en dehors de l'espace fortifié, dans une mare d'eau située du côté du bourg d'al-Khamîs, où justement ils durent essuyer une attaque des troupes sa'adiennes⁴³.

Conclusion

L'effet conjugué de l'activité guerrière et de la récurrence des crises de subsistance qui se sont abattues sur la région, a eu un impact néfaste sur la production pastorale. La diminution notable des prises de bétail lors des *razzias* portugaises témoignerait, comme le suggère A. Bouchareb⁴⁴, du déclin irrésistible d'une activité généralement fragile. Si cette conclusion est tout à fait plausible, il n'en demeure pas moins que l'occupation portugaise dans les plaines atlantiques a eu comme conséquence structurelle, le renforcement des formes de vie nomade et semi-nomade dans la région. Les populations sédentaires se sont avérées les moins préparées à résister à une situation de conflit permanent, et les sites ruraux se sont rapidement vidés de leurs habitants⁴⁵. Seules les tribus nomades ou semi-nomades, adoptant la mobilité comme une forme principale de défense à l'égard des actions militaires portugaises, ont pu se maintenir sur place. Indirectement, l'occupation portugaise par sa violence guerrière et son impact destructeur et déstructurant, a favorisé le développement à long terme de l'économie pastorale au détriment de l'agriculture.

⁴¹ J. F. POWERS, *A society organized for war. The iberian municipal militias in the central middle ages, 1000-1284*, University of California Press, 1988, notamment pp. 162-187.

⁴² Usage inspiré lui-même des règles du partage du butin dans la tradition musulmane, où le *khums* (le quint) revenait de droit à Bayt al-mâl (Trésor public). Cf. à ce propos, J. F. POWERS, *ibidem*, p. 163.

⁴³ *S.I.H.M.*, I, pp. 455-457.

⁴⁴ A. BOUCHAREB, *Dukkâla*, p. 452.

⁴⁵ Voir à ce propos Y. BENHIMA, « Conséquences de l'occupation portugaise sur le peuplement de la région de Safi », in *Du Nord au Sud du Sahara. Cinquante ans d'archéologie française*, éd. par A. Bazzana et H. Bocoum, Paris, 2004, pp. 239-245 et *Safi et son territoire*, ouvrage cité.

OS AÇORIANOS EM MARROCOS NO SÉCULO XVI: O TESTEMUNHO DE GASPAR FRUTUOSO *

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES ** e MARIA DE FÁTIMA GALAMA ***

1. Desde finais do século XV e ao longo de toda a primeira metade da centúria seguinte, com um epílogo no final do reinado de D. Sebastião, que encontramos gentes das ilhas da Madeira e dos Açores participando, de forma activa, nas acções militares de conquista e ocupação e, depois, de defesa dos territórios norte-africanos. A guerra contra o Infel, entendida como “guerra santa”, não era apenas um dever de todo o cristão, mas também um serviço prestado ao rei. Tal como sucedia no reino, quer para a nobreza, quer para os plebeus das novas sociedades insulares que começavam a consolidar-se na viragem do século XV para o XVI, a participação em expedições e a prestação de serviço militar nas praças luso-marroquinas possibilitava a candidatura a uma mercê régia no contexto da “economia da mercê” ou “economia do serviço”.

A este propósito, Fernanda Olival demonstrou já o lugar central ocupado por Marrocos no contexto político e social do império português e, em particular, o impulso dado no reinado de D. Manuel I à actividade bélica através do recurso ao capital material e simbólico que representavam as comendas da Ordem de Cristo, primeiro com a fixação de “um pequeno número de comendas que deviam ser dadas apenas a quem ia combater no espaço norte-africano durante quatro anos” e, em 1514, com a criação das chamadas “comendas novas”¹.

Este é o pano de fundo sobre o qual desenvolveremos a nossa exposição, que se configura como uma primeira divulgação dos dados da investigação desenvolvida no âmbito do projecto *Nobreza insular e dinâmicas imperiais (século XVI) – NIDI*, que tem como núcleo central a crónica de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. Na presente comunicação, pretendemos comentar a crónica frutuosiana e avaliar o seu valor enquanto fonte para o estudo das trajectórias vitais dos actores históricos que nela figuram, apresentando, de forma genérica, aqueles que, oriundos dos Açores, participaram na expansão portuguesa no Norte de África no século XVI. Com maior ou menor protagonismo, ocupando um lugar de relevo ou merecendo apenas uma breve referência nos textos coevos, os ilhéus participaram de forma activa no processo da expansão portuguesa e a identificação dos naturais das ilhas dos Açores que as fontes da época associaram à experiência marroquina contribuirá, por certo, para enriquecer a dimensão sociológica do *corpus* historiográfico disponível.

* Esta comunicação integra-se no âmbito dos Projectos PTDC/HAH/71027/2006, *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII) / Portugal and South Morocco: contacts and clashes (15th-18th centuries)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e M2.1.2/I/010/2006, *Nobreza insular e dinâmicas imperiais (século XVI) – NIDI*, do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, financiado pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia (DRCT).

** CHAM; Universidade dos Açores.

*** Bolseira do Projecto M2.1.2/I/010/2006 – Universidade dos Açores/DRCT.

¹ Cf. Fernanda OLIVAL, “Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795, maxime pp. 772-775.

2. Gaspar Frutuoso nasceu em Ponta Delgada, em 1522, e faleceu na Ribeira Grande, em 1591. Estudou na Universidade de Salamanca entre 1553 e 1558, obtendo o grau de bacharel em Artes e em Teologia neste último ano. Obteve igualmente o grau de doutor, embora se desconheça onde. Vigário na igreja matriz da Ribeira Grande, iniciou a redacção da sua obra magna, *Saudades da Terra*, na década de 1580 e, desde então, quase até à morte, o cronista foi elaborando e actualizando os seis livros que a compõem.

Redigidas no início da União Ibérica, as *Saudades da Terra* pretendiam ser um elogio das ilhas açorianas e das suas gentes, sobretudo as de maior qualidade, servindo como um instrumento para a promoção dos Açores junto da Monarquia Católica. Mobilizando a sua formação intelectual e toda uma vasta rede de contactos, Gaspar Frutuoso produziu uma narrativa no interior da qual as ilhas surgem devidamente integradas no mundo atlântico e insular de Quinhentos. Deste modo, concordamos com a análise de Miguel Tremoço de Carvalho, quando este afirmou que o texto frutuosiano “denota uma visão globalizante do Atlântico, por um lado, e, por outro, o conhecimento da existência de um mundo insular.”²

Constituindo o texto mais antigo no qual se podem recolher informações relativas à origem geográfica e condição social dos povoadores e às redes de relações que entre si teceram, no plano da genealogia e da história social as *Saudades da Terra* representam o pilar primeiro da cultura genealógica local, em particular nas ilhas de Santa Maria e de São Miguel. Gaspar Frutuoso desenvolveu múltiplos esforços para aceder a informação fidedigna para o todo arquipélago e no seu texto cruzam-se fontes orais, memória genealógica, autores coevos, documentação institucional e testemunho presencial. Todavia, a narrativa apresenta níveis distintos de qualidade e de quantidade. É de sublinhar, por um lado, que o autor focou a sua atenção essencialmente no grupo dos “principais” das ilhas, que monopolizavam a posse da terra e o exercício de ofícios públicos, que exigiam e davam honra, excluindo assim a maior parte da população do seu texto; e, por outro, que as ilhas dos actuais grupos central e ocidental dos Açores são aquelas que mais se ressentem de lacunas informativas.

Com efeito, o autor, natural de São Miguel, aí vivendo no final da vida, beneficiou do acesso a mais informação para esta ilha e, conseqüentemente, em contraste com o conhecimento que temos acerca do universo de São Miguel – mas também do da Terceira –, a reconstituição da história de algumas ilhas e das respectivas dinâmicas sociais e políticas nos primeiros dois séculos do povoamento afigura-se como uma tarefa difícil. A título de exemplo, digamos que apenas se regista uma referência à presença de um faialense em Marrocos: ao descrever a vila da Horta, Gaspar Frutuoso apresenta o mosteiro de São Gonçalo, da Regra de Santa Clara, e diz que o seu padroeiro foi “Diogo Roiz, o Cavaleiro, filho de Paulo Roiz Alemão; o qual Diogo Roiz foi fronteiro em Arzila, onde casou e teve dois filhos clérigos, e meteu ali as filhas freiras.”³

A ausência de referências cronológicas precisas, a apresentação de versões diferentes e a confusão entre alguns actores históricos são algumas das dificuldades que coloca a crónica de Gaspar Frutuoso. Estes problemas são agravados pela ausência ou rarefacção de documentos arquivísticos e, concomitantemente, pela névoa que recobre determinados processos ou momentos⁴. No entanto, alguns silêncios são difíceis de compreender, pois envolvem figuras conhecidas e de indiscutível projecção social, para as quais não se colocava sequer o problema de ter acesso a fontes de informação. A este respeito, o exemplo mais flagrante é o de Pêro Anes do Canto, natural de Guimarães, mas residente na ilha Terceira desde inícios do século XVI, que serviu o rei em Arzila e Azamor, sendo recompensado com o ofício de provedor das armadas, criado cerca de 1527⁵. Acerca da experiência militar de Pêro Anes do Canto, base da sua promoção social, Gaspar Frutuoso nada nos diz, embora se refira por diversas vezes ao homem, ao seu património e a alguns descendentes.

² Cf. Miguel Tremoço de CARVALHO, *Gaspar Frutuoso – O Historiador das Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, SRTC, 2001, p. 77.

³ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, p. 265.

⁴ Estas não são as únicas críticas que se podem fazer à crónica frutuosiana. A propósito da história da ilha do Faial, ver José Damião RODRIGUES, “Gaspar Frutuoso e as dinâmicas sociais e políticas no século XVI”, in *História da Ilha do Faial (das origens à época de elevação da Horta a cidade)*, coordenação científica de Mário Viana, vol. 1: *Património histórico e literário*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2008, pp. 296-303.

⁵ Sobre Pêro Anes do Canto, ver Jorge Pamplona FORJAZ, *O Solar de Nossa Senhora dos Remédios (Canto e Castro)*, 2.ª ed., revista e aumentada, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1996, pp. 136-143, e sobretudo Rute Dias GREGÓRIO, *Pêro Anes do Canto: Um homem e um património (1473-1556)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.

De qualquer modo, apesar dos limites expostos, é inegável que a crónica frutuosiana se apresenta como um importante repositório de elementos genealógicos e sociais, o que permite, por exemplo, a identificação de redes relacionais de parentesco, de amizade ou de clientela, complementando assim dados que recolhemos em fontes anteriores ou coevas. Os dados que agora iremos apresentar e comentar relativos aos açorianos identificados que prestaram serviço militar em Marrocos no século XVI representam já uma primeira etapa de crítica interna e de cruzamento de informação, visando ultrapassar algumas das limitações apontadas à fonte que serve de base ao projecto.

3. Ao escrever a história da ilha de São Miguel, e para o arco cronológico que vai de meados do século XV até ao final de Quinhentos, Gaspar Frutuoso apresenta-nos noventa e três naturais da ilha que estiveram no Norte de África, muitos tendo prestado serviço militar em mais de uma praça (Quadro 1). A primeira observação que se impõe respeita ao número de indivíduos – trinta e sete – que estiveram em “África”, ou seja, no Norte de África em período e em local desconhecidos. Com efeito, trata-se de um conjunto de actores históricos que viveram entre Quatrocentos e Quinhentos, a maior parte dos quais já havia falecido quando o autor das *Saudades da Terra* iniciou a recolha de elementos para a composição da obra, pelo que a informação avançada se resume, de forma lacónica, a uma breve alusão à sua experiência norte-africana – “que foi a África”, “foi servir a el-rei a África”. No estágio actual do projecto, e face à inexistência de documentação local coeva, a ausência de referências cronológicas impede-nos, por agora, de situar a actividade destes homens no tempo e no espaço. Merecem igualmente referência, em nosso entender, o número de combatentes em Tânger durante o reinado manuelino, muitos dos quais, como veremos, integrados na companhia do quinto capitão de São Miguel, Rui Gonçalves da Câmara, e a ausência de referências a Azamor.

Quadro 1

MICAELENSES EM MARROCOS SEGUNDO GASPAR FRUTUOSO (SÉCULOS XV-XVI)⁶

	Século XV	Manuel I	João III	Sebastião	Filipe II	?
“África”	—	4	—	—	—	37
Ceuta	1	—	—	—	1	1
Tânger	—	32	—	—	—	—
Alcácer Ceguer	—	—	—	—	—	1
Arzila	1	1	—	—	—	3
Azamor	—	—	—	—	—	—
Mazagão	—	—	—	1	—	—
Safim	—	1	—	—	—	—
Cabo de Gué	—	—	3	—	—	—
Alcácer Quibir	—	—	—	6	—	—

⁶ Fontes do Quadro I: Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1985, 3 vols.; Rodrigo RODRIGUES, *Genealogias de São Miguel e Santa Maria*, Lisboa, DisLivro Histórica, s. d. [2008], 6 vols.; Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Livraria Ernesto do Canto (LEC), Manuscritos, Livro 133-A.

A acção de diversos actores referidos por Gaspar Frutuoso pode situar-se em conjunturas precisas. Assim acontece com vinte e sete dos trinta e dois açorianos que serviram em Marrocos no reinado de D. Manuel I, que, tendo voluntariamente acompanhado Rui Gonçalves da Câmara na sua ida à corte, seguiram depois com o capitão para Tânger e, daí, para Arzila, defendendo esta cidade e participando em entradas; com os três associados a Santa Cruz do Cabo de Gué no reinado de D. João III, todos presentes no cerco de 1540-1541, ao qual se seguiu a perda da praça; e com os seis falecidos em Alcácer Quibir, combatendo nas hostes de D. Sebastião. Alguns dos protagonistas de episódios incluídos na narrativa frutuosiana figuram inclusive em obras editadas no século XVI, como a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis⁷. Porém, de um modo geral, os actores que encontramos nas *Saudades da Terra*, apesar da nobreza de vários e da projecção que uns quantos conseguiram, foram desconhecidos da maior parte dos autores quinhentistas.

Importa ainda acrescentar que, quando Gaspar Frutuoso pôde ter acesso a fontes de informação mais ricas, a sua crónica elucida-nos acerca das trajetórias dos actores, em particular os naturais de São Miguel. Ficamos assim a saber que vários foram aqueles que serviram como *fronteiros*, sobretudo durante o reinado do *Venturoso*, assim engrossando o número das guarnições militares⁸; que dois ou três irmãos podiam encontrar-se ao serviço na mesma praça, à sua custa ou a expensas da fazenda paterna⁹; e que o desempenho de alguns lhes valeu o serem armados cavaleiros.

Ora, paradoxalmente, face ao que, na primeira metade da centúria de Quinhentos, representava ser-se armado cavaleiro por feitos de armas em Marrocos, no seguimento de uma ideologia com raízes no século anterior – e apesar de “alguns sinais de decadência” assinalados por Fernanda Olival¹⁰ –, a crónica frutuosiana não é muito rica em relação a este aspecto, sendo até mesmo lacunar. De facto, a consulta de outras fontes permite-nos alargar o elenco dos açorianos que serviram em Marrocos com os nomes dos que foram armados cavaleiros ou que receberam brasão de armas ou comendas nos anos compreendidos entre 1514 e 1551 (Quadro 2). Entre aqueles que foram armados cavaleiros, os quatro que receberam carta de confirmação em 1514 – um terceirense e três micalenses – participaram na conquista de Azamor, em 1513¹¹. Todos os demais que receberam cartas de confirmação prestaram serviço militar em diversas praças, mas já em período posterior ao fim das conquistas manuelinas, nomeadamente por ocasião de entradas em território mouro ou de cercos inimigos.

O conjunto de documentos que permitiu a elaboração do Quadro 2 inclui ainda uma carta de privilégios e outra de brasão de armas ao já citado Pêro Anes do Canto¹² e duas cartas de mercê de comenda, ambas a filhos do provedor das armadas: a primeira a João da Silva do Canto, que servira dois anos em Ceuta à sua custa, e a segunda a António Pires do Canto, que renunciou a uma comenda em que estava provido para poder receber a nova mercê¹³. Se exceptuarmos Pêro Anes do Canto e os seus dois filhos, dos restantes nomes que a fonte apresenta somente um pertencia à nobreza, ainda que ao seu escalão inferior, pois é dado como sendo escudeiro. Confirmamos assim o que escreveu João Cordeiro Pereira: estamos perante elementos do terceiro estado a quem o “estágio marroquino”, por via do serviço da monarquia, permitiu aceder ao estatuto de cavaleiros¹⁴.

⁷ Assim acontece, por exemplo, com elementos da família Câmara, capitães de São Miguel, ou com o menos conhecido Pedro da Costa, filho de João Gonçalves, que serviu em Arzila. Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel composta por Damião de Góis*, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, Parte II, 1953, pp. 61 – erradamente, Damião de Góis designa Diogo Nunes [da Câmara] como Diogo Mendes, embora refira expressamente que era “irmão do capitão da ilha de sam Miguel” – e 97, e Parte III, 1954, p. 35.

⁸ Sobre esta questão, ver, entre outros, Maria Augusta Lima Cruz FAGUNDES, “Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II (1970), pp. 104-179, *maxime* pp. 111 e 113-114.

⁹ Estão nesta situação, entre outros exemplos, os irmãos João Jorge e Pedro Jorge, filhos de Jorge Velho e de África Anes; Rui Tavares, Henrique Tavares e Gonçalo Tavares, filhos de Fernão de Anes Tavares e de Isabel Gonçalves de Moraes, que serviram em Arzila; e João de Sousa e Gaspar Vaz de Sousa, filhos de Iresa de Sousa. Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. I, 1977, pp. 101, 167, 173 e 271.

¹⁰ Cf. Fernanda OLIVAL, “Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)”, loc. cit., pp. 769-795, *maxime* pp. 792-793.

¹¹ Idem, pp. 124-126.

¹² Cf. *Arquivo dos Açores (A.A.)*, edição fac-similada da edição original, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. IV, 1981, pp. 131-133.

¹³ Idem, pp. 141-142. Sobre João da Silva do Canto e António Pires do Canto, para além da referência anterior, ver Jorge Pamplona FORJAZ, *O Solar...* cit., pp. 143-145 e 147-150.

¹⁴ Cf. João Cordeiro PEREIRA, “A Estrutura Social e o seu Devir”, in João José Alves DIAS (coord.), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. V da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-336, *maxime* pp. 299-300.

Quadro 2
AÇORIANOS ARMADOS CAVALEIROS E QUE RECEBERAM COMENDAS¹⁵

	São Miguel	Terceira	Graciosa
Ceuta	—	1	—
Tânger	3	—	—
Arzila	1	1	—
Azamor	3	2	—
Mazagão	1	—	—
Safim	2	—	1
S. C. Cabo de Gué	1	1	—
?	—	1	—

Ainda a propósito dos dados apresentados no Quadro 2, convirá acrescentar que Gaspar Frutuoso também apresentou exemplos, embora escassos, de açorianos que serviram em Marrocos buscando alcançar uma comenda ou que receberam mesmo a mercê de uma, caso de João Rodrigues da Câmara, filho de Pedro Rodrigues da Câmara e de D. Margarida de Bettencourt, que serviu em África com o irmão, Manuel da Câmara, recebendo pelos seus serviços uma comenda na Beira, perto da Serra da Estrela, de valor superior a cem mil réis¹⁶. No entanto, dada a escassez de dados relativos aos açorianos que foram cavaleiros das Ordens Militares e que receberam comendas, esta é mais uma vertente a explorar pela historiografia, nomeadamente por via da pesquisa em fundos relacionados com a Ordem de Cristo.

Por fim, registemos que em rol dos fronteiros de Safim e seus acompanhantes, relativo aos pagamentos devidos pelo serviço prestado nos últimos três meses de 1511, encontramos outros naturais dos Açores: Pêro Jorge, de Santa Maria, homem da ordenança, e João Pires, de São Jorge, homem de pé¹⁷. Plebeus, a sua presença está assinalada em documento administrativo, mas dificilmente mereceriam que o seu nome fosse incluído em crónica, a não ser que se tivessem destacado por um feito heróico. A inclusão e a exclusão de nomes em fontes de Quinhentos ou de períodos posteriores não dependia apenas da espessura documental dos actores, mas também dos valores sociais e da exclusão do poder, da honra e da arena discursiva dos indivíduos humildes, sem “qualidade” de nascimento.

¹⁵ A.A., vol. IV, 1981, pp. 124-142. A única referência a Ceuta respeita a João da Silva do Canto, filho do segundo casamento de Pêro Anes do Canto. João da Silva do Canto nasceu no termo de Lisboa, a 10 de Março de 1518, mas terá ido muito novo para a Terceira. Cf. Rute Dias GREGÓRIO, “Canto, João da Silva do”, in *Enciclopédia Açoriana*, Centro de Conhecimento dos Açores [URL: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx>]. A fonte consultada indica que é natural de São Miguel, mas, considerando, a sua ascendência e a ligação à ilha Terceira, registamo-lo como terceirense.

¹⁶ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. I, 1977, p. 265.

¹⁷ Cf. João COSME, *A guarnição de Safim em 1511*, “Estudos de História”, Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de História, 2004, pp. 66, 110, 148 e 153.

4. Não obstante os condicionalismos apontados, as *Saudades da Terra* constituem uma fonte de primordial importância para a história dos Açores nos séculos XV e XVI e a riqueza da crónica de Gaspar Frutuoso revela-se sobretudo quando o autor narra a vida dos capitães das ilhas ou de personagens seus contemporâneos, casos em que dispõe de mais e melhor informação. O conhecimento que o sacerdote micalense revela possuir acerca dos protagonistas da acção histórica plasma-se então numa narrativa onde as biografias dos actores e os respectivos contextos se entrecruzam com a história política, económica e social das ilhas, permitindo-nos observar de perto a dinâmica das redes interpessoais, as clivagens entre grupos ou bandos e a mobilização por parte dos actores quer dos recursos disponíveis, quer dos valores sociais vigentes. Apresentamos, em seguida, alguns breves exemplos.

O primeiro é-nos dado pela exposição da vida e feitos do quinto capitão da ilha de São Miguel, Rui Gonçalves da Câmara¹⁸. Filho de João Rodrigues da Câmara e de D. Inês da Silveira, Rui Gonçalves da Câmara estava na corte manuelina quando ocorreu a morte do pai. Por ser menor de idade, seu tio, Pedro Rodrigues da Câmara, ficou à frente da capitania de São Miguel até 1504. Rui Gonçalves da Câmara casara ainda em vida de seu pai com D. Filipa Coutinho, filha de Lopo Afonso Coutinho (ou Rui Lopes Coutinho, segundo D. António Caetano de Sousa), irmão do conde de Marialva. Em 1504, ambos se instalaram em São Miguel, assumindo Rui Gonçalves da Câmara o governo da capitania.

Cerca de 1510, ocorreram graves conflitos entre o ouvidor eclesiástico da ilha e o corregedor, que se arrastaram por alguns anos¹⁹. Neste contexto, o próprio capitão foi acusado por particulares que com ele traziam uma demanda, pelo que foi chamado à corte em 1510. Rui Gonçalves da Câmara viajou acompanhado por “muitos homens, fidalgos, nobres e honrados, dos principais da terra, seus amigos que, às suas próprias custas de cada um, o quiseram acompanhar naquela trabalhosa jornada”²⁰. Gaspar Frutuoso apresenta de seguida vinte e sete nomes, afirmando ainda que houve “outros a que não soube os nomes”²¹. Oriundos de diferentes espaços de São Miguel – Ponta Delgada, Rosto do Cão, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo –, estes notáveis concentravam em si a *qualitas* que os diferenciava do resto da população e eram, por isso, “dos principais da terra”, representando algumas das principais linhagens da nobreza local e orbitando em torno da casa dos Câmara, os capitães da ilha. Uma vez chegado à corte, Rui Gonçalves da Câmara foi quase de imediato enviado para Tânger com os seus acompanhantes e, depois, para Arzila, por esse tempo com muitos fronteiros e que então estava cercada²², “levando consigo quarenta de cavalo, desta gente nobre que tenho dito, e cinquenta bésteiros e outros homens de pé, onde esteve alguns meses até se alevantar o cerco”²³. No total, esta hoste serviu o rei em Marrocos durante um ano e “todos foram armados cavaleiros”²⁴.

O relato destes acontecimentos é importante por duas razões: em primeiro lugar, confirma a importância das hostes senhoriais como força militar complementar das empresas dirigidas pelo rei; e, em segundo, desvenda-nos parcialmente o universo das redes interpessoais e permite-nos tomar contacto com uma das dimensões mais importantes da crónica de Gaspar Frutuoso, a revelação dos laços que uniam os membros das elites locais e que vertebravam os grupos do poder.

O segundo exemplo diz respeito ao filho de Rui Gonçalves da Câmara, Manuel da Câmara (1504-1578), que sucedeu ao pai à frente da capitania de São Miguel²⁵. Tendo estado uma primeira vez em Marrocos acompanhado por nove elementos das nobrezas da ilha, quatro dos quais “ainda moços”, e cerca de uma dezena de escravos, veio a distinguir-se mais tarde, quando exercia já a jurisdição senhorial na ilha de São Miguel, na defesa de Santa Cruz do Cabo de Gué, praça para onde foi enviado por ordem de D. João III²⁶. Manuel da Câmara socorreu a

¹⁸ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. II, 1981, pp. 277-283.

¹⁹ A.A., vol. I, 1980, pp. 107-109 e 110-115; A.A., vol. III, 1981, pp. 20-22; Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. II, 1981, p. 278.

²⁰ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. II, 1981, p. 278.

²¹ *Ibidem*.

²² Cf. Damião de GÓIS, *Livro Quarto...* cit., Parte III, 1954, p. 35.

²³ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. II, 1981, pp. 278-279.

²⁴ *Idem*, p. 279.

²⁵ *Idem*, pp. 351-364.

²⁶ Sobre o cerco, ver Otilia Rodrigues FONTOURA (O.S.C.), *Portugal em Marrocos na Época de D. João III. Abandono ou Permanência?*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, pp. 152-158. A acção de Manuel da Câmara

praça à sua custa, levando consigo “muitos criados seus e de seu pai e de parentes, e se meteu na vila e a defendeu valorosamente quatro meses, com que lhe matarem [*sic*] muita gente e tantos dos seus que de quantos levou consigo não escaparam mais de três criados.”²⁷

Tendo sido feito cativo, estado em que se manteve durante ano e meio, foi resgatado à sua custa por 20.000 cruzados. Pelo seu desempenho em Santa Cruz do Cabo de Gué, D. João III pretendeu fazer-lhe a mercê de 6.000 cruzados e do título de conde da Lagoa, o que foi recusado pelo capitão, que acabou, no entanto, por ver a sua jurisdição ampliada, recebendo, entre outros privilégios, por alvará de 18 de Dezembro de 1547, o dízimo do pescado da ilha de São Miguel; sessenta moios de renda, das terras dos próprios do rei; e a dada dos ofícios de tabeliães do público e judicial, escrivães dos órfãos, da câmara e da almotaçaria e contadores, inquiridores e distribuidores da cidade de Ponta Delgada e seu termo. Alguns anos mais tarde, por alvará de 15 de Outubro de 1552, recebeu também a alcaidaria-mor do castelo de São Brás, com um soldo de 50.000 réis, o que significava, em termos jurisdicionais, que a nomeação dos alcaides pequenos e dos carcereiros da cadeia da cidade passava agora a ser da responsabilidade dos capitães da ilha²⁸.

Neste caso, relevamos uma situação pouco comum. Em vez de uma comenda, D. João III optou por premiar o esforço de Manuel da Câmara com um título, o de conde da Lagoa, vila em São Miguel. Senhor de uma grande casa, célebre pela sua liberalidade, o gesto de desprendimento do capitão, ao recusar a mercê do rei, poderá traduzir quer a importância que o próprio Manuel da Câmara atribuía ao serviço régio, quer o seu quadro de valores, já que, segundo Gaspar Frutuoso, “foi muito liberal e amigo de seus criados, principalmente daqueles que eram homens honrados e que faziam pelo ser”, sendo um grande devoto de São Francisco e “muito humilde”²⁹. Era, afinal, a corporização do “fidalgo perfeito”³⁰.

O último dos exemplos que apresentamos concerne um contemporâneo de Gaspar Frutuoso e permite-nos contemplar um horizonte de acção mais vasto. Com efeito, Jordão Jácome Correia (1542-1619) foi, desde cedo, “inclinado à arte militar”, motivo pelo qual, informa o cronista, com dezassete anos, saiu de São Miguel e iniciou uma carreira militar na “fronteira de Mazagão.”³¹ Relevamos aqui a importância da experiência magrebina como “escola” da arte da guerra, pois foi a partir do seu “estágio marroquino” que este actor histórico deu início a um brilhante percurso militar. Com efeito, Jordão Jácome Correia encarna, de certa forma, o ideal da nobreza cristã. Combateu contra os Mouros em Mazagão entre 1559 ou 1560 e 1563 e viajou depois para Itália, entrando ao serviço de Filipe II. Serviu no Mediterrâneo sob as ordens de D. Juan de Áustria e esteve envolvido em inúmeras empresas contra os Turcos, nomeadamente os socorros a Malta, em 1565, e a Chipre, em 1570, e a batalha de Lepanto, em 1571. Foi, aliás, D. Juan de Áustria quem baptizou Jordão Jácome Correia com a designação de “capitão Alexandre”, “pelas cousas grandes e memoráveis que fez em diversas batalhas”³². A conclusão é simples: “Honra obtida por feitos militares.”³³ Honra que, no caso do “capitão Alexandre”, seria ainda cumulada com um hábito da Ordem de Santiago.

5. Apesar do crescimento da corte e da emergência dos letrados, que irá estar na génese da polémica que irá opor “nobreza de sangue” e “nobreza civil”, no século XVI, no contexto de uma sociedade com elevados índices de violência, um ideal de nobreza associado à actividade bélica ainda detinha muito peso. Assim se explica

durante o cerco de Santa Cruz do Cabo de Gué mereceu ser incluída em outros textos coevos. Cf. João Marinho dos SANTOS, José Manuel Azevedo e SILVA e Mohammed NADIR, *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba. Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage-Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, pp. 270-306.

²⁷ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit. vol. II, 1981, pp. 355-356.

²⁸ Idem, pp. 356-357; José Damião RODRIGUES, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 280-281.

²⁹ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. II, 1981, pp. 357-358 e 364.

³⁰ Cf. Joaquim Romero MAGALHÃES, “A sociedade”, in Joaquim Romero MAGALHÃES (coord.), *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Terceiro Volume da *História de Portugal*, direcção de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores-Editorial Estampa, 1993, pp. 469-509, *maxime* p. 489.

³¹ Cf. Gaspar FRUTUOSO, *Livro Quarto...* cit., vol. III, 1985, pp. 135-141, *maxime* p. 135.

³² Idem, p. 141.

³³ Cf. Joaquim Romero MAGALHÃES, “A sociedade”, in Joaquim Romero MAGALHÃES (coord.), *No Alvorecer...* cit., pp. 469-509, *maxime* p. 489.

a importância que Marrocos ocupava no contexto imperial português de Quinhentos e a procura do serviço militar nas praças marroquinas por parte de nobres e plebeus, que buscavam na actividade bélica um meio de acrescentamento da honra e do património ou de promoção social³⁴. A consulta da obra de Gaspar Frutuoso revela que também os naturais dos Açores seguiram esta via e muitos foram os que conseguiram obter o que procuravam. Alguns, porém, tudo perderam, como os que tombaram ao lado de D. Sebastião, na “última cruzada da Cristandade mediterrânica”³⁵.

³⁴ Cf. Charles Ralph BOXER, “Faith and Empire: the Cross and the Crown in Portuguese Expansion, 15th-18th Centuries”, in *Opera Minora*, III: *Historiografia / Historiography*, Diogo Ramada CURTO (ed.), Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. 417-436, *maxime* pp. 420-423.

³⁵ Cf. Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, vol. II, [edição original: 1966; 4.^a ed., revista e corrigida: 1979], p. 558.

FORTUNAS JUDAICAS DE SALÉ. CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS NEGÓCIOS DA “NAÇÃO PORTUGUESA” (SÉCULO XVII)

JOSÉ ALBERTO RODRIGUES DA SILVA TAVIM*

Entre 1609 e 1614 cerca de 300.000 mouriscos foram expulsos de Espanha, fixando-se sobretudo nos países islâmicos do Sul do Mediterrâneo¹.

É nesse período que um importante grupo de mouriscos, expulsos de Hornachos, aldeia da Extremadura, se vem instalar em Salé. Os “Hornacheros” viviam em ambiente isolado em Espanha, dedicando-se alguns deles ao assalto dos viajantes². A política de expulsão apenas acirrou mais o seu carácter hostil, visto que houve ordem para lhes serem retirados os filhos menores de sete anos³. No Diário Tangerino de Afonso Fernandes, recentemente publicado pelo professor Benjamin Teensma, aquele autor refere que entre 21 e 26 de Fevereiro de 1610 desembarcaram na baía de Tânger 1.430 “Granadinos” de Hornachos, dos quais, entre homens e mulheres, só ficaram 13 naquela urbe, por desejarem manter-se cristãos. Como Afonso Fernandes informa que os “Hornacheros” eram aguardados por mouros, que os levaram para o interior⁴, presume-se que muitos deles se teriam agrupado em Salé.

O grupo de Hornachos que viajou para Salé, mas também outros mouriscos de San Lucar, Cádiz e Llerena, ocuparam a *kasbah* em ruínas de Oudaia, na actual Rabat (então Salé Novo), que reconstruíram e fortificaram. A estes juntaram-se outros mouriscos da Extremadura e da Andaluzia, estabelecendo-se também em Salé, a norte. Única grande cidade costeira da região, Salé transformou-se assim num porto de apoio a todos os desavindos com os espanhóis, e um lugar de refúgio de piratas ingleses e holandeses, que ombreavam com os mouriscos no curso sobre aqueles. A partir de 1620 Salé passou a ser governada por 12 membros, funcionando como um conselho municipal, cujo presidente recebia o título de Grande Almirante. E em 1627, os mouriscos revoltaram-se contra a tutela do xarife de Marrocos, Mawlay Zidân, que exigia ademais uma taxa de 10% sobre os produtos do curso e sobre os cativos, expulsando o seu representante. Mas a partir de 1630, devido aos cercos do seu exército e aos ataques de outras constituições internas a Norte, passaram a reconhecer de novo, teoricamente, a sua soberania. Foi também uma consequência da guerra civil verificada no mesmo ano entre os “Hornacheros” da *kasbah*, que detinham todos os cargos governativos, e os Andaluzeiros que reivindicavam a participação no poder e a atribuição

* Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Dados avançados por Antonio Domínguez ORTIZ e Bernard VICENT, in *Historia de los moriscos. Vida y tragedia de una minoría*, Madrid, Alianza Editorial, 2003, p. 200.

² Vide Julio Fernández NIEVA, “El enfrentamiento entre Moriscos y Cristianos viejos. El caso de Hornachos en Extremadura. Nuevos datos”, in *Les Morisques et leur temps*, Paris, Éditions du Centre National de Recherche Scientifique, 1983, pp. 269-295.

³ Vide *O Diário Tangerino de Afonso Fernandes*, Benjamin Teensma (ed.), Lagos, Câmara Municipal de Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 2008, p. 124.

Agradeço ao amigo professor Teensma a cedência de um exemplar desta obra na sua residência de Leiden.

Vide ainda Henri LAPEYRE, *Géographie de l’Espagne morisque*, Paris, SEVPEN, 1959, p. 152.

⁴ Vide *O Diário Tangerino...* cit., pp. 124-125.

de parte das rendas da alfândega. Mas não obstante um acordo efectuado nesse ano, as guerras entre os dois grupos foram constantes, de tal forma que se pode falar verdadeiramente de paz só entre 1632 e 1636, ano a partir do qual retomaram as quezílias, levando à imiscuição de autoridades locais, do xarife e até da Espanha e da Holanda, mas sobretudo da Inglaterra. Acabaram por ficar sob a suserania da *zaouia* de Dila, que se aproveitou das quezílias internas, e a partir de 1668 obedeceram definitivamente aos senhores supremos de Marrocos⁵.

Contudo, mesmo durante os tempos mais conturbados, e também sob a tutela de Dila, o corso, sua principal fonte de divisas, nunca foi abandonado. E as próprias querelas internas ainda incentivavam mais a procura de armas. Henry de Castries informa que foi com o ouro transportado de Espanha que os mouriscos conseguiram armar os seus navios, transportando para o mar o seu estilo de vida belicoso. Já em 1610 o rei Henrique IV de França seria informado dos seus actos de pirataria, e em 1613 o capitão inglês Mainwaring negociava com eles o resgate de todos os escravos cristãos⁶. Mas aos Hornacheros, transformados em armadores, e que eram senhores da entrada e da saída do porto de Salé, vieram também juntar-se os piratas de Larache, que fugiram para a Mamora em 1610, aquando da entrega daquela cidade aos espanhóis. Conquistada também a Mamora por estes em 1614, fizeram da próxima Salé a grande “república” dos corsários: de 1618 a 1626 foram capturados 6.000 cativos, e as mercadorias apresadas renderam 15 milhões de libras. As principais vítimas do corso foram os espanhóis, seguindo-se os franceses. Sabemos que as embarcações eram construídas no próprio rio Bou Regrag, com materiais e calafates vindos da Europa, sobretudo da Holanda. Os holandeses, frequentemente transformados em renegados, passaram a ser os grandes aliados dos corsários de Salé, visto que possuíam um inimigo comum: os espanhóis⁷. Aliás, os Estados Gerais eram os grandes fornecedores de armamento e de embarcações para Marrocos, como se verificou após ter sido assinado o tratado entre aqueles e o xarife Mawlay Zidân, em 24 de Dezembro de 1610. Se no caso de Salé foram raros os casos da cedência de barco equipado, pelo contrário, o fornecimento de armas, munições e material naval, por privados vivendo na Holanda, foi uma constante⁸.

Este exponencial do comércio holandês do armamento insere-se no contexto geral da expansão da economia interna na década de vinte. De facto, foi cerca de 1620 que Louis de Geer, cunhado do avultado comerciante de armamento e outros bens Elias Trip, obteve a monopólio da produção e exportação do cobre sueco, em troca da participação de ambos nos empréstimos dos Estados Gerais ao rei Gustavus Adolphus, formando mais tarde uma companhia com o primo de Elias, Pieter Trip, para a mineração daquele metal e a venda de armas. E os lucros foram tais que os Trip passaram mesmo a entregar, sob pedido, uma pequena esquadra. Finda esta companhia em 1631, outra foi formada em 1646, por Hendrick, um sobrinho de Elias, para comerciar sobretudo em ferro, e de novo, no lucrativo armamento⁹.

Entre estes privados do lucrativo comércio do armamento encontravam-se também os conversos passados a Amesterdão, ou seja, assumidamente judeus. É assim que em 22 de Outubro de 1624, correspondendo a um apelo dos “mercadores portugueses” estabelecidos naquela cidade, os Estados Gerais elucidariam o xarife Mawlay Zidân sobre aqueles que, “se tendo retirado da tirania do rei de Espanha”, deviam ter os mesmos direitos dos Holandeses, ou seja, liberdade de comércio em Marrocos. Entre estes encontravam-se grandes homens de negócios como

⁵ Vide as sínteses de Roger COINDREAU, *Les Corsaires de Salé*, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Rabat, 2006, pp. 42-53; e Mercedes GARCÍA-ARENAL, *La Diaspora des Andalouisiens*, Aix-en Provence, Édisud, 2003, pp. 119-125. Ao nível das peripécias internas consulte-se ainda Henry de CASTRIES, “Les Moriscos a Salé et Sidi El-Ayachi. Introduction Critique”, in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Première Série – Dynastie Saadienne. Archives et Bibliothèques de France (SIHMF1), Paris, Éditions Ernest Leroux, 1911, vol. 3, pp. 187-192; idem, “Introduction. Les trois Républiques du Bou Regrag: Salé, La Kasbah, Rbat”, in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Première Série – Dynastie Saadienne. Archives et Bibliothèques des Pays-Bas (SIHMPB1), Paris, 1920, vol. 5, pp. I-XVIII.

⁶ Henry de CASTRIES, “Les Moriscos a Salé et Sidi El-Ayachi. Introduction Critique”, in *SIHMF1*, vol. 3, p. 190.

⁷ Henry de CASTRIES, “Introduction. Les trois Républiques du Bou Regrag: Salé, La Kasba, Rbat”, in *SIHMPB1*, vol. 5, 1920, pp. X-XV.

⁸ Vide a síntese de Roger COINDREAU, *Les Corsaires...* cit., pp. 115-117.

⁹ Vide Maarten PRAK, *The Dutch Republic in the Seventeenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 122-126.

¹⁰ Sobre Duarte Nunes da Costa vide Jonathan ISRAEL, “Duarte Nunes da Costa (Jacob Curiel), of Hamburg, Sephardi Nobleman and Communal Leader (1585-1644)”, in *Studia Rosenthaliana (SR)*, vol. 21, n.º 1, (1987), pp. 14-34.

¹¹ Sobre os Belmonte vide Richard J. H. GOTTHEIL, *The Belmonte-Belmonte Family. A Record of four hundred years put together from the Original Documents in the Archives and Libraries of Spain, Portugal, Holland, England and Germany as well as from private sources*, Nova Iorque, Privately Printed, 1917.

Duarte Nunes da Costa ou Jacob Curiel¹⁰, Francisco Vaz de Leon ou Mosseh Cohen Henriques e Diogo Nunes Belmonte ou Jacob Israel Belmonte¹¹ – todos com evidentes interesses no comércio com Salé¹².

Em 1624 o judeu português Aharon Querido estava em Salé, comissariado por Diogo Nunes Belmonte e Francisco Vaz de Leon, a quem escreve uma carta, em português. Nesta, datada de 30 de Maio, pede àqueles o envio rápido de armas e munições requeridas pelas gentes da *kasbah*, mais precisamente pelo *caid* e pelo *rais* Murâd, que em troca lhe prometeram um bom benefício. Os bens de guerra pretendidos eram 120 mosquetes, 2.000 libras de pólvora para canhão, 200 remos, 200 lanças, 10 quintais de balas de canhão de 3 libras, igual quantidade mas de 4 libras, igual quantidade mas de 5 libras, 20 quintais de 6 libras, 30 quintais de 8 libras, 10 quintais de 9 libras, e ainda 10 quintais de enxofre. Além destes bens de guerra, pediam-se outros para o mercado local: o cravo-da-Índia, a goma-laca, artigos da Polónia (não especificados) e cremonas (violinos de Cremona). Querido sabia que a importação destes bens “admitidos e autorizados” devia ter a anuência dos Estados Gerais ou do Colégio do Almirantado de Amesterdão. Mas como em 1610 os Estados Gerais haviam assinado um acordo com o xarife de Marrocos, aqueles facilmente permitiriam a sua exportação. Aharon Querido requeria ainda certa urgência no negócio¹³. O facto é que Mawlay Zidân enviou como embaixador a Haia o mourisco Youssef Biscaino, para que os Estados Gerais mandassem vir à sua presença Diogo Nunes Belmonte, pois este havia-lhe pedido licença para o transporte de munições para o Norte de África, o que o embaixador recusara, seguindo a vontade do seu soberano, que não desejava o armamento dos instáveis mouriscos de Salé. Mas não obstante isso, Belmonte tinha enviado munições e escopetas. O facto era tanto mais urgente quando no Texel havia navios de “portugueses” prontos a partir para a “Berbéria”, também certamente com escopetas e munições¹⁴. Na mesma data os Estados Gerais requereram ao Almirantado Holandês o envio de Diogo Nunes Belmonte a Haia para ser interrogado sobre o assunto. O Almirantado fez os Estados Gerais conhecerem todos os agentes envolvidos, inclusivamente Dierck Pieterse, o capitão que no navio “Witte Leeu” transportou material de guerra no valor de 70 a 80 florins. O Almirantado havia dado autorização à transacção sob promessa de prova que estes bens desembarcados em Salé seriam entregues para serviço do xarife. Diogo Nunes Belmonte e o seu sócio disseram que esperavam o regresso do barco para atestarem o seu bom procedimento. Mas Biscaino exigiu que a importação de armas para Marrocos devia ser feita apenas por requisição directa do xarife. E os Estados Gerais exigiram ao Almirantado Holandês que não permitisse a exportação de munições para Marrocos sem a sua autorização e a requisição do xarife¹⁵.

Sabemos contudo que Belmonte e Leon continuaram a manter relações privilegiadas com Salé: por exemplo, em 1626 os mercadores holandeses Guillaume van Steenwinkel e Albert Schuijt enviavam daquela cidade mercadorias de ambos os judeus, mas o navio De Blauwe Duijff, de Roterdão, foi sequestrado pelos ingleses¹⁶, e no ano seguinte Belmonte e Leon comissionaram o mercador londrino Willem Tristan para as reclamar, se possível legalmente¹⁷.

A desenvoltura do curso inglês sobre as embarcações holandesas oriundas de Salé parece ser uma repercussão do forte investimento dos particulares holandeses no lucrativo trato com a República, sobretudo dos judeus de Amesterdão. É assim que também em 9 de Novembro 1626, David Curiel¹⁸, em seu nome e em nome do irmão Jacob Curiel¹⁹, Miguel de Paz²⁰, Francisco Coutinho, Francisco Mendes de Porto, Isaac Mesurado, Abraham e

¹² “Carta dos Estados Gerais a Mawlay Zidan”, Haia, 22.10.1624, in *SIHMPBI*, 1913, vol. 4, pp. 29-30. Vide os *alias* dos seus nomes in Jonathan ISRAEL, *Diasporas within a diaspora. Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 292-293.

¹³ “Carta de Aharon Querido para Diego Nunez Belmonte e Francisco Vaz de Leon”, Salé, 30.5. 1624, in *SIHMPBI*, vol. 3, 1912, pp. 503-504.

¹⁴ “Requerimento de Youssef Biscaino aos Estados Gerais”, Haia, 13.11.1624, in *SIHMPBI*, vol. 4, 1913, pp. 41-43.

¹⁵ Vide *SIHMPBI*, vol. 4, 1913, pp. 41-42, nota 3.

¹⁶ “Notarial Records Relating to the Amsterdam Portuguese Jews before 1639” (“NRRAPJ”), n.º 3473, Amesterdão, 2.10.1626, in *SR*, 33-1, 1999, pp. 86-87

¹⁷ “NRRAPJ”, n.º 3554, Amesterdão, 24.7.1627, in *SR*, 35-1, 2001, p. 69.

¹⁸ Sobre o enérgico homem de negócios David Curiel, aliás, Lopo Ramirez, vide Jonathan ISRAEL, “Lopo Ramirez (David Curiel) and the Attempt to Establish a Sephardi Community in Antwerp in 1653-1654”, in *SR*, vol. 28, n.º 1, 1994, pp. 99-119.

¹⁹ Sobre Jacob Curiel vide supra, nota 10.

²⁰ Sobre Miguel de Paz vide Daniel M. SWETSCHINSKI, *Reluctant cosmopolitans: the Portuguese Jews of seventeenth-century Amsterdam*, Londres, The Littman Library of Jewish Civilization, 2000, pp. 109, 141.

Michael d'Espinoza, assim como Benjamin Cohen²¹, em seu nome e em nome de seu irmão Juda Cohen, estante em Salé, os grandes investidores” Diogo Nunes Belmonte e Francisco Vaz de Leon, e ainda Albert Schuijt, Dirck Corver, Gerard Hudden e Abraham Velaer, todos mercadores de Amesterdão, e estes últimos seguradores dos judeus, concediam poder de procuração a Johan Martijn, mercador em Plymouth, para reclamar os seus bens sequestrados na viagem de retorno, de Salé a Amesterdão, e enviados para aquela urbe inglesa²². A presença de tantos e importantes investidores nesta infeliz transacção revela como neste período o trato com Salé representava um factor determinante de capitalização de membros da comunidade judaica. Já em 2 de Novembro de 1626, Belmonte, Leon e Pieter Fransen, também de Amesterdão, haviam fretado o navio De Lieffde pelo preço de 2.900 guildas, com 4 canhões de ferro e 4 canhões de pedra, e com uma tripulação de 4 homens e 1 rapaz, para navegar a Salé com mercadorias e trazer outras a Amesterdão, no espaço de 6 semanas²³. Como também já em 28 de Maio do mesmo ano Duarte Nunes da Costa, Lopo Ramires (David Curiel), Miguel de Paz e Francisco Coutinho haviam fretado ao capitão Jan Janseldol de Enkhuizen o barco Den Vergulden Haring para viajar até Salé com 6 canhões de ferro de 1600 libras, 5 canhões de pedra e 6 mosquetes, e com uma tripulação de 11 homens e 1 rapaz²⁴, presume-se que o grande consórcio de 9 de Novembro de 1626 representa a união de esforços no comércio de Salé face ao curso inglês.

Sabemos que pelo menos Diogo Nunes Belmonte actuava como aplicante de verbas de outros correligionários, especificamente no negócio de Salé: por exemplo, ainda em 1626, Jerónima Gomes, viúva de Diogo Gomes Duarte, assistida por António Gomes d'Alcobaça, transferia para Diogo Nunes Belmonte um seguro de 190 libras holandesas que Pieter Jansz Moutmaecker e Jan Pietersz Bruijningh investiram numa viagem do barco Blauwe Duif, do capitão Arent Arentsen, de Salé para Roterdão. Esta transmissão serviu como um pagamento que Jerónima devia a Diogo Nunes Belmonte, sendo testemunha Abraham Querido²⁵. Diogo Nunes Belmonte e Francisco Vaz de Leon eram também segurados pelos mercadores holandeses Albert Schuijt e Guillaume van Steenwinckel, e por isso estes enviaram David Franco²⁶ a Londres, para reclamar os bens apresados do barco De Blauwe Duiff²⁷. Este caso, como outros já mencionados, é revelador de como este empreendimento se desenvolvia em horizontalidade, ultrapassando barreiras sociais e étnicas.

Em 1627, Francisco Vaz de Leon quebrou a tradicional parceria com Diogo Nunes Belmonte (e seu aliado Aharon Querido, como veremos de imediato), unindo-se a Rui Gomes Fronteira – homem que investiu decididamente no negócio de Salé, como é constatado por notícia de 1636²⁸. Estes e Lucas Jansen de Enkhuizen, capitão do navio De Swarte Leeu, enviaram esta embarcação com 4 peças de ferro e 4 peças de pedra e uma tripulação de 10 homens com carga para Salé, com o objectivo de retorno com mercadorias²⁹.

Em 1629, Aharon Querido foi mesmo autorizado pelos Estados-Gerais a enviar balas de canhão para a *kasbah* de Salé³⁰. Mas Querido entrou em diferendo com Francisco Vaz de Leon, que pressionou os Estados Gerais a escreverem ao *caide* e ao *divan* de Salé, para impedirem que os seus bens, agora confiados nesta cidade a Isaac Espinoza, fossem sequestrados por influência daquele³¹. De facto, Aharon Querido parece ter desejado limpar a sua imagem no rentável negócio de Salé, pois em 1631 requeria com seu irmão Abraham, aos Estados Gerais, o envio de um ou mais navios àquela cidade, a fim de importar fermento para aliviar a miséria nos Países-Baixos³².

Estes episódios mostram, antes de mais, a enorme versatilidade dos grandes mercadores judeus portugueses estabelecidos em Amesterdão, que rapidamente se inseriam nos interstícios das relações diplomáticas e enviavam

²¹ Sobre Benjamin Cohen vide *infra*, notas 45-50.

²² “NRRAPJ”, n.º 3481, Amesterdão, 9.11.1626, in *SR*, 33-1, 1999, p. 89.

²³ “Idem”, n.º 3476, Amesterdão, 2.11.1626, *idem*, p. 87.

²⁴ “Idem”, n.º 3441, Amesterdão, 28.5.1626, in *SR*, 32-2, 1998, p. 213.

²⁵ “NRRAPJ”, n.º 3487, Amesterdão, 18.11.1626, in *SR*, 33-1, 1999, p. 91.

²⁶ Sobre David Franco vide Daniel M. SWETSCHINSKI, *Reluctant cosmopolitans...* cit., p. 195

²⁷ “NRRAPJ”, n.º 3489, Amesterdão, 20.11.1626, in *SR*, 33-1, 1999, pp. 91-92.

²⁸ Vide *infra*, nota 34.

²⁹ “NRRAPJ”, n.º 3528, Amesterdão, 20.4.1627, in *SR*, 34-1, 2000, p. 83.

³⁰ “Resolução dos Estados Gerais”, Haia, 1.11.1629, in *SIHMPBI*, vol. 4, 1913, p. 239.

³¹ “Carta dos Estados Gerais ao *caide* e ao *divan* de Salé”, Haia, 21.11.1629, *idem*, pp. 240-241.

³² “Carta dos Estados Gerais ao *caide* de Salé”, Haia, 12.12.1631, *idem*, pp. 311-312.

representantes para agir “in loco”, neste caso no contexto do sinuoso mas bastante lucrativo comércio do armamento. Embora desconheçamos quais os bens importados de Salé por Belmonte e Leon, um deles poderia ser o açúcar. Por exemplo, em 1626, outros judeus portugueses de Amesterdão – Miguel de Pas, Francisco Coutinho e Francisco Mendes do Porto – pediam indagações sobre um navio holandês cuja tripulação se havia amotinado de tal forma que aquele foi entregue ao Almirantado Espanhol. O barco vinha de Salé, com açúcar e outros bens para aqueles “portugueses” de Amesterdão³³. Entre estes bens poder-se-iam encontrar o ouro e a prata – mercadorias preciosas importadas de Salé para Amesterdão em 1636 por Rui Gomes Fronteira³⁴ – o salitre e a goma³⁵, cereais, amêndoas, figos, cortiça e bens apresados³⁶. Ainda em 1654, Abraham Mendes e Juda Bensar, moradores em Salé, vinham a Amesterdão trocar 31 rolos de tabaco por ouro e outras mercadorias que traziam consigo³⁷.

No caso dos bens apresados foi retumbante o exemplo do mármore enviado a Amesterdão por judeus desta cidade residentes em Salé, e pelo governador desta urbe, Rais el-Hadj Chenui, para ser vendido ali: os meios franceses concluíram que se tratava de material importado de Génova e apresado pelos corsários de Salé, e que se destinava aos túmulos do Cardeal Richelieu e do rei Luís XIII de França³⁸. Foi um processo de longa duração, como se denota pela carta de Balthasar de Fuenmayor, marquês de Castel-Moncayo, embaixador de Espanha em Haia, em 1680. Em 26 de Junho desse ano escrevia a Manuel de Belmonte, cônsul de Espanha em Amesterdão, acerca de um barco vindo de Salé, o qual fora arrestado em Cádiz pelo governador desta cidade com matérias susceptíveis de confisco, como ferro e aço, e “tocar las haciendas a Hebreos”³⁹. Mas a perícia dos judeus neste comércio de armas com Salé chega a contornos quase paradoxais em finais do século XVII. François Pidou de Saint-Olon, embaixador francês enviado a Marrocos, especifica nas suas memórias de 1693 que o cônsul Jean-Baptiste Estelle o havia informado em Mequinez sobre as tentativas de aproximação de D. Pedro II de Portugal junto de Mawlay Ismail. Os intermediários foram um judeu de Amesterdão e Maimouran, judeu cortesão de Mawlay Ismail. Obedecendo a D. Pedro II, o judeu de Amesterdão escreveu uma carta a Maimouran, informando que se Mawlay Ismail pretendesse fazer com Portugal, através de escravos portugueses, o mesmo tratado assinado com a Holanda, tinha entre as mãos 60.000 escudos, que empregaria na compra de bombas, armas, pólvora e outras munições, a enviar ao soberano marroquino. Mawlay Ismail não se escusou de imediato a enviar um judeu de Salé a Mazagão, para fazer saber ao rei de Portugal que se a carta e a oferta do referido judeu eram verdadeiras, aceitaria de bom grado a disposição, entregando-lhe todos os “escravos” portugueses, que seriam mais de cem. Se bem que Saint-Olon teça considerações negativas sobre o comportamento do rei de Portugal, considerando que as suas propostas são pouco conformes à sua honra e religião⁴⁰, o facto é que este episódio revela como as armas tudo compram: são uma mercadoria fundamental na questão dos cativos e em termos de aproximação política, mesmo de países religiosamente antagónicos, numa época de consolidação imperial marroquina⁴¹.

E quem avança com o negócio das armas passa pelos contactos com os judeus, que secularmente o dominam, como vimos por este caso das personalidades envolvidas. Na realidade, o cônsul Estelle avança que os judeus de Salé passaram de Mazagão a Lisboa, de onde viriam com um embaixador para ratificar o tratado, e que era D. Pedro II quem entregava a soma a um judeu de Amesterdão apontado por Maimouran, enviando também o

³³ “NRRAPJ”, n.º 3423, Amesterdão, 9.4.1626, in *SR*, 32-1, 1998, p. 93.

³⁴ Amesterdão, 21.11.1636, in Stadsarchief Amsterdam (SA), *Notariele Archieven* (NA), 414, fol. 476.

³⁵ Jonathan ISRAEL, “Lopo Ramirez...” cit., p. 309.

³⁶ Cf. J. GOULVEN, *Les Mellahs de Rabat-Salé*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1927, p. 133; e Herbert I. BLOOM, *The economic activities of the Jews of Amsterdam in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Port Washington, Kennikat Press, 1969, p. 78.

³⁷ Amesterdão, 13.7.1654, in SA, NA, 973, não paginado.

³⁸ “Carta de Lanier a Mazarino”, Lisboa, 6.9.1647, in *SIHMF1*, vol. 3, pp. 629-630; “Carta de Lanier a Mazarino”, Lisboa, 22.10.1647, *idem*, pp. 635-636; “Carta de André Prat a Lanier”, Salé, 11.12.1647, *idem*, p. 637; e “Carta de Lanier a Mazarino”, Lisboa, 30.12.1647, *idem*, pp. 638-639.

³⁹ “Carta de Balthasar de Fuenmayor, marquês de Castel-Moncayo, embaixador de Espanha em Haia, para Manuel de Belmonte, cônsul de Espanha em Amesterdão”, Haia, 26.6.1680, in Archives Générales du Royaume, Bruxelas, *Ambassade Espagnole à la Haye*, n.º 538 (não paginado).

⁴⁰ “Memória de Saint-Olon”, Toulon, 7.9.1693, in *SIHMF2*, vol. 4, 1931, pp. 159-211.

⁴¹ Vide Charles-André JULIEN, *Histoire de l'Afrique du Nord. Tunisie, Algérie, Maroc*, Paris, Payot, 1931, pp. 490-505; Henri TERRASSE, *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français*, Casablanca, Éditions Atlantides, vol. 2, 1950, pp. 253-278; e Jean BRIGNON et al., *Histoire du Maroc*, Casablanca, Librairie Nationale, 1967, pp. 240-255.

soberano português ao marroquino sessenta cativos mouros que estavam em Portugal⁴². Contudo, a captura de Belchior da Torre pelo xarife provocou uma quebra nestas intenções⁴³.

Além de Aharon Querido, outros judeus portugueses permaneceram em Salé por longos períodos, como Isaac Espinoza, outro agente de Francisco Vaz de Leon⁴⁴, e Benjamin Cohen, verdadeiro líder dos judeus ocidentais na cidade⁴⁵. Este último, por intermédio de seu irmão Joseph, residente em Amesterdão, aprovisionava o marabuto Sidi el-Ayachi de munições, que por sua vez o tinha em grande crédito⁴⁶, visto que atendera ao pedido de Benjamin para libertar holandeses cativos em Tetuão e Salé⁴⁷. No seu testemunho de 1640, o holandês Sybrant Stam descreve Benjamin Cohen como um acompanhante constante do cônsul holandês em Salé, David d’Vries, comprometendo-se com este a reembolsar o marabuto pelo resgate dos cativos holandeses, no caso de não lhe entregarem as munições que ele pretendia em troca de tal benefício⁴⁸. No seu jornal de 1655-1656, o vice-almirante holandês Michel Adriaansz Ruyter apresenta uma descrição similar da parceria entre David d’Vries e Benjamin Cohen, relatando também como este transportava cartas do marabuto⁴⁹. De facto, como é constatado pela informação do próprio d’Vries, Benjamin funcionava como o seu verdadeiro braço direito, acompanhando-o sempre na recepção a personalidades holandesas que chegavam a Salé⁵⁰. Em 1659 teria sido “substituído” por Moisés Rosado, anunciado por Ahmed El-Courtobi, capitão de Salé, como agindo “em nome dos comerciantes holandeses” estabelecidos naquela urbe, e actuando ao lado de David d’Vries⁵¹. De facto, foi também nessa data, na sequência do Tratado de Paz entre a Holanda e Salé, de 22 de Março de 1657⁵², e correspondendo a um apelo do “deão” dos judeus de Amesterdão, que os Estados Gerais ordenaram aos comissários como deviam informar os embaixadores daquela urbe marroquina, actualmente nos Países-Baixos, que aqueles tinham os mesmos privilégios dos outros habitantes deste país⁵³. Aliás, este desempenho económico e político dos judeus da “nação portuguesa” em Salé tem o seu paralelo na actuação de seus conterrâneos, como Jacob de Paz, Isaac Saportas, David Torres e outros, em Argel, outro “Império do Corso” – actuação estudada por Gérard van Krieken na sua obra *Corsaires & marchands. Le relations entre Alger et les Pays-Bas, 1604-1830*⁵⁴.

Era a consagração da sua diferença como outros judeus, ou seja, como peninsulares. De facto, no início estes judeus anunciam-se e são anunciados apenas como “mercadores portugueses” – é o que está patente na carta do Estados Gerais a Mawlay Zidân, e no requerimento de Youssef Biscaino também aos Estados Gerais, ambos de 1624⁵⁵. Pelo contrário, Aharon Querido e Benjamin Cohen serão designados como judeus em 1643⁵⁶, e em 1659 são os próprios “portugueses” de Amesterdão que, apresentando-se como judeus, pretendem dos Estados Gerais que façam reconhecer ao marabuto de Salé que sendo súbditos holandeses, têm os mesmos direitos dos cristãos, devendo por isso usufruir de iguais privilégios naquela cidade⁵⁷. De facto, a conjuntura agora era diferente nos Países Baixos. Como bem fez notar Miriam Bodian, só em 1616 os burgomestres de Amesterdão reconheceram

⁴² “Memória de J.B. Estelle”, Salé, 16 e 23.10.1693, in *SIHMF2*, vol. 4, 1931, pp. 217-225.

⁴³ “Memória de J.B. Estelle”, Salé, 6.12.1693, *idem*, pp. 228-242.

⁴⁴ “Carta dos Estados Gerais ao *caide* e ao *divan* de Salé”, Haia, 21.11.1629, in *SIHMPB1*, vol. 4, 1913, pp. 240-241.

⁴⁵ Jonathan ISRAEL, “Lopo Ramirez...” cit., p. 293.

⁴⁶ “Carta dos *caides* da *Kasbah* aos Estados Gerais”, *Kasbah* (de Salé), 2.10.1643, in *SIHMPB1*, vol. 5, 1920, pp. 45-50.

⁴⁷ “Pedido de Joseph Cohen aos Estados Gerais”, s.l., 26.3.1639, *idem*, vol. 4, 1913, pp. 482-485.

⁴⁸ “Declaração de Sybrant Stam”, Amesterdão, 24.5.1640, *idem*, pp. 513-519.

⁴⁹ “Jornal de Ruyter” (1655-1656), in *SIHMPB1*, vol. 6, 1923, pp. 230-261. Vide também “Carta de Ruyter a Sidi Abdallah”, Diante de Salé, 19.10.1655, *idem*, pp. 117-122.

⁵⁰ “Carta de David d’ Vries a G. d’Wildt”, Salé, 13.7.1658, *idem*, pp. 407-408.

⁵¹ “Pedido de Ahmed El-Courtobi aos Estados Gerais”, s.l, s.d., (entre 2 e 19.5.1659), *idem*, pp. 514-518.

⁵² “Tratado entre os Países-Baixos e Salé”, Salé, 22.3.1657, *idem*, pp. 323-335.

⁵³ “Resolução dos Estados Gerais”, Haia, 20.8.1659, *idem*, pp. 555-556; e “Resolução dos Estados Gerais”, Haia, 13.10.1659, *idem*, pp. 573-574.

⁵⁴ Tradução do original em holandês, de 1999, com o título *Kapers en kooplieden. De betrekkingen tussen Algiers en Nederland, 1604-1830*, Paris, Éditions Bouchene, 2002.

⁵⁵ Vide *supra*, notas 12 e 14.

⁵⁶ Vide *supra*, nota 46.

⁵⁷ Vide *supra*, nota 53.

explicitamente o carácter judaico da comunidade portuguesa⁵⁸. Portanto, nos primeiros documentos, estes homens apresentam-se ainda como “portugueses”, sendo o “seu” Judaísmo indefinido – mas daí a necessidade de se afirmarem como fora da soberania do rei de Espanha e de Portugal, e de exigirem usufruir dos mesmos direitos dos holandeses em Marrocos. O primeiro *mahamad* (junta directiva) da congregação unida Talmud Torah tomou posse em 1639⁵⁹: assim, nas décadas de 40 e 50 do século XVII, a comunidade judaica portuguesa passou a estar bem definida em termos identitários, com os consequentes regulamentos constritivos – assim como definida se encontrava a sua possibilidade de ser útil no espectro do novo país e a sua lealdade⁶⁰. A auto-definição de “gente da nação portuguesa” ou “homens da nação portuguesa” evocará então não apenas o sentido original do holandês *Portugeesche Nation* como comunidade estrangeira específica, mas também uma componente étnica que assenta numa experiência histórica unificante, de carácter religioso, e a leva a transgredir com as entidades políticas e religiosas inibidoras⁶¹. Os judeus portugueses tinham então todo o ensejo em se distinguir dos judeus autóctones, mesmo dos *megorashim* ou judeus que imigraram para Marrocos na sequência das expulsões peninsulares de finais do século XV⁶². Não queriam estar sujeitos aos mesmos regulamentos discriminatórios, até porque assim usufruiriam da liberdade mercantil e de movimentação, a par com os outros “súbditos” dos Estados Gerais.

Sabemos pela Relação de Thomas Le Gendre, que permaneceu em Marrocos entre 1618 e 1625, que os judeus autóctones usavam camisa justa, calção e cafetã preto, e por cima envergavam um manto ou albornoz preto ou castanho, encimado por capuchinho, e de onde pendiam cordões. Usavam também um barrete preto e escarpins ou chinelas da mesma cor⁶³. Igualmente Germain Mouette, na *Histoire des conquêtes de Mouley Archy*, de 1683, os descreve como vestindo à arabesca, com barrete e mantos pretos. Mas também salienta que são receptores de armas e munições enviadas por outros judeus da Europa⁶⁴. Sabemos ainda que os judeus autóctones, em Salé, tinham contratos com mercadores ingleses para fornecerem o mercado marroquino de roupa e pentes, através de correspondentes que possuíam em Fez e Marráquexe⁶⁵. Em 1774 foi publicada em Paris a *Relation de ce qui s'est passé dans les trois voyages que les Religieux de L'Ordre de Notre-Dame de La Mercy ont faits dans les Etats du Roy de Maroc pour la Redemption des Captifs de 1704, 1708 e 1712*. Nela, o padre Nolasque Néant descreve: “Os judeus vestem de preto ou violeta, e é-lhes proibido vestir uma peça branca; quando saem na cidade têm uma espécie de togas como os sacristães de paróquia (...); o seu barrete é ordinariamente preto com um pequeno botão no cimo, e é diferente daquele dos mouros, que é vermelho, sem botão e mais elevado. Aqueles que nasceram em países estrangeiros trazem vestuário como cristão, e são livres de se retirarem quando querem; mas aqueles que nasceram no país, não podem sair sem consentimento do Rei”⁶⁶. Como os “Outros” judeus, ou seja, habitando em países

⁵⁸ Miriam BODIAN, “Les juifs portugais d'Amsterdam et la question identitaire”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, “La Diaspora des Nouveaux-Chrétiens”, vol. 48, 2004, p. 110.

⁵⁹ Miriam BODIAN, *Hebrews of the Portuguese nation: conversos and community in early modern Amsterdam*, Bloomington, Indiana University Press, 1997, p. 52; Daniel M. SWETSCHINSKI, *Reluctant cosmopolitans...* cit., p. 186.

⁶⁰ Vide, entre outros, Yosef KAPLAN, “The Jews in the Republic until about 1750: Religious, Cultural, and Social Life”, in *The History of the Jews in The Netherlands*, ed. de J. C. H. Bloom et al., Oxford, The Littman Library of Jewish Civilization, 2007, pp. 116-163; e Daniel M. SWETSCHINSKI, *Reluctant cosmopolitans...* cit., pp. 165-224.

⁶¹ Vide Miriam BODIAN, *Hebrews of the Portuguese nation...* cit., pp. 6-13; e Daniel M. SWETSCHINSKI, *Reluctant cosmopolitans...* cit., pp. 165-167.

⁶² Vide, entre outros, Haim Zeev HIRSCHBERG, *A History of the Jews in North Africa*, Leiden, Brill, vol. 1, 1947; José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Os judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APACDM Distrital de Braga, 1997; e Nicole S. SERFATY, *Les courtisans juifs des sultans marocains, XVIII^e-XVIII^e siècles. Hommes politiques et hauts dignitaires*, Paris, Éditions Bouchene, 1999.

⁶³ “Relation de Thomas Le Gendre” [1618-1625, publicada em 1670], in *SIHMF1*, vol. 3, 1911, p. 723.

⁶⁴ “Histoire de Moulay er-Rechid et de Moulay Ismail [Germain Mouette, *Histoire des conquêtes de Mouley Archy...* 1683]”, in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Archives et Bibliothèques de France. Deuxième Série, Dynastie Filalienne (*SIHMF2*), Paris, Paul Geuthner, vol. 2, 1924, p. 177.

⁶⁵ “Recibo de Abaham Ajuellos e Abraham Serfaty, dois judeus de Salé, de certos bens que receberam de Samuel Luke, por conta de John Mathews de Cádiz”, Salé, 25.8.1671, in British Library, Londres, *Sloane 3513*, fol. 68.

⁶⁶ *Relation de ce qui s'est passé dans les trois voyages que les Religieux de L'Ordre de Notre-Dame de La Mercy ont faits dans les Etats du Roy de Maroc pour la Redemption des Captifs de 1704, 1708 e 1712* Paris, Chez Antoine-Urbain Coustelier, 1774, pp. 43-44. Também publicado in *SIHMF2*, Paris, vol. 6, 1960, p. 636 (tradução nossa).

cristãos, os judeus portugueses podiam ainda ocupar funções especiais a que os judeus marroquinos estavam impedidos. Nesta mesma *Relation* refere-se que o cônsul da nação holandesa em Salé era um “Judeu de Religião”, nascido na Holanda. No tempo em que os Redentores visitaram a cidade devia ser o judeu mais iminente da urbe, juntamente com Salomon, nascido em Portugal, pois foi a estes que aqueles não se escusaram de visitar⁶⁷. Esta “segregação”, também visual, era tanto mais importante quanto o *mellah* (bairro judaico) de Salé só foi construído entre 1805 e 1807, e os judeus autóctones viviam entre a população muçulmana⁶⁸. Como era tradicional, os xarifes continuavam a rodear-se de personalidades judaicas “internas” para os assessorarem⁶⁹, como é o caso do famoso Maimouran (Abraham Maymorân) e seu parente Haim Toledano, enviados por Mawlay Ismail aos Países-Baixos, exportador de cera o primeiro, e ambos controladores do comércio em Cádiz e Amesterdão⁷⁰. Haim Toledano, depois de residir três anos em Amesterdão, não deixou de aprovisionar o xarife de 600 quintais de pólvora, 2000 platinas de fuzil, velas de barcos corsários e outros aprestos⁷¹. Mas este soberano não deixava de os designar por “meus judeus”⁷², transportando esta referência toda uma carga semântica que os diferenciava, em termos de liberdade de movimento, dos correligionários de Amesterdão vivendo em Salé.

Germain Mouette, na *Relation de captivité dans les royaumes de Fez et de Maroc*, também de 1683, refere-se a um episódio cuja personagem em causa, no ano de 1671, em Salé, se chamava Jacob Bueno de Mesquita – o qual havia saído de Espanha para evitar as perseguições da Inquisição – e que era o mais rico de entre aqueles que da Holanda ali iam – vestidos à moda dos cristãos, salienta Mouette⁷³. Jacob Bueno de Mesquita pertencia a uma família com personagens iminentes como o médico e poeta Ephraim Bueno, amigo de Menasseh ben Israel. Mas os membros desta família tiveram permanentemente negócios em Marrocos: David Bueno de Mesquita, que representava na Holanda os interesses do margrave do Brandeburgo, esteve também envolvido nas relações diplomáticas com o xarife de Marrocos⁷⁴. Sabemos que em 1654, Jacob foi tesoureiro de sinagoga, em Amesterdão⁷⁵. Ainda em 1682, ele e Joseph Bueno teriam acompanhado o cônsul holandês Jan Smits Heppendorp junto do xarife Mawlay Ismail, para negociar a paz⁷⁶. Seria a ele que Daniel Levi de Barrios dedicou os versos: “Dos primogénitos tiene/ Ishac Bueno de Mesquita, uno Joseph de la Ley, otro Jacob de la Dicha./ Aquél en Berberia Jaxam raro, este en Holanda, de Jael Amparo”⁷⁷. De qualquer forma, o que está aqui patente são os ideais destes homens de recente passado ibérico, transportando valores de uma “sociedade de ordens” em que se tinha em especial apreço a ideia de honra, superioridade (*grandeza*) e distinção social de origem (*nobreza*). O seu comportamento social e incluído neste, também uma visibilidade que os relacionasse de imediato com o Ocidente, eram factores essenciais de sucesso no Mundo Oriental em que os outros judeus eram abrangidos por outras normas sociais⁷⁸. Até porque

⁶⁷ *Relation*, Paris, 1774, p. 39; idem in *SIHMF2*, vol. 6, 1960, p. 634.

⁶⁸ Vide David CORCOS, *Studies in the History of the Jews of Morocco*, Jerusalém, Rubin Mass, 1976, pp. 98-99; e K.L. BROWN, “Mellah and Madina. A Moroccan city and its Jewish Quarter (Salé ca. 1880-1930)”, in *Studies in Judaism and Islam presented to Shelomo Dov Goiten on the occasion of his eightieth birthday*, Jerusalém, The Magnes Press, The Hebrew University, 1981, p. 254.

⁶⁹ Sobre os judeus costeiros de Marrocos vide bibliografia cit. *supra*, nota 62.

⁷⁰ Vide Jean BRIGNON *et al.*, *Histoire...* cit., p. 249.

⁷¹ “Carta de J. B. Estelle a Pontchartrain”, Salé, 28.2.1694”, in *SIHMF2*, vol. 4, 1931, pp. 243-245.

⁷² “Carta de Mawlay Ismail aos Estados-Gerais dos Países-Baixos”, *idem*, vol. 3, pp. 401-403.

⁷³ Germain MOUETTE, *Relation de captivité dans les royaumes de Fez et de Maroc*, ed. de Xavier Girard, Paris, Mercure de France, 2002, pp. 47-48.

⁷⁴ Vide a síntese de David CORCOS, “Bueno (Bueno de Mesquita)”, in *Encyclopaedia Judaica*, ed. de Cecil Roth *et al.*, Jerusalém, Keter Publishing, 1971, vol. 4, p. 1461.

⁷⁵ Jonathan ISRAEL, “Lopo Ramirez...” cit., p. 414.

⁷⁶ “Lettre de Saint-Amans a Seignelay”, Salé, 23.11.1682, in *SIHMF2*, vol. 2, 1924, pp. 286-289. *Idem*, nota 5, p. 288.

⁷⁷ Ets Haim/Livraria Montezinos, Amesterdão, 20E58, Daniel Levi de BARRIOS, *Alegrías o pinturas lucientes de Hymeneo*, Amesterdão, [Jacob de Córdova], 1686, p. 111.

⁷⁸ Vide, entre outros, Herman KALLENBENZ, “Tradiciones nobiliarias de los grupos sefardies”, in *Actas del primer simposio de estudios sefardies*, ed. de Iacob Hassan, Madrid, Instituto Arias Montano, 1970, pp. 49-54; Yosef KAPLAN, *Judíos nuevos en Amsterdam. Estudio sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII*, Barcelona, Gedisa Editorial, 1996, pp. 56-77; Miriam BODIAN, *Hebrews of the Portuguese nation...* cit., pp. 85-95; Harm den BOER, “Las múltiples caras de la identidad. Nobleza y fidelidad ibéricas entre los sefardies de Amsterdam”, in *Familia, Religión y Negocio. El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad Moderna*, ed. de Jaime Contreras *et al.*, s.l., Fundación Carlos de Amberes, 2002, pp. 95-112.

se comportavam como senhores de posses, enveredando por actividades de representação do país onde viviam, neste caso a Holanda.

Segundo German Mouette, no episódio de 1671, teria chegado de Amesterdão um navio que transportava para os judeus de Salé certas prédicas enviadas pelos hebreus daquela urbe holandesa. Nelas estava expresso, entre outras coisas, que o Messias que esperavam há tantos séculos nasceria na Holanda no início do ano seguinte. Então os judeus de Salé, atendendo a boa nova, fizeram uma segunda festa dos Tabernáculos e, durante oito dias, não cessaram de se regozijar e de festejar. Os judeus mais ricos de Salé juntavam-se precisamente na casa de Jacob Bueno de Mesquita – o mais acaudalado de todos. Quando Aubia, mercador de Baiona, foi ali congratulá-los, Mesquita avançou: “he bien! Sennor Laubia, quieres vuestra merced apostar com migo quatro cientos pesos. Commo antes d’un anno, el rey Messias que aguardemos: hà de nacer en Olanda?”⁷⁹. Este episódio está certamente relacionado com o movimento do “Messias Místico” Sabbatai Zvi, que se converteu ao Islão, sob pressão do sultão Mehemed IV, em 1666⁸⁰. De facto, Mercedes Garcia-Arenal provou que, não obstante a oclusão do movimento “in loco”, os seus partidários em Marrocos não o haviam renegado, e que em 1671 continuavam a celebrar ali grandes festas e a sustentar que a sua conversão não afectara a sua qualidade de Messias⁸¹. As prédicas podiam ter sido enviadas de Amesterdão por judeus que continuavam a acreditar na persistência messiânica de Sabbatai⁸². Mas também pode ser plausível que tenham sido “interpretadas” no contexto das ideias sobre o Messias iminente, que há muito circulavam em Marrocos, efabulando e “actualizando” em outras personagens Sabbatai e seu movimento imbatível⁸³. Não esqueçamos que foi de Salé que veio uma famosa carta, cujo conteúdo foi publicado na *The Last Letter to the London Merchants and Faithful Ministers*, de 1665, com notícias provenientes de Agadir, em que se confirmava a marcha das Dez Tribos de Israel, estacionadas próximo, e cujo chefe, que se encontrava à sua cabeça, realizava milagres, lia nos espíritos e sondava os corações de todos aqueles que se aproximavam⁸⁴. Mais próximo do episódio narrado por Germain Mouette, ou seja, em 1674, Martinho Mascarenhas, judeu converso de Marraquexe, denunciou cristãs-novas de Mazagão: Joana Pereira e suas filhas Maria de Leão e Brites de Leão, que lhe perguntaram se Rabi Samuel Arroyo, de Azamor, havia dado algumas esmolas, pois ordenara jejum naquela cidade, que elas tinham acompanhado a partir de Mazagão. Tal aconteceu no tempo em que se dizia que vinha “o Messias pelas partes de Constantinopla, e por esse respeito o dito rabino havia recebido muitas cousas dos cristãos-novos...”⁸⁵. Trata-se de mais um dos ecos em Marrocos do movimento de Sabbatai no Médio Oriente, de que rabi Samuel foi a nível local um grande propagandista, como se denota pela sua efabulação narrada em Mazagão ao jesuíta António de Melo, em 1666⁸⁶. Ora Martinho acusou também Brites de Leão, que o havia repudiado como marido, de ter mandado vir umas orações judaicas de Salé, redigidas em castelhano⁸⁷. Seriam

⁷⁹ Germain MOUETTE, *Relation de captivité...* cit., pp. 47-48.

⁸⁰ Sobre Sabbatai Zvi e seu movimento vide o clássico de Gershom SCHOLEM, *Sabbatai Tsevi. Le Messie Mystique, 1626-1676*, Paris, Verdier, 1983; e, entre outros, Jacob BAMAI, “Some social aspects of the polemics between Sabbatians and their opponents”, in *Jewish Messianism in the Early Modern World*, ed. de Matt Goldish e Richard Popkin, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 2001, pp. 77-90; Moshe IDEL, *Messianic Mystics*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1998 e, mais recentemente, Matt GOLDISH, *The Sabbatean Prophets*, Cambridge, Harvard University Press, 2004.

⁸¹ Mercedes GARCÍA-ARENAL, “Attentes messianiques au Magreb et dans la péninsule Ibérique: du nouveau sur Sabbatai Zevi”, in *Lucette Valensi à l’oeuvre: une histoire anthropologique de l’Islam méditerranéen* Paris, Éditions Bouchene, 2002, p. 234.

⁸² Vide Yosef KAPLAN, “The Jews in the Republic until about 1750: Religious, Cultural, and Social Life”, in *The History of the Jews in The Netherlands*, p. 142; Jacob BAMAI, “The spread of the Sabbatean movement in the seventeenth and eighteenth centuries”, in *Communication and Diaspora. The Pre-Modern World*, ed. de S. Menache, Leiden, Brill, 1996, pp. 325-337; idem, “Some social aspects of the polemic”, in *Jewish Messianism*, pp. 83-87.

⁸³ Mercedes GARCÍA-ARENAL, “Attentes messianiques...” cit., pp. 231-234; idem, “‘Un réconfort pour ceux qui sont dans l’attente’. Prophétie et millénarisme dans la péninsule Ibérique et au Maghreb (XVI^e-XVII^e siècles)”, in *Revue de l’histoire des religions*, vol. 220, n.º 4, 2003, pp. 478-482.

⁸⁴ *The Last Letter to the London Merchants and Faithful Ministers concerning the further Proceedings of the Conversion and Restauration of the Jews* (Londres, 1665), pub. por Gershom SCHOLEM, *Sabbatai Tsevi...* cit., pp. 339-340.

⁸⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (ANTT), *Inquisição de Lisboa*, liv. 248, fols. 136-140. Sobre Martinho Mascarenhas e este episódio vide José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, “Conversos: ‘A península desejada’”, in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, vol. 6, 2006, pp. 270-275.

⁸⁶ Vide José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, “Revisitando uma carta em português sobre Sabbatai Zvi”, in *Sefarad*, vol. 67, n.º 1, 2007, pp. 175-178.

⁸⁷ ANTT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 249, fols. 128-130.

as prédicas vindas da Holanda, apontadas por Mouette? Certo é que Brites de Leão acabou por permanecer em Lisboa e fugir para a Holanda com os seus parentes⁸⁸. E portanto, mais uma vez o círculo da errância judaica se completa, pois também a família de Jacob Bueno de Mesquita era originária da vila portuguesa transmontana de Vila Flor, continuando a dedicar-se ao comércio com a Península Ibérica a partir de Amesterdão, graças a parentes e associados que ali permaneciam como conversos⁸⁹.

Digamos que eram Portugueses sem Portugal, ou seja, pessoas obrigadas a sair de Portugal devido a perseguição inquisitorial, e que continuavam interessados nos seus circuitos comerciais a partir do exterior. No caso de Salé assumiram um negócio oposto aos interesses das potências ibéricas a que tinham pertencido e, portanto, aqui a fidelidade de que nos fala Harm den Boer⁹⁰ só pode ser evocada no espectro da identidade que mantinham, falando as mesmas línguas peninsulares mas metamorfoseando-se em judeus portugueses – identidade que lhes permitia, como vimos, outra distinção importante em terras islâmicas, ou seja, serem reconhecidos como os “Outros” judeus, os judeus da Península, com estatuto especial, mas desta vez política e socialmente fiéis ao “novo” país de acolhimento. No caso de Salé devemos ter em conta a facilidade de comunicação e pertença ao mesmo Mundo Cultural. Será por acaso que Jacob Bueno de Mesquita se exprimiu em castelhano junto do mercador de Baiona, a mesma língua utilizada pelo governador de Salé Said Adjenoui, entre 1648 e 1649, quando se dirigia aos Estados-Gerais por causa de um problema de troca de cativos, embora se presuma a sua origem genovesa?⁹¹. É que o castelhano era uma língua falada e entendida por estas minorias que outrora habitavam na Península e era considerada como sua pertença social. Um dos casos comprovativos mais interessantes dessa aproximação das duas minorias em exílio é o de Ahmad ibn Qasim al-Hajari, provavelmente nascido como Bejarano na Extremadura, em 1569 ou 1570, que fugiu para Mazagão e daqui para Marraquexe, onde se colocou ao serviço de Mawlay Ahmad al-Mansur. Homem de vasta cultura, quando se deslocou à Holanda e outros países da Europa, para tratar do problema de mouriscos expulsos de Espanha e vítimas de tripulação francesa, não deixou de disputar ali, em 1613, com judeus portugueses, tarefa viável por causa da utilização de uma língua similar⁹². Facilitada a circulação para Salé, os judeus peninsulares de Amesterdão não deixaram de empreender a viagem no sentido contrário ao de al-Hajari, investindo no mercado do corso e do armamento proporcionado por outros “antigos conversos”, como eles: os mouriscos.

⁸⁸ Idem, *idem*, proc. 8811, fols. 175vº-176.

⁸⁹ Mercedes GARCÍA-ARENAL, “Attentes messianiques...” cit., pp. 230-321; idem, “Un réconfort pour ceux qui sont dans l’attente”, in *Revue de l’histoire des religions*, vol. 220, n.º 4, 2003, p. 478. E ainda Bernardo López BELINCHÓN, *Honra, Libertad y Hacienda (Hombres de negocios y judíos sefardíes)*, Alcalá de Henares, Instituto Internacional de Estudios Sefardíes y Andalusíes, Universidad de Alcalá, 2001, pp. 63, 79, 165, 208.

⁹⁰ Chamo a atenção que Harm den Boer se reporta apenas à indispensabilidade de serviços prestados pela elite sefardita – vide “Las múltiples caras de la identidad”, in *Familia, Religion y Negocio*, p. 105.

⁹¹ “Carta de Said Adjenou aos Estados-Gerais”, Salé, 5.5.1648, in *SIHMPBI*, vol. 5, 1920, pp. 135-136; e “Carta de Said Adjenou aos Estados-Gerais”, Salé, 27.3.1649, *idem*, 164-165.

⁹² Ahmad ibn Qasim al-Hjari, *Kitab Nasir al-Din 'ala 'l-qawm al-kafirin (The Supporter of Religion against the Infidels)*, Madrid, CSIC, 1987, especialmente cap. 10. Além do estudo introdutório de P. S. van Koningsveld na obra aqui citada, ver a síntese sobre esta personagem de Mercedes Garcia-Arenal, in *La Diaspora des Andalousiens*, pp. 125-127.

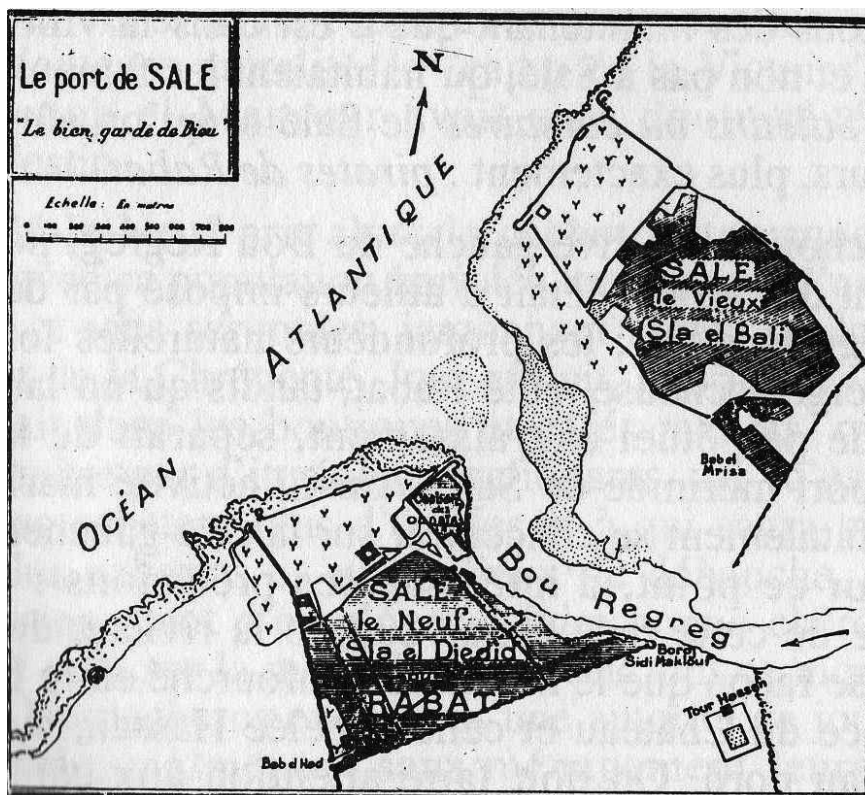


Figura 1: Salé, in Roger COINDREAU, *Les Corsaires de Salé*, 2006, p. 45.

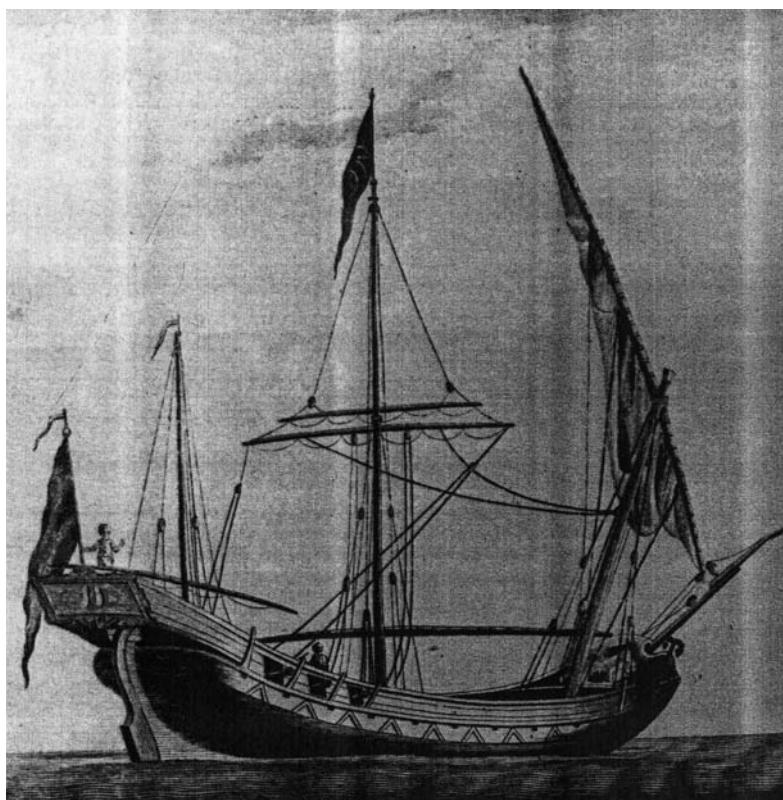


Figura 2: Tipo de navio utilizado pelos corsários de Salé, gravura de G. HOST, *Nachrichten von Morokos und Fes in Land Selbst gesammelt, in den Jahren 1760 bis 1768, 1781*, in Magali MORSY, *La relation de Thomas Pellow. Une lecture du Maroc au 18^e siècle*, Paris, Éditions Recherche sur les civilisations, 1983.

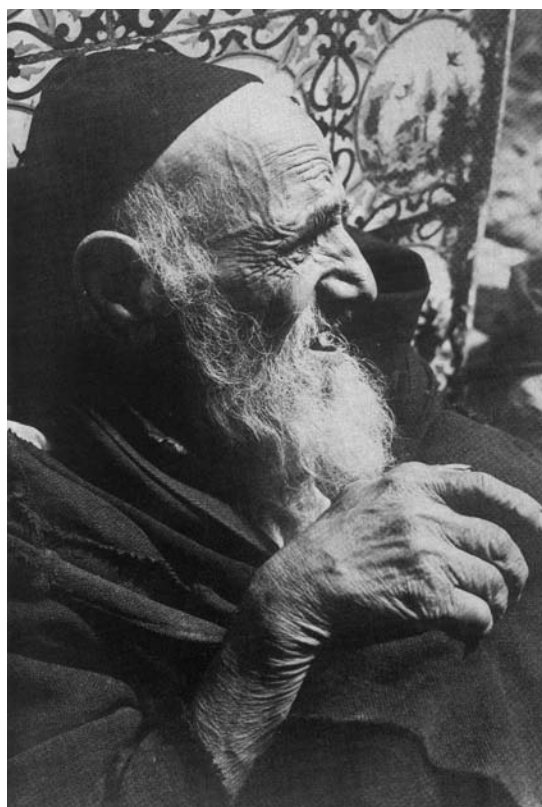


Figura 3: Judeu trajando “à marroquina”, no mercado diante da sinagoga de Rabat, em 1950, in André GOLDENBERG (dir. de), *Les Juifs du Maroc. Images et textes*, Paris, Éditions du Scribe, 1992, p. 231.



Figura 4: Judeu de Amesterdão vestido à “ocidental”. Retrato de Ephraim Bueno, 1647, da autoria de Rembrandt, pub. por Juliette BRAILLON-PHILIPPE (dir. de), *Rembrandt et la Nouvelle Jérusalem. Juifs et Chrétiens à Amsterdam au siècle d'Or*, Paris, Éditions du Panama, 2007, p. 199.

Patrimónios e espaços

VESTIGIOS ARQUEOLÓGICOS DEL PERIODO PORTUGUÉS (1415-1668) EN CEUTA *

FERNANDO VILLADA PAREDES **, JOSÉ M. HITA RUIZ ** y JOSÉ SUÁREZ PADILLA ***

La conquista de Ceuta (lám. 1) en 1415 por la armada del rey Juan I marca el inicio de la expansión ultramarina de Portugal. Desde ese momento y hasta 1668, en que se firme el Tratado de Lisboa que reconoce la soberanía de los Austrias, la ciudad de Ceuta pertenece al reino lusitano. Los primeros ciento sesenta y cinco años son los monarcas de la dinastía de Avís quienes rigen sus destinos. A partir de 1581, dada la unificación de los reinos de Portugal y España bajo una sola corona, gobernarán los Austrias. El marco cronológico de este estudio está pues delimitado entre 1415 y 1668 si bien debemos hacer constar que se hará especial incidencia en la primera fase del mismo (1415-1581), sobre la que existen mayores novedades.

La llamada “Tomada de Ceuta” ha generado un considerable volumen de investigaciones interesadas en sus causas y consecuencias, el modo de administración de la Ciudad, las formas de abastecimiento, los medios de defensa, etc., basadas esencialmente en la documentación archivística y textual conservada. Paradójicamente son muy escasos los estudios llevados a cabo valorando los vestigios arqueológicos de esta etapa que por proximidad cronológica, al menos en teoría, deberían estar mejor conservados que los de momentos más antiguos. Es justo reconocer sin embargo que, aunque aún minoritarios, estos estudios basados en la investigación de la cultura material de la Ceuta lusitana se han incrementado en los últimos años¹.

Este trabajo pasa revista a estos vestigios en su mayoría inéditos o escasamente difundidos. Así, se analizarán brevemente los testimonios escultóricos, epigráficos, numismáticos y también cerámicos localizados en los últimos años que ofrecen una nueva perspectiva sobre las dificultades del abastecimiento y las relaciones con el territorio circundante. Una especial atención es prestada a las fortificaciones a través de las recientes investigaciones realizadas en el ámbito de las Murallas Reales. Gracias a estos trabajos ha sido posible proponer nuevas hipótesis sobre su génesis poniendo de relieve las relaciones de estas defensas con las fortificaciones medievales islámicas. Además ha sido reconstruido parcialmente el proceso constructivo de estas murallas aportando una información que puede ilustrar procesos semejantes de adaptación de fortificaciones medievales a la generalización de la pirobalística en las plazas norteafricanas.

* Quisiéramos expresar nuestro agradecimiento a D. José Juan Gutiérrez Álvarez por permitirnos reproducir en este artículo diversas fotografías de su colección y a D. José Luís Gómez Barceló, Cronista Oficial de Ceuta, por sus comentarios sobre este trabajo y por permitirnos incluir algunas fotografías de su colección particular. Asimismo, queremos hacer constar nuestro reconocimiento al Archivo Central, Biblioteca y Museo de Ceuta por las facilidades dadas en la consulta de sus colecciones y por permitirnos incluir algunas imágenes de sus colecciones.

** Instituto de Estudios Ceutíes. Ciudad Autónoma de Ceuta.

*** Arqueotectura.

¹ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Entre el Islam y la Cristiandad: Cerámicas del siglo XV. Avance preliminar”, en *Cerámicas islámicas y cristianas a finales de la Edad Media. Influencia e intercambios*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2003, pp. 367-405.

I. OBJETOS MUEBLES

En contra de lo que cabría esperar en una ciudad pródiga en hallazgos arqueológicos los restos muebles conservados de época portuguesa constituyen una proporción muy escasa². El tardío desarrollo de la arqueología postmedieval, la falta de especialistas en la cultura material portuguesa de los siglos XV y XVI y como consecuencia las dificultades en la identificación de estos niveles, el interés de los investigadores por periodos más antiguos (romano, islámico, etc.) que les ha llevado a prestar poca atención a esta fase unida al gran volumen de material inédito custodiado en los almacenes del Museo de Ceuta, explican al menos en parte este panorama.

Realizaremos a continuación un estado de la cuestión analizando estos restos muebles conocidos ya o inéditos que no puede lógicamente ser exhaustivo aportando por ello la bibliografía precisa para profundizar en cada uno de los apartados.

1. Obras artísticas

La presencia lusitana en Ceuta y en otras ciudades norteafricanas provocó la llegada de obras artísticas en buena medida relacionadas con el ámbito religioso y especialmente de imágenes de culto para los templos destinadas a satisfacer las necesidades espirituales de los nuevos pobladores³. Tras la conquista de 1415 la conversión de antiguas mezquitas en templos cristianos es frecuente. Es el caso de la mezquita mayor, donde se celebró la primera misa en acción de gracias y donde fueron nombrados caballeros los hijos de Juan I, convertida en templo cristiano bajo la advocación de Nuestra Señora de la Asunción en virtud de una imagen llevada allí en 1425 conocida como Nossa Senhora Conquistadora⁴ (lám. 2).

Pero sin duda la imagen más conocida y venerada es la de Nuestra Señora de África, actual Patrona de la Ciudad (lám. 3)⁵. Aunque sobre su origen se han vertido diversas teorías hoy sabemos que según consta en el segundo testamento del Infante don Enrique de Portugal de 1460 esta talla fue enviada a Ceuta en 1421 por él como regalo a los Caballeros de Nuestro Señor Jesucristo con el mandato de construir un templo en su honor: “*estabiliçi e hordeney a igreja de Sancta Maria de Africa, situada da cidade de Cepta*”⁶.

La imagen de la Virgen, sedente sobre un trono decorado con astrágalos y listeles, aparece vestida con una túnica atada por un cinturón y con una toca que ciñe su rostro. Sobre ésta cae un manto envolviendo hombros y brazos que se cruza sobre el talle cubriendo la zona inferior de la túnica. El cuerpo muerto del Hijo reposa en su regazo sosteniendo su mano derecha la cabeza y dirigiendo la izquierda hacia el corazón. Sobre ésta se deposita el aleo, bastón con que según la tradición se ofreció el primer gobernador ceutí D. Pedro de Meneses a defender Ceuta de sus enemigos⁷. La imagen fue tallada en un solo bloque de madera excepto la cabeza de Cristo y la mano izquierda de la Virgen. La zona posterior se encuentra ahuecada lo que parece denotar que fue tallada pensando en que formase parte de un retablo o altar. La restauración llevada a cabo en 1991 permitió recuperar una laboriosa policromía de gran valor artístico⁸. Esta Piedad ha sido atribuida a un artista centroeuropeo residente en Portugal. Los paralelos estilísticos más evidentes se sitúan en la imaginería germánica de transición entre los siglos XIV y XV⁹. La imagen continúa hoy día siendo venerada en el Santuario de Nuestra Señora de África.

² J. M. HITTA RUIZ e F. VILLADA PAREDES, *Un decenio de arqueología 1996-2006*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2007.

³ I. RIBEIRO DRUMOND BRAGA MENDES e P. BRAGA, *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, pp. 143-157; P. DIAS, *A arquitectura dos portugueses em Marrocos 1415-1769*, Lisboa, Portugal Telecom, 2000, pp. 27-31.

⁴ A. DORNELLAS, “Nossa Senhora conquistadora: a Portuguesa em Ceuta” en *História e Genealogia*, Lisboa, 1914, vol. III, pp. 5-12; I. RIBEIRO DRUMOND BRAGA MENDES e P. BRAGA, *Ceuta...* cit., pp. 146-147; A. SEVILLA SEGOVIA, *La imagen de Nuestra Señora del Valle y su histórica ermita. La Portuguesa o la Virgen Conquistadora*, Ceuta, 1999.

⁵ A. SEVILLA SEGOVIA, *La Virgen de África en la historia de Ceuta*, Ceuta, Ayuntamiento, 1992.

⁶ I. R. D. BRAGA MENDES e P. BRAGA, *Ceuta...* cit., p. 148; J. L. GÓMEZ BARCELÓ, “La diócesis de Ceuta” en José Sánchez Herrero (coord.) *Historia de las diócesis españolas*, Vol. 10, (Iglesias de Sevilla, Huelva, Jerez y Cádiz y Ceuta), 2002, pp. 725-780; T. GÓMEZ ESPINOSA, “Estudio histórico-artístico”, en *Nuestra Señora de África. Proceso de restauración*, Ceuta, Caja de Madrid, Ministerio de Cultura, 1993, pp. 19-25.

⁷ T. GÓMEZ ESPINOSA, “Estudio histórico-artístico”... cit., pp. 19-21.

⁸ T. GÓMEZ ESPINOSA, “Estudio histórico-artístico”... cit., pp. 22-23.

⁹ T. GÓMEZ ESPINOSA, “Estudio histórico-artístico”... cit., p. 25.

2. Heráldica

La presencia de símbolos de raigambre portuguesa es hoy día omnipresente en Ceuta. El escudo de la Ciudad es muy semejante al portugués y su bandera, igual que la lisboeta, jironada en blanco y negro. Pero se tratan de testimonios actuales de las raíces históricas ceutíes, de un patrimonio inmaterial celosamente preservado pero no de vestigios de los siglos de presencia portuguesa de los que aquí nos ocupamos. De ésta heráldica portuguesa, que debió ser relativamente abundante, el paso del tiempo y la falta de cuidado han dejado escasos aunque significativos ejemplares. Buena parte de estos blasones son conocidos gracias al trabajo realizado por David Schiriqui a principios del siglo XX, inédito largos años hasta que fue dado a conocer por Manuel Lería en 1965¹⁰. Si la obra de Schiriqui es general, Azevedo recopila específicamente la heráldica portuguesa de Ceuta en un interesante artículo¹¹. Recientemente han sido nuevamente estudiados estos escudos por Fuertes¹² y Garrido y Fuertes¹³. Ornando los lienzos de las defensas ceutíes fueron colocados un buen número de estos blasones heráldicos que testimoniaban la autoría de sus constructores, celebraban los hechos de armas o delataban con su presencia la posesión de la Ciudad. Reseñaremos dos de estos ejemplares.

El primero, labrado en caliza, muestra el escudo del reino timbrado con corona real abierta. Es fechado a mediados del siglo XVI y en cualquier caso antes de 1575 en función de la adopción de la corona real cerrada en ese momento. Procede de la desaparecida Primera Puerta del Puente del Cristo estando hoy ubicado en el frontispicio de la llamada Puerta de la Ribera (lám. 4). El segundo, semejante al anterior aunque adornado con volutas, es también de piedra caliza y se data en fechas semejantes por idéntico motivo. Procede de la desaparecida Inspección Civil y es custodiado hoy día en el Museo de Ceuta¹⁴.

Pero quizás la más conocida de las lápidas ceutíes sea la dedicada a Vasco Fernandes de Ataíde. Este hidalgo de la Casa Real portuguesa, veedor de la Casa del Infante D. Enrique, murió durante la conquista de Ceuta en 1415 a causa de una piedra arrojada desde las murallas. Está labrada en una estela monolítica de caliza de aproximadamente 150 cm de altura y 43 ancho. En la parte superior aparecen las armas de los Ataíde aunque modificadas. Se trata de un escudo de tipo español, representado inclinado, con tres barras que sustituyen las cuatro bandas de plata en campo de azur que constituyen las armas conocidas de esta noble familia. Sorprende también la ausencia de yelmo o cimera¹⁵. La zona inferior es ocupada por una leyenda que da noticia de las circunstancias de la muerte del hidalgo y señala su data, 1574, cuando fue erigida por Luis de Ataíde, Conde de Atoguía y ex- virrey de la India, llegado a Ceuta en la comitiva del rey Sebastián I (lám. 5). Esta pieza estuvo situada en la llamada torre de la Mora emplazada en un ángulo del Palacio de los Gobernadores. Cuando fue demolida pasó al Ayuntamiento estando actualmente expuesta en las salas del Museo de Ceuta.

Algunos otros escudos se han conservado aunque sobre materiales no pétreos. Es el caso del bordado en el Pendón Real que presenta las armas de Portugal timbradas con corona real cerrada y rodeadas del collar de la Insigne Orden del Toisón de Oro (lám. 6)¹⁶. Durante mucho tiempo se pensó que este estandarte había sido traído a Ceuta en tiempos de la conquista por el rey Juan I. Tras confirmarse durante su restauración la presencia de la corona real cerrada en su timbre y siendo ésta característica de las armas portuguesas a partir del reinado de D. Sebastián se ha propuesto una datación al menos a partir de ese reinado¹⁷. Esta atestiguado documentalmente

¹⁰ D. SCHIRIQUI, *Ceuta antigua y moderna*, edición prologada y preparada por Manuel Lería, Ceuta, Instituto Nacional de Enseñanza Media, 1965. Reeditada en 1983 por la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Ceuta.

¹¹ F. S. A. de AZEVEDO, "Alguma heráldica portuguesa em Ceuta", en A. Baeza (editor), *Ceuta hispano-portuguesa*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1993, pp. 289-298.

¹² M. FUERTES DE GILBERT ROJO, "Testimonios heráldicos en Ceuta", en *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, 8-1 (2004), pp. 453-476.

¹³ J. J. GARRIDO PARRILLA y M. FUERTES DE GILBERT ROJO, *Heráldica en Ceuta*, Instituto de Estudios Ceutíes, 2008.

¹⁴ J. J. GARRIDO PARRILLA y M. FUERTES DE GILBERT ROJO, *Heráldica en Ceuta...* cit., pp. 16-20.

¹⁵ F. S. A. de AZEVEDO, "Alguma heráldica portuguesa em Ceuta" ...cit., pp. 293-294.

¹⁶ J. GARCÍA COSÍO, *El Pendón o Estandarte Real de la siempre Noble, Leal y Fidelísima Ciudad de Ceuta. Historia de una restauración*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1979.

¹⁷ M. S. MANTILLA DE LOS RÍOS ROJAS, "Estudio y tratamiento de conservación y restauración del Estandarte Real de Ceuta", en Andrés Escalera Ureña y Eduardo Porta Ferré (coord.), *Actas del segundo Congreso de Conservación de Bienes Culturales*, Teruel, 23, 24 y 25 de junio de 1978, Madrid, Comité español del ICOM, 1978.

que en 1580 el Pendón Real conservado en el Convento de los Trinitarios en aquel momento fue utilizado en la toma de juramento de fidelidad a Felipe II (Filipe I) que los regidores de Ceuta realizaron ante Antonio Felices de Ureta, Corregidor de Gibraltar, enviado por el monarca a tal efecto¹⁸. Desde 1835 se encuentra depositado en el Palacio de la Asamblea.

Otras dos representaciones de las armas portuguesas sobre sendos versos de bronce de procedencia submarina se conservan en el Museo de Ceuta. En ambos sobre la caña aparecen representados el escudo de Portugal, la esfera armilar y una cartela de difícil lectura (lám. 7)¹⁹. Una tercera corresponde a una boca de fuego en la que están fundidas las armas de Portugal y sobre ellas una cartela con la leyenda SEBAST PDG LUSIT REX. Fue recuperado tras la toma de Tetuán en 1860 y parece corresponder con una de las piezas perdidas por el ejército portugués en la batalla de Alcazarquivir²⁰.

Del periodo de la unificación ibérica (1580-1668) recogen Fuertes y Garrido los blasones de Felipe III que adornan cuatro piezas de artillería con indicación en cartela rectangular, de “Don Felipe III Rey de España” y bajo ella en cartela ovalada “D. P. Pacheco su Capitán Gral. del A. Artillería 1614” y un escudo en caliza situado en el Gobierno Militar atribuido a Felipe IV²¹. En la plaza de Armas de las Murallas Reales se conservan hoy varias lápidas funerarias que pueden ser datadas también en el siglo XVII.

3. Monedas

Entre los restos materiales de la etapa lusitana recuperados en Ceuta destacan un significativo número de monedas, en su mayor parte inéditas. En general proceden de hallazgos antiguos siendo escasas las recuperadas en contexto arqueológico.

La publicación más extensa en que se recogen estas monedas data de 1989 y es fruto del estudio realizado por el Posac sobre la numismática ceutí, desde la antigüedad hasta el siglo XIX²². Recoge un total de 28 monedas correspondientes al periodo que nos ocupa. De ellas, doce son ceítiles (sobre los que volveremos más adelante) y 15 son numario portugués emitido bajo los reinados de Juan I, Duarte I, Alfonso V, Juan II, Manuel I y Sebastián I, quedando pues únicamente sin representar las acuñaciones realizadas bajo el reinado de Juan III. La última de las monedas descritas por Posac corresponde a un raro ejemplar de Antonio, prior de Crato, que disputó al monarca español Felipe II la corona portuguesa tras la muerte sin herederos de Sebastián I en la batalla de Alcazarquivir (lám. 8). Derrotado por Felipe II buscó refugio en las Azores donde emitió algunas monedas y procedió al resello de otras con un azor, el ave epónima del archipiélago. Una de estas monedas reselladas fue encontrada en Ceuta en la calle Jaúdenes. Sus caras estaban tan desgastadas que imposibilitaban su lectura. Hoy se conserva en la colección del Museo de Ceuta²³.

El número de monedas recogido no es muy elevado lo cual no permite hacer inferencias estadísticas significativas pero denota la amplia presencia de este numario en Ceuta cuya circulación supera con mucho la etapa lusitana alcanzando hasta las primeras décadas del siglo XVIII²⁴. El cuadro que a continuación presentamos resume los datos recogidos por Posac.

¹⁸ I. R. D. BRAGA MENDES y P. BRAGA, *Ceuta...* cit., pp.197-204.

¹⁹ J. M. HITTA RUIZ, F. VILLADA PAREDES, *Museo de Ceuta. Un recorrido por la historia de la ciudad a través de sus hallazgos arqueológicos*, Ceuta, Museo de Ceuta, 1998.

²⁰ J. J. GARRIDO PARRILLA y M. FUERTES DE GILBERT ROJO, *Heráldica en Ceuta...* cit., pp. 20-21.

²¹ J. J. GARRIDO PARRILLA y M. FUERTES DE GILBERT ROJO, *Heráldica en Ceuta...* cit., pp. 34-40.

²² C. POSAC MON, *La historia de Ceuta a través de la Numismática*, Ceuta, CajaCeuta, 1989.

²³ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta...* cit., p. 57.

²⁴ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta...* cit., p. 69.

N.º	A	B	C	D	E	F	G	H
1	JUAN I	Real de vellón	Pedro de Mena	28 mm	Bajo corona real letra Y del nombre del rey. A su izquierda letra L, marca de la ceca de Lisboa. En doble orla ADIVTORIVM NOSTRVM QUI FECIT CELVM	Escudo tetralobulado con las quinas de Portugal. En la orla INHS DEI GRA (tia) REX PO..	MC	POSAC (1989), p. 39
2	JUAN I	¿Ceitil?	¿Ceuta?	—	En una cara se lee IHNS bajo corona, ceca ilegible. Muy deteriorados los bordes. En la otra las quinas con castillos cantonadas		Colec. Artiel	POSAC (1989), p. 39
3	JUAN I	Vellón de medio real	Espino	20 mm	Letrero IHNS, sobre él una corona real, debajo letra L, indicativa de la ceca de Lisboa. En la orla ADIVTORIVM NOSTRVM	Quinas con castillos cantonados. En la orla IHNS DEI GRA REX...	MC	POSAC (1989), p. 39
4	DUARTE	Real supuesto Ceitil	¿Ceuta?	21 mm	Dentro de un círculo lobulado letras de iniciales del nombre del monarca en latín. Sobre ellas una corona y- debajo letra L indicativa de la ceca de Lisboa. En la orla EDVARDI. RX. PO.	Quinas con castillos cantonados. En la orla la misma leyenda que en el anverso	Colec. Glez. Vallecillo	POSAC (1989), p. 40
5	ALFONSO V	Real grosso	¿Ceuta?	25 mm	Nombre abreviado del monarca ALFO con una corona real encima y debajo una letra L, marca de la ceca de Lisboa. En la orla ADIVTORIVM NOSTRVM IN NOM	Quinas dentro de un escudo tetralobulado. Circulillos en los vértices internos y externos. En la orla ALFONSVS QVINTI REGIS PORTV	Colec. Sánchez Girón	POSAC (1989), p. 43
6	ALFONSO V	Espadim	Antigua Casa Sindical	21 /22 mm	Dibujo característico de esta moneda. A la derecha letra P, marca de la ceca de Oporto. En la orla ALFO : RE.: PORTVGAL...	Escudo de Portugal. En la orla AIVTOR...ECIT	MC	POSAC (1989), p. 44
7	ALFONSO V	Real preto	¿Ceuta?	18 mm	Letra mayúscula A, inicial del nombre del rey, bajo una corona. Letra L, marca de la ceca de Lisboa. En la orla ADIVTORVM N.	Quinas dentro de un círculo. Orla ilegible	MC	POSAC (1989), p. 44
8	ALFONSO V	Real preto	¿Ceuta?	18 mm	Letra mayúscula A, inicial del nombre del rey, bajo una corona. En la orla ADIVTORVM N.	Quinas dentro de un círculo. Orla ilegible	MC	POSAC (1989), p. 44
9	JUAN II	Vinten (lote sin especificar su número)	¿¿Ceuta?	18-20 mm	Letra mayúscula Y, inicial del nombre del Rey, con extremo inferior trebolado. Sobre ella una corona y a la izquierda letra L indicativa de la ceca de Lisboa. En la orla IOHANES: II: R: P: ET: A: D: G:	Escudo real entre dos anillitos. En la orla leyenda análoga a la del anverso.	Colec. Sánchez Girón	POSAC (1989), p. 48
10	MANUEL I	Vinten	¿Ceuta?	18 mm	Letra M, inicial del nombre del monarca. Sobre ella una corona, debajo la letra P indicativa de la ceca de Oporto, a los lados dos anillitos. En la orla, tras una cruz, EMANVEL, P.R.P. ET. A. D. GVINE	Escudo con quinas y castillos. En la orla la misma leyenda que en el anverso.	Colec. Sánchez Girón	POSAC (1989), p. 51

N.º	A	B	C	D	E	F	G	H
11	MANUEL I	Medio tostón de plata	¿Ceuta?	22 mm	Cruz de San Jorge con cuatro anillitos en los ángulos. En la orla, tras una cruz, I: EMANVEL. R. P. ET. A. D. GVINE	Quinas dentro de un círculo. En la orla se repite la leyenda del anverso.	Colec. Sánchez Girón	POSAC (1989), p. 51
12	SEBAST. I	Moneda de cobre	¿Ceuta?	30 mm	Cifra romana V, indicativa del valor de la moneda (cinco reales). A ambos lados de ella, abajo, una estrella. En la orla, probablemente, REX. SEXTVS. DECIMVS	Escudo de Portugal. En la orla, probablemente, SEBASTIANVS : I : D : G : P . ET : ALGARBIORVM	MC	POSAC (1989), p. 55
13	SEBAST. I	Moneda de cobre	¿Ceuta?	28 mm	Corona real y debajo de ella, en cuatro líneas SEBAS//TIA//NVS// I. En la orla AFFRIC. PORTVG. ET. ALGARB. REX.	Escudo de Portugal con cintas. Orla anepigráfica	MC	POSAC (1989), p. 55
14	SEBAST. I	Moneda de cobre	¿Ceuta?	23 mm	Corona y debajo letra S grande, inicial del nombre del monarca. A los lados estrellas	En cuatro líneas R // SEBAS // TIANVS // I	Colec. Glez. Vallecillo	POSAC (1989), p. 55
15	SEBAST. I	Moneda de cobre	¿Ceuta?	23 mm	Corona y debajo letra S grande, inicial del nombre del monarca. A los lados estrellas	En cuatro líneas R // SEBAS // TIANVS // I	Colec. Glez. Vallecillo	POSAC (1989), p. 55

Monedas publicadas por C. Posac de época portuguesa. Leyenda: N.º: Número de orden. A: Reinado en que se acuñó. B: Tipo de moneda. C: Lugar de aparición. D: Módulo. E: Anverso. F: Reverso. G: Ubicación (MC: Museo de Ceuta). G: Referencia bibliográfica.

Pero sin duda las monedas más abundantes en Ceuta son los llamados ceitiles. Se trata de monedas controvertidas en cuanto a su origen. Esta denominación aparece en primer lugar en la documentación portuguesa como adjetivo para calificar a la dobla musulmana acuñada en Ceuta. Es durante el reinado de Alfonso V cuando aparece por vez primera como sustantivo para denominar una moneda de vellón que vino a sustituir a los desaparecidos *reais pretos*. La primera mención en la documentación medieval portuguesa corresponde a una carta de perdón redactada tras el asalto a la judería lisboeta en 1449²⁵. Su nombre llevó a relacionar esta moneda con la conquista portuguesa de Ceuta en 1415 y de este modo algunos *reais pretos* acuñados por Juan I fueron catalogados incorrectamente como ceitiles como señaló a principios del siglo XX Ferreira y ha sido aceptado por la mayoría de los investigadores²⁶.

Se ha propuesto como fecha del inicio de estas acuñaciones los últimos años de la década del 40 del siglo XV²⁷. Su denominación fue interpretada por Dornellas, siguiendo a otros autores, como relacionada con la conquista portuguesa de Ceuta y sus tipos tomados del escudo de armas de la ciudad. También se ha indicado en ocasiones que procede del hecho de su acuñación allí (de ahí la interpretación de la ceca C como referida a Ceuta) o bien porque fuesen emitidas, al menos en principio, para Ceuta. Los primeros datos que conocemos sobre la acuñación en Ceuta es el nombramiento de un tesorero para la su Casa de la Moneda en 1451. Posac recoge doce ejemplares²⁸ pero posteriormente han sido publicados más aunque son muchos los que aún permanecen inéditos.

En 1998 una excavación arqueológica realizada en un solar de la calle Jaúdenes por Pérez Rivera permitió recuperar algunas monedas portuguesas, aún inéditas. Un ceutil de Alfonso V, en muy mal estado de conservación

²⁵ F. A. C. MAGRO, *Ceitís*, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, p. 11.

²⁶ A. FERREIRA BRAGA, "Numismática portuguesa. O ceutil de cobre", in *O Arqueólogo Português*, 8 (1903), p. 24; A. FERREIRA BRAGA, "Numismática portuguesa. O real preto", in *O Arqueólogo Português* 12 (1907), p. 164; F. A. C. MAGRO, *Ceitís*... cit., p. 12.

²⁷ A. FERREIRA GAMBETTA, "Ceitís de D. Afonso V. Sua origem e evolução", *Anais da Academia Portuguesa da História* (II série), 22 (1973); F. A. C. MAGRO, *Ceitís*... cit., pp. 12-13.

²⁸ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta*... cit., pp. 44-47.

como es habitual, fue localizado en una intervención arqueológica llevada a cabo en 2002 en la Calle Echegaray²⁹. En el mismo lugar fue recuperado también un real *preto* de Juan I en cuyo anverso aparecía la leyenda IHNS bajo corona real y letra L que señala la emisión de la ceca lisboeta. En la orla ADIVTORIVM NOSTRVM. En el reverso, quinas con castillos cantonados y orla ilegible³⁰. En 2004 una nueva moneda de bronce en muy mal estado, quizás un real *preto* o un ceitil, fue descubierta en la excavación realizada en el baño árabe (Plaza de la Paz). Ese mismo año apareció otro ceitil (lám. 9). en otra excavación realizada por José Suárez Padilla en la Puerta de Santa María (lám. 10). Ha sido recientemente publicado en el catálogo de la exposición “Un decenio de arqueología en Ceuta 1996-2006”³¹. Tiene un módulo de 25 mm y fue acuñado durante el reinado de Alfonso V. En el anverso muestra el habitual castillo de tres torres bañado por el mar rodeado por una orla casi ilegible. El reverso presenta las armas nacionales de Portugal, del tipo 3³² sobre cruz de Avis de la que sólo son visibles los extremos. En este caso, nos encontramos con una variante en la que la cruz es recruzada en sus extremos. Su orla es prácticamente ilegible.

Al asumir el trono portugués Felipe II se comprometió a respetar fueros, libertades y costumbres por lo que las emisiones portuguesas continuaron aunque ahora acuñadas a nombre de los nuevos soberanos. No obstante, pronto se extendió en Ceuta la moneda castellana, siendo especialmente valorados los llamados reales de a ocho. Ya en fecha tan temprana como 1589 hay constancia documental de su circulación en Ceuta³³. Posac cita dos monedas de dos maravedís, de Felipe II y Felipe III respectivamente, halladas en el subsuelo ceutí que son ejemplo de la colección que hoy custodia el Museo de Ceuta³⁴.

Tras la rebelión de 1640 que significó de hecho la ruptura de los lazos políticos con Portugal, Ceuta se ve inmersa en una crisis de numario resuelta con la emisión de dos series de monedas, de uno y medio y tres reales de vellón respectivamente, conocidas popularmente como “carillas”. Una de estas monedas fue encontrada en la calle Beatriz de Silva³⁵. Por último, cabe reseñar que aparecen también monedas reselladas en época española de las que Posac recoge un ejemplo. Se trata de una moneda de 4 maravedís acuñada en 1618 y con un resello de 1641 que eleva su valor a ocho maravedís³⁶.

4. Cerámicas

La atención prestada al estudio de los modestos objetos cerámicos recuperados fortuitamente o en las excavaciones arqueológicas ha sido, salvo excepciones, escasa. Posac aludía, hace ya casi medio siglo, a su escasez y a las dificultades de su identificación: “*el subsuelo [de Ceuta] es parco en vestigios lusitanos, que consisten principalmente en cerámicas, que muchas veces se confunden con productos españoles, y en monedas*”³⁷. A pesar de ello fueron ingresando en la Sala Municipal de Arqueología diversas piezas que pueden atribuirse a la fase lusitana si bien dadas las circunstancias de las recuperaciones su catalogación se circunscribe exclusivamente a las formas mejor conocidas del Levante hispano. Así Fernández Sotelo en su Guía de la Sala Municipal de Arqueología, tras reseñar la ausencia de cerámicas verde y morado, indica la existencia de varias piezas con decoración azul cobalto de los siglos XIV-XV³⁸. Se trata de dos escudillas en loza azul. Una porta el clásico motivo de palmetas dispuestas radialmente dentro del grupo de loza azul simple en tanto que la segunda presenta una decoración epigráfica de la serie “Ave María” sobre cubierta estannífera. Inédito hasta el momento es otro fragmento de orla de plato también de esta misma serie, pero en este caso combinado con motivos dorados.

Un cambio sustancial en la documentación se produce a raíz de las actuaciones que han sido llevadas a cabo en los últimos años durante las cuales ha sido posible la recuperación en su contexto de una serie de materiales

²⁹ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Entre el Islam y la Cristiandad...” cit., p. 385.

³⁰ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Entre el Islam y la Cristiandad...” cit., p. 384.

³¹ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, *Un decenio de arqueología...* cit., p. 177.

³² F. A. COSTA MAGRO, *Ceitis...* cit.

³³ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta...* cit., p. 58.

³⁴ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta...* cit., p. 60.

³⁵ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta...* cit., pp. 61-62.

³⁶ C. POSAC MON, *La historia de Ceuta...* cit., p. 62.

³⁷ C. POSAC MON, *Estudio arqueológico de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Enseñanzas Medias, 1962.

³⁸ E. A. FERNÁNDEZ SOTELO, *Sala Municipal de Arqueología-Ceuta, Guía Catálogo*, Ceuta, 1980.

cuyo estudio, aún en una fase inicial, permite al menos ampliar los datos conocidos hasta el momento³⁹. A grandes rasgos podemos señalar la localización de una serie de depósitos en la Almina en los que junto a una masiva presencia de materiales islámicos tardíos se identifican algunas piezas cuya atribución cronológica debe situarse en las primeras décadas del periodo portugués. La interpretación de esta circunstancia radica en que se trata de zonas prácticamente abandonadas o usadas en precario tras la conquista donde se han formado depósitos intencionados o naturales.

Señalaremos en primer lugar que durante la excavación del **Baño Árabe** se recuperó un abundante repertorio de cerámicas islámicas de última época. Junto a estas piezas se documentó la presencia de una serie de piezas que pueden datarse en el periodo portugués. Destacaremos una escudilla de asas con decoración azul, algunas otras piezas de cerámica común, cuya datación aparece confirmada al aparecer en el mismo contexto una moneda portuguesa, quizás un real preto o un ceitel. Posiblemente el edificio, una vez en desuso, fue deteriorándose progresivamente, derrumbándose parcialmente suelos y cubierta, hasta formar estos niveles arqueológicos posiblemente a partir de mediados del siglo XV⁴⁰.

Reseñaremos también los resultados de una intervención arqueológica, a la que antes hemos hecho referencia, en la calle **Echegaray**, en el solar actualmente ocupado por la ampliación del I.E.S. Luis de Camoens⁴¹. Allí fueron excavados varios depósitos subterráneos, “silos”, en los que se recuperó un abundante conjunto de objetos, fundamentalmente cerámicas de época islámica tardía. Pero junto a ellos, apareció un real preto de Juan I y un interesante conjunto de cerámicas de cronología lusitana. Destacan algunos platos, tres escudillas de procedencia levantina así como un conjunto de tapaderas, ollas y cazuelas cristianas, algunas con claros paralelos en excavaciones lisboetas. El proceso de formación del depósito parece corresponder al primer momento de la ocupación portuguesa. En las cercanías de este lugar se encontraba el barrio de Huerta Rufino levantado en el siglo XIV⁴² cuando la ciudad se veía angustiada por la masiva llegada de emigrantes musulmanes que huían de al-Andalus. Tras la conquista fue abandonado y los restos descritos deben corresponder a estos primeros momentos cuando estos silos fueron transformados en Alcazarseguer⁴³ ha permitido sugerir algunas hipótesis sobre el abastecimiento cerámico a Ceuta en este periodo. Conocemos por un documento fechado en 1436 las dificultades en el aprovisionamiento de loza, “*por quanto una das principaes cousa que son necessarias para provymto dos que esta en Cepta asy he louça para lhes levarem os mantimentos para que compre tanoeyros*”⁴⁴, acentuada por el abandono del único alfar islámico conocido de la ciudad hasta el momento, el del Llano de las Damas⁴⁵.

Un posible medio de abastecimiento sería la captura en territorio enemigo. Así tenemos la noticia recogida por Jerónimo de Mascarenhas de la captura en 1425 por la fusta ceutí al mando de D. Alvaro Fernádes Palanço de *un caravo de tres moros cargados con vidriados de Málaga, paños i otras mercaderias*. Fue apresado a la altura de Arcila y llevado a Ceuta. De cualquier modo dada la discontinuidad de estas acciones de corso podemos suponer que este aporte no debió ser muy significativo y centrado en producciones de calidad. Tampoco sería cuantitativamente relevante el procedente de las incursiones o almogaverías en territorios cercanos, dado que son otros productos los buscados (ganado, esclavos, alimentos, etc.) y las dificultades que tendría el transporte en territorio enemigo de grandes cantidades de vasijas. Parece más razonable considerar que un cierto número de piezas llegase a Ceuta

³⁹ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Entre el Islam y la Cristiandad...” cit.

⁴⁰ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Apuntes sobre la Ceuta medieval. El Baño de la plaza de la Paz, su contexto histórico y la arqueología islámica de Ceuta”, en *Contenidos de nuestro patrimonio histórico*, Ceuta, 2006, pp. 47-66.

⁴¹ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Entre el Islam y la Cristiandad...” cit.; J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, *Un decenio de arqueología...* cit.

⁴² J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Unas casas meriníes en el arrabal de enmedio de Ceuta”, en *Caetaria: revista del Museo Municipal de Algeciras* (1996), pp. 67-92; J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, *Un aspecto de la sociedad ceutí en el siglo XIV: los espacios domésticos*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2000.

⁴³ CH. REDMAN, *Qsar es-Saghir. An archeological view of medieval life*, Orlando, 1986; J. E. MYERS y M. J. BLACKMAN, “Conical plates of the hispanic-moresque tradition from Islamic Qsar es-Saghir: petrographic and chemical analyses”, en *La cerámica medieval nel Mediterraneo occidental*, Faenza, All’Insegna del Giglio, 1986, pp. 55-68.

⁴⁴ I. R. D. BRAGA MENDES y P. BRAGA, *Ceuta...* cit., p. 85.

⁴⁵ J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Ceuta durante el periodo mariní; Estado de la cuestión y nuevas perspectivas”, en L. Cara (ed.), *Ciudad y territorio en al-Andalus*, Granada, 2000, pp. 218-244; J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta mariní”, *Transfretana: revista del Instituto de Estudios Ceuties*, nº 4 (2000), pp. 291-328.

merced al intercambio comercial con las poblaciones cercanas en momentos de paz. Algo similar se constata en Alcazarseguer⁴⁶. Quizás un testimonio de estos intercambios sean las producciones modeladas de ollas y cazuelas así como algunas otras piezas islámicas que evidentemente seguían en uso en el territorio circundante y que están presentes en el depósito de la calle Echegaray. Pero sin duda alguna la principal fuente de aprovisionamiento cerámico sería la importación a través del Estrecho de Gibraltar. Los hallazgos de la calle Echegaray permiten ilustrar el comercio de vajillas hacia Ceuta, un comercio que ha dejado un escaso rastro en otras fuentes documentales.

Nos encontramos pues ante un panorama complejo y aún mal conocido que podríamos caracterizar así:

1. Interrupción de la actividad alfarera en el momento de la conquista.
2. Posible reutilización de cerámicas anteriores a la conquista, en un primer momento, consecuencia de las dificultades del abastecimiento.
3. Comercio con las poblaciones adyacentes en momentos de paz y botín de las acciones de corso.
4. Mayor importancia del aprovisionamiento desde la metrópoli y de otros centros productores peninsulares.

No son éstos los únicos hallazgos cerámicos de este periodo producidos en los últimos años. Así, en la Ciudad propiamente dicha, en intervenciones llevadas a cabo en la calle Jaúdenes por Pérez Rivera, por José Suárez en la Puerta de Santa María de África y en la calle O'Donnell y por F. Villada y J. Suárez en el Baluarte de los Mallorquines y la Plaza de la Catedral han podido documentarse niveles más o menos bien conservados de época portuguesa.

En la calle **O'Donnell** ha sido localizado un conjunto cerámico de gran interés en la amortización de un aljibe medieval. Junto a piezas islámicas aparecen servicios de cerámica de cocina (cazuelas, ollas, morteros, etc.) así como para presentación de alimentos. Entre estos últimos destaca la presencia de dos escudillas levantinas, una de la serie azul con decoración geométrica y otra de la producción azul y dorada, sin que el fragmento permita adscribir su decoración a una serie concreta. Aunque es difícil concretar una datación precisa parece posible fechar la formación de este depósito en el siglo XV.

Otro fragmento de escudilla de características semejantes, ha sido localizado en los estratos más profundos exhumados en la intervención realizada junto a la **Puerta de Santa María**, en el frente norte de las murallas de la ciudad. La pieza aparece en los niveles de base del empedrado de la rampa de acceso, justo en el espacio donde se añadió un refuerzo moderno a una de las torres de época califal del recinto preexistente.

La intervención en el **Baluarte de los Mallorquines** también ha permitido identificar un fragmento de un cuenco de reducidas dimensiones con cubierta de vedrío verde hasta la altura de la carena. En el borde presenta un pequeño apéndice digitado a modo de asa.

Uno de los conjuntos cerámicos más interesantes de época moderna de Ceuta, con una cronología que avanza hasta el siglo XVI, ha sido exhumado en los recientes trabajos llevados a cabo en la **Plaza existente en el lateral occidental de la fachada de la Catedral de Ceuta**. Dentro de una fosa irregular, quizás un basurero, se encontraron cerámicas de cocina (ollas, cazuelas, alcadafes, mortero, etc.) y contenedores (jarras y jarritas). También son significativas varias escudillas de loza blanca con repié y perfil quebrado así como fragmentos de una forma cerrada de pasta rojiza-anaranjada y paredes delgadas con gallones.

Aunque el número de piezas conocido hasta el momento dista de ser lo suficientemente amplio como para inferir posibles consecuencias sobre las transformaciones en la ocupación del espacio urbano ceutí, resulta significativo comprobar cómo en la Almina los dos conjuntos identificados (Baño árabe y Echegaray) son datados en algún momento del siglo XV en tanto que en la Ciudad, la zona más estrecha del Istmo, aparecen piezas tanto del siglo XV como del XVI lo que concuerda fielmente con las hipótesis sobre la evolución urbana de Ceuta en esos siglos que tendremos ocasión de analizar con más detalle a continuación (lám. 11).

⁴⁶ CH. REDMAN, *Qsar es-Seghir*... cit.

II. FORTIFICACIONES

Cuando los portugueses conquistan Ceuta la ciudad cuenta con unas potentes defensas islámicas cuyos elementos más tempranos conocidos datan de época omeya⁴⁷. Consolidados y adaptados en lo posible a las nuevas necesidades, aunque transformados en escasa medida, fueron estos lienzos los que protegieron la Ceuta lusitana durante 125 años hasta que, conscientes de que la evolución de la potencia de fuego enemiga las convertía en vulnerables, fue edificado el dispositivo abaluartado diseñado por Benedito de Ravena. La envergadura del proyecto ejecutado y su monumentalidad unida a su utilidad para la defensa de Ceuta hasta momentos relativamente recientes ha permitido su conservación en bastante buen estado convirtiéndose en los restos materiales lusitanos más conocidos de la ciudad del Estrecho de Gibraltar. Especialmente significativo, tanto por su estado de conservación como por las innovaciones que en él se plasmaron, es el frente occidental de la Ciudad con su recia cortina flanqueada por dos potentes baluartes, foso marítimo y contraescarpa. A éste Frente de Tierra, como también es conocido, prestaremos una especial atención.

1. Precedentes

Aunque se ha apuntado la existencia de un recinto murado en época romana basándose en el testimonio de Procopio que los vándalos habrían dejado arruinarse, no han sido localizados aún restos del mismo. En época bizantina sabemos que Justiniano I convirtió Ceuta en una base naval importante fortificándola. Algunos autores consideran que la cerca califal conserva elementos característicos de las defensas bizantinas, especialmente el antemuro o *sitara* frente a la muralla occidental⁴⁸. Aún ningún tramo de este recinto bizantino ha sido identificado.

La muralla que rodeaba la medina islámica, según la descripción de al-Bakri, era una formidable construcción en piedra iniciada por Abd al-Rahman III y finalizada por su hijo al-Hakam II en 962. Su construcción se inserta en un proyecto más amplio de consolidación de las defensas ribereñas de las costas andalusíes y magrebíes, consecuencia de la grave amenaza que suponen para los puertos bajo dominio cordobés las acciones de la flota fatimí⁴⁹. Esta política de reforzamiento de las defensas del área del Estrecho de Gibraltar se concreta en la creación de una poderosa flota y la consiguiente construcción de nuevas atarazanas (Alcácer do Sal, Almería, Tortosa, etc.) y en la edificación de una serie de construcciones castrales (Tarifa, Marbella, Estepona, Ceuta y Tánger).

Promovidas por el estado omeya, estas fortalezas guardan entre sí estrechos vínculos ya que, a su misión netamente defensiva, unen un marcado carácter simbólico. Así, ni la elección del material empleado, ni el aparejo constructivo típicamente cordobés, ni la tipología de las planimetrías utilizadas, son fruto del azar. Al margen de su carácter defensivo, estas fortalezas son la concreción material del dominio político omeya en la zona del Estrecho de Gibraltar y ponen de manifiesto su capacidad técnica y económica y su poderío militar. Los restos de la cerca que mandó construir al-Nasir definen una planta de tendencia rectangular de 350 por 200 metros. La medina ceutí tendría una extensión de aproximadamente siete hectáreas (similar a la de ciudades como Gibraltar, Elvas, Niebla, etc.).

Como se ha señalado la arquitectura omeya empleó frecuentemente, cuando las características del terreno lo permitían, plantas regulares en fundaciones defensivas estatales que han sido relacionadas con la tradición clásica. En consecuencia, el recinto fortificado ceutí responde a estos mismos modelos. Dicha cerca siguen el patrón cordobés (desarrollado a partir de época emiral) de ciudad con un alcázar (qasr) en un extremo de la medina

⁴⁷ C. GOZALBES CRAVIOTO, "Las fortificaciones medievales del Frente de tierra de Ceuta", en *1 Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar*, Madrid, 1988, tomo II, pp. 401-410; J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, "En torno a las murallas de Ceuta. Reflexiones sobre el amurallamiento de Septem Fratres y la cerca omeya de Sabta", en *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones*, Ceuta, 2004, pp. 17-52; J. M. HITA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, "Informe sobre la intervención arqueológica en el Parador de Turismo "Hotel La Muralla" de Ceuta", en *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones*, 2004, Ceuta, pp. 205-243; J. M. HITA RUIZ, J. SUAREZ PADILLA y F. VILLADA PAREDES, "Ceuta, puerta de al Andalus: Una relectura de la historia de Ceuta desde la conquista árabe hasta la fitna a raíz partir de los datos arqueológicos", *Cuadernos de Madinat al-Zahra* 6 (2008), pp. 11-52.

⁴⁸ M. CHERIF, *Ceuta aux époques almohades et mérinide*, Paris, 1996.

⁴⁹ P. GURRIARÁN DAZA, "Hacia una construcción del poder. Las prácticas edilicias en la periferia andalusí durante el califato", en *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, 5 (2004).

con la finalidad de controlar el principal acceso a la misma, tal como vemos en Mérida, Toledo, Sevilla e incluso en Murcia⁵⁰. En este recinto se sitúan los edificios públicos más representativos del poder político (el alcázar) y religioso (la mezquita aljama), la alcaicería, baños y algunas de las residencias de los notables de la ciudad.

Flanqueando esta medina se edificaron dos arrabales, uno al este y otro hacia el oeste. El oriental, más antiguo, contó con tres baños y el occidental conformaría el denominado arrabal de Afuera.

Según al-Bakri el lienzo occidental, por el que se ingresaba a la medina, estaba provisto de nueve torres abriéndose en la central la puerta principal⁵¹. Delante de este muro se extendía otro, la *sitara*, bastante más bajo aunque con altura suficiente para proteger a un hombre. Por delante de éste se dispuso un foso grande y profundo que permitiría mediante una pequeña adecuación hacer pasar las aguas del mar de una a otra bahía con lo que la península ceutí se transformaría en una isla completamente separada del continente. Para cruzarlo se utilizaba un puente de madera delante del cual había un cementerio, un jardín y algunos pozos. El muro meridional discurría por la cresta de un terreno elevado. El oriental y el situado al norte descendían gradualmente hacia los terrenos más bajos. En el lado norte se encontraba el palacio del gobernador al cual se ingresa a través de la puerta situada en la torre de Sabec.

A lo largo de los siglos de dominación islámica los recintos fortificados conocieron diversas reparaciones y transformaciones dándonos el relato de al-Ansari, escrito poco después de la conquista lusa, una magnífica descripción de la ciudad islámica que los portugueses tomaron.

2. El periodo portugués (hasta 1541)

Estas fortificaciones sufrieron daños durante la ocupación y debieron ser reparadas pues pocos años después sirvieron para contener los ataques conjuntos de nazaríes y mariníes de 1418 y 1419⁵². A lo largo de todo el siglo XV las obras de refuerzo y adecuación debieron continuar hasta que bajo el reinado de D. Manuel I se produjo un hecho trascendental. Según nos informa Correa da Franca hasta 1507 *“se mantubo esta estendida ciudad de Ceuta con su antigua muralla [...], pero ya se hallaba por muchas partes arruinada y con brechas tales que con facilidad se podía entrar, y más por el frente que mira a España; por lo que el rei don Manuel mandó la reconociesen hombres prácticos en la guerra e inteligentes en el modo de fortificar, a quienes pareció que, respecto ser preciso haber crecido gasto en el reparo de los muros y que éste se debía siempre continuar, y que su ámbito pedía mui numerosa guarnición en caso que llegase el tiempo que la ciñesen con asedio regular, era conveniente reducirla a estado que con poca gente se pudiese defender. Y así no quedaría tanta longitud de muro necesitado a reedificar. Conformándose pues el rei con esta idea, se hubo de emprender y, no siendo el número de sus havitadores cristianos igual, sino muchísimo menor del que tenían los moros al tiempo que el rei don Iuan la conquistó, las más de las casas eran ya reducidas a tierras de //56v labor, viñas y arboledas.*

314. Por los frentes de oriente y occidente y por lo más hondo y estrecho cortaron la ciudad, quedando el de oriente con latitud de ciento y cinco toesas y el de occidente con ciento y veinte y cinco, sin incluir los antiguos brazos o espigones que por ambos costados salen al mar. Y las puertas quedaron en medio de estos frentes. La cara que mira al norte, con la longitud de doscientas setenta y dos toesas, y la que mira al sur con de doscientas treinta y dos, dejando las puertas de estos muros sin tocar.

La obra se había según costumbre y necesidad de aquellos tiempos, y en los presentes se demuestra en la muralla que mira al oriente, quedando entonces conforme a ésta la que mira al occidente. En su ámbito quedaron la catedral, combentos de Santo Domingo y el que en el presente tiempo es de descalzos trinitarios, ermitas de Nuestra Señora de África, San Antonio y San Blas, palacio de los capitanes gobernadores y menos de quinientas casas; cuasi todo el demás suelo se redujo también a huertos, viñas y arboledas que poseían sus antiguos dueños, dejando para el común un espacio

⁵⁰ M. ACIÉN ALMANSA, “La fortificación en al-Andalus”, en *Archeologia Medievale*, XXII (1985), pp. 7-36.

⁵¹ C. GOZALBES CRAVIOTO, “La estructura urbana de la Ceuta medieval”, en *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar*, Madrid, 1988, tomo II, pp. 345-350; C. GOZALBES CRAVIOTO, “Las fortificaciones medievales... cit.”; C. GOZALBES CRAVIOTO, “La medina o núcleo urbano central en la Ceuta hispanomusulmana, I. El palacio de los gobernadores y las mezquitas”, en *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, 3 (1988), pp. 49-69.

⁵² I. R. D. BRAGA MENDES y P. BRAGA, *Ceuta...* cit., pp. 33-35.

*que llamaron el Rebellín y era desde el frente que ahora es de los ornos de la munición y huerta interior del nuevo palacio del gobernador hasta entonces la nueva muralla de la ciudad.*⁵³

Nos encontramos ante una precisa descripción de un proceso de reducción de los límites de la ciudad habitual en las plazas portuguesas norteafricanas denominado *atalho*⁵⁴. A pesar de ello las fortificaciones permanecieron siempre en una situación poco deseable que provocó continuas solicitudes al rey para que enviase hombres y materiales para su refuerzo ante la amenaza constante del enemigo⁵⁵. No obstante la estructura básica de la fortificación islámica, al menos en su frente occidental, se mantuvo hasta las grandes reformas acaecidas en 1541 bajo el rey Juan III. Era creencia extendida que apenas nada se conservaba de la fortificación islámica muy afectada por las obras de mediados del siglo XVI especialmente en el llamado Frente de Tierra⁵⁶. Como comprobaremos más adelante las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo en estos últimos años han permitido reconocer parte de esta cerca.

Existe una relativamente abundante documentación archivística que muestra claramente la existencia de una preocupación ininterrumpida por el estado de conservación de las defensas. Así conocemos el nombramiento como maestro de las obras de fortificación de Rodrigo Anes, cargo extensivo a otras plazas portuguesas norteafricanas como Alcazarseguer, Tánger y Arcila⁵⁷.

Las dimensiones de la ciudad islámica eran claramente exageradas para el volumen de población lusa. Los habitantes de Ceuta en los siglos XII-XIII han sido estimados por C. Gozalbes en 29.000 o 30.000 personas⁵⁸, cifra posiblemente superada en fechas posteriores. Tras la conquista, Juan I dejó en Ceuta un contingente de unos 2.500 hombres cifra que no debió variar demasiado a inicios del siglo XVI⁵⁹. Esta circunstancia, unida a las necesidades defensivas, llevó a Manuel I a ordenar que la población residiese en el Istmo centrando en este punto los recursos destinados por la metrópoli a la defensa. De hecho, las viejas murallas medievales resultaban cada vez más ineficaces frente a la artillería y la atención de la corona debía atender a un mayor número de territorios progresivamente más alejados de la metrópoli. Además el abastecimiento de las plazas norteafricanas generaba un volumen de gastos y requería un número de hombres difíciles de soportar máxime cuando la atención preferente del reino se centra en otros enclaves más rentables. Así, el Duque de Bragança en 1529 había sugerido la cesión de Ceuta y otras plazas (Alcazarseguer, Tánger y Arcila) a Carlos V quedando Portugal solo con la posesión de Azemur y Safi, idea que se rechazó en principio pero que, a mediados del siglo, se plasmó al menos parcialmente en el abandono de Safi (1541), Arcila y Alcazarseguer (1550).

En tiempos de Manuel I la actividad constructiva fue notable como se desprende de la documentación archivística⁶⁰. Conocidos personajes como Francisco Danzilho, Boytac, Duarte Coelho o Joao de Castilho visitaron Ceuta y participaron en una u otra medida en los proyectos constructivos llevados a cabo en ese periodo⁶¹.

Quizás es en la muralla del frente norte de la Ciudad (lám. 12), posiblemente por no haber sufrido una reforma tan profunda en el reinado de Juan III, donde podemos rastrear alguna de estas reformas. Efectivamente, en este lugar han sido documentadas dos troneras, una de orbe y palo, la segunda de orbe y cruz (lám. 13), que parecen un intento de adaptación de estos lienzos a la nueva realidad que supone el desarrollo de la pirobalística que caracteriza la segunda mitad del siglo XV y la primera mitad del siglo XVI. Los paralelos más cercanos de estas troneras los encontramos en Alcazarseguer abandonada como ya hemos señalado a mediados del siglo XVI.

⁵³ A. CORREA DA FRANCA, *Historia de la mui noble y fidelísima ciudad de Ceuta*, edición de M^a del Carmen del Camino, Ceuta, Ciudad Autónoma, 1999, pp. 158-159.

⁵⁴ J. CORREIA, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP Publicações, 2008.

⁵⁵ J. CORREIA, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...* cit., pp. 11-112.

⁵⁶ P. DIAS, *A arquitectura dos portugueses em Marrocos...* cit., p. 35.

⁵⁷ P. DIAS, *A arquitectura dos portugueses em Marrocos...* cit., p. 35.

⁵⁸ C. GOZALBES CRAVIOTO, "La demografía de la Ceuta medieval", en *II Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, Noviembre 1990*, Madrid, 1995, Tomo III, p. 53.

⁵⁹ I. R. D. BRAGA MENDES y P. BRAGA, *Ceuta...* cit., p. 56.

⁶⁰ P. DIAS, *A arquitectura dos portugueses em Marrocos...* cit., p. 37.

⁶¹ P. DIAS, *A arquitectura dos portugueses em Marrocos...* cit., pp. 37-39; J. CORREIA, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...* cit., pp. 111-115.

Una intervención arqueológica ha sido llevada a cabo en la Puerta de Santa María (lám. 10) atestiguando su posible origen islámico. Sufrió una importante reforma que quizás pueda datarse en estos momentos. A la Puerta se accede desde una pequeña playa situada al abrigo del inmediato Baluarte de los Mallorquines gracias a una rampa con suelo empedrado. Se flanqueó esta Puerta con dos anchas torres fruto una de ellas del ensanchamiento de una torre del recinto califal, con mampostería y una característica fábrica a base de sillares muy delgados reforzando la esquina.

Para ilustrar la fisonomía de Ceuta en estos momentos contamos con tres documentos gráficos de excepcional importancia. El primero es el recogido en el Libro de los navegantes, *Kitab i-Bahriye*, del almirante turco Muhyi al-D'in Piri Reis (1465-1533). Afamado marino, escribió esta obra en dos ocasiones, la primera en 1521 y la segunda en 1525-1526, existiendo algunas diferencias entre ellas (lám. 14). Utilizamos para nuestro análisis la segunda conservada en un manuscrito de la Biblioteca Süleymaniye de Estambul, número de registro Aya Safia 2.612, recientemente editada⁶². Los datos que sirven de base para el diseño recogido en esta obra deben corresponder al momento en que Piri Reis frecuentó la zona (1483-1496).

La ciudad de Ceuta aparece representada en tres planos distintos (139, 140 y 140 bis). El primero es una imagen del Estrecho de Gibraltar centrada en la costa peninsular ibérica en el que la única ciudad norteafricana representada es Ceuta. Se muestra como una península unida al continente por un angosto istmo y rodeada completamente de una muralla guarnecida regularmente por torres. Mayor interés tienen las otras dos que mantienen algunas pequeñas diferencias en la representación de la costa.

En todas, la población aparece apiñada en la zona ístmica rodeada de murallas en tanto que el resto de la península aparece prácticamente despoblada respondiendo bien al esquema de evolución urbana conocido hasta el momento (lám. 15). De planta aparentemente rectangular la cerca que rodea el istmo aparece reforzada con torres en sus cuatro lados vislumbrándose dos puertas. La primera, situada al norte, conduce a un espigón al que aparece amarrado un navío que quizás pueda identificarse con los restos localizados en la intervención arqueológica realizada recientemente en el interior del Baluarte de los Mallorquines. Allí ha sido identificado un tramo de la muralla califal construido con sillares de biocalcarenita dispuestos con el típico aparejo de sogas y tizones reaprovechado en el interior del citado baluarte formando parte de su cara norte. También han sido documentados otros lienzos de menor grosor situados perpendicularmente a los anteriores que parecen conformar una puerta de acceso al recinto. Al interior y en paralelo al muro principal califal ha sido descubierta una potente estructura de dos metros de ancho, con careado de mampostería y macizado de calicanto, que quiebra en un determinado punto para dirigirse hacia el norte cortando la muralla islámica. Podría corresponder quizás al espigón que muestra el plano de Piri Reis.

La Almina y el Hacho aparecen también rodeados de otra cerca con torres representadas con un trazado distinto que quizás pretenda reflejar la diferente naturaleza del material y aparejo empleado en su construcción. En su interior como ya indicamos aparece un espacio sin más construcción que una torre en la cima de un monte, posiblemente el Hacho.

La segunda imagen a que hacemos referencia es el grabado de Ceuta contenido en la obra *Civitates Orbis Terrarum* editada por Braun entre 1572 y 1617, que conoció múltiples versiones en siglos posteriores (utilizamos para nuestra descripción la conservada en el Archivo Central de Ceuta). La imagen de la ciudad está realizada a vista de pájaro desde la bahía norte. La Almina, el Hacho y el Campo Exterior aparecen con diversas construcciones arruinadas en tanto la población se agolpa en el Istmo en torno a un espacio vacío o plaza cuya situación debe corresponder básicamente con la actual plaza de África. Ofrece una estructura urbana básicamente similar a la de Piri Reis (lám. 16). Las murallas aparecen en algunos tramos en un estado ruinoso lo que explicaría la preocupación de Manuel I por sus defensas y parece denotar que la imagen corresponde a algún momento de las primeras décadas del siglo XV pues no aparecen reflejadas las importantes reformas del Frente de Tierra llevadas a cabo por Juan III.

La tercera imagen a que hacemos referencia es uno de los frescos que ornamentan el patio del Palacio de D. Álvaro de Bazán, primer Marqués de Santa Cruz, en el Viso del Marqués (lám. 17). Este afamado almirante

⁶² PIRI REIS, *Kitab-i bahriye Libro para navegantes*, Madrid, 2007.

de la flota española fue encargado de prestar auxilio a la defensa de Ceuta y Tánger en 1578. En el programa iconográfico de su residencia fueron incluidas una serie de imágenes de combates navales en los que participó ocupando la que lleva por título “Socorro de Ceuta y Tánger” un lugar preferente. Bajo una cartela en la que se da cuenta pormenorizada de las circunstancias de esta acción se traza un diseño de la costa africana del Estrecho de Gibraltar y parte de la mediterránea, con Ceuta en primer término. A Ceuta llegan las treinta galeras procedentes de Gibraltar recogiendo el momento en el que parte de la flota queda fondeada a su abrigo en tanto que el resto parte en auxilio de Tánger. Ceuta aparece vista desde el nordeste, con el Hacho en primer plano. La ciudad aparece totalmente rodeada por una muralla alta reforzada con torres cuadradas (lám. 18).

Esta representación es muy cercana a la del *Civitates Orbis Terrarum* aunque con algunas pequeñas singularidades de interés. Menos utilizada que la anterior por los investigadores, cuando no simplemente ignorada, merece ser descrita con mayor detalle prestando especial atención a sus diferencias y semejanzas con la anterior. El Hacho aparece rodeado por dos líneas de murallas concéntricas, una a pie de acantilado y la otra protegiendo su cima. La inferior tiene varios paños y torres semiderruidos evidenciando su fragilidad. La superior se encuentra en mejor estado y encierra una construcción en cuya base de abre una puerta en una torre. También aparece en la representación del *Civitates Orbis Terrarum* pudiéndose apreciar allí su planta cuadrangular y la misma torre y puerta. Esta torre que domina el Hacho encerrada en un cinturón de murallas es denominada en el plano de 1643 “*Desenho da Cidade e Fortaleza de Cejta, castelo da Almina*”. Aparece también en el fresco del palacio del Viso un edificio entre los dos recintos de murallas señalados en el Hacho. Se trata de una construcción con cubierta a dos aguas y torre en la cabecera que debe corresponder a la ermita de Santa Catalina, que en la imagen del *Civitates Orbis Terrarum* aparece sin torre. Ambos recintos fortificados del Hacho son mostrados desde el nordeste por lo que no puede saberse si cerraban o no completamente su recorrido. En el plano de 1643 antes citado queda un tramo abierto por lo que es posible que la imagen completamente cerrada que ofrecen tanto el *Civitates* como el diseño del Viso se deba a la perspectiva desde la que están hechas. En ambas imágenes parece claro que la separación entre el Hacho y la Almina queda delimitada por una línea de murallas con torres cuadrangulares.

La Almina aparece representada de forma muy comprimida debido a la perspectiva, prácticamente abandonada y con sólo algunas torres o antiguos alminares en las cumbres de los principales accidentes que conforman su abrupta topografía. Alguna pequeña edificación asilada, con tejado a dos aguas, aparece en la imagen del Viso, de forma semejante a como queda reseñado en el *Civitates Orbis Terrarum*. Al menos el frente norte de la Almina, el único visible, está amurallado por un lienzo coronado por merlatura y reforzado por torres de planta cuadrangular, en todo semejantes a las del circuito inferior del Hacho. De forma similar al *Civitates Orbis Terrarum* se marca también aquí un ingreso abierto en las cercanías del confín de la Almina con el Hacho. En el *Civitates Orbis Terrarum* se indica que fue por este lugar por el que se produjo el desembarco de las tropas de Juan I en el momento de la conquista.

En cuanto a la Ciudad propiamente dicha aparece representada, siguiendo al *Civitates Orbis Terrarum*, rodeada de murallas. Al norte un frente similar al descrito en la Almina muestra un espigón que arranca de una de las torres y parece terminar en un ligero ensanchamiento lo que le confiere una característica forma de L también visible en la imagen del *Civitates Orbis Terrarum*. Tras él se abre una puerta que da al mar y que quizás corresponda a la dibujada en la obra de Piri Reis. Al otro lado de la puerta, una esbelta torre, cubierta por un tejadillo rematado en una especie de torrecilla con tejado a cuatro aguas, una elevada cortina y otra torre cuadrada en la que ondea una bandera. De esta segunda torre parte un muro más bajo, paralelo a la costa, que termina en una torre cuadrada. Tras este muro aparece otro mucho más alto con huecos ciegos, en la imagen del Viso adintelados, cuando en el *Civitates Orbis Terrarum* aparecen arquerías también ciegos.

En el *Civitates Orbis Terrarum* un camino paralelo a la costa parece dirigirse al pasillo formado por estos dos lienzos radicando aquí una de las más significativas diferencias con la imagen plasmada en el Viso. En ésta se muestra en este lugar la cava del foso navegable en el que penetran las aguas del mar. Es posible que el camino señalado en el *Civitates* condujese a un acceso, oculto en la imagen, que permitía el ingreso en el Palacio del Gobierno y que puede corresponder al descubierto recientemente en la excavación del Baluarte de los Mallorquines. Recordemos que al-Bakri señala que existía una entrada a dicho palacio a través de la torre de Sabec. Cuatro altas torres con

merlatura parecen delimitar un espacio rectangular que conformaría el recinto del Palacio. Una de ellas, la situada en su esquina suroccidental, es la conocida “Torre de la Mora” de la que conservamos fotografías anteriores a su derribo. Tanto en las imágenes del *Civitates Orbis Terrarum* como en la de El Viso un gran edificio con tejado a dos aguas ocupa la mayor parte del interior de este espacio. En la Ciudad el caserío, compuesto por edificaciones con tejados a dos aguas, se agrupa hacia el sur y este quedando un amplio espacio abierto o plaza frente a él. Esta distribución coincide con la que muestra la obra de Piri Reis.

Mientras que en el *Civitates Orbis Terrarum* tres torres de gran tamaño, cuadrangulares y con cuerpos concéntricos marcan edificios de importancia (la Catedral, *Templum Summi*, y el Convento de Santiago, *S. Iacobi*) en el fresco de El Viso solo dos son representadas. Otra diferencia entre ambos es la no representación del templo de Nuestra Señora de África, presente en el *Civitates Orbis Terrarum*. La separación entre la Ciudad y la Almina queda marcada por un lienzo sin torres al que se adosan las traseras de algunas casas. En el *Civitates Orbis Terrarum* aparece representado de forma semejante aunque se aprecia un adarve que corona la muralla tras la merlatura y la puerta que da acceso a la Almina en una torre que se eleva sobre la muralla.

En el campo exterior, el fresco del Viso traza las murallas del Afrag con sus dos líneas de murallas concéntricas y una torre alta, quizás el alminar de la mezquita, en la zona más elevada. En los lienzos amurallados se abren sendas puertas en dirección de la medina, apareciendo en el *Civitates Orbis Terrarum* indicado incluso el camino que las une. Entre el Afrag y la medina han desaparecido las torres dibujadas en el *Civitates Orbis Terrarum*. Sobre la costa del Estrecho de Gibraltar y mediterránea el fresco del Viso muestra diversas torres, de muy variada tipología. Más allá del Afrag, la caballería berberisca corre el campo mientras que las tropas de a pie llegan a través de los desfiladeros desde el montañoso interior.

La acción que narra este fresco data como ya hemos dicho de 1578 pero cabe preguntarse a qué momento debe corresponder la imagen que ofrece de la ciudad. Quizás el primer elemento a considerar es la cercanía de esta representación con el grabado recogido en el *Civitates Orbis Terrarum*. Como es conocido esta obra fue editada en Colonia entre 1572 y 1617 pero como ya señalamos la imagen ofrecida de Ceuta corresponde a un momento anterior a la construcción de las defensas diseñadas por Benedito de Ravena (1541) lo que nos ha llevado a datarla junto a otras características en ella presentes al menos en las primeras décadas del siglo XVI. La fortuna que conoció el atlas de Braun fue grande reproduciéndose hasta agotarlas las planchas de los grabados que aún continuaban en uso a mediados del siglo XVIII, dos siglos después de ser ejecutadas, lo que permite suponer que cientos de estos grabados circularon durante un amplio periodo. Se convirtió esta imagen de la ciudad pues en un cliché repetido en distintas ocasiones incluso en momentos bastante más tardíos. Pero en los frescos del Palacio de El Viso del Marqués aparece comenzada la excavación del foso navegable, pero no construidas aún las Murallas Reales, lo que nos lleva a entender que la imagen de Ceuta presentada puede corresponder a algún momento de la década de los 40 del siglo XVI fecha de ejecución de dicho foso.

Así cabe pensar que el autor del fresco tuvo presente la imagen del *Civitates* durante su diseño pero la modificó en algunos aspectos para adecuarla a las transformaciones acaecidas en la plaza a mediados del siglo XVI.

3. Proyecto de Benedito de Ravena

La decisión de mantener Ceuta bajo dominio portugués obligó a llevar a cabo una importante reforma de las defensas en el reinado de Juan III. No es un caso excepcional pues también se ejecutaron durante estos años importantes obras de fortificación en otras plazas lusas de las que son especialmente significativas las de Mazagán. Efectivamente, a pesar de las reformas manuelina, la cada vez más pujante artillería enemiga convertía en vulnerables las defensas ceutíes. No es casualidad que en estos años centrales del siglo XVI se produzca una reorganización de la presencia lusitana en la fachada atlántica norteafricana. Una reestructuración que como dijimos con anterioridad supuso el abandono de Azemur, Safi y Agadir en 1541 y el de Alcazarseguer y Arcila en 1550 así como la realización de importantes proyectos de reformas de las estructuras defensivas de Tánger, Mazagán y Ceuta, las únicas plazas en que se concretó el dominio portugués en el norte de África a partir de mediados del siglo XVI.

El proyecto de reforma en 1541 de las defensas ceutíes es debido a la traza de Benedito de Ravena, autor también de la de Mazagán. Las obras de construcción se inician en 1543, una vez aprobadas por el monarca,

siendo gobernador D. Antonio de Noronha. Conocemos este proyecto (Archivo Nacional de Torre do Tombo, Corpo cronológico, Parte I, Maço 69, número 125) publicado por primera vez por Ricard en 1947 y traducido recientemente al español por Ruiz Oliva⁶³. Su interpretación precisa, la identificación de los puntos allí citados en la topografía ceutí, ha sido sin embargo confusa en ocasiones debido a que en él se hace referencia en distintos momentos a un plano perdido o al menos no localizado hasta ahora. Ha sido reiteradamente estudiado lo que nos eximirá de analizarlo de forma minuciosa.

La zona más baja de los lienzos está construida con sillares de caliza bien labrados, de aproximadamente un metro de longitud, dispuestos a soga. La construcción se completa con paramentos contruidos con bloques anisodómicos, sillarejo y mampostería, todo ello cubierto por un grueso mortero del que aún son visibles algunos restos⁶⁴. Este esquema constructivo es visible también en la fortaleza de Mazagán. En el proyecto se presta especial atención al frente occidental de la población, el más expuesto a los ataques terrestres del enemigo. Aquí se construyó un foso navegable con su escarpa y contraescarpa, con dos baluartes en sus “cuñas” (lám. 19). En ellos, había dos bóvedas en cada uno y dos troneras que batían los lienzos de sus lados.

Sobre la cara trasera de las Murallas Reales fueron contruidas a inicios del siglo XVIII una serie de bóvedas a fin de alojar las tropas que acudieron a defender Ceuta del cerco al que fue sometida por las tropas de Muley Ismail (1694-1727). Estas bóvedas han sido transformadas en habitaciones del Hotel Parador La Muralla que ha abierto en su parte trasera un pasillo desde el que hoy se accede al interior de estos baluartes.

El acceso al interior del Baluarte de la Bandera (lám. 20) se realiza actualmente a través de una de estas bóvedas, en cuyo extremo hay una galería con cubierta de medio cañón por la que se penetra en el interior del Baluarte. En este acceso se conservan aún los restos de los goznes en los que se encajaban las puertas que cerraban el mismo. Desde allí se entra en una sala de forma rectangular en cuyo extremo oriental se abre hoy una ventana que debe corresponder al emplazamiento de una cañonera que batía el flanco opuesto del Baluarte de los Mallorquines. Al otro extremo esta sala rectangular se ensancha ligeramente en dirección sur para permitir llegar a la tronera que protegida por el orejón curvo del baluarte permite batir la cortina del foso. Sobre ella se sitúa un espacio a cielo abierto, posiblemente para permitir la ventilación. Destacan las cubiertas abovedadas de esta estancia de gran porte aseguradas por potentes arcos fajones adaptados a las características de la planta descrita, la presencia de huecos hoy cerrados en dicha cubierta posiblemente para facilitar la aireación de las mismas y de dos arcos ciegos, al menos hoy, con dovelaje de sillares de caliza y arenisca. Una característica significativa de estas arcadas es que su plano de cierre no es paralelo al frontal de tal modo que su grosor varía de un extremo a otro. Esta planta es básicamente idéntica a la reflejada en un plano del Servicio Histórico de 1690⁶⁵.

Al Baluarte situado en el otro extremo de este frente, conocido como el del Caballero (lám. 21 y 22), se entra hoy desde el pasillo abierto para comunicar las habitaciones instaladas en las bóvedas. A través de una rampa, de unos 10 m de longitud, 3 de anchura y casi 3 de altura, se desciende a su interior. Cubierta por una bóveda, a la mitad de su recorrido se aprecia un hueco rectangular de algo más de un metro de anchura que deja visible la cara del lienzo de la muralla califal⁶⁶. Esta muralla fue recortada en el momento de construcción del baluarte para permitir el acceso a su interior.

Al final de este pasillo se accede por un vano con arco de medio punto a una estancia de planta con tendencia rectangular (24 por 5 metros de media) con bóveda de cañón sostenida por arcos fajones que deja sin cubrir un hueco a cielo abierto para permitir posiblemente la ventilación de la estancia. La diferencia de cota entre el suelo actual y la cubierta exterior es de algo más de 16 metros siendo la altura de la sala de aproximadamente 10 metros. En el extremo norte se ubica una pequeña estancia (4 por 3,5 metros aproximadamente) donde se abre una tronera que cubre el frente de la escarpa, protegida por un orejón curvo, frente a la del Baluarte de la Bandera. Sobre el frente occidental de la estancia encontramos también otros dos arcos ciegos de grandes dimensiones (de casi 6 y 7 metros respectivamente de longitud y casi 3,5 metros de altura), de anchura desigual formado por un dovelaje de

⁶³ J. A. RUIZ OLIVA, *Fortificaciones militares de Ceuta: Siglos XVI al XVIII*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, UNED, 2002.

⁶⁴ J. A. RUIZ OLIVA, *Fortificaciones militares de Ceuta...* cit., pp. 38-39.

⁶⁵ E. HERNÁNDEZ PEZZI, *Memoria histórica del proyecto de Juan Miguel Hernández León para la restauración de la Muralla Real y del Frente de Tierra de Ceuta* (inédito).

⁶⁶ J. M. HITTA RUIZ y F. VILLADA PAREDES, “Informe sobre la intervención arqueológica en el Parador de Turismo...” cit.

sillares de caliza y arenisca, estos últimos fuertemente erosionados, en una solución muy cercana a la descrita en el interior del Baluarte de la Bandera. A fin de impedir el bombardeo que sufría la Ciudad desde las alturas cercanas a la población se elevó posteriormente este baluarte con un caballero lo que le ha valido su actual denominación.

Aunque no se indica en el proyecto en este momento debió construirse también el conocido actualmente como Baluarte de los Mallorquines que responde a criterios constructivos semejantes. Flanquea la puerta de acceso a la fortaleza por su lado occidental. En un plano de 1690 al que ya hicimos referencia se muestra una planta de este Baluarte. Su interior estaba formado por dos estancias rectangulares perpendiculares que se unían en sus extremos por un pequeño acceso. En el extremo de una de ellas se abre una tronera enfrentada a la del Baluarte de la Bandera. La segunda presenta reforzada su cara este con unos gruesos machones⁶⁷.

Una imagen posterior del interior de este baluarte puede observarse en los planos de 1887 de la Comandancia Exenta de Ingenieros para la instalación de 4 CHR en el Baluarte derecho de la primera puerta que nos ha facilitado D. José Luís Gómez Barceló, Cronista Oficial de Ceuta. Se trazan detalles de su planta y alzados confirmados por la excavación arqueológica llevada a cabo en 2002. A su interior se accedía a través de un pasillo abierto en la cara trasera del muro donde se abría la llamada Primera Puerta o puerta principal de la fortaleza. Por él se llegaba a una sala con planta de pentágono irregular desde la que se abría una cañonera de grandes dimensiones que batía el flanco norte del Baluarte opuesto, el de la Bandera. Desde esta estancia y a través de un estrecho pasillo diagonal se llega a una sala rectangular cubierta por bóvedas de cañón con dos machones perpendiculares que conformaban tres pequeñas estancias rectangulares en las que se abrían las troneras para disponer las piezas que cubrían el frente de la muralla norte. Como se deduce de lo descrito entre la imagen reflejada en 1690 y la de 1887 existen algunas diferencias significativas que pueden sintetizarse en la diferente planta de una de las salas (rectangular en el más antiguo, pentagonal en el del siglo XIX) y en las troneras que baten la muralla norte.

La esquina nororiental aparece en ambos casos macizada. En su excavación se documentó una secuencia que se iniciaba en el periodo romano y que, entre otros elementos de importancia, contenían los restos de un lienzo de muralla califal y una posible puerta (la que antes hemos identificado con posible acceso al Palacio de los Gobernadores) y los restos de un potente muro que cortaba el lienzo califal, quizás el espigón representado en los dibujos conservados en la obra de Piri Reis. El baluarte fue desmochado a principios del siglo XX y ello supuso la demolición de las cubiertas abovedadas que conformaban el espacio interno y que solo pueden ser reconstruidas gracias al plano de la Comandancia Exenta de Ingenieros.

El proyecto de Benedito de Ravena contemplaba tres puertas en la fortaleza diseñada (el que va a las atarazanas, el de la muralla nueva y el que va hacia la playa) y *otro portal en el muro de la muralla vieja*.

4. Los elementos conservados

Arqueológicamente poco es lo identificado hasta el momento de las reformas manuelinas de las fortificaciones ceutíes conocidas a través de la documentación archivística. Parece que la muralla norte fue reparada y adecuada a las nuevas necesidades y prueba de ello deben ser las troneras documentadas tras la restauración de este sector. Como ya hemos indicado, han aparecido dos, una de orbe y palo y otra de orbe y cruz, reutilizadas hasta hace poco como salida de los saneamientos de las edificaciones construidas. Asimismo, se han documentado piezas de otras troneras que formarían parte de otras desplazadas de su posición original y reaprovechadas como material constructivo. En el trasdós de la muralla y correspondiendo con ellas fueron documentados huecos en forma de arcos de medio punto destinados a albergar a los defensores.

El Frente de Tierra, con las modificaciones y reparaciones que se han sucedido a lo largo del tiempo, se presenta prácticamente completo excepción hecha de la coraza alta que unía el Baluarte del Caballero con el espigón de Barbaçote demolida para permitir el paso de la actual carretera.

En 2002 se descubre casualmente en un espacio existente entre las bóvedas construidas en la primera mitad del siglo XVIII y el trasdós de la Muralla Real un tramo de la cortina y una puerta de la fortificación de

⁶⁷ E. HERNÁNDEZ PEZZI, *Memoria histórica del proyecto de Juan Miguel Hernández León...* cit., p. 87.

Abd al-Rahman III (lám. 23). Desde entonces se han sucedido un total de tres campañas de excavación que han permitido documentar una secuencia que comienza en época romana. Un aspecto de sumo interés en esta investigación ha sido la obtención de datos significativos y desconocidos hasta ese momento del proceso constructivo de la fortificación portuguesa. Hasta el momento se consideraba que la obra emprendida para ejecutar el proyecto de Benedito de Ravena había destruido por completo los vestigios de época medieval que allí existían. Se pensaba que la construcción de la cortina y baluartes del siglo XVI habían hecho desaparecer completamente la cerca del XVI pero esta apreciación se ha demostrado errónea.

Como hemos visto, atendiendo a la información proporcionada por al-Bakri, sabíamos que la muralla califal occidental estaba formada por una serie de lienzos reforzados por nueve torres delante de los cuales se disponía un antemuro o *sitara* que permitía el paso cubierto. Por delante de la *sitara* se disponía un foso, posiblemente aprovechando la depresión allí existente de forma natural, que se cruzaba por un puente de madera. Más allá se disponían diversos arrabales exteriores a la medina islámica.

En el lienzo principal de la muralla islámica se abría una puerta que permitía el ingreso a la medina. Tras los estudios llevados a cabo sabemos que esta puerta debió ser de acceso en codo simple, aunque posteriormente fue ampliada. Un episodio recogido por Zurara en su crónica de la tomada de Ceuta puede hacer referencia a este espacio. Indica Zurara que llegado a las proximidades del castillo el infante D. Enrique, con otros cuatro portugueses, intentó forzar una puerta que ponía en comunicación la ciudad con el arrabal de Afuera. Persiguiendo a los musulmanes forzaron dos puertas pero debieron detenerse ante la tercera que cerraron a fin de impedir la entrada de nuevo de quienes habían huido al campo exterior a través de ellas. Este recorrido estaba cubierto por bóvedas con huecos desde los que eran hostigados con piedras y otras armas arrojadas lo que les hizo tener que refugiarse durante bastante tiempo junto a la tercera puerta hasta que fueron socorridos.

La obra portuguesa comenzó eliminando la *sitara* y ampliando el foso de tal modo que permitiese la comunicación de las aguas de la bahía norte y sur. Los muros ataludados comenzaron a cimentarse a una cota muy inferior a la de la muralla islámica acercándose progresivamente a ésta a medida que ascendían. La muralla califal, construida en cremallera al menos en el lateral de la puerta estudiada, se adelantaba más de tres metros sobre el lienzo principal de tal modo que cuando la muralla portuguesa se elevó a la altura de la puerta se formó un pasillo de aproximadamente unos dos metros de anchura aunque en los lugares donde se adelantaba la cerca califal ésta quedo empotrada en el muro construido.

Al llegar a la altura deseada se cubrió este espacio rellenando con tierras el interior ganando solidez. Así a la anchura de la propia muralla construida se le añadían dos metros de relleno de tierra, ideal para amortiguar los impactos de la artillería enemiga y el grosor de la propia muralla califal que es de más de dos metros. Quizás a esto se refiera el proyecto conservado de Benedito de Ravena cuando describe que *el muro de la barbacana se levantará en la altura del muro de dentro y se ha de engrosar de forma que venga de 6 palmos de grosor, y el vadantre o muro viejo al Este de la barbacana tendrá su terraplén de tierra muy bien tapiado, y el pretil y almenas del muro de dentro será derribado sobre dicho terraplén de tierra*, frases poco comprensibles hasta que no se ha procedido a la excavación de este lugar. La distancia entre ambos muros no era sin embargo regular. Si a la altura de la puerta superaba los dos metros en otro punto detectado a apenas unos cinco metros más al este la separación cubierta por las tierras era sólo de algo más de un metro. En la rampa de acceso al Baluarte del Caballero el proceso fue distinto pues las caras traseras de la muralla renacentista y la frontal de la islámica quedaron sin rellenar a fin de formar el hueco que describimos con anterioridad. Allí la distancia entre ambas murallas era de algo más de un metro. Todo ello parece indicar que la muralla renacentista no se trazó completamente paralela a la existente y que en el caso del Baluarte del Caballero se estimó más conveniente dejar ese espacio abierto a modo de buhedera o para facilitar la salida de humos hasta que fue definitivamente cegado por la construcción del caballero.

En las tierras acumuladas entre ambas murallas han sido recogidos diversos fragmentos cerámicos que son coherentes en cuanto a datación con la fecha de construcción de las murallas renacentistas. En la zona cubierta por tierras se realizó una pequeña cata que permitió descubrir un potente suelo formado por grandes lajas de piedra y bajo él una atarjea de considerables proporciones posiblemente destinada a evacuar pluviales o a dirigirlos a depósitos destinados a abastecer las necesidades de la población.

Parece evidente pues que la construcción de la muralla portuguesa no significó la destrucción de la islámica como se pensaba. Esto es razonable porque la destrucción de la muralla islámica, cuando aún no se había culminado la nueva, hubiera expuesto a la población a un notable riesgo de asalto. De otra parte y dado que las tierras que colmatan el espacio entre ambas murallas debe proceder de la excavación del foso parecía razonable considerar que debía existir en la cortina de la muralla real un acceso por el que acceder a ese lugar e incluso por el que transitar al interior de la ciudad cuando aún no estaba construida la puerta definitiva de la fortaleza situada en otro lugar. Un examen atento del exterior de la cortina nos permitió localizar dicho acceso. Efectivamente, aproximadamente a la cota de uso de la muralla islámica se descubrió un vano tapiado en la actualidad que pudo ser ese acceso descrito ya que carece de sentido debilitar el frente más expuesto de la muralla una vez construida ésta. En nuestra opinión dicho acceso permaneció abierto durante la fase de construcción siendo posteriormente cegado y cubierto de mortero a fin de disimular su emplazamiento.

Tenemos pues ante nosotros un extraordinario ejemplo de la transformación de una fortaleza medieval en una renacentista o abaluartada permitiendo a través de las excavaciones llevadas a cabo esbozar nuevas hipótesis sobre el modo concreto en que dicha transformación se produjo.

* * *

Este necesariamente breve y apresurado recorrido por los vestigios materiales que quedan en Ceuta de la presencia portuguesa no pretende sino reivindicar el papel de la investigación arqueológica como fuente de información esencial para el conocimiento de este periodo ya que permite de una parte una nueva lectura de otras fuentes ya conocidas y aportar información relevante de otros aspectos hasta ahora insospechados de la historia de este periodo.

Ceuta, 10 de octubre de 2008

BIBLIOGRAFÍA

- ACIÉN ALMANSA, M., “La fortificación en al-Andalus”, in *Archeologia Medievale*, XXII (1985), pp. 7-36.
- AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de, “Alguma heráldica portuguesa em Ceuta”, en A. Baeza (editor), *Ceuta hispano-portuguesa*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1993, pp. 289-298.
- CHERIE, M., *Ceuta aux époques almohades et mérinide*, Paris, 1996.
- CORREA DA FRANCA, A., *Historia de la mui noble y fidelísima ciudad de Ceuta*, edición de M^a del Carmen del Camino, Ceuta, Ciudad Autónoma, 1999.
- CORREIA, J., *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FAUP Publicações, 2008.
- DIAS, P., *A arquitectura dos portugueses em Marrocos 1415-1769*, Lisboa, Portugal Telecom, 2000.
- DORNELLAS, A., “Nossa Senhora conquistadora: a Portuguesa em Ceuta”, in *Histórica e Genealogia*, vol. II (1914), pp. 5-12.
- FERNÁNDEZ SOTELO, E. A., *Sala Municipal de Arqueología-Ceuta, Guía Catálogo*, Ceuta, 1980.
- FERREIRA BRAGA, A., “Numismática portuguesa. O ceitil de cobre”, in *O Arqueologo Portugues*, 8 (1903), p. 24.
- FERREIRA BRAGA, A., “Numismática portuguesa. O real preto”, in *O Arqueologo Portugues*, 12 (1907), p. 164.
- FERREIRA GAMBETTA, A., “Ceitis de D. Afonso V. Sua origem e evolução”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, 22 (1973).
- FUERTES DE GILBERT ROJO, M., “Testimonios heráldicos en Ceuta”, en *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, nº 8, 1 (2004), pp. 453-476.

- GARCÍA COSÍO, J., *El Pendón o Estandarte Real de la siempre Noble, Leal y Fidelísima Ciudad de Ceuta. Historia de una restauración*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1979.
- GARRIDO PARRILLA, J. J. y FUERTES DE GILBERT ROJO, M., *Heráldica en Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2008.
- GÓMEZ BARCELÓ, J. L., “La diócesis de Ceuta”, en *Historia de las diócesis españolas*, Vol. 10 (Iglesias de Sevilla, Huelva, Jerez y Cádiz y Ceuta), coord. por José Sánchez Herrero, 2002, pp. 725-780.
- GÓMEZ ESPINOSA, T., “Estudio histórico-artístico”, in *Nuestra Señora de África. Proceso de restauración*, 29, Ceuta, Caja de Madrid, Ministerio de Cultura, 1993, pp. 19-25.
- GOZALBES CRAVIOTO, C., “Las fortificaciones hispano-portuguesas del Frente de Tierra de Ceuta, I (15501640)”, en *Transfretana. Revista del Instituto de Estudios Ceutíes*, nº 2 (1982), pp. 19-50.
- GOZALBES CRAVIOTO, C., “La estructura urbana de la Ceuta medieval”, en *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar*, Madrid, 1988, tomo II, pp. 345-350.
- GOZALBES CRAVIOTO, C., “Las fortificaciones medievales del Frente de tierra de Ceuta”, en *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar*, Madrid, 1988, tomo II, pp. 401-410.
- GOZALBES CRAVIOTO, C., “La medina o núcleo urbano central en la Ceuta hispano-musulmana, I. El palacio de los gobernadores y las mezquitas”, en *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, nº 3 (1988), pp. 49-69.
- GOZALBES CRAVIOTO, C., “La demografía de la Ceuta medieval”, en *II Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, Noviembre 1990*, Madrid, 1995, Tomo III, pp. 49-60.
- GURRIARÁN DAZA, P., “Hacia una construcción del poder. Las prácticas edilicias en la periferia andalusí durante el califato”, en *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, 5 (2004).
- HERNÁNDEZ PEZZI, E., *Memoria histórica del proyecto de Juan Miguel Hernández León para la restauración de la Muralla Real y del Frente de Tierra de Ceuta*, inédito.
- HITA RUIZ, J.M. y VILLADA PAREDES, F., “Unas casas meriníes en el arrabal de enmedio de Ceuta”, en *Caetaria: revista del Museo Municipal de Algeciras* (1996) pp. 67-92.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., *Museo de Ceuta. Un recorrido por la historia de la ciudad a través de sus hallazgos arqueológicos*, Ceuta, Museo de Ceuta, 1998.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., “Ceuta durante el periodo mariní; Estado de la cuestión y nuevas perspectivas” en L. Cara (ed.), *Ciudad y territorio en al-Andalus*, Granada, 2000, pp. 218-244.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., *Un aspecto de la sociedad ceutí en el siglo XIV: los espacios domésticos*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2000.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., “Una aproximación al estudio de la cerámica en la Ceuta mariní”, *Transfretana: revista del Instituto de Estudios Ceutíes*, Nº Extra 4 (2000), pp. 291-328.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., “Entre el Islam y la Cristiandad: Cerámicas del siglo XV. Avance preliminar”, en *Cerámicas islámicas y cristianas a finales de la Edad Media. Influencia e intercambios*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2003, pp. 367-405.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., “En torno a las murallas de Ceuta. Reflexiones sobre el amurallamiento de Septem Fratres y la cerca omeya de Sabta”, en *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones*, Ceuta, 2004, pp. 17-52.
- HITA RUIZ, J. M. y VILLADA PAREDES, F., “Informe sobre la intervención arqueológica en el Parador de Turismo «Hotel La Muralla» de Ceuta”, en *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones*, Ceuta, 2004, pp. 205-243.
- HITA RUIZ, J. M. y F. VILLADA PAREDES, “Apuntes sobre la Ceuta medieval. El Baño de la plaza de la Paz, su contexto histórico y la arqueología islámica de Ceuta”, en *Contenidos de nuestro patrimonio histórico*, Ceuta, 2006, pp. 47-66.
- HITA RUIZ, J.M., VILLADA PAREDES, F., *Un decenio de arqueología 1996-2006*, Ceuta, Museo de Ceuta, 2007.
- HITA RUIZ, J.M., SUAREZ PADILLA, J., VILLADA PAREDES, F., “Ceuta, puerta de al Andalus : Una relectura de la historia de Ceuta desde la conquista árabe hasta la fitna a raíz partir de los datos arqueológicos”, *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, 6 (2008), pp. 11-52.

- MAGRO, Francisco A. Costa, *Ceitis*, Sintra, Instituto de Sintra, 1986.
- MAGRO, Francisco Mendes, "The metrology and dating of the ceitis", in *Problems of Medieval Coinage in the Iberian area*, Santarém, 1984.
- MAGRO, F. A.; GUERRA, M. F. y BARRANDON, J.-N., "Les ceitis portugais composition des alliages utilisés", *Revue numismatique*, 6, 36 (1994), 199-221.
- MANTILLA DE LOS RÍOS ROJAS, M. S., "Estudio y tratamiento de conservación y restauración del Estandarte Real de Ceuta", en *Actas del segundo Congreso de Conservación de Bienes Culturales: Teruel, 23, 24 y 25 de junio de 1978*, coordinadas por Andrés Escalera Ureña y Eduardo Porta Ferré, Madrid, Comité español del ICOM, 1978.
- MENDES, I. RIBEIRO DRUMOND BRAGA y BRAGA, P., *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.
- MYERS, J. E. y BLACKMAN, M. J., "Conical plates of the hispanic-moresque tradition from Islamic Qsar es-Saghir: petrographic and chemical analyses", en *La cerámica medieval nel Mediterraneo occidental*, Faenza, All'Insegna del Giglio, 1986, pp. 55-68.
- PIRI REIS, *Kitab-i bahriye Libro para navegantes*, Madrid, 2007.
- POSAC MON, C., *Estudio arqueológico de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Enseñanzas Medias, 1962.
- POSAC MON, C., *La historia de Ceuta através de la Numismática*, Ceuta, CajaCeuta, 1989.
- REDMAN, CH., *Qsar es-Seghir. An archeological view of medieval life*, Orlando, 1986.
- RICARD, R., "Documento portugués de 1541 sobre las fortificaciones de Ceuta", en *Al-Andalus: Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. 12, nº 1 (1947), pp. 43-48.
- RUIZ OLIVA, J. A., *Fortificaciones militares de Ceuta: Siglos XVI al XVIII*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, UNED, 2002.
- SCHIRIQUI, D., *Ceuta antigua y moderna*, edición prologada y preparada por Manuel Lería, Ceuta, Instituto Nacional de Enseñanza Media, 1965. Reeditada en 1983 por la Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Ceuta.
- SEVILLA SEGOVIA, A., *La Virgen de África en la historia de Ceuta*, Ceuta, Ayuntamiento, 1992.
- SEVILLA SEGOVIA, A., *La imagen de Nuestra Señora del Valle y su histórica ermita. La Portuguesa o la Virgen Conquistadora*, Ceuta, 1999.



Lámina 1. *Ceuta. Situación geográfica.*



Lámina 2. *Nuestra Señora del Valle.*



Lámina 3. *Nuestra Señora de África*
(Fot. José Juan Gutiérrez Álvarez).



Lámina 4. *Escudo de Portugal en la actual Puerta de la Ribera.*



Lámina 5. *Estela de Vasco de Ataide*
(Museo de Ceuta).

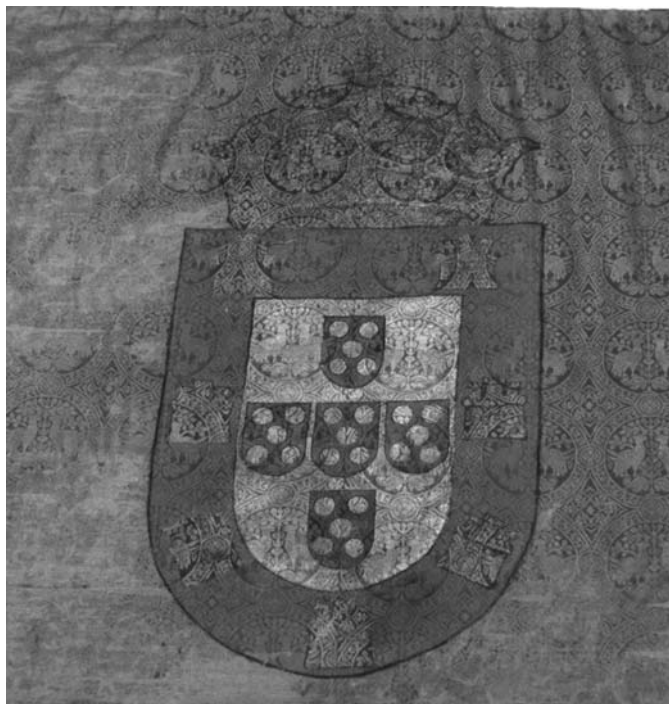


Lámina 6. *Escudo de Portugal del Pendón Real*
(Palacio de la Asamblea. Ceuta. Fot. José Juan Gutiérrez Álvarez).



Lámina 7. *Verso de bronce con la esfera armilar y las armas de Portugal. A la derecha detalle de la esfera armilar y las armas de Portugal* (Museo de Ceuta. Fot. José Juan Gutiérrez Álvarez).

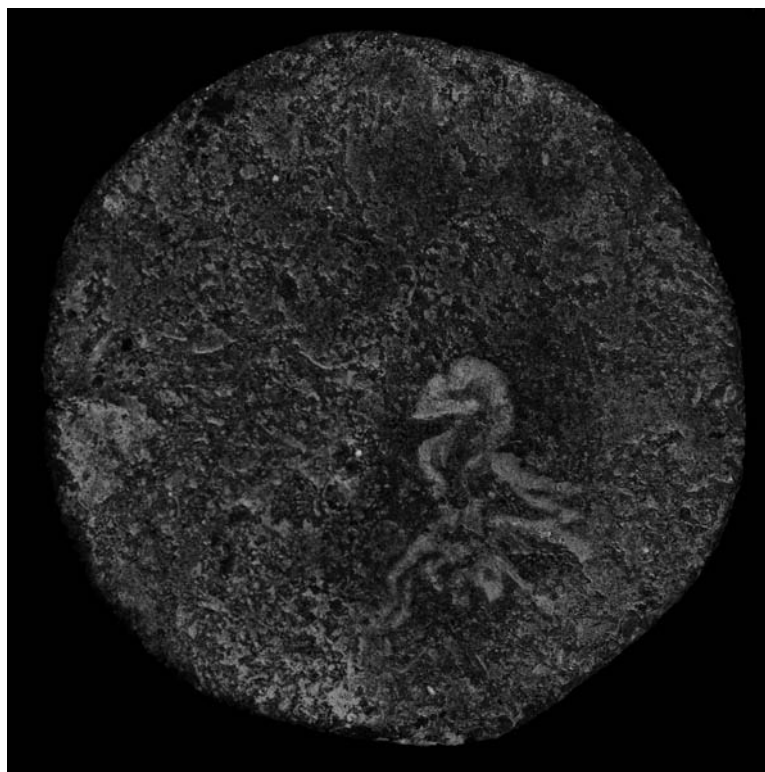


Lámina 8. *Moneda con resello de un azor* (Museo de Ceuta).



Lámina 9. *Ceítal ballado durante la excavación de la Puerta de Sta. María* (Museo de Ceuta).



Lámina 10. Puerta de Santa María tras su excavación. A la izquierda, vista cenital. A la derecha, detalle.



Lámina 11. Cerámicas de la etapa portuguesa recuperadas en Ceuta. 1 y 2. Escudillas de Paterna (Echegaray). 3. Olla (Plaza de la Catedral). 4. Cazuela (Echegaray). 5. Jarro (Echegaray). 6 y 7. Fragmentos de ollas (Echegaray).



Lámina 12. *Muralla del frente norte de la Ciudad.*



Lámina 13. *Tronera en la muralla norte.*

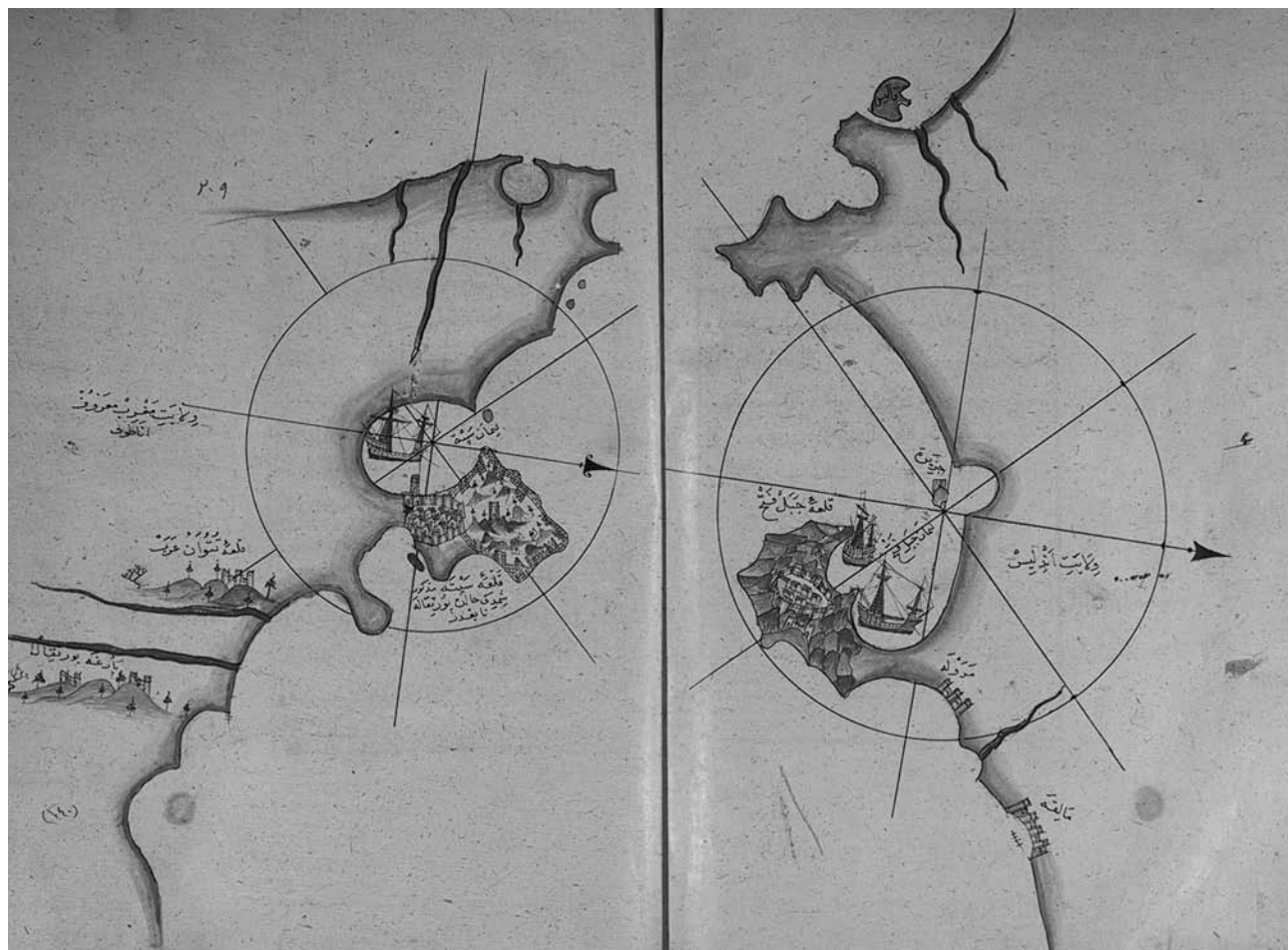


Lámina 14. Mapa del Estrecho de Gibraltar de Piri Reis.



Lámina 15. Ceuta en el mapa del Estrecho de Gibraltar de Piri Reis.



Lámina 16. Ceuta en el *Civitates Orbis Terrarum de Braun* (Archivo Central de Ceuta).



Lámina 17. Socorro a Ceuta y Tánger. Palacio del Viso del Marqués (Fot. José L. Gómez Barceló).



Lámina 18. *Detalle del fresco que representa a Ceuta en el Palacio del Viso del Marqués* (Fot. José L. Gómez Barceló).



Lámina 19. *Foso Real*.



Lámina 20. *Baluarte de la Bandera en primer término, foso y baluarte del Caballero al fondo.*

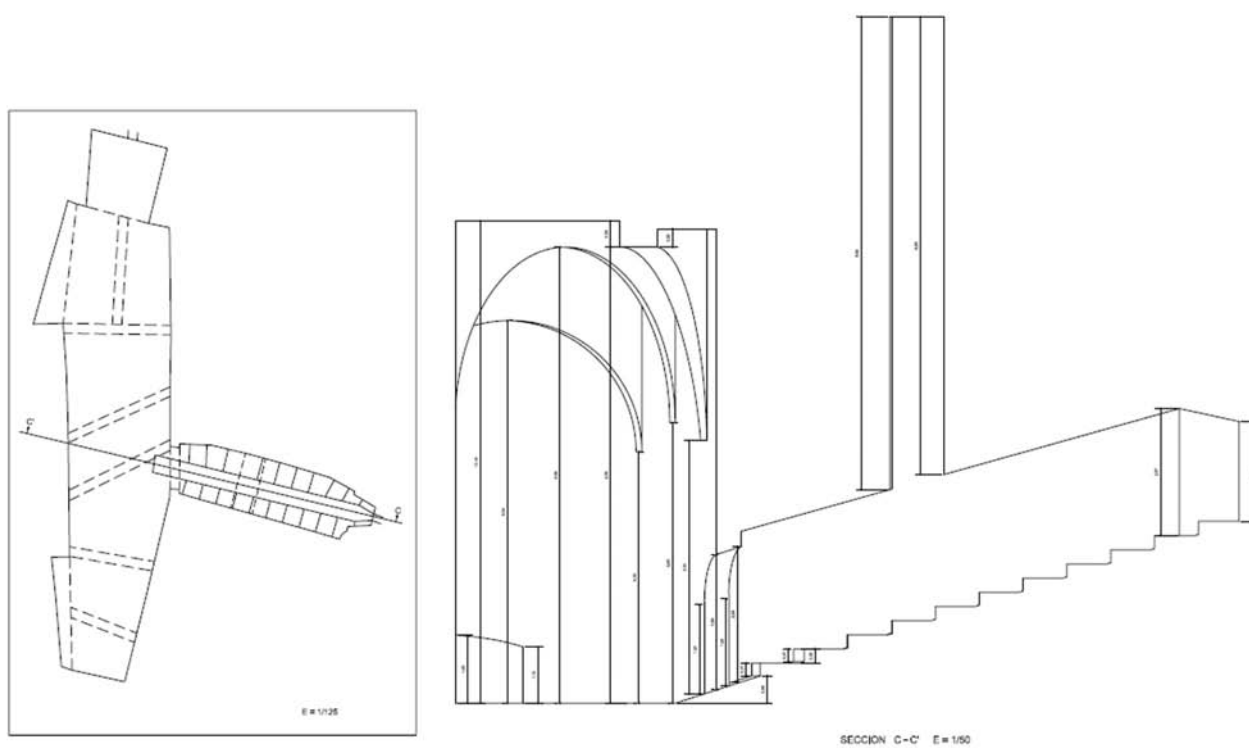


Lámina 21. *Planta y sección del interior del baluarte del Caballero* (Escuela Taller Benigno Murcia).



Lámina 22. *Detalle del interior del baluarte del Caballero.*

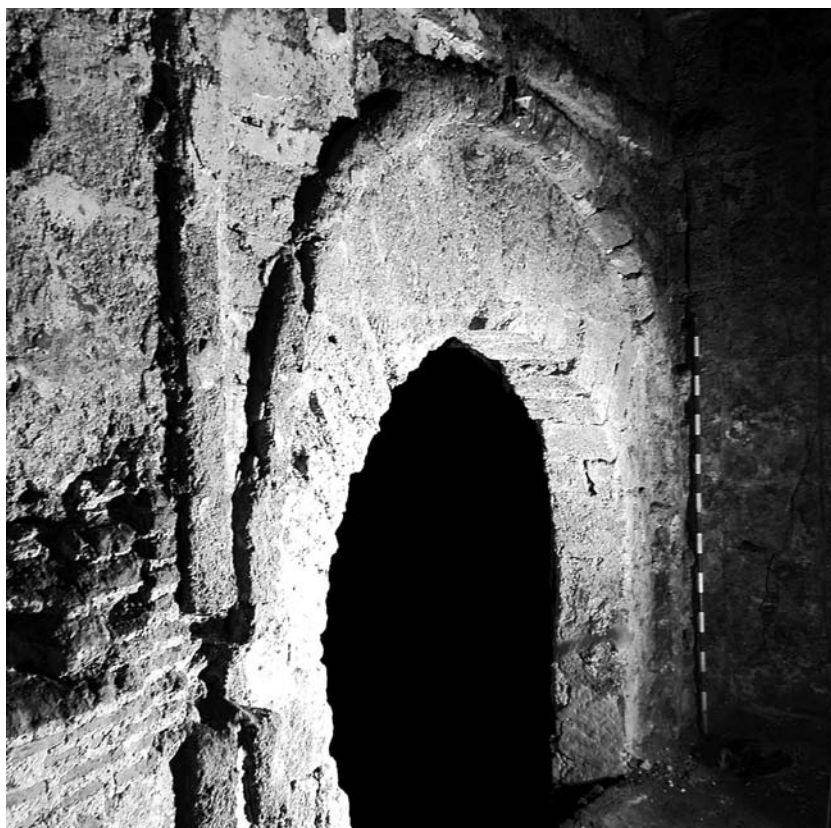


Lámina 23. *Detalle de la puerta construida por Abd al-Rahman III.*

CASTELLO NOVO, APPROCHE HISTORIQUE & ARCHITECTURALE

SAÏD CHEMSI *

Remerciements

Je tiens à remercier Mme Maria Augusta Lima Cruz pour son invitation à ce colloque. Je remercie également la commission exécutive, la commission scientifique et le secrétariat du CHAM pour tous leurs efforts avant et au cours de ce colloque.

Avant-propos

Cet article est à la fois une mise à jour et un résumé de quatre chapitres de mon mémoire de fin d'étude à l'Institut National des Sciences de l'Archéologie et du Patrimoine (INSAP/Rabat). Soutenue en juin 1999, cette recherche fut publiée en juillet 2002.

Afin de ne pas ralentir la lecture et alourdir le texte, j'ai préféré occulter les notes en bas de chaque page qui se rapportaient à mon ouvrage. Pour plus de détails, le lecteur doit se référer au livre dont la référence bibliographique complète est:

Saïd CHEMSI, *Castello Novo de Safi dit Château de mer portugais, étude archéologique et perspective de sauvegarde*, éd. Association Assif, Marrakech, 2002, 178 pages, 30 cm, 49 fig., 34 pl.

Introduction

Si l'histoire de Safi dans l'Antiquité est méconnue, nous avons plus d'informations en ce qui concerne le Moyen-Âge. Ainsi, au XI^e siècle, Safi apparaît comme une importante agglomération avec une population dense installée autour d'un port actif¹. Cette agglomération n'est en fait que l'actuelle Médina. Elle sera dotée au XII^e siècle d'une grande mosquée et d'une *qaysariya*² (complexe architectural public situé au centre commercial et destiné aux marchandises de luxe). À la fin du XII^e siècle, le cheikh sūfī Abū Mohammed Salih s'installe à Safi et fonde un *ribât* religieux à quelques mètres de ce centre urbain³. Ce *ribât* qui était constitué, au début, d'une zawiya et d'une mosquée donnera naissance à un «quartier» ou «faubourg» du même nom. Dans la première moitié du

* Doctorant à l'Université d'Aix-Marseille.

¹ AL-IDRISI, *Description de l'Afrique septentrionale et saharienne (extrait du Kitāb Nuzhat al-muchtāq fī Ikhtirāq al-âfāq)*, ann. Henri Peres, éd. La maison des livres, Alger, 1957, p. 33.

² AL-MURRĀKUCHĪ, *Al-Dhayl wa al-Takmila li-kitābay al-Mawsūl wa al-Sila*, ann. Mohammed Benchrifā, éd. l'Académie du Royaume du Maroc, Rabat, 1984, Vol. IVIII, T.II, p.133.

³ AL-MĀGIRĪ, *Al-minhāj al-wādiḥ fī tahqīq al-chaykh Abī Muhammad Sālih*, ann. Mohamed Raïs, Thèse de doctorat, Université Aix-Marseille I, 1995-1996, pp. 21, 359.

XIII^e siècle, les Almohades fortifient la Médina et le Ribât⁴. Cette enceinte de pisé avait 78 tours et une casbah du côté de l'arrière-pays⁵. Au XIV^e siècle sous les Marinides, la structure urbaine de Safi s'est enrichie d'une *madrasa* et d'un *bimaristan* (hôpital). Grâce à la productivité artisanale de la ville et la productivité agricole de son arrière-pays, Safi devient au XV^e siècle un port de grande prospérité. Elle entretenait alors des relations commerciales avec certains pays européens, et en particulier avec le Portugal.

Ce dernier pays, attiré vers la fin du XV^e siècle par la richesse économique et l'indépendance politique de «l'émirat» de Safi, est parvenu à la dominer, d'abord sous forme de suzeraineté (1476-1508), puis en tant que colonie (1508-1541)⁷. Durant cette période de colonisation, la topographie urbaine de la ville s'est rétrécie à cause de la construction d'une nouvelle enceinte qui a fortifié la médina et exclu le ribât. Bâtie entre 1516 et 1524⁸, l'enceinte portugaise de Safi avait seize tours et deux citadelles : l'une sur les ruines de l'ancienne casbah almohade et l'autre à côté du vieux port. Cette dernière est connue dans les sources portugaises sous la désignation «Castello Novo». Le Français Jules Borely l'a appelée «Château De La Mer» en 1919 alors qu'il dirigeait le Service des Beaux Arts au Maroc⁹. Depuis cette date et jusqu'à nos jours, ce monument porte cette appellation dans les documents français. Quant aux documents arabo-marocains, le livre d'al-Kânûnî désigne Castello Novo par «*al-Qasaba as-Suflâ al-Burtugâliya*» qui veut dire «la basse forteresse portugaise», pour la distinguer de «la haute forteresse» appelée aussi «*Dar Sultan*»¹⁰ et «*Kechla*».

Situation géographique et importance stratégique du Castello Novo

La configuration générale de l'enceinte portugaise de Safi dessine un pentagone dont le côté «est» est occupé par la casbah, tandis que le côté ouest est défendu par *Castello Novo*. Il est situé à l'angle sud-ouest en dehors (à l'extérieur) de l'enceinte. À l'origine, ce château était lié à la muraille sud ainsi qu'à la muraille ouest. Ces murailles furent détruites entre 1915 et 1928 par les autorités françaises¹¹. Le château dominait et contrôlait à la fois la Médina, le vieux port, la baie de Safi et le Ribât, mais il ne défendait pas ce dernier.

L'histoire du Castello Novo

Est-il possible que l'actuel Château De Mer soit l'agrandissement de l'ancienne *feitoria*¹²?

J'avais avancé en 1999 que Castello Novo n'était que l'agrandissement de la «*feitoria* fortifiée», avec, pour arguments, l'absence de la *feitoria* sur la carte archéologique de la ville de Safi, et la situation topographique qu'occupe aujourd'hui Castello Novo (proche du vieux port), plus ou moins identique à celle de l'ancienne *feitoria*. Outre l'indice topographique, je me suis basé sur un vestige archéologique. Ce sont les cellules ouest de l'actuel Château de Mer dont l'emplacement, les structures et la disposition laissent supposer qu'il ne pourrait s'agir que de «l'ancienne *feitoria* fortifiée».

⁴ *Ibidem*, p. 135.

⁵ *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques du Portugal*, Tome I, 1934, pp. 271-272. En suivant *S.I.H.M.-Portugal*.

⁶ La date du 1^{er} traité de suzeraineté entre le Caïd de Safi Ahmad Ban 'Ali (1460-1499) et le Roi Alphonse V (1438-1481) est inconnue. L'historien D. Valero estime dans son livre (*Petite histoire sur les ruines portugaises au Maroc*, Casablanca 1952, p. 77) que cette date est 1480, alors que l'historien Bernard Rosenberger propose la date de 1478. Cf. l'article de ce dernier intitulé : «La conquête militaire de Safi par les Portugais: ses origines, son déroulement et ses conséquences immédiates» qui a été présenté dans ce même colloque.

⁷ *S.I.H.M.-Portugal*, T. I, pp. 28, 158.

⁸ *Ibidem*, T. I, pp. 677-678.

⁹ J. BORELY, «Embarquement à Saf», in *Revue France-Maroc*, 10 (1920), p. 214.

¹⁰ AL-KÂNÛNÎ, *Asafi wa mâ ilayhi qadîman wa hadîthan*, le Caire, 1930, p. 81.

¹¹ *Ibidem*, pp. 82-83.

¹² Agence commerciale portugaise à l'étranger (factorerie). Celle de Safi était construite, en 1491, alors que la ville est sous la suzeraineté portugaise, d'après le traité datant de 1488. Cf. *S.I.H.M., Portugal*, T. I, p. 151.

Quand on interroge les textes historiques, on trouve que les Portugais ont commencé la fortification de la *feitória* le 7 août 1507. «*Ces travaux sont passés inaperçus: une porte a été ouverte dans le rempart et la feitória a été mise en état de défense, écrit Diego Azambuja, qui estime, dans la même lettre, qu'il faudra se hâter de construire une forteresse.*»¹³

Ce texte dont je disposais, en 1999, était une traduction française du texte original portugais. Ce texte français mentionne la fortification de la *feitória* et l'ouverture d'une porte dans le rempart, sans préciser s'il s'agit du rempart de cette «*feitória* fortifiée» ou du rempart de la ville.

Selon l'étude récente de Jorge Correia, il s'agit du rempart de la ville, et par conséquent, l'ancienne factorerie pourrait être localisée, selon lui, derrière la courtine maritime de la muraille islamique (sur la gravure Tzaffin)¹⁴; c'est-à-dire à un autre endroit que celui de l'actuel Château De Mer. La re-lecture des documents de cette période, depuis la mort de 'Abd al-Rahmâne en avril 1507 jusqu'à l'occupation militaire de Safi en mars 1508, nous a permis de comprendre qu'il s'agit, effectivement, du rempart ouest de l'enceinte almohade. J'approuve donc, l'interprétation du chercheur portugais, et j'ajoute que l'ancienne *feitória* pourrait être la fameuse «Dâr-al-Bahr» qui était, d'après al-Kânûnî, sur le vieux port et à côté de l'actuel Château de Mer. Bâtiment qui fut détruit avec d'autres, selon l'historien safiot, entre 1916 et 1928, pour l'aménagement du nouveau port¹⁵.

Quoi qu'il en soit, depuis l'occupation militaire de Safi en mars 1508 et jusqu'au siège de décembre 1510, les Portugais avaient utilisé l'enceinte almohade pour défendre Safi. Ils étaient sur le point de se soumettre aux tribus des environs de Safi avant d'être secourus par leurs compatriotes de l'île de Madéra. Les tribus ont levé le siège, mais les remparts almohades étaient bien touchés dans certaines parties¹⁶.

Les Portugais les ont réparés en attendant la construction d'une nouvelle enceinte plus résistante face aux canons marocains. Le projet fut proposé au Roi Manuel I, en 1515, par le gouverneur de Safi N.F. De Ataïde. Il comprenait une série de remparts en pierre avec deux citadelles dont l'une était sur le port¹⁷. Il s'agit bien évidemment de l'actuel Château de Mer.

Si le projet de construction du Castello Novo remonte au 25 janvier 1515, on ignore cependant les dates exactes de sa réalisation. Les lettres du gouverneur de Safi au Roi Manuel I nous permettent de situer la construction au cours de l'année 1517¹⁸. Cette même lettre explique les causes du retard qui empêchent le début des travaux: les tempêtes de la fin de l'année 1516. Par ailleurs, on déduit d'une lettre du Roi Joao III au gouverneur de Safi, datée de juillet 1523 que Castello Novo est dans la phase finale de construction¹⁹. La période de construction pourrait donc se situer, entre 1517 et 1524.

Quoi qu'il en soit, depuis son achèvement jusqu'au jour de l'évacuation de Safi (octobre 1541), le Castello Novo était pour les Portugais, à la fois une forteresse et un château: elle était le siège de l'*Alcaide-Mor*²⁰ de Safi, et abritait également, une partie de la garnison pour défendre cette place.

Description architecturale du Castello Novo

C'est en dehors de l'enceinte portugaise de Safi, précisément à son angle sud-ouest que se trouve le Castello Novo. Distinct par sa silhouette caractéristique, il occupe une superficie d'environ 3900 m². Le périmètre extérieur de ce château dessine un polygone quasi-régulier de six côtés inégaux, et à l'angle sud-ouest se détache un éperon avec sa tour albarrana. On peut distinguer deux parties essentielles dans cette citadelle (fig. 9):

¹³ Lettre du Diego Azambuja au Roi Manuel I, du 23 décembre 1507. *S.I.H.M.-Portugal*, T. I, p. 139.

¹⁴ Jorge CORREIA, *L'implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI^e siècle*, éd. FAUP, Porto, 2008, p. 262.

¹⁵ AL-KANUNI, *Asafî wa mâ ilayhi qadîman wa hadîthan...* cit., pp. 81-82.

¹⁶ *S.I.H.M.-Portugal*, T. I, p. 271.

¹⁷ *Ibidem*, p. 678.

¹⁸ Lettre de Nuno de Mascarenhas au Roi Manuel I, Safi 25 janvier 1516. *S.I.H.M.-Portugal*, T. II, pp. 47-49.

¹⁹ *Ibidem*, T. II, p. 178.

²⁰ Capitaine ou Gouverneur militaire portugais d'une place.

- La partie extérieure: formée d'épaisses murailles, un éperon en avant-corps, et deux tours circulaires.
- La partie intérieure est constituée de plusieurs éléments: un donjon, des cellules, une casemate, une cour dotée d'une citerne, une rampe et une batterie.

Les murailles

L'enceinte du Castello Novo est constituée de quatre épaisses murailles bien réparties sur les quatre côtés géographiques (fig. 6).

Les murailles du Château De Mer ne diffèrent guère des murailles portugaises construites dans la même période que ce soit au Portugal ou dans ses colonies. Il s'agit d'un mur très épais flanqué à sa base d'un talus et couronné d'un chemin de ronde. Ce dernier est toujours protégé par un parapet crénelé. Tous les merlons sont percés, en bas, d'une meurtrière (fig. 9).

De l'extérieur, la meurtrière est une fente verticale dont la largeur ne dépasse pas 1,5 cm; mais de l'intérieur, elle présente la forme d'un triangle isocèle qui sert d'abris aux archers, et leur permet d'avoir un champ de vision et de tir très étendu.

Il reste à noter que les deux murailles qui jalonnent la mer (nord et ouest) sont dépourvues de talus, alors que les deux murailles terrestres en sont dotées, avec un fossé en plus.

Les tours d'artillerie

Le système de flanquement des murailles terrestres est complété par deux tours d'artillerie: l'une au Sud-Est et l'autre au Sud-Ouest (fig. 9).

La courtine est se croise, théoriquement, avec la courtine sud dans un angle droit. C'est à cet angle que l'architecte portugais a construit une tour circulaire. D'après son architecture, cette tour était destinée à l'artillerie. En effet, elle est enveloppée dans un gros mur de 2,60 m d'épaisseur pour permettre l'aménagement des embrasures canonnières (fig. 6). C'était aussi pour résister aux tirs des canons de l'ennemi. En plan, elle dessine un cercle de 5,60 m de diamètre sans compter le talus qui fait 2 m de saillie.

En élévation, elle est étagée sur trois niveaux. Au rez-de-chaussée comme au 1^{er} étage, les Portugais ont aménagé trois embrasures canonnières occupant la totalité de l'épaisseur du mur de cette tour. Les six canonnières sont soigneusement réparties aussi bien verticalement qu'horizontalement (fig. 9): Elles ne se chevauchent pas afin de permettre un champ de contrôle et de tir très large²¹. Quant au troisième niveau, il se présente en plan comme une large plate-forme protégée par un parapet crénelé. L'accès à cette tour se fait par une seule porte qui se trouve au niveau du chemin de ronde. Les traces des crapaudines et du verrou démontrent que cette porte peut se fermer en cas de siège.

Avec 16 m de hauteur (fig. 9), la tour sud-est dépasse les deux courtines avoisinantes, contrairement à certains châteaux d'Europe où les tours s'élèvent à la même hauteur que les courtines²².

La tour sud-ouest possède à peu près ces mêmes caractéristiques (fig. 9). Elle diffère de la première par sa position en avant-corps du château, et par le fait qu'elle a deux niveaux : une pièce d'artillerie avec trois canonnières, et une terrasse avec parapet crénelé. Le niveau inférieur est un socle plein (maçonnerie) (fig. 6). L'éperon est percé d'une arche qui permettait l'aménagement d'un fossé parallèle à la muraille sud du château (fig. 9). Elle se distingue aussi par le percement de lucarnes dans sa toiture. Ces ouvertures permettaient aussi bien l'éclairage de la pièce de la tour, que la communication entre les soldats de la terrasse et les artilleurs d'en bas.

²¹ A. CHOISY, *L'histoire de l'architecture*, Tome II, éd. Barengeers, Paris (s.d.), p. 580.

²² A. CHOISY, *L'histoire...* cit., p. 580.

Le donjon

La plus haute tour du Castello Novo est un donjon (fig. 9). Il présente un plan rectangulaire (11,5 m x 9,5 m), d'une hauteur considérable (25m). Situé à l'angle nord-est du château, ce donjon est aménagé entre l'entrée principale et la poterne. Il défend les deux. Ce donjon comprend quatre niveaux (fig. 25), mais l'accès ne se fait qu'à partir du 1^{er} étage: le rez-de-chaussée était un magasin pour les vivres, le 1^{er} et le 2^{ème} étage constituaient les appartements de l'*Alcaide-Mor*, tandis que des soldats de garde occupaient la terrasse. À partir du donjon, les soldats pouvaient recevoir à la fois des signaux de Bordj Nador²³, et de la haute forteresse dite *Kechla* ou *Dar Sultan*. Le gouverneur pouvait contrôler aussi bien l'intérieur que l'extérieur du château (le vieux port, le côté ouest de la ville) à travers les fenêtres du donjon. Ces fenêtres représentent par leur arc trilobé le meilleur style manuelin de souche lisbonnais²⁴.

Les accès du Castello Novo

Contrairement aux citadelles médiévales, Castello Novo de Safi avait assez d'accès: une entrée principale, une poterne, une troisième porte à l'angle sud-ouest, et une petite porte à l'ouest.

L'entrée principale est conçue selon la technique européenne médiévale. Elle a quatre obstacles : un fossé, un pont-levis, une herse, et, en dernier lieu, on trouve une porte à deux vantaux (fig. 20). L'architecte portugais s'est inspiré de la technique marocaine des portes à entrée coudée, pour la mettre en œuvre au Castello Novo²⁵ (fig. 21). Les portes coudées de l'enceinte almohade de Safi lui servaient certainement de modèle.

La poterne du Castello Novo recopie le modèle des châteaux médiévaux ayant comme objectif la survie du gouverneur en cas de chute de la forteresse. Elle est aménagée en proximité du donjon (fig. 25) et au pied de la muraille nord. Elle donnait directement accès sur le vieux port qui était protégé par le rempart Ouest de la ville.

Vu ses dimensions très réduites (1,60m x 0,60 m), peut-on qualifier la porte ouest (fig. 6) de porte de trahison pour les soldats? c'est fort possible, mais je n'ai trouvé dans les documents que je dispose actuellement aucune confirmation.

La même question se pose pour la porte sud-ouest (fig. 6), mais ses dimensions très larges, et des photos du début du XX^e siècle qui la montrent murée nous conduisent à penser qu'elle a été bouchée par les Portugais eux-mêmes, à cause, à mon avis, de sa vulnérabilité.

Enfin, il faut retenir que tous les accès du Castello Novo s'ouvrent sur la mer.

Les cellules

Nous entendons par cellules les pièces qui occupent toute la partie ouest du Castello Novo (fig. 6). À mon avis, elles ont servi de loges pour les soldats au temps du Catello Novo. Elles sont au nombre de cinq. Architecturalement, elles étaient aménagées de la même manière: une forme quadrilatère divisée en trois nefs par deux arches massives.

Elles communiquent toutes avec la cour, mais seules deux d'entre elles avec l'extérieur du château (fig. 6): il s'agit de la porte sud-ouest et la porte de la cellule centrale.

²³ Tour vigie construite par les Portugais sur la falaise de Sidi Bouzid à 5 km au nord de Safi.

²⁴ P. DIAS, *L'architecture des Portugais au Maroc (1415-1769)*, Lisboa, 2000, p. 177.

²⁵ H. TERRASSE, «Notes sur les contacts artistique entre le Maroc et le Portugal», in *Mélanges des Études Luso-Marocaines*, Paris, 1945, p. 406.

La batterie et l'édicule

La terrasse des cellules a servi comme batterie du Castello Novo (fig. 9). On y accède à l'aide d'une rampe. Cette plate-forme est très étendue. À l'origine, elle avait un édicule à son extrémité sud-ouest au-dessus de la cellule: c'est à l'aide des corbeaux au-dessus de la porte de cette cellule que les Portugais défendaient ce coin du château. La batterie a un parapet très épais, mais plus petit au niveau de la hauteur (fig. 9). On y trouve onze canonnières.

La casemate

On peut qualifier ainsi la pièce qui occupe la partie nord du château vu son niveau plus bas et ses embrasures canonnières qui sont en nombre de quatre (fig. 6). Elle se situe entre la poterne et la cellule nord-ouest. Actuellement, elle est à ciel ouvert (fig. 9), mais au temps du siège, elle se couvrait d'une structure en bois qui se reposait sur des corbeaux incrustés dans les parois des murs.

La cour et la citerne

La grande partie du château est occupée par une cour à ciel ouvert d'une superficie de 1190 m². Cette cour était une place d'armes. On y trouve une citerne aménagée 10 m au-dessous (fig. 9). C'est une cuve sous forme de pièce dont le plafond est une voûte en berceau. Cette dernière est soutenue par un dosseret. La citerne était alimentée en eau pluviale grâce à des orifices que l'on peut voir sur la voûte, mais dont on ignore l'origine de la canalisation.

Conclusion

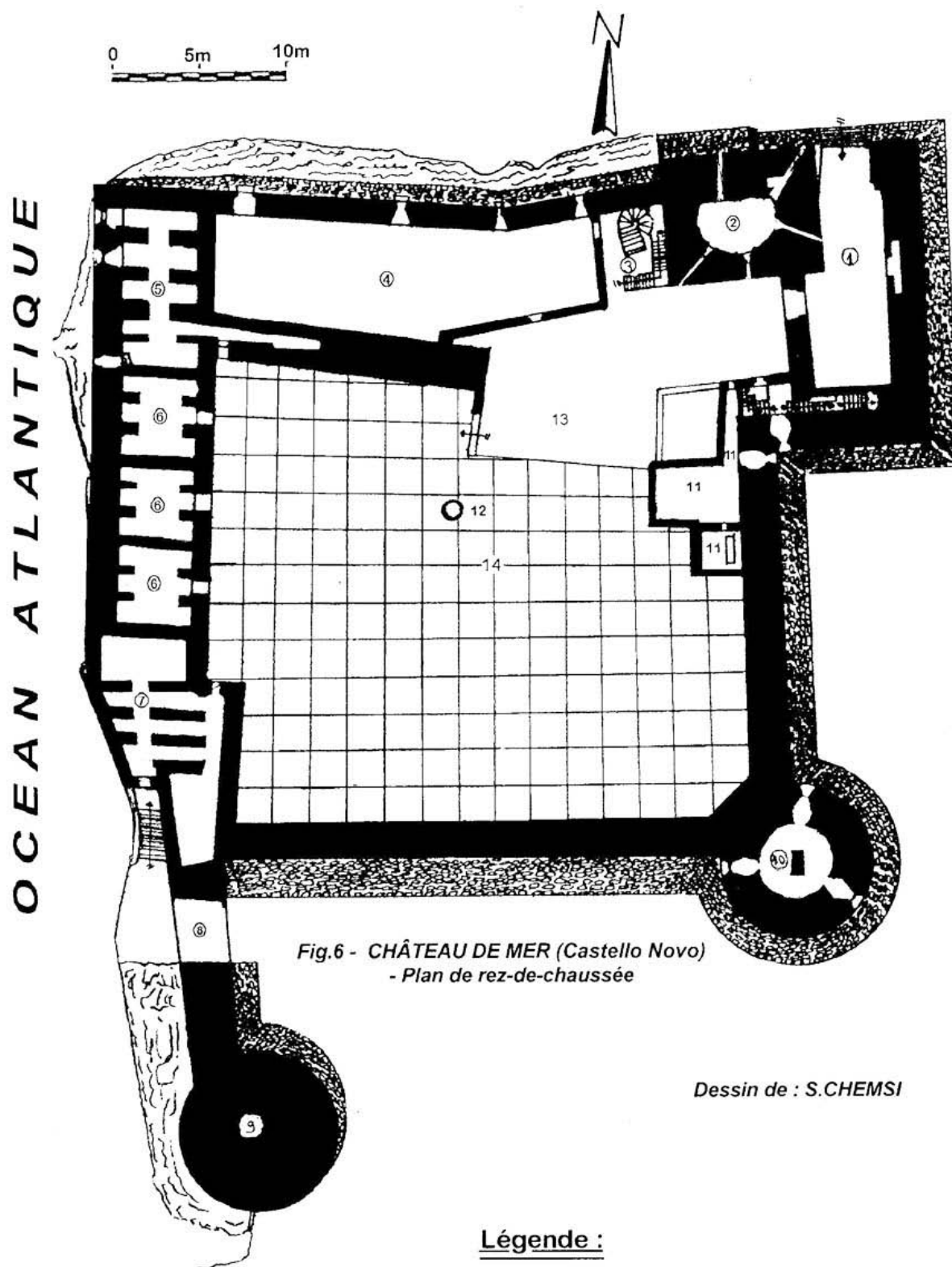
Il se dégage de notre étude que Castello Novo de Safi, en tant que citadelle portugaise du XVI^e siècle a regroupé toutes les techniques défensives de son époque, en matière d'organisation spatiale et de conception architecturale. Il présente des techniques à la fois médiévales et modernes, luso-européennes et maroco-islamique: on trouve dans sa fenêtre géminée une inspiration architecturale andalou-omeyyade²⁶, mais son décor évoque le style manuélín. Son entrée principale est luso-marocaine: elle est portugaise par ses quatre obstacles, mais son entrée coudée est de conception marocaine. Les portes coudées de l'enceinte almohade de Safi servaient certainement de modèle à l'architecte du Castello Novo. Enfin, on peut dire que la technique de la tour albarrana, qui a été appliquée à ce château, est inspirée de l'architecture islamique comme son appellation arabe l'indique. Les Portugais l'auraient copiée d'après l'enceinte du Ribat de Tîte (XI^e siècle) à 130 km au nord de Safi.

Les Figures

J'ai gardé la même numérotation des figures qui se trouve dans mon livre dont la référence bibliographique complète est:

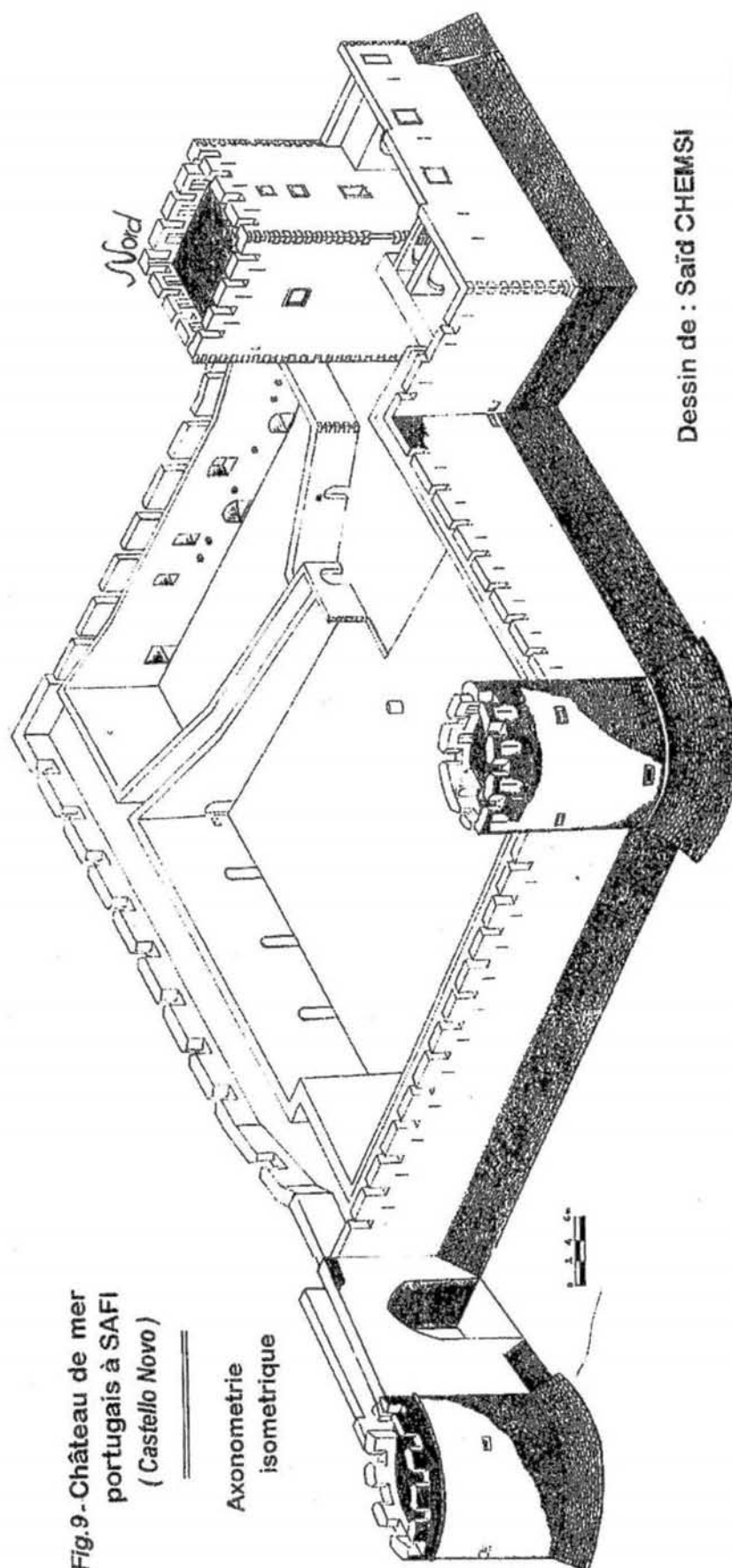
Saïd CHEMSI, *Castello Novo de Safi dit Château de mer portugais, étude archéologique et perspective de sauvegarde*, éd. Association Assif, Marrakech 2002, 178 pages, 30 cm, 49 fig., 34 pl.

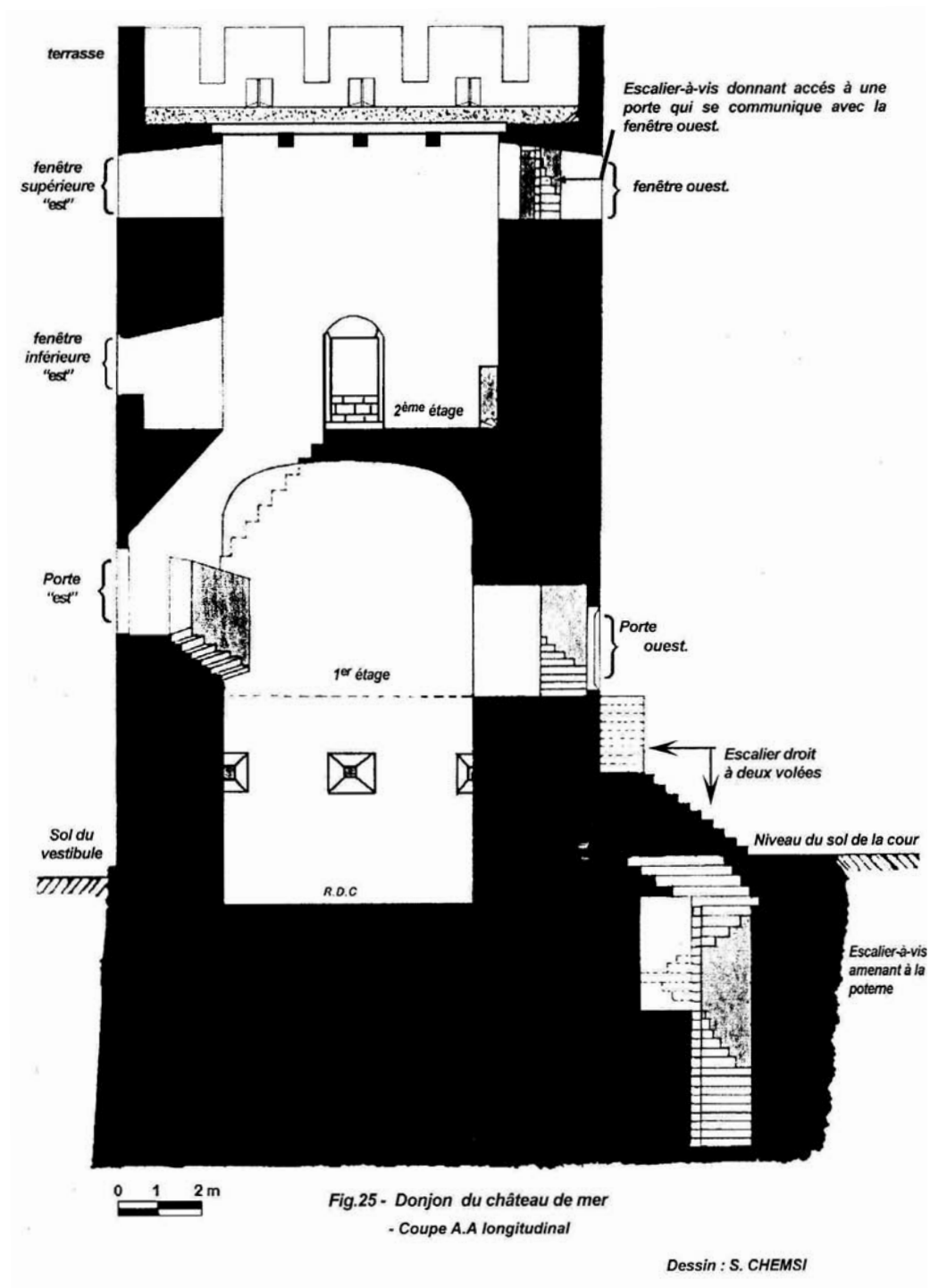
²⁶ Alminar de la grande mosquée de Cordoue construit par Abdarrahan III en 958.



Légende :

1- Le Vestibule d'entrée	5- La cellule nord-ouest	9- La tour sud-ouest
2- Le Donjon	6- Les trois cellules centrales	10- La tour sud-est
3- L'Escalier-à-vis menant à la poterne	7- La cellule sud-ouest	11- L'Espace du marabout
4- La casemate	8- L'arche	12- La citerne du château
		13- La rampe de l'entrée
		14- La cour avec dallage en pierre





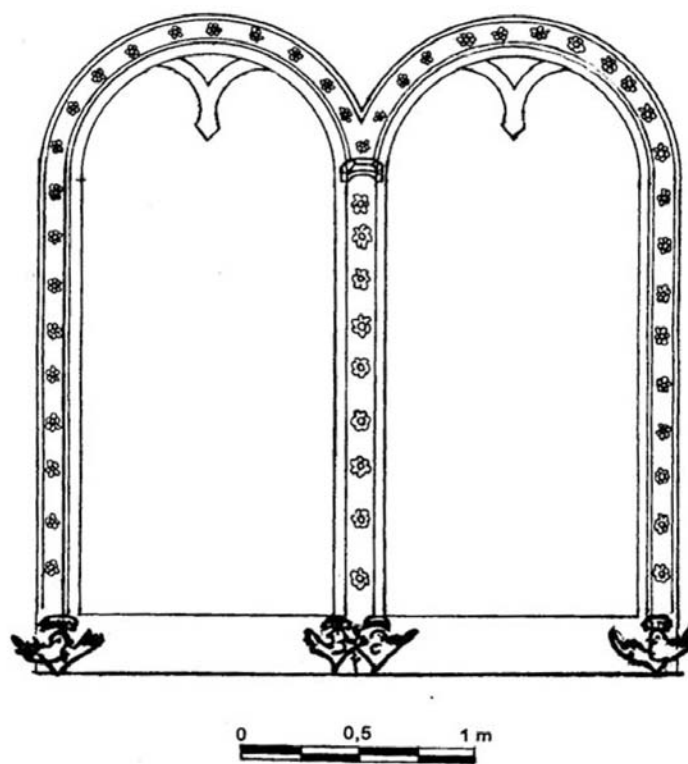


Fig.8 - La fenêtre gémée de la façade nord du château de mer.

Dessin : S. Chemsî

FOUILLES ARCHÉOLOGIQUES À AZEMMOUR (2008): QUESTIONS HISTORIQUES ET PREMIÈRES CONSTATATIONS

AZZEDDINE KARRA* et ANDRÉ TEIXEIRA**

Introduction

La campagne archéologique réalisée entre le 25 juin et le 31 juillet 2008 dans la ville d'Azemmour a été effectuée dans le contexte du protocole d'accord entre la Direction du Patrimoine Culturel, du Maroc, le Centro de História de Além-Mar relevant de la Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de l'Universidade Nova de Lisboa et de l'Universidade dos Açores et l'Escola de Arquitectura de l'Universidade do Minho, du Portugal. L'objectif de ce protocole est le développement de la coopération dans les domaines de la recherche archéologique, de l'étude architectural, de la préservation et de la mise en valeur du patrimoine *maroco-lusitanien* dans la région Doukkala-Abda, notamment dans les villes ou sites de Azemmour, Safi, El Jadida et Agouz.

Ces travaux s'inscrivent aussi dans le projet «Portugal et le Sud du Maroc: contacts et affrontements (XV^e au XVIII^e siècle)», soutenu par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Son but est l'étude des rapports entre marocains et portugais en Afrique du Nord, un phénomène historique qui dérive, au-delà des contacts maritimes séculaires, de l'intervention portugaise sur les côtes atlantiques du Maroc, tout au long de ces siècles. Il attache beaucoup d'importance à la recherche, à l'inventaire, à l'étude et à la divulgation du patrimoine subsistant de cette phase historique, dans ses diverses facettes.

La présente étude a pour objectif de présenter les premières constatations relevées lors de la campagne de fouilles archéologiques mentionnée, dictée par la volonté de partager les recherches menées pour la première fois à Azemmour, ville considérée comme l'une des plus anciennes et riches du Maroc. Les observations présentées ici sont probablement hâtives, mais annoncent déjà des hypothèses de travail assez ambitieuses, que nous souhaitons approfondir dans les prochaines années.

1. Questions historiques

Azemmour, se situe dans la province de Doukkala, près des plaines de la Chaouia, dans une région aux terrains fertiles et riches en céréales, depuis la nuit des temps. La ville est érigée sur la rive gauche de l'un des principaux fleuves du Maroc, l'Oum er-Rbia, à environ 3 km de l'estuaire. Cela a déterminé sa fonction portuaire séculaire, perturbée, à partir du XVI^e siècle, par l'ensablement de l'accès à la mer¹.

* Archéologue co-directeur des travaux archéologiques à Azemmour et Directeur Régionale de la Culture de la Région Doukkala-Abda, Maroc.

** Archéologue co-directeur des travaux archéologiques à Azemmour et chercheur du Centro de História de Além-Mar des Universidade Nova de Lisboa et Universidade dos Açores.

¹ *Villes et Tribus du Maroc*, vol. XI (*Région des Doukkala*), tome II (*Azemmour et sa Banlieue*), 2^e reprise, Casablanca, Éditions Frontispice, 2002, pp. 24-28.

L'importance de la ville pendant la période islamique est historiquement documentée au moins à partir du XI^e siècle, quand la tribu Sanhaja s'est installée dans la région, mais on spéculait sur son origine romaine, voire préromaine². Depuis le XII^e siècle, la région était activement liée au niveau commercial à la Péninsule Ibérique, notamment avec le port de Cadix³. C'est donc sous la dynastie Almohade qu'Azemmour a connu son apogée. Au cours de cette période, la dimension maritime de l'occident musulman s'est amplifiée, devenant les flottes une «partie intégrante du dispositif militaire des Almohades», essentielles pour assurer les liens commerciaux entre les domaines de cette dynastie, du Maroc à l'Andalous. Si, premièrement, l'espace maritime primordial semble avoir été la méditerranée du Levant ibérique, à partir du milieu du XII^e siècle la région du détroit a gagné plus de visibilité, en particulier la ville de Sabta. Mais émergea également la côte atlantique marocaine, ce qui a abouti à la fondation de Rabat⁴.

Dans ce contexte, on assiste à la croissance et à la prospérité d'Azemmour, ville souvent mentionnée dans les textes géographiques, juridiques et biographiques. Cette ville a alors servi de port, abritant des navires de moyen tonnage et de port pour l'écoulement des produits de toute la vallée de l'Oum er-Rbia, notamment le blé produit dans cette plaine atlantique. Sa communauté marchande liait la région avec le Maghreb, et aussi avec les divers ports de la Péninsule Ibérique, en leur fournissant le blé, un produit de nécessité cruciale. Elle a également servi de connexion entre les villes de l'intérieur, comme Aghmat ou Marrakech, et d'autres centres de pouvoir Almohade, comme Rabat et Séville, étant un lieu de passage de dignitaires politiques et militaires. Azemmour était, par conséquent, une capitale régionale, avec son gouverneur, au moins depuis le deuxième quart du XIII^e siècle⁵.

Si les activités des magrébins dans l'Atlantique ont subi un net recul pendant le règne de la dynastie Mérinide, avec le recul de la présence islamique en al-Andalus, ce qui s'est manifesté dans la contraction d'un grand nombre de ports, la description d'Azemmour faite par Ibn al-Khatib, à la moitié du XIV^e siècle, nous donne par contre une image d'une ville riche et prospère: «La ville jouxte un fleuve de verdure. Elle se marie au printemps. Elle se marie à l'automne. Elle domine tout de haut. Son minaret et ses tours de guet surplombent la rivière, dont elle fait son profit ainsi que de la mer voisine. Ses magasins renferment de quoi remplir les bouches. L'aisance est générale les viandes sont de toutes espèces. La population est riche et se vêt du travail de ses mains. Les maisons sont cossues. Et l'aloose est un poisson à nul autre pareil»⁶.

Vers la fin du XV^e siècle, le pouvoir des mérinides est tombé en décadence. Leur successeur Wattasside n'était non plus capable de relever les défis de la réorganisation de l'Etat. C'est ainsi que les portugais, déjà présents dans plusieurs villes côtières du Nord du Maroc, ont réussi à gagner la suzeraineté sur les habitants d'Azemmour. Le contrat signé avec D. João II, en 1486, prévoyait le versement annuel à la Couronne d'un tribut de 10.000 aloses, pêchées en abondance dans le fleuve Oum er-Rbia, au-delà de privilèges commerciaux et de l'autorisation pour l'établissement d'une factorerie dans la ville⁷; les portugais étaient, bien entendu, résolus à tirer parti de la richesse qui avait fait auparavant la prospérité de la ville. L'établissement de cet accord a mis en place une politique double du Portugal à l'égard du Maroc: au nord, l'affirmation de la souveraineté, atteinte par D. Afonso V, à travers le traité avec Moulay Cheikh el Watassi; au sud, de suzeraineté et de partenariat commercial, avec les gouverneurs des villes d'Azemmour et de Safi⁸, qui a duré jusqu'au début du XVI^e siècle.

Au cours des premières années du XVI^e siècle, le roi portugais D. Manuel I a adopté une nouvelle politique pour les côtes atlantiques marocaines, en passant à la conquête militaire directe des villes. Les intérêts de

² Jean DARLET, «Monographie de la ville et l'école franco-musulmane d'Azemmour...», in *Bulletin de l'Enseignement Public au Maroc*, n° 225, Janvier 1954, pp. 15-22; *Villes et Tribus...*, pp. 44-46.

³ Christophe PICARD, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Éditions Maisonneuve & Larose, 1997, pp. 119-20, 156-57, 203 et 432.

⁴ Christophe PICARD, *La Mer et les musulmans d'Occident au Moyen Âge, VIII-XIII siècles*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, p. 79.

⁵ Christophe PICARD, *La Mer et les musulmans...*, pp. 90-94; Idem, *L'océan Atlantique musulman...*, pp. 172-73, 209 et 419.

⁶ Passage traduit par Brahim BOUTALEB, «Azemmour», in *Regard sur Azemmour*, Rabat, Ed Marsam, 2008, p. 24.

⁷ Maria Augusta Lima CRUZ, «Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, II, pp. 105-06.

⁸ António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no Século XV* (Thèse de doctorat dactylographiée présentée à Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa), Lisbonne, 1990, vol. I, p. 310.

D. Manuel I étaient variés, à l'instar des autres rois de sa dynastie: outre la rentabilité qu'il pensait atteindre dans une région si riche en céréales, bétail et textiles, il considérait stratégique le contrôle de la côte atlantique du Maroc, tout en maintenant l'idéologie de son temps, encore imprégnée d'un certain esprit de croisade⁹.

Ainsi, en 1507, il a envoyé une petite flotte au Maroc pour effectuer la reconnaissance de cibles militaires potentielles, comme celle qui a concerné Azemmour¹⁰, suivie l'année d'après par une tentative de conquête militaire ratée. Ce n'est qu'en 1513 que le pouvoir portugais a réussi à conquérir la ville, en impliquant un grand contingent de gentilshommes, dirigé par le plus grand noble portugais, le duc de Bragança¹¹. A ce moment les portugais étaient déjà implantés à Santa Cruz (Agadir), Mogador (Essaouira) et Safi; à partir de cette dernière ville, ils ont commencé un processus de domination de la riche région de Doukkala, à travers une politique basée sur le ralliement des notables et chefs de tribus, connus dans la littérature historique portugaise sous l'appellation de «maures de paix»¹². Avec la prise d'Azemmour, la province limitrophe de Chaouiya était déjà dans la ligne de mire des portugais.

Valentim Fernandes signale que la ville à l'arrivée des Portugais avait une population d'environ 1.000 habitants, soulignant qu'à certains moments elle hébergeait 12.000 personnes. La célèbre gravure de Georg Braun sur Azemmour, probablement copiée du dessin disparu de Duarte de Armas ébauché pendant l'expédition de 1507, met en évidence une muraille urbaine rythmée par plusieurs tours et une ville où se révèlent les divers minarets des mosquées (fig. 1). Cela semble représenter le visage d'Azemmour avant l'arrivée des Portugais, qui alors se prolongerait sur neuf hectares, ce qui correspond sensiblement au centre historique actuel de la ville¹³.

Après la conquête de la ville, les habitants musulmans d'Azemmour se sont dispersés dans des zones plus sécurisées, ne restant que des juifs, réunis dans leur propre quartier et devenant intermédiaires entre les deux communautés principales¹⁴. Pendant les premières années de l'occupation, la population de la ville était composée de portugais qui se sont installés («*moradores*») et de ceux qui y séjournaient dans le cadre du service militaire («*fronteiros*»), en plus de la population locale composée de juifs et une partie des musulmans, qui sont revenus graduellement reprenant leurs occupations (connus aussi comme maures de paix). Enfin, chrétiens, musulmans et juifs semblent avoir coexisté, bien que dans des quartiers séparés et avec des administrations distinctes¹⁵.

Immédiatement après l'occupation portugaise, la création d'un réduit dans la ville a commencé à être envisagée. Il s'agissait de la construction d'une muraille séparant la zone murillée préexistante, pour réduire le périmètre fortifié à la garde des chrétiens. C'était la solution pratique pour faire face au déficit en effectifs dont souffraient les portugais dans une région hostile¹⁶. Le processus s'est prolongé pendant des années, la priorité étant donnée à la reconstruction des murailles, avec la construction des bastions du «*Raio*» et de «*São Cristóvão*», finis en 1514 et qui, encore aujourd'hui, subsistent en tant que deux des constructions les plus emblématiques de l'architecture militaire portugaise de cette période (fig. 2)¹⁷. Le dessin du réduit, esquissé en 1513 mais seulement accompli en 1517-20, est facilement reconnaissable sur le terrain, ce qui est dû à la persistance de la documentation portugaise qui le décrit: basé sur des fondations de pierre et édifié essentiellement en pisé, il utilisait le bastion de *São Cristóvão* à l'église-mère, ancienne mosquée, continuant ensuite tout droit jusqu'au fleuve¹⁸.

⁹ João Paulo Oliveira e COSTA e Vítor Luís Gaspar RODRIGUES, *A Batalha dos Alcáides 1514. No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp. 11-26.

¹⁰ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953, II, p. 91.

¹¹ Vide Maria Augusta Lima CRUZ, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, vol. II, pp. 105-07.

¹² André TEIXEIRA, "Nuno Fernandes de Ataíde et l'intervention portugaise à l'intérieur des terres du Maroc", in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 97-116.

¹³ Jorge CORREIA, *Implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XV siècle*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008, p. 294.

¹⁴ José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos Durante o Século XVI. Origens e Actividades de uma Comunidade*, Braga, APPACDM, 1997, pp. 213-44.

¹⁵ Maria Augusta Lima CRUZ, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor", in *op. cit.*, II, pp. 108-15.

¹⁶ Jorge CORREIA, *Implantation...*, pp. 294-303.

¹⁷ Rafael MOREIRA, "A época manuelina", in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 130-33.

¹⁸ Jorge CORREIA, *Implantation...*, pp. 294-303 et 499-500.

L'effort de construction des portugais s'est concentré en générale sur l'architecture militaire, par la consolidation des murailles, le renforcement de leur base avec des talus, le creusement d'un fossé et la réorganisation des tours; nos informations sur l'exploitation des structures militaires islamiques demeurent très lacunaires. À l'intérieur du réduit, ils ont aussi édifié des maisons, apparemment dans un terrain sans grandes constructions préalables. L'agglomération avait comme principal espace public la place de la ville («*terreiro*»), autour de laquelle se trouvaient: la capitainerie («*palácio dos capitães*»), peut-être implantée sur une partie de l'ancienne kasbah islamique; l'église, qui avait pris la place d'une ancienne mosquée; et la porte de la ville («*porta da vila*», actuelle bab el kasbah), la principale voie d'accès à partir de l'extérieur. Près du fleuve et de la porte riveraine («*porta da ribeira*», actuelle *bab el oued*) s'ouvrait une autre place, où la factorerie et la douane étaient installées, le quai se trouvant à l'extérieur¹⁹.

La ville a vécu environ trois décennies sous la domination portugaise, au cours de laquelle un grand effort de construction a été fourni, auquel s'ajoutaient les divers frais reliés à la gestion administrative du site. Les portugais de la ville vivaient principalement des divers tributs imposés aux «maures de paix», en plus des butins des razzias pratiquées sur les tribus insoumises. Mais souvent ils étaient obligés de chercher un approvisionnement surtout en blé d'Andalousie, de Madère, des Açores et même du territoire portugais. La couronne portugaise a reçu des taxes sur les transactions commerciales et des droits sur la pêche des aloses, toutefois insuffisants pour l'autosuffisance économique de la ville²⁰.

Finalement, en 1541, les Portugais abandonnent Azemmour, sous les menaces grandissantes de la dynastie Saadienne, qui a réussi la réunification politique du pays. On connaît peu l'histoire de la ville au cours des siècles suivants, bien que l'on soit sûr que la présence portugaise a continué à marquer la vie quotidienne belliqueuse, par la proximité d'El Jadida, place de guerre évacuée seulement en 1769²¹.

L'histoire d'Azemmour durant la période de l'occupation portugaise nous met face à plusieurs problématiques que nous tenterons d'approcher à travers nos investigations archéologiques. Un bon nombre de situations énumérées, nécessitent plus d'approfondissement, vu le manque cruel de données historiographiques sur le sujet, d'autres doivent être comprises à partir de l'héritage matériel subsistant à Azemmour.

Ainsi nous souhaitons atteindre les objectifs suivants au cours des campagnes archéologiques planifiées:

- La connaissance de la configuration et des caractéristiques de la ville musulmane préexistante à l'arrivée des portugais;
- L'évaluation de l'impact de la conquête portugaise sur le noyau urbain préexistant et la compréhension de l'implantation portugaise dans l'espace intra-muros de la cité;
- La reconstitution du quotidien des communautés qui ont habité la ville avant, pendant et après la période portugaise.

2. La prospection archéologique

Avant le début de ce projet, des prospections archéologiques ont été menées par l'un de nous (Azzeddine Karra) autour de la médina d'Azemmour, afin d'aboutir à une compréhension plus globale de son évolution urbaine et de ses relations avec le territoire environnant²². Ces travaux ont conduit à la découverte de vestiges importants de structures militaires et d'un espace de stockage au sud de la ville. D'une part, des murailles en pisé ont été détectées, délimitant un périmètre tendanciuellement circulaire, couvrant une longueur de 500 m au sud de la section méridionale de la muraille de l'actuelle médina. D'autre part, une série de silos ont été localisés,

¹⁹ Jorge CORREIA, *Implantation...*, pp. 303-08.

²⁰ Maria Augusta Lima CRUZ, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor", in *op. cit.*, II, pp. 119-23.

²¹ Voir la "chronique militaire" présenté par Augusto Ferreiro do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp. 225-412, et aussi *Villes et Tribus...*, pp. 59-62 et Jean DARLET, "Monographie de la ville et l'école franco-musulmane d'Azemmour"..., pp. 28-29.

²² Azzeddine KARRA et Abdelaziz TOURSI, "L'occupation portugaise et le souci de la maîtrise de l'espace: approche archéologique des villes de Safi et d'Azemmour", in *La Présence Portugaise au Maroc et ses Vestiges. Actes du Colloque*, Rabat, Académie Royale du Maroc, 2006, pp. 171-192; Abadallah FILI et Azzeddine KARRA, "Evolution urbaine de la Médina d'Azemmour d'après les sources historiques et les données archéologiques", in *Azemmour Hadiratou Doukkala* (Actes du colloque organisé au sein de la Faculté des Lettres d'El Jadida), El Jadida, 2007, pp. 79-90.

tronqués lors de la construction du pont sur l'Oum er-Rbia dans ce secteur. Dans le cadre des activités de ce projet, une prospection plus intense de la zone a été menée et l'on a procédé au relevé topographique de la section de la muraille trouvée (fig. 3).

Les vestiges rencontrés se trouvent sur un plateau, dans un espace légèrement au-dessus de l'altitude moyenne de la médina, entre 25 et 30m, où l'accès au fleuve se trouve très difficile. Soulignons, toutefois, qu'une partie de la configuration du terrain est probablement le résultat de l'accumulation de sédiments anthropiques au cours des siècles, comme la disposition des murailles et tours révélées semblent l'indiquer. Il s'agit d'une zone à peine urbanisée, actuellement avec quelques utilisations agricoles.

Le secteur de la muraille visible commence à environ 150m au sud de la tour sud-est de l'enceinte de la médina, dans une zone assez abrupte, avec une configuration rectiligne, parallèle au cours du fleuve. Il semble probable que ces deux structures militaires aient été réunies, ayant été victimes de destruction causée par l'érosion et par des constructions récentes, mais aussi, très probablement, par l'ouverture du fossé perpendiculaire au fleuve qui a protégé l'enceinte de la médina dans cette zone. Il en résulte que la structure maintenant révélée est plus ancienne que la muraille qui limite l'actuel centre historique de la ville.

À la proximité de cette section, l'une des tours qui protégerait le périmètre est encore préservée, plutôt vétuste et en danger d'effondrement à cause du glissement vers la rivière du terrain sur lequel elle est assise (fig. 4). D'une forme carrée, avec environ 5m de côté, présentant une base épaissie, construite en maçonnerie de pierre de petites à moyennes dimensions liées au mortier, surmontée d'un corps supérieur plus étroit, exclusivement en pisé, revêtue d'enduit et de la chaux. La tour est légèrement avancée par rapport au tracé visible de la courtine, et semble être reliée à celle-ci par un passage étroit; si cette hypothèse se confirme, nous pourrions parler ici de l'existence d'une tour «albarrana». Cependant, l'accumulation de sédiments à l'intérieur du périmètre, recouvrant presque la totalité de la structure, nous empêche pour le moment de confirmer cette observation.

Au sud de ce secteur, l'enceinte a été coupée par la construction du pont et de la route menant au centre ville. Sa continuité n'est remarquable que dans une zone plus méridionale, montrant déjà un tracé tendancielllement curviligne orienté vers l'ouest; il s'agit là d'un affleurement à la surface et d'une dénivellation marquée sur le terrain. À environ 450m de l'enceinte de la médina, de nouveaux tronçons en pisé, préservés sur environ 1m de hauteur, confirment la continuité de la structure, dans un tracé courbé, mais moins accentué. Dans cette section se détache une nouvelle tour quadrangulaire, encore moins bien conservée que la précédente, mais qui suit le même modèle constructif, bien que sa base ne semble pas être renforcée. Cette tour marque une inflexion dans le contour de la colline, déjà tendancielllement orientée d'Ouest en Est, ainsi qu'une petite déclivité entre les faces intérieure et extérieure de la structure (fig. 5).

La muraille disparaît près de l'actuelle rue 71 vers le quartier du mausolée de Moulay Bouchaib (saint protecteur de la ville qui a vécu entre le XI^e et le XII^e siècle)²³, dans une zone déjà totalement urbanisée. Néanmoins, la configuration de cette rue, qui relie ce croisement au sanctuaire, pourrait coïncider avec le tracé de l'ancien dispositif de défense, qui aurait laissé une profonde marque dans le tissu urbain. La courbure de cette artère, qui d'ailleurs continue un peu au nord de cet espace religieux, semble indiquer un circuit tendancielllement circulaire, qui fermerait ainsi, au Moyen Âge, un secteur plus grand, ou au moins différent, de celle enveloppée par la médina actuellement entourée de murailles.

Face aux questions historiques énoncées plus haut, des hypothèses s'esquissent sur la configuration d'Azemmour au cours des siècles qui ont précédé l'occupation portugaise. La muraille, maintenant identifiée, serait-elle un reflet matériel de la splendeur de cette ville au Moyen Âge? Son abandon coïnciderait-il avec la référence qui en 1434 «les habitants qui ne pouvaient plus vivre dans cette agglomération l'abandonnent et reconstruisent leur ville là où elle est actuellement» et qui le sultan «fit édifier en 1451 trois mosquées et envoya dans la cité des *fqihs* et des *oulémas*. Dix ans plus tard il faisait fortifier la ville»²⁴? Et est-ce que cette partie d'Azemmour était encore peuplée à l'époque de l'arrivée des portugais? Seule la poursuite des recherches archéologiques dans la ville, prévues pour ce secteur pour les prochaines campagnes, pourra porter des réponses à ces questions.

²³ Jean DARLET, «Monographie de la ville et l'école franco-musulmane d'Azemmour...», pp. 24-25.

²⁴ Jean DARLET, «Monographie de la ville et l'école franco-musulmane d'Azemmour...», p. 26.

Concernant les structures creusées au sol, elles ont été construites par creusement dans le substrat géologique de calcaire poreux et leur intérieur a été couvert d'un enduit, certainement afin de garantir une bonne étanchéité pour isoler les aliments stockés. Les silos les plus complets présentent une ouverture assez étranglée, un corps de tendance ovoïde allongée posé sur une base aplanie (fig. 6). Comme on l'a mentionné plus haut, ces vestiges se distribuent le long de la route d'accès au pont qui enjambe l'Oum er-Rbia, sur une extension d'environ 150 m. Cela soulève l'hypothèse que cette zone a été réservée au stockage de la production agricole au cours du Moyen Âge, comme dans de nombreuses autres villes du Maghreb et de la Péninsule Ibérique. La datation de ces structures à l'instar de celle de la muraille sera reléguée aux prochaines campagnes.

3. Les fouilles archéologiques

Les travaux archéologiques de 2008 consistaient en la réalisation de quatre sondages, sur deux surfaces choisies dans l'actuel centre historique d'Azemmour²⁵. Le premier sondage (S1) a été implanté devant la porte riveraine (*bab el oued*) de l'ancien quartier portugais, place où les sources écrites localisent l'ancienne factorerie et la douane. Le choix de cet endroit a été guidé par deux facteurs: un d'ordre scientifique, lié à la volonté de connaître la physionomie de ce secteur de la ville au cours de la période portugaise, et aussi aux époques qui l'ont précédée et qui l'ont suivie; un autre d'ordre patrimonial, motivé par les travaux d'aménagement de cette zone par la municipalité et l'intention de prévoir d'éventuels impacts sur le patrimoine archéologique qui découlent de ces travaux (fig. 7).

Le second sondage (S2) a été implanté bien proche du précédent, mais plus au nord près de la rue qui mène vers la Porte du Fleuve; le but était de mieux comprendre la continuité des structures et couches stratigraphiques découvertes dans le premier. Le troisième sondage (S3) n'était qu'un élargissement du S2 jusqu'au mur de la rue mentionnée, avec le but de faciliter la compréhension des niveaux archéologiques.

Finalement, le quatrième sondage (S4) a été effectué à l'intérieur d'une habitation privée, près d'une des tours de la muraille du réduit susmentionné. Cette intervention a eu comme but principal la compréhension de la construction de cette muraille et la recherche sur ses caractéristiques architectoniques. Les sources écrites indiquent que dans cet endroit, contigu au réduit portugais vers l'extérieur dans les rues descendant du bastion de la ville à la rivière, auraient habité des familles juives protégées par les portugais; les juifs se déplacèrent après le départ des chrétiens vers leur ancien espace d'habitation: l'actuel quartier du Mellah²⁶. Nos soucis se sont encore adaptés aux opportunités de travail, puisqu'on a profité de la disponibilité du propriétaire du terrain et de l'annonce de futurs travaux dans ce secteur, qui auraient éventuellement un impact sur le patrimoine archéologique, pour réaliser nos travaux. Il faut par ailleurs souligner qu'au-delà de l'étude et de la recherche, notre intervention archéologique a eu aussi la fonction importante de mener des actions de diagnostique, destinées à éviter d'éventuels impacts négatifs sur le patrimoine historique de la zone²⁷.

En S1 nous avons trouvé essentiellement trois niveaux archéologiques (fig. 8). Les couches supérieures, aux terres marron clair relativement déliées, correspondaient aux niveaux contemporains (C1, C2, C3). Les couches 4A et 4B, un grand dépôt de terre marron grisâtre, graveleuse, semi-compacte, avec des pierres abondantes et des cailloux, des briques et de rares fragments de stuc, datés probablement du milieu du XX^e siècle. Ils ont été découverts collés à un mur, qui aurait fait profit des structures préexistantes, une fois qu'il contenait quelques blocs réguliers et bien taillés. Celui-ci supporterait des terres en cote supérieure vers l'ouest, permettant la circulation par une rue qui existait jusqu'à cette époque près de la muraille et qui conduisait vers l'entrée de la rivière. D'ailleurs nous avons découvert, dans le niveau inférieur de ce dépôt, des vestiges d'un pavé travaillé avec

²⁵ Ces travaux ont été accompagnés sur le terrain par d'autres de prélèvement architectonique, effectués par Jorge Correia et Ana Lopes, à qui on remercie les dessins présentés dans ce texte. On remercie aussi à Teresa Costa, archéologue assistante sur le terrain, Patrícia Carvalho, Inês Pinto et Luís Gil, auteurs des dessins des matériels archéologiques, et Rui Henriques, qui a fait les photos ici publiées.

²⁶ Jorge CORREIA, *Implantation...*, pp. 303-08.

²⁷ Une fois que les matériaux étaient séparés suivant la catégorie des vestiges, nous avons fait le collage des fragments céramiques, signalant ceux qui étaient les plus pertinents, de la façon indiquée: par exemple le AZ1C2-003 (Azemmour; Sondage 1; Couche 2; numéro d'artefact 003).

des cailloux du fleuve de la période moderne, mais qui aurait fonctionné jusqu'au XX^e siècle, quand la circulation a commencé à se faire par la voie actuelle.

Le niveau intermédiaire était constitué par des terres marron foncé, organique, semi-compacte, bien que dans son intérieur des lignes successives plus compactes ont été détectées, avec des petites pierres, des cailloux, de la céramique (majoritairement de construction) et des os. Ainsi, bien qu'apparemment homogène, en termes de coloration et de composition, cette couche a été fouillée à plusieurs reprises, ce qui correspond aux observations faites aux compactages (C5A à C5E). Elle correspond aux remaniements de niveaux de l'époque moderne, ce qui s'est probablement produit à la première moitié du XVIII^e siècle. Nous avons recueilli dans cette couche quelques objets concernant le quotidien des gens qui ont habité cette région à l'époque, comme nous le verrons; les débris céramiques, sans aucune structure en corrélation, ne correspondent à aucun contexte archéologique spécifique, car ils sont en position clairement secondaire. Cette occupation aurait dû être terminée par un phénomène quelconque de destruction et incendie, suivi de compactage de terres par pose du pavé déjà mentionné. L'hypothèse que cet écroulement soit lié au tremblement de terre de 1755, particulièrement violent sur les côtes du Portugal méridional et du Maroc atlantique²⁸, n'est à présent qu'une simple hypothèse, à confirmer avec d'autres études dans d'autres points de la ville et avec l'analyse des sources écrites.

Le niveau inférieur correspondait à des terres orangées et très argileuses, extrêmement compactes à l'interface supérieure, composées par des pierres et des matériaux de construction, mais relativement friables dans le dépôt, où abondaient des petits cailloux. Le matériel archéologique est encore en étude, il se caractérise par la présence de céramique peinte avec des bandes horizontales sur des objets de pâte claire. Celle-ci devra correspondre à une occupation plus reculée de cet espace, probablement de l'époque moderne, postérieure à la construction de la porte et à l'éventuelle reconstruction de la muraille par les portugais. Il faut dire que ce sondage n'a pas été finalisé, ayant été sa profondeur de 4,5 m au maximum, sans atteindre les niveaux les plus anciens, notamment les contemporains de la construction de la porte.

Le S2/3 nous a livré essentiellement trois niveaux d'occupation, avec la distinction de deux intrusions récentes (fig. 9). Du côté Nord, près de la rue qui conduit vers la porte riveraine, toute la stratigraphie était perturbée par l'existence d'une canalisation contemporaine (C3B et C3D). Du côté sud nous avons remarqué une autre canalisation de large usage temporel, mais certainement d'une époque plus reculée (C3C). À la surface existaient des sédiments et végétation des dernières décennies, résultat des travaux dans la zone et de l'utilisation du sol par les habitants (C2 et C1).

Le niveau supérieur, un dépôt de terre marron clair, caillouteux, friable, avec beaucoup de pierres, des briques et de grands fragments de stuc renversés, correspondait à une occupation de cet espace allant jusqu'à la moitié du XX^e siècle (C3A). Le dégagement de ce niveau nous a livré une pièce d'une habitation, dont les murs, le sol et le seuil de la porte d'accès étaient couverts par plusieurs couches de stuc blanc. Les bases de murs correspondant à d'autres pièces ont été également dévoilées. Sur le sol d'occupation de cette structure, un grand pot en céramique a été découvert *in situ*, partiellement enterré, qui servait probablement à un réservoir d'eaux. Les trois couches 4A, 4B et 4C, de terre marron, caillouteuse, compacte, avec de petites pierres, fragments de stuc et abondants blocs d'enduit, contiennent simultanément des matériaux d'époque moderne et contemporaine très fragmentés; ils semblent servir à la préparation et à la mise à niveau de la zone pour la construction de l'habitation mentionnée.

Le niveau intermédiaire, composé de couches de terre marron foncé, caillouteux, friable ou semi-compact, avec beaucoup de pierres et de petits cailloux, correspondrait à une occupation plus ancienne de cet espace, certainement de l'époque moderne (C5A, C5B). Les structures de ce niveau ont été succédées par l'habitation plus récente décrite avant, au moins sur les deux flancs qui ont subsisté; cela témoigne du maintien de l'occupation de cette zone pendant plusieurs siècles. En ce qui concerne le matériel archéologique, le niveau nous a livré des objets d'usage quotidien similaires à ceux des couches 5 de S1, bien qu'ils sont ici mieux conservés, puisqu'il n'ont pas subi des remaniements remarquables. Ainsi, nous pouvons conclure que tout l'espace riverain de cette partie de la ville aurait alors souffert d'une perturbation considérable, hypothétiquement dûe au tremblement de terre de 1755. Dans ce même contexte, nous avons encore découvert une fosse, partiellement vide, fermée par des pierres

²⁸ *Villes et Tribus...*, p. 27.

de grande dimension; elle était partiellement remplie par un mélange de terre verte et grise, organique et friable. La fosse aurait été construite pendant l'âge moderne, mais probablement utilisée jusqu'à une époque plus récente, lors de l'introduction de l'assainissement de cette partie de la ville.

Le niveau inférieur était composé de terre qui varie entre le marron orange, plus compacte, et le gris vert, plus friable, les premières taches contenant beaucoup de pierres et de matériaux de construction (C6). Dans cette couche nous avons observé la présence d'un mur, avec trois rangés de pierres, ainsi qu'un pavement lui correspondant; les deux structures correspondront à une occupation plus ancienne de l'espace. Seule l'étude du mobilier pourra donner quelques indications sur leur chronologie et fonctionnalité, bien que le secteur fouillé soit très exigu. Tel qu'en S1, nous n'avons pas terminé l'excavation dans ce lieu, sans pour autant arriver au sol vierge.

Dans le S4 nous avons trouvé deux niveaux, délimités par un pavé composé de cailloux de fleuve, néanmoins aucun ne correspond à l'utilisation de la muraille et de la tour près de laquelle s'est réalisée cette intervention. Le niveau supérieur correspondait à une utilisation récente de cet espace (C1 et C2), probablement la cour d'une maison. Le niveau inférieur, quant à lui, il correspond à une occupation domestique dont la chronologie est encore indéfinie (C3 et C4). Nous avons mis au jour, dans toute la surface fouillée, le talus de la muraille du réduit. Dans ce cas non plus nous n'avons pas atteint le sol vierge, cependant nous avons constaté la hauteur inhabituelle de cette structure, qui marquerait un dénivellement prononcé du quartier portugais par rapport à la médina (fig. 10).

En ce qui concerne les matériaux archéologiques recueillis au cours des sondages, nous focaliserons notre attention essentiellement sur les pièces céramiques dégagées des couches 5 des sondages 1 et 2/3, puisqu'elles présentent un intérêt scientifique particulier. Faute de recherches précédentes sur la céramique de cette région du Maroc, en particulier couvrant la période moderne, et en l'absence par conséquent de repères chronologiques, notre attention sera plutôt axée sur les aspects techniques. Ainsi nous avons divisé l'ensemble en quatre groupes selon les caractéristiques de fabrication et du traitement de surface.

Un premier groupe concerne la céramique à pâte allant du rouge foncé jusqu'au marron, avec beaucoup d'éléments non plastiques de couleur blanche de grain fin et moyen, dans certains cas très visibles à la surface; ils présentent aussi de rares inclusions noires. Une grande quantité de ces pièces ont les surfaces, et même une partie des parois, brûlées par l'exposition intensive au feu. Un petit groupe de pièces avec de telles caractéristiques, en particulier au niveau des inclusions, présentait un noyau bleu foncé et des surfaces rouge foncées (fig. 11).

Un nombre significatif des formes présentes dans ce groupe est constitué de grandes bassines marquées par des traces d'intense exposition au feu. Elles présentent d'abondantes inclusions visibles à la surface, puisqu'elles n'ont pas subi un traitement spécial, au-delà de la décoration incisée sur la pâte. Presque toutes ont des bords à tendance verticale, bien délimités des parois obliques.

Le bassin le mieux conservé a un bord vertical de 51cm de diamètre, avec une lèvre de profil semi-circulaire épaissie vers l'intérieur, qui culmine par étranglement. Le bord s'achève vers l'extérieur par une inflexion à angle droit, s'ouvrant vers des parois obliques d'1cm d'épaisseur, légèrement épaissie dans la partie moyenne. Le fond est plat avec 34,5cm de diamètre et 1,3cm d'épaisseur. La décoration est incisée dans la partie extérieure du fond, composée par des cartouches rustiques remplies irrégulièrement par des lignes obliques. Les parois intérieures sont lissées, mettant en évidence fines lignes concentriques et montrant sur le fond un brunissage grossier. Les surfaces, surtout externe, se trouvent très noircies (AZ2-033, fig. 12).

D'autres exemplaires, plus fragmentés, présentent des caractéristiques similaires à celui-ci, bien qu'avec des dimensions différentes et de petites variantes de forme. L'AZ1-097 est singulière, puisque son bord est bifide, présentant aux deux extrémités un profil semi-circulaire, la partie supérieure montrant une légère concavité et une décoration avec des groupes de deux incisions profondes.

En termes de formes, il est à souligner que, dans cette catégorie de fabrication, les marmites sont aussi des objets destinés à un usage au feu. D'autre part, l'AZ2-002, un récipient de forme ouverte avec des traces de feu, a été recueilli et classé comme une poêle; le fragment possède une portion de l'anse avec un orifice circulaire, des parois avec carène accusée et un bord introverti, de section semi-circulaire démarqué à l'intérieur.

Un deuxième groupe concernait la céramique de pâte orange à rouge, avec des inclusions non visibles à la surface, généralement blanches et noires de grain fin. Les surfaces, surtout les externes, sont globalement couvertes d'une barbotine plus claire que la pâte, d'une couleur beige (fig. 13).

Parmi les formes les plus significatives on doit signaler les cruches et d'autres grands conteneurs, les petites jarres, les bassines sans utilisation au feu et, surtout, les coupes. L'AZ2-040 est une des variantes de cette dernière forme, avec bord introverti et lèvre de profil semi-circulaire assez épaissie vers l'extérieur. L'AZ2-100 représente un autre type de coupe, avec un bord légèrement extroverti et lèvre de profil semi-circulaire épaissie vers l'extérieur; les parois, initialement verticales, présentent près de la base un profil courbé. Les AZ2-103 et AZ2-105 sont aussi des formes ouvertes, des plats en l'occurrence. Le premier à bord extroverti, lèvre de profil semi-circulaire un peu affilée, épaissie intérieurement et délimitée à l'extérieur par une orientation différente; les parois ont une double courbure, qui délimitait un ressaut et un récipient. Le deuxième a un bord extroverti avec lèvre de profil rectangulaire, décorée avec des excisions au stylet, presque avec la même orientation des parois, étant seulement délimité à l'intérieur par une large incision peu profonde.

Il est à noter que les pièces céramiques étudiées dans ce groupe présentent diverses variantes de décoration, ainsi on y trouve les bandes de lignes incisées concentriques, les bandes de lignes incisées concentriques combinées avec d'autres lignes ondulées, les cannelures, les orifices circulaires exécutés au stylet entre des bandes délimitées par des cannelures et lignes rouges peintes sur surface polie.

Un troisième groupe concerne des pâtes qui varient entre le blanc vert, le blanc foncé, le jaune clair et le jaune rosé, avec beaucoup de dégraissants visibles à la surface, généralement de couleur noir, plus rarement de couleur blanche, souvent de grain fin, parfois même avec des nodules d'argile. Les surfaces se trouvent en général lissées, les thèmes décoratifs se limitent presque exclusivement à des lignes incisées concentriques.

Au niveau des formes, on a reconnu quelques exemplaires de petites bassines (fig. 14). L'AZ2-042 est un fragment avec bord extroverti, presque plat, avec lèvre de profil semi-circulaire, légèrement affilée, délimitée à l'extérieur par une incision; la surface interne est légèrement polie et montre une décoration composée d'une ligne incisée en zigzag près du bord. L'AZ2-046 présente un bord extroverti et une lèvre épaissie de profil semi-circulaire, aplatie dans la partie supérieure. Les fonds de ce type de pièces sont plats, présentant des épaisseurs entre 1,2 et 1,4 cm.

Les cruches se démarquent par leur bon état de conservation. L'AZ2-043, sans aucun traitement de surface à part un simple lissage, a un bord introverti, délimité vers le bas par une large cannelure; la lèvre est extrovertie et affilée. Immédiatement au-dessous du bord partaient deux anses opposées. Le col est étranglé, sans démarcation plastique, et le corps présente une forme globulaire (fig. 15).

L'AZ2-065 est un autre bord appartenant probablement à un grand conteneur de liquides. Le bord est vertical, avec 11 cm de diamètre; la lèvre, de profil semi-circulaire, très épaissie vers l'extérieur, forme presque une bande plastique lisse. À cette même typologie devront appartenir des fragments de parois avec 0,8 à 0,9 cm d'épaisseur rassemblés dans ces couches, ils laissent supposer une pièce conique vers le bord, sans aucun étranglement du col; une série de lignes incisées concentriques a été appliquée sur les parois à environ 6 cm au-dessous du départ du bord (fig. 16).

Nous avons aussi rassemblé diverses coupes, dont la typologie de bord est dominée par la forme verticale, très épaissie vers l'extérieur, formant une bande plastique lisse, avec lèvre de profil semi-circulaire, délimitée vers l'extérieur par une large cannelure, comme c'est le cas dans l'AZ2-063 et l'AZ2-068. Au-dessous du bord se forment des carènes, prolongées par des parois légèrement obliques. L'AZ2-052 représente des coupes avec des bords très extrovertis, presque horizontaux, avec lèvre de profil rectangulaire épaissie à l'extérieur, délimitée à l'intérieur par une incision et à l'extérieur par une cannelure; les parois sont concaves. De dimensions plus réduites sont les bords AZ2-072 et AZ2-073, avec des bords respectivement verticaux et légèrement introvertis, épaissis et délimités vers l'extérieur, suivis de parois peu courbées. Finalement, les fragments AZ2-069 et AZ2-079 appartiennent à de petites coupes. Le premier a le bord introverti épaissi vers l'intérieur, une lèvre de profil semi-circulaire un peu aplatie avec une démarcation externe à travers une légère cannelure. Le deuxième a le bord introverti, épaissi vers l'intérieur avec une lèvre aplatie et des parois avec courbure accentuée (fig. 17).

Le quatrième groupe céramique est la céramique glaçurée et émaillée. La glaçure peut être de couleur verte foncée, verte claire avec des taches ou des petits points verts, *melado* jaunâtre et orangée très rarement avec des traces noirs ou marrons. Dans la majorité des cas elle couvre des formes fines, comme les gobelets, les plats, les coupes ou les petits pichets.

Parmi les formes ouvertes, se distinguent les fragments suivants (fig. 17). L'AZ1-098 est une coupe de bord presque plat, sur lequel une décoration plastique a été appliquée avec excision circulaire au stylet, présentant une lèvre de profil semi-circulaire; les parois y sont courbées et gardent toujours les traces d'une décoration glaçurée *melado* érodée. L'AZ2-021 appartiendrait aussi à une coupe, avec bord extroverti, lèvre de profil semi-circulaire un peu affilé et des parois courbées enduites de glaçure verte claire. La coupe AZ2-023 conserve un bord extroverti plat, épaissi, avec lèvre de profil semi-circulaire et des parois courbées, se faisant la transition entre ces éléments par une inflexion accentuée; la surface interne est revêtue d'une glaçure *melado*, bien que l'extérieur soit enduit d'un engobe gris. Le fragment AZ2-025 appartient à un plat avec de bord extroverti, lèvres de profil semi-circulaire légèrement affilé et des parois très obliques, se faisant la transition par léger épaississement de l'intérieur; la surface intérieure est aussi glaçurée et l'extérieure elle est enduite d'un engobe gris. Dans tout ces cas, les pâtes sont orange ou rouge, avec en générale des dégraissants blancs de grain fin. Finalement, l'AZ1-005 correspond à une forme ouverte de grandes dimensions, peut-être un grand plat, l'épaisseur des parois oscillant entre 1,3 cm et 1,6 cm. Sur la pâte à l'extérieur une barbotine orange est appliquée, tandis qu'à l'intérieur on trouve une glaçure marron clair et épaisse; sur cette surface une ligne concentrique de ton plus sombre et des estampages de forme circulaire avec motif floral ont été appliqués (fig. 18).

Nous avons rassemblé aussi de rares objets de céramique peinte sous couverture émaillée, qui se réfèrent à la faïence d'origine portugaise. L'AZ2-027 en est un exemple fabriqué avec une pâte jaune, contenant des dégraissants imperceptibles. Il s'agit d'une paroi de forme ouverte avec un bord marqué par une légère inflexion. Les deux surfaces ont été enduites d'émail blanc brillant et compact, la décoration interne étant composée de deux lignes bleues concentriques, dont une marque l'inflexion vers le bord, et des lignes bleues plus foncées et épaisses formant un motif végétal (fig. 18). Également dans la catégorie de la céramique émaillée on a rassemblé de petits exemplaires de pièces appartenant à des formes ouvertes, que nous laissons pour une future étude; nous soulignons la présence des échantillons qui appartiendraient sans doute à la porcelaine chinoise, mais à de dimensions très petites.

Finalement, il faut noter la présence de pipes, qui appartiennent à un groupe d'objets céramiques de formes particulières (figs. 19 et 20). Nous pouvons distinguer des exemples de production locale et d'autres d'origine exogène. Parmi les productions nord-européenne, nous soulignons des fragments de hampes à pâte blanche calcaire, comme c'est le cas pour l'AZ2-037, exhibant dans le pédoncule une marque de fabricant (un W couronné)²⁹. Nous soulignons encore les foyers portatifs de céramique commune, de probable origine maghrébine: l'AZ2-026, de pâte orange fine, a une épaisseur entre le foyer et la douille; l'AZ2-033, à pâte marron foncé et décoration incisée à côté de la couronne de la douille; et l'AZ2-035, de pâte orange, présentant dans le corps du foyer une décoration incisée, composée de bourgeons disposés dans une cartouche.

Concernant l'identification chronologique et culturelle de ces objets, l'état actuel de nos connaissances et les courts mois de travail après les fouilles, nous empêchent, pour le moment, de formuler des propositions importantes. Les contextes archéologiques remontant à cette période sont très rares au Maroc et certains d'entre eux sont encore en cours d'étude. Les formes de la poterie commune reconnues à Azemmour dénotent la persistance des typologies médiévales, et certaines sont encore reconnaissables dans la poterie traditionnelle dans cette région du Maroc. Celles-ci incluent l'ensemble des ustensiles typiques des sociétés islamiques de l'Occident: des récipients pour la confection d'aliments au feu, au sein desquels on note ici une grande proportion de bassines utilisées à cette fin et une présence réduite de marmites; des cruches et autres grands conteneurs de transport et stockage de liquides; des coupes et des plats de table ainsi que des petits jarres.

Les objets archéologiques importés fournissent le plus d'indications chronologiques. D'une part, les pipes de kaolin, y compris l'exemplaire cité, appartiennent à la production néerlandaise, de la fin du XVII^e siècle au milieu de XVIII^e siècle, compte tenu la persistance d'un «W» couronné dans le pédoncule. En outre, les petits fragments de porcelaine chinoise, la poterie portugaise et la céramique glaçurée montrent une chronologie similaire, ou

²⁹ Philippe GOSSE, *Les pipes de la quarantaine. Fouilles du port antique de Pomègues (Marseille), The Archaeology of the Clay Tobacco Pipe XIX*, Oxford, Archaeopress (BAR International Series 1590), 2007, p. 123.

³⁰ Sauf la mission américaine à Ksar Seghir des années 1970: voir Charles REDMEN, *Qsar es-Seghir: an Archaeological view of medieval life*, New York, Academic Press, 1986.

peut-être même un peu antérieure. La présence de faïence portugaise prouve aussi qu'il y a eu encore un prolongement des relations commerciales entre marocains et portugais après la récupération d'Azemmour par ces premiers, en 1541, peut-être à partir de la forteresse de Mazagan, qu'est restée sous la domination portugaise jusqu'en 1769.

4. Conclusions

Les travaux décrits dans cette étude ont été une première expérience de fouilles archéologique dans le cadre d'un programme de recherches systématiques concernant le patrimoine marocain d'origine portugaise³⁰. Ses résultats sont surtout un abordage initial de l'histoire d'Azemmour, ville riche par son patrimoine historique correspondant aux différentes époques d'occupation, surtout le Moyen Âge et la période moderne. Il s'agit d'une simple contribution dans un vaste chantier de recherche, dont l'importance est d'autant plus accentuée par le nombre croissant d'interventions d'aménagement et de reconstruction touchant l'espace historique de cette médina et ses alentours.

Ces travaux de relevé et de fouille ont permis de commencer à répondre à certaines des questions initialement posées, mais, surtout, ont conduit à la formulation de nouvelles problématiques concernant l'histoire – mal connue – d'Azemmour, que nous pouvons résumer en trois essentielles.

Premièrement, la puissante ville des XII^e, XIII^e et même XIV^e siècles, semble avoir laissé des marques bien plus visibles que celles qu'on connaissait jusqu'à présent. D'une part par, la survivance d'une partie de son périmètre fortifié, ce qui permet de supposer l'existence d'un noyau urbain d'une grande dimension. D'autre part, par l'existence de structures de stockage et de conservation d'aliments sous forme de silos, qui reflètent la richesse de la ville en matière de céréales, venant de son arrière pays. Ce domaine de recherche est assez large, et nous espérons que de futures campagnes de fouilles puissent apporter des résultats plus concrets. Dans l'état actuel des choses nous ne pouvons avancer que des hypothèses sur l'évolution du tissu urbain à la fin du Moyen Âge, avec une éventuelle réduction ou, peut-être, une simple modification de la zone d'implantation du noyau urbain à la fin du Moyen Âge (quand les murailles de l'actuelle médina pourraient avoir été construites, laissant abandonnées avec le temps de structures plus anciennes).

Deuxièmement, le déclin d'Azemmour après le départ des portugais ou sa réduction en simple campement militaires près d'El Jadida, souvent considéré comme une évidence, ne semble pas se confirmer. La ville à belle et bien maintenu une vie économique active, comme en témoignent les trouvailles de matériaux importés dans les sondages que nous avons réalisés. Par ailleurs, une activité d'urbanisation et de reconstruction de maisons est attestée dans les petites zones sondées dans le tissu urbain, particulièrement flagrantes depuis le milieu du XVIII^e siècle, au même moment où des travaux de réaménagement ont affecté le secteur riverain, hypothétiquement dû au tremblement de terre de 1755. Ces conclusions sont encore à approfondir en élargissant les zones de fouilles et en croisant nos informations avec les données tirées des sources écrites.

Troisièmement, en ce qui concerne la courte période de la présence portugaise, le travail effectué a permis de mieux connaître la physionomie de l'une de ses principales réalisations, celle qui concerne l'architecture militaire. La construction, par les chrétiens, d'une muraille de raccourci de manière à réduire leurs efforts militaires et à démarquer leur quartier face à la population autochtone a eu un grand impact, perceptible encore aujourd'hui. La construction d'une muraille, renforcée par un profond talus à l'extérieur, a donné lieu à une profonde séparation visuelle et stratégique entre les zones de la citadelle et celles de la médina, chose qui a permis un meilleur écart pour la bonne utilisation de l'artillerie. Nous espérons enfin que de futures campagnes archéologiques puissent apporter encore plus de réponses sur cette période.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

**Fig. 4****Fig. 5****Fig. 6**



Fig. 7

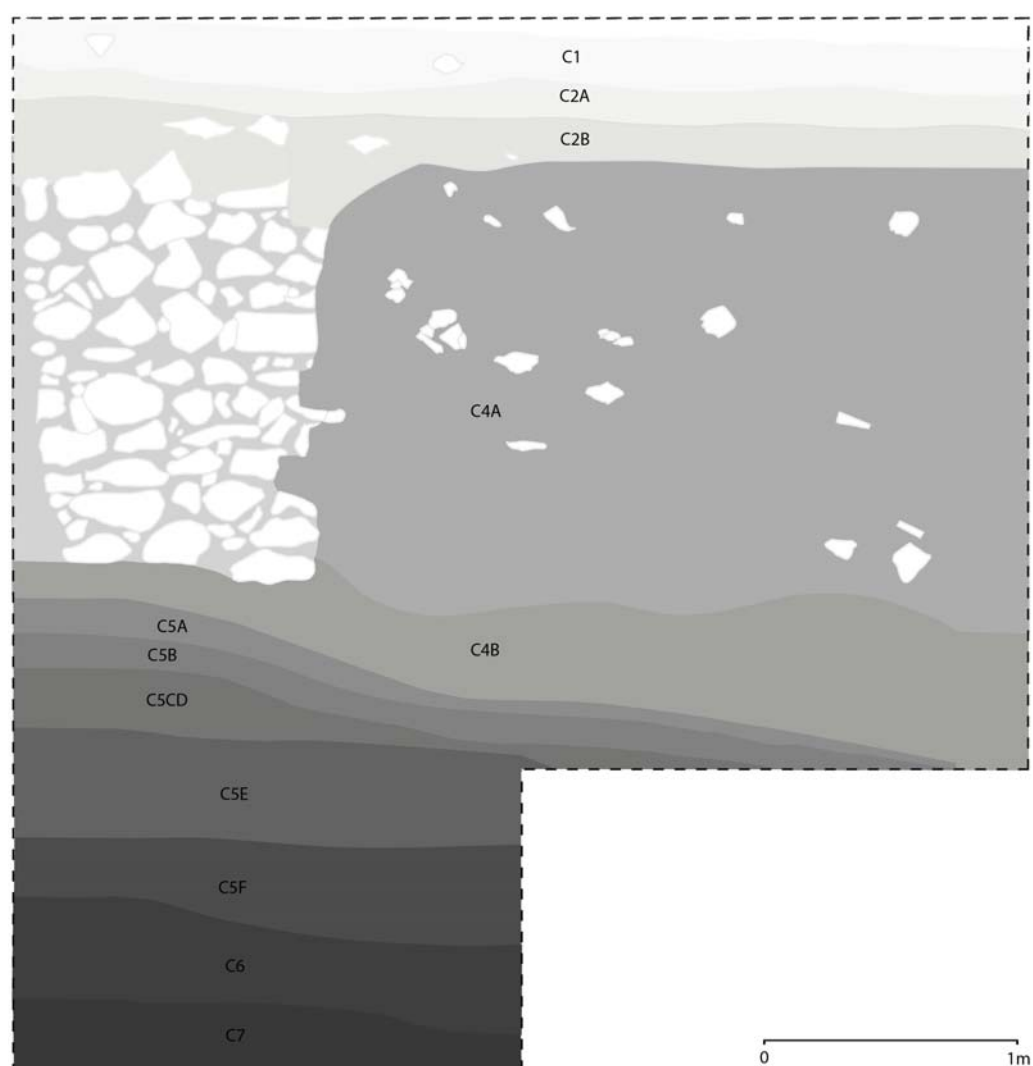


Fig. 8

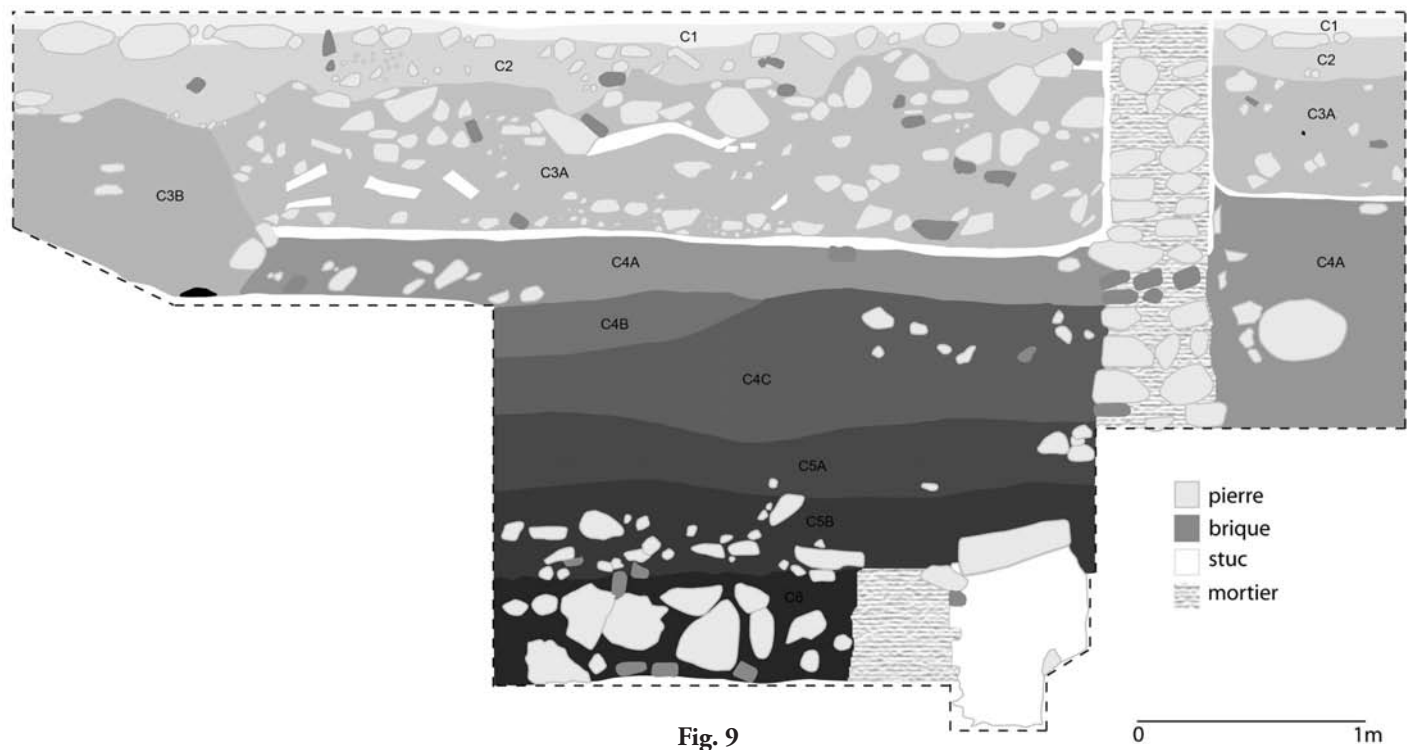


Fig. 9



Fig. 10

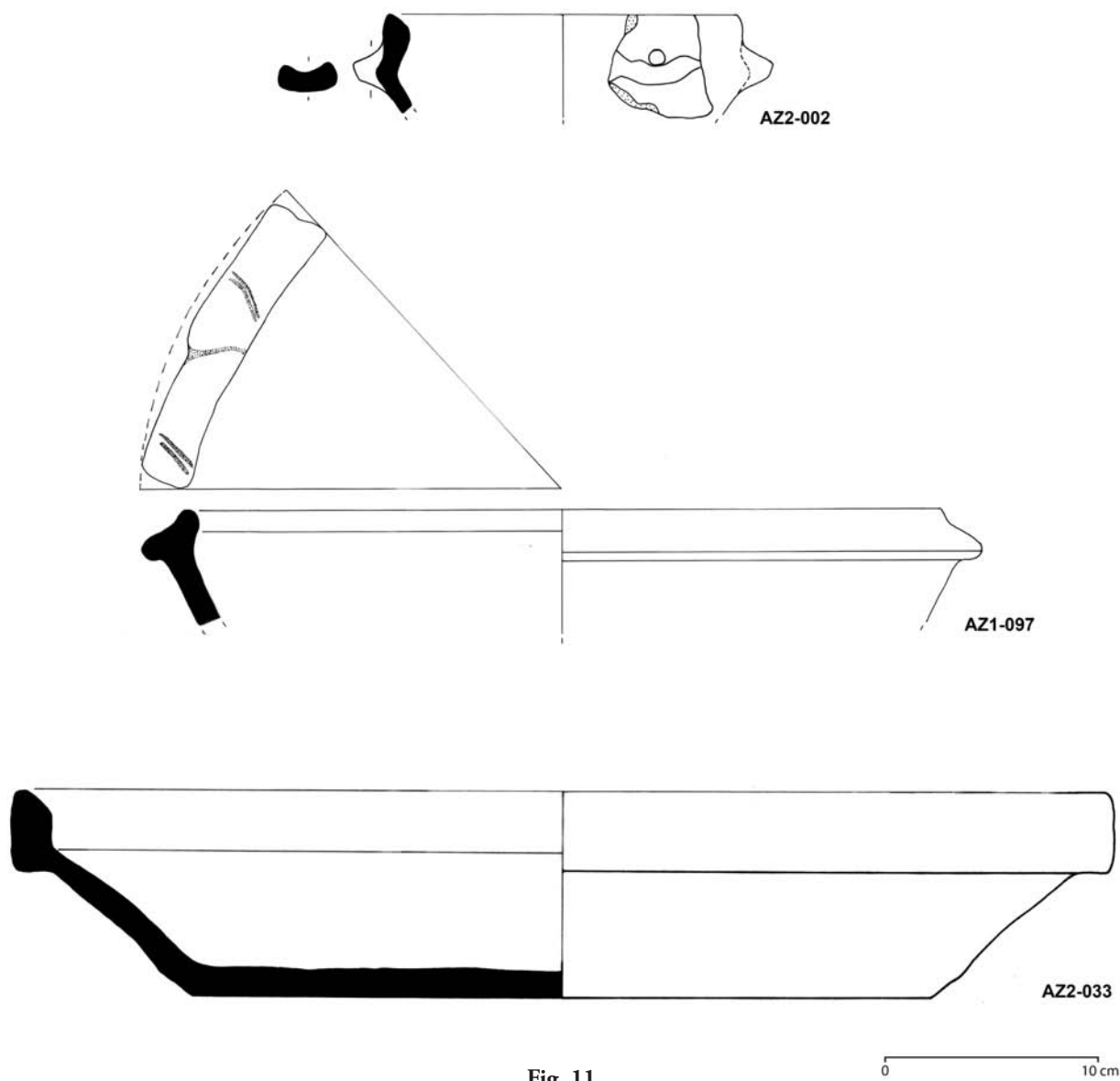


Fig. 11

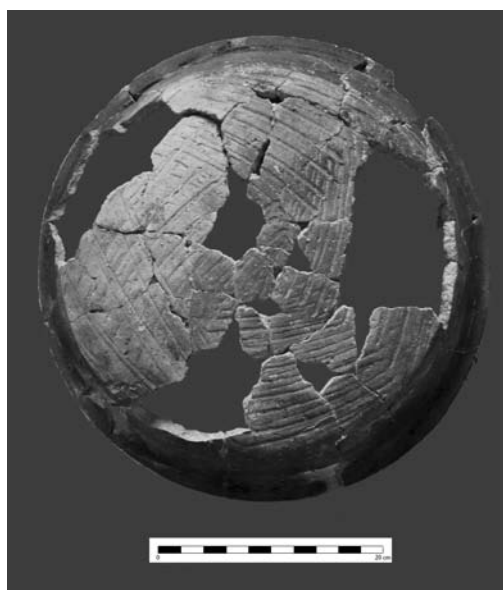


Fig. 12

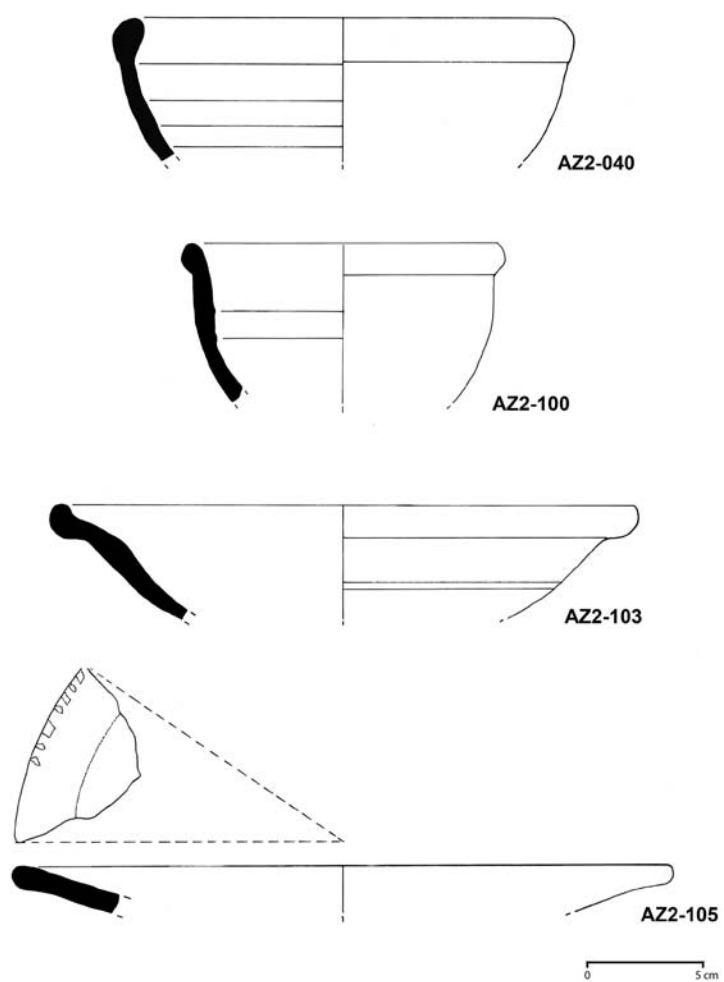


Fig. 13

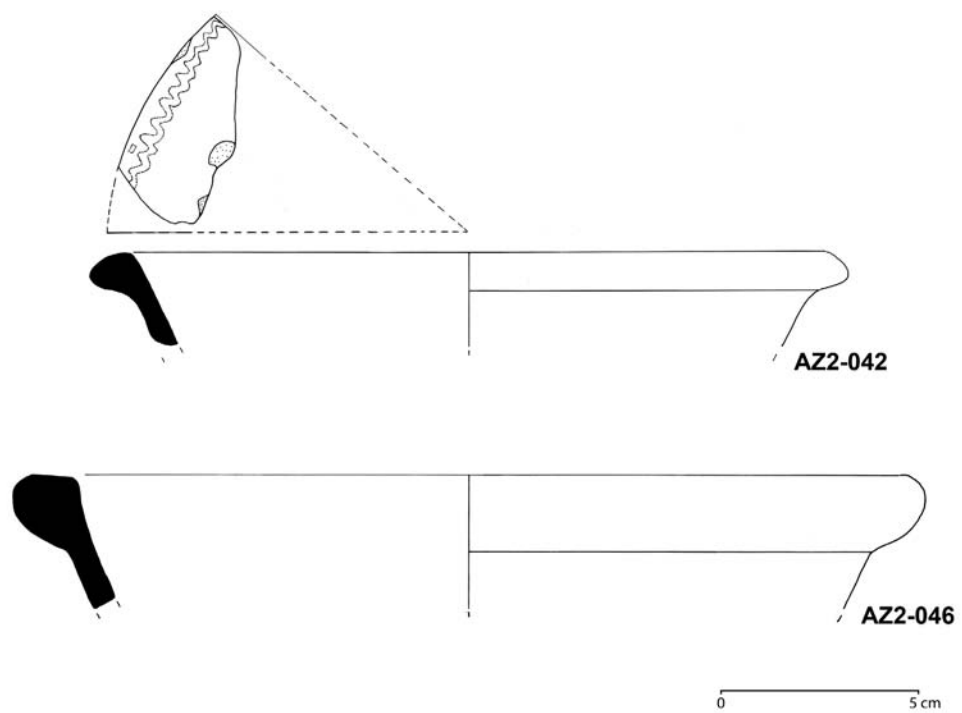


Fig. 14

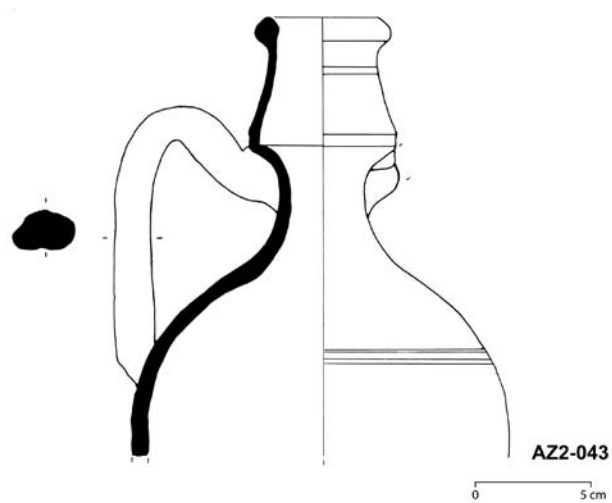


Fig. 15

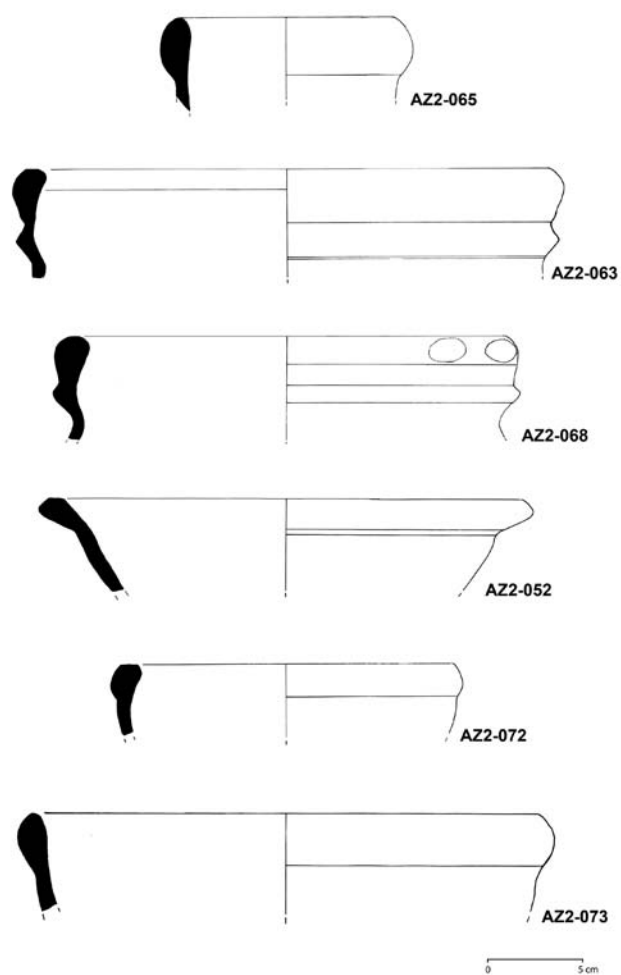


Fig. 16

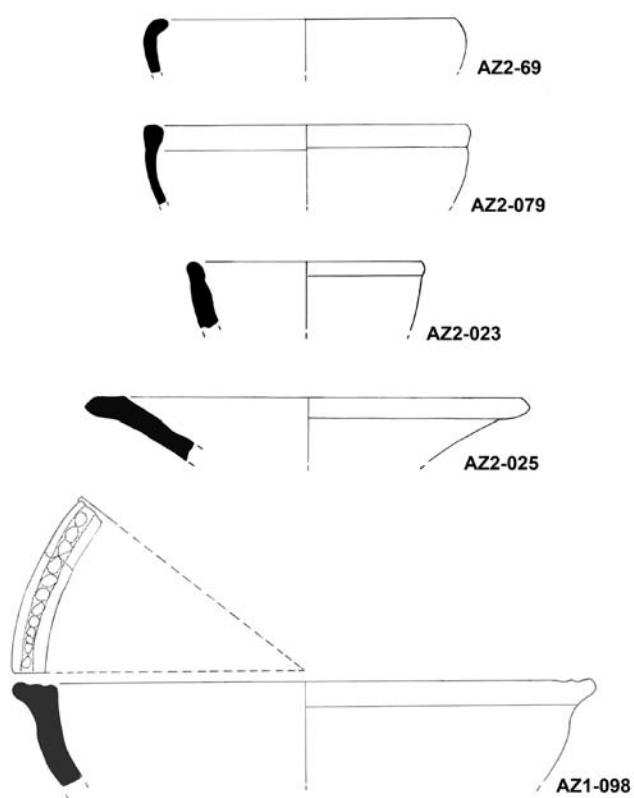


Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19



Fig. 20

L'ESPACE URBAIN D'AZEMMOUR PENDANT LA DOMINATION PORTUGAISE: BILAN DE LA PREMIÈRE MISSION

JORGE CORREIA* et ANA LOPES*

Aperçu historique: conquête et abandon

Azemmour était déjà convoitée par les Portugais depuis la fin du XV^e siècle. Correspondant à une localisation stratégique, à la frontière entre les royaumes de Fès et du Maroc, elle constituait une source économique importante sur terre et sur eau. De fait, la rentable pêche d'aloses dans le fleuve Oum er-Rbia entre décembre et mars a servi de contrepartie au contrat établi entre les habitants de la ville et D. João II en 1486¹. Par ce document, en échange d'un tribut annuel de 10000 de ces poissons, le monarque portugais devenait le souverain d'une population qui craignait une prise de la ville par les Portugais². Le chevalier Martins Reynel assurerait jusqu'en février 1501 la direction de la factorerie portugaise installée.

Les vastes plaines céréalières des deux rives du fleuve étaient également convoitées par le croissant intérêt lusitanien. Ces plaines étaient traversées par des caravanes commerciales qui apportaient des vêtements et des chevaux à une ville qui comptait environ mille habitants au début du XVI^e siècle, mais en avait déjà logé environ 12000 dans ses moments les plus prospères³.

La ville d'Azemmour s'étendait sur la rive sud du fleuve à quelques kilomètres de l'embouchure. Elle dessinait un rectangle imparfait au contour défini par de fortes murailles défendues par quatre-vingt tourelles dont l'intérieur était jalonné de vingt-huit grands bâtiments selon les rapports de la conquête⁴. C'est cette image de la ville que Braun a enregistrée dans son oeuvre *Civitates Orbis Terrarum*, certainement copiée d'un original du début du XVI^e siècle. La représentation accentue le rythme des tours et des portes maritimes des murs extérieurs ainsi que le marquage du *skyline* de la ville par les hauts minarets des mosquées. Les angles de la ville tournés vers le fleuve sont signalés par des brise-lames munis de tours aux extrémités. Nous pensons que, pendant qu'elle fut vassale du Portugal, la ville arabe couvrait une tache sensiblement identique ou égale à celle de l'actuelle médina d'Azemmour, soit, environ neuf hectares (Figure 1).

* EAUM Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Portugal. CHAM Centro de História de Além-Mar, Portugal.

¹ *Carta em que Alcabilla, e toda a república de Azamor se sujeitam a El-Rei D. João II e o reconhecem por seu senhor...*, 1486 (ANTT, Gaveta II, maço 1, n.º 7), in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa Nacional, 1892, pp. 63-65.

² Vergílio CORREIA, *Lugares Dalêm: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923, p. 31.

³ Nombre avancé par les Maures à Valentim Fernandes. Cf. Valentim FERNANDES, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506/1507)*. [A *Descripçam de Ceuta por sua Costa de Mauritania e Ethiopia pelloos Nomes Modernos Prosseguindo as Vezes Algúas Cousas do Sartão da Terra Firme*]. Traduction par Pierre de Cénival et Th. Monod, Paris, Librairie Larose, 1938, p. 28.

⁴ *Notícia da conquista da cidade de Azamor e da sua importância...*, 1513 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 13, doc. 60), in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 7, Imprensa Nacional, 1892.

L'ambition concernant Azemmour était supérieure. La vulnérabilité de la situation de suzeraineté et de protection resterait marquée par la tentative des habitants de ne pas renouveler le contrat en 1504, au moment du décès du facteur. La conquête définitive de la ville s'imposait alors et fut tentée, en vain, quatre ans plus tard⁵, après la mission de reconnaissance physique effectuée sur la côte atlantique d'Afrique du Nord. En fait, Duarte de Armas accompagna l'expédition aux estuaires de Larache, Mamora, Salé et Azemmour, en 1507⁶, pour dessiner l'embouchure des fleuves Loukkos, Sebou, Bou Regreg et Oum er-Rbia, respectivement, exprima de manière véhémence une volonté portugaise de s'appropriier les points intermédiaires entre les possessions septentrionales et les récentes implantations de châteaux au sud⁷. Il s'agissait de rendre difficile l'accès de Fès à ses ports de mer. La convoitise stratégique et économique menée par l'escadron portugais était accompagnée d'un désir de revendication religieuse des territoires occupés par l'ennemi infidèle où, depuis 1499, Azemmour se trouvait incluse dans le diocèse de Safi créé par la bulle *In apostolice dignitatis*⁸.

La conquête définitive aurait lieu en 1513. D. Jaime, duc de Bragança, commandait la puissante armée qui débarqua le 29 août dans la baie de Mazagan pour entrer cinq jours plus tard dans une Azemmour vidée de sa population, une localité fantôme rendue au pouvoir portugais, comme cela arriverait aux villes voisines d'Almedina et de Tite. Le processus immédiat d'occupation fut semblable à celui des places septentrionales: prise militaire des principaux points défendables et célébration d'une eucharistie dans la grande mosquée convertie en temple chrétien⁹.

Azemmour ne s'est pas maintenu en mains portugaises pour longtemps. Déjà, en 1529, D. João III envoya Duarte Coelho, conjointement avec deux maîtres en mission d'inspection aux places d'Afrique du Nord en vue de la réorganisation des places portugaises¹⁰. On réfléchissait à des options et à des stratégies partagées entre la remise ou la conservation de places, en s'interrogeant inclusivement sur une présence préférentielle entre le Nord et le Sud.

À partir de 1534, suite aux lettres du monarque à son Conseil, aux hommes bons et aux prélats, dans lesquelles il hésitait entre le maintien ou l'évacuation d'Azemmour et de Safi, l'investissement diminua définitivement¹¹. L'importance commerciale de la ville, rendue difficile par les conditions portuaires, car la ville était située à quelques milles en amont de l'embouchure, commença également à s'affaiblir. Si, en hiver, le mauvais temps empêchait l'entrée de navires dans la barre, la sécheresse estivale faisait quant à elle dépendre des marées l'arrivée des bateaux à la *Porta da Ribeira*. L'une des solutions avancées passait par la transformation du château/ville d'Azemmour en un petit fortin rocheux, à la manière des techniques récemment atteintes par la pyrobalistique, transférant ainsi le lourd investissement social et militaire vers la ville voisine de Mazagan.

La ville méridionale de Santa Cruz du Cap de Gué ayant été perdue en faveur du chérif Saadien du Sous, en 1541, et l'alliance avec le roi de Fès ayant échoué, D. João III ordonna l'évacuation de la ville d'Azemmour lors d'une opération qui eut lieu en octobre de la même année¹². Ainsi s'achevaient vingt-huit ans d'occupation portugaise effective mais le procédé historique de ce centre urbain, lui, se maintiendrait.

⁵ V. CORREIA, *Lugares Dalém...* cit., p. 34.

⁶ Damião de GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566. 4 partes. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955 (Acta Universitatis Conimbrigensis), vol. II, p. 91.

⁷ Nous parlons des châteaux de Santa Cruz et de Ben Mirao, construits vers 1505, proches du Cap de Gué et du château de Mogador, ce dernier ayant été édifié en 1506. En 1507, le Portugal disposait également de factoreries à Safi et Massa, consolidant ainsi sa présence dans les régions de Abda et du Sous.

⁸ *Bulla de Alexandre VI*, 17 juin 1499 (ANTT, Bulas, maço 16, n.º 21), in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo...* cit., p. 95.

⁹ Voir note supra 4.

¹⁰ Frei Luís de SOUSA, *Anais de D. João III*. Prefácio, comentário e notas de M. Rodrigues Lapa. 2 volumes, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-54, vol. II, p. 85. (Cf. *Carta do Duque de Bragança a D. João III*, Vila Viçosa – 12 février 1529 – ANTT, Gaveta XVIII, maço 10, n.º 10).

¹¹ *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Saadienne, Archives et Bibliothèques du Portugal, Tome II, Deuxième Partie, 1946, pp. 637-703. Plus de réponses apparaissent déjà datées de 1535 et sont donc incluses dans le troisième volume de la même série.

¹² Otilia Rodrigues FONTOURA, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência*. Dissertação para a licenciatura em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1966, Funchal, Centro de Estudos da História do Atlântico, 1998, pp. 163-166. Cf. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...* cit., Tome IV, 1951, pp. 335-347.

La réoccupation musulmane de la place pendant le règne de Moulay Zidan indique comme Azemmour est restée un point important de contrôle et de passage entre des provinces ou des royaumes. Une fois l'unité territoriale de ce pays arabe de l'occident rétablie avec les Saadiens et consolidée par les Alaouites, la ville s'assuma comme base incontournable du harcèlement et de la guerre sainte contre la résistante place portugaise de Mazagan, trois maigres lieux plus au sud, bien que le déclin d'Azemmour ait été évident au fil des XVII^e et XVIII^e siècles. Deux brèves descriptions de 1631 et 1794 lui attribuent des adjectifs comme spacieuse ou ceinturée par des murailles mais en mauvais état et dépourvue de bâtiments notables. Le rectangle allongé au bord du fleuve survivait de forme latente, très peu peuplé et en partie occupé par des Juifs qui conféreraient le nom de *mellah* (quartier juif) à la zone de la kasbah, dénomination qui a survécu jusqu'à nos jours¹³.

En fait, ce périmètre est resté comme une unité très identifiable vis-à-vis son occupation exclusive par les Portugais, dans la première moitié du XVI^e siècle, et partielle par les Juifs, dans les centuries suivantes, vers une hégémonie arabe qui arrive à nos jours. La condition physique qui a permis cette évolution continue parvient de la décision portugaise de couper la grande ville islamique et d'isoler la surface aujourd'hui connue comme quartier Mellah/Kasbah.

Le processus de l'*atalho*

La question de la réalisation d'un *atalho* à Azemmour, fondée sur l'irrégularité des ravitaillements par la mer en raison de l'ensablement de l'estuaire, fut discutée dès les premiers jours¹⁴. Les raisonnements menés à bien laissent transparaître des idées très concrètes à propos des perspectives de durabilité de la place. La réduction de son périmètre défendable était la principale décision à prendre à court terme, en prévoyant, d'une part, que la permanence d'une garnison supérieure à 1800 hommes ne garantissait pas, en soi, sa défense, un tel nombre étant difficile à maintenir, et d'autre part, que l'arrivée d'autres habitants, remplis d'un enthousiasme éphémère, risquait d'échouer¹⁵. Le processus de l'*atalho* serait prolongé jusqu'en 1520 et se manifesterait sur deux fronts, l'un physique ou constructif – le château, la vieille ville – et l'autre social – le déplacement de la population. La décision concernant la concrétisation effective de l'*atalho*, c'est-à-dire, l'introduction d'un mur sécant et le rasement conséquent de la surface excédante, divergeait de celle de la fortification du château, considérée urgente pour la création d'une redoute de défense plus forte. Tant que les ordres pour la délocalisation de gens de la vieille ville vers le château et le démantèlement respectif des maisons n'arriveraient pas de Lisbonne, les travaux avançaient dans le périmètre muré du château¹⁶ qui coïncidait avec la proposition d'*atalho* présentée et réitérée plusieurs fois (Figure 2).

De fait, dès la fin de l'année 1513, D. João de Meneses, capitaine du camp d'Azemmour, avait présenté au monarque portugais la proposition du tracé du mur de l'*atalho* qui finirait par être retenue. Le nouveau bras du château s'étendit linéairement de la forteresse maure jusqu'à l'ancienne mosquée, où il dessinait une inflexion vers le nord, en continuant tout droit jusqu'à ce qu'il vienne s'emboîter dans la muraille orientale, sur le fleuve¹⁷,

¹³ Cf. *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de France, Tome III, 1911, p. 360, et Guilherme LEMPRIÈRE, *Viagens de Gibraltar a Tangere, Salé, Mogador, Santa Cruz, Tarudante, Monte Atlas e Marrocos*, Lisboa, Oficina Simão Thaddeo Ferreira, 1794, p. 62.

¹⁴ "(...) Dê V. A. grande presa atalhar esta cidade, e estara aquy a gemte de melhor vomtade, porque esta barra atromenta todos, que des canto ha que aquy estamos, aimda nam ouve mais marees pêra sairem navios grandes senam hũa soo (...)" – *Carta do Duque de Bragança a D. Manuel I*, Azemmour – 30 septembre 1513 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 13, doc. 62), in *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, coordenação, revisão e prefácio por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 57-59.

¹⁵ "(...) Compase V. A. Seu serviço, e, se esta cydade ouver d'atalhar, seja pequeno ho atalho, porque, eses moradores que dizem que vem, tudo he alvoroço da terra nova; e olhe Vosa Alteza ao dyante. (...)" – *Carta de Nuno Gato a D. Manuel I*, Azemmour – 5 décembre 1513 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 14, doc. 19), in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques du Portugal, Tome I, 1934, pp. 453-456.

¹⁶ *Carta de Nuno Gato a D. Manuel I*, Azemmour – 18 décembre 1513 (ANTT, Corpo Cronológico, partie I, maço 14, doc. 30), in *Idem*, pp. 468-469.

¹⁷ "(...) Asy que, de meu comselho, nam faria o muro senam todo direito do castelo a mezquyta ou hygreija (...)" – *Carta de João de Meneses a D. Manuel I*, Azemmour – 1/9 décembre 1513 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 14, doc. 4), in *Idem*, pp. 459-467.

au lieu de contourner quelques maisons de la vieille ville pour les inclure dans la redoute, avis partagé par Rui Barreto, capitaine de la ville, et par Pêro Correia, l'argent de ce détour servirait à la construction d'autres maisons à l'intérieur du château. Meneses soulignait son désaccord et prévenait qu'il faudrait construire trente à quarante brasses supplémentaires de mur d'*atalho* pour pouvoir tenir compte de ce propos. Le malentendu concernait l'élimination ou pas d'une portion du secteur urbain localisé entre les actuelles Bab el Medina [Porte de la Ville] et Bab Kasbah [Porte du Château], près du mur sud de l'ancienne forteresse islamique. L'option de Meneses fut sélectionnée et le nouveau bras du château s'étendit linéairement de la forteresse maure jusqu'à l'ancienne mosquée, où il dessinait une inflexion vers le nord, en continuant tout droit jusqu'à ce qu'il vienne s'emboîter dans la muraille orientale, sur le fleuve. Sur l'extrémité de terre, on construisait le bastion circulaire de *S. Cristóvão* [Saint-Christophe], tandis que la dent de l'*atalho* serait marquée par le bastion rectangulaire *da Vila, Castelo, Sertão* ou *Campo*, qui en incluait une autre appelée également porte, celle-ci ayant un arc à tour parfait, avec une archivolt et des jambages chanfreinés. Il s'agissait d'une structure destinée au flanquement du reste du segment jusqu'à la mer, à travers deux bombardes. L'extrémité qui surplombait le fleuve était finie par un autre bastion, pointé et semi-circulaire, avec des bouches de feu orientées vers la mer et le fleuve.

Les travaux avaient suffisamment progressé pour que Diogo et Francisco de Arruda, les deux maîtres d'œuvres, puissent programmer le début de la construction du château dans la ville voisine de Mazagan trois lieux au sud, pendant l'année 1514¹⁸. Au milieu des indécisions royales concernant la pratique de l'*atalho*, les frères Arruda dirigeaient l'édification des bastions de *S. Cristóvão* et *do Raio* [du Rayon], tournés vers le territoire de la ville et considérés suffisants pour assurer sa défense dès lors qu'ils seraient équipés de puissantes bombardes¹⁹ (Figure 3). Le premier, décrit comme l'une des plus belles pièces que l'on peut trouver dans le monde, présentait un couronnement semblable à celui du *Baluarte do Raio*, encore visible actuellement, et qui était caractérisé par des bouches de feu vertical entre sorte de consoles triangulaires²⁰. On empêchait ainsi l'ennemi d'approcher de la base du bastion à travers le tir et le fruit vertical.

En 1517, le "Regimento da obra do muro e atalho da cidade dezamor"²¹ [Règlement de l'ouvrage du mur et de l'*atalho* de la ville d'Azemmour] apparaît finalement et venait confirmer les premières suggestions du trace. Il s'agissait d'un instrument légal qui mettait fin à une période de quatre ans pendant laquelle la pénurie de gens se révéla disproportionnée pour la surface totale héritée ce qui conduisit à la réduction définitive de la ville qui se limitait maintenant au contour du château récemment fortifié situé à l'extrémité nord de la Médina occupée. La section inférieure du mur projeté était faite en torchis renforcé par un mortier de chaux et était disposée sur huit emfans de largeur sur vingt de hauteur. Elle reposait sur des fondations en pierre et en argile de huit emfans de hauteur qui dépassaient d'un emfan la base du mur des deux côtés. Au sommet, le chemin de ronde était défendu par un rebord crénelé, large de deux emfans et demi, dont la hauteur serait décidée sur le chantier. Les travaux de l'*atalho* seraient considérés achevés en 1520, par le gouverneur d'alors, D. Álvaro de Noronha²², le même qui avait terminé le rasement de la vieille ville l'année précédente. Étant donné que des attaques orchestrées contre la redoute portugaise pouvaient avoir lieu dans les maisons ou les rues, la portion de la ville exclue par l'*atalho* constituait une menace pour le château²³.

¹⁸ *Carta de Francisco e Diogo de Arruda a D. Manuel I, Azemmour* – 31 mars 1514 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 15, doc. 14), in *Idem*, pp. 525-529.

¹⁹ *Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azemmour* – 21 février 1514 (ANTT, Cartas dos Governadores de África, nº 114), in *Idem*, pp. 489-501.

²⁰ "(...) hũas sacadas como quaes todo a rroda, que fyque hum peytoryl de dous palmos e meio de fora de toda a parede, e antre o peytoryl e a parede grossa antre quão e quão fyque hũa vysta, que nam posa nynguem chegar ao pé do baluarte (...)" – *Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azemmour* – 31 mars 1514 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 15, doc. 16), in *Idem*, pp. 530-533.

²¹ *Regimento da obra do muro e atalho da cidade dezamor*, Lisbonne – 11 septembre 1517 (ANTT, Núcleo Antigo, nº 16, Leis e Regimentos de D. Manuel, fl. 22v-23v), in Maria Augusta Lima da Cruz FAGUNDES, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor", separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, vol. II, pp. 147-148.

²² *Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I, Azemmour* – 18 avril 1520 (ANTT, Carta dos Governadores de África, nº 45), in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...* cit., Tome II, Première Partie, 1939, pp. 273-274.

²³ *Carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel I, Azemmour* – 18 mai 1519 (ANTT, Carta dos Governadores de África, nº 299), in *Idem*, pp. 240-242.

Malgré des hésitations afférentes à l'exécution du plan total de l'*atalho*, la fortification du château concentra ses efforts constructifs sur le quadrilatère qui en résulta (Figure 4). Commencé dès décembre 1513²⁴, la conclusion d'un fossé construit tout autour prenait du retard. Une fois le mur de l'*atalho* correspondant au côté sud du château décrit ci-dessus, l'enceinte se fermait, quant à elle, à l'occident par une muraille légèrement fléchie et aux extrémités de laquelle se détachaient les bastions de *S. Cristóvão* et *do Raio*. Une courtine droite partait de ce dernier en direction du fleuve et était renforcée par la contrescarpe qui, à son tour, aidait à creuser le fossé sec. Elle était interrompue par un bastion en U équipé de pièces d'artillerie qui balayaient les flancs et brisaient toute la longueur du pan muré. Une tour quadrangulaire aux arêtes courbées se trouvait au bout du mur nord, aujourd'hui reconstruit sur la base portugaise. La muraille septentrionale portugaise s'articulait ici avec un front de fleuve qui tirait parti du contour préexistant. Deux inflexions ou dents, moins prononcées que le *Baluarte da Vila*, mais importantes, furent introduites pour protéger la *Porta da Ribeira*.

L'intervention urbanistique : une ville nouvelle?

En sachant a posteriori ce que l'histoire a écrit, on peut considérer D. João de Meneses, ledit capitaine du camp, comme un visionnaire quand il fit l'apologie de la création d'une seule forteresse à Azemmour et d'un centre urbain dans la ville voisine de Mazagan, terre plus riche en bois, pâturages et eaux²⁵. Néanmoins, à cette époque là, avec la construction du château de Mazagan par les frères Arruda, en 1514, et la concentration de la population à Azemmour, son avis serait réfuté pour être réévalué et repris en 1541, avec l'établissement de la forteresse et de la ville de Mazagan et l'abandon de la position portugaise située à l'embouchure du fleuve Oum er-Rbia. Effectivement, l'idée d'un bourg à l'intérieur du château était proposée pour Azemmour car le tracé de l'*atalho* permettait de maintenir une surface confortable pour accommoder toute la population calculée à environ mille âmes, nombre qui correspondait approximativement à un tiers des attentes en 1513²⁶. En effet, à partir des calculs démographiques de Maria Augusta Lima Cruz, la population d'Azemmour, divisée entre les habitants et les *fronteiros*, s'élevait à environ six cents personnes aux alentours de 1520²⁷. Pour atteindre le millier d'âmes, il faudra ajouter à ce nombre, outre quelques habitants étrangers européens, une communauté juive constituée d'une centaine de personnes.

Simão Correia qui, à partir de 1516, commandait la place, proposa un plan d'intervention à l'échelle urbaine, disposé sur plusieurs fronts d'action, en mettant tout particulièrement l'accent sur l'organisation interne du nouveau château réduit. Suivant ses mots, il l'a rempli de maisons selon les ordres royales, bien que tracé et pavé les rues, en recommandant que si chacun pave devant sa maison, on pourrait éviter beaucoup de poussière et de boue²⁸. L'attention portée à certains détails liés au tracé des rues dénonçaient un hygiénisme moderne pionnier, inséré dans une pensée manuelle plus attentive à l'espace public, particulièrement évidente lorsqu'elle est comparée aux tracés étroits construits par les Musulmans. Néanmoins, l'insistance sur la démolition des maisons du vieux bourg et sur l'exploitation des restes de matériaux pour de nouvelles constructions dans la nouvelle ville permet de spéculer sur l'occupation territoriale de la surface réduite. Le discours des diverses lettres envoyées au roi insistait sur l'édification de maisons à l'intérieur du château et sur la démolition ou la conservation des maisons ou des quartiers existants

²⁴ "(...) Quyntha feyra primeiro dia d'este mês, começamos a cava derrador d'alcaçova (...). Cf. note 14.

²⁵ Cf. note 17.

²⁶ *Idem*.

²⁷ M. A. L. da C. FAGUNDES, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor", separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, vol. II.

²⁸ "(...) e sayba Vosa Alteza que cheo todo de casas na ordem que vam as de Vosa Alteza e as ruas aruadas e calçadas de ladrilho, de muyto que ha nesta cydade, que cada hum calçara sua porta, com que se escusaram de muyto poo e lama que qua ha, (...) e a cydade velha derribada e cham e feito nela muytas vynhas e pumares e ortas, (...) e soo a torre da igreja, que esta no meo mays alta de todas, fycase pera hũa atalaya estar contynoa sobre a cydade e ortas, (...) eu nam sey cousa que mays fermosa podesse ser, nem mays valença pera os omens vyverem nela (...)" – *Carta de Simão Correia a D. Manuel I*, Azemmour – 3 octobre 1516 (ANTT, Gaveta XV, maço 21, n.º 24), in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...* cit., Tome II, Première Partie, 1939, pp. 37-40.

dans la vieille ville. L'exploitation de maisons héritées à l'intérieur du périmètre fortifié semble absente, ce qui, en d'autres termes, indique l'isolement des deux principaux équipements islamiques ayant déterminé le tracé de l'*atalho* portugais: la forteresse maure et la grande mosquée. Le château apparaît décrit comme isolé, sans aucune chose, si ce n'est quelques maisons en ruines²⁹. La conclusion concernant une implantation du nouveau bourg sur terrain ouvert, non pas par destruction, mais plutôt parce que la densité résidentielle arabe était concentrée au sud des plus notables bâtiments préexistants, semble donc vraisemblable.

La ville portugaise s'organiserait à partir des deux principales structures – la Capitenerie, sur l'ancienne kasbah, et l'église, récupérée à partir de la mosquée – placées autour de la place de la ville, un espace public qui desservait également la *Porta da Vila*. La *Rua Direita*, qui décrivait un coude, fut tracée à partir de là et atteignait la *Porta da Ribeira*, sur la cote basse de la ville. Un autre espace public qui s'ouvrait sur deux équipements de soutien commercial – la factorerie et la douane – fut créé près de l'entrée fluviale³⁰. Le canal défini par la *Rua Direita* fomentait une certaine régularité de rues parallèles et perpendiculaires. La typologie du quartier allongé apparaît timidement récupérée à partir des canaux viaires et du parcellement actuels. Moins de trois décennies de présence portugaise à Azemmour furent suffisantes pour inculquer des rudiments d'urbanisme réglementé encore lisibles dans les tissus contemporains de la zone correspondant au château portugais, surtout lorsque celle-ci est comparée au reste de la médina, plus de quatre siècles et demi après le rétablissement du domaine islamique, rempli d'une présence arabe et juive.

Quant à la construction de maisons dans le château, le concept serait donné par maître Diogo de Arruda lui-même qui sollicitait alors du terrain³¹. Si Diogo, conjointement avec son frère Francisco, avait été présent lors des décisions concernant l'implantation des maisons de l'artillerie et du cellier³², ces deux hommes n'auraient certainement pas été écartés de l'essai urbanistique qui se devinait et dont Simão Correia profiterait. L'équipe aurait, par conséquent, esquissé le plan qui correspondait aux aspirations royales pour le peuplement d'Azemmour³³.

Une première observation enregistre un dessin macroscopique de l'actuel quartier du Mellah/Kasbah, alors bourg à l'intérieur du château portugais, exprimé par de grands agglomérats d'habitations qui renferment, dans la plupart des cas, des cours intérieures. Cette épine dorsale héritée de la période portugaise, l'axe de la *Rua Direita*, formé par les actuels Derb Touamia, une partie du Derb Kasbah et Derb Mellah, assure l'accès à ces ensembles. Cependant, compte tenu des prémisses typiques de modification et de subversion des alignements visuels rappelés ci-dessus, un examen plus rigoureux du marquage des lots permet de souligner, d'une part, quelques maisons en plan longitudinal qui ont peut-être occupé une voie précédente, et, d'autre part, quelques appuis perturbateurs d'une rangée de maisons juxtaposées ou encore, des espaces vides interstitiels de ces *énormes* pâtés de maisons révélateurs du passage d'une artère primitive, entre-temps obstruée. L'élimination de ces obstacles facilite la récupération d'un tracé et d'une série de pâtés de maisons tendanciellement rectangulaires et allongés (Figure 5).

En sachant qu'en 1516 il avait environ 81 maisons en construction, nous déduisons que le premier groupe de blocs construits aura été celui qui se développe entre l'église et la zone riveraine. Les deux pâtés de maisons les plus centraux et les plus longs – celui qui isole l'ancienne mosquée à un sommet et celui qui lui est adjacent vers l'Occident, entre les actuels Derb Touamia et Derb Sidi ben Abdallah – ont des mesures proches de trente brasses. De plus, les sommets enregistrent une homogénéité relative, oscillant autour d'une moyenne calculée à vingt-deux mètres (dix brasses). La maille résultante révèle, en revanche, une dichotomie avec le tronçon de la *Rua Direita* compris entre le coude qu'elle décrit et la rivière, c'est-à-dire, dans son segment le plus abrupt. Vers le sud, elle est louvoyée par les sommets des pâtés de maisons, trouvant les différents desnivellements la réponse pour une topographie plus défiante. Les pâtés de maisons les plus éloignés des principales centralités ont favorisé un tissu moins géométrisé, en raison de leur urbanisation plus tardive, une fois que ces parties arrières se sont maintenu inoccupées pendant l'occupation portugaise.

²⁹ "(...) ermo, ssem nenhua cousa, ssemam huas casas que hy estavam descubertas (...)" – cf. note 19.

³⁰ "(...) e ha porta da rybeyra feita hum cays, e a alfandega e feytoria logo pegada com ela (...)" Cf. note 28.

³¹ Cf. note 19.

³² "(...) Senhor, quanto aos celeiros e cassa d'artelharia que Vosa Alteza manda fazer no castelo, jaa hos teemos Nuno Gato e Dioguo d'Arruda e Francesco d'Arruda e eu asynados onde ham de ser. (...)", in *Idem*.

³³ "(...) Quanto as cassas que Vosa Alteza manda que sse façam no castelo, sse me parecer bem ssera muy bom fazerem-sse; (...)", in *Idem*.

Une observation plus attentive de la maille de ce quartier nous amène à spéculer sur un autre canal viaire comme possible héritage du tracé de la primitive *Rua Direita* portugaise: l'actuel Rue Souika. Sa linéarité dénonce, bien qu'en décrivant aussi un coude à 90°, une possible liaison, plus proche du mur de l'atalho, de la porte du camp à la porte riveraine.

Tous ces indices, avec des termes extraits des lettres écrites par le capitaine, les maîtres d'œuvres et la couronne, comme «arruar» ou «calçar» à propos de la construction ex novo de maisons nous font conclure qu'il s'agit d'une réponse urbanistique proche du modèle de *vila nova* [ville nouvelle ou bastide] dans cette ancienne ville portugaise.

La Capitainerie opérait comme une centralité à l'intérieur du château/ville. Sa construction avait été sollicitée à D. Manuel I, le risque fut probablement pris par les frères Arruda, assez actifs à cette époque à Azemmour au début de l'année 1514³⁴. Partagés entre les chantiers d'Azemmour et de Mazagan, les maîtres ont appliqué à l'ébauche des maisons le langage manuélin courant. Le bâtiment occupait le point le plus élevé à l'intérieur du château – cote qui approchait les 22 m – et consistait en un L dont l'angle s'emboîtait dans le bastion circulaire de *S. Cristóvão*. La reconstitution de l'étage qui se trouvait au niveau du sol semble impossible en raison des modifications islamiques postérieures qui l'ont transformé en lieu de culte et de ses caractéristiques lugubres car il s'agissait d'une strate aveugle. Ces maisons auraient servi d'entrepôts et d'aide, voire même de grenier, et auraient été prolongées par des maisons le long de la muraille. L'étage noble était, quant à lui, accessible par un grand escalier extérieur, et présentait une succession de compartiments dans les deux sens du L, dont les percements se recoupaient dans des arcs contre-courbés. C'était aussi par cet étage que se faisait la liaison avec l'intérieur du bastion et le chemin de ronde du château. L'aile ouest de la Capitainerie acquérait un statut public plus important, non seulement parce qu'elle exhibait une façade symbolique vers l'extérieur du château, mais aussi parce que c'était là qu'était située la grande fenêtre d'où le capitaine de la place communiquait les décisions royales à la garnison et aux habitants réunis sur le parvis publique.

La principale place d'Azemmour s'étendait jusqu'à l'église dont le clocher récupéré du minaret hérité servait aussi de tocsin et dominait, grâce à sa hauteur, les nouveaux et vieux bourgs ainsi que la limite immédiate. L'installation de trois couvents intra-muros étant mise de côté en raison du manque de maisons disponibles, l'église matrice s'assumait comme le temple chrétien le plus important. Bien qu'apparaissant à plusieurs reprises indiquée comme cathédrale, elle n'était en fait, qu'une collégiale dans le diocèse de Safi³⁵. Avec la croissance du tissu bâti, d'autres institutions religieuses s'établirent dans le nouveau bourg, mais le peu de références concernant ces dernières nous empêche d'avoir une connaissance plus approfondie voire même de connaître leur localisation. La *Misericórdia* aurait existé, et cela pratiquement depuis le début de la présence portugaise, dans des maisons plus proches de l'église³⁶, contribuant ainsi à la définition de la place comme principale lieu distributeur d'équipements et/ou d'artères.

A l'autre extrémité de la *rua Direita*, aux travaux dans les maisons de la douane et de la factorerie qui avaient lieu depuis deux ans, s'ajoutaient également les travaux dans la *Casa dos Contos*. Les bâtiments de la douane et de la *Casa dos Contos* disposeraient d'un étage au niveau du sol et d'un premier étage tandis que la factorerie utiliserait le rez-de-chaussée de celles-ci³⁷. Le projet serait corrigé par le règlement de 1518 pour la douane qui changeait d'étage avec la factorerie³⁸.

Un mot encore concernant les quartiers ethniques, car dans le projet de Simão Correia, la localisation de la juiverie était également prévue. Bien que le capitaine aurait préféré lui attribuer une ou deux rues à l'intérieur

³⁴ *Idem*: "(...) As casas do Capitam nom mandou Vossa alteza rrecado pera sse fazerem; ainda que sse nam façam loguo, ssenam pera rrecolher no castelo cousas necessarias pera sse comprir, sse deviam loguo fazer; (...)".

³⁵ Robert RICARD, "Ibero-Africana. I. L'église portugaise d'Azemmour", in *Hespéris* XXXIII (1946), p. 157.

³⁶ *Carta dos doze eleitos pelo povo de Azamor a D. Manuel I*, Azemmour – 12 août 1517 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 22, doc. 58), in M. A. L. da C. FAGUNDES, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor" cit., pp. 145-147.

³⁷ *Carta de António Leite a D. Manuel*, Azemmour – 27 juillet 1514 (ANTT, Corpo Cronológico, parte I, maço 15, doc. 97), in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...* cit., Tome I, 1934, pp. 575-586.

³⁸ *Regimento para allfamdega da cydade dezamor*, Lisbonne – 19 février 1518 (ANTT, Leis e Regimentos de D. Manuel, ffs. 42-42v), in M. A. L. da C. FAGUNDES, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor" cit., pp. 149-150.

de la ville, les habitants juifs ont opté pour l'ouverture de deux ou trois rues qui partaient du long du mur de la rivière tout droit vers la forteresse et qui leur permettait de se renfermer, de surveiller et même de se réfugier dans la forteresse à la limite. La zone était située dans un endroit abrité par le *Baluarte da Vila* et par le fleuve, près du mur méridional du château, les rues étant parallèles à celui-ci pour permettre la fuite par la *Porta da Vila* en cas de danger. Tout le reste du secteur de la vieille ville était préparé pour la production de vin, de fruit et de produits horticoles. Il convient d'ajouter encore une note relative à la prétention de retour d'une partie de l'ancienne population musulmane. Dans une lettre adressée à D. Manuel I, un Musulman demeurant à Azemmour demandait l'autorisation pour qu'ils puissent revenir dans la ville et sur un terrain proche des Juifs afin de s'y installer³⁹. La concrétisation et la formalisation de ce désir n'apparaissent pas documentées en détail, ce pourquoi nous sommes amenés à spéculer sur une éventuelle fixation de *mouros de paz* à l'intérieur des anciennes murailles islamiques, près du probable quartier juif, donc à l'extérieur du château portugais.

Bilan et perspectives de travail

À travers ces paragraphes, on comprend que les questions levées par les sources historiques, en ce qui concerne les principaux moments constructifs et urbains de l'appropriation portugaise d'Azemmour, prennent définition avec la confrontation réelle que l'observation in loco permet. Ce travail, effectué dans le cadre du projet FCT «Portugal et le sud du Maroc», a été soutenu par un exhaustif enquête architecturale de rues, blocs ou lots occupés. De même façon, en vue de fournir les cotes et des courbes de niveau du dessin du terrain, une soignée enquête topographique du secteur Kasbah/Mellah de l'actuelle Medina d'Azemmour et de l'enveloppant proche complétait l'information. Parallèlement, un inventaire sommaire de tous les bâtiments qui constituent le tissu résidentiel intra-muros a été élaboré, surtout dans le quadrilatère de l'ancien château portugais; un inventaire qui a annoté les dimensions précises de chaque parcelle, sa hauteur et ses caractéristiques formelles importantes.

En ce moment, tout ce matériel a été traité en vue de production d'un plan actualisée du tissu urbain étudié, ainsi que d'un modèle 3D. Les deux échelles de travail – 2D et 3D – constituent l'aide visuelle nécessaire pour le lancement d'hypothèses interprétatives et reconstructives du tracé portugais du village dans la première moitié du XVI^e siècle, où l'évolution du bourg dans les derniers temps puisse être lue, sa transfiguration et/ou la manutention du strate portugais.

Cette tâche, complète dans leurs dimensions générales d'architecture militaire et dessin urbain, se restreint au quadrilatère autrefois occupé par le château portugais. Il incite à approfondir l'étude des pièces remarquables d'architecture portugaise, ainsi qu'à prolonger le travail pour la zone de Medina en des prochaines missions, de manière à promouvoir des lectures comparées de la morphologie urbaine des autrefois «bourg nouveau» et «bourg vieux».

Que ce travail nous amène vite à Azemmour de nouveau, inchallah!

SOURCES

Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do tombo, ácerca das navegações e conquistas portuguesas, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa / Imprensa Nacional, 1892.

Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514), Coordenação, revisão e prefácio por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

³⁹ *Carta de Lud a D. Manuel I*, S.l. – vers le 5 décembre 1513 (ANTT, Carta dos Governadores de África, n° 442), in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc...* cit., Tome I, 1934, pp. 457-458.

- FERNANDES, Valentim, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506/1507)*. [A *Descripçam de Ceuta por sua Costa de Mauritania e Ethiopia pellos Nomes Modernos Prosseguindo as Vezes Algûas Cousas do Sartão da Terra Firme*]. Traduction par Pierre de Cénival et Th. Monod, Paris, Librairie Larose, 1938.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Nova edição conforme a primeira de 1566. 4 partes. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955 (Acta Universitatis Conimbrigensis).
- LEMPRIERE, Guilherme, *Viagens de Gibraltar a Tangere, Salé, Mogador, Santa Cruz, Tarudante, Monte Atlas e Marrocos*, Lisboa, Oficina Simão Thaddeo Ferreira, 1794.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Par Le Comte Henry de Castries. Première Série – Dynastie Sa'dienne (1530-1660). Archives et Bibliothèques de France. Tome III, Paris, Ernest Leroux, 1911.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Par Pierre de Cénival. Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome I. (Julliet 1486 - Avril 1516), Paris, Paul Geuthner, 1934.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Par Pierre de Cénival, David Lopes et Robert Ricard. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome II. Deuxième Partie (Janvier 1527 - Décembre 1534), Paris, Paul Geuthner, 1946.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. Par Robert Ricard. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome IV (Janvier 1542 - Décembre 1550), Paris, Paul Geuthner, 1951.
- SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*. Prefácio, comentário e notas de M. Rodrigues Lapa, 2 volumes, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-54.

BIBLIOGRAPHIE

- CORREIA, Jorge, *Implantation de la ville portugaise en Afrique du Nord: de la prise de Ceuta jusqu'au milieu du XVI^e siècle*, Porto, FAUP Publicações, 2008.
- CORREIA, Vergílio, *Lugares Dalêm: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923.
- FAGUNDES, Maria Augusta Lima da Cruz, *Os Portugueses em Azamor (1513-1541)*. Dissertação para a licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1967. Texto policopiado.
- FAGUNDES, Maria Augusta Lima da Cruz, "Documentos Inéditos para a História dos Portugueses em Azamor". Separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, vol. II.
- FONTOURA, Otília Rodrigues, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III: Abandono ou Permanência*. Dissertação para a licenciatura em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1966, Funchal, Centro de Estudos da História do Atlântico, 1998.
- MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.
- RICARD, Robert, "Ibero-Africana. I. L'église portugaise d'Azemmour", in *Hespéris* XXXIII (1946) 157-159.
- SOUSA VITERBO, Francisco, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Fac-simile da edição de 1899-1922, 3 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.



Figure 1: *Vue aérophotogramètre de la médina d'Azemmour*
(url:<http://www.earth.google.com>, 2007)..

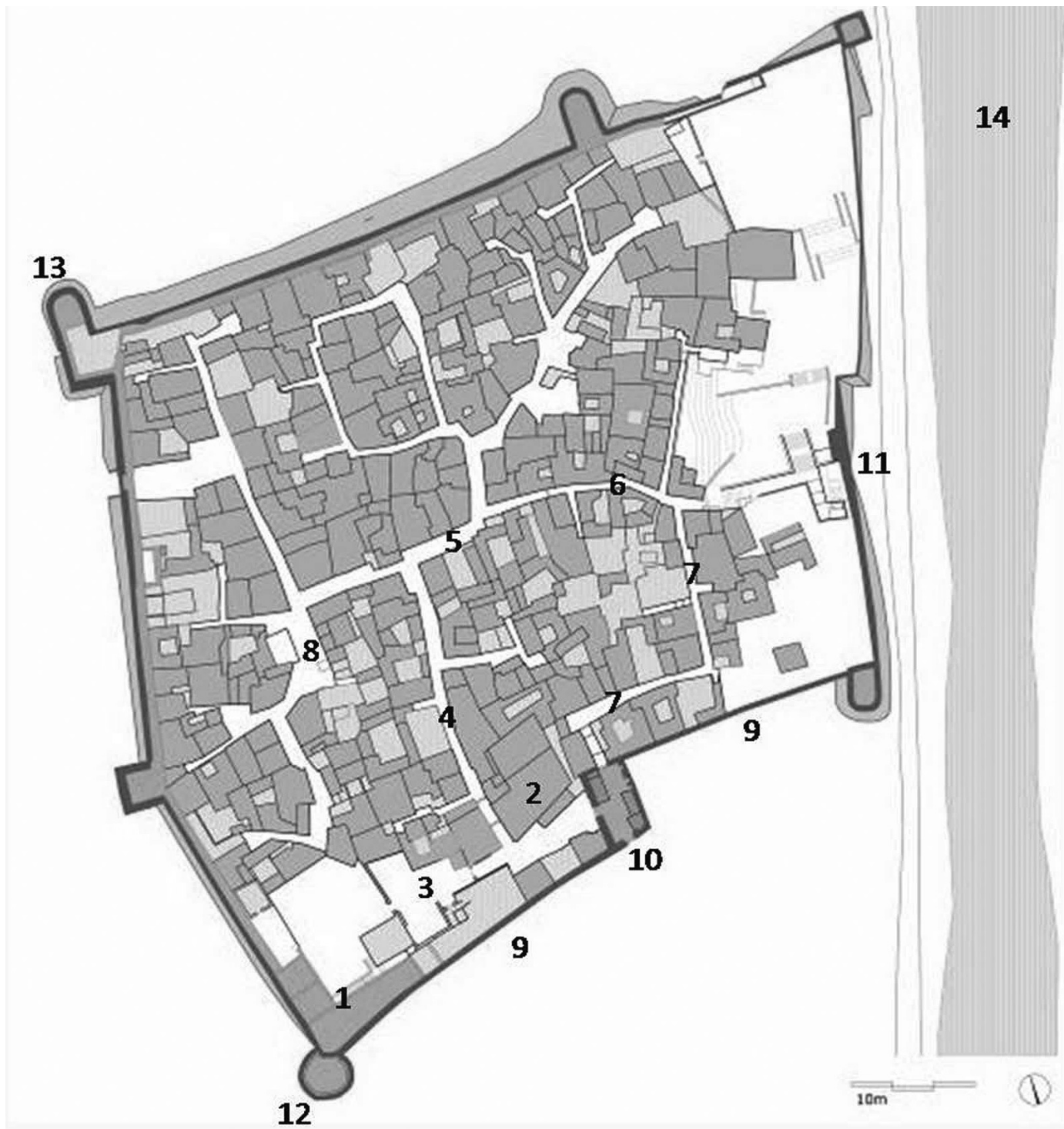


Figure 2: Plan du quartier Kasbah/Mellah de la médina d'Azemmour

1. Capitainerie	10. Baluarte et Porta da Vila [Bastion et Porte de la Ville]
2. Mosqué, ancienne Église matrice	11. Porta da Ribeira [Porte Riveraine]
3. Terreiro	12. Baluarte de S. Cristóvão [Bastion de Saint-Christophe]
4. Derb Touamia	13. Baluarte do Raio [Bastion du Rayon]
5. Derb Kasbah	14. Fleuve Oum er-Rbia
6. Derb Mellah	
7. Rue Souika	
8. Derb Sidi ben Abdallah	
9. Mur de l'atalho	

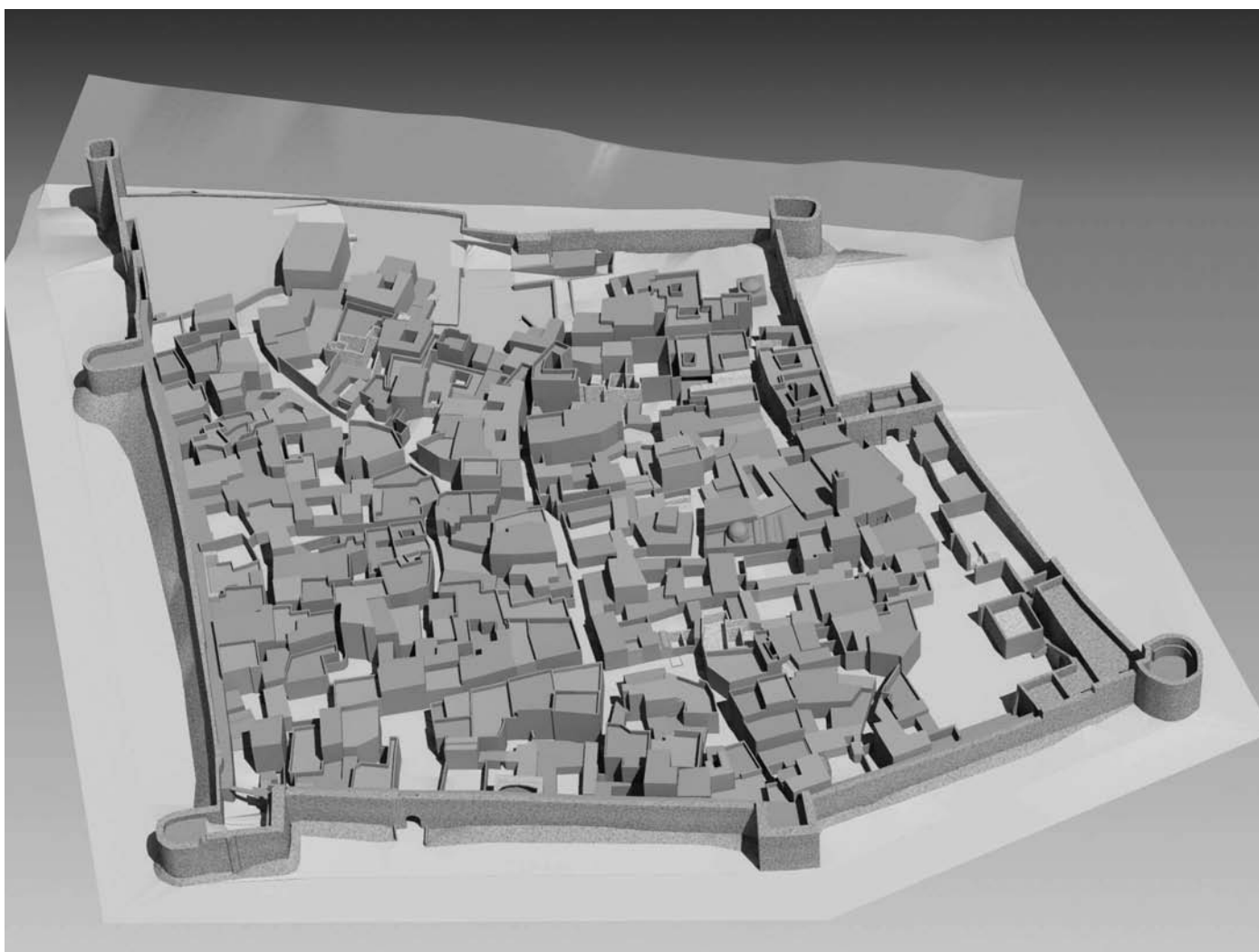


Figure 3: *Model 3D du quartier Kasbah / Mellah de la médina d'Azemmour (vue ouest)*

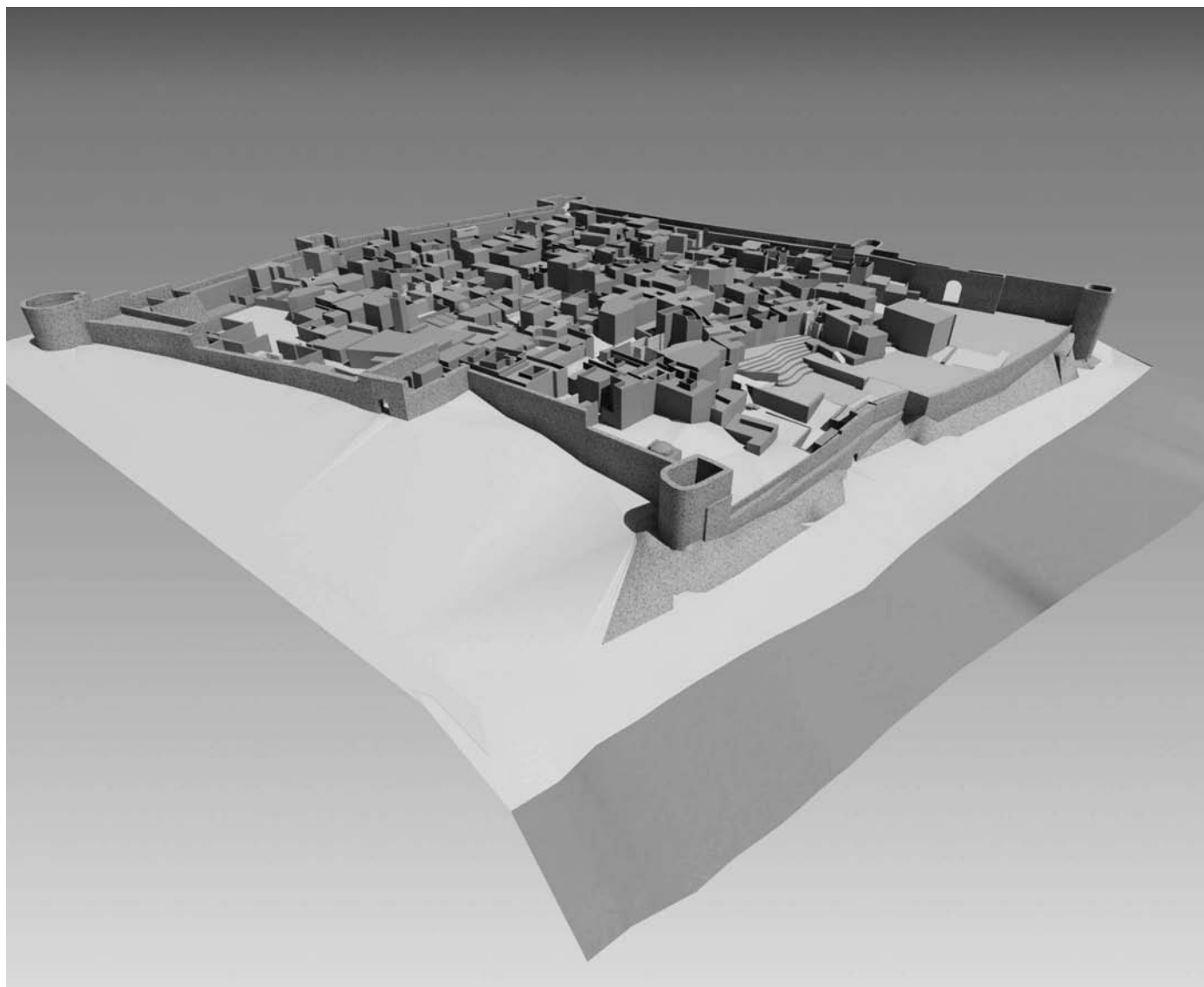


Figure 4: *Model 3D du quartier Kasbah / Mellah de la médina d'Azemmour (vue sudest)*



Figure 5: *Spéculation sur le tracé portugais à Azemmour*

ARZILLA – A GRAVURA INCOMPLETA DE GEORG BRAUN

Apontamentos para o entendimento do processo de ocupação portuguesa no século XVI

LÍGIA GRAVE, PEDRO BAÍA e SÉRGIO BRAGA DA CRUZ

Partindo de uma investigação realizada no âmbito da Pós-Graduação em História da Arquitectura - *Fundação e conquista: a cidade portuguesa no Novo Mundo*, foi desenvolvida uma análise da evolução da morfologia urbana de Arzila, com o objectivo de reconstituir a vila portuguesa do século XVI, incidindo no período posterior ao cerco muçulmano de 1508.

Numa primeira análise, Arzila apresenta-se como uma das praças portuguesas no norte de África em que a morfologia do tecido urbano aponta com alguma clareza linhas de desenvolvimento regular. O objectivo deste trabalho consiste em perceber de que forma é que a ocupação e intervenção portuguesa num território islâmico contribui para o aparecimento de uma nova postura no acto de *fazer cidade*.

Arzila foi conquistada pelos portugueses em 1471, como estratégia para alcançar a cidade de Tânger. À semelhança do que acontecera com outras praças magrebina, o processo de apropriação do território passou por “atalhar”¹ a vila, diminuindo a área urbana, como forma de gerir os recursos disponíveis para garantir a sua sustentabilidade. Esta sistematização dos recursos levou a um reaproveitamento das estruturas pré-existentes: a alcáçova foi reconvertida em castelo, a mesquita em igreja matriz, e a própria muralha árabe serviu como suporte e parte integrante do sistema de defesa português. Nos primeiros trinta anos a questão imediata da habitação era resolvida com a apropriação pacífica² das casas árabes pré-existentes.

O encosto do muro do atalho com a muralha pré-existente árabe teria ficado mal resolvido militarmente, originando um ângulo morto do baluarte de Tambalalão. Este facto foi amplamente aproveitado pelos mouros, que em 1508 atacaram a praça portuguesa por este ponto mais frágil da estrutura defensiva, arrasando tudo na sua passagem até ao castelo³. O cerco feito aos portugueses em 1508 foi sem dúvida determinante para a viragem do processo de construção e consolidação da imagem da vila de Arzila. A destruição massiva das construções provocada pelo cerco potencia uma *tábua rasa* da zona mais limítrofe da vila, dando origem a um campo expectante de colmatação urbana. Este acontecimento histórico é o momento chave no desenvolvimento urbano da praça portuguesa: desencadeia a procura de uma solução de reforço e inovação do sistema defensivo e urbano que, consequentemente, traz à luz uma oportunidade de *fazer cidade*.

Dada a escassez de elementos iconográficos que chegaram aos nossos dias, a gravura de Georg Braun (figura 1) torna-se um elemento essencial para a análise e interpretação dos elementos representativos da vila portuguesa no início do século XVI⁴. Após uma análise mais detalhada desta gravura, constata-se a ausência da

¹ Jorge CORREIA, “Conquista versus Fundação: a cidade portuguesa no Norte de África”, in *Laura. Revista de Cultura Arquitectónica*, 0 (2003), pp. 8-43.

² *Arzila, Torre de Menagem = Le Donjon d'Asilah*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 29-30.

³ Jorge CORREIA, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à FAUP, Porto, 2006, p.163.

⁴ *Arzila, Torre de Menagem...* cit., pp. 26-27: “Assim o único testemunho visual é a gravura “ARZILLA” incluída no álbum *Civitates Orbis Terrarum* de Jorge Bráunio e Francisco Hogenberg (Antuérpia e Colónia, 1572), e diversas vezes depois reeditada. O estado dos muros e as legendas

representação do pano de muralha que constitui o atalho. A continuidade da muralha é quebrada, para dar lugar a uma falha na representação do casario, no seguimento do volume do castelo. A restante estrutura amuralhada, privada de baluartes e bastiões manuelinos e ainda representada com torres de aparência medieval, comprova a incipiência na modernização da estrutura militar e urbana da cidade, imediatamente após o cerco muçulmano.

Em 1509, Diogo Boitaca e Francisco Danzilho viajam até Arzila por ordem de D. Manuel I, com instruções e verbas destinadas às obras de fortificação e requalificação urbana⁵. Por conseguinte, seria a necessidade de salvaguardar um espaço físico e temporal para a realização destas obras, que permitiria um momento de reflexão na forma como se iria intervir no território⁶.

Este processo de ocupação territorial começaria por uma análise das estruturas urbanas pré-existentes e por uma procura de regularidade. O próprio gesto do atalho, ao transformar a vila de Arzila num “rectângulo” paralelo à linha de costa, revela uma primeira intenção de controlar a área de influência mas também uma procura de sistematização do traçado, assente em elementos pré-existentes, no alinhamento das antigas Portas de Larache e de Tânger (figura 2).

A definição da Rua Direita, princípio básico da cidade portuguesa da Idade Média, aquando da ocupação portuguesa em Arzila, assume-se como elo de ligação entre a Porta da Vila (Porta de Fez) e a Porta da Ribeira. O terreiro junto à Porta da Ribeira aponta o arranque de vias longitudinais estruturantes que permitem o acesso aos quarteirões mais internos da vila. De facto, na malha urbana de Arzila são facilmente reconhecíveis quarteirões com características medievais, tendencialmente rectangulares e alongados privilegiando a orientação longitudinal do território, paralela à linha de costa e à muralha sudeste.

Analisando os cheios/vazios do tecido urbano, podemos tirar algumas conclusões relativamente à aglutinação dos dois estratos, português e islâmico. Encontra-se latente uma gradação do carácter regular, que se vai acentuando à medida que nos aproximamos do centro cívico da vila. Na zona mais próxima do castelo e do terreiro está presente uma maior regularidade na malha urbana, onde as ruas são lidas como sulcos tendencialmente lineares, atravessando a totalidade do miolo urbano. Estas vias, regularizadoras do traçado urbano, ao unir inclusive os adarves opostos, permitiam uma melhor eficácia na mobilidade intra-muros. Numa zona mais periférica, existe uma menor regularidade no desenho dos quarteirões, conotando o tecido urbano com características de “porosidade” e “capilaridade”, traduzidas na abertura de pátios no interior do maciço da construção e nos arruamentos sinuosos, muitas vezes sem leitura de continuidade, caracterizadores da ocupação islâmica.

A observação da estrutura urbana e viária presente actualmente em Arzila revela a inexistência de grande parte do adarve poente da vila. Podemos dizer que a construção no adarve não seria uma opção dos portugueses que aí se instalaram no século XVI, dado que os princípios militares e de defesa exigiam um desfogo contínuo ao longo das muralhas. Posto isto, a hipótese de datação mais credível para a ocupação urbana do adarve poente, será posterior ao período de domínio português, mais ainda porque é recorrente na ocupação islâmica a apropriação do espaço aéreo e aproveitamento de infraestruturas existentes para encosto das construções.

De igual modo, presume-se que as construções adossadas ao pano de muralha entre a Porta da Vila (Porta de Fez) e o terreiro do castelo, não existiriam durante a ocupação portuguesa. Quando confrontadas com o quarteirão vizinho revelam diferenças na dimensão dos lotes e morfologia da construção. Parte deste edificado situa-se ainda – segundo a análise do *Livro das medidas de Arzila* – encostado ao local onde outrora terá existido a porta portu-

em latim parecem reflectir a situação na 2.^a década do século XVI, em todo o caso entre 1510 e 1530. Ignoramos as fontes em que os seus autores se basearam; mas supondo, como é lógico, que fossem portuguesas, a sua origem pode estar nos desenhos que o Duque de Bragança mandou realizar em 1513 pelo arquitecto Francisco Danzilho para enviá-los a D. Manuel, como reportagem gráfica da sua expedição (...)

⁵ Para um melhor conhecimento das obras manuelinas em Arzila ver a exposição de Rafael MOREIRA, in *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa, Alfa, 1989, pp.120-125.

⁶ O facto de na gravura de Braun aparecerem já realizadas algumas obras de carácter emblemático em detrimento das obras de defesa (muralha manuelina), leva-nos a uma questão pertinente na leitura cronológica das obras manuelinas levadas a cabo em Arzila: teria Boitaca conferido uma tal importância ao acto de erguer e destacar a Torre de Menagem do perfil da vila de Arzila (impregnada de um carácter medieval associado ao simbolismo do poder régio renovado), que terá deixado em suspenso as verdadeiras obras de reabilitação da muralha? Não seria esperado que o verdadeiro intuito da movimentação de conhecimentos, verbas e mão de obra vindas de Portugal, aparecessem com real destaque na gravura de Georg Braun, já que representariam um passo no avanço tecnológico e militar das estruturas de defesa da praça portuguesa?

guesa para o interior do castelejo. A desconsideração destas construções, aliada ao direccionamento da entrada pela Porta de Fez e ao posicionamento da entrada do castelo, aponta para a localização da Rua Direita segundo este percurso. A Rua Direita, cujo ponto de partida seria a Porta da Vila (Porta de Fez), penetrava no perímetro amuralhado através de uma inflexão em cotovelo. Este princípio transpunha-se para a conformação do traçado da própria rua em L, ao seguir tangencialmente ao plano da muralha, percorrendo o adarve, até inflectir no castelo, abrindo-se por fim para o grande terreiro (figura 2 e 4).

A redefinição do desenho do perímetro amuralhado para a vila de Arzila, responde a uma necessidade de actualização das estruturas e técnicas militares. A intervenção no pano da muralha correspondente ao atalho, materializa um esforço modernizador da estrutura defensiva, dando lugar a uma cortina “dentada” que possui três inflexões, correspondentes a baluartes para permitir o tiro flanqueante rente ao plano da muralha. Ao analisarmos em planta a consequência desta marcação (figura 3), percebemos que a divisão do pano da muralha do atalho em 3 tramos equivalentes com largura de aproximadamente 48 braças cada, tem correspondência com o que se vai passando no interior do recinto fortificado, nomeadamente na marcação do arranque e continuidade das ruas transversais e no comprimento dos quarteirões. Deste modo, podemos ressaltar a importância da utilização dos princípios básicos aplicados na balística, que ao imprimirem critérios de medida no território, acabam por condicionar e influenciar o traçado da malha urbana.

Apesar de não haver um plano rígido a ser aplicado para a reconstrução da vila de Arzila, podemos perceber, de uma forma implícita, esta busca pela regularidade, numa leitura transversal de escalas; desde o traçado do perímetro da muralha manuelina, ao traçado das ruas e quarteirões, até ao parcelamento do solo, destinado à construção de unidades habitacionais. Os quarteirões apresentam uma regularidade métrica, que apontam sensivelmente as 30 braças de comprimento e uma relação de proporção de $\frac{1}{2}$ a $\frac{1}{4}$ na sua largura (figura 4). As extremas laterais dos lotes, dispostas de uma forma quase paralela entre si e perpendicular ao arruamento, apresentam afastamentos que variam entre 1 e 4 braças. A análise mais pormenorizada do tecido urbano é reveladora das especificidades da ocupação no interior dos lotes destacados pelos portugueses; aponta uma tendência para a conformação de arruamentos com faixas de construção contínuas, tendencialmente alinhadas, remetendo o logradouro para a zona mais interior do lote.

O próprio processo de medição, levado à exaustão por Boitaca e Bastião Luiz⁷, revela uma preocupação real, não só de controlo de recursos, mas também de controlo do desenho do traçado, na busca de referências e orientações, no estabelecer de relações métricas, proporções e modulações, que pudessem ser amplamente aplicadas no traçado gerador da malha urbana.

Com base na interpretação da gravura de Georg Braun, do *Livro das Medidas de Arzila* e do traçado urbano actual da cidade, desmonta-se todo um conjunto de pistas que apontam para um entendimento do processo evolutivo da imagem de Arzila: a influência dos princípios da balística no traçado da malha urbana; a regularidade métrica e configuração dos quarteirões no extracto português; a relação do edificado com o adarve e a identificação da Rua Direita portuguesa do século XVI.

O entendimento do processo de ocupação portuguesa em Arzila não se esgota nestas linhas. Este exercício pretendeu reunir e desenvolver alguns apontamentos que mereceriam ser amplamente aprofundados num processo de investigação de maior fôlego.

⁷ *Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514*, in ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 769.

BIBLIOGRAFIA

Arzila, Torre de Menagem = Le Donjon d'Asilah, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

CORREIA, Jorge, “Conquista versus Fundação: a cidade portuguesa no Norte de África”, in *Laura. Revista de Cultura Arquitectónica*, 0 (2003), pp. 38-43.

CORREIA, Jorge, *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à FAUP, Porto, 2006.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.

MOREIRA, Rafael (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514, in ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 769.

RICARD, Robert e LA VERONNE, Chantal, *Les architectes des places portugaises du Maroc sous Emmanuel I^{er} et Jean III (1495-1557)*, Paris, Imprimerie Officielle, 1958.



Figura 1a: Arzila: Gravura de Georg Braun.



Figura 1b: Arzila: Interpretação gráfica da gravura de Georg Braun.

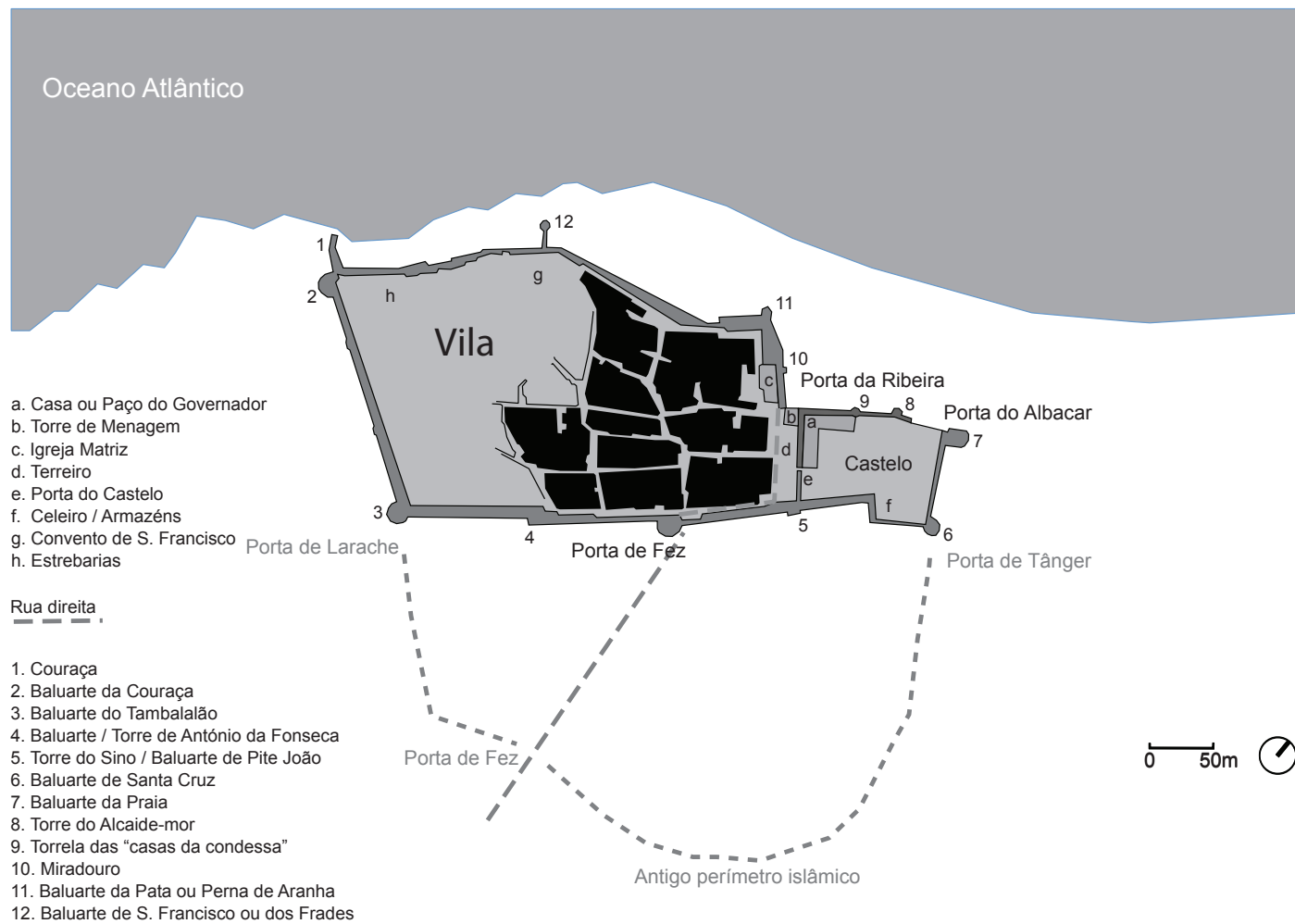


Figura 2: Arzila: reconstituição da vila portuguesa no século XVI.

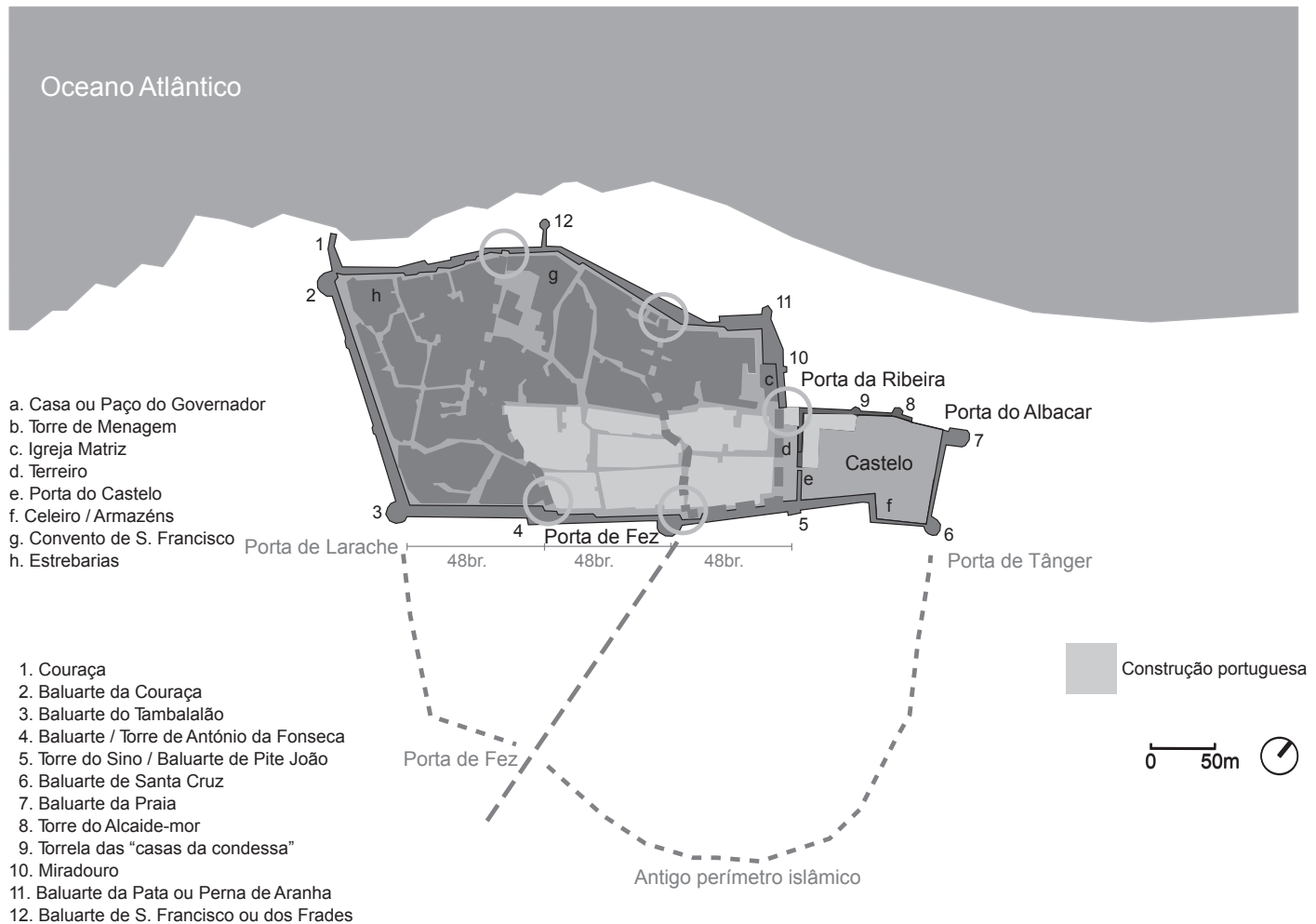


Figura 3: Indicação das principais intervenções urbanas.

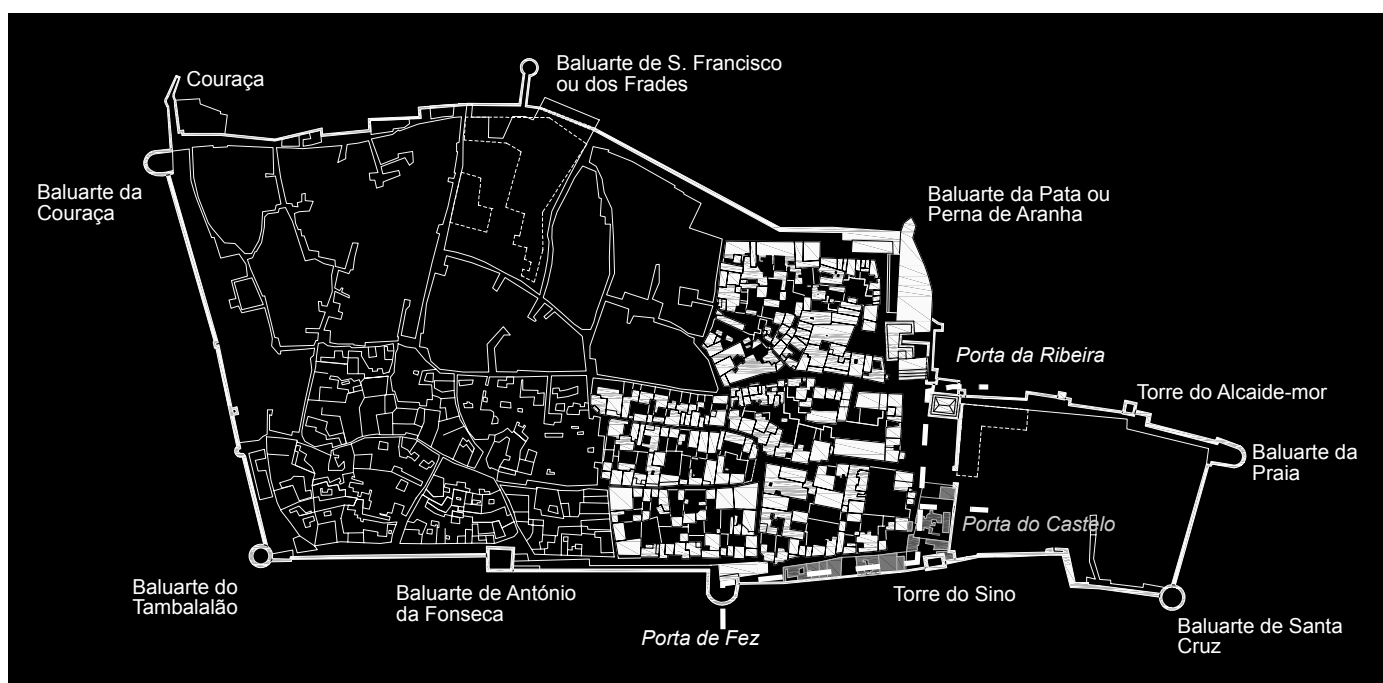


Figura 4: Análise do tecido urbano de Arzila a partir da vista aérea.

A FORTALEZA DE MAZAGÃO E A PORTA DO MAR

JOÃO BARROS MATOS *

A intervenção sobre estruturas construídas de valor histórico é um campo particularmente sensível da actuação do arquitecto, em que cada situação específica requer um processo de trabalho e uma resposta de projecto individualizados e em que a prática encontra dificuldades em acompanhar alguns princípios elementares de intervenção. O conhecimento e a compreensão profundos do objecto de intervenção constituem uma fase essencial do complexo processo de projecto. Não apenas um conhecimento histórico, mas a compreensão das estruturas construídas e sua evolução ao longo do tempo, desde diferentes perspectivas de abordagem. Tal, requer um trabalho de investigação, centrado na observação e interpretação das estruturas existentes, inseridas no seu contexto, sustentado pela informação proveniente dos diferentes tipos de fonte. Método comum a qualquer projecto de arquitectura, que, neste âmbito, exige uma sensibilidade e um rigor particulares.

Mazagão, com o seu valor histórico, possui hoje um forte potencial como elemento regenerador da cidade de El Jadida. Está no entanto sujeito a um crescente processo de degradação e descaracterização. Um conhecimento aprofundado sobre as estruturas existentes, terá uma utilidade essencial na definição de estratégias de conservação e valorização. Tendo em conta as particularidades do percurso histórico da vila-fortaleza e as limitações documentais, a investigação em curso é centrada na **observação e interpretação das estruturas construídas**, só por si, o documento mais completo que possuímos. Durante as visitas ocorridas entre 2000 e 2007, foi realizado o levantamento de diversos elementos e zonas da fortificação, sendo esta informação cruzada com a proveniente de diversas fontes, entre as quais se destacam os documentos publicados nas “Sources Inédites de L’histoire du Maroc” e em “A Construção de Mazagão”, de Rafael Moreira.

Entre os documentos gráficos conhecidos, pelo interesse da sua informação e pelo grau de rigor que possuem, destacamos a Planta de 1611 e a Planta do Engenheiro Simão dos Santos, de cerca de 1720. A **Planta de 1611**, que representa o conjunto constituído pelo perímetro fortificado, oferece informação de excepcional interesse sobre a estrutura da fortificação e as características do sistema construtivo, nomeadamente em relação a reparos e a baluartes. Possui informação única sobre os espaços interiores da fortaleza, incluindo os baluartes e os sistemas de acesso. A comparação entre os elementos representados no documento e a construção existente permite concluir que estamos perante um documento gráfico completo e rigoroso. Quanto à **Planta de cerca de 1720**, esta representa o conjunto constituído pelo perímetro abaluartado e a estrutura urbana, no seu interior. Com um elevado grau de pormenor, o desenho oferece informação importante sobre o perímetro abaluartado, incluindo reparos e baluartes, suas morfologias, construções existentes sobre eles, acessos às plataformas superiores, fossos e outras obras exteriores. Possui ainda informação detalhada sobre a malha urbana e os edifícios que a compõem.

Projectada de raiz, em 1541, a vila-fortaleza é pensada como um todo. O projecto da fortificação baseia-se num moderno sistema de frentes abaluartadas, onde é introduzido o baluarte pentagonal, na procura de uma defesa integrada, com fogo rasante e cruzado, entre baluartes e cortinas. Com um desenho erudito, a morfologia

* Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora. Centro de História de Arte e Investigação Artística.

da fortaleza é definida pelas cortinas quebradas e os baluartes que prolongam os cantos e se agarram ao território, conferindo-lhe uma noção de estabilidade e resistência. A planta do conjunto reflecte a preocupação com a proporção e o equilíbrio entre as partes, marcados pela presença estruturante do pequeno castelo preexistente, com a sua planta quadrada. Perímetro abaluartado e malha urbana organizam-se de forma racional em torno do castelo, que passa a constituir o centro geométrico do conjunto. Um avanço relativo do perímetro, em direcção ao mar, permite melhorar as condições globais de defesa e integrar a pequena Calheta, que reflecte a ligação preferencial do conjunto ao mar. Completamente cercada por água e com um franco acesso marítimo, esta é uma fortaleza do mar voltada contra terra, como uma enorme plataforma encaixada junto à costa, parte de um sistema de bases de apoio ao império marítimo.

Pelo modo como se insere no conjunto fortificado, a **Porta do Mar** tem uma presença intrigante. Por um lado, possui uma integração racional e estratégica, abrindo-se directamente da Rua da Carreira, para o mar, no enfiamento da Calheta. Por outro, é desadequada em relação ao conjunto, ao abrir e deixar desprotegida uma estrutura fortificada tão robusta. Não se conhecendo referências documentais em relação à sua origem, é normalmente tratada como uma das portas que sempre integrou o sistema defensivo da fortaleza abaluartada desde o século XVI, ou, por outro lado, é atribuída às obras marroquinas do século XIX.

A **Calheta**, protegida e dissimulada em relação a terra, assegura boas condições de acesso e desembarque, ao abrigo dos ventos atlânticos de Norte. A frente marítima, na qual não existiam canhoneiras, possuía um ponto de vigia, junto ao Baluarte do Anjo, para o controlo da Calheta. Hoje existem, na Calheta, duas portas de acesso ao interior da praça: a Porta da Ribeira e a Porta do Mar. A **Porta da Ribeira**, com um robusto arco de volta perfeita em cantaria de pedra calcária trabalhada, era servida, no exterior, por uma calçada com escada através da qual se realizava o acesso e o desembarque. No interior, possuía uma pequena antecâmara, com a espessura do reparo, que antecedia e protegia o acesso à praça. Parte importante desta estrutura existe ainda hoje, encontrando-se este espaço ocupado por uma padaria.

Aquela a que actualmente se chama **Porta do Mar**, no final da Rua da Carreira, aberta para a Calheta e voltada para a baía, é constituída por um arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, com cerca de sete metros de largura por quatro e meio de altura. A sua espessura corresponde à do reparo, num local onde este é particularmente largo, com cerca de cinco metros. Espessura significativa que contribui para o reforço da estabilidade da estrutura do arco e do próprio reparo. Desde o mar, realiza-se o acesso directo ao interior da fortificação, sem que exista qualquer antecâmara. A cantaria de pedra previa apenas a existência de mecanismo para a descida de uma grade de ferro, desde o interior do reparo. O vão, com a sua grande dimensão, é hoje encerrado por uma grade fixa, com uma pequena porta. A dimensão da abertura e a sua fragilidade em termos de segurança e defesa não correspondem a uma tipologia de porta de fortificação do século XVI, em que a concepção de todo o sistema defensivo se foca no reforço de uma defesa passiva.

Os **documentos gráficos** referentes ao período de permanência portuguesa não apresentam nem fazem qualquer referência a esta porta. Pelo contrário, as estruturas representadas contrariam a existência de uma abertura neste local. A Planta de 1611, que representa com clareza a estrutura dos reparos e os sistemas de portas, não inclui aqui nenhuma abertura, representando o reparo, como um maciço de espessura superior à média da fachada marítima. A nota que acompanha o documento refere-se à Porta da Ribeira como a única existente, através da qual a fortaleza foi socorrida durante o primeiro cerco, o que confirma que a Porta do Mar não existia no ano de 1562. Também a Planta de cerca de 1720 não apresenta qualquer referência à existência desta abertura. Pelo contrário, representa algumas construções, no interior da praça, frente ao reparo, no local onde hoje ela existe. Nesta Planta, como noutros documentos, a Porta da Ribeira passa a ser identificada com o nome de Porta do Mar, o que poderá contribuir para alguma confusão.

Em **termos construtivos**, a Porta do Mar é constituída por um arco robusto, de boa e sólida construção, executado numa pedra calcária dura e resistente, com uma cantaria constituída por peças de grande dimensão. Um tipo de pedra e aparelho semelhantes aos que são utilizados nas cantarias dos elementos aparelhados da construção do século XVI, como é o caso das sólidas e grandes canhoneiras, constituídas por uma cantaria de pedra de grandes dimensões, com uma estereotomia de desenho rigoroso e sofisticado. Concluímos que o tipo de construção da Porta

do Mar, o tipo de pedra utilizado e a qualidade do aparelho são características que se identificam perfeitamente com os diversos elementos de cantaria pertencentes à construção iniciada em 1541. Uma construção de qualidade que reflecte o domínio das técnicas construtivas que os portugueses possuíam, neste período.

Após a retirada de 1769, fortificação e vila permaneceram em ruínas durante cerca de cinquenta anos. Em 1821, foi iniciado um conjunto de **intervenções por parte dos marroquinos**. Em relação a estas intervenções, realizadas, durante o século XIX, em diversos elementos da estrutura fortificada, é escassa a documentação que podemos encontrar em Marrocos. No entanto, a análise das estruturas existentes, permite reconhecer com clareza, algumas características comuns a estas obras, nomeadamente, ao nível da tipologia dos elementos construídos, do tipo de pedra e do aparelho utilizados na construção. De modo geral, são intervenções rudimentares, com uma construção pobre, com elementos de cantaria de reduzida dimensão, de um arenito pouco resistente. Concluímos que a Porta do Mar possui características construtivas claramente distintas das que reconhecemos nas intervenções marroquinas de meados do século XIX, nomeadamente no que se refere à qualidade da construção, ao tipo de pedra e à qualidade do seu aparelho.

A **tipologia** do arco da Porta do Mar corresponde a uma solução estrutural que apresenta semelhanças com outros elementos da construção do século XVI, como acontece com o interior do Baluarte de Santo António ou com a estrutura interior da Porta da Ribeira. A própria fenda, recortada na cantaria desta porta, para a descida de grelha de protecção, é idêntica àquela que encontramos na Porta do Mar.

Também em **Ceuta**, no interior dos robustos baluartes, construídos na sequência dos de Mazagão, encontramos arcos, com funções estruturais, com uma tipologia semelhante. Com dimensões consideráveis, estes arcos integram a sólida estrutura dos muros exteriores dos baluartes, reforçando as zonas junto dos orelhões. Tudo indica terem sido construídos, desde origem, para permanecerem encerrados.

Por último, voltando a Mazagão, sabemos que a **Porta dos Bois**, pequena abertura em arco, incluída na cortina Norte, foi construída de origem em 1542, com o objectivo de assegurar e facilitar a entrada de materiais no interior do perímetro, provenientes, em grande parte, da abertura do fosso. Durante o cerco de 1562, já após os trabalhos de abertura do fosso Norte, a porta foi encerrada. Assim permaneceu até ao século XX, quando foi reaberta, na sequência do atulhamento do fosso.

Deste modo, chegamos às seguintes conclusões:

1. As representações gráficas, correspondentes ao período português, indicam que a Porta do Mar não existia, no momento a que se referem, nomeadamente entre 1562 e o século XVIII.
2. Fotografias, de finais do século XIX, apresentam a Porta do Mar tal como a conhecemos hoje.
3. As suas características construtivas, incluindo o tipo de pedra e o tipo de aparelho da cantaria com que é construída, são idênticas às que encontramos nos elementos da fortaleza construídos desde 1541 e não apresentam qualquer semelhança com as características das intervenções marroquinas do século XIX.
4. A sua tipologia não corresponde à de uma porta de fortaleza de transição, não permitindo assegurar uma defesa adequada a uma estrutura fortificada com estas características.
5. As características tipológicas da Porta de Mar são próprias de um sistema de arco estrutural, como encontramos noutros espaços da fortaleza do século XVI, assim como nos baluartes de Ceuta.

Interpretando estes dados, à primeira vista contraditórios, tudo conduz para uma única possibilidade. Podemos concluir que a denominada **Porta do Mar** corresponde a um arco estrutural construído pelos portugueses para permanecer aberto, apenas durante o período de construção da fortaleza e da vila no seu interior. Terá sido construída em finais de 1542, aquando do encerramento do perímetro fortificado e através dela foi possível realizar a entrada de pequenas embarcações dentro do perímetro fortificado, com ligação directa à Rua da Carreira, a principal via de ligação e distribuição no interior da praça. Após a conclusão dos principais trabalhos de construção da vila, seguramente antes do cerco de 1562, o arco foi encerrado, assim permanecendo durante todo o restante período de permanência portuguesa, tendo sido realizadas algumas construções à sua frente, no interior

da Praça. O arco terá sido reaberto pelos marroquinos após 1821, num processo que apresenta semelhanças com o da Porta dos Bois.

Recuando até aos anos de 1541 e 1542, apercebemo-nos das difíceis e árduas condições em que decorreram os trabalhos de construção. Pouco depois do ataque a Santa Cruz do Cabo, num momento em que o poder militar dos mouros era particularmente temido, a realização de uma obra com esta escala, em território hostil, levantava sérias questões de segurança. Desde o início dos trabalhos, foi assegurada a presença de um número considerável de soldados e a permanência de uma esquadra fundeada frente à vila. Receando o ataque e cerco dos mouros, o **encerramento do perímetro** fortificado era uma urgência para o capitão Luís de Loureiro e para o arquitecto João de Castilho. Por outro lado, numa obra desta dimensão, onde trabalharam mais de mil operários e centenas de soldados, e onde era vital a rapidez da construção, tornava-se imprescindível a existência de um **acesso fácil e directo**, do mar ao interior da praça. O arco da Porta do Mar, protegido pela grade de ferro que descia do interior do reparo, permitiu encerrar o perímetro fortificado, permitindo o acesso de materiais, soldados e pedreiros, durante os trabalhos de enchimento e definição do nível interior da praça e a construção da vila. A dimensão do vão está adaptada à passagem de pequenas embarcações, que, durante a maré-alta, podiam aceder directamente ao interior do perímetro e à Rua da Carreira, a principal via de distribuição no interior da malha. Logo que o ritmo dos trabalhos o tenha permitido, seguramente, antes do cerco de 1562, o arco foi encerrado por panos de alvenaria, assegurando o necessário grau de protecção da fortificação. Num processo semelhante ao que aconteceu com a pequena Porta dos Bois, foi reaberto mais de duzentos e cinquenta anos depois.

Concebido para permanecer aberto durante um curto período, o arco da Porta do Mar é uma estrutura racional, cuidadosamente integrada e de sólida construção, como impunha o magnífico plano de Benedetto da Ravena e o rigor construtivo de João de Castilho. Hoje é uma marca do árduo momento da construção do conjunto, que, por paradoxo, constituiu também o momento mais importante da história de Mazagão.

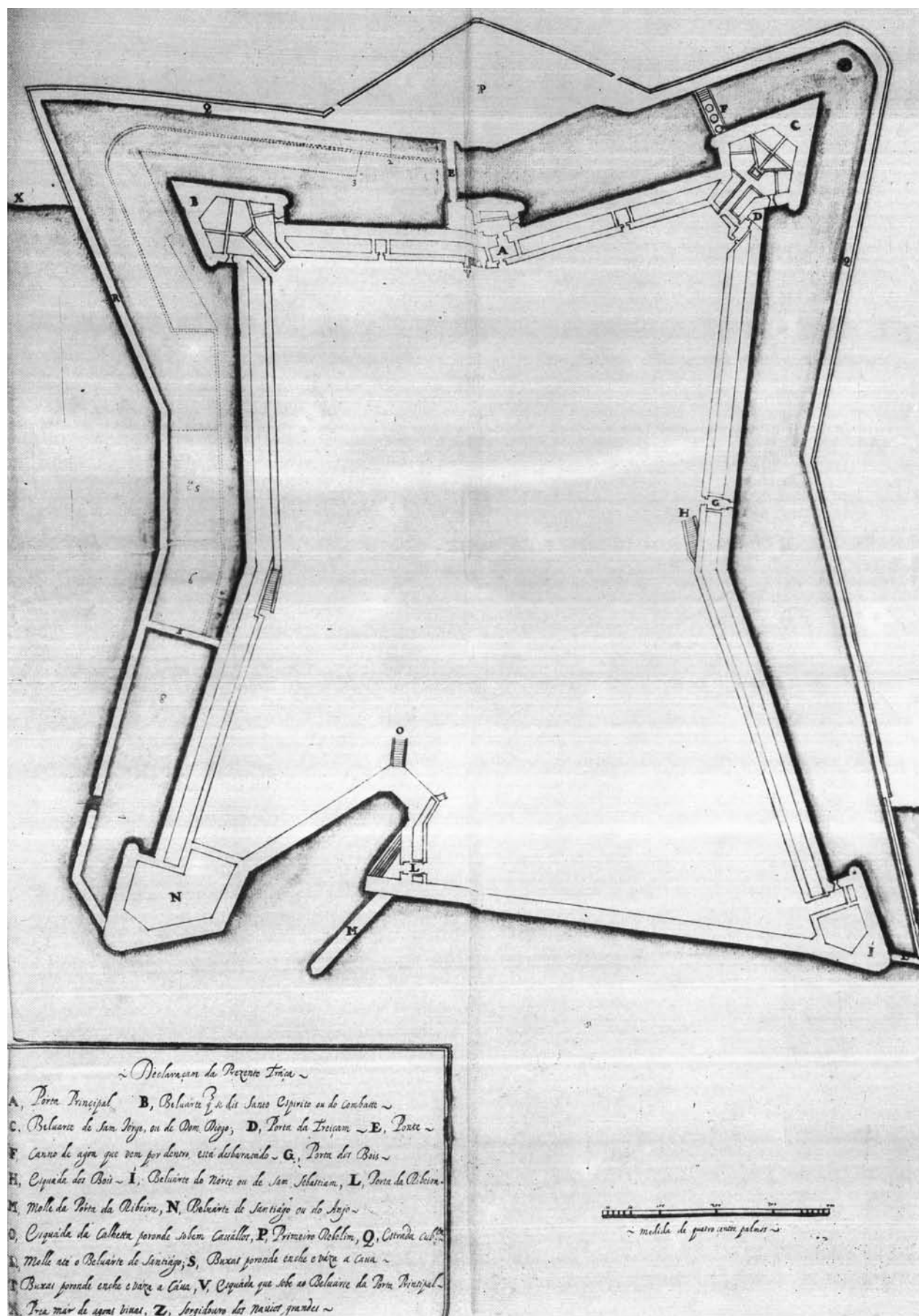


Figura 1: Fortaleza de Mazagão. Planta de 1611.



Figura 2: Fortaleza de Mazagão, por volta de 1920 (fotografia do arquivo do “Ministère de l’Habitat” do Reino de Marrocos).

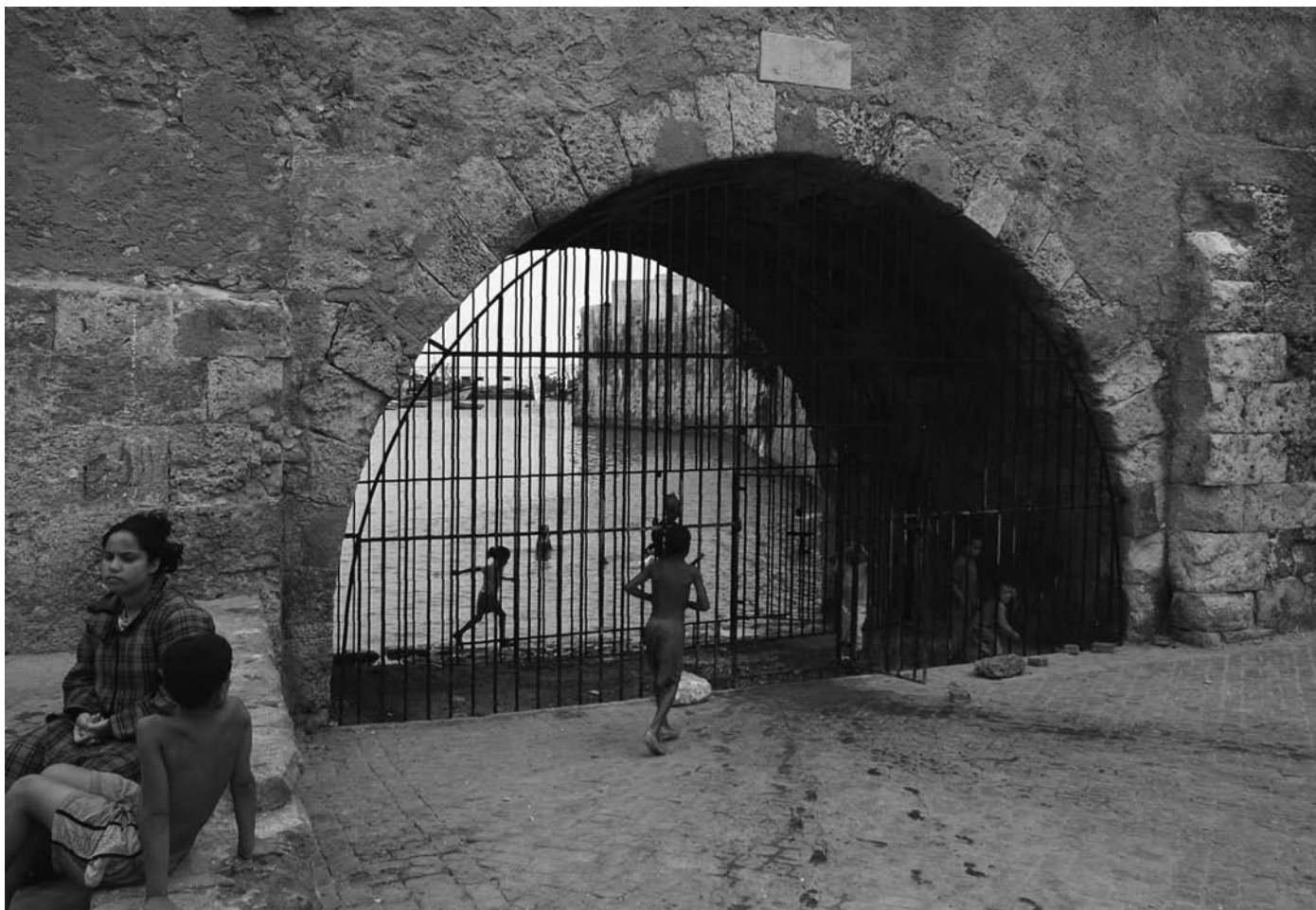


Figura 3: Fortaleza de Mazagão, 2007. Porta do mar, vista do interior da fortaleza (fotografia do autor).



Figura 4: Fortaleza de Mazagão, 2007. Interior do Baluarte de Santo António (fotografia do autor).



Figura 5: Fortaleza de Ceuta, 2009. Arco estrutural no interior de um dos baluartes (fotografia do autor).



Figura 6: Fortaleza de Mazagão, 2007. Frente marítima e Porta do Mar (fotografia do autor).

MAZAGÃO: CIDADE QUASE IDEAL

VÂNIA OLIVEIRA, MARTA MOTA PREGO e JOANA ROCHA SILVA

O presente artigo surge no seguimento de um trabalho desenvolvido em três meses num Curso de Formação Especializada em História da Arquitectura, promovido pelo Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho. As reflexões seguidamente abordadas devem-se à análise arquitectónica e urbanística tanto de cartografia antiga de Mazagão, como de um levantamento topográfico actualizado.

Situada no rico litoral do reino de Marrocos, a praça portuguesa de Mazagão emergiu de uma estratégia de povoamento desenvolvida por D. Manuel (1495-1521), que consistia numa distribuição bipolar dos núcleos regionais, ou seja, eram implantados dois pontos próximos um do outro, que não distavam entre si mais que um dia de viagem por terra ou por mar. Estes centros eram densamente povoados e defendidos, fortalecendo e consolidando os laços de vizinhança e promovendo a repartição da responsabilidade. Instituída como cidade-satélite de Azamor e constituindo a peça que faltava para completar um cordão fortificado na costa magrebina, Mazagão rapidamente ganhou importância face às restantes praças portuguesas.

Mazagão começou por ser um pequeno fortim alfandegário português erguido para prestar apoio a Azamor. Apesar de não existirem muitas informações anteriores a 1514, concorrem várias teorias acerca de possíveis pré-existências antes da chegada dos portugueses, nomeadamente, uma pequena vila piscatória denominada Mazghan ou ainda um pequeno povoado autóctone.

Quando em 1541 se toma a decisão de abandonar as praças portuguesas no norte de Marrocos para concentrar todos os esforços numa única fortificação roqueira e moderna, o local escolhido foi Mazagão, devido à sua crescente importância, e à sua localização privilegiada na cidade atlântica onde desagua o Morbeia, que oferecia excelentes condições, tornando-a um abrigo seguro, perfeito para as trocas comerciais. Numa época em que se assistia a uma transformação das técnicas de guerra, pretendia-se que Mazagão integrasse as mais modernas técnicas de defesa abaluartada, incorporando os novos conhecimentos italianos. Pretendia-se então que a praça portuguesa de Mazagão fosse um “posto avançado da civilização europeia, um paradigma da perfeição, inquebrantável, sinónimo de virtude, solidez, energia física e moral infatigável, em suma um nome de prestígio.”¹

Apesar de todas as aspirações, Mazagão nunca conseguiu ser a cidade Ideal que tanto aspirava. Vítima de uma pré-existência berbere, ou aprisionada a um povoado espontâneo em torno do castelo manuelino, a nova fortificação integraria forçosamente todos estes tecidos pré-existentes. Se a isso se juntar o facto de mais de metade da fortaleza ter sido construída sobre afloramentos rochosos que avançavam pelo mar, numa posição enviesada em relação à linha de costa, aproximando o mais possível o seu acesso ao ponto de desembarque, não é difícil perceber que a muralha Albertiniana criada por Benedetto da Ravena, um rectângulo alongado, rapidamente se transformou num losango torcido apontado a norte, transformando-se quase numa península invencível. As pré-existências, as vicissitudes do lugar e a própria tradição portuguesa de adaptar as suas cidades e praças ao local, transformaram Mazagão na Cidade Quase Ideal que ainda hoje se pode observar.

¹ Rafael MOREIRA, *A Construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR/CPML, 2001.

Apesar de aparentemente possuir uma malha regular, quando observada mais cuidadosamente, verifica-se que é reticulada, mas não regular nem completamente ortogonal. A fortificação possui um esquema rectangular de proporções sesquitércias (um quadrado e um terço), que tinha o castelo manuelino como geratriz organizativa de todos os cheios e vazios, ao mesmo tempo que constituía o centro geométrico de toda a fortificação.

O quadrilátero do castelo que o constituía foi “dividido” em quatro partes iguais, cada “porção” serviu de base para a modelação dos quarteirões. Os quarteirões a Nordeste do castelo têm uma modelação próxima de 3 módulos de comprimento por 1,5 módulos de largura. Os quarteirões a Noroeste do castelo tem uma modelação diferente, são compostos, na sua maioria, por 3 módulos de comprimento e 1 módulo de largura. Esta regra tem pequenas variações derivadas dos ângulos de inflexão da sua muralha e também devido a constrangimentos do lugar e suas adequações.

A fortificação pode ser dividida em quatro partes diferentes. O sector Noroeste tem um carácter bastante diferente dos restantes quadrantes uma vez que é bastante orgânico, devido, muito provavelmente, à integração do tecido pré-existente do casario espontâneo que surgiu em torno do castelo manuelino antes de 1541, ainda muito na tradição dos tecidos das cidades medievais portuguesas. O Palácio do Governador situa-se neste quadrante o que pode sugerir que talvez existisse antes mesmo da construção da fortificação final.

Ladeado pela Rua da Carreira, que atravessa toda a praça, o sector Sudeste é o mais regular dos quatro, possuindo quarteirões mais regulares e alongados, um pouco à semelhança dos quarteirões que se encontram nas vilas da Macaronésia como Ponta Delgada, São Miguel, Açores. Este sector foi onde a retícula foi aplicada com menores constrangimentos.

No sector Nordeste, a disposição das ruas e dos quarteirões sugere um encaminhamento natural dos fluxos para a Rua Direita. Este facto leva a crer que dita rua era de extrema importância, apesar de não possuir as mesmas características das Ruas Direitas da Metrópole, estas geralmente ligavam duas praças importantes ou duas portas da cidade amuralhada, eram sempre ruas estruturantes. A Rua Direita de Mazagão não possui nenhuma destas características, contudo deveria ser de grande importância, além de possuir uma secção mais larga do que as restantes, as ruas contíguas como que direccionam o seu fluxo, parecendo existir um encaminhamento natural para esta artéria. A preponderância desta rua pode ser resultado de pré-existências anteriores a 1541. Nesta época era comum que caminhos pré-existent associados à actividade terciária resultassem em ruas. Analisando cartografia histórica pode perceber-se que a linha de costa original passaria muito perto do traçado que se transformou na Rua Direita. Se efectivamente esta rua estaria próxima do limite original da linha de costa, certamente, que as trocas comerciais descarregadas das canoas seriam efectuadas nesse mesmo local. Nas cidades de fundação da Macaronésia a evolução do processo de povoamento baseava-se, numa primeira fase, numa ocupação subordinada às necessidades de aportagem e de fixação imediata no litoral, escolhendo pequenas enseadas naturais que permitissem uma fácil ancoragem de pequenas embarcações. Numa segunda fase, o povoamento fazia-se através de um alastrar das povoações em lugares de exploração rural, formando um cordão de estrutura aproximadamente linear e paralelo à costa. Apesar de integrar algumas das mais modernas teorias no que respeita à arquitectura militar, Mazagão não se conseguiu alhear totalmente da sua tradição urbanística tardo-medieval, podendo chamar-se um urbanismo medievo-renascentista. Desta forma, é bastante possível que a Rua Direita derive directamente do inicial limite natural da costa, devendo assim a sua importância a esta relação franca com o mar e com o comércio, tal como acontecia nas cidades da Macaronésia. Atendendo a isto é provável que aquando da construção da muralha se mantivesse a importância do local que posteriormente se transformou na Rua Direita.

O sector Sudoeste também suscita grande curiosidade. Se por um lado se percebe que é relativamente regular e ortogonal, por outro a orientação das suas ruas não deixa de causar estranheza. A análise deste quarteirão releva que é bastante mais encerrado que os restantes. Tendo como rua estruturante a Rua da Luz, enviesada, todo o quarteirão se organiza através de um sistema de ruas mais estreitas que lhe são perpendiculares, formando uma espécie de rede. Este quarteirão mostra-se um pouco encerrado em relação à restante praça uma vez que o seu limite é muito rígido, como que constituindo uma fronteira. Também as entradas para a Rua da Luz revelam uma certa introspecção, um controlo nas entradas ao próprio quarteirão, tornando-o encerrado sobre si próprio.

A análise arquitectónica e urbanística do traçado deste quarteirão revela um certo paralelismo com a estrutura dos bairros judeus em Marrocos designados de Mellah.

Desde o início da ocupação portuguesa em Marrocos que os Judeus estiverem presentes nas suas praças e está devidamente documentada a importância que este povo teve no processo de conquista portuguesa no Norte de Marrocos.

Quando foram expulsos de Espanha e obrigados à conversão em Portugal, um dos principais destinos dos judeus ibéricos foi o Norte de Marrocos, nomeadamente as praças portuguesas. Estão documentadas várias comunidades judaicas nestas praças, as maiores e mais importantes foram contudo Safim, Azamor e Arzila, até ao seu abandono em 1541: “(...) Muitos dos fugitivos aproveitaram as praças portuguesas em Marrocos, em particular Arzila, para depois conseguir alcançar a terra dos mouros.”² Entre 1541 e 1550, com o abandono forçado da maioria das fortificações portuguesas, as suas populações tenderam a concentrar-se em Mazagão, e assim poderá ter acontecido também com a comunidade judaica.

A importância e a influência dos judeus foi crescendo com o tempo, tornando-os numa espécie de elite, num escalão privilegiado da sociedade que recebia os favores e a protecção do Governador, apesar de serem uma comunidade que se mantinha à parte, *uma comunidade dentro de outra comunidade*. Para isso muito contribuiu o seu papel fundamental no plano económico, para a sobrevivência das praças portuguesas na costa magrebina, mas também nas trocas comerciais e nas relações diplomáticas que se foram traçando entre os dois lados do Estreito de Gibraltar.

Citando José Alberto da Silva Tavim: “Cinco décadas antes da independência (do Brasil), algumas centenas de cristãos novos foram trazidos do Marrocos (Mazagão) por iniciativa do então ministro do Rei D. José de Portugal, o famoso Marquês de Pombal para colonizar o Pará.”³ Está documentado que por volta de 1772 (três anos após a evacuação forçada de Mazagão) cristãos novos, judeus convertidos, vindos da última praça portuguesa foram enviados para o Brasil. Desta forma poder-se-á dizer que à época do abandono de Mazagão existiriam judeus na última praça portuguesa.

Ao observar as características do Mellah em Marrocos verifica-se que este tem uma organização em espinha, organizando-se a partir de uma rua principal, dedicada ao comércio que é o espaço mais importante do bairro. As zonas comerciais, bem como as residenciais são as mais salvaguardadas. Estes bairros situam-se dentro de muros, com portas para controlar entradas e saídas, tanto para protecção dos seus habitantes, como para controlo da população judaica por parte dos governantes. Nas cidades os bairros judaicos situavam-se, geralmente, nas imediações do palácio real ou do palácio do governador para receberem a sua protecção.

Em Mazagão o bairro Sudeste está situado em frente ao Palácio do Governador, do outro lado da praça principal. Ao analisar este quadrante, a nível urbanístico e arquitectónico, não se pode deixar de estabelecer um paralelismo entre a estrutura deste sector e a estrutura do Mellah. O carácter encerrado deste quarteirão face à restante praça pode até sugerir um encerramento entre muros.

Não existindo documentos históricos que corroborem este estudo, não se pode ficar indiferente aos paralelismos encontrados.

Apesar de ser uma obra de síntese dos conceitos de fortificação militar (espaço experimental) da época, Mazagão nunca conseguiu ser a cidade ideal que pretendia devido a várias condicionantes, às suas pré-existências e às tradições construtivas tardo-medievais portuguesas.

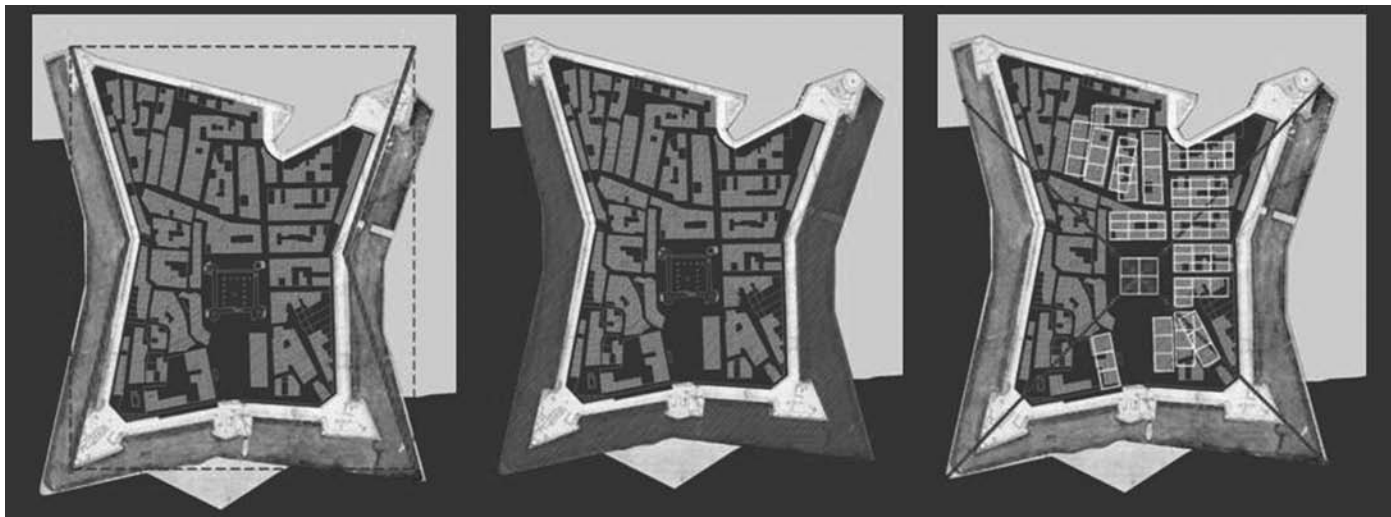
Após vários anos de abandono, Mazagão está novamente ocupada (por árabes), e contudo verifica-se que as principais marcas portuguesas ainda subsistem apesar das constantes mutações a que ainda hoje está sujeita.

² James Nelson NÓVOA, “A imagem do judeu no Auto da Ressurreição no Cancioneiro de Francisco Costa (1583)”, in *Península, Revista de Estudos Ibéricos* 4 (2007), pp. 105-129.

³ José Alberto da Silva TAVIM “Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XVI e XVII – Páginas de controvérsias e entendimentos”, in *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas* 17-18 (2004).

Bibliografia

- ACÇÃO PILOTO DE COOPERACÇÃO – *Mazagão – Património edificado de origem portuguesa*, Feder.
- AMARAL, Augusto Ferreira e ALBUQUERQUE, Luís, *História de Mazagão*, Lisboa, Alfa, 1989.
- CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do Século XVI*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à FAUP, Porto, 2006.
- MATOS, J. Semedo, “Cidade Portuguesa de Mazagão. Património Mundial em 2004”, in *Revista da Armada*, 381, Dezembro (2004), pp. 17-21.
- MATOS, J. Semedo, “A marinha de D. João III; as praças do norte de África”, in *Revista da Armada*, 390 Set.-Outubro (2005) p. 17.
- MOREIRA, Rafael, *A Construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR/CPML, 2001.
- NÓVOA, James Nelson, “A imagem do judeu no Auto da Resurreição no Cancioneiro de Francisco Costa (1583)”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 4 (2007), pp. 105-129.
- TAVIM, José Alberto da Silva, “Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XVI e XVII – Páginas de controvérsias e entendimentos”, in *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 17-18 (2004).
- TAVIM, José Alberto da Silva, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos Durante o Século XVI*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1997.



Rectângulo distorcido em losango apontado

Fosso que isola a praça

Castelo Manuelino como geratriz organizadora e centro geométrico da composição



Possível linha de costa original

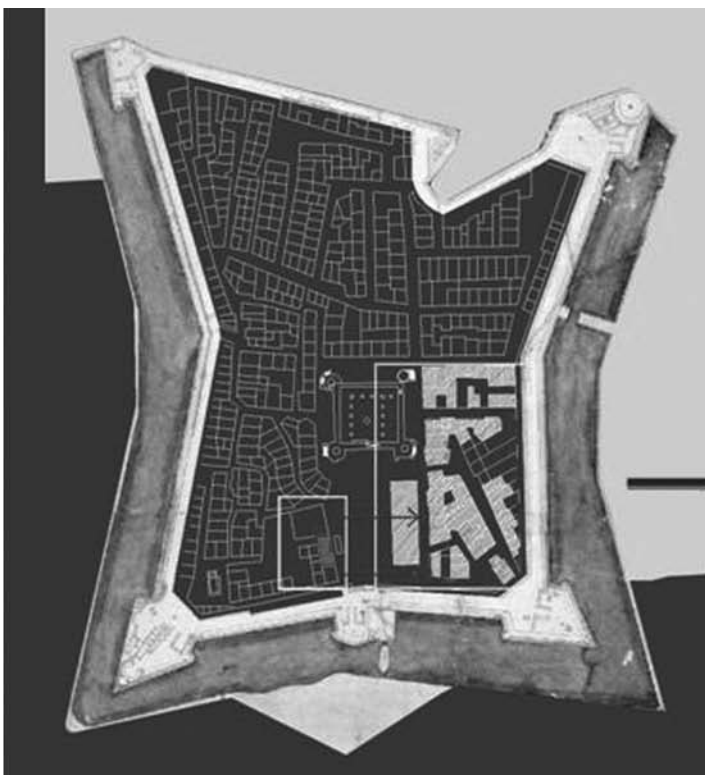
Localização da rua direita face à possível linha de costa



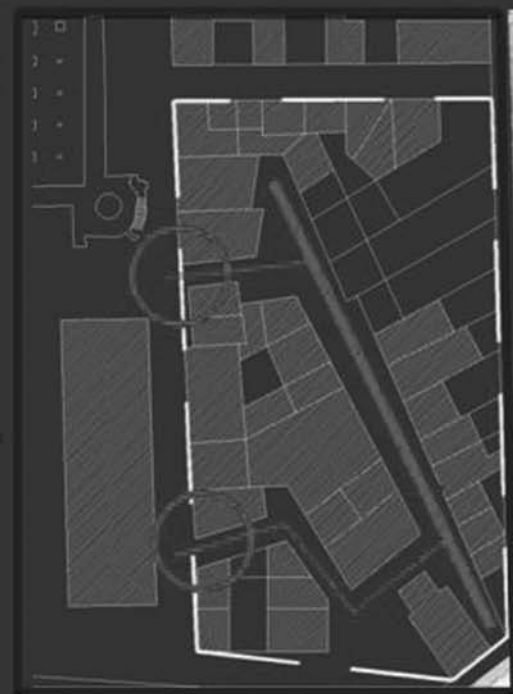
Planta Rabat-Salé



Composição de Mellah de Rabat



Localização e do Palácio do Governador/Mellah



Esquema funcional do Mellah

Mazagão, de Marrocos à América

MAZAGÃO NO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO

PAULO DRUMOND BRAGA

Como praticamente todos os espaços ultramarinos sob a alçada da Coroa portuguesa, Mazagão¹ estava sob a jurisdição do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa². Pouco se sabe sobre a respectiva actividade nesta praça forte norte-africana³. É essa lacuna que a presente comunicação pretende colmatar.

1. Entre 1545 e 1727, a Inquisição processou ou teve conhecimento de 17 pessoas moradoras em Mazagão, oito acusadas de islamismo (havendo que distinguir aqui cinco renegados e três mouriscos), quatro de bigamia, dois de magia, um de judaísmo, um de sodomia e um outro de maus comportamentos enquanto sacerdote⁴.

Comece-se pelos casos de islamismo e, dentro destes, pelos renegados⁵. Tratavam-se de Gaspar da Nóbrega (1566)⁶, Gaspar Fernandes Preto (1604)⁷, Sebastião Gonçalves (1635)⁸, António (1653)⁹ e André (1654)¹⁰. Estes homens têm quase todas histórias idênticas: estantes em Mazagão, fugiram por motivos diversos para território islâmico, por exemplo Azamor. Gaspar da Nóbrega desentendeu-se com o capitão de Mazagão e escolheu o caminho do Islão¹¹. Gaspar Fernandes Preto fugiu para Azamor “por o peccado o atentar”¹². Quanto a António

¹ Sobre esta praça-forte, cfr., sobretudo, António Dias FARINHA, *História de Mazagão durante o Período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; Rafael MOREIRA, *A Construção de Mazagão. Cartas Inéditas (1541-1542)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 2001; Augusto Ferreira do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

² Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, [Lisboa], Temas & Debates, 1996, p. 46.

³ O velho artigo de Pedro de AZEVEDO, “A Inquisição em Mazagão em 1607 e 1609”, in *Revista de História*, 18, Abril-Junho de 1916, pp. 182-185 (continuado no n.º 19, Julho-Setembro de 1916, pp. 282-284 e no n.º 20, Outubro-Dezembro de 1916, pp. 327-337), não se refere, em rigor, ao tema indicado no título. É antes a transcrição de parte de uma fonte que existe na Torre do Tombo, catalogado como processo da Inquisição de Lisboa, mas que não passa de um conjunto de documentos de tipos muito diversos, por exemplos actas de visitas episcopais, referentes a assuntos tão díspares como judeus que se deslocavam a Mazagão e comportamentos de alguns dos habitantes da vila.

⁴ Tenho consciência de que existem mais processos da Inquisição de Lisboa sobre moradores em Mazagão, mas, por motivos de diversa ordem (mau estado de conservação, digitalização em curso, etc.), não me foi possível consultá-los. Um deles foi referido por Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos...*, p. 174. Trata-se de Rafael de Oliva, almoxarife da vila, acusado de sodomia em 1587. Infelizmente, o brevíssimo tratamento que o referido autor deu ao caso não me permite incluí-lo no meu artigo.

⁵ Veja-se, por todos, Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Entre a Cristandade e o Islão (Séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. Entre alguma bibliografia estrangeira entretanto publicada, cite-se Peter Lambord WILSON, *Pirate Utopias. Moorish Corsairs and European Renegades*, 2.ª edição, revista, Nova Iorque, Autonomedia, 2003; *La Liberazione dei ‘Captivi’ tra Cristianità e Islam. Oltre la Crociata e il Gihad: Tolleranza e Servizio Umanitario*, direcção de Giulio Cipollone, Vaticano, Archivo Segreto Vaticano, 2000; Robert C. DAVIS, *Christian Slaves, Muslim Masters. White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast and Italy. 1500-1800*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2003; José António Martínez TORRES, *Prisioneros de los Infieles. Vida y Rescate de los Cautivos Cristianos en el Mediterráneo Musulmán (siglos XVI-XVII)*, Barcelona, Bellaterra, 2004.

⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4836.

⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1472.

¹⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1473.

¹¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

¹² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

e André, escravos indianos, um deles “vendo se mal tratado” pelo dono, passou a Azamor, o outro, “por ter paixões com seu amo” fugiu igualmente¹³. Embora as fugas se tenham feito rumo a Azamor, vila onde permaneceram Gaspar da Nóbrega¹⁴, Gaspar Fernandes Preto¹⁵ e António¹⁶, já André passou depois à cidade de Marrocos, ou seja, Marraquexe¹⁷. A exceção a este quadro é dada por Sebastião Gonçalves, que foi feito cativo quando, por ordem do capitão de Mazagão, estava a “uigiar o campo”. Viveu em Azamor e depois em Marraquexe¹⁸.

A conversão à religião islâmica surgia quase sempre por algum tipo de receio ou de desejo. Gaspar da Nóbrega viu-se preso durante 10 meses¹⁹. Sebastião Gonçalves foi ameaçado de morte pelo rei de Marrocos se não renegasse²⁰. António confessou que “poderia conseguir sua liberdade”²¹. André converteu-se para escapar à morte, uma vez que se viu condenado por ter agredido um muçulmano²².

Sabe-se algo sobre a vivência da religião muçulmana por parte destes homens: adoptaram nomes árabes – temos, como exemplos, Abdala, Ali e Ahmed –, foram circuncidados e usaram roupa de mouro. Gaspar Fernandes Preto também se banhou algumas vezes no rio, como o faziam os muçulmanos²³. Sebastião Gonçalves ia aos banhos mas apenas “por sua limpeza”²⁴. Por seu lado, um dos indianos, André, casou com uma moura e teve um filho²⁵. Um outro, Gaspar da Nóbrega, refere que durante o Ramadão, “se ajuntauão seis ou sete elches e fechauão as portas e comião”²⁶.

Todos fugiram de novo para Mazagão, onde os mandaram comparecer perante a Inquisição de Lisboa. Os processos de Gaspar da Nóbrega²⁷ e de Gaspar Fernandes Preto²⁸ não concluem, mas os dos demais traduziram-se por abjuração de leve na Mesa do Tribunal e instrução nas verdades da fé²⁹.

Ainda dentro do islamismo, vejamos agora os três mouriscos³⁰, António Gonçalves (1608)³¹, João (1608)³² e Francisco Pires da Costa (1661)³³. O primeiro e o terceiro, naturais de Azamor, eram muçulmanos quando os Portugueses os apanharam em almogaverias³⁴, escravizaram, levaram a Mazagão e baptizaram. Fugiram ambos de regresso a Azamor, por conflitos com os respectivos proprietários, abraçando de novo o islamismo³⁵. Quanto a João, igualmente muçulmano, era negro, tendo sido vendido pela primeira vez aos 10 anos, a um clérigo de Mazagão que o baptizou e doutrinou. Foi depois escravo de um mercador e era-o da viúva deste quando fugiu para Azamor, em busca da liberdade perdida³⁶. A vivência do islamismo destes três homens foi superficial: António

¹³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1473.

¹⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

¹⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

¹⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1472.

¹⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1473.

¹⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4836.

¹⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

²⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4836.

²¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1472.

²² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1473.

²³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

²⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4836.

²⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1473.

²⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

²⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

²⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

²⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 1472, 1473 e 4836. A abjuração de leve era a renúncia aos delitos por parte de quem tinha apenas indícios leves ou então quando se tratavam de delitos pouco graves. Cf. Elias LIPINER, *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*, Lisboa, Contexto, 1998, p. 12.

³⁰ Sobre os mouriscos e a Inquisição portuguesa, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Mouriscos e Cristãos no Portugal Quinhentista. Duas Culturas e duas Concepções Religiosas em Choque*, Lisboa, Hugin, 1999.

³¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 281.

³² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 6675.

³³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2964.

³⁴ Cf., sobre a matéria, Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “As almogaverias durante o reinado de D. João III, vistas através das cartas de privilégio”, in *Mare Liberum* 6 (1993), pp. 83-88.

³⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 281 e 2964.

³⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 6675.

Gonçalves apenas esteve em Azamor um mês e um dia, não tendo feito cerimónias e nem sequer se passou a vestir como mouro³⁷. João permaneceu três meses, e, entre outras coisas, entrava nas mesquitas, mas apenas “para uer como erão feitas”³⁸. Entretanto, em relação a Francisco Pires da Costa, sabe-se que praticou quase todas as cerimónias islâmicas³⁹. O regresso dos três a Mazagão é um pouco enigmático e aparentemente injustificável. Aliás, um deles, Francisco Pires da Costa, confessou que receava ser queimado pelos cristãos se regressasse a Mazagão, mas foi esclarecido por um religioso que tal não iria acontecer⁴⁰. Tal como em relação aos renegados, em Mazagão mandaram-nos comparecer perante a Inquisição de Lisboa, que os fez abjurar de leve na Mesa do Tribunal e ser instruídos nas verdades da fé⁴¹.

Quatro foram os moradores em Mazagão processados por bigamia. Pedro Jerónimo (1652)⁴², Manuel João (1652)⁴³, Páscoa Rodrigues ou da Silva (1652)⁴⁴ e Manuel de Sousa Barbosa (1728)⁴⁵. A situação é a habitual: um primeiro casamento, um afastamento do cônjuge e um segundo casamento⁴⁶. Pedro Jerónimo desposou em Ponta Delgada, de onde era natural, Maria de Sousa, da qual teve quatro filhos⁴⁷. Em Mazagão, desposou Isabel de Almeida, já tendo um filho. Embora a Inquisição o tenha mandado prender, ignora-se o que lhe aconteceu, uma vez que o processo não conclui⁴⁸. Quanto a Manuel João, era natural de Viseu, cidade onde casara a primeira vez, tendo dois filhos. Em Mazagão, para onde viera degredado, casou segunda vez, tendo três filhos desse enlace⁴⁹. Páscoa Rodrigues da Silva casara a primeira vez na Chamusca com um homem com quem começara por ter “ilícita amizade”, indo com ele para Mazagão. Foi presa quando chegou a Lisboa, atrás do segundo marido, mas, tal como no caso de Pedro Jerónimo, o processo não conclui⁵⁰. Finalmente, Manuel de Sousa Barbosa, que casou sucessivamente com Maria de Almeida e Leonor Lopes, esta em Mekhnés, onde ambos estavam cativos⁵¹.

São interessantes os argumentos utilizados pelos bigamos. Manuel João referiu aos inquisidores “lhe pareceo que [a primeira mulher] poderia ser morta e por tambem padecer aly muitas necessidades consentio em casar com a ditta Beatriz da Cunha per que seus parentes della puserão em fama que elle Reo olhaua para ella e que portanto a recebeo por não ficar infamada, e elle Reo temendo que lhe farião algum mal por ser estrangeiro se casou”⁵². Já Páscoa Rodrigues da Silva invocou que cuidara que o primeiro marido morrera, casando segunda vez “para se remediar”⁵³. Manuel de Sousa Barbosa argumentou que casou com Leonor Lopes “para ver se assim a Livrava dos incommodos que padecem naquella escrauidam as mulheres que nam sam cazadas”⁵⁴.

Quanto às penas, Manuel João abjurou de leve na Mesa da Inquisição e foi condenado a instrução nas verdades da fé⁵⁵. Manuel de Sousa Barbosa teve menos sorte. Embora tenha feito a mesma abjuração, foi condenado a açoites e a cinco anos de galés⁵⁶.

³⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 281.

³⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 6675.

³⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2964.

⁴⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2964.

⁴¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 281, 2964 e 6675.

⁴² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 7362.

⁴³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁴⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4110.

⁴⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11328.

⁴⁶ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *A Bigamia em Portugal na Época Moderna. Sentir Mal do Sacramento do Matrimónio?*, Lisboa, Hugin, 2003.

⁴⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 7362.

⁴⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁴⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁵⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4110.

⁵¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11328.

⁵² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁵³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4110.

⁵⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11328.

⁵⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁵⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11328. Sobre a pena em causa, cfr. Paulo Drumond BRAGA, “Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*, vol. I, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 187-200.

Duas pessoas foram processadas por magia⁵⁷. Francisca da Costa, em 1647⁵⁸, e Diogo Lopes Pereira, em 1716⁵⁹. A primeira, natural e moradora em Mazagão, beata da Ordem Terceira de São Francisco, dizia ter visões de anjos e de santos. Declarou perante os inquisidores que fingia “para lhe darem credito os padres da companhia [de Jesus] que la estauão e ho capitão e por ser tida em comta de santa e fauorecida e alomiada por nossa senhora”. Abjurou em forma no auto da fé⁶⁰ e foi condenada a dez anos de degredo para o Brasil⁶¹. Quanto a Diogo Lopes Pereira, preto, forro, natural da ilha do Fogo, foi, entre outras coisas, acusado do seguinte: “dando se lhe com uma faca com toda a força sem ficar ferido, de usar remédios sortilégios pera o fim de não ser ferido e ter pacto com o demonio”. Abjurou de leve no auto da fé e foi condenado a três anos de degredo para o bispado de Miranda⁶².

A Inquisição teve ainda conhecimento de três outros casos envolvendo moradores em Mazagão. Só um deles deu origem a processo. Tratou-se de Diogo Pinto, mercador, cristão-novo, processado em 1564. Foi acusado de várias práticas judaicas, como a guarda dos sábados e vários jejuns (thanis, quipur e Páscoa do pão ázimo). Abjurou em forma, sendo-lhe impostas somente penitências espirituais⁶³.

Não deram origem a processos os casos de António Vaz e de Domingos Gonçalves Pinto. O primeiro, espingardeiro, foi acusado de *molícies*, em 1593. Por *molícies* designavam os inquisidores e tratadistas da época um conjunto de práticas sexuais como a masturbação, a fricção e a *fellatio*, bem como o *conatus*, ou seja, a tentativa gorada de penetração anal. Concretamente, António Vaz teria tentado violar um mulato de sete anos de idade, em “hũ bequo escuzo” junto à cisterna de Mazagão⁶⁴. A serem verdadeiros os testemunhos, não o conseguira, mas ejaculou entre as pernas do pequeno Domingos. Era, pois, uma situação clara de *conatus*. O caso foi averiguado pela autoridade eclesiástica local e decidiu-se pelo envio do acusado à Inquisição, mas António Vaz permaneceu detido durante três anos, sendo sustentado pela Misericórdia⁶⁵. De Lisboa, o Santo Ofício despachou, em 1596, que era “muito defeituosa” a prova de *molícies*, mandando que fosse solto⁶⁶. Na verdade, dentro do chamado pecado nefando, à Inquisição interessava única e exclusivamente uma das suas vertentes, a sodomia perfeita, ou seja, a cópula anal entre homens⁶⁷.

Quanto a Domingos Gonçalves Pinto, pároco de Mazagão, que tinha parte de cristão-novo, dizia-se que celebrou várias vezes a missa com vinagre em vez de vinho, autorizando outros sacerdotes a fazerem o mesmo; recusava-se a baptizar os muçulmanos, “dizendo que he melhor que sejam mouros para os amos não perderem o seu

⁵⁷ A bibliografia portuguesa sobre a matéria é já substancial. Citem-se como melhores trabalhos os seguintes: Francisco BETHENCOURT, *O Imaginário da Magia. Feiticeiras, Saludadores e Nigromantes no Século XVI*, Lisboa, Projecto Universidade Aberta, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1987; José Pedro PAIVA, *Práticas e Crenças Mágicas. O Medo e a Necessidade dos Mágicos na Diocese de Coimbra (1650-1740)*, Coimbra, Minerva, 1992; Idem, *Bruxaria e Superstição num País sem “Caça às Bruxas”, 1600-1774*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

⁵⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11358.

⁵⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10695.

⁶⁰ A abjuração em forma era reservada para o penitente que, tendo sido declarado herege, confessava plenamente o seu delito. Cf. Elias LIPINER, *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição...*, pp. 11-12.

⁶¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11358. Sobre o degredo para o Brasil, cf. Maria Beatriz Nizza da SILVA, “Sociedade, instituições e cultura”, in *O Império Luso-Brasileiro. 1500-1620*, coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva e de Harold Johnson (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. VI), Lisboa, Estampa, 1992, pp. 316-320; Timothy J. COATES, *Degredados e Órfãos: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português. 1550-1755*, tradução, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 137-147; Geraldo PIERONI, *Os Excluídos do Reino. A Inquisição Portuguesa e o Degredo para o Brasil Colônia*, Brasília, Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado; Ronaldo VAINFAS, “Degredo”, in *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, direcção de Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, pp. 180-181.

⁶² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10695.

⁶³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3277. O judaísmo foi sempre o delito mais significativo na Inquisição portuguesa. Cf. Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições...*, pp. 278-279, para além de numerosa bibliografia específica, como por exemplo os estudos de Maria José Pimenta Ferro Tavares, Elvira Cunha de Azevedo Mea e Maria do Carmo Teixeira Pinto.

⁶⁴ Sobre esta, cf. António Dias FARINHA, *História de Mazagão durante o Período Filipino...*, pp. 46-47.

⁶⁵ Sobre a Misericórdia de Mazagão, esta, cf. António Dias FARINHA, *História de Mazagão durante o Período Filipino...*, pp. 70-71; Augusto Ferreira do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos...*, p. 17.

⁶⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 13383.

⁶⁷ Para além do clássico de Arlindo Camilo Monteiro, *Il Pecato Nefando in Portogallo ed il Tribunale dell' Inquisizione*, Roma, Casa Editrice Leonardo da Vinci, 1927, foram produzidos nos últimos 20 anos numerosos estudos sobre a Inquisição portuguesa e a homossexualidade, que podem ser consultados em *Pelo Vaso Traseiro. Sodomy and Sodomites in Luso-Brazilian History*, direcção de Harold Johnson e Francis A. Dutra, Tucson (Arizona), Fenestra Books, 2006.

resgate” e finalmente que deixara um confitente comungar sem estar em jejum. O caso, embora do conhecimento da Inquisição, em 1661, não teve seguimento⁶⁸.

2. Quem eram estes moradores em Mazagão? Em termos de distribuição sexual, temos apenas duas mulheres face a 15 homens. Etariamente falando, oscilam entre os 19 e os 50 anos. Apenas um era nascido na vila, concretamente Francisca Costa⁶⁹. Quanto aos demais, temos pessoas cuja origem desconhecemos, a par com naturais de Lisboa⁷⁰, Viseu⁷¹, Ponta Delgada⁷², Amarante⁷³, Torres Novas⁷⁴, termo de Guimarães⁷⁵, termo de Chaves⁷⁶ e termo de Regalados⁷⁷, além de dois mouros de Azamor⁷⁸, dois indianos nascidos em Goa⁷⁹ – um dos quais sabemos ser da casta curumbim ou kunnbi (ou “casta colombi”, como refere a fonte)⁸⁰ – e dois negros, um da ilha do Fogo⁸¹ e outro de origem não especificada, provavelmente da costa da Guiné ou da Mina⁸². Viviam em Mazagão na maior parte dos casos há tempo indeterminado, noutros “vinte e tantos”⁸³, dez⁸⁴ e cinco⁸⁵ anos antes de terem comparecido ante a Inquisição de Lisboa.

Foram diversas as razões que os conduziram a Mazagão: Gaspar da Nóbrega⁸⁶ e Sebastião Gonçalves⁸⁷ foram servir como soldados para a vila, Gaspar Fernandes Preto acompanhara um tio, com apenas 15 anos de idade⁸⁸, Manuel João fora degredado⁸⁹, Páscoa Rodrigues da Silva fora com o segundo marido⁹⁰, o mercador Diogo Pinto⁹¹ e o espingardeiro António Vaz deslocaram-se certamente por razões ligadas às suas actividades profissionais⁹². Em termos das minorias étnicas, os mouros de Azamor foram capturados em almogaverias de mazaganenses, os indianos e um dos negros foram vendidos a pessoas moradoras na vila, situação que deve ter igualmente ocorrido com o da ilha do Fogo, que, sendo forro aquando da prisão, fora antes escravo⁹³.

3. Cumpre analisar agora os casos que a Inquisição de Lisboa igualmente tomou conhecimento, mas cuja relação com Mazagão tem meramente a ver com o facto de vários indivíduos terem ido parar à praça-forte

⁶⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 6832. Outros casos de maus comportamentos do clero mazaganense em Augusto Ferreira do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos...*, pp. 173-174.

⁶⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11358.

⁷⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 13383. Sobre os locais de nascimento dos moradores em Mazagão, cf. Augusto Ferreira do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos...*, pp. 118-123.

⁷¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁷² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 7362.

⁷³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 11328.

⁷⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4110.

⁷⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

⁷⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4836.

⁷⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

⁷⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 281 e 2964.

⁷⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1472 e 1473.

⁸⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1477. Cf., sobre a mesma, Maria de Jesus Mártires LOPES e Paulo Lopes MATOS, “Naturais, reinóis e luso-descendentes: a socialização conseguida”, in *O Império Luso-Oriental. 1660-1820*, coordenação de Maria de Jesus dos Mártires Lopes (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. V, tomo 2), Lisboa, Estampa, 2006, p. 40.

⁸¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10695.

⁸² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 6675.

⁸³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3277.

⁸⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 1473.

⁸⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

⁸⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2986.

⁸⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4836.

⁸⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2953.

⁸⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 305.

⁹⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 4110.

⁹¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3277.

⁹² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 13383.

⁹³ Sobre os escravos em Mazagão, cf. Augusto Ferreira do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos...*, pp. 121-123.

portuguesa. São 17 homens que viveram no mundo islâmico, 14 dos quais renegaram⁹⁴. As datas oscilam entre 1566 e 1769.

Desse conjunto, apenas se encontram quatro Portugueses, a par de sete Espanhóis (um de Sevilha⁹⁵, um de Granada⁹⁶, um de Osuna⁹⁷, um de San Lucar⁹⁸, um de Estepona, bispado de Málaga⁹⁹; um Del Monte, arcebispado de Sevilha¹⁰⁰; um de Cadarso, bispado de Coria¹⁰¹), dois holandeses (de Amesterdão)¹⁰², um flamengo¹⁰³, um francês (da Normandia)¹⁰⁴, um inglês (de Londres)¹⁰⁵ e um maltês¹⁰⁶. Os lusos eram oriundos do Porto¹⁰⁷, do lugar de Seixas (freguesia de Santalha, concelho e termo de Vinhais)¹⁰⁸ e da ilha da Madeira¹⁰⁹, para além de um de local não indicado¹¹⁰.

Uma vez mais, alguns dirigiram-se voluntariamente ao Islão. Foi o caso de Frutuoso Pires que, por volta de 1564, ao ver os panos que trouxera a Lisboa para vender serem confiscados, uma vez que não pagara a respectiva portagem, “com grande paxão e asj fora de sj” tomou o caminho do Norte de África, onde viveu 22 meses¹¹¹. Manuel Gonçalves estava degredado em Ceuta e fugiu, cerca de 1767-1768, porque soube das negociações que estavam a ser levadas a cabo por um embaixador de Espanha que estava em Marrocos, julgando poder ser resgatado¹¹². Salvador Chacon, que se queixava de “maus tratamentos e fomes”, também optou pelo Islão, por volta de 1764¹¹³, o mesmo tendo feito João Martinho, talvez pelos mesmos motivos, atendendo a que o seu processo tem a mesma data do anterior¹¹⁴.

Mas são mais os casos dos que foram feitos cativos. João de la Barrera era forçado das galés, quando fugiu em Gibraltar, mas foi imediatamente apanhado por mouros, que o levaram a Tetuão. Tudo isto se passou à volta de 1591¹¹⁵. Francisco Thezar andava a pescar nas costas da Normandia quando foi preso, cerca de 1639¹¹⁶. Uns dez anos depois, Alonso de Matos, que servia na Mamora, foi capturado “andando fazendo a lenha”¹¹⁷. Em 1677, Martinho Esteves foi apanhado numa viagem entre Málaga e a Catalunha¹¹⁸. Já Lourenço dos Santos e João Francisco cativaram quando seguiam em navios para as Índias de Castela. Joseph Limison ia combater os Turcos numa armada da ilha de Malta e foi capturado pela “armada do gram turco”. Jacome Vandenburg o cativou quando Argelinos o prenderam no Cabo de São Vicente. Estes quatro casos ocorreram algures antes de 1680¹¹⁹. Algures por volta de 1763, João Gonçalves, que estava degredado em Ceuta, foi apanhado enquanto guardava gado¹²⁰.

⁹⁴ Há, de facto, um documento que regista quatro homens que viveram no cativeiro, mas dos quais apenas um renegou. Apresentaram-se em 1680 perante o provisor de Mazagão. Cf. Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2651.

⁹⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9511.

⁹⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999.

⁹⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 5644.

⁹⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10071.

⁹⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10083.

¹⁰⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10077.

¹⁰¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10076.

¹⁰² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2651.

¹⁰³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3032.

¹⁰⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10471.

¹⁰⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2651.

¹⁰⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9840.

¹⁰⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3032.

¹⁰⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10183.

¹⁰⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2651.

¹¹⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 12215.

¹¹¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 12215.

¹¹² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10076.

¹¹³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10083.

¹¹⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 5644.

¹¹⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9511.

¹¹⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10471.

¹¹⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999.

¹¹⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10183.

¹¹⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2651.

¹²⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10077.

O mesmo aconteceu, em 1751, com João Espanha, que tinha ido buscar lenha¹²¹. Miguel Grego ia num navio com trigo de Malta para Cádiz, tendo sido capturado no estreito de Gilbraltar, em 1765¹²².

Os locais onde viveram foram sobretudo Marraquexe¹²³, mas registe-se igualmente Argel¹²⁴, Larache¹²⁵, Arzila¹²⁶, Tetuão¹²⁷, Mekhnés¹²⁸ e Salé¹²⁹. Acrescente-se que Frutuoso Pires viveu em Arzila e Marraquexe¹³⁰, João de la Barrera em Tetuão e Marraquexe¹³¹, João Gonçalves em Marraquexe e Mekhnés¹³².

A conversão à religião islâmica surgia quase sempre por algum tipo de receio ou de desejo. João de la Barrera¹³³, João Francisco¹³⁴, João Gonçalves¹³⁵ e João Espanha¹³⁶ queriam passar a ser melhor tratados. Alonso de Matos¹³⁷, Francisco Thezar¹³⁸, Martinho Esteves¹³⁹ e Miguel Grego¹⁴⁰ referiram que o fizeram para poderem mais facilmente fugir. Os mesmos Alonso de Matos, Francisco Thezar e Martinho Esteves, além de João Martinho¹⁴¹, acrescentaram que viam com dificuldade a hipótese de serem resgatados.

Sabe-se algo sobre a sua vivência da religião muçulmana: quase todos adoperam nomes árabes – Ali, Ahmed, Hassan, Yusuf – foram circuncidados e usaram roupa de mouro. Alonso de Matos ia às mesquitas e aos banhos, jejuava no Ramadão e não ingeria carne de porco¹⁴². João de la Barrera casou-se com mouras, “por ser fraco e peccador”¹⁴³. Salvador Chacon rezava orações “que costumão rezar com as palmas das mãos viradas para o Ceo”¹⁴⁴.

Quanto a outros aspectos da vida destes homens em solo islâmico, refira-se que Alonso de Matos esteve ao serviço do alcaide de Salé, moendo trigo e indo buscar a carne e o peixe para a casa. Quando renegou, passou a usar espada e a servir “o seu senhor de Lacayo”¹⁴⁵. Por seu turno, João Gonçalves¹⁴⁶ e João Espanha¹⁴⁷ trabalhavam nas muralhas de Marraquexe.

Todos foram ter a Mazagão, fugindo dos locais onde se encontravam. Curiosos são os casos que chegaram à Inquisição em 1769: seis renegados que tinham vindo como soldados ao serviço do rei de Marrocos, quando este colocou cerco a Mazagão, aproveitaram essa oportunidade para fugir para a praça-forte portuguesa. Acabaram por ser evacuados para Lisboa, quando D. José I ordenou o abandono de Mazagão¹⁴⁸.

¹²¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10071.

¹²² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9840.

¹²³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 9511, 10071, 10077, 10083, 10471, 12215.

¹²⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 2651 e 10183.

¹²⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 5644 e 9840.

¹²⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 12215.

¹²⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10076.

¹²⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10077.

¹²⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999.

¹³⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 12215.

¹³¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9511.

¹³² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10077.

¹³³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9511.

¹³⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 2651.

¹³⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10077.

¹³⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10071.

¹³⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999.

¹³⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10471.

¹³⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10183.

¹⁴⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9840.

¹⁴¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 5644.

¹⁴² Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999.

¹⁴³ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 9511.

¹⁴⁴ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10083.

¹⁴⁵ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999.

¹⁴⁶ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10077.

¹⁴⁷ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 10071.

¹⁴⁸ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, procs. 5644, 9840, 10071, 10076, 10077, 10083. Sobre o cerco a Mazagão em 1769, posterior abandono da praça-forte e transferência da respectiva população para o Brasil, cf. Ramón Lourido DIAZ, *Marruecos y el Mundo Exterior en la segunda mitad del Siglo XVIII. Relaciones Politico-Comerciales del Sultan Sidi Muhammad Ben Allah (1757-1790) con el Exterior*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 1989, pp. 185-203; Augusto Ferreira do AMARAL, *Mazagão. A Epopeia Portuguesa em Marrocos...*, pp. 409-412; Laurent

Destes 17 homens nem todos compareceram perante o Santo Ofício. De facto, o tribunal considerou suficiente a reconciliação que Frutuoso Pires fez em 1566 perante o vigário da vara de Mazagão¹⁴⁹. O mesmo deve ter acontecido com Thomas de Humbele e João Rodrigues, que se reconciliaram em 1613¹⁵⁰. Quanto aos que compareceram perante os inquisidores de Lisboa, as penas foram as habitualmente reservadas para os renegados: abjuração de leve e instrução nas verdades da fé¹⁵¹.

4. Que Mazagão nos surge aqui retratada? Sobretudo como uma vila de trânsito constante: de e para Lisboa, por um lado, entre a Cristandade e o Islão, por outro. É uma praça forte para onde se foge mas de onde se foge também. É uma terra de cativos e de renegados, onde vivem e convivem cristãos-velhos, cristãos-novos de judeus, mouriscos, muçulmanos e negros¹⁵². Talvez se possa falar, como outros autores já fizeram, de uma maior tolerância religiosa em Mazagão, que também ocorria noutras praças fortes portuguesas do Norte de África¹⁵³.

No conjunto dos casos inquiridos pelo tribunal do Santo Ofício, verifica-se alguma especificidade de Mazagão, quando observamos o peso quase esmagador assumido pelo islamismo. No mais, bigamia, magia, judaísmo e sodomia não diferem substancialmente do que se passava no reino e noutros espaços sob a alçada da Coroa portuguesa.

Em todas essas situações, a Inquisição agiu com a habitual argúcia e com o costumeiro rigor, escolhendo apenas o que lhe interessava e afastando os casos que não lhe pareciam ter consistência. Cumpriu, afinal, o regimento em vigor. Se exceptuarmos os três casos de degredo, impôs penas leves aos prevaricadores. De facto, muito mais do que punir, a Inquisição procurava reintegrar, reconduzindo ao rebanho as ovelhas tresmalhadas. Se tal era visível em praticamente todos os delitos, era-o muito mais no de islamismo, sobretudo no que tocava aos renegados.

VIDAL, *Mazagão. La Ville qui Traversá l'Atlantique. Du Maroc à l'Amazonie (1769-1783)*, [Paris], Aubier, 2005; José Manuel Azevedo e SILVA, *Mazagão. Uma Cidade Luso-Marroquina deportada para a Amazônia. Estudo e Publicação de Fontes*, Viseu, Palimage, Coimbra, Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.

¹⁴⁹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 12215.

¹⁵⁰ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3032.

¹⁵¹ Lisboa, ANTT, Inquisição de Lisboa, proc. 3999, 5644, 9511, 9840, 10071, 10076, 10077, 10083, 10471 e 10183.

¹⁵² A este respeito, cf. António Dias FARINHA, *História de Mazagão durante o Período Filipino...*, pp. 71-80.

¹⁵³ Pedro de AZEVEDO, "A Inquisição em Ceuta e Tânger no princípio do século XVII", in *Boletim da Segunda Classe*, vol. XI, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916-1917, pp. 398-471; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 1998, pp. 156-157; José Alberto Rodrigues da Silva TAVIM, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos durante o Século XVI. Origens e Actividades duma Comunidade*, Braga, APACDM Distrital de Braga, 1997.

O TERRAMOTO DE 1755 EM MAZAGÃO

AUGUSTO FERREIRA DO AMARAL *

1. Introdução

O terramoto de 1 de Novembro de 1755, em Lisboa, começou pouco depois das nove horas e meia. Durou vários minutos, provocando uma violenta ondulação e outros movimentos que se revelaram demolidores. Logo ao segundo minuto começaram a ruir edifícios. A destruição final, aliada à produzida pela maremoto que algum tempo depois levou os seus efeitos à zona ribeirinha da cidade e à decorrente dos grandes incêndios que deflagraram em consequência do sismo, foi enorme, a tal ponto que é considerado o maior terramoto de que há notícia circunstanciada na Europa, tendo atingido grau de intensidade dos mais elevados.

O sismo fez-se sentir também com grande magnitude em Mazagão. E o mesmo aconteceu com o *tsunami* que se lhe seguiu. É sobre as incidências destes na fortaleza e na área próxima, que versa a comunicação.

2. Fontes

Não tenho conhecimento de que subsista qualquer relato manuscrito feito por testemunha presencial do sismo em Mazagão, nem mesmo relato oficial.

Existem, sim, três textos publicados já no ano de 1756 contendo informação recolhida no local: uma *Relação do grande terremoto que houve na Praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755*, uma notícia publicada na *Gazeta de Lisboa*, e uma *Notícia do grande assalto, e batalha, que os Mouros deraõ a Praça de Mazagam em o mez de Junho do presente anno de 1756*, que resume no essencial o referido relato da *Gazeta de Lisboa*.

Além dessas informações, razoavelmente pormenorizadas, acham-se também algumas curtas alusões dispersas, que pouco ou nada acrescentam sobre o facto e as suas consequências naquela praça.

Por seu turno entre a variada documentação constante dos arquivos portugueses relativa aos serviços dos que lá militavam, quase nada encontrei, nos conteúdos biográficos, que pudesse aproveitar para a reconstituição da calamidade em Mazagão. Seguras são só as menções relativas a dois dos três mazaganistas que foram arrebatados pelas águas no *tsunami* e ao comportamento, na ocasião, de dois filhos do Governador que lá serviam, beneficiados com a menção especial decerto pela circunstância de terem constado de informação prestada pelo pai quando trataram de requerer a remuneração de tais serviços.

Mesmo assim, apesar de escassa a documentação do fenómeno na dita praça, parece útil o uso da informação que fornecem, não só pela sua fiabilidade, como também pelo retrato vivo que apresentam do acontecimento em geral e de vários pormenores interessantes que o rodearam.

* Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História e Grande-Oficial da Ordem Alaouita.

3. Descrição dos fenómenos

O dia 1 de Novembro amanheceu sereno e aprazível em Mazagão. Tinha havido um combate na véspera entre portugueses e marroquinos, mas naquela manhã não estava iminente qualquer confronto. Não obstante, o pessoal da guarnição portuguesa preparara as suas rotinas diárias, que envolveriam certamente a colocação de atalaias nos postos respectivos e a saída de alguns homens de armas para protecção do gado que iria pastar nas imediações da praça.

Era dia santo de guarda, pelo que se achava nas várias igrejas da praça muita gente para ouvir missa ou para se confessarem.

Pelas nove horas e trinta minutos começou a sentir-se um pequeno movimento na terra. O movimento foi aumentando e acabou por durar mais de seis minutos, ou mesmo, segundo uma versão, perto de um quarto de hora. Imediatamente identificado como um abalo sísmico, foi de tal ordem forte que desencadeou uma confusão generalizada. Uns moradores fugiam para as Igrejas, outros gritavam que delas se retirassem. Havia quem chorasse, impressionado. Viam-se mães aflitas, abraçando os filhos pequenos para protegê-los, enquanto alguns maridos permaneciam imobilizados de temor. A própria gente de guerra, perdendo momentaneamente o tino, quase desguarneceu postos de obrigação.

Quando parou o tremor de terra, todos foram ver os estragos produzidos. Na generalidade, as casas tinham sofrido danos e estavam arruinadas. Havia pessoas feridas, embora, ao que parece, sem grande gravidade. E mobilizaram-se os moradores para porem tudo em segurança, tendo as autoridades dado as ordens mais importantes. Parece provado que o Governador José Leite de Sousa, acudiu a todas as partes com grande zelo e diligência.

Um pouco antes das onze horas sentiu-se uma réplica, embora menos violenta que o abalo inicial.

Subitamente, a uma hora que não é possível precisar, formou-se no mar uma enorme e furiosa maré que, subindo as rochas e arrombando as portas entrou no terreiro inundando a praça e deixando, quando retirou, muitos peixes lá dentro.

Neste *tsunami*, em alguns pontos do território marroquino a água chegou a 4 léguas, ou seja cerca de 20 km, da costa.

Durou a fúria do mar até as duas horas. E deixou vítimas em Mazagão.

O alcaide-mor, Francisco de Azevedo Coutinho Teles de Loureiro, cavaleiro-fidalgo então com 25 anos, querendo acudir a uma embarcação que naufragara, foi arrebatado pelas ondas. Mas o mar tornou a trazê-lo metendo-o dentro da praça vivo, por um postigo. Administraram-lhe logo os sacramentos. Porém ao fim de oito dias, depois de haver vomitado areia, búzios, conchinhas e sangue pisado, melhorou. Ficando mesmo assim com a moléstia de deitar sangue pela boca, por ter lutado muito com o mar, pelo que passou por algum tempo com licença a Lisboa, a curar-se. Mais tarde regressou à praça e em 1778 ainda vivia, no Pará, Brasil.

A mesma sorte não tiveram outros dois moradores. Um deles foi o cavaleiro-fidalgo Francisco da Cunha Pedroso que, quando se deu o terramoto, se encontrava fora da praça, no cais (ou “couraça”, como ali se chamava ao muro exterior à fortaleza e ao fosso, paralelo ao muro que ligava os baluartes de leste e de sul). O mar acometeu e levou-o, acabando ali os seus dias.

Sabe-se também que dois filhos do Governador, que então serviam em Mazagão, se comportaram à altura. O mais velho, Fernando Pereira Leite de Sousa, fazia na ocasião a guarda da porta. Pois, não obstante chegar a dar-lhe a água pela cintura, não se retirou do posto em que estava. O outro, José Vicente Leite de Sousa, veio a proceder também por forma exemplar. Tinham ficado arruinados os valos que serviam de trincheiras e defesa fora da praça, por causa do terramoto e da inundação de águas, de tal forma que era urgente repará-los em rigorosas faxinas. José Vicente tomou voluntariamente parte nestas, exercitando as obrigações do mais humilde soldado e mostrando como se empregava sem distinção em tudo o que era mandado e pertencia às obrigações militares.

Quanto à *Berberia* mais próxima de Mazagão, são escassas as menções das fontes referidas. Lê-se nelas que «igual damno, ou para dizer a verdade mayor experimentaraõ os Mouros». Parece, assim, que as regiões marroquinas vizinhas da praça, mormente as vilas e aldeias, sofreram com o sismo e o *tsunami* efeitos danosos não menores do que os que ocorreram na fortaleza.

É mesmo dito numa das mencionadas *Relações* que aí «chegou o mar a inundar quatro legoas». Decerto tal terá acontecido em locais da costa em que esta tem extensas zonas planas e de baixa altitude.

4. Confronto com outros relatos

O modo como o sismo foi sentido e o tempo que a terra tremeu nas zonas mais afectadas do território do continente português terá sido muito semelhante ao relatado em Mazagão: começo do abalo pouco depois das nove horas e meia, cerca de sete minutos de fortes sacudidelas, divididas em três partes intervaladas apenas por duas interrupções de curtos segundo, e uma primeira réplica pelas 11 horas.

Uma fonte relativa à praça norte-africana fala numa duração do terramoto de 15 minutos. Mas a medição não foi certamente exacta, além do que às pessoas que presenciavam um fonómneo destes, pareceria decerto uma eternidade. E também relatos do fenómeno em Lisboa aludem a durações superiores a 7 minutos. Não é de crer, por isso, que na realidade, o sismo haja durado mais num local do que noutro.

Já quanto ao *tsunami* parecem ter-se registado algumas diferenças conforme a localização da zona afectada.

Em Ceuta, segundo as notícias, o mar subiu apenas 7 pés, ou seja menos de 2,5 metros durante um quarto de hora.

Porém em Mazagão teve ter atingido muito maior altura, pois embora os relatos apontem para que não haja galgado os muros da fortaleza – quando não teria arrebatado e morto muitos homens que estavam em cima deles – se o filho do Governador estava junto da Porta do Mar com água até a cintura, esta água haveria de ter subido vários metros (e não apenas 2,5) acima do nível normal. Repare-se que o mar penetrou de tal modo na zona dos valos que destruiu grande parte destes. Deve pois ter inundado por completo, durante alguns momentos, todo o terreno adjacente à fortaleza, o que faz supor uma altura da vaga próxima dos 10 metros.

Em Lisboa, o *tsunami* terá penetrado apenas cerca de 250 metros para o interior da cidade e na zona da baixa e da orla ribeirinha, mas tal deve-se à topografia da cidade, que a partir dessa linha se apresenta em geral elevada consideravelmente acima do nível do mar. Não obstante, além de espectaculares deslocações de embarcações surtas no Tejo, causou elevado número de afogamentos, o que induz em concluir que a subida das águas terá sido de vários metros, certamente não muito distante dos 10.

No Algarve, em todas as povoações costeiras foram em geral catastróficos os efeitos do *tsunami*, que assumiu grande magnitude e violência, tendo a movimentação do mar causado grandes destroços. A elevação deste teria atingido cerca de 8 metros em Lagos. E em Albufeira terá entrado mais de cinco quilómetros para o interior.

Fica-se porém sem grande certeza sobre a exacta sequência cronológica do terramoto e do *tsunami* nos vários locais onde assim teve grande impacto. Ao que parece, em Lisboa, a vaga do mar chegou quase hora e meia após o terramoto, ou seja, pelas 11 horas.

Em Puerto de Santa Maria terá chegado um pouco mais cedo, uma hora depois do sismo. E em Safim e Santa Cruz, ainda antes, pois há notícia de o mar se ter alterado desde as 10 horas na manhã, ou seja cerca de meia hora a seguir ao abalo de terra.

Em Mazagão não se apura com exactidão quando o fenómeno começou. Mas é de admitir que tivesse sido quase simultâneo do de Safim. Num e noutro local se sabe, aliás, que o maremoto foi muito forte.

5. Estragos causados

As fontes consultadas por Louis Gentil e Pereira de Sousa levaram-nos a concluir, em síntese, que os seguintes principais efeitos em Mazagão, se reduziram «algumas rachas nos edifícios, sem qualquer vítima. Alarme geral. Um maremoto arrombou as portas da vila que davam para o mar, inundando a grande praça e fazendo 3 vítimas».

Mas não parece tão limitado o destroço.

Houve vários feridos ligeiros, cuja cura não há menção de ter motivado grande movimento adicional no hospital. Somente algumas casas se terão desmoronado. Porém a generalidade delas haviam sido atingidas e ameaçavam total ou parcial ruína («ainda que não caíram se arruinaram»), de tal maneira que os moradores tiveram de tratar imediatamente de pôr as coisas em segurança. O sismo e o maremoto haviam aliás documentadamente provocado a destruição dos valos, que eram construções de pequeno porte que sulcavam o terreno anexo a sul da fortaleza, em área de menos de uma dezena de hectares, pelo que é de admitir que não tivesse sido muito menos considerável a destruição de edifícios de um e dois andares que se erguiam no interior dos muros. É natural que o edifício central quadrangular, por cima da cisterna, que correspondia ao antigo castelo inicial, haja ficado bastante danificado, pois existe menção de que munições foram levadas pelo movimento do mar, e as munições eram guardadas nos baixos desse edifício.

Dos muros e dos respectivos cinco baluartes é que não há notícia de terem sofrido sensivelmente com o abalo, nem com a violenta invasão das águas do mar – o que muito abona sobre a qualidade da sua construção, realizada no fundamental em 1542.

De qualquer modo, os estragos não deverão ter sido tão vastos que tivessem obrigado a um especial socorro de pedreiros idos do Reino, pois não encontrei notícia de que tenha sido deslocada para Mazagão qualquer *task force* para o efeito.

Os efeitos danosos do terramoto e do maremoto em Ceuta e Tetuan não terão sido maiores do que em Mazagão: alarme geral, poucos destroços, algumas paredes rachadas.

Mas o panorama é muito mais trágico em outros locais importantes do território marroquino, conforme os autores citados. Assim:

Tânger. – Abalo ruinoso, maremoto, o mar sobe a grande altura.

Arzila. – Abalo muito violento; edifícios em ruínas; maremoto metendo em cheio no coração da cidade um navio inglês; numerosas vítimas.

Larache et Mamora (Mehdiya). – Mesmos efeitos que em Arzila.

Fez. – Os destroços são enormes: o hospital e a enfermaria católicos ficaram completamente destruídos; o mesmo para a maior parte das casas da cidade. O número de vítimas é considerável.

Mequinez. – Efeitos muito desastrosos. A maior parte dos edifícios, como o convento católico, foram destruídos. O número de vítimas foi considerável. A 40 km da cidade produziram-se fendas, nas quais teriam desaparecido animais, ou mesmo pessoas duma pequena aldeia.

Rabat-Salé. – Efeitos comparáveis aos de Mequinez. Fendas teriam causado a perda duma parte duma caravana que saía da cidade e se dirigia para Marraquexe. Estes fenómenos complicaram-se devido aos efeitos destruidores dum forte maremoto que fez perecer, na foz do Oued-Bou-Regreg, mais de 200 Mouros que passavam o rio.

Safim. – Graves efeitos de destruição, numerosos mortos. Forte maremoto.

Marraquexe. – Fortemente abalada; grande número de habitantes enterrado sob as ruínas.

Santa Cruz (Agadir). – Sofreu tanto como Marraquexe devido a um forte abalo que se complicou na cidade baixa pelos efeitos dum maremoto.

Outras fontes relatam, especificamente, alguns efeitos catastróficos.

Escreveu o padre Manuel Castellanos que os danos em todo o reino de Marrocos e especialmente nas cidades da costa foram incalculáveis, tendo caído enorme quantidade de casas, mesquitas e edifícios públicos. Segundo informação que tinha recebido, em alguns pontos abriu-se a terra em grandes perímetros e engoliu aduaries inteiros, e uma povoação com 5 mil habitante e 6 mil soldados que ali estavam aquartelados, desapareceu com todos os seus moradores. De algumas caravanas que iam no seu caminho, nunca mais se soube. Nos portos não só sofreram as casas e os habitantes as mesmas catastróficas consequências, mas perderam-se por completo as embarcações que havia nas suas águas. E ruíram o hospício e convento de Fez e o hospício e botica de Maquinez, todos mantidos pelos franciscanos.

Revela por outro lado o cronista marroquino Muhammad al-Qadiri que as águas das cisternas se tinham agitado de tal forma que transbordaram para as casas, que fontes tinham mudado de curso e que a água nos rios tinham parado de correr. Em Fez, segundo ele, algumas casas ruíram, mas só tinham morrido duas ou três pessoas. As paredes de lama e de adobe ruíram, e a maior parte das casas vieram a cair, quando as paredes e tectos racharam e ficaram danificados. Mas as pessoas tiveram de proceder à destruição do que tinha sido danificado, temendo que podia cair em cima delas.

Em Salé, segundo fora informado, o mar tinha retirado para uma grande distância e, tendo as pessoas tinham saído para o ver, subitamente, retornou para a costa, transbordou até uma distância de cerca de uma *masafa* [uma jornada] da linha de costa, e todos os que estavam fora da cidade se tinham afogado, perdendo as vidas em número considerável.

Também menciona a notícia de que o terramoto surpreendera uma caravana que ia para Marraquexe, com grande número de homens e animais, todos os quais pereceram. Alude de novo ao mar, que arrebatou todos as canoas e barcos que encontrou ao longo da costa, tendo um barco sido mesmo encontrado mais do que uma *masafa* dentro de terra. Informa ainda que um pequeno monte perto de Sidi Abu Shita', na região Wargha, se tinha dividido em três secções, uma das quais atingiu uma casa, matando os seus ocupantes.

Tinha havido sucessivos tremores, mas estes não foram notados por todos. Cerca de vinte e seis dias passaram, e outro grande terramoto ocorreu, depois da oração '*asha*'; foi muito mais violento do que o primeiro, mas não durou muito tempo e cessou rapidamente, não sem que algumas casas em Fez tivessem caído.

De Maquinez recebera notícias de que a maior parte das casas e palácios tinham ficado destruídos, e o minarete da sua principal *masjid* arrasado até o chão, como o foram muitos das *masjids*, incluindo o da *qaçaba* do Sultão, e de que muitas pessoas haviam morrido nas ruínas – as contadas totalizaram 10 000.

Uma relação espanhola datada de 1756, revela que em Safim e Santa Cruz o sismo causou graves destroços e ruínas nos edifícios e casas, deixando sepultada muita gente; que o dano aumentou com a alteração do mar, que desde as dez até as seis da tarde continuou crescendo impetuosamente e retrocedendo com igual aceleração, deixando a descoberto o fundo dos portos em que estavam ancorados navios e embarcações, submergindo e maltratando muitas delas; que em Salé houve os mesmos estragos e mortes e o mar inundou todas as ruas; e que em Larache, Marmorat e Tânger o tremor de terra e a inundaçã do mar causaram muitos danos.

Em Arzila, segundo informação dum inglês, o mar chegou a mais de metade da cidade.

E em Tânger, segundo o governador de Gibraltar, o mar chegou às muralhas e quando retirou deixou na baía grande quantidade de areia e peixe.

6. Reacção das populações

A primeira reacção dos moradores de Mazagão, que eram portugueses na sua quase totalidade e, os homens, militares na sua maioria, parece ter sido inicialmente de pânico e de desorientação, da qual padeceu mesmo grande parte dos que estavam em funções militares, que desguarneceram os seus postos.

Excepções terão sido o governador, que não parece ter perdido o norte, na conjuntura e que providenciou imediatamente para que a guarda da praça fosse mantida, e o seu filho Fernando, que aguentou o maremoto com água pela cintura. Pouco tempo decorrido a população terá serenado e começado os trabalhos para pôr os bens a salvo e normalizar a vida quotidiana.

Foram posteriormente tomadas providências para reparar os danos, nomeadamente nos valos, que tinham importância para a segurança militar da praça.

Do lado de Marrocos, relata um texto que no próprio dia do terramoto, pelas cinco horas da tarde, um grupo 36 homens e 19 mulheres assustados, foragidos do local em que viviam, que não seria muito distante da praça, apareceram junto desta pedindo que os deixassem recolher dentro, sujeitando-se à protecção dos portugueses.

Este episódio inculca que os efeitos do sismo em vítimas e danos materiais nas populações da Dukala tenham sido assustadores.

Não há porém notícia de que outros casos semelhantes de pedido de refúgio na fortaleza se tenham dado, nem que tenha substancialmente abrandado o ardor combativo de ambas as partes.

Pelo contrário, os marroquinos das regiões próximas de Mazagão recompuseram-se dos efeitos danosos da catástrofe, a vida retomou a normalidade e ainda não eram decorridos sete meses um nutrido exército mouro de 4 mil homens de cavalo e de pé levava a efeito um ataque à praça, tendo-se dado uma acesa batalha que terminou favoravelmente para os portugueses.

Textos das principais fontes usadas

1 – *Relação do grande terremoto que houve na Praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755:*

.....

p. 4 «Amanheceo o dia primeiro de Novembro tão sereno, e tão aprasivel, que parecia querer com sua vista desterrar dos corações humanos toda a tristeza. Tinhão-se os Soldados preparado para a sua obrigação, como he costume; gente bastante se achava nas Igrejas para ouvir Missa; outros esperavaõ para se confessarem, quando pelas nove horas, e trinta minutos se começõu a sentir hum pequeno movimento na terra, que augmentando-se por espaço de mais de seis minutos veyo a fazer confusos a todos os moradores, porque huns fogiaõ para as Igrejas, outros gritavaõ que dellas se retirassem; estes atemorizados não atinavaõ com o acerto; aquelles lavados em lagrimas lamentavaõ a sua infelicidade; as mãys afflictas com os pequenos filhos abraçadas, os maridos huns quasi sem acordo, outros pasmados, a gente de Guerra quasi perdido o tino para guardarem os postos; assim que tudo era confusão, tudo lastima, tudo miseria.

Parou o terror, mas parece crecêraõ os cuida- // [p. 5] dos vendo as cazas arruinadas, algumas pessoas feridas, todas temerosas, accrecendo a tudo o receyo da repetiçaõ. Promptamente se acudio a pôr tudo em segurança, dando-se as ordens mais importantes, recorrendo-se em primeiro lugar a pedir a Deos Nosso Senhor quizesse suspender a sua Justiça, e não permitisse acabassem alli tantas almas, que continuamente estaõ pelejando pela defensa da sua Santissima Fé. Não tardou hora e meya, que não se sentisse repetiçaõ do mesmo Terremoto, mas com menos agitaçaõ, e violencia. Serião cinco horas da tarde quando se viraõ no campo caminhando em direitura da Praça huma chusma de Mouros, e Mouras, que acenando às sentinellas lhe rogáaõ com palavras humildes os deixassem recolher; com toda a cautella se abriãõ as portas, e se recolhêraõ aquelles, que fugindo da sua patria buscavaõ amparo em seos inimigos; contávaõ o que lhes tinha succedido, e se inferio ser este tremor muito menos em Mazagaõ, que em suas visinhanças: trinta e seis Mouros, e dezanove Mouras eraõ os que compunhaõ este rancho, os quaes todos commovidos das supplicas, devoções, e penitencias, que viraõ fazer aos nossos Catholicos, pediaõ com grande efficacia os baptizassem; e em fim vendo-se a diligencia que faziaõ para esse effeito, se mandáraõ instruir nos misterios principaes da nossa Santa Fé, e elles com tanto desejo se applicáraõ a este ensino, que em poucos dias estiveraõ capazes de receber o sagrado Baptismo, deixando este acto menos sensivel a antecedente derrota, sendo este successo huma das mais preciosas pedras com que se ornará a Coroa dos triunfos Portuguezes.

.....

[p. 8] quanto mayor fôr o tremor, mayor será a inundaçaõ; como bem se observou em Africa, que chegou o mar a inundar quatro legoas: nem obsta o haver enchente grande onde foy quasi imperceptivel o tremor; porque entaõ se deve inferir, que rebentando o tremor de terra no meyo do mar, fez que este alargando-se fizesse o estrago, que em muitas partes se experimentou.

.....»

2 – *Gazeta de Lisboa*

«.....»

Mazagão 25 de Janeiro. No 1.º dia do mez de Novembro do anno que acabou, sem haver vento, e estando o sol, não só claro, mas quente, se padecerão nesta Praça os effeitos de um formidável terremoto. Começou pelas 9 e meia horas, e tremeu a terra pelo tempo de um quarto de hora, abrindo bocas em vários sítios. Cresceu a consternação em todos vendo abalar e tremer as pedras dos edificios, que ainda que não caíram se arruinarão. Todos dezamparão suas habitações, e recorrerão ao Ceo em Procissões de Presses, levando nellas as Imagens mais devotas que se veneram nesta Praça, porem tudo sem ordem, nem advertência, porque reinava em toda a parte a confusão, e de tal modo que estando as cazas dezamparadas, ninguém entrou nellas a furtar cousa alguma. O nosso Governador Joze Leite de Souza, animado de um espírito de Cavalheiro Catholico, acudio logo a fazer retirar da Igreja, para um logar mais alto e seguro o Santissimo Sacramento. Passou a mais a tribulação quando o mar, com um movimento horroroso, subindo pelas rochas, e arrombando os portos, entrou dentro do terreno da Praça, onde quando se retirou deixou muitos peixes. Afflictos fugiram todos a valer-se do alto das muralhas, e o Governador andou por ellas em continuo giro, animando a todos, supprindo com a sua prezença o dezamparo em que os soldados tinham deixado os seus postos, achando unicamente a seu filho primogénito Fernão Pereira Leite de Souza, que estava de sentinella na porta, aonde se conservou com agoa pela cintura dezemparedado dos mais companheiros. Durou o mar sua fúria até ás 2 horas da tarde, levando na sua ressaca as balas, deixando destruídos e quasi, em rocha viva, por ter levado as terras em que se tinham semeado sevada, favaes, e os prados em que pastão os cavallos; e arruinadas todas as fortificações exteriores e as estacadas. Os barcos e lanchas de Sua Magestade, uns se perderão, outros se arruinaram. Affogou-nos o mar três pessoas: o Alcaide Mór desta Praça, que o mar arrebatou e levou comsigo, o tornou a metter vivo dentro da Praça, por um postigo. Administraram-se-lhe logo os Sacramentos, e dentro em 8 dias depois de haver vomitado area, buzios, conchinhas, e algum sangue pizado, convaleceu. Os mouros, ainda que perderão muita gente, nos inquietão continuamente, trabalhando quanto podem por nos impedir a conducção de lenha que vamos cortar nos mattos visinhos, que é a couza de que mais necessitamos.

«.....»

3 – *Noticia do grande assalto, e batalha, que os Mouros deraõ a Praça de Mazagam em o mez de Junho do presente anno de 1756:*

«.....»

Ninguem já ignora o lastimoso effeito e deploravel estrago, que a Praça de Mazagão experimentou no primeiro de Novembro do anno passado, aonde desde as nove horas e meya, até as nove e três quartos tremeo a terra com ímpeto tão forte, que se abrio em vários sítios, arruinando-se todas as casas, e desamparando todos suas habitaçoens, sendo a confusão igual ao estrago: augmentando-se mais o medo quando se vio, que o mar, sobindo as rochas, e arrombando os Portos entrou dentro do Terreiro, onde deixou muitos peixes na retirada, a qual fúria do mar durando até as duas horas afogou três pessoas, e o Alcaide mor da Praça sendo arrebatado das ondas, o mesmo mar o tornou a meter vivo por hum Postigo, e administrando-se-lhe logo os Sacramentos dentro em oito dias, depois de haver vomitado área, búzios, conchinhas, e sangue pizado, convalesceo, e se acha restituído á perfeita saúde, merecendo hum immortal Elogio seu Governador, que a todas as partes acodio com zelo, e deligencia incrível; e seu filho primogénito Fernando Pereira Leite de Sousa, que estando de guarda á porta, não obstante chegar a dar lhe a agoa pela cintura, se não retirou do posto em que estava. Igual damno, ou para dizer a verdade mayor experimentaraõ os Mouros, mas não obstante o sopportarem tal flagello, não tem cessado de incommodarem o mais que podem á mesma Praça, e seus defensores.

Viraõ, e souberaõ os Mouros o grande estrago, que os Portuguezes padeceraõ, e avaliando, ou considerando, que a fortuna lhe mostrava prompta occasião, determináraõ dar hum assalto á mesma Praça, persuadindo-se, que ficaraõ victoriosos, como se este não fosse o mesmo Theatro, em que os Portuguezes tantas vezes tem ficado

Triumfantes, quantas os mesmos foraõ destruídos, mortos, e derrotados: a para isto elegeraõ a hum valeroso Mouro, que por pratico, e experimentado promettia feliz êxito de empreza. [general Celam Amet]

A dezasseis de Junho vieraõ os Atalayas, que andavaõ no Campo, com a noticia de que se descobria, e divizava hum grande Exercito de Cavallaria, e Infantaria, que lhes parecia ser composto ao menos de três, até quatro mil Soldados.

.....»

4 – *Castellanos*:

p. 528 «Dos años antes de la muerte de este Sultán se dejaron sentir en Marruecos los efectos del terremoto que tantos estragos hiciera en Lisboa el 1º de noviembre de 1755. Los daños personales y materiales de este fenómeno sismológico en el Imperio y especialmente en las ciudades de la costa, fueron incalculables, y según una carta escrita el 8 del mismo mês de noviembre por el Vice-Prefecto de nuestras Misiones, cuya copia tenemos a la vista, cayeron por tierra multitud de casas, mezquitas y edificios públicos. En algunos puntos se abrió la tierra en grandes perímetros e se trago aduarens enteros; una población que distaba 40 kilómetros de ciudad de Marruecos y que contaba 5.000 habitantes y 6.000 soldados que allí estaban acuartelados, desapareció com todos sus moradores; algunas caravanas, que les cogió el terremoto en el camino, nada se supo de ellas, y en los puertos no solo sufrieron esas terribles consecuencias las casas y sus habitantes, sino que perecieron por completo los buques que había en sus aguas. Dice, por último, que el Hospicio que en Fez tenían los Franciscanos, y su convento, Hospital y Botica de Mequinez, todo vino a terra, quedándose los Religiosos sin albergue y sin lo más necesario para la vida, viéndose precisados a vivir por entonces en unas chozas que hicieron com ramaje.»

5 – *al-Qadiri* (versão minha para português a partir da versão em inglês):

p. 230 «Na manhã de Sábado, 26 Muharram (7 Out. 1755) [SIC], ocorreu um terramoto que foi causa de a terra se deslocar com grande força; primeiro deslocou-se para leste, [depois] para o oeste, e depois continuou a tremer, parecendo um marco de pedra rolando pelas ruas, e quase cinco minutos decorreram entre o tremor inicial e o seu desaparecimento.

Ouvimos dizer que a água das cisternas se tinham agitado de tal forma que transbordado para as casas, que fontes tinham mudado de curso e que a água nos rios tinham parado de correr. Algumas casas ruíram, mas graças a Deus só duas ou três pessoas morreram em Fez. As paredes de lama e de adobe ruíram, e a maior parte das casas vieram a cair, quando as paredes e tectos racharam e ficaram danificados. As pessoas, claro, procederam à destruição do que tinha sido danificado, temendo que podia cair em cima delas [se o não fizessem].»

p. 231 «Ficaram aterrorizados e fugiram das lojas, largando as mercadorias sem se importa de as guardarem. As escolas, oficinas e mercados fecharam, mas Deus o Glorificado concedeu às Suas criaturas a Sua graça e perdão.

Vieram então notícias de Salé de que o mar tinha retirado para uma grande distância e que as pessoas tinham saído para o ver, subitamente, retornou para a costa a transbordou até uma distância de cerca de uma *masafa* [uma jornada] da linha de costa, e todos os que estavam fora da cidade tinham afogado; o número dos que perderam as vidas deste modo foi considerável. [O terramoto] também surpreendeu uma caravana que estava indo para Marrakesh, composta por grande número de homens e animais, todos os quais pereceram. Também arrebatou todos as canoas e barcos que encontrou ao longo da costa; um barco foi mesmo encontrado mais do que uma *masafa* dentro de terra. O poder pertence a Deus! Também chegaram então notícias de que um pequeno monte perto de Sidi Abu Shita', na região Wargha, se tinha dividido em três secções, uma das quais aconteceu atingir uma casa, matando os seus ocupantes.

As pessoas ficaram com medo, e foi relatado que houve sucessivos [tremores], mas estes não foram notados por todos. Cerca de vinte e seis dias passaram, e outro grande terramoto ocorreu, depois da oração '*asha*'; foi muito mais violento do que o primeiro, mas não durou muito tempo e cessou rapidamente. Casas em Fez caíram e [as pessoas] ficaram ainda mais assustadas.

Vieram notícias de que a maior parte das casas e palácios em Meknes tinham ficado destruídos, e o minarete da sua principal *masjid* arrasado até o chão, como o foram muitos das *masjids*, incluindo o da *qaçaba* do Sultão. Muitas pessoas morreram nas ruínas de Meknes – as contadas totalizaram 10 000, e só Deus sabe o número das não contadas. Houve grande destruição, e os sobreviventes fugiram para os espaços abertos e instalaram tendas, enquanto os que não puderam fazê-lo, se protegeram a si próprios apenas com roupas. Se o *hakim* os não tivesse proibido de se irem embora por uma ordem do *qadi* (o *faqih* Abu al Qasim b. Sa'id al-'Umayri), teria sido evacuada e ficado deserta. Depois algum tempo passou e alguns daqueles tinham sido esquecidos, o terror das pessoas dissipou-se e elas voltaram para limparem os destroços das casas e para procurarem os seus bens. Algumas pessoas ganharam com isto, outras perderam. Assentaram então em reconstruir, e o Sultão Mawlana o Vitorioso por Deus reparou a *masjid* central e reconstruiu o seu minarete como era antes, ou melhor.

O povo de Fez ficou aterrorizado quando as notícias lá chegaram, e também foram para os espaços abertos e para as *masjids* por algum tempo, temendo uma réplica [do terramoto]. Mais tarde, contudo, acalmaram. Foi por graça de Deus a Fez que não foram [completamente] destruídas muitas casas e que só poucas [pessoas] morreram, embora as paredes de muitas casas tivessem ficado danificadas.

Chegaram também notícias de grandes destruições de algumas das cidades cristãs. Louvado seja Deus pela destruição delas e pelo Seu favor, misericórdia, e bondade para os muçulmanos! Se Deus nos não tivesse mostrado o Seu favor, teríamos todos perecido. Suplicamos-Lhe, ao Glorificado, que nos conceda sempre a Sua generosidade e misericórdia.»

6 – citados por Baptista / Miranda, “Tsunamis em Portugal”, in Terramotos e Tsunamis, p. 43.

Em Cádiz:

«Pouco antes das dez, toda a cidade foi sacudida por um violento terramoto. Uma hora depois, olhando para o mar, vimos a oito milhas ao largo uma onda a aproximar-se que era pelo menos sessenta pés mais alta do que o normal.» (Benjamin Bewick, versão minha do inglês).

«Achava-se já com algum socego, quando pelas 11 horas da mesma menhan estando o mar na sua crecente, estando o ar sereno e sem vento nenhum se retirou, e em poucos minutos voltou depois com tanto impeto, que se temeu toda a inundação de Cadiz.

.....

Pela Porta de Sevilha entraram as águas até a caza do Thezoureiro de índias.» (*Gazeta de Lisboa*, 13 de Dezembro de 1755)

Em Puerto de Santa María:

«A una hora passado el Terremoto novo susto se descubrio el mar, à distancia de una legoa, que com elevadas y violentissimas olas se encaminhava contra este pueblo...» (J. L. Roche)

Em Ceuta:

«Nous avons ressentis ici le même tremblement de terre, dont nous recevons de strites avis d’Espagne & de Portugal ...

La mer monta de la hauteur de 7 pieds quart d’heure elle baissa tellement, qu’il resta quantité de poissons et barques à sec sur le sable.» (*Gazette de Cologne*, 20 de Novembro de 1756)

Em Safim e Santa Cruz:

o sismo «causò graves destrozos, y ruinas en los Edificios, y Casas, dexando, sepultada mucha gente: daño, que les aumentò la alteración de la Mar, que desde las diez del día, hasta las seis de la tarde continuò creciendo impetuosamente, y retrocedia com igual aceleration, dexando a descubierto el fondo de los Puertos, en que estaban ancorados Navios, y Embarcaciones, sumergindo y maltratando algo de ellas.» (*Relacion veridica del Terremoto de 1755*, 1756)

Em Salé:

«Los mismos estragos, y muertes causò en las dos Ciudades de Salé, y la Mar inundouò todas las calles». (*Relacion veridica del Terremoto de 1755*, 1756)

Em Arzila:

«llegò la mar à mas de la mitad de la Ciudad.» (Trembley)

Em Larache, Marmorat e Tânger:

«el Temblor de Tierra, è la inundacion de la Mar, causò muchos danos». (*Relacion veridica del Terremoto de 1755*, 1756)

Em Tânger (versão minha do texto inglês:

«o mar elevou-se até às próprias muralhas, uma coisa nunca vista antes, e desceu directamente com a mesma rapidez com que subiu até o lugar onde os grandes navios ancoram na baía, deixando no molhe grande quantidade de areia e peixe». (General Fowke, governador de Gibraltar, ao secretário de Estado Henry Fox)

7 – Cláudio da Conceição:

p. 149 «Africa padeceu nas povoações marítimas das costas do Mediterraneo grandes estragos. A cidade de Maquinez ficou muito destruída, arruinando-se muitas mesquitas, synagogas e casas, com morte de grande numero de mouros e judeus. O convento, igreja e hospital dos religiosos de S. Francisco da província de S. Diogo padeceu muitas ruínas, mas sem morte de christão algum.»

8 – Louis Gentil e Pereira de Sousa

«.....»

Il a semblé à l'un de nous que les documents originaux écrits immédiatement après ce cataclysme pourraient jeter quelque lumière sur la propagation des ondes sismiques et leurs effets destructeurs au Maroc. A cet effet, des recherches ont été faites spécialement dans les Archives nationales du Portugal, recherches analogues à celles qui avaient déjà contribué à préciser la propagation du raz de marée de cet important séisme.

Les renseignements ainsi recueillis portent sur les principales villes marocaines. On peut les résumer brièvement, comme suit, en appréciant l'intensité du phenomene à l'aide de l'échelle de Marcali.

Ceuta - Tétouan. – Alarme générale, peu de dégats, quelques murs lézardés (VII).

Tanger. – Secousse ruineuse, raz de marée, la mer monte à una grande hauteur.

Arzila. – Ébranlement très violent; édifices en ruines; raz de marée mettant au plein, au coeur de la ville, un navire anglais; nombreuses victimes (X).

Larache et Mamora (Mehdiya). – Mêmes effets qu'à Arzila (X).

Fez. – Les dégats sont énormes: l'hospice et l'infirmerie catholiques sont complètement détruits; il en est de même de la plupart des maisons de la ville. Le nombre de victimes est considérable (X).

Meknès. – Les nombreux documents relatifs aux effets du mégasisme du 1.er novembre 1755 dans cette ville² s'accordent à dire qu'ils ont été très désastreux. La plupart des édifices, comme le couvent catholique, ont été détruits. Le nombre des victimes a été considerable.

A 40 de la ville des crevasses se sont produites, dans lesquelles auraient disparu des animaux, voire même des gens d'un petit village (X).

Rabat - Sale. – Effets comparables à ceux de Meknès. Crevasses qui auraient occasioné la perte d'une partie d'une caravane qui sortait de la ville se dirigeant sur Marrakech. Ces phénomènes ont été compliqués des effets

¹ Carta escripta pelo Padre Guardião do Convento de Mequinez, impressa em Lisboa em 1756.

destrutores d'un fort raz de marée qui a fait périr, vers l'embouchure de l'Oued-Bou-Regreg, plus de 200 Maures qui passaient le fleuve (X).

Mazagan. – Ici les effets du mégasisme sont réduits à quelques lézardes dans les edifices, sans aucune victime. Alarme générale. Un raz de marée a défoncé les portes de la ville donnant sur la mer, inondant la grande place et faisant 3 victimes.²

Safi. – Graves effets de destruction, nombreux morts. Fort raz de marée. Il est malheureusement difficile d'après les documents consultes, de faire la part des effets destructeurs, dus à l'ébranlement et à l'action de la mer (échelle de Mercali).

Marrakech. – fortement ébranlé la capitale du sudmarocain, ensevelissant sous les ruines un grand nombre d'habitants (X).

Santa Cruz (Agadir). – a souffert autant que Marrakech par suite d'un fort ébranlement qui s'est compliqué dans la basse ville, des effets d'un raz de marée (X).

Bibliografia

ANÓNIMO, *Relação do grande terremoto que houve na Praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, 1756.

ANÓNIMO, *Noticia do grande assalto, e batalha, que os Mouros deraõ a Praça de Mazagam em o mez de Junho do presente anno de 1756*, Lisboa, 1756.

BAPTISTA, Maria Ana e MIRANDA, Miguel, "Tsunamis em Portugal", in Paula Teves Costa (coord.), *Terramotos e tsunamis*, Lisboa, 2005.

CASTELLANOS, Manuel P., *Historia de Marruecos*, 4.^a edição, tomo I, Madrid, 1946.

CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio, *Gabinete Historico*, 2.^a edição, 1868, Lisboa.

COSTA, Paula Teves (coord.), *Terramotos e tsunamis*, Lisboa, 2005.

FONSECA, João Duarte, *1755 o Terramoto de Lisboa*, 2.^a edição, Lisboa, 2005.

Gazeta de Lisboa, de 20 de Novembro de 1755 e 29 de Janeiro de 1756.

KENDRICK, T. D., *The Lisbon Earthquake*, London, 1956.

MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *Historia universal dos terremotos que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até o seculo presente. Com huma narraçam individual do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755, e noticia verdadeira dos seus effeitos em Lisboa, todo Portugal, Algarves, e mais partes de Europa, Africa, e América, aonde se estendeu*, Lisboa, 1758.

AL-QADIRI, Muhammad, *Nashr al-mathani: The Chronicles* (ed. Norman Cigar), Oxford University Press, 1981.

RIBEIRO, António, "O sismo de 1/11/1755: significado geodinâmico", in Helena Carvalho Buescu e Gonçalo Cordeiro (coord.), *O Grande Terramoto de Lisboa. Ficar diferente*, Lisboa, 2005.

ROYSTON, Philip Lord Viscount, *An account of the Earthquake that happened in Barbary, inclosed in a letter from the General Fowke, Governor of Gibraltar, to the Right Honorable Henry Fox, Esq. , one of his Majesty's principal secretaries of State*, in *Philosophical Transactions*, vol. XLIX, II, ano de 1756, London, 1757.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demografico*, Lisboa, 1919, vol. I.

TAVARES, Rui, *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, 2005.

The British Historical Society of Portugal, *O Terramoto de 1755: Testemunhos Britânicos*, Lisboa, 1990.

² *Relação do grande terremoto...*, etc.; *Gazeta de Lisboa*, 1756, Mazagão, 25 de Janeiro de 1756, etc.

O ABASTECIMENTO DE MAZAGÃO NO SÉCULO XVIII: O PAPEL DOS AÇORES

JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES*

1. Se a expansão portuguesa em Marrocos constituiu um prolongamento natural da Reconquista e se o objectivo perseguido pela monarquia e pela nobreza era a conquista total dos territórios magrebins¹, o facto é que, apesar de todos os esforços, não foi possível concretizar a ocupação militar do *hinterland*. Deste modo, os Portugueses ficaram limitados a um domínio restrito do litoral e a cadeia de cidades-fortalezas conquistadas, encravadas em território hostil, configurou-se como uma fronteira².

Apesar das actividades económicas desenvolvidas nas praças luso-marroquinas e da, por vezes, forte presença de mercadores (Castelhanos da Andaluzia ou Genoveses), o esforço militar e financeiro da coroa portuguesa e a clareza do problema defensivo³ são bem a demonstração de que nos encontramos perante cidades de fronteira. Quanto ao estatuto dos que viviam nas praças magrebins, a sua classificação é, a este respeito, elucidativa. Existiam duas categorias principais: os *moradores*, isto é, os habitantes da cidade, que constituíam a sua população fixa; e os *fronteiros*, ou seja, os soldados e os nobres que serviam nas praças durante um período de tempo que podia ir até aos quatro anos, esperando poder regressar ao reino e requerer ao rei uma mercê pelos serviços prestados. Em diversas ocasiões, o número dos *fronteiros* ultrapassou o dos *moradores*⁴. Era uma consequência da guerra na fronteira, sobretudo após a conquista de novas posições no Sul durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521).

Uma tal situação implicava dispor de recursos apreciáveis. A este propósito, recordemos as palavras de Robert Ricard:

“Entourées d’un pays souvent pauvre et généralement hostile, les places portugaises du Maroc ne pouvaient vivre et se maintenir par leurs propres ressources. Sauf à de rares moments, [...], il fallait tout faire venir de l’extérieur: non seulement les renforts, les armes, les munitions, les matériaux de construction, mais jusqu’aux vivres de consommation courante, comme le blé, la farine, le biscuit.”⁵

* CHAM; Universidade dos Açores.

¹ Sobre o projecto de conquista de Marrocos e o início da expansão portuguesa, ver Luís Filipe THOMAZ, “Le Portugal et l’Afrique au XV^e siècle: les débuts de l’expansion”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, 1989, pp. 161-256 [versão corrigida e aumentada: “A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos”, in *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, 1994, pp. 43-147].

² Sobre a expansão portuguesa em Marrocos, ver Robert RICARD, *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955 [21 artigos publicados originalmente entre 1933 e 1954]; David LOPES, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989 [edição original: 1937]; António Dias FARINHA, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, com um apêndice de 81 documentos (pp. 161-297), e, do mesmo autor, as sínteses “O interesse pelo Norte de África” e “Características da presença portuguesa em Marrocos”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vol. 1: *Povoamento e colonização do Reino de Portugal. Início dos descobrimentos marítimos portugueses. O avanço no Atlântico*, pp. 101-124. As páginas que Fernand Braudel dedicou aos presídios castelhanos na África do Norte podem igualmente ser consultadas com proveito. Cf. Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, “Anais, 2”, Lisboa, Publicações Dom Quixote, vol. II, 1984 [edição original: 1966; 4.^a ed., revista e corrigida: 1979], pp. 220-229.

³ Cf. Robert RICARD, “A propos de “rebato”. Note sur la tactique militaire dans les places portugaises du Maroc”, in *Études...*, pp. 345-355.

⁴ Cf. Maria Augusta Lima Cruz FAGUNDES, “Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, II, 1970, pp. 104-179, *maxime* pp. 113-114; António Dias FARINHA, *História de Mazagão durante o período filipino*, pp. 54-58.

⁵ Cf. Robert RICARD, “Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l’Atlantique”, in *Études...*, pp. 311-324, *maxime* p. 311.

O reino português detinha uma posição central no tocante à prestação de auxílio militar e económico às cidades luso-marroquinas. Mas Portugal era um país com uma produção cerealífera insuficiente para garantir o seu sustento e ainda o das praças no Norte de África. Neste contexto, as ilhas portuguesas da Madeira, até à década de 1470, e dos Açores, depois, afirmaram-se como centro abastecedor por excelência quer de Lisboa, quer das praças que Portugal manteve no Magrebe até ao abandono de Mazagão.

Já em 1488, D. João II pedia aos Açores que enviassem 1.200 moios de cereal para Marrocos⁶. No início do século XVI, o projecto imperial manuelino reforçou a presença portuguesa no Norte de África, mas, simultaneamente, a ambição do rei de Portugal contribuiu para o aumento das dificuldades relativas ao abastecimento das cidades-fortaleza. A compra e distribuição do trigo tornou-se mais difícil e, apesar das lutas intestinas em Marrocos, a partir de 1515 os Portugueses passaram de uma guerra ofensiva para uma guerra defensiva, com encargos cada vez mais pesados, sobretudo nas praças do Sul, as mais distantes e ameaçadas pelos Xerifes Sa'dianos: Azamor (Azemmour), Mazagão (al-Jadida), Safim (Safi) e Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir). E, após a fome e a epidemia de 1521-1522, a situação tornou-se ainda mais grave⁷.

Neste contexto e até ao fim da presença militar portuguesa, as fontes publicadas ou as já estudadas comprovam a importância e a regularidade da exportação do cereal açoriano – primeiro, o trigo; depois, também o milho – para as praças magrebina. Entre outros exemplos, assinalamos, na primeira metade de Quinhentos, carregamentos de trigo açoriano com destino a Alcácer Ceguer (al-Qsar Sgir), Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Gué em 1516, 1523, 1533, 1538, 1539, 1540 e 1547⁸. No caso de Santa Cruz do Cabo de Gué, em 1523 a cidade foi abastecida com trigo da Terceira e, em 1538, a mesma ilha remeteu 105 moios de trigo para Azamor, 70 para Mazagão, 403 para Safim e 195 de novo para Santa Cruz do Cabo de Gué⁹.

A compra e o transporte do cereal para as cidades-fortaleza portuguesas estavam nas mãos de contratadores, mercadores encarregados do abastecimento das praças, que tinham a protecção do rei e que gozavam “à Lisbonne même et aux Açores des priorités pour l'enlèvement des grains.”¹⁰ Nos Açores, os contratadores estavam representados por procuradores e estes procuravam executar a respectiva missão com a colaboração dos senados concelhios e dos oficiais régios. É assim que podemos encontrar, em 1516, 1519 e 1520 João do Outeiro, António Borges e João Procell, respectivamente, comprando trigo nos Açores. Todos tinham cartas de D. Manuel I e, nestes documentos, o rei pedia a cooperação das câmaras das ilhas¹¹. De acordo com os documentos relativos à missão de João do Outeiro, em 1516, este era cavaleiro do rei, do mesmo modo que o seu escrivão, e ambos permaneceram em São Miguel durante três meses para garantir a compra do trigo¹².

Mas a vida quotidiana nas terras insulares era difícil. As comunicações no interior do espaço atlântico português e nomeadamente o socorro militar e económico às praças portuguesas no Norte de África dependia de diversos factores. A acção de corsários e piratas no *Mediterrâneo Atlântico*, as tempestades e ainda as crises frumentárias que atingiam as ilhas produtoras impediam, com alguma frequência, o carregamento e o transporte

⁶ Cf. Robert RICARD, “Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l’Atlantique”, in *Études...*, pp. 311-324, *maxime* p. 312; A. H. de Oliveira MARQUES, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1978, p. 254.

⁷ Sobre a fome e a epidemia de 1521-1522, ver Fr. Luiz de SOUSA, *Les Portugais et l’Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des «Annales de Jean III»*, traduction française avec introduction et commentaire par Robert Ricard, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1940, pp. 25-28; Robert RICARD, “Les places portugaises du Maroc et le commerce d’Andalousie”, in *Études...*, pp. 143-175, *maxime* pp. 156-157.

⁸ Cf. Joaquim FIGANIER, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 129-130 e 278-279, nota 63; Robert RICARD, *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc. Première Série — Dynastie Sa’dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, Tome IV (janvier 1542-décembre 1550), Paris, Paul Geuthner, 1951, doc. LXIX, pp. 237-238; Robert RICARD “Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l’Atlantique”, in *Études...*, pp. 311-324, *maxime* p. 313.

⁹ Cf. Robert RICARD, “Les places portugaises du Maroc et le commerce d’Andalousie”, in *Études...*, pp. 143-175, *maxime* p. 171, nota 2; Maria Augusta Lima Cruz FAGUNDES, “Documentos inéditos para a história dos Portugueses em Azamor...”, pp. 104-179, *maxime* p. 121 e Quadros II e III; Joaquim FIGANIER, *História de Santa Cruz...*, pp. 129-130 e 278-279, nota 63.

¹⁰ Cf. Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l’Atlantique au XVII^e Siècle, 1570-1670. Étude Économique*, 2.ª ed., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983 [edição original: 1960], p. 351.

¹¹ Cf. *Arquivo dos Açores [A. A.]*, reprodução fac-similada da edição original, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, vol. III, 1981, pp. 327-330, *regimento* de António Borges, Évora, 21 de Junho de 1519, e 330-334, *regimento* de João Procell, Évora, 12 de Abril de 1520; *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123, *regimento* de João do Outeiro, Lisboa, 27 de Junho de 1516.

¹² Cf. *A. A.*, vol. V, 1981, pp. 122-123 e 123-124.

do desejado cereal. Em Agosto de 1523, D. João III enviou sete navios a São Miguel, a ilha mais rica dos Açores, com o objectivo de obter trigo, 300 moios por navio. Todavia, a presença de corsários nas águas açorianas e o medo de tempestades retardou a viagem de regresso até ao Verão de 1524¹³. Por fim, é preciso não esquecer que, apesar de os Açores terem sido considerados o “celeiro do império”, as estruturas económicas das ilhas ao longo do período moderno foram as de uma economia tradicional de Antigo Regime, pelo que os microcosmos insulares conheceram também a ameaça da fome e da miséria. Em conjunturas de crise, as populações e as autoridades locais denunciaram amiúde que as exportações cerealíferas para Marrocos faziam subir os preços, verificando-se, por vezes, o confisco do trigo destinado ao Norte de África por parte das câmaras.

O abandono da maior parte das praças ocupadas por Portugal em meados da centúria de Quinhentos representou a perda de um importante mercado para o cereal dos Açores. No entanto, este continuou a fluir em direcção ao Norte de África. Com efeito, até 1769, quando a cidade-fortaleza de Mazagão, após cerco, foi abandonada, o cereal açoriano alimentou os habitantes daquela praça marroquina. De um modo geral, o circuito mercantil que se realizava entre os Açores, de um lado, e a praça de Mazagão, do outro, era tendencialmente unidireccional, isto é, consistia predominantemente no envio de cereais açorianos para a praça marroquina¹⁴. Um indicador importante que confirma o papel secundário que esta rota tinha no contexto do comércio açoriano é o papel desempenhado pelos Ingleses como intermediários, ligando Lisboa às ilhas e a Mazagão¹⁵.

Como se tratava de uma rota pouco atractiva para mercadores e produtores açorianos, a coroa procurou sempre assegurar o abastecimento da cidade, escrevendo aos oficiais das câmaras dos Açores, recordando-lhes a solidariedade que devia existir entre as diferentes partes do senhorio de Portugal e solicitando a máxima colaboração na arrecadação e envio de trigo para Mazagão. Mas o abastecimento da praça marroquina não estava apenas dependente da boa vontade das oligarquias locais. Perante um cenário de escassez nas ilhas, as prioridades eram redefinidas e o trigo inicialmente destinado a Mazagão podia ser retido, em parte ou na totalidade, para alimento dos povos.

Estando esboçado o quadro geral, os dados que vamos agora apresentar dizem respeito ao século XVIII, período menos conhecido no que respeita às articulações económicas de Mazagão com o exterior e quando a praça era a única possessão portuguesa em Marrocos, procurando destacar os quadros social e institucional no interior dos quais se processava o aprovisionamento de Mazagão, que envolvia diversos actores instalados no reino e nas ilhas.

2. No decurso dos séculos XVII e XVIII, coube essencialmente às ilhas de São Miguel e Terceira garantir o alimento dos moradores nas praças norte-africanas, com relevo para Mazagão. Mas o envio de trigo para o exterior significava a possibilidade de escassez em caso de colheitas menos propícias, pelo que os senados locais buscaram responder ao temor dos povos com o controlo da exportação ou a venda do cereal já destinado a Marrocos.

Um exemplo é-nos fornecido pela câmara da vila da Praia, na Terceira. A 17 de Maio de 1700, os oficiais camarários decidiram colocar à venda uma parte dos 300 moios de trigo que deveriam seguir para provimento de Mazagão, “por haver grande falta de trigo e de milho, em razão do excesso com que se tinha facultado a licença para os outros concelhos, e ilhas de baixo.”¹⁶ Mas também em Angra se manifestou a preocupação com as possíveis consequências da exportação de cereal para Mazagão e, de modo sintomático, em vereação de 11 de Junho de 1731, a propósito da petição de António de Sousa Pinto, que pretendia transportar 150 moios de trigo para aquela praça, tendo sido concedida a dita licença, foi contudo ressalvado que “ao menos avesse mister para Consumo dos

¹³ Cf. A. A., vol. I, 1980, pp. 228-229, ordem régia dada a António Borges, Tomar, 16 de Agosto de 1523.

¹⁴ “En revanche, les exportations directes du Maroc sur les Iles ne semblent pas avoir été appréciables.” Cf. Robert RICARD, “Les places luso-marocaines et les îles portugaises de l’Atlantique”, in *Études...*, pp. 311-324, *maxime* p. 313.

¹⁵ Sobre esta questão, ver H. E. Stephen FISHER, *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, “Construir o Passado, 6”, Lisboa, Gradiva, 1984 [edição original: 1971], p. 191; Joaquim Romero MAGALHÃES, *O Algarve Económico (1600-1773)*, “Imprensa Universitária, 69”, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, p. 305; José Damião RODRIGUES, “De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII)”, in *Ler História*, Lisboa, 31: *Açores: peças para um mosaico*, 1996, pp. 41-68, *maxime* pp. 44 e 63, nota 22.

¹⁶ Cf. Francisco Ferreira DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, reimpressão fac-similada da edição de 1850-1864, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, vol. II, p. 224.

moradores desta Capitania”¹⁷. Notemos, de passagem, que os oficiais da câmara de Angra não falaram unicamente em nome da cidade e sua jurisdição, mas no da capitania, ampliando assim a força da sua reserva.

Mas, nos Açores, a ilha produtora por excelência era São Miguel. Não obstante, também aí, ao longo de Setecentos, se sentiram os efeitos das crises¹⁸. Os anos terminais da primeira década de Setecentos foram particularmente gravosos. A 11 de Junho de 1708, teve lugar em Ponta Delgada uma junta de câmaras, convocada pelo governador, devido à falta de mantimentos na ilha e à necessidade de se reverem os preços dos cereais, porque, segundo afirmava aquele oficial, os pobres não chegavam aos gêneros e observava-se uma “total Ruína”. Nessa junta, foi acordado um preço de 10.000 réis para o moio de trigo¹⁹. Apesar das dificuldades, não se interditou a exportação cerealífera para os mercados tradicionais e, desse modo, em 1708 saíram para Mazagão 1.441 moios e 30 alqueires de trigo, para Lisboa, Madeira e Faial 1.618 moios e 44 alqueires e, dos sobejos, exportaram-se para o castelo de São João Baptista, em Angra, 144 moios de trigo²⁰. A sucessão de maus anos agrícolas, todavia, fez sentir os seus efeitos nefastos e a associação entre colheitas deficitárias e exportação de gêneros agudizou a crise. As receitas da coroa em São Miguel caíram de forma acentuada: o dízimo de 1708, que ficara nos 1.055 moios e 40 alqueires de trigo, desceu no ano seguinte para 747 moios e 15 alqueires²¹.

Nestes anos, destaquemos a intervenção do governador da ilha, nomeado pela coroa na ausência do conde-donatário²², que vem colocar em destaque a importância que os poderes superiores atribuíam ao abastecimento das populações, prática paralela às que encontramos na França da mesma época, embora sem grande sucesso²³. Perante a adversidade e a miséria dos povos, coroa e municípios davam as mãos na tentativa de evitar o agravamento da crise.

Entre todos os concelhos de São Miguel, o de Vila Franca do Campo parece ter sido um dos mais atingidos, senão mesmo aquele que sentiu de modo mais intenso os efeitos da escassez frumentária. Dada a recorrência das crises cerealíferas naquela vila e seu termo, com frequência foram invocados argumentos que colocam em evidência a exportação do trigo para Mazagão. As populações de Vila Franca do Campo e sua jurisdição foram particularmente atingidas pela fome em 1710-1711. Em Janeiro de 1711, a gravidade da situação levou a que os oficiais do concelho convocassem uma junta geral com os estados da vila, isto é, o clero e a nobreza locais²⁴. Tratava-se, segundo os edis, de “atender a multidam dos cazaes como ha deles grandissima pobreza *que* pela maior parte sam pesoas *que* uzam sus // sustentar suas familias com mantimentos e sustentos comprados”, pelo que pretendiam que fosse decidido se colocariam à venda o cereal existente nos celeiros²⁵. Como já se tinha destinado uma parte do cereal para a praça de Mazagão e enviado 50 moios de trigo para a ilha da Madeira, foi acordado que não se concedesse mais nenhuma licença para exportação de trigo e milho e que o cereal ainda armazenado na vila fosse destinado ao sustento dos povos dela²⁶.

Anos mais tarde, a 14 de Junho de 1731, dirigiram-se à câmara de Vila Franca do Campo sacerdotes, elementos da nobreza local e do povo e declararam aos oficiais concelhios presentes que havia uma grande falta de mantimentos na jurisdição, pelo que “a tres dias andam *muítos* povos com os sacos as costas *para* conprarem triguos *para* seos sustento [*sic*] dos coais tinham e aviam conpaicham por nam acharem o *dito* mantimento e os verem em mizerauel

¹⁷ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), Arquivo da Câmara de Angra do Heroísmo (ACAH), Acórdãos, Livro 18 (1724-1734), fls. 238v-239, *maxime* fl. 238v.

¹⁸ Cf. José Damião RODRIGUES, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003 [2004], vol. I, pp. 280-291.

¹⁹ Cf. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD), Arquivo da Câmara de Ponta Delgada (ACPD), Livro 11, fls. 47v-48.

²⁰ Idem, fls. 81-83v, junta de câmaras de 1 de Setembro de 1709.

²¹ *Ibidem*.

²² Sobre esta questão, ver José Damião RODRIGUES, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, pp. 299-309.

²³ Cf. Judith A. MILLER, *Mastering the Market: The State and the Grain Trade in Northern France, 1700-1860*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 8-10.

²⁴ Cf. Arquivo da Câmara de Vila Franca do Campo (ACVFC), Vila Franca do Campo, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 249v-253, vereação de 19 de Janeiro de 1711.

²⁵ Idem, fls. 250-250v.

²⁶ Idem, fls. 250v-251v.

estado por cauza da fome *que* esprementavam”²⁷. Constando haver nos granéis municipais 70 a 80 moios de trigo prontos para serem embarcados e afirmando a legislação régia que se deviam evitar as faltas de alimento para os povos e as carestias, “como de presente se ue por falta da novidade dos milhos *que* ouue em toda esta ilha *que* he o do *que* mais os poucos se valiam”, entendiam que o trigo devia ser vendido ao povo necessitado²⁸.

A isto, responderam os oficiais camarários que o trigo em questão tinha sido comprado pelos procuradores dos assentistas da praça de Mazagão, juntamente com mais 260 moios que já tinham sido enviados para a dita praça, e que havendo cereal na vila pertencente aos privilegiados – padres da Companhia de Jesus, religiosos de Nossa Senhora da Graça e de São Francisco, Santa Casa da Misericórdia –, os referidos procuradores não lhes compravam o trigo, mas sim “custumam conprar pelos poucos a seu arbitrio sem *que* o fizesem a saber a eles *ditos* ofisiais da camera”, de que resultava ficarem os oficiais do senado “vechados” por não conseguirem impedir a compra e exportação do frumento. Ora, tendo já enviado 260 moios para aquela cidade norte-africana, os representantes dos contratadores de Mazagão haviam reservado para vender aos povos de Vila Franca do Campo e do Nordeste, “pela miseria em *que* tanbem se acham”, a quantia existente nos granéis da vila, que os senadores mandaram fosse colocado à venda nos dias por eles especificados²⁹.

A partir de meados do século, mantendo-se as preocupações com a exportação dos géneros alimentícios, é o milho que parece merecer mais atenção por parte dos elencos camarários. Por essa altura, o milho suplantara há muito o trigo como sustento principal das populações e, por isso, cabia às vereações vigiar mais atentamente a sua circulação. Nem mesmo os dizimeiros e contratadores da coroa poderiam fazer sair os milhos dos termos concelhios sem a devida autorização do senado.

Serve de exemplo o sucedido na Ribeira Grande, em vereação de 14 de Janeiro de 1754. Os oficiais da câmara, tendo sido informados que os dizimeiros da vila e seu termo transportavam os milhos que tinham para fora do concelho “e por cer este munto preçizo pera sustento do povo asim de que nam exprementem fome como exprementaram estes des annos preteritos”, acordaram que ninguém vendesse milho por preço superior a 6 vinténs o alqueire e trigo por preço superior a 200 réis o alqueire, sob pena de 6.000 réis, e que não fosse levado milho, trigo, favas e outros géneros para fora da jurisdição sem licença da câmara, sob pena de lhos tomarem³⁰.

Mas, apesar do controlo que as autoridades municipais exerciam sobre as exportações de géneros, havia situações em que dificilmente poderiam impedir a saída dos cereais. Se uma desinteligência entre câmaras e procuradores do contrato podia acontecer³¹, era sempre possível chegar a um acordo entre as partes, de modo a que nem os concelhos se vissem privados de alimento, nem a coroa fosse prejudicada³². De qualquer modo, caso a fome se instalasse, o alimento das populações era prioridade indiscutível³³.

²⁷ Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fls. 329v-331, vereação de 14 de Junho de 1731, *maxime* fl. 329v para a citação.

²⁸ Idem, fls. 329v-330.

²⁹ Idem, fls. 330-330v.

³⁰ Cf. Arquivo da Câmara da Ribeira Grande (ACRG), Ribeira Grande, *Livros de Acórdãos*, 12, fls. 11-12.

³¹ Na reunião de 22 de Junho de 1711, os oficiais da câmara de Vila Franca do Campo acordaram que os 30 moios de trigo pretendidos pelo procurador do contrato da praça de Mazagão seriam vendidos a quem os desejasse comprar. O motivo para esta decisão residia no facto de o representante dos assentistas querer a dita quantidade, que poderia sobrar do cereal destinado ao provimento popular, mas não estar disposto a pagar o preço de 13.200 réis por moio. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1703-1711)*, fls. 262v-263v.

³² Quando, a 18 de Outubro de 1720, o tenente José Godinho Camelo, procurador dos assentistas da praça de Mazagão, compareceu na câmara de Vila Franca do Campo, dizendo que no porto da vila estava um barco pronto a embarcar trigo e que, não havendo falta nem carestia deste género, os oficiais concelhios não deveriam embargar a exportação do cereal, os senadores acordaram em conceder-lhe licença para exportar 70 moios de trigo das rendas do conde da Ribeira Grande e ainda outros 30 moios que o mesmo tenente comprara na vila. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1716-1722)*, fls. 159-159v. Ver ainda ACVFC, *Livro de Acórdãos (1739-1752)*, fls. 33-33v, vereação de 18 de Novembro de 1740: antes de ser concedida autorização ao procurador da praça de Mazagão para embarcar o trigo que havia no granel do conde, os oficiais da câmara efectuaram uma vistoria aos granéis da vila e, após auscultação das diversas partes – religiosas de Santo André, procurador do concelho, Santa Casa da Misericórdia, procurador da praça de Mazagão –, concederam ao representante dos contratadores 70 moios de trigo para exportação. Assinalemos, por fim, a respeito do envio de trigo para Mazagão, a troca de correspondência entre o sargento-mor António Borges de Bettencourt, comandante-geral de São Miguel, e a câmara de Vila Franca do Campo em 1764. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1760-1768)*, fls. 105v-106v. Para a Ribeira Grande, ver ACRG, *Livros de Acórdãos*, 13, fls. 32v, 28 de Janeiro de 1768, 50, 8 de Agosto de 1768, e 51, 18 de Agosto de 1768: providências sobre o fornecimento de trigo à praça de Mazagão.

³³ Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1752-1760)*, fls. 129-129v, vereação de 13 de Abril de 1757.

3. Conforme dissemos, o fornecimento de cereal a Mazagão, a partir dos Açores ou do reino, estava a cargo de contratadores. Estes tinham no arquipélago os seus representantes, que gozavam de preferência quanto ao cereal que se podia exportar. Um processo relativo ao capitão Tomás Brum da Silveira Porras Taveira, morador na ilha do Faial, mas com rendas em São Miguel, lança alguma luz sobre o modo como se entrecrocavam os interesses de contratadores e os de particulares³⁴.

Em finais de 1724, o capitão Tomás Brum da Silveira Porras Taveira apresentou na câmara de Ponta Delgada uma petição para exportar certos géneros das suas rendas, que possuía em São Miguel, “para gasto de sua Caza e família”: 50 moios de trigo, dois sacos de favas, três sacos de feijão, 60 pedras de linho e alguns panos, duas jarras de azeite “e outras miudezas”. A licença para embarcar os referidos bens fora-lhe concedida a 18 de Novembro desse ano, mas não o fizera, porque João Gonçalves da Silva, procurador dos administradores da praça de Mazagão, dissera que queria o trigo do capitão e, portanto, negara-lhe a licença para exportar o cereal para a ilha do Faial. Perante esta situação, o capitão Tomás Brum alegou que os administradores da praça de Mazagão, por seus procuradores, deviam ter os trigos da estação prontos no início de Setembro e pelos preços ajustados com os donos, sendo-lhes dada a preferência do saque; ora, não era correcto fazer esperar os senhores até finais do ano, como sucedia no presente caso. Deste modo, o capitão Tomás Brum apresentou à câmara uma nova súplica, que foi atendida: foi-lhe concedida a licença para embarcar para o Faial os trigos e demais géneros, considerando que João Gonçalves da Silva não quisera tomar o cereal por sua conta.

Mas a canalização de cereais para Mazagão não era feita unicamente pelos assentistas ou pelos seus representantes. De igual modo, os senhores podiam transportar grão para a praça luso-marroquina, obtendo assim lucro com o produto das suas rendas, o que nem sempre foi reconhecido pelas câmaras. De entre os vários senhores, merece destaque, pela sua excepcionalidade, a casa dos marqueses de Castelo Rodrigo. Na sequência do golpe palaciano de 1 de Dezembro de 1640, D. Manuel de Moura Corte Real optou por permanecer em Castela. Deste modo, os bens da casa, entre os quais as capitánias de Angra e da Praia, foram confiscados pela coroa portuguesa, permanecendo desde então sob administração régia.

Ora, no século XVIII, encontramos nas vereações da câmara de Angra diversos pedidos de licença para se embarcarem para a praça de Mazagão trigos das rendas do marquês de Castelo Rodrigo. Assim acontece entre 1727 e 1731, quando os administradores das rendas, por si ou pelos seus procuradores, requerem as devidas licenças, relativas a quantidades que oscilaram entre os 40 e os 380 moios de trigo³⁵. Três são os nomes que se destacam neste circuito: Francisco da Silva de Carvalho, José Coelho da Costa e António de Sousa Pinto, este igualmente associado a outros negócios da Fazenda Real nos Açores, o que nos remete para a diversificação da acção dos agentes mercantis³⁶.

Já em São Miguel, era a casa dos condes da Ribeira Grande que se evidenciava. Sinal claro do seu poder e prestígio seria o alvará de 2 de Dezembro de 1710, pelo qual D. João V concedeu ao conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara, a liberdade de exportação para Lisboa dos trigos de suas rendas, sem que qualquer pessoa ou oficial camarário o impedisse, deixando em São Miguel a terça parte dessas rendas, sendo necessário para provimento do povo³⁷. Poucos anos depois, a carta régia de 6 de Junho de 1714 concederia ao conde a possibilidade de exportar nesse ano os trigos das suas rendas “pera sustentar a sua Caza, e famillia nesta Corte, e juntamente assistir a seu filho Conde na de fransa para onde foi por embaichador *extraordinario*”, sem depender das licenças concedidas pelos oficiais das câmaras³⁸. Deste modo, a casa podia exportar o cereal das suas rendas, livre do constrangimento e vigilância das autoridades municipais da ilha.

No entanto, apesar dos privilégios concedidos à casa dos condes, as câmaras de São Miguel procuraram, sempre que possível, limitar o seu alcance, pelo que, ao entrarmos na segunda metade do século XVIII, o problema

³⁴ Cf. BPARPD, ACPD, Livro 12, fls. 226-227v, 9 de Dezembro de 1724.

³⁵ Cf. BPARAH, ACAH, Acórdãos, Livro 18 (1724-1734), fls. 109v, vereação de 8 de Outubro de 1727, 130v, vereação de 14 de Abril de 1728, 149, vereação de 9 de Novembro de 1728, 179, vereação de 31 de Agosto de 1729, 184, vereação de 26 de Outubro de 1729, 212-212v, vereações de 2 e 16 de Setembro de 1730, e 238v-239, vereação de 11 de Junho de 1731.

³⁶ Cf. José Damião RODRIGUES, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, vol. I, pp. 126-128.

³⁷ Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1677-1712)*, fls. 208-209.

³⁸ Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1711-1716)*, fl. 109v.

da articulação entre a quantidade de cereal que devia permanecer na ilha e a livre exportação das rendas da casa da Ribeira Grande continuava em aberto. No período da capitania geral, o máximo representante da coroa no arquipélago foi chamado a arbitrar os conflitos que surgiram entre os oficiais dos concelhos e os senhorios, com decisões que, por vezes, beneficiaram os últimos.

Em Vila Franca do Campo, na vereação de 17 de Novembro de 1767, foi lida uma carta de D. Antão de Almada, capitão-general dos Açores, dirigida aos oficiais daquela câmara, acerca de uma petição da condessa da Ribeira Grande. A condessa pretendia armazenar nos seus celeiros 75 moios de trigo das rendas que possuía, que correspondiam às duas partes que podia exportar livremente – a terça parte fora já guardada nos granéis dos exames – e se destinavam a Mazagão, pois tinha vendido esse cereal aos procuradores da praça luso-marroquina. Os vereadores e o juiz de fora de Vila Franca do Campo recusavam-se a autorizar o embarque dos 75 moios, alegando que os procuradores da praça de Mazagão não tinham apresentado o documento comprovativo emanado da Casa de Ceuta, justificando a respectiva exportação. Todavia, perante a petição da condessa, o capitão-general autorizou o embarque dos trigos³⁹.

Acerca das quantidades de cereal exportadas nestes anos para a praça de Mazagão, um precioso documento, datado de 1767, esclarece-nos quanto aos montantes exportados e sua distribuição quantitativa pelos concelhos micalenses e pela ilha de Santa Maria⁴⁰. José Rebelo, administrador dos tabacos da ilha de São Miguel e procurador dos contratadores da praça de Mazagão, dirigiu uma petição ao capitão-general dos Açores, informando-o de que comprara 125 moios de trigo em Vila Franca do Campo, além do cereal pertencente à Companhia de Jesus e à Santa Casa da Misericórdia da mesma vila, e ainda 40 moios na Ribeira Grande, destinando-se todo o grão ao aprovisionamento de Mazagão. Porém, os oficiais das câmaras das duas citadas vilas e também os da cidade de Ponta Delgada haviam impedido o embarque do trigo, alegando que este era necessário para sustento dos povos. O procurador, argumentando que era notória a abundância de milhos na ilha e que a praça de Mazagão era privilegiada, requeria ao capitão-general que este ordenasse aos oficiais dos concelhos em questão que não impedissem o embarque do cereal, antes colaborassem nesse desígnio.

O traslado desta petição tem em anexo a ordem do capitão-general e um rol dos trigos comprados e embarcados pelo procurador José Rebelo. Somos assim informados que, em Setembro e Novembro de 1767, José Rebelo já havia carregado 696 moios e 9 alqueires de trigo em três navios. Para carregar, tinha ainda 230 moios, distribuídos da seguinte forma: 60 em Santa Maria, 118 em Ponta Delgada (63 do granel da condessa da Ribeira Grande, 40 do granel do Colégio dos Jesuítas, 5 do de Francisco Cordeiro, 3 do de Agostinho Barros Lobo e 7 do granel do próprio José Rebelo) e 12 na Lagoa, estes também da casa da Ribeira Grande. Restavam, para completar o lote, 40 moios. Quanto aos 125 moios adquiridos em Vila Franca do Campo, pertenciam 80 à casa condal, 20 ao prioste geral, 10 ao capitão Agostinho de Barros Lobo, 10 ao capitão Simão José, 4 ao prior do convento de Nossa Senhora da Graça, de Ponta Delgada, e um a Manuel Machado Leão⁴¹.

Os privilégios concedidos pela monarquia a nobres e religiosos, autorizando-os a transportarem cereais e outros géneros para fora dos concelhos, obstaculizavam o controlo das exportações por parte das câmaras⁴². A exportação de cereais só podia efectuar-se após a concessão da respectiva licença camarária. Uma vez dada esta autorização, um oficial do senado – por exemplo, o escrivão da câmara – ou outro agente concelhio – o medidor do concelho – devia inspeccionar e medir o grão a exportar, de modo a garantir que a terça parte do mesmo ficasse na terra⁴³. As referências à terça parte do cereal que devia permanecer nas terras – no final de Setecentos, refere-se

³⁹ Cf. ACVFC, *Livro do Registo (1718-1819)*, fls. 150-150v.

⁴⁰ Idem, fls. 153v-155, petição de José Rebelo, sem data, ordem de D. Antão de Almada, de 7 de Dezembro de 1767, e relação do cereal exportado para Mazagão, sem data (finais de 1767).

⁴¹ Idem, fl. 154v.

⁴² A concessão de privilégios neste campo datava do século XVI e, nos séculos seguintes, os agraciados relembraram pontualmente aos poderes municipais a sua situação de excepção. É assim que vemos, no começo de Setecentos, ser novamente copiada no livro de registos da câmara de Ponta Delgada a sentença que os ministros eclesiásticos haviam alcançado em 7 de Março de 1606 contra os vereadores do senado da cidade, pela qual eram autorizados a embarcarem os trigos das suas ordinárias. Cf. BPARPD, ACPD, 115, fls. 339v-343v.

⁴³ Um acórdão da câmara da Ribeira Grande refere expressamente que só se exportariam para fora do concelho “duas partes das rendas dos Senhorios das terras, *que sam moradores em diversas jurisdiçoens*”. Cf. ACRG, *Livros de Acórdãos*, 13, fl. 103, vereação de 19 de Agosto de 1769.

quer a terça parte, quer a sexta⁴⁴ – são algo frequentes na documentação consultada e alguns documentos revelam ainda a resistência dos poderes locais à exportação dos dois terços dos senhorios.

Existindo rotas que se configuravam como prioritárias no quadro do sistema atlântico português, caso da rota Açores-Mazagão, o centro político procurou evitar que o cereal embarcado fosse desviado para o estrangeiro, contando, para esse fim, com a colaboração dos oficiais das câmaras açorianas. Em sessão camarária realizada na vila da Lagoa, em São Miguel, em Julho ou Agosto de 1757, o procurador do concelho apresentou um requerimento aos juizes ordinários e vereadores,

“por ser conveniente ao bem comum dos moradores e pouo desta uilla e seu termo e evitar a fome, e carestia dos mantimentos, e o que he mais para melhor observação do decreto de Sua Magestade fidelissima que Deos *goarde* digo Deos nosso Senhor *goarde*”⁴⁵.

No seu requerimento, o procurador do concelho abordou o problema da exportação de cereais para Mazagão, pelo que dispomos assim de uma informação segura quanto à forma como se devia processar o controlo da exportação cerealífera. Estando determinado, por decreto régio, que se não embarcasse trigo e outros mantimentos para os reinos estrangeiros, no caso das exportações para Mazagão e Lisboa o procurador do concelho requereu que, nas petições, se declarasse para onde ia o navio, qual o seu nome e o do respectivo capitão e qual a nação, sob uma fiança de 300.000 réis e três meses de prisão; por outro lado, para evitar que os navios, depois de carregados, viajassem para portos estrangeiros, reclamou o mesmo oficial que “se obrigue apresentarem certidam da *ditta* praça de Mazagam ou da Corte e Cidade de *Lixboa* em como o *ditto* Navio ou embarcaçam nos dittos portos descarregou toda a *ditta* carga”⁴⁶.

Com a criação da capitania geral dos Açores, em 1766, caberia ao capitão-general superintender no provimento da praça de Mazagão, ordenando às câmaras que organizassem a recolha dos géneros e facilitassem o seu transporte. A coroa negociaria ainda com particulares o abastecimento da praça em 1768, mas o abandono da mesma, no ano seguinte, terminou com este circuito que, para os naturais das ilhas, não apresentava valor comercial⁴⁷.

Ver ainda, sobre o mesmo assunto, ACVFC, *Livro de Acórdãos (1768-1779)*, fl. 260, vereação de 1 de Outubro de 1774. Em tempos de aflição, os senados ordenavam aos medidores que não efectuassem qualquer medição dos géneros alimentícios, como meio de impedir o transporte dos mesmos para fora da jurisdição. Cf. ACVFC, *Livro de Acórdãos (1722-1732)*, fl. 179v, vereação de 20 de Maio de 1727.

⁴⁴ Ver, a título de exemplo, ACVFC, *Livro de Acórdãos (1779-1790)*, fls. 222-223, vereação de 19 de Agosto de 1786 (terça parte do trigo), e *Livro de Acórdãos (1791-1817)*, fl. 31v, vereação de 18 de Novembro de 1793 (sexta parte do milho), e 44v-45, vereação de 29 de Outubro de 1794 (terça parte do milho).

⁴⁵ Cf. Arquivo da Câmara da Lagoa (ACL), Lagoa, *Livro de Acórdãos (1733-1761)*, fls. 156v-159, entre 16 de Julho e 13 de Agosto de 1757 (a sessão camarária não está datada).

⁴⁶ Idem, fl. 158.

⁴⁷ Cf. José Guilherme Reis LEITE, “Administração, sociedade e economia dos Açores, 1766-1793”, in *Arquivo Açoriano. Enciclopédia das Ilhas dos Açores*, vol. 16.º, Parte 3.ª (e última), Fascículos 24 a 35, 1972, pp. 369-475, *maxime* p. 411. Sobre esta questão, ver ainda Avelino de Freitas de MENESES, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, vol. II: *Economia*, 1995, pp. 183-189.

**MAZAGÃO,
LA VILLE QUI TRAVERSA L'ATLANTIQUE DU MAROC À L'AMAZONIE
(1769-1783)***

LAURENT VIDAL**

Avant de présenter ce travail, je souhaiterais commencer par une remarque préliminaire, qui va m'obliger à faire un long détour, mais un détour nécessaire pour expliquer ce que fut ma démarche d'historien pour cette enquête.

On trouve dans le *Quart-Livre* de Rabelais, aux chapitres 55 et 56, un texte étonnant, qui a alimenté bien des commentaires, évoquant la rencontre que firent Pantagruel et ses compagnons, avec des *paroles dégelées*. Je me contenterai ici de soulever quelques réflexions suggérées par la lecture de ce texte – qui mériterait qu’on l’étudie longuement du point de vue de l’historien. Mais écoutons d’abord Rabelais :

«En pleine mer nous banquetant, gringnotans, divisans, & faisans beaulx discours, Pantagruel se leva & tint en pieds pour
discouvrir à l'environ. Puy nous dist.

Compaignons, oyez vous rien? Me semble, que ie oy quelques gens parlans en l'air, ie n'y voy toutesfoys personne. Escoutez.»

Ses compagnons finirent par entendre des voix et des sons « iusques à entendre motz entiers.

Ce que nous effraya grandement, & non sans cause, personne ne voyans, & entendens voix & sons tant divers, d'hommes, de femmes, d'enfans, de chevaux»

«Le pilot feist response: Seigneur, de rien ne vous effrayez. Icy est le confin de la mer glaciale, sus laquelle feut au commencement de l'hyver dernier passé grosse & felonnie bataille, entre les Arismapiens, & le Nephelibates. Lors gelèrent en l'air les parolles & crys des homes & femmes, les chaplis des masses, les hurtys des harnoy, des bardes, les hannissements des chevaux, & tout effroy de combat. A ceste heure la rigueur de l'hyver passée, advenente la serenité & temperie du bon temps, elles fondent & sont ouyes.

Tenez tenez (dist Pantagruel) voyez en cy qui encores ne sont degelées.

Lors nous iecta sus le tillac plenes mains de parolles gelées, & sembloient dragée perlée de diverses couleurs. Nous y veismes des motz de gueule, des motz de sinople, des motz de azur, des motz de sable, des motz dorez. Les quelz estre quelque peu eschauffez entre nos mains fondoient, comme neiges, & les oyons realement. Mais ne les entendions. Car c'estoit language Barbare.»

Pantagruel en jette d'autres sur le pont: «Et y veids des parolles bien picquantes, des parolles sanglantes, lesquelles li pilot nous disoit quelques foys retourner on lieu duquel estoient proferées, mais c'estoit la gorge couppee, des parolles horribles, & aultres assez mal plaisantes à veoir. Les quelles ensemblement fondues ouysmes, hin, hin, hin, hin, his, ticque torche, lorgne, brededin, brededac, frr, frrr, frrr, bou, bou, bou, bou, bou, bou, bou, bou, bou, traccc, trac, trr, trr, trr, trrr, trrrrr, On, on, on, on ououououon: goth, mathagoth, & ne sçay quels aultres motz barbares, & disoyt que c'estoient vocables du hourt & hannissement des chevaulx à l'heure qu'on choque, puy en ouysmez d'aultres grosses & rendoient son en degelent, les unes comme de tabours, & fifres, les aultres comme de clérons & trompettes.»

* Ce texte est une synthèse des propos développés dans mon ouvrage: *Mazagão, la ville qui traversa l'Atlantique. Du Maroc à l'Amazonie (1769-1783)*, Paris, Aubier, 2005. Nous renvoyons à cet ouvrage pour toutes les références.

** Université de La Rochelle.

À entendre Rabelais, on peut se demander si le travail de l'historien ne consiste pas à dégeler des voix, prises dans les liasses des archives? et, au-delà des voix, à dégeler des corps pris dans la trame serrée des mots? Mais suffit-il à l'historien de dégeler ces paroles pour qu'elles le ramènent sur le lieu (et dans le temps) où elles ont été proférées, comme semble le dire le pilote? Dans ce cas-là, l'historien ne serait qu'un simple archéologue en quête de paroles gelées, et nous retomberions d'une certaine manière dans le credo positiviste. Dès lors, demeure une question: comment passer des mots écrits à la voix ou au corps dévoilé? car évidemment, nous ne pouvons les entendre ou les toucher, et pourtant nous les devinons, nous savons leur présence autour de nous, enveloppés dans les mots.

Pour essayer de contourner la difficulté de ce passage des mots aux corps, il faut peut-être recourir à certaines approches des historiens de la période classique. Dans un article intitulé «montrer et citer», Carlo Ginzburg nous explique que jusqu'au XVII^e siècle, où la preuve, et notamment la citation, s'impose comme le support essentiel de la démonstration en histoire, les historiens classiques essayaient de convaincre le lecteur en faisant passer dans leur discours une impression de vie, en suscitant l'émotion ou en imposant la vue directe par la force du style¹. Pour traduire cette démarche, les Grecs utilisaient la notion d'*enargeia*. Aussi, sans renier la nécessité et l'importance de la preuve, l'historien d'aujourd'hui ne peut-il, dès lors qu'il se trouve démuné de sources spécifiques, reprendre cette recherche de l'*enargeia*? Ne peut-il par son écriture, en s'appuyant sur d'infimes traces, sur «une gouttelette presque impalpable» (Proust), essayer tout de même de redonner forme et vie à ces corps dégelés?

C'est ce que j'ai essayé de faire à l'occasion de cette enquête sur la déportation de toute la population de la forteresse de Mazagão, du Maroc en Amazonie, à la fin du XVIII^e siècle.

1. Une place forte marocaine

Mazagão est située sur le littoral atlantique du Maroc, entre Tanger et Agadir. Sa construction (entre 1509 et 1541) s'inscrit dans le mouvement de *Reconquista* des couronnes ibériques. Prévue pour être une place forte de l'occident chrétien en terre musulmane, elle doit permettre de convertir les infidèles – des Berbères (vivant dans des tribus nomades) ou des Maures (vivant dans des villes). Il s'agit d'une forteresse bastionnée, construite selon les plans d'un ingénieur italien, Benedetto da Ravenna. Posée à cheval entre la terre et l'océan, elle possède deux portes d'accès: la *porte du gouverneur*, qui donne sur les terres, et la *porte de la mer*, qui ouvre vers l'océan, et qui reste hors d'atteinte des ennemis. Tout près de la forteresse, des champs de blé, d'orge et de seigle sont cultivés.

La vie quotidienne dans la forteresse est marquée par le rythme des tours de garde: les fantassins et les cavaliers font des tours de ronde aux alentours de la forteresse, pendant que les artilleurs se relaient sur les remparts. De temps en temps, quelques escarmouches ont lieu – notamment au moment de la récolte du bois, des travaux dans les champs, ou des rondes.

En temps de paix, la forteresse est ouverte. Et il n'est pas rare que des Maures ou des Berbères se rendent dans la forteresse pour vendre leurs produits agricoles ou artisanaux. En cas de famine, l'entraide est fréquente. D'une certaine manière, nous pouvons dire que les habitants de la forteresse et ceux des alentours partagent le même quotidien – précaire et fruste.

La forteresse compte environ 2000 personnes, qui forment une population hétérogène. On y trouve d'abord des militaires: à savoir, des fantassins (environ 600) et des cavaliers (une centaine). Ces derniers sont de jeunes nobles: pour eux, Mazagão est un lieu d'apprentissage du maniement des armes. On les appelle les *fronteiros*. On trouve également des familles: celles des soldats, mais aussi des familles installées depuis des générations dans la forteresse. Ce sont les *moradores*. Il y a parmi eux des artisans, des agriculteurs... Ajoutons à cela des religieux, quelques esclaves africains, quelques maures (esclaves ou convertis), et des prisonniers politiques (Mazagão est un lieu de bannissement dans l'empire portugais). Au XVIII^e siècle, on trouve également des familles venues de Açores: elles ont obtenu du roi l'autorisation de quitter leur archipel en raison de la famine due à la surpopulation.

Tous ces habitants ne désirent et n'attendent qu'une chose: qu'éclate un grand combat. Pour cette attente, ils peuvent endurer l'enfermement, la faim, l'ennui... La guerre offre en effet l'occasion de se distinguer par une

¹ Carlo GINZBURG, «Montrer et citer: la vérité de l'histoire», *Le Débat*, 1989, n° 56.

action héroïque. Et le héros peut obtenir le titre de «chevalier de l'ordre du Christ», ce qui équivaut à un titre de noblesse. Pour les *moradores* et les Açoriens, la guerre offre ainsi l'opportunité de connaître un autre destin social. Elle peut être un instrument de mobilité sociale. Pour les *fronteiros*, plus simplement, le grand combat leur permettra de rentrer plus tôt au Portugal.

Mazagão a déjà connu, en 1561, un grand siège: 120 000 soldats maures et berbères assiégeaient alors la forteresse. 20 000 soldats portugais venu en renfort de Lisbonne ont permis de repousser l'assaut des infidèles. Cet acte de bravoure a été commenté dans toute la chrétienté et a fait la réputation de Mazagão, comme forteresse imprenable.

2. Le siège de Mazagão (décembre 1768 - mars 1769)

En décembre 1768, Mazagão se trouve à nouveau assiégée par 120 000 soldats, Maures et Berbères, réunis par le sultan Mohamed. Face à un tel siège et à l'ultimatum du sultan, le gouverneur de Mazagão demande alors de l'aide à Lisbonne. Mais, en mars 1769, il reçoit en retour l'ordre d'abandonner la forteresse.

Dans sa lettre au gouverneur, le roi explique avoir constaté depuis longtemps l'inutilité de cette forteresse pour l'empire portugais. C'est pourquoi, désireux d'épargner la vie de ses sujets, il préfère les aider à quitter dignement la forteresse.

On imagine sans peine la désillusion des habitants, notamment des *moradores*, qui voyaient enfin sonner l'heure du grand combat. Or c'est l'attente de ce grand combat qui justifiait tant de privations et de souffrances. Et voilà que soudain le roi refuse, à ces *soldats de la foi*, la possibilité de se battre, de prouver leur valeur au combat.

Après avoir menacé le gouverneur, une véritable frénésie s'empare de la population: les uns coupent les pattes des chevaux, d'autres jettent les canons à la mer ou brisent les autels des églises. Les rues sont jonchées de meubles brisés.

3. Premier mouvement: la ville flottante

Les ordres qu'envoie Lisbonne sont une sorte de guide pratique pour un déplacement efficace:

- le gouverneur devra négocier une trêve de trois jours.
- la sortie des habitants s'effectuera par la porte de la mer. Des chaloupes les transporteront vers les 14 navires que le roi a envoyé pour leur transport.
- pour éviter toute confusion, le gouverneur devra faire respecter un ordre strict pour la sortie: les femmes et les enfants, sortiront d'abord ; ensuite, le clergé avec les images pieuses, l'argenterie des églises et les registres paroissiaux; suivront les fonctionnaires; les compagnies de soldats et la cavalerie; les prisonniers; et enfin les vieux, qui auront été, pendant la sortie, mis sur les remparts pour riposter aux attaques ennemies.

Le 11 mars, c'est à la retraite ordonnée d'une cité militaire que l'on assiste – une ville orpheline de ses murs et de ses morts. Une ville répartie en 14 quartiers flottants navigue vers Lisbonne (le voyage dure 10 jours).

4. En transit à Lisbonne (1)

Après le temps du mouvement, vient le temps du transit. Pour l'administration portugaise, le séjour des Mazaganistes à Lisbonne ne sera qu'un moment de transit. Le ministre de la marine et de l'outre-mer (Mendonça Furtado) a convaincu le premier ministre (le marquis de Pombal) de la nécessité de fonder une Nouvelle Mazagão en Amazonie. La justification officielle est de permettre que ces soldats puissent se reposer de tant de souffrances endurées depuis des années.

Mais pour bien comprendre ce choix, il convient de présenter les nouvelles données de la géopolitique du Brésil et de l'Amazonie dans cette deuxième moitié du XVIII^e siècle. En effet, la décision de créer une Nouvelle Mazagão s'inscrit dans le contexte du travail des commissions des frontières. Lors du Traité de Madrid, signé en 1750, pour la renégociation des frontières entre les possessions portugaises et espagnoles en Amérique, le principe juridique de l'*uti possidetis* a été retenu. Il permet d'attribuer les territoires contestés à l'une ou l'autre des couronnes selon qu'elles peuvent faire la preuve de la présence régulière de colons. Le Portugal cherche donc à peupler les marges de ses possessions : au sud du Brésil et en Amazonie. Mendonça Furtado connaît particulièrement bien l'Amazonie puisqu'il a été le premier gouverneur de l'État du *Grão Pará e Maranhão* (à partir de 1751). À ce titre, il a impulsé une politique de création de bourgades (*vilas*). La plupart sont nées de la transformation d'anciennes missions jésuites. Elles ont été baptisées avec des noms portugais et non plus indiens. La création d'une Nouvelle Mazagão prend place dans ce cadre.

La création d'une ville coloniale signifie donc que les Mazaganistes ne seront plus des soldats de la foi mais des colons du Nouveau Monde. Pour l'administration, le temps de transit va donc servir à organiser ce changement de statut et à inventer une ville coloniale. Une mécanique implacable va désormais se mettre à l'œuvre : les Mazaganistes sont d'abord comptabilisés (2092 personnes), puis listés par familles (436), elles-mêmes classées par ordre alphabétique. Ce choix de équivalait à une négation de la structure sociale de la forteresse : la communauté de Mazagão est réduite à un ensemble de familles interchangeables.

Le 11 août, tous les chefs de famille sont réunis pour recevoir le paiement des soldes, rentes et pensions dues par la couronne à ces anciens soldats. Le roi a donc décidé, unilatéralement, de mettre fin à leur statut de soldat de la foi. Désormais, libres de toute attache, ils peuvent devenir des colons du Nouveau Monde. C'est la condition obligatoire pour qu'une ville coloniale voit le jour. Mais le roi ne le paye qu'une partie de leurs soldes : le reste leur sera réglé lors de leur arrivée à Belém.

Cette mise en attente des Mazaganistes à Lisbonne sert aussi d'autres objectifs : préparer les navires de transport, avertir le gouverneur du *Grão Pará e Maranhão* de l'arrivée de 2000 personnes, et prévenir le gouverneur du *Grão Pará e Maranhão* de la nécessité de chercher un site pour la fondation de la Nouvelle Mazagão.

5. En transit à Lisbonne (2)

Si l'on veut comprendre ce que ce séjour à Lisbonne a pu signifier pour les Mazaganistes, alors, commencent les problèmes pour l'historien. Les documents qui ont été archivés et conservés (il s'agit pour l'essentiel de documents administratifs) ne donnent pas directement la parole aux individus. Dès lors, s'il veut comprendre ce que fut l'attitude des Mazaganistes dans ce transit, l'historien doit accepter de travailler à partir de simples indices, en croisant hypothèses et conjectures. Et il doit accepter les risques de cette méthodologie.

- Que sait-on donc ? La seule certitude est que lorsqu'ils arrivent à Lisbonne, les Mazaganistes ne savent pas quel va être leur destin.
- Quand vont-ils l'apprendre ? Je ne sais pas exactement, mais assez rapidement, sûrement. Les soldats sans famille et les nobles de sang ne sont pas obligés de s'installer en Amazonie. Mais tous les autres doivent continuer le voyage. Et, en attendant, ils vivent regroupés autour du Monastère des Jerônimos.
- Que peut-on savoir de leur état d'esprit ? On peut faire l'hypothèse d'un choc psychologique au moment de leur arrivée à Lisbonne. Ils passent de l'univers fermé d'une forteresse à l'univers ouvert d'une grande ville. Ils passent du rythme lent d'une forteresse au rythme rapide d'une capitale, en pleine reconstruction (tremblement de terre de 1755). Ce choc doit les projeter dans un entre-deux, dans une situation intermédiaire : ils prennent conscience qu'ils n'appartiennent plus à la forteresse, et ils n'appartiennent pas encore à la capitale de l'Empire portugais.

Du point de vue de cette communauté perdue entre deux mondes, comment analyser la signification de la journée du 11 août ? Les chefs de famille ont été conviés à signer une attestation des sommes reçues. Quelle est

la signification de ce geste? S'agit-il de l'acceptation de leur destin de colon? Je ne le crois pas. Ils ne peuvent pas savoir ce que cela signifie exactement. Il y a autre chose dans le geste de ces corps qui se courbent pour signer. J'y vois un moment fondamental, où les Mazaganistes s'affirment comme une communauté de destin. Ils ne savent pas vraiment où ils vont, ni pourquoi, mais ils savent qu'ils y vont ensemble.

À partir de là, on assiste à divers scénarios:

- Certains, mais ils sont rares, tentent de fuir. Tous seront rattrapés.
- Ceux qui demandent une audience à la cour voient leurs demandes systématiquement rejetées.
- On remarque aussi que la majorité des familles se réorganisent pour affronter le voyage. Elles accueillent un père, un oncle, un frère, des *agregados* (c'est-à-dire, une personne ou une famille souhaitant s'installer en Amazonie et qui se joint à une famille de Mazagão)...
- Mais surtout, après avoir perdu leurs murs de pierres, les Mazaganistes tentent de reconstruire d'autres murs, bien plus solides que les murs de pierres : les murs de la mémoire. J'ai découvert, dans les archives, un poème épique, rédigé durant le séjour à Lisbonne. Il raconte la rencontre d'un membre de la cour et d'un Mazaganiste, lors de l'arrivée des navires à Lisbonne.

Dès la première strophe, c'est l'incompréhension du courtisan qui est signalée, à laquelle répond l'incrédulité du Mazaganiste:

«Il me pèse, ami de mon cœur
de te voir affligé
Comment as-tu pu laisser notre Mazagão
Quand elle était par les Maures assiégée?
[...]

Tu ne réponds pas ami, tu ne parles pas
C'est par manque de courage ton silence?
Tu ne veux pas me dire clairement
Les mauvaises nouvelles
[...]

Où est la valeur des Africains
Où sont les escarmouches si notoires
Où sont tant de morts, tant de dommages
Où sont enfin tant de victoires
Qui de vous raconte la gloire depuis tant d'années
Et ont donné des sujets aux histoires
[...]

«Ah mon ami, répond l'Africain
baigné de larmes et soupirant
Déjà Mazagão a été abandonnée
Déjà la place est en leur pouvoir
Déjà toute la population a été évacuée
Déjà il n'y a plus rien à faire à Mazagão
Déjà tout a été embarqué par la mer
Que veux-tu encore savoir d'un disgracié

Tu me vois pleurer maintenant
 Car je me suis vu obligé en un instant
 À perdre pour toujours ma terre
 Me retrouvant épuisé, nu, dépouillé»

Et le courtisan de répondre:

«Les grands hommes doivent être tolérants
 Ne sois plus si arrogant
 Ne fais plus cas de ce départ
 Car si Dieu nous envoie ces châtiments
 Il sait bien ce qui convient aux pêcheurs.
 Laisse la main de Dieu te châtier.»

Le Mazaganiste entame alors sa narration:

«Jusqu'au jour suivant de cette façon
 Nous n'avons pas arrêté de discourir
 Quand l'ordre a été donné
 Que le Roi voulait défendre la Place
 Mais que l'on embarque pour la Cour les
 Femmes pour qu'aucune ne meure
 [...]

À peine est divulgué ce mandat
 Dans la Place parmi ses habitants
 Le peuple perd connaissance
 De frayeur commence à changer de couleur
 Presque presque commence à se mutiner
 Avec des paroles de fureur
 Les femmes commencent à proclamer publiquement
 Qu'en aucune façon elles n'embarqueront».

* * *

«Quel triste théâtre pouvait-on contempler
 Dans cette malheureuse Place
 L'un crie, l'autre clame, les autres soupirent
 Le peuple tristement affligé s'affaire
 L'un sur le cheval exécute sa haine
 L'autre jette son argenterie polie dehors
 Toute la caste des animaux du troupeau
 Est tailladée au revers des pattes.
 C'était un chaos de triste confusion
 C'était une véritable vallée de larmes
 De soupirs, lamentations et afflictions
 Que l'on voyait sur ces poitrines médaillées

Mazagam était alors pleurée
Après que ses fils se soient vus perdus
Portrait vivant de l'abîme éternel
S'il peut y avoir des portraits de l'Enfer».

* * *

«Voilà donc ami mon histoire
Voilà l'état de nôtre Mazagão
Dont il reste à peine aujourd'hui pour mémoire
Les ruines de sa perte».

On assiste ainsi à Lisbonne à un divorce entre la couronne et les Mazaganistes. Face à la ville coloniale qu'invente la couronne, les Mazaganistes s'accrochent à une ville de la mémoire. Ce temps d'attente, loin d'être un moment d'inertie, a été au contraire un temps de rupture.

6. Deuxième mouvement: une ville mise en pièces traverse l'Atlantique

Le 14 septembre 1769, dans la violence et la confusion, commence le deuxième mouvement. Les 340 familles, réparties sur 10 navires, quittent Lisbonne pour traverser l'Atlantique en direction de Belém, capitale de l'État du *Grão Pará e Maranhão*. Mazagão ressemble alors à un grand puzzle, car la ville semble avoir complètement disparue. Les navires transportent des familles indistinctes de colons. Mais le gouverneur du *Grão Pará e Maranhão* dispose de tous les éléments pour reconstruire la ville: physiquement (des marteaux, des clous, des serrures de porte, des fusils et des bûches) et socialement (lettres de nomination de fonctionnaires). C'est une ville en kit, fournie avec des notices explicatives, qui fait le voyage.

7. Belém, ville d'attente (1)

Plaçons-nous du côté de l'administration et essayons de décrire ce qui se passe à Belém pendant ce temps.

Le gouverneur doit d'abord choisir un site pour la construction de la Nouvelle Mazagão. Pour cela, Mendonça Furtado lui a donné des indications précises: il faut installer la Nouvelle Mazagão sur la rive nord de l'Amazone. En effet, quelques années auparavant (en 1763), 15 000 colons français ont tenté de s'implanter à Kourou (en Guyane). Certes, beaucoup mourront, mais le Portugal craint que si une telle base française voyait le jour, son contrôle sur la rive nord de l'Amazone ne soit menacée. Et comme le montre la carte dressée, à la demande de Mendonça Furtado, par le cartographe italien Galuzzi, le Portugal n'est guère présent dans cette région. Il faut donc à tout prix renforcer la présence portugaise. Et en cas d'attaque contre le fort de Macapá, les habitants de la Nouvelle Mazagão pourraient venir en renfort aider à repousser la menace. Le gouverneur confie à l'ingénieur italien Domingos Sambucetti, le choix d'un plan d'urbanisme, et au capitaine Moraes Sarmento, l'organisation de la construction.

Le gouverneur doit aussi prévoir l'accueil et le ravitaillement de 2000 personnes dans une ville de 10 000 habitants. Les Mazaganistes seront logés chez l'habitant. Cette prise en charge durera jusqu'en 1776.

Mais il s'agit aussi de bien faire sentir aux Mazaganistes que leur séjour à Belém n'est que transitoire. D'où la proposition de créer une paroisse spécifique pour les Mazaganistes. Une paroisse sans assise territoriale, ne pouvant donc avoir aucun contact avec les deux paroisses de Belém. Par ce choix, l'administration donne l'impression que les Mazaganistes évoluent dans un autre espace que les habitants de Belém. Encore une fois, ils sont maintenus dans une situation intermédiaire.

Le gouverneur doit également régler la deuxième tranche du paiement des soldes. Cette fois, le paiement se fait en nature (en esclaves et en matériel).

Il lui faut enfin organiser le transfert progressif des familles, au fur et à mesure de l'avancement de la construction des maisons (à partir de mai 1771).

8. Belém, ville d'attente (2)

Plaçons-nous désormais du côté des Mazaganistes. Les voici confrontés à un nouveau temps d'attente. Il leur faut vivre en attendant d'être appelés pour s'installer dans la Nouvelle Mazagão. Que sait-on?

- Ils restent d'abord ensemble pendant deux années. Puis, à partir de mai 1771, ils vont vivre au rythme des départs progressifs et des nouvelles qu'ils reçoivent de *Nova Mazagão*. Et ces nouvelles disent que cette ville est une ruine, un lieu de perdition...
- À Belém, les familles reçoivent des esclaves africains. Elles vont donc apprendre à cohabiter et vivre avec.
- Les plus jeunes, en revanche, ne vont pas passer leur temps à attendre. Ils vont chercher un emploi (beaucoup seront soldats, comme leurs pères). Et beaucoup vont se marier aussi. En étudiant chacun de ces mariages, on perçoit de véritables stratégies matrimoniales. Si l'on excepte le cas des nobles, qui cherchent à se marier entre eux, au sein de la communauté, les autres cherchent systématiquement à se marier avec un ou une habitant de Belém. Ils demandent ensuite l'autorisation de s'installer dans une autre bourgade que Nova Mazagão, pour rester auprès de leur femme ou mari. S'ils réussissent, les parents demandent l'autorisation de demeurer auprès de leur enfant. Ils échappent ainsi à l'obligation de s'installer à Nova Mazagão. Ce n'est qu'au bout d'une vingtaine de demandes que les autorités vont se rendre compte de ce jeu, qui permet aux familles de soustraire aux ordres de Lisbonne.

On remarque donc que, le temps d'attente s'étirant, la vie commence à fissurer l'édifice social construit par l'administration. La ville en kit et en listes est en train de prendre l'eau! On assiste à l'arrivée d'un nouvel acteur: la ville vécue.

9. Troisième mouvement: une ville en pointillés se dirige vers ses murs

Quand une famille est appelée, commence alors le troisième mouvement.

Je n'ai pas pu savoir pourquoi telle famille était appelée avant telle autre. Simplement, lorsque des habitations étaient achevées, le gouverneur organisait le déplacement de familles, en veillant au respect des listes établies à Lisbonne. A chaque famille une habitation. Le voyage dure environ 15 jours. Les familles sont transportées sur des canoës, avec esclaves, armes, bagages et outils. 1800 personnes sont transportées entre 1771 et 1778.

10. La renaissance de Mazagão

Avant sa reconstruction, Mazagão, ville déplacée, a donné naissance à trois idées de villes: la ville coloniale, la ville de la mémoire et la ville vécue. Dans ces conditions, quel peut-être l'objectif de la renaissance de Mazagão? Est-ce que le projet d'urbanisme peut réconcilier ces idées de ville?

L'ingénieur Domingos Sambucetti a choisi de construire la ville sur le site d'une «réduction» indienne (*lugar de Santa Ana*). Les indiens sont déplacés et leur village rasé (à l'exception de l'église). C'est pourquoi Nova Mazagão n'est pas une ville créée *ex nihilo* mais *ex novo*. Sambucetti prévoit un tracé régulier pour cette ville nouvelle, ainsi que l'emplacement de 340 maisons (une famille, une maison). Il y a deux types de maisons (à 4 et 6 pièces),

selon la taille de la famille. Malgré son apparence de ville ouverte, c'est bien une ville fermée qu'a mis au point l'urbaniste.

Mais du projet à la réalité, de grandes différences vont apparaître... Les constructeurs de Nova Mazagão sont indiens. Ils sont environ 150 provenant de toute l'Amazonie, et sont remplacés régulièrement. Les techniques de construction sont indiennes également: au lieu d'utiliser des clous, les indiens préfèrent des ligatures végétales. L'alimentation est également indienne. Nova Mazagão renaît alors comme une ville indienne. Et c'est cette ville indienne en construction que découvrent les familles de Mazagão lorsque les canoës s'approchent de Nova Mazagão.

La renaissance de Mazagão n'est donc pas une reproduction à l'identique de l'ancienne forteresse. C'est une ville palimpseste qui prend forme. À la ville de papier (figée dans des listes administratives ou dans un plan d'urbanisme), s'ajoutent la ville indienne, la ville en chantier et la ville coloniale (avec les esclaves africains). Le tout, donne naissance à la ville métisse.

11. Le pourrissement de la ville

Cette ville métisse va connaître de nouveaux problèmes. En effet, en même temps qu'elle sort de terre, elle pourrit (socialement et physiquement). Le climat social se détériore rapidement: depuis le départ de Lisbonne, des enfants sont nés, des chefs de familles sont morts, des familles nouvelles sont apparues. Les listes établies à Lisbonne ne rendent plus compte de la situation sociale de Mazagão. D'où des luttes incessantes pour l'attribution des maisons et des rations alimentaires. Pendant que l'administration coloniale plaide le respect des listes, les représentants des habitants demandent à ce que les changements intervenus durant le déplacement soient pris en compte. Les listes ou la vie!

Les néo-mazaganistes sont confrontés aux difficultés de production agricole (riz ou coton). Les esclaves n'ont aucune connaissance de la région et les indiens n'ont pas le droit de participer aux travaux agricoles. Dès lors, maladies et épidémies s'abattent sur ces corps affaiblis.

Mais il ne faut oublier aussi le pourrissement des maisons et autres construction. Le site choisi est marécageux. En 1779, l'église tombe en ruine; en 1786, c'est le tour de la *casa da câmara e cadéia*.

12. Vers l'abandon de Nova Mazagão

Beaucoup de néo-mazaganistes tentent alors de fuir ou demandent à la reine l'autorisation de rentrer au Portugal. Les plaintes ne cessent de s'amasser sur les bureaux de l'administration. Il faut dire qu'en 1777, le Marquis de Pombal est écarté du pouvoir. Des voix peuvent alors se faire entendre. Et ce pourrait bien être la couronne elle-même qui ait été, involontairement, à l'origine de cette réaction: en 1777, suite au décès de dom José I, Lisbonne demande en effet à ce que chaque région de l'empire organise une fête pour «célébrer avec applaudissements l'acclamation de la reine Notre Maîtresse et le mariage de Notre Sérénissime Prince». Le gouverneur transmet l'ordre au *senado da câmara* de Nova Mazagão, au début du mois de septembre. Huit journées de fête vont être organisées, entre le 16 novembre et le 1^{er} décembre.

Après un défilé de chars dans les rues de la ville, un combat naval entre un navire de guerre portugais et une embarcation de Maures, la célébration festive se termine par la mise en scène de trois opéras:

«La nuit du dimanche 23, a été joué avec toute la perfection l'opéra Démophon en Thrace: que l'on a répété une deuxième fois, et une troisième; de suite a été exécuté Didon abandonnée, la destruction de Carthage qui a été répété une deuxième fois, et pour finir Enée en Gétulie, deuxième partie de Didon, qui n'a été joué qu'une fois. Une fois achevé cette célébration des opéras qui fut le premier décembre, après deux jours de repos, le 3 a été joué pour le compte du commandant, la pièce intitulée le plus héroïque secret, ou Artaxerxés, avec laquelle a été mis fin aux opéras. Et le même jour ont commencé encore trois jours d'illuminations, par un nouvel ordre donné par le commandant».

Le choix de ces trois opéras et de leur succession ne relève pas du hasard. Leurs histoires s'emboîtent, presque parfaitement. Leur enchaînement et leur répétition produisent un sens qu'aucun, isolément, ne possède. Dans l'Amazonie du XVIII^e siècle finissant, aux confins de l'empire portugais, une communauté à genoux tente de retrouver une dignité. Elle adresse, sous la forme d'un discours codé, un message à la couronne: *l'injustice d'une décision (l'abandon) doit être dévoilée pour que puisse prendre fin le châtiment et s'ouvrir le chemin du retour.*

Le message va mettre du temps pour passer, mais peu à peu les Mazaganistes vont finir par se faire entendre. En 1783, la couronne décide d'en finir avec l'obligation faite aux Mazaganistes de résider à Nova Mazagão. Mais rien n'est cependant prévu pour les rapatrier... Ainsi prend fin cette Odyssée tragique.

Representações e percursos

AS VIAGENS DE FREI JOÃO DE SOUSA AO MAGREBE NO SÉCULO XVIII: PERCURSOS, ALOJAMENTOS E PRÁTICAS ALIMENTARES *

ISABEL M. R. MENDES DRUMOND BRAGA **

1. A biografia de frei João de Sousa, ou Yuhannā ad-Dimasqī, é bem conhecida desde que, em 1949, Joaquim Figanier publicou um estudo com vasto apêndice documental sobre esta figura da cultura portuguesa de Setecentos¹. Achegas anteriores, como as de frei Vicente Salgado² e de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso³, deram o pano de fundo e posteriores, nomeadamente de Maria Francisca de Oliveira Andrade e António Alberto Banha de Andrade⁴ e, mais recentemente, de Eva Maria von Kemnitz⁵ completaram o que se sabia sobre o frade arabista. Sintetizemos, pois, os traços mais significativos da vida e feitos deste homem.

Frei João de Sousa (c. 1730-35 - 1812), natural de Damasco, filho de católicos, foi criado numa das missões de Barbadinhos franceses, onde privou com o padre Gabriel de Quentin. Os pais, ao fugirem da capital da Síria, devido a perseguições movidas aos católicos, instalaram-se em Beirute levando o jovem. Naquela cidade, o padre Quentin voltou a encontrá-lo, protegeu-o e permitiu-lhe o acesso ao colégio dos Barbadinhos de Beirute, onde assistiu a aulas durante três anos. Aprendeu então francês e algum latim. Após a passagem pelo colégio, esteve certo tempo em casa de um negociante francês com o qual partiu para a Europa, findos os 14 anos de residência daquele na Turquia, os quais não foram prorrogados pelo Grão Senhor. A viagem foi particularmente acidentada. Corsários ingleses tomaram a fortuna do negociante francês que se dirigia para a sua terra natal, fazendo-o mudar de itinerário. Optou por passar a Malta, dali a Nápoles e, por fim, a Lisboa.

Desconhece-se como terá passado os primeiros anos em Portugal, desde que se fixou em 1749 ou 1750. De qualquer forma, a partir de certo momento passou a residir em casa de Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha. Em 1755, após o terramoto, ingressou, como criado, na casa de Gaspar de Saldanha e Albuquerque, futuro reitor da Universidade de Coimbra⁶. Em 1758, ambos foram para aquela cidade, João de Sousa, na qualidade de secretário. Desejando professar na Ordem Terceira da Penitência de São Francisco,

* A Investigação desenvolveu-se no âmbito do projecto “Manuscritos Árabes y Aljamiados en Madrid: Catalogación y Estudio”, referência HUM2006-12729-C02/FILO, financiado pelo MEC (Espanha) com co-financiamento do FEDER.

** Professora Auxiliar com Agregação e de nomeação definitiva da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. isabeldrumondbraga@hotmail.com

¹ Joaquim FIGANIER, *Frei João de Sousa. Mestre e Intérprete da Língua Árabe*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1949.

² Frei Vicente SALGADO, *Origem e Progresso das Línguas Orientais na Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1790.

³ Sebastião Francisco de Mendo TRIGOSO, “Elogio Historico de Fr. João de Sousa”, in *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo 4, parte 1, Lisboa, Academia das Ciências, 1815, pp. XLIX-LXII.

⁴ Maria Francisca de Oliveira ANDRADE e António Alberto Banha de ANDRADE, “Subsídios para a Aula de Árabe no Convento dos Terceiros de S. Francisco”, in *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 34, 1979, pp. 1-22.

⁵ A autora defendeu uma tese de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a 23 de Novembro de 2006, intitulada *O Orientalismo em Portugal no Contexto Europeu e das Relações Luso-Magrebina (séculos XVIII-XIX)*, sob a orientação de José Esteves Pereira e Adel Sidarus. Porém, a mesma ainda não se encontra à consulta nem na Biblioteca da referida Faculdade nem na Biblioteca Nacional. Todos os esforços empreendidos para ter acesso à obra, através de várias pessoas, foram dados ao insucesso.

⁶ Sobre os laços entre os Saldanha e frei João de Sousa escreveu Mendo Trigoso: “achou [em casa da referida família] o Sr. Fr. João de Sousa tanto, e ainda mais do que havia deixado na sua Pátria, e provavelmente do que acharia em outros países, se cumprisse a sua primeira resolução”. Cf. Sebastião Francisco de Mendo TRIGOSO, “Elogio Historico...”, p. LI.

conseguiu o intento no convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa, a 10 de Dezembro de 1772, quando era Provincial frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814).

Toda a vida de frei João de Sousa foi dedicada ao estudo, ensino e tradução do árabe falado e escrito. Poliglota, conhecia e falava francês, italiano, castelhano, maltês, português, além de um pouco de latim⁷, turco e persa, mas tinha como língua materna o árabe. Assim, foi autor de vasta obra, manuscrita e impressa, alguma dela motivada pelo seu trabalho de professor e de intérprete oficial de árabe, função que desempenhou desde 1784, passando posteriormente a oficial honorário e intérprete régio, em 1786 e, finalmente, a oficial do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1792⁸. Foi assim que acompanhou as missões diplomáticas marroquinas em Lisboa e as portuguesas em Marrocos e Argel, realizadas durante o século XVIII⁹.

As actividades desenvolvidas como professor, tradutor e coleccionador de vários tipos de documentos árabes implicaram a escrita de diversas outras obras. Enquanto docente de árabe, entendeu ser útil a publicação de gramáticas, léxicos e ainda fábulas morais. Disso mesmo deu conta, em 1790, frei Vicente Salgado: “a aceitação para religioso do padre frei João de Sousa, natural de Damasco, concorreu muito ao esplendor deste estudo, as belas qualidades e virtudes deste sujeito lhe tem merecido uma geral benevolência a que sabe corresponder obsequioso”¹⁰ ou, mais à frente, quando lembrou que o arabista, a instâncias de frei Manuel do Cenáculo, era pessoa que tinha trabalhado “com cuidado em dar também testemunhos das erudições da sua língua. Este aplicadíssimo religioso tem completo e já impresso um vocabulário das palavras e frases do uso quotidiano em árabe e português para instrução dos principiantes. Para o mesmo fim traduziu e compôs em ambas as ditas línguas algumas fábulas morais”¹¹.

Frei João de Sousa, académico correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde a sua fundação em 1779, percorreu o Alentejo à procura de inscrições, coleccionou moedas e examinou e leu manuscritos árabes, alguns dos quais traduziu¹². Desde 1788, a título particular, e a partir de 1795, a nível oficial, ensinou o idioma árabe no convento de Nossa Senhora de Jesus, substituindo frei António do Rosário Baptista. Antes, porém, já ensinara árabe em Alcobaça a mando do Dom Abade Geral, frei Manuel de Mendonça, visitador e reformador do cenóbio, que elaborou um método ou plano de estudos confirmado por D. José I (1750-1777), em 1776¹³. Em Alcobaça, foi substituir Paulo Hodar (†1780) que passou ao convento de Jesus e, mais tarde, a 2 de Janeiro de 1773, foi nomeado professor de hebraico, siríaco e árabe na Universidade de Coimbra¹⁴. Frei João de Sousa escreveu ainda uma oração gratulatória em louvor de D. José I, *Mandihu fi hamdi sûrati 'lsultâni Yûsufa 'lawwali*, em 1775, por ocasião da inauguração da estátua equestre do monarca¹⁵. Entre as obras publicadas pelo arabista destaque para *Documentos Árabicos para a Historia Portuguesa* (1790)¹⁶, uma publicação bilingue de documentos árabes existentes no Arquivo da Torre do Tombo, com a respectiva tradução e, sobretudo, as duas obras dedicadas especificamente ao ensino do idioma árabe: *Vestígios da Lingua Arabica em Portugal* (1789)¹⁷ e *Compendio da*

⁷ Mendo Trigo referiu que frei João de Sousa conhecia pouco latim e que desenvolvera o estudo daquele idioma em Portugal. Cf. Sebastião Francisco de Mendo TRIGOSO, “Elogio Historico...”, p. LIII.

⁸ Veja-se o elenco das obras, in Joaquim FIGANIER, *Fr. João de Sousa Mestre e Intérprete de Língua Árabe...*, pp. 9-14.

⁹ Sobre os relatos destas missões cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos no século XVIII. Os Relatos de Frei João de Sousa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

¹⁰ Frei Vicente SALGADO, *Origem e Progresso das Linguas Orientais...*, p. 77.

¹¹ Frei Vicente SALGADO, *Origem e Progresso das Linguas Orientais...*, p. 84.

¹² Sobre o coleccionismo português do século XVIII, cf. João Carlos Pires BRIGOLA, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

¹³ Sobre o conhecimento do árabe em Portugal até ao século XVIII, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Do Árabe e do Aljamiado em Portugal”, in *Anaquel de Estudios Árabes*, anexo I. Série Monografias (*Colecciones Madrileñas. Transmisiones Moriscas. Actas: Jornadas sobre Manuscritos Árabes*), coordenação de N. Martínez de Castilla, J. L. Garrot, A. I. Beneyto e M. J. Viguera, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2008, pp. 111-128.

¹⁴ Manuel Augusto RODRIGUES, “D. Paulo Hodar Presbítero Maronita Professor de Línguas Orientais na Universidade de Coimbra (1773-1780). Algumas Notas sobre Hebraístas e Arabistas Portugueses”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 7, 1985, pp. 1-65.

¹⁵ Sobre o significado desta cerimónia, cf. Nuno Gonçalo MONTEIRO, *D. José. Na Sombra de Pombal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 249-260.

¹⁶ João de SOUSA, *Documentos Árabicos para a Historia Portuguesa...*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1790.

¹⁷ João de SOUSA, *Vestígios da Lingua Arabica em Portugal...* aumentados e anotados por frei José de Santo António Moura, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1830. Frei José de Santo António Moura foi discípulo de frei João de Sousa e aperfeiçoou os estudos de árabe em Marrocos, com Hajje Haddu.

Grammatica Arabica (1795)¹⁸. Inédita ficou, de entre outras obras, a *Doutrina Christã em Portuguez e Arabico que se deve ensinar a qualquer Mouro que quizer abraçar a nossa santa religião*¹⁹, escrita a pensar nos indivíduos de origem muçulmana que se reduziam em Portugal²⁰.

Quadro 1
Missões Diplomáticas relatadas por frei João de Sousa

Origem da Missão	Data	Embaixador	Partida	Chegada	Objectivo	Observações
Portugal	1773 1774	José Roolen Van-Deck	Lisboa: 29-09-1773	Lisboa: 15-02-1774	Assinatura do tratado de paz.	A 18 de Novembro de 1773, faleceu o embaixador. O tratado foi assinado a 11-01-1774.
Marrocos	1774	Omar ben Daoudi	Tânger: 27-09-1774 Lisboa: 17-10-1774	Lisboa: 07-10-1774	Ratificação do tratado de paz de 1774.	A comitiva foi transportada pela embarcação portuguesa <i>Nossa Senhora da Graça</i> , a pedido do rei de Marrocos. O tratado foi ratificado por D. José I a 13-11-1774.
Marrocos	1777 1778	Hadj Adelmajid Lazrad	Mécknés: 27-09-1777 Salé: 8-10-1777 Lisboa: 17-02-1778	Lisboa: 15-10-1777	Condolências pela morte de D. José I e felicitações à nova soberana D. Maria I.	Foi ratificado o tratado de paz de 1774.
Marrocos	1780	Hadj Mohammed Laanaïa	Salé: 20-09-1780 Lisboa: 09-11-1780	Lisboa: 07-10-1780	Depositar dinheiro na Casa da Moeda, em Lisboa.	Única missão que não foi determinada pelo tratado de paz.
Portugal	1790 1791	Jacques Philippe de Landerset	Lisboa: 09-12-1790	Lisboa: 16-06-1791	Ratificação do tratado de 1774, por Mulay Yazid.	A 1 de Fevereiro de 1791, ratificação do tratado de 1774. A 22 de Junho de 1798, o tratado voltou a ser ratificado por Mulay Soulaymane.
Portugal	1786 1787	Jacques Philippe de Landerset	Lisboa: 01-02-1786 Cartagena: 17-01-1787 Argel: 17-06-1787 Marselha: 30-10-1787	Vila Nova de Santo António: 16-11-1787 Lisboa: ?-11-1787	Negociar um tratado de paz e comércio com Argel.	Os objectivos não foram alcançados. A paz com a regência de Argel só seria assinada em 1813.

¹⁸ João de SOUSA, *Compendio da Grammatica Arabica abbreviado claro e mais facil para a Intelligencia e Ensino da mesma Lingua*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1795.

¹⁹ Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa (A.C.L.), *Manuscritos Vermelhos*, n.º 744, doc. 5; *Manuscritos Azuis*, n.º 1019.

²⁰ Sobre esta temática, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Um Catecismo para os Muçulmanos: a *Doutrina Christã em Portuguez e Arabico*, de frei João de Sousa”, in *Anaquel de Estudios Árabes*, 19, 2008, pp. 41-52.

2. Enquanto intérprete, como referimos, frei João de Sousa acompanhou as missões diplomáticas marroquinas em Lisboa e as portuguesas em Marrocos e Argel e produziu seis relatos, os quais têm sido objecto de atenção sobretudo numa perspectiva geopolítica e estratégica²¹, pois diversos autores já abordaram essas vertentes em especial a propósito do tratado de 1774²². Neste texto, a nossa atenção está vocacionada para uma óptica que alia, na senda de Peter Burke, o poder com a cultura e a cultura com o poder, centrando-se no estudo dos rituais políticos e da mediação linguística dos textos²³. Efectivamente, tendo em conta o conceito de representação, caro a Roger Chartier, há que estar atento à maneira como certa realidade foi construída e apresentada, devido à teatralização da vida social própria das sociedades pré-liberais²⁴.

Os seis textos, que acabaram de ser publicados, contêm vasto material que permite estudar a ostentação de signos e a representação que Marroquinos, Argelinos e Portugueses fizeram de si próprios e dos outros. Ao longo das descrições das missões diplomáticas, da autoria de frei João de Sousa, foram desfilando aspectos de representação literal – o embaixador substitui o soberano – de etiqueta e protocolo – desde a apresentação de cumprimentos à entrega das credenciais, passando pelo oferecimento de banquetes – e menos de discussão de aspectos políticos. Em muitos passos, as descrições apresentam mais o modo de apreender a realidade por parte de um estrangeiro, assemelhando-se aos relatos de viajantes estrangeiros da época²⁵, do que uma exposição de uma negociação política.

Se os relatos de viagem nos permitem ver e ser vistos e se a literatura de viagens é um diálogo constante que liga dois âmbitos diferentes a duas pessoas distintas, como defende Nieves Paradela²⁶, também é certo que os textos de frei João de Sousa não constituem exactamente a visão dos muçulmanos face aos europeus – pois não foram os viajantes árabes os autores dos relatos – mas apenas a visão de um cristão face aos mundos marroquino e argelino no que se refere aos textos produzidos em resultado das missões diplomáticas portuguesas àqueles reinos. Ao contrário do que aconteceu em Espanha, espaço visitado igualmente por embaixadores marroquinos e turcos otomanos durante o século XVIII, que foi objecto de escritos – que se mantiveram inéditos na época – por parte de homens como al-Gazzāl e Ibn ‘Utmān, enviados pelo rei de Marrocos, e Vaçif Efendi, pelo seu congénere turco otomano, os marroquinos que visitaram Portugal, tanto quanto sabemos, não se detiveram a escrever as suas impressões.

De qualquer modo, em Portugal, o interesse setecentista pela redescoberta do mundo árabe parece ter sido significativo²⁷, o que nos reconduz às práticas e representações inerentes aos relatos de frei João de Sousa. Se a maioria dos autores que se têm dedicado ao estudo dos relatos de viagem chamou a atenção para o facto de os mesmos constituírem um género polimorfo (memórias pessoais, relatos de aventuras, relações de expedições científicas...), pois são o resultado de percursos empreendidos com diferentes fins, não deixam igualmente de

²¹ Uma das linhas de abordagem proposta por Jorge Borges de Macedo, em 1987. Cf. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, 2.ª edição revista e ilustrada, Lisboa, Tribuna da História, Instituto de Defesa Nacional, 2006.

²² Sobre estas missões, cf. F. A. Oliveira MARTINS, *Portugal e Marrocos no século XVIII*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1937, pp. 111-151; Maria Joana Miranda de Carvalho NETO, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e Comércio (1760-1783)*, 2 vols, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996; Idem, “Portugal e Marrocos. Inversão das Políticas Externas, Modernidade das Relações (1760-1773)”, in *Camões. Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, 17-18, 2004, pp. 55-69; António Jorge AFONSO, *Portugal e o Magrebe nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998; Fernando de Castro BRANDÃO, “Subsídios para a História Diplomática Portuguesa. O Tratado Luso-Marroquino de 1774”, in *Studia*, 32, 1971, pp. 357-363; Idem, “O Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos de 1774”, in *Camões. Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, 17-18, 2004, pp. 26-41; Jorge AFONSO, “O Tratado Luso-Marroquino de 1774 e o Magrebe. Um Relacionamento Integrado”, *Ibidem*, pp. 83-95.

²³ Peter BURKE, *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, tradução de Vanda Maria Anastácio, Lisboa, Difel, 1992, especialmente pp. 15-46; Idem, “Orígenes de la Historia Cultural”, in *Formas de Historia Cultural*, tradução de Belén Urritia, Madrid, Alianza, 2006, pp. 15-39.

²⁴ Roger CHARTIER, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, tradução de Maria Manuela Galhardo, 2.ª edição, Lisboa, Difel, 2002, especialmente as pp. 13-119.

²⁵ Castelo Branco CHAVES, *Os Livros de Viagens em Portugal no século XVIII e a sua Projecção Europeia*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, pp. 11-13.

²⁶ Nieves PARADELA ALONSO, *El Otro Laberinto Español. Viajeros Árabes a España entre el Siglo XVII y 1936*, Madrid, Siglo XXI, 2005, pp. XI-XII.

²⁷ De qualquer modo, não temos notícia de viajantes portugueses que tenham realizado viagens com objectivos diferentes dos diplomáticos e que tenham deixado relatos. O mesmo não aconteceu em Espanha. Cf. Patricia ALMARCEGUI, *Alí Bey y los Viajeros Europeos a Oriente*, Barcelona, Bellaterra, 2007.

salientar que os textos, se bem que se apresentem de muitas formas, constituindo um género com margens fluidas, conteúdos ecléticos e definição complexa, narram viagens que podem constituir um meio de conhecimento do mundo e de si ou uma forma de observação e de experimentação pessoal, na qual o viajante evidencia a sua perspectiva, independentemente do saber colectivo acerca do espaço visitado²⁸.

À margem da nacionalidade dos viajantes e dos autores dos relatos, há assuntos que estão quase sempre presentes nas descrições, tais como os itinerários percorridos, as condições de alojamento e restauração, os incidentes de viagem, os aspectos específicos do espaço visitado, tais como o clima, a paisagem agrária, as actividades artesanais ou industriais, as cidades, a arquitectura, as instituições culturais, a governação e, naturalmente, a população, em especial os diferentes grupos sociais, os retratos físicos, as relações entre os sexos, a religiosidade, as práticas alimentares e outras²⁹.

Regra geral, o relato contém em proporções diversas narrações e descrições. Isto é, a narração resulta da aproximação visual ao mundo. Alguns viajantes não omitem como obtiveram as informações. Para dar conta dos novos saberes, o autor dos relatos utiliza os referentes culturais dos destinatários. Ou seja, as observações levam-no a avaliar, medir e contar de modo que o inventário é uma constante da descrição. Alguns viajantes implicam-se no texto, tornando-se os sujeitos da narração. Daí a utilização do *eu* ou do *nós*, o que também é uma característica recorrente. Salientem-se ainda aspectos como os itinerários e as referências espaciais e temporais³⁰. Finalmente, tenhamos em conta algumas limitações significativas destas fontes: os autores deste tipo de narrativas permaneceram por períodos variáveis no território visitado, o que, em alguns casos, impediu a compreensão cabal da realidade observada, apresentando testemunhos superficiais e subjectivos resultantes de alguns preconceitos e influenciados por diversas leituras prévias ou posteriores às estadas.

3. A concretização das missões diplomáticas pressupôs a realização de itinerários marítimos e terrestres. Fixemos a nossa atenção nas que foram enviadas de Portugal para Marrocos e Argel. De Portugal para Marrocos, a viagem de barco demorava poucos dias. Dentro do reino de Mohammed ben Abdellah os percursos foram variados, não sendo possível identificar alguns topónimos, o mesmo não se pode afirmar em relação à visita a Argel, pois a comitiva permaneceu sempre na cidade. Ao longo das jornadas foram notados aspectos como a chuva abundante, a armação das tendas ao longo dos percursos, os campos bem cultivados, as zonas ricas em água, a abundância de gado e diversas terras que, séculos antes, tinham estado sob o domínio português, sendo ainda visíveis algumas marcas desse passado.

Na primeira missão diplomática enviada a Marrocos, realizada entre 20 de Setembro de 1773 e 15 de Fevereiro de 1774, foi como embaixador José Roolen Van-Deck. Visava-se a assinatura do tratado de paz entre os dois reinos, o que foi conseguido a 11 de Janeiro, após a morte do embaixador de Portugal, ocorrida a 18 de Novembro do ano anterior. Na segunda viagem, que teve partida de Lisboa a 9 de Dezembro de 1790 e chegada à mesma cidade a 16 de Junho de 1791, o objectivo de Jacques Philippe de Landerset, enquanto representante de Portugal, foi a ratificação do referido tratado de paz assinado em 1774, por Mullah Yazid, após a morte de Mohammed ben Abdellah. O propósito foi alcançado a 1 de Fevereiro de 1791.

Na primeira missão portuguesa, a viagem marítima entre Lisboa e Mogador demorou apenas quatro dias, devido ao vento favorável que se fizera sentir. Porém, os Portugueses tiveram que permanecer a bordo durante nove dias pois, o vento forte impediu o desembarque.

Sobre a viagem de ida, comentou frei João de Sousa “na maré da madrugada em que começava este dia [30 de Setembro], largando a fragata da amarração se deu principio á viagem, e sahindo com vento norte da barra de Lisboa se navegou com todo o panno tomando o rumo do nosso destino. E como nos continuou vento favorável tivemos feliz viagem chegando no quarto dia ao porto do Mogador”³¹. Já o desembarque conheceu sérias dificuldades, de tal modo que toda a comitiva ficou nove dias a bordo, pois:

²⁸ Cf. Yasmine MARCIL, *La Fureur des Voyages. Les Récits de Voyage dans la Presse Périodique (1750-1789)*, Paris, Honoré Champion, 2006, pp. 25-32.

²⁹ Um bom exemplo foi dado por François Brizay tendo como fontes os relatos dos viajantes franceses em Itália. Cf. François BRIZAY, *Touristes du Grand Siècle. Le Voyage d'Italie au XVIII^e siècle*, Paris, Belin, 2006, p. 17, *passim*.

³⁰ Yasmine MARCIL, *La Fureur des Voyages...*, pp. 34-35.

³¹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 109.

“Nesta tarde não foi possível poder-se dar fundo por cauza do vento que continuava fortemente e reciendo o comandante que a fragata tivesse algum perigo fez-se na volta do mar esperando bonança para dar fundo. Permaneceu o vento nove dias, e com a mesma força ate que no dia seguinte amainou mais. Ao amanhecer deste dia (decimo terceiro da nossa viagem) nos achamos em pouca distancia da terra; mas sem sabermos em que sitio por cauza de huma densa nevoa, que nos cercava. Mandou o comandante disparar huma peça e se repetia de tempos em tempos a ver se respondião as fortalezas para pelos eccos dos tiros conjecturar a distancia em que estavamos. Assim estivemos desde esta manhã ate as duas horas da tarde que se disféz a nevoa e se avistou a Praça da qual não estavamos longe”³².

Se dentro de Portugal³³ e entre este e os outros reinos europeus³⁴ as viagens por terra conheciam perigos e dificuldades, o mesmo acontecia no Magrebe. Nos percursos terrestres empreendidos pelas comitivas portuguesas, por norma, andava-se de manhã e de tarde, duas a quatro léguas de cada vez, isto é, entre quatro e oito léguas por dia (ou seja, entre 18 e 36, 9 ou 18 ou até 4, 5 ou 9 quilómetros, de acordo com o tamanho das léguas³⁵) variando com os itinerários e as condições do terreno. Frei João de Sousa não omitiu as dificuldades resultantes das chuvas e do atravessamento de rios a vau, pois nem sempre havia pontes.

Por exemplo, na missão de 1773-1774, a chegada a Safim foi difícil devido à chuva: “Sahimos pelas sette horas e meia da manhã e andando só tres legoas por cauza do[s] maus caminhos chegamos a hum lugar chamado Nefás onde jantamos. Pelas duas e meia da tarde continuamos a nossa marcha e viemos ficar junto a Sidy Hagil Charum, depois de 4 legoas de jornada. Quinta-feira 9. Não tivemos pouco incomodo a noute passada por cauza da muita chuva a qual ainda que hoje continuava sempre nos pozemos a caminho porque como somente tinhamos tres legoas para chegar a Safy não reparamos no damno pela esperança do commodo que nos propunhamos. Assim caminhamos as ditas tres legoas com muito trabalho pela continuada chuva, de sorte que tendo nós sahido antes das sette horas viemos a Safy pelas onze horas e meia do dia para andarmos as tres legoas”³⁶. Mais à frente, o frade arabista comentou: “Esta jornada de Marrocos para Safy nos foi mais aprasivel que a do Mogador para Marrocos e muito mais o seria se não fosse o incommodo que nos deu a chuva, porque estas terras por onde passamos estão mais cultivadas e encontrão-se algumas povoações junto a estrada e cazas de pedra e cal o que não se vé na jornada do Mogador para Marrocos, na qual unicamente vimos huma só povoação com cazas dos referidos matriaes. Por esta estrada achamos campos matizados de junquillos e outras flores que produz a natureza e avistamos valles cobertos de lirios que alem de formarem agradável objecto exalavam suavissimo cheiro. Em fim são estes sitios abundantes de agua e a terra tão fertil que parece outro clima”³⁷.

Na missão de 1790-1791, os problemas começaram logo à partida, prolongando-se na chegada ao destino. Escreveu frei João de Sousa: “no dia 4 de Dezembro que devendo sahir deste porto se de morou ate o dia 9 do dito mez por lhe ter cahido sobre a prôa hum bergantim inglez e partido a verga da sevadeira. Na tarde do dia 8 se embarcou o embaixador com sua familia que constava de nove pessoas: seis muzicos de clarinete, dois barraqueiros, hum celleiro, e no seguinte dia surgio a barra de Lisboa com vento Norte fresco seguindo o rumo para Gibraltar. Dia 9. No sobredito dia navegamos fazendo varios bordos, não só por não serem favoraveis os ventos para o nosso caminho como tambem porque na nossa conserva hia hua charrua que conduzia mantimentos para a esquadra que no dia onze, terceiro de viagem, a perdemos de vista, seguindo sempre o rumo do nosso destino. Dia 16. Na manhã deste dia na costa de Espanha avistamos a planice do Salado aonde foi a famosa e memoravel batalha que do sitio tomou o nome; e pouco tempo depois passamos por Tanger: na bahia desta praça estava surto o bergantim da nossa esquadra denominado o Lebre. Tanto que da praça nos avistarão todos os consules nella rezidentes arvorarão seos pavilhões, assim mesmo as fortalezas. O bergantim por ser aquelle dia o dos annos da nossa Soberana se via embandeirado, motivo porque não foi conhecido o sinal que nos fez, e vendo que seguíamos avante disparou dois tiros para capearmos emquanto não vinha a nosso bordo dar-nos a noticia de que El Rey de Marrocos se tinha auzentado de Tetuão e que estivera sinco dias em Tanger donde no dia antecedente se retirara para Larache. Passamos por Alcacer Seguir e depois por Sarifa, afrouxando-nos o vento na ponta da Europa com trabalho podemos tomar a bahia de Gibraltar aonde ancoramos pellas quatro horas do dia 17 achando ja ahi surta a charrua da nossa conserva”³⁸. O regresso, via marítima, da segunda missão foi sereno, apesar de o desembarque ter sofrido atrasos devido ao estado do tempo: “nos fizemos á vella navegando com vento Leste fresco todo o dia, de maneira que sendo a nossa fragata muito ronceira fazia nove

³² Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 110.

³³ Sobre esta realidade, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Viajar na Época Moderna”, in *Códice*, 2.^a série, 4, 2007, pp. 4-27.

³⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Por Terras Peninsulares: Viagens e Viajantes Portugueses na Época Moderna”, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, no prelo.

³⁵ Cada légua equivalia a 4500, 2250 ou 1125 metros. Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, “Pesos e Medidas”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. 5, Porto, Figueirinhas, 1981, p. 68.

³⁶ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 147-148.

³⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 148-149.

³⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 239-240.

milhas por hora. No dia onze cresceu muito mais o vento e deitamos fora do Cabo de S. Vicente, de tarde amainou o vento e estivemos quase em calmaria toda a noute ate que refrescou na madrugada do dia doze, porem não tanto quanto dezejavamos, pois avistando a Roca e quase a barra de Lisboa não podemos entrar naquella tarde. No dia doze continuou a calmaria até as trez horas da tarde em que virou o vento para o Norte e no ponto da enchente da maré nos metemos á barra e fomos fundear defronte do pontal de Cassilhas. Estivemos por certas circunstancias demorados dois dias a bordo da fragata e no fim delles desembarcamos no dia 14 de 1791³⁹.

Nos percursos terrestres foram notadas quer as pontes, algumas construídas com mão-de-obra cristã⁴⁰, quer as dificuldades para atravessar os rios, sem esquecer outro tipo de problemas e de perigos, como atravessamento de pântanos e eventuais encontros com animais ferozes, mormente com leões.

É sintomática a observação de frei João de Sousa a respeito da construção de pontes no caminho para Fez: “As pontes são modernas e obra dos escravos christãos que no Reinado de Mulei Ismal bisavô do actual Rey mandou fazer e pella construcção se mostra ser obra de christãos e não dos mouros, porque estes não só não cuidão em fazerem obras tão uteis para o transporte dos generos e comunicação dos povos do paiz mas, nem em as reparar quando precisão de algum concerto como observamos, pois todos os rios que neste dia e no antecedente passamos foi pello vau por medo de os passarmos por sima das pontes”⁴¹.

Muito significativos foram os relatos das dificuldades inerentes à travessia de alguns rios. Igualmente durante a segunda missão a Marrocos, pôde o frade arabista verificar que “A legoa e meia de caminho passamos o rio Tagadrat a vau. Caminhamos outra legoa e meia passamos outro rio chamado Tamarmat com assaz trabalho pellos grandes atoleiros que havia antes e depois delle. Logo nos metemos em hua serra de mato muito fechado, grande arvoredado e mau caminho e segundo nos disserão apparecem ali alguns leões e outros animaes ferozes; a qual serra se estende até Mequinez e em alguns sitios he invadiavel. Andamos hora e meia pella dita chegando depois ah a planície aonde havia hum terrivel passo de hum quarto de legoa por hum pantano de juncal, lodo e agoa nativa, de maneira que as bestas se mettião ate os peitos, cahindo algumas cargas e gente que hia montada, o passamos com muito trabalho. Seguio-se depois deste passo trabalhozo o do rio Gorma, o qual posto que trazia pouca agoa a sua passagem nos foi custoza pellas impinadas ladeiras das suas margens e estando toda a gente e cargas alem do rio vimos a pouca distancia grande numero de cavalaria com seos estandartes e logo noticiarão ao embaixador que era o chefe da provinica de Garbia que ahi nos esperava”⁴². Na continuação da viagem, junto de Alcácer-Quibir, a situação foi mais tranquila apesar de a comitiva ainda ter conhecido dificuldades: “Ao entrar na cidade e della para o rio tivemos trez passos trabalhozos de passar pellos grandes atoleiros e charcos de agoa bastantemente fundos. Chegamos por fim ao rio que da cidade que banha tomou o nome e o passamos com felicidade não pella quantidade da agoa que trazia mas pellas despinhadas ladeiras de seu vau. E estando a gente e cargas alem do rio acampámos em huma planice nas suas margens pellas quatro horas da tarde”⁴³. No rio Sebu, novas dificuldades: “Fez o governador descarregar todas as bestas, mandando abrir hum caminho na ladeira do rio suficientemente largo por onde conduzirão os seos mouros os fardos, caixas, camas e mais trem para a borda do rio, fazendo primeiro embarcar o que era do presente do Rey na lancha e depois o mais fato que tudo foi por vezes. A gente da nossa comitiva passou nas janga das ainda que com seu susto, as bestas hũas passarão a nado, outras com a tropa mourisca forão buscar hum vau a hũa legoa de distancia em que tambem se não passa sem perigo. Gastou-se na passagem do rio quatro horas e meia. Armou-se o acampamento em huma ladeira a pouca distancia do rio pello receio da repentina enchente que podesse haver como muitas vezes acontece e com effeito succedeo na manhaã do dia seguinte trazer mais agoa e se vio espriaiar mais de trez braças pella terra dentro e muito turba”⁴⁴. Na viagem de regresso, os problemas foram igualmente significativos: “Erão onze horas e meia do dia quando chegamos a borda do rio de Alcacer, o qual trazia dobrada agoa do que quando o passamos á hida para Mequinez. Com grande trabalho e susto nos metemos ao rio, cahindo algumas cargas e bestas com gente e muita parte do fato molhado por fim o passamos, não sendo menor o trabalho que tivemos na passagem dos atoleiros que alem do rio havião em trez partes, porem vencido todos estes incomodos fomos por fim acampar defronte da cidade, junto ao simiterio e ahi passamos do dia para nos refazermos de alguns mantimentos”⁴⁵.

³⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 283-284.

⁴⁰ Sobre as actividades dos cativos em terras muçulmanas, cf. Ellen G. FRIEDMAN, *Spanish Captives in North Africa in the Early Modern Age*, Madison, University of Wisconsin Press, 1983; Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “O Primeiro Resgate Geral de Cativos após a Restauração (Tetuão, 1655)”, in *Itinerarium*, 40, 1994, pp. 663-721; Idem, *Entre a Cristandade e o Islão. Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998; Idem, “O Resgate de Cativos enquanto Obra de Assistência: o Caso de 1778”, in *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal século XVIII*, Lisboa, Hugin, 2005, pp. 233-264; Paulo Drumond BRAGA, “Os Trinitários e o Resgate de Cativos. O Caso de 1728-1729”, in *Congresso Internacional de História. Missão Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas*, vol. 3 (*Igreja, Sociedade e Missão*), Braga, Universidade Católica Portuguesa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 483-489.

⁴¹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 271.

⁴² Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 247-248.

⁴³ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 250.

⁴⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 253.

⁴⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 277.

As descrições dos povoados não foram muito significativas. Ainda assim, frei João de Sousa pôde notar semelhanças entre Meknès e Évora, pois escreveu: “A cidade de Mequinez será com a de Evora, as suas ruas são estreitas, cazas altas e algumas arruinadas pello terramoto de sincoenta e sinco⁴⁶. Tem duas ordens de muralhas e entre hũa e outra he que assistem as tropas dos negros que fazem o numero de vinte mil homens. Os seos arrabaldes são ferteis e abundantes de agoas e olivae. O ar he frigidissimo de Inverno por cauza das montanhas de neve que lhe ficão pella parte do nascente⁴⁷. Efectivamente, a preocupação de comparar o desconhecido com o que é familiar é uma constante por parte de quem escreve sobre espaços ou bens que a Europa foi descobrindo, o mesmo se pode afirmar em relação aos vestígios da antiga presença portuguesa no Magrebe.

Frei João de Sousa não deixou de anotar alguns vestígios da presença portuguesa. Por exemplo, ao recordar o que tinha visto em Safim, na viagem de 1773-1774, escreveu: “De tarde fomos ver o famozo castello desta Praça que está situado em hum alto pela parte do oriente da mesma Praça e o achamos quazi arruinado e destiluido [*sic*] de artilharia. Ainda vimos sobre a sua porta e em outras duas partes collocado o escudo das armas de Portugal. O mesmo se vé sobre as duas portas da cidade, da parte do mar e do campo e em muitos porticos de cazas grandes, quinas de ruas e no caes. Na mesma Praça ainda se conhecem dois templo[s], hum totalmente arruinado, outro mais reparado está, por habitarem nelle alguns judeus e neste se concervão as duas principaes portas, janellas e coro. Nas ruas se conhecem vestigios de calçada e outras antiguidades do tempo dos portugueses⁴⁸.”

Em 1790-1791, Portugueses e Marroquinos, ao passarem na região de Alcácer-Quibir, viveram momentos em que recordaram e em que discutiram, pois frei João de Sousa escreveu: “Entre este caudelozo rio e a cidade de Alcacer esta situada a dilatada campina onde foi a batalha; e como o embaixador se apeasse a descansar depois que passamos o rio não deixarão os mouros de fallar neste assumpto, posto que a vista do sitio nos trazia á memoria o funesto successo. Conversou-se sobre a materia sustentando a opinião menos verdadeira de que o exercito portuguez se compunha de sessenta mil homens e que o seu de quarenta mil. Dizendo-se-lhe porem, como he verdade, que o exercito portuguez não passava de onze mil homens e que os mouros seguião teimozos a sua errada opinião deo fim á conversa e montando a cavalo seguimos a nossa marcha⁴⁹. Na mesma viagem de 1790, outros vestígios da presença portuguesa foram notados como, por exemplo, um leito de pau-santo que acreditaram ter sido obtido entre os despojos da batalha⁵⁰.

Se os percursos apresentavam dificuldades, o mesmo poderemos afirmar em relação aos alojamentos. Efectivamente, se, dentro de Portugal, aos viajantes importava dormir, comer, adquirir alimentos para a viagem e bem assim descansar e alimentar as montadas, no caso dos que se deslocavam em bestas, fácil é percebermos que o mesmo acontecia no exterior. Ora, se em Portugal alguns viajantes podiam inicialmente contar com a aposentadoria, responsável por muitas denúncias de abusos⁵¹, e com algumas estalagens, cujos donos eram privilegiados pela Coroa que, assim, estimulava a criação de mais estabelecimentos congêneres⁵², o mesmo não acontecia no Magrebe. Assim, as comitivas estrangeiras, ao atravessarem o reino de Marrocos tinham duas alternativas: ou ficavam alojadas em quintas de grandes senhores ou da própria família real, quando tal era possível, ou montavam tendas para pernoitar, o que não constituía uma novidade para os Portugueses cuja prática de posse de tendas está documentada pelo menos desde o século XVI⁵³.

Na primeira missão de 1773-1774, os Portugueses ficaram em tendas, então denominadas barracas, em vários momentos do percurso, e em casas em Safim. No périplo levado a efeito na missão de 1790-1791, a situação

⁴⁶ Sobre os efeitos do terramoto de 1755 em Marrocos, cf. Chabbar ABDELAZIZ, “Os Efeitos do Terramoto de Lisboa em Marrocos 1 de Novembro de 1755”, in *O Grande Terramoto de Lisboa*, vol. 1 (Descrições), Lisboa, FLAD, Público, 2005, pp. 265-294.

⁴⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 262.

⁴⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 151.

⁴⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 249-250.

⁵⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 272.

⁵¹ Iria GONÇALVES, “Privilégios de Estalajadeiros Portugueses (séculos XIV e XV)”, in *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 143-144; Paulo Drumond BRAGA, “O Regimento Excepcional da Aposentadoria da Vila de Setúbal de 1471”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, 40, 1989, pp. 129-137.

⁵² Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Estalagens e Estalajadeiros em Portugal no reinado de D. João III (1521-1557)”, in *Caminéria Hispánica. Actas del II Congreso Internacional de Caminería Hispánica*, tomo I (*Caminéria Física*), Madrid, Patronato Arcipreste de Hita, Asociación Técnica de Carreteras, 1996, pp. 145-163.

⁵³ Por exemplo, em 1543, quando a comitiva portuguesa que acompanhou a princesa D. Maria, filha de D. João III e de D. Catarina, se deslocou a Castela para a entregar ao futuro Filipe II, em Landeira foram armadas 18 tendas para os nobres. Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Por Terras Peninsulares...”.

não foi muito diferente, pois a viagem implicou igualmente o recurso à armação de tendas em várias ocasiões. Por norma, a bagagem seguia à frente da comitiva, transportada no dorso de animais e aos cuidados de serviçais que se encarregavam de montar e desmontar as tendas, de modo que, ao chegar a comitiva, esta se pudesse instalar.

No caminho entre Mogador e Mecknés, por várias vezes frei João de Sousa deu conta do facto de o embaixador de Portugal, que se encontrava doente, ser transportado em andas e das questões inerentes às tendas. Por exemplo, em dado passo, escreveu: “Pelas outo horas da manhã partimos deste sitio muito do nosso vagar, andando só huma legua para chegarmos a hum grande olival d’El Rey de Marrocos onde tambem tem huma quinta sufficientemente agradável por ter sua casa de campo e bastantes arvores de espinho e de outros frutos. Aqui fizemos o nosso acampamento dentro do dito olival por ser o sitio mais deleitavel e ameno que tinhamos encontrado em toda a jornada tendo tanta abundancia de agua que banha o olival todo. As suas oliveiras são de grandeza extraordinaria e como os seus ramos estão por cima quazi unidos huns aos outros fazem excellente sombra, a qual se estima muito achar-se por estas terras”⁵⁴. Mais à frente, novas notícias acerca das questões de transporte e alojamento: “Sendo outo horas e meia da manhã depois de haverem partido todas as cargas do fato e parte das barracas nos dispozemos em marcha para a cidade nesta forma: Montados a cavallo hia na frente o conductor com huma partida da sua cavallaria; seguia-se logo a liteira do embaixador (deixadas as andas que só servirão para o comodo da jornada) depois della a companhia da guarda do embaixador, na testa da qual hião os seis músicos”⁵⁵. Já no que se referiu à primeira ida a Safim: “Fomos alojados em humas cazas porque El Rey tem aqui tres grandes moradas que tinhão sido de homens de negocio Hamburguezes e o mesmo Monarca tinha mandado antecedentemente huma ordem ao governador desta Praça para que as fizesse alimpar e preparar para a nossa assistencia com determinação que o consul, secretario da Embaixada, Manoel de Pontes e Ignacio Joze Moureira fossem hospedados na melhor morada, a familia do embaixador defunto e mais pessoas graves da comitiva na outra, e os soldados, marinheiros, com o resto da comitiva na terceira morada. Como porem as primeiras cazas onde chegamos (e erão as mais bem preparadas) tinhão os comodos necessarios para o nosso arrançamento e o consul queria ter toda a nossa gente á sua vista para que não houvesse alguma dezordem julgou o dito consul ser muito conveniente estarmos todos em huma só morada visto haver nella bastantes acomodações. Isto mesmo expoz ao governador quando veio noticiar-lhe a ordem que tinha d’El Rey seu amo, o qual facilmente condescendeu com a vontade do consul por lhe parecer racional o seu discurso”⁵⁶.

Na missão diplomática de 1790-1791, o recurso às tendas foi igualmente comum, tendo o soberano marroquino manifestado interesse por uma, a qual lhe foi, naturalmente, oferecida. Contou frei João de Sousa: “A nossa comitiva se recolheo as suas barracas e o embaixador á que lhe tinha sido destinada para se lhe armar quando chegasse a Mequinez ou no sitio donde El Rey se achasse que segundo disserão os barraqueiros era a dita barraca a que servio á Raynha Nossa Senhora no brinco da Porcalhota [...]. Divulgada a noticia de que o embaixador trazia hũa grande barraca concorrerão muitos mouros do palacio do Rey e da cidade para a verem, de que todos ficarão admirados (ainda que não merecia tanta admiração por ser forrada de chita muito ordinaria e em algumas partes rôta) comtudo julgarão alguns com o nosso conductor e o governador da cidade que seria acertado a offerecesse o embaixador a El Rey porque estavam certos que seria do seu real agrado. O embaixador a mandou logo dezarmar e pôr em reserva para a remetter quando fosse tempo recolhendo-se á barraca que lhe servia na jornada”⁵⁷.

A alimentação foi um dos pontos que mais interessou frei João de Sousa. Desde a quantidade de alimentos enviada a bordo por Sidi Mohammed, logo após a chegada da comitiva, em 1773, até à abundância com que as refeições eram servidas por ordem do soberano. A qualidade e a diversidade dos pratos foram sempre referidas pelo intérprete, que não se cansou de elogiar a liberalidade do rei de Marrocos e as múltiplas atitudes de deferência para com o embaixador português. Acerca da missão de 1790-1791, o autor do relato forneceu menos dados acerca dos alimentos mas prestou muita atenção às maneiras à mesa e às baixelas luxuosas.

Na viagem de 1773-1774, anotou, por exemplo, “mandarão a cêa para o embaixador e pessoas que comião com elle, e outra para toda a comitiva com differentes repartições e tudo com muita abundancia. Constava a cêa (que veio em grandes gamelas e alguidares muito cheios) de bom cuscus, muita galinha cozida e assada, carneiro guizado de muitos modos, muita fruta e fartura de pão. Finalmente foi cêa tão abundante que mais subejou do que se comeu”⁵⁸. Durante a mesma viagem, outra refeição mereceu ser descrita: “vierão com grandes alguidares muito cheios de comer que constava de bom cuscûs, pontéta, muitas galinhas cozidas e assadas, pasteis de piccado fritos, e hum grande alguidar de hum celebre guizado que se compunha de pedaços de carneiro meio cozido e depois frito em manteiga e guarnecido de amendoas e passas fritas na mesma manteiga em que se fregio o carneiro e com

⁵⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 121-122.

⁵⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 122.

⁵⁶ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 148.

⁵⁷ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 256-257.

mel derretido por cima de maneira que tudo nadava em mel veio juntamente a sobremeza com igual abundância”⁵⁹. A descrição de muitas outras refeições foi comum. De notar ainda a especial deferência com que o soberano presenteou José Roolen Van-Deck, ao enviar-lhe os pratos de que se iria servir: “mandou El Rey o jantar para o embaixador e foi com mais especialidade, porque veio o primeiro cozinheiro de Sua Magestade acompanhando hum proporcionado alguidar de sopas que erão para a meza do mesmo Rey e disse ao embaixador que El Rey seu amo o mandava alli para que primeiro tirasse Sua Excelencia as que lhe fossem necessarias e que os que ficassem tornavão para a meza do mesmo soberano”⁶⁰. Os cuidados e as atenções de Mohammed III para com o embaixador português estenderam-se incluívamente aos objectos de cozinha e mesa: “mandou El Rey offerer ao embaixador hum grande tigela da India e hũa colher de lrangeira de bater ponche e alguns pratos de louça vidrada, dizendo que aquella tigela era para sopas e os pratos para nelles se lhe ministrar o comer, por serem melhor para a saude que o cobre e estanho. Entendeu-se que este cuidado d’El Rey lhe mandar a referida louça fora effeito de lhe manifestar o nosso conductor que o embaixador se servia na jornada com pratos de estanho e algumas vezes das tampas das caçarólas em lugar de pratos, o que na verdade assim aconteceu por duas vezes por se terem adientado as cargas da copa”⁶¹.

Na viagem realizada em 1790, voltam a encontrar-se muitas informações acerca das iguarias servidas aos Portugueses. Desta feita, frei João de Sousa notou não só as iguarias como as maneiras à mesa e a baixela, destacando as pratas, as louças europeias e os cristais. Do referido são exemplos frases como: “chegou o jantar que constava de trez grandes taboleiros cada hum com deffrentes manjares, para o embaixador e os da sua comitiva hum, outro para a nossa tropa e outro para os arrais mouros, e como não trouxeram colheres para comer os cuscus arregaçou o embaixador as mangas do vestido e disse ao copeiro d’El Rey eu tambem sei comer ao uzo do paiz, e foi comendo com a mão, os seos fizerão o mesmo. O copeiro se rio muito e quando se recolheu a[o] Palacio disse-o a El Rey que celebrou muito a dita acção”⁶². O copeiro tinha prevenido agoa as mãos (para as mãos) e toalha para quando o embaixador acabasse de jantar, que finalizado veio o café”⁶³. Se as maneiras à mesa eram diferentes, o apreço pelos objectos de luxo era igual entre Marroquinos e Portugueses: “mandou ao nosso conductor que nos conduzisse para a quinta contigua ao Palacio para tomarmos cafe e chocolate, o que tudo estava ja preparado, ordenou ao seu secretario que nos acompanhasse, ficando elle a cavallo e não se retirou do sitio donde estava se não depois de entrarmos na quinta, na qual achamos hum mēza e sobre ella hum bandeja de prata dourada, excellente louça de Saxonia toda dourada, cafeteira e chocolateira de prata. O copeiro d’El Rey chamado Omar Amarte estava com hum rico vestido de tisso bordado pella banda de diante de fio de ouro e botoens do mesmo. Tinha comsigo outo rapazes ricamente vestidos ao seu uzo, os quaes nos ministrarão o cafe e chocolate”⁶⁴. Ou, em outra ocasião: “Mandou vir o cha que estava preparado com muito aceio e grandeza. Elle foi servido em hũa grande bandeja de prata, bule e assucareiro do mesmo metal e louça de Saxonia dourada. Com o cha vierão algumas compoteiras de cristal com excellente marmelada e outros dôces de calda”⁶⁵.

Acerca da embaixada enviada a Argel, as informações fornecidas por frei João de Sousa foram de índole algo diferente, a que não foi estranho o insucesso da longa missão, que desejava estabelecer a paz com aquela regência turca. A comitiva partiu de Lisboa a 1 de Fevereiro de 1786, dirigiu-se a Madrid – onde contactou com o embaixador de Portugal naquela Corte, D. Henrique de Meneses, terceiro marquês de Loureiral, e com as autoridades espanholas – seguiu para Sul, rumo a Múrcia e, finalmente, a 19 de Março, chegou a Cartagena, onde permaneceu dez meses e meio até embarcar, a 17 de Janeiro de 1787 rumo a Argel, onde já estava a 29 do mesmo

⁵⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 112.

⁵⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 116.

⁶⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 127.

⁶¹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 124-125. Um parecer de 1773, anterior à partida da comitiva portuguesa para Marrocos, evidenciava o que se deveria levar para o preparo das refeições, nomeadamente “hum barraca para se fazer a cozinha com a bateria e mais trastes necessarios pertencentes à mesma cozinha; hum barraca para a copa com pratos, roupa de meza, talheres e tudo o mais necessario ao serviço da meza”. Cf. Maria Joana Miranda de Carvalho NETO, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e Comércio (1760-1783)*, vol. 2 (*Apêndice*), p. 69. É curioso notar que na cozinha real a preferência incidia na baixela de cobre (cf. Ana Marques PEREIRA, *Mesa Real. Dinastia de Bragança*, [Lisboa], Inapa, 2000, pp. 100-102). Nas casas conventuais encontravam-se objectos de diversos materiais, incluindo o cobre, o ferro e o estanho (cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Para o Estudo da Bateria de Cozinha Conventual no início do século XIX”, in *Lusitana. História*, nova série, 4, 2007, pp. 201-225. Foi necessário esperar pelo século XIX para se fazerem ouvir vozes contra o cobre, o chumbo e o estanho utilizados na bateria de cozinha. Cf., por exemplo, Francisco de Mello FRANCO, *Elementos de Hygiene ou Dictamens para Conservar a Saude e prolongar a Vida*, 2.^a edição, Lisboa, Tipografia da Academia, 1819, pp. 161-162.

⁶² Já na missão de 1773-1774, a relação de viagem do padre João Baptista Marques de Carvalho deu conta do hábito marroquino de não utilizar talheres: “Pediram-lhe os mouros quizesse ali jantar. O ministro apesar da sua grave moléstia não recusou a mercê. Constava o dito jantar de diversas iguarias, galinhas, carneiros, vitela, pastéis e deliciosas romãs. Cozinhado sim e comido à maneira africana, no chão, sem garfo, nem colher, comendo todos em um prato”. Cf. Fernando de BRANDÃO, “Subsídios para a História Diplomática...”, p. 346.

⁶³ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 267.

⁶⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 260-261.

⁶⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 263.

mês. Durante a longa estada em Cartagena, o embaixador de Portugal Jacques Philippe de Landerset foi trocando correspondência com a Corte de Lisboa, nomeadamente com Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Conquistas.

Ao contrário do que acontecera com os soberanos marroquinos, os contactos com o *Dey* argelino não foram fáceis nem particularmente amistosos. Apesar da intervenção de Espanha, que também tentava obter a paz, foram levantadas dificuldades para receber a comitiva portuguesa, correram-se riscos e enfrentaram-se perigos diversos. Finalmente, não houve possibilidade de entendimento. A missão de Jacques Philippe de Landerset a Argel, que importou em 13.811\$696 réis⁶⁶, saldou-se por um insucesso diplomático. O regresso da comitiva, a 16 de Junho de 1787, implicou ainda uma passagem pelo Sul de França e uma quarentena em Marselha, já que em Barcelona não puderam desembarcar. A chegada a Portugal só ocorreu durante o mês de Novembro de 1787. Tinham-se passado um ano e nove meses, após a saída de Lisboa, a 1 de Fevereiro de 1786. Em 1793, fez-se uma proposta de paz, a qual não foi aceite⁶⁷. A paz só seria assinada em 1813, sob auspícios britânicos, com outros intervenientes, durante o período em que a Corte portuguesa estava estabelecida no Rio de Janeiro.

Como a combinação de estratégias com a Corte de Madrid implicou uma deslocação da comitiva portuguesa àquela cidade e uma longa estada em Cartagena, onde os Portugueses esperaram os negociadores espanhóis, vindos da capital de Espanha, para tentarem concluir a paz com os Argelinos, o longo relato de frei João de Sousa forneceu informou acerca de matérias como o itinerário terrestre entre Lisboa-Madrid e Madrid-Cartagena, a velocidade das jornadas, a hospitalidade castelhana, os monumentos visitados, a observação de inscrições árabes e latinas de alguns deles e a boa situação de estradas e pontes, sem esquecer as sedas fabricadas em Talavera de la Reina, que igualmente mereceram menções encomiásticas. A presença de sambenitos nas igrejas também foi notada, numa época em que os mesmos já tinham sido retirados dos templos portugueses⁶⁸.

A título de exemplo, vejamos uma das várias observações de frei João de Sousa acerca da rede viária. Na zona de Aranjuez, observou: “Ate aquelle sitio viemos por bons caminhos porque naquella Reino se cuidava em todas as partes no concerto das estradas e pontes”⁶⁹. Acerca da fábrica das sedas, também fez notar que: “fomos jantar á cidade de Talavera de la Reina. Por ser dia santo nos não demoramos para ver as fabricas de seda que nessa cidade ha e que são as melhores de todo o Reino de Castella”⁷⁰.

Os sambenitos expostos nas igrejas mereceram duas referências. Na primeira, a propósito da igreja dos trinitários de Múrcia, foi observado: “Vimos em huma das capellas collateraes do cruzeiro varios retratos de christãos novos que forão penitenciados e queimados naquella cidade, e outros que padecerão a mesma pena por professarem o Mahometismo segundo a inscripção de cada hum dos paneis”⁷¹. Na segunda, sobre a mesma realidade em Cartagena, escreveu: “Naquella cidade ha huma so freguezia da invocação de Santa Maria Maior. Antes de edificarem esta nova igreja havia outra perto do castello com o titulo de Santa Maria de Gracia na qual ainda se conservão alguns vestigios da antiguidade e varios retratos dos christãos novos que naquella terra forão queimados. Os ornatos mais preciosos daquella igreja forão levados para a igreja nova”⁷².

⁶⁶ Lisboa, ANTT, *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, cx. 299, doc. não numerado.

⁶⁷ António Jorge AFONSO, *Portugal e o Magrebe...*, pp. 280-282.

⁶⁸ Um dos problemas que se levantavam em relação à exposição dos sambenitos, era o facto de estes apresentarem os nomes e os apelidos dos penitenciados. A percepção da memória, agudizava a infâmia de ter tido parentes que apareceram nos autos daí pedidos ao Conselho Geral do Santo Officio para os mandar retirar dos olhares de todos. Por outro lado, como havia muitos homónimos, a exposição acabava por poder prejudicar as famílias cristãs velhas que, de modo algum, queriam ser confundidas com as suas congéneres cristãs novas, as mais visadas por este tipo de penas. Assim se compreende a carta de António Baptista, a 25 de Agosto de 1775 – pouco após a publicação do quarto e último regimento da inquisição de 1774, que aboliu os autos públicos da fé – dirigida à inquisição de Évora, na qual se ordenou: “sirva-se V. M. de mandar algum comissário de Portalegre que veja se na sé daquella cidade existem alguns retratos de pessoas relaxadas pelo santo officio e achando-os tire de seu lugar e os ponha em parte aonde nunca mais sejam vistos de pessoa alguma porque assim o ha por bem o Conselho Geral”. Não esqueçamos que um dos valores mais importantes de então era a posse de sangue limpo, isto é, sem mácula de origem judaica, muçulmana, negra ou cigana, não obstante a distinção entre cristão velho e cristão-novo ter sido abolida em 1773. Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Representação, Poder e Espectáculo: o Auto da Fé”, in *Turres Veteras VIII. História das Festas*, coordenação de Carlos Guardado da Silva, Lisboa, Torres Vedras, Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto Alexandre Herculano, 2006, pp. 182-183. Sobre esta temática, cf. também Ricardo Jorge de Carvalho Pessa de OLIVEIRA, *Uma Vida no Santo Officio: O Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 135-141.

⁶⁹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 303.

⁷⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 301.

⁷¹ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 304-305.

⁷² Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 307.

Se a viagem terrestre entre Lisboa e Madrid decorreu sem problemas logísticos, tendo-se percorrido, em média, entre seis a nove léguas por dia, já a viagem marítima de regresso entre Argel e Lisboa foi mais complexa e demorada em resultado dos ventos e da peste que grassava em terras do *Dey*.

Relatou frei João de Sousa: “Na noite seguinte nos faltou o vento e com a força das correntes nos afastamos muito do ponto do nosso destino e descahimos para o nascente de modo que fomos obrigados a hir buscar o porto de Barcelona onde demos fundo no dia 19 pelas onze horas da manhã. Logo veio o escaler da saude saber donde vinhamos e tanto que soube que era de Argel sem mais averiguação se pôz ao largo gritando, fuera fuera e que sahissemos fora do porto. E dizendo-lhe o capitão que elle não pertendia mais do que entregar humas cartas que trazia o enviado de Portugal do consul de Argel para serem remetidas á Corte, e seguir a sua viagem os do escaler não lhe quizerão admittir razão alguma mas continuarão os gritos ameaçando-nos que nos metterião no fundo se não sahissemos fora do porto. Ja nesse tempo se tinha passado ordem á fortaleza que está na ponta do molhe para que tivesse a artilharia pronta e ja com o morrão na mão gritando que sahissemos o que alias nos convidarião com as suas balas e não houve remedio se não levantarmos ancora e hirmos dar fundo na boca da barra a huma legua de distancia. Ali estivemos dois dias e meio com hum escaler da guarda á vista esperando que viessem levar as cartas. No fim dos quaes vierão em hum escaler com hũ fugareiro com brazas e huma longa tenaz com que pegarão nos maços das cartas e depois de os passem pelo vinagre os defumarão de modo que mais depressa ficarão assados que defumados⁷³. Feita a entrega das cartas immediatamente nos fizemos á vela pelas dez do dia 22 de Junho com tempo favoravel. Esta viagem de Barcelona ate Marselha foi a mais agradável de toda a nossa viagem porque desde a capital da Catalunha ate aos limites de França sempre navegamos na distancia de tres leguas da terra. A vista he a mais aprazivel que se pode encontrar porque de legua a legua se via huma vila, fazendas com cazas de campo, alem de grande numero de grandes e pequenas povoações. Todos os altos e baixos daquella costa são cultivados de maneira que não se vé hum palmo de terra sem cultura e produções que dão a conhecer a industria daquella nação. Fomos navegando com esta agradável vista ate o dia vinte e cinco em que pela huma da tarde chegamos a Marselha e fomos dar fundo no porto de Pomoguei, a huma legua da cidade e do Lazareto⁷⁴.

No regresso, a necessidade de fazer quarentena, dado que, em Argel, grassava a peste, implicou uma estada em Marselha, cidade cosmopolita, que parece ter encantado frei João de Sousa que a descreveu com pormenor, sintetizando ao escrever: “Marselha he a cidade mais florecente em comercio. Tem todo o do Levante, de Africa, America e das regencias barbarescas. Nella se vé gente de todas as nações, turcos do Levante e das regencias barbarescas, mouros de huma e outra costa de Africa, gregos e gregas do Levante e das ilhas do archipelago, judeo[s] levantinos e africanos, não fallando das nações mais civilizada[s]. Todos os individuos das sobreditas nações vivem nas suas respectivas religiões e se vestem ao uso de seus paizes. Tem bellas e largas ruas, excellentes passeios, expassozas praças e magnificos templos. Alguns destes são antiquissimos como são o da abbadia de São Victor, os Eculeos, a cathedral e São Martinho⁷⁵.”

4. Se, até ao presente, os relatos de frei João de Sousa têm sido lembrados e citados especialmente para dar conta das questões diplomáticas, em especial no que à primeira missão respeitou, importa aproveitar e estudar estas fontes tendo em conta outros propósitos. De facto, o frade arabista deu conta de assuntos diversos, salientando não apenas as questões afectas à diplomacia mas também o seu domínio da língua árabe, os usos e costumes dos Marroquinos e dos Argelinos, os diferentes tipos de cerimoniais no recebimento das comitivas, os presentes trocados entre as Cortes, os itinerários, os alojamentos, os banquetes, as atitudes de deferência dos Marroquinos para com os Portugueses, as relações entre muçulmanos e judeus e também as atitudes e os gostos do *Dey* argelino, o curso, a presença de cativos europeus na posse da regência turca, as diferentes autoridades argelinas, sem esquecer o não entendimento entre Portugal e Argel. Em suma, os relatos de frei João de Sousa podem ser tratados a partir de uma perspectiva que se centra no estudo dos rituais políticos e da mediação linguística dos textos, na medida em que este dá conta da maneira como as realidades marroquina e argelina foram construídas e apresentadas por um religioso que serviu de intérprete ao serviço de Portugal.

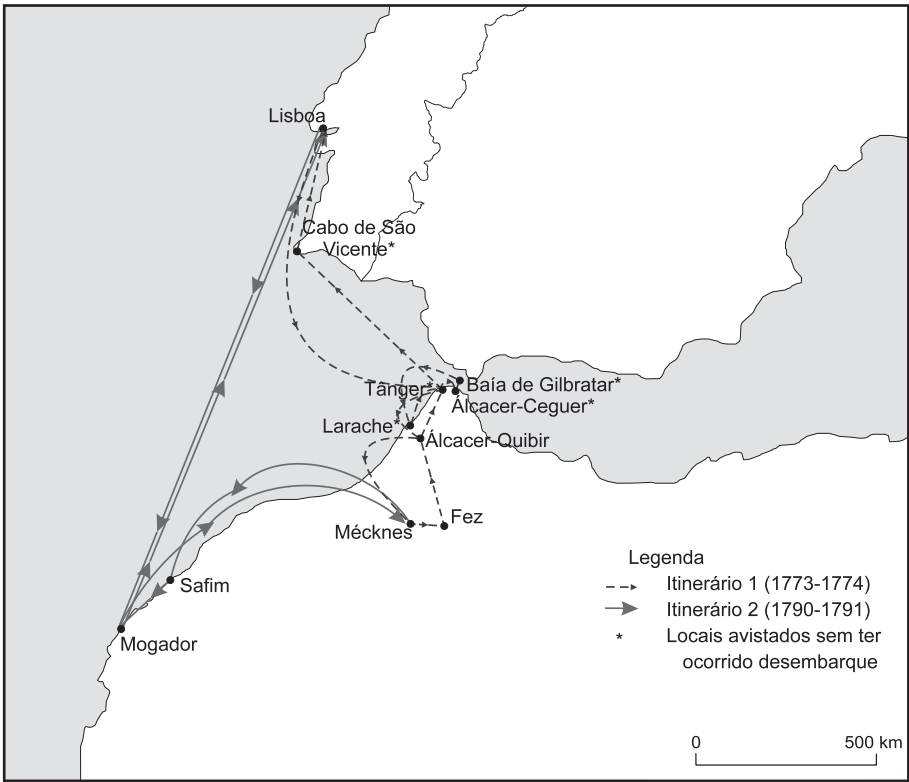
⁷³ Sobre as preocupações e os cuidados utilizados na desinfecção da correspondência durante o século XVIII, cf. Bernardino António GOMES, “Memória sobre a Desinfecção das Cartas”, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo 4, parte 1, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1815, pp. 36-57.

⁷⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, pp. 341-342.

⁷⁵ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Missões Diplomáticas entre Portugal e Marrocos...*, p. 346.

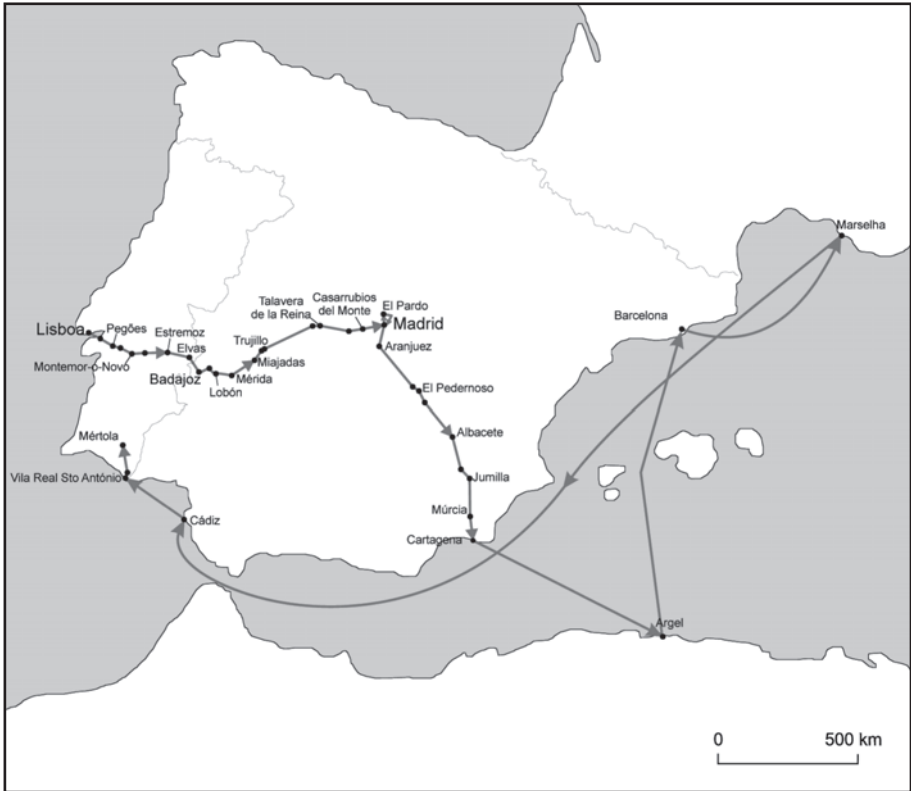
Mapa 1

Itinerários das Embaixadas Portuguesas a Marrocos (1773-1774 e 1790-1791)



Mapa 2

Itinerário da Embaixada Portuguesa a Argel (1786-1787)



Cativos e religiosidades

CATIVOS E RESGATE EM PORTUGAL – DO DIREITO MEDIEVAL AO DIREITO MODERNO. ALGUMAS NOTAS

MARGARIDA SEIXAS

A guerra está desde tempos imemoriais associada ao aprisionamento de pessoas (“beligerantes” e/ou “civis”) com diferentes finalidades, destacando-se, por um lado, o objectivo de obter uma troca ou um resgate e, por outro, a aquisição de escravos enquanto força de trabalho¹.

Pretendemos abordar o tratamento dos prisioneiros de guerra pelo Direito português no contexto da Reconquista Peninsular e, a partir do século XV, dos conflitos travados no Norte de África.

A estes prisioneiros de guerra, acresciam todos aqueles que eram capturados nas actividades de pirataria e corso.

Uma vez que as normas aplicáveis nesta matéria – em especial as regras sobre o resgate de cativos – sofreram alterações profundas no século XV, é essa transição o cerne deste pequeno estudo, pelo que já não nos aventuraremos além desse período, excepto quanto a uma ou outra nota para realçar a tendencial continuidade de normas e instituições nos séculos seguintes. Alertamos ainda para a natureza jurídico-histórica destas linhas, pois é essa a perspectiva que justifica a nossa incursão num tema já tratado – e bem – por vários historiadores.

Por outro lado, interessam-nos em especial os conflitos entre cristãos e muçulmanos, uma vez que o aprisionamento seguia regras diferentes conforme a religião do prisioneiro. Neste ponto, seguiremos a classificação das *Siete Partidas* que, como *infra* melhor se dirá, faziam a distinção entre prisioneiro (da mesma fé) e cativo (de diferente crença) – só estes últimos serão objecto do nosso estudo.

Nesse contexto, não podemos esquecer que “uma das acções que geravam maior animosidade entre as comunidades cristãs e muçulmanas era a captura de cativos (...)”².

Começamos com um breve enquadramento, que não pretendemos exaustivo mas apenas introdutório da questão que nos ocupa.

Dada a importância do Direito romano³ para a compreensão do Direito português – não podemos esquecer a recepção do Direito romano, quer através do processo de vulgarização, quer pelo acolhimento do Direito justinianeu – é por este ordenamento que começamos.

¹ Para o tratamento jurídico da guerra, nomeadamente do tema que ora nos ocupa, nas civilizações mais remotas, podem ver-se entre tantas outras, as seguintes obras: Virgílio ILARI, *Guerra e Diritto nel Mondo Antico*, Milão, Doot, Giffre Editore, 1980; Eduardo Vera-Cruz PINTO, *História do Direito Comum da Humanidade – Ius Commune Humanitatis*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2003, vol. I, tomo I; Ettore CICCOTI, *La Guerra e la Pace nel Mondo Antico*, Roma, L’Erma di Bretschneider, 1971 (edição anastática da edição de 1901).

² António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no Século XV*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990, vol. I, p. 33.

³ Sobre este tema no Direito romano, vejam-se, entre muitos outros, Eduardo Vera-Cruz PINTO, *História do Direito Comum da Humanidade – Ius Commune Humanitatis...* cit., vol. I, tomo II, pp. 220-279, Luigi AMIRANTE, *Prigione di Guerra, Riscatto e Postliminium*, Nápoles, Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1969 e Luigi SERTORIO, *La Prigione di Guerra e il Diritto di Postliminio*, Turim, Fratelli Bocca Editori, 1915. Este último autor apresenta, logo na Introdução, pp. 7-9, uma lista das fontes de Direito romano que tratam o tema.

Em Roma, após uma primeira fase em que o número de escravos era reduzido e a sua situação menos degradante, os conflitos bélicos resultantes da expansão territorial do Império fizeram crescer exponencialmente a prisão de guerra (*captivitas*) e criaram uma enorme massa de cativos, reduzidos à escravidão, destinados a servir e tratados com muita dureza, em especial quando empregues na exploração de minas, nas plantações de grande dimensão, na indústria e nas oficinas, como remadores, etc.

O estatuto jurídico dos prisioneiros de guerra variava conforme a origem dos mesmos. Aqueles que eram feitos cativos pelos romanos em guerra dita justa (*iustum bellum*) podiam tornar-se escravos⁴.

Contudo, caso um cidadão romano fosse capturado pelo inimigo beneficiava sempre do *ius postlimini*⁵, instituto normativo complexo, de que deixamos aqui apenas uma breve e simplificada resenha⁶. Os direitos do cidadão ficavam como que suspensos: se voltasse a Roma, considerava-se, com algumas exceções, que tinha conservado esses direitos⁷; se falecesse no cativeiro, os seus direitos eram considerados extintos desde o momento em que fora capturado. Contudo, o testamento que fizera antes do cativeiro continuava válido⁸ e, a partir de certa época, através do *ius praetorium*, a sucessão *ab intestata* passou a seguir as regras existentes para a sucessão de um cidadão livre.

Resumindo, embora cativo, este romano era considerado para muitos efeitos jurídicos como livre.

Acrescia ainda que aquele que resgatasse um prisioneiro de guerra tinha, a partir da segunda metade do século II a.C., um direito de retenção sobre o cativo (podia licitamente retê-lo em seu poder) até que lhe fosse pago o preço do resgate⁹.

O Cristianismo e essencialmente o pensamento de Santo Agostinho constituíram alavancas de mudança na criação da doutrina da guerra justa, ainda que com antecedentes no Direito romano e na filosofia estóica¹⁰. Este é um tema central para a compreensão do cativeiro de guerra no período de que tratamos, pois os autores defendiam que só a guerra justa poderia ser legitimamente declarada e travada, distinguindo entre o *ius ad bellum* (relativo aos requisitos necessários para que a guerra pudesse ser considerada justa) e o *ius in bello* (conjunto de normas sobre as condutas admissíveis no contexto bélico).

É este *ius in bello* (“parente pobre” na obras sobre o tema) que mais nos interessa nesta sede, uma vez que a tomada de cativos também seria gradualmente disciplinada.

Permanecia a ideia de encarar o cativeiro como um mal menor – se o exército vitorioso podia matar os vencidos, poupar-lhe a vida era já um acto de misericórdia.

Na verdade, o aprisionamento de prisioneiros e cativos tinha uma outra motivação: reclamar o resgate por todos cujos familiares ou amigos pudessem ou estivessem dispostos a libertar. Os que restassem – aqueles cujos mais próximos não tinham por onde pagar – tornavam-se escravos, destinados ao serviço doméstico, agricultura, etc.

Se estas considerações são à partida válidas para todo o território depois identificado como *Respublica Christiana*, devemos averiguar em concreto quais as particularidades do fenómeno na Península Ibérica.

⁴ Cf. Eduardo Vera-Cruz PINTO, *História do Direito Comum da Humanidade – Ius Commune Humanitatis...* cit., vol. I, tomo II, pp. 209-218.

⁵ Para a definição do instituto nas fontes de Direito romano, podem ver-se D. 49, 15, 19, pr. (definição); D. 49, 15, 5; D. 49, 15, 12; D. 49, 15, 7, pr. Sobre o *postliminium in bello*, ver sobretudo: D. 49, 15, 5; D. 49, 15, 12, pr. e D. 49, 15, 19.

⁶ G. 1, 129.

⁷ Cf. Eduardo Vera-Cruz PINTO, *História do Direito Comum da Humanidade – Ius Commune Humanitatis...* cit., vol. I, tomo II, p. 227: “O direito de o soldado voltar a casa, expresso no carácter automático do *postliminium*, era depois submetido à avaliação dos poderes públicos (...)”.

⁸ D. 28, 1, 12. Sobre os problemas sucessórios, ver Luigi AMIRANTE, *Prigione di Guerra, Riscatto e Postliminium...* cit., pp. 135-161 e Luigi SERTORIO, *La Prigione di Guerra e il Diritto di Postliminium...* cit., pp. 67 e ss., 115 e ss., 123 e ss. e *passim*.

⁹ C. 8, 50, 17 pr.

¹⁰ A bibliografia é quase inesgotável; veja-se, por exemplo, e no contexto português, Paulo MERÊA, “A Guerra Justa Segundo Álvaro Pais”, in *O Instituto*, n.º 64, 1917; COSTA BROCHADO, “O Problema da Guerra Justa em Portugal”, in *RUMO – Revista de Cultura Portuguesa*, ano I, 1946; António M. Braz TEIXEIRA, “A Guerra Justa em Portugal”, in *Esmeraldo*, separata do n.º 7, 1955; Ruy de ALBUQUERQUE, *As Represálias – Estudo de História do Direito Português*, vol. I (sécs. XV e XVI), Lisboa, Atlântida Editora, 1972; Luís Miguel Oliveira ANDRADE, *A Guerra Justa em Portugal*, Aveiro, policopiado, 1990; Rui BEBIANO, *A Pena de Marte. Escrita da Guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Coimbra, Minerva, 2000. Veja-se ainda o nosso pequeno estudo “Guerra Justa e Guerra Santa. Os Pareceres da Guerra de África (1433-1436)”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. André Gonçalves Pereira*, Lisboa, Coimbra Editora/Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.

Está há muito demonstrado o erro de considerar a escravatura como fenómeno inexistente ou residual após a queda do Império Romano do Ocidente e vários autores comprovaram nas fontes da época a existência de escravos na Península Ibérica, durante o período de domínio visigótico¹¹.

Interessa referir que o cativo de guerra se manteve (era aliás a principal causa de aquisição do estatuto de escravo) mas com uma transformação, que se faz sentir ainda antes da ocupação árabe da Península em 711: lentamente, vai-se instalando a diferença entre os escravos cristãos (que hão-de ser equiparados aos servos) e os não cristãos, judeus e, principalmente, muçulmanos.

Porém, embora os cativos muçulmanos (e por vezes também moçárabes, que social e militarmente pertenciam ao lado inimigo¹²) – essencialmente prisioneiros de guerra – se mantivessem escravos, mais tarde, passadas algumas gerações e muitas vezes após conversão ao cristianismo, acabavam por ser integrados na classe dos servos; pode detectar-se tal fenómeno ainda no século XI¹³.

Uma das dificuldades das fontes – para a qual já Alexandre Herculano¹⁴ alertava – é a indiferenciação terminológica: encontramos muitas vezes a palavra servo, quer para designar escravos, nomeadamente escravos muçulmanos, quer para designar servos da gleba e outras categorias de semi-livres.

Contudo, por vezes a diferença é visível: no *fuero* de Villavicencio, posterior a 1020, todos os servos são admitidos na nova comunidade, excepto os escravos mouros comprados e os seus descendentes imediatos¹⁵.

Estes escravos, de que encontramos referências nas fontes da época, foram aprisionados com a intenção de obter um resgate, objectivo que não foi mais tarde possível concretizar? Ou, pelo contrário, tiveram *ab initio* como destino a função de mercadoria?

É uma questão que fica em aberto e para a qual valerá a pena procurar resposta nas fontes num próximo trabalho.

Do lado muçulmano, a ocupação da Península e os posteriores conflitos caracterizaram-se quer por fases de tolerância, em que a vida dos cristãos era maioritariamente poupada, quer por outras em que a perseguição e a violência se tornaram mais presentes.

Os tratados de capitulação, concedendo o *aman* aos que se rendiam, permitiam muitas vezes aos cristãos manter a sua liberdade, os seus bens e a sua religião mas os que se não rendiam e acabavam por ser submetidos eram geralmente mortos ou reduzidos à escravidão.

A perspectiva dos vencidos era frequentemente muito negativa, referindo a paz muçulmana como *pax fraudifica*: o texto moçárabe *Crónica de 754* descreve a destruição de cidades e o terror instaurado na Península, onde a “espada, a fome e o cativo deixaram a desolação”¹⁶ (sublinhado nosso).

Do lado cristão, a primeira política começou por ser a morte ou escravidão para os vencidos: Ordonho I poupava os civis para os tornar escravos e Afonso III aproveitava os cativos militares para exigir resgates¹⁷.

¹¹ Tal como prova claramente Charles VERLINDEN, “L’Esclavage dans le Monde Ibérique Médiéval”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo XI, Madrid, 1934, e foi sendo estudado por vários autores posteriores. Entre nós, veja-se, por exemplo, Domingos MAURÍCIO, S.J., “A Universidade de Évora e Escravatura”, in *Didaskalia*, vol. VII, fasc. 1, 1977, pp. 153-200 (para uma resenha bem conseguida da evolução da escravatura, em especial as pp. 154-158) e mais recentemente, para uma síntese bem esclarecedora, veja-se Maria do Rosário PIMENTEL, *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, pp. 17 e ss.

¹² Cf. Joaquim Chorão LAVAJO, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores / Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 102, mencionando o cativo dos moçárabes de Évora por Ordonho II.

¹³ Cf. Charles VERLIDEN, cit., pp. 385 e ss. O autor apresenta um documento do final do século XI – um texto do tombo do Mosteiro de Sobrado – com a genealogia de escravos mouros. Entre outros exemplos interessa, nesta sede, o de um escravo mouro cujo filho veio a ser baptizado – este converso casou com uma mulher livre mas os filhos do casal pertenciam ao Mosteiro.

¹⁴ Alexandre HERCULANO, *Do Estado das Classes Servas na Península desde o VIII até ao XII Século* (1858), republicado in *Opúsculos*, tomo VI *Controvérsias e estudos históricos*, tomo III, Lisboa, Antiga Casa Bertrand / José Bastos & C.ª – Editores (3.ª edição), p. 254, nota 1: “Em documentos do século XIII vemos ainda a designação de servos aplicada aos escravos mouros.”

¹⁵ Charles VERLIDEN, cit., p. 402.

¹⁶ *Crónica Moçárabe de 754*, n.º 54, p. 70, citado por Joaquim Chorão LAVAJO, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa” cit., p. 95.

¹⁷ Cf. Joaquim Chorão LAVAJO, “Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa” cit., p. 104.

Contudo a “Reconquista” foi um processo longo e de múltiplas cambiantes e a sua justificação doutrinária remete-nos de novo para o problema da guerra justa, nomeadamente no seu cotejar com os conceitos de guerra santa e de cruzada¹⁸.

Levantou-se então o problema da justiça da guerra, em especial contra os infiéis, que era considerada serviço de Deus, no mesmo plano das Cruzadas para a Terra Santa, “como legítima defesa do mundo cristão”¹⁹.

Todavia, alguns autores realçam que, pelo menos até finais do século XI, a Reconquista estaria imbuída de intenções meramente profanas, com uma forte preocupação territorial. Com o aprofundar das relações entre a Europa Central e a Península Ibérica, (através da acção da Ordem de Cluny) e com o crescente interesse do Papado na Reconquista, o espírito de Cruzada chegou à “Hispania”. A equiparação com as Cruzadas orientais não teria retirado à Reconquista peninsular o carácter nacional²⁰.

Em Portugal, teólogos e juristas afirmavam que a guerra era justa por ser guerra defensiva e destinada a punir ofensas ao povo cristão. Logo, a ideia de Cruzada não foi muito utilizada na sua justificação²¹.

João de Deus, canonista português em Bolonha, seguia a corrente daqueles que justificavam a guerra contra os muçulmanos equiparando-os aos hereges, por aceitarem parcialmente os Evangelhos. Baseado no Direito canónico (nomeadamente nas *Decretais de Gregório IX*), distinguia entre judeus (a que ninguém podia forçar à conversão, impedir o culto ou privar dos bens) e mouros (que atacavam os cristãos, devendo estes defender-se). Por isso e por serem hereges, era lícito travar guerra contra os muçulmanos mas não contra os judeus.

Esta concepção permitia espoliar os sarracenos de todos os bens, pois os hereges não tinham direito à propriedade, podendo os cristãos “possuir os bens dos hereges e de todos os inimigos, contra os quais se possa mover guerra justamente”²².

Para aqueles que – como João de Deus ou o Cardeal *Hostiensis* – consideravam sempre legítima a guerra contra os “infiéis”, o próprio *ius in bello* sofria uma flexibilização.

Pensamos que é esta distinção entre guerra contra cristãos e guerra contra muçulmanos como duas realidades distintas (não aceite por autores como Inocêncio IV e, principalmente, São Tomás de Aquino) que justifica a diferença de tratamento na matéria dos prisioneiros de guerra.

Essa diferença é bem visível, por exemplo, nas *Siete Partidas* de Afonso X, como *infra* demonstraremos.

Para o que ora nos interessa, devemos notar que se verificou em Portugal o progressivo desaparecimento dos escravos cristãos, que já não existiam de todo no século XII²³, e um cada vez maior número de mouros livres²⁴, resultado da nova política de Reconquista, que valorizava o povoamento por população livre, ainda que de origem inimiga.

Esta nova política teve início ainda com Fernando Magno mas essencialmente com Afonso VI de Leão, exemplo depois imitado em Castela e também em Portugal.

As populações que se rendiam formavam comunidades com alguma autonomia, constituídas por indivíduos livres (são os denominados “mouros forros”), tendo os monarcas portugueses concedido até forais a essas comunas

¹⁸ Carl ERDMANN, *A ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940; Luís Filipe THOMAZ, “Cruzada e Anti-Cruzada” in “*Communio – Revista Internacional Católica*”, ano II (1985), n.º 6 (Nov./Dez.), p. 522.

¹⁹ COSTA BROCHADO, cit., p.41.

²⁰ Carl ERDMANN, *A ideia de Cruzada em Portugal...* cit., pp. 5, 20 e *passim*. Com uma opinião contrária, ver P.º António Joaquim Dias DINIS, O.F.M., “Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV”, in *Revista Portuguesa de História*, separata do vol. X, 1952, em especial, pp. 14 e 15, nota 14 e *passim*.

²¹ Bom exemplo disto é o discurso de Pedro de Pitões, Bispo do Porto, aos cruzados, que aqui passaram a caminho da Terra Santa, parando para reabastecer. O objectivo era convencê-los a participar na Conquista de Lisboa, organizada por D. Afonso Henriques, citando aliás Santo Isidoro. Na carta de Osberno, cf. *Conquista de Lisboa aos Mouros – narrações dos Cruzados Osberno e Arnulfo*, tradução portuguesa de José Augusto de OLIVEIRA, está transcrito o discurso: «*A piedade em favor de Deus não é crueldade. Fazei a guerra por zelo de justiça e não por impulso violento da ira. Ora, a guerra justa, diz o nosso Isidoro, é a que se faz por reaver o que é nosso, ou para repelir os inimigos*».

²² António Domingues de Sousa COSTA, “O factor religioso, razão jurídica dos Descobrimentos Portugueses”, separata de *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. VI, Lisboa, 1961, pp. 14 e 15.

²³ Charles VERLIDEN, cit., p. 406.

²⁴ Já mencionados, por exemplo, no foral de Santarém de 1095.

(é o caso do documento outorgado por D. Afonso Henriques aos mouros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal em 1170).

Apesar das mudanças já registadas, o cativo não desapareceu e podia, como acima foi mencionado, resultar quer dos conflitos bélicos “tradicionais”²⁵, quer ainda de actividades como o corso e a pirataria.

As Crónicas guardam muitos relatos de aprisionamento de cativos, na tomada pelos cristãos do território que hoje corresponde a Portugal continental: tomada de Santarém²⁶, tomada de Sesimbra²⁷, segunda reconquista de Beja²⁸, ataque mouro a Porto de Mós²⁹, investida sobre Santarém³⁰, ataques no mar feitos por barcos saídos de Silves³¹, nova conquista de Silves pelos muçulmanos³², investidas contra Tomar e Abrantes³³, emboscada junto a Aljezur³⁴.

Foi assim até ao final da Reconquista, após o qual se seguiu um enorme hiato em que os conflitos se tornaram muito menos frequentes e, obviamente, também menos relevantes: algumas investidas na costa algarvia e ataques de piratas e corsários³⁵.

Entre o final da Reconquista e o século XV, as fontes relatam essencialmente o aprisionamento de inimigos cristãos, em especial castelhanos, mas neste caso as regras eram diversas, como veremos *infra*. O cativo às mãos de muçulmanos era então mais raro, o que aliás teve reflexo na diminuição das doações destinadas ao resgate³⁶.

Porém, episódios inesperados ocorriam, como atesta a bula *Romana mater ecclesia* de Inocêncio VI, datada de 27 de Fevereiro de 1355, ordenando ao arcebispo de Braga e aos bispos de Évora e Viseu que recolhessem metade da dízima durante quatro anos, concedida a D. Afonso IV para a guerra contra os mouros que, com grande número de embarcações, tinham invadido terras portuguesas no Algarve, roubado igrejas, matando e cativando os habitantes e ameaçando voltar³⁷.

²⁵ Veja-se, para um enquadramento do tema da guerra em Portugal, entre outros e para lá dos já citados, Teresa AMADO (coord.), *A Guerra até 1450*, Lisboa, Quimera, 1994, João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998 e, especificamente sobre prisioneiros de guerra e resgates, pp. 314-317. Este último autor aborda os prisioneiros na guerra entre cristãos e não os cativos, ou seja, os prisioneiros de diferente fé (cf. nota 231, p. 335).

²⁶ Cf. Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1975, Primeira Parte, *Chonica del Rei Dom Afonso Henriquez*, p. 68: “*Todos ao que escaparão da morte forão cativos, e entre elles tres Mouros principaes, de que el Rei houve fazenda de muita valia (...)*”.

²⁷ Idem, p. 84.

²⁸ Cf. *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, edição crítica por Carlos da Silva TAROUCA, S.J., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, vol. I, *Crónica do Rei d. Afonso Henriques*, cap. XXXIV, p. 124, que refere os mouros derrotados, sendo deles *muytos mortos e presos*. Também em Ruy de PINA, *Crónicas*, edição e revisão de M. Lopes de ALMEIDA, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, *Chronica Del Rey D. Sancho I*, cap. III, p. 22 e ainda Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal...* cit., *Chonica del Rei Dom Afonso Henriquez*, p. 91.

²⁹ *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* cit., cap. XXXV, p. 127, que refere a derrota dos mouros, sendo “*preso Rey Ganim, com seu irmão, e outros muytos ta çimquoemta deses milhores.*”

³⁰ Idem, cap. XXXVII, p. 136, em que se refere o rico saque e os “*muytos Mouros cativos*”. Também em Ruy de PINA, *Crónicas* cit., cap. IV, p. 25 e Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal...* cit., *Chonica del Rei Dom Afonso Henriquez*, p. 87.

³¹ *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal...* cit., *Crónica do Rei D. Sancho I*, cap. III, p. 153: “*daly iryom os Mouros a roubar desvayradas partes do mar Oçeano e traziom muytos Christãos cativos e gramdes roubos de todolos reynos.*” Na tomada de Silves, cap. VI, p. 159, menciona-se um cristão que combatia com D. Sancho e “*tinha na cidade demtro hum filho cativo*”.

³² Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal...* cit., *Chonica del Rei Dom Sancho o Primeiro*, p. 105, relatando que os mouros “*levarão tambem muitos Christãos cativos, que passarão alem do mar*”.

³³ *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, cit., *Crónica do Rei D. Sancho I*, cap. VIII, p. 167, “*e cativou muitos Christãos*”.

³⁴ Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal...* cit., *Chonica del Rei Dom Afonso o Terceiro*, p. 182.

³⁵ O autor de *Historia da província de Portugal da Ordem da S.ma Trindade e redenção de cativos na qual se trata de quando neste regno teve principio e da fundação de seus conventos e religiosos illustres que nellles floresceram – primeira e segunda partes*, manuscrito da Livraria do ANTT, códices 861 e 862 (microfilmados com os n.ºs 1932 e 1933; o manuscrito encontra-se bastante danificado e é de difícil leitura devido às manchas provocadas pelo repassamento da tinta que resultam da acidez da mesma), no *Cap. do grande nº de christãos que se captivaõ cada anno*, referia também esta actividade, classificando os *patrões destas Gales* como os *mais vis e baixos ladrões*, que não tinham outra coisa para lá dos seus barcos, sustentados com os cristãos que cativavam.

³⁶ Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, “Contribuição Monetária das Comarcas Portuguesas para a Obra da Redenção de Cativos (1523-1539)”, in *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. XIV, n.º 1/2, Janeiro-Junho/94, p. 24.

³⁷ Publicada in *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, vol. I, p. 239-243.

O problema voltou a colocar-se com toda a acuidade, ainda que com novos contornos, após 1415³⁸. Em vésperas da tomada da cidade de Ceuta, continuava o resgate de cativos, como atestava Zurara através das palavras de João Afonso de Alenquer, vedor da Fazenda de D. João I, que afirmava ser Ceuta uma cidade *notável e muy azada pêra se tomar*, tendo de tal tomado conhecimento através de um seu criado que enviara à cidade para *tirar alguns cativos de que tinha encarrego*³⁹.

A conquista em Marrocos foi considerada justa: D. João I, segundo Zurara, hesitava em aceder ao pedido de seus filhos, sem antes «*saber se isto é serviço de Deus de se fazer*»⁴⁰.

A preocupação de legitimar a guerra levou o monarca a pedir conselho a Frei João Xira, ao Doutor Vasco Pereira, a D. Duarte e a outros *principais letrados e do conselho*, a fim de apurar se a tomada de Ceuta era ou não serviço de Deus, no que recebeu resposta positiva⁴¹.

A 4 de Abril de 1418, a bula *Rex regum*⁴², do Papa João XXIII, viria legitimar *a posteriori* a empresa contra os infiéis⁴³ e a esta outras se seguiriam, nova bula *Rex regum* (1436)⁴⁴, bula *Rex regum et Dominus dominantium* (1443)⁴⁵, bula *Dum diversas* (1452)⁴⁶, bula *Romanus pontifex* (1455)⁴⁷, bula *Inter cetera* (1456)⁴⁸.

Guerra justa, guerra santa, guerra indulgenciada, a conquista de África tornou-se motor de numerosos cativos, quer de cristãos, quer de muçulmanos.

Veja-se a menção a dois cavaleiros mouros tomados em Ceuta numa Carta de 1422⁴⁹, os relatos das Crónicas⁵⁰, cartas entre monarcas dando notícias da tomada de mouros cativos⁵¹, cartas de perdão a antigos cativos⁵² e cartas de segurança a quem temia ser tido por mouro⁵³.

Os cativos podiam ser tomados quer em mar (pescadores ou viajantes), quer em terra.

Neste último caso e até ao século XV, tal sucederia essencialmente na orla costeira da Península ou quando algum cristão viajasse para o norte de África e vice-versa.

Após a conquista de Ceuta, de novo se tornaram frequentes os prisioneiros de guerra, nos confrontos bélicos no Norte de África.

O caso do infante D. Fernando e de quantos com ele cativaram prova a importância do tema, bem documentado nos textos da época⁵⁴.

³⁸ Sobre esta época, ver, por exemplo, António Domingues de Sousa COSTA, "A Expansão à Luz do Direito", in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 20, 1962.

³⁹ Gomes Eanes ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942, cap. X, p. 27.

⁴⁰ Idem, cap. X, p. 22.

⁴¹ No seu discurso, *idem*, p. 26, justifica a guerra travada com Castela porque «*eles queriam contra direito e razão apremar as cousas de meus naturais*», sendo pois lícita, apesar de entre cristãos.

⁴² Publicada in *Monumenta Henricina*... cit., vol. II, p. 282.

⁴³ Quanto à questão da bula *Eximie devocionis*, obtida, em 1411, por D. João I do anti-papa João XXIII, e de saber a que empresa se destinava, vide António Joaquim Dias DINIS, cit., pp. 96 e ss.

⁴⁴ *Monumenta Henricina* cit., vol. V, pp. 270-275.

⁴⁵ Idem, vol. VII, pp. 344-350.

⁴⁶ Idem, vol. XI, pp. 197-202.

⁴⁷ Idem, vol. XII, pp. 71-79.

⁴⁸ Idem, vol. XII, pp. 286-288.

⁴⁹ *Carta de quitação*, datada de 6 de Outubro de 1422, passada por Gomes Gonçalves ao rei, no valor de três contos, que o monarca devia a seu tio Fernão Garcia Neiva por dois cavaleiros mouros cativados em Ceuta, ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, fl. 135v, transcrita por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV*... cit., vol. II, p. 79.

⁵⁰ Cf. Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*... cit., *Chonica del Rei D. João o I Primeiro*, cap. XCIII, p. 699,

⁵¹ Veja-se a carta que D. Afonso V enviou, com data de 11 de Julho de 1461, a Cristiano I, rei da Dinamarca, em que refere os combates de D. Duarte Meneses contra os sarracenos, fazendo numerosos cativos, publicada em *Monumenta Henricina*, cit., vol. XIV, pp. 156-157.

⁵² Cf. *Carta de Perdão* do degredo para Alcácer, datada de 12 de Abril de 1463, a Martim Afonso da Lança, por ter sido feito cativo numa entrada em que participara com D. Duarte de Meneses, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 46v, transcrita por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV*... cit., vol. II, pp. 264-265.

⁵³ *Carta de segurança*, datada de 7 de Julho de 1463, a Martinho, cristão e livre, pois este temia ser preso e feito escravo se o tomassem por mouro, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 160v, transcrita por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV*... cit., vol. II, p. 267.

⁵⁴ Cf. Frei João ÁLVARES, *Trautado da Vida e Feitos do Muito Vertuoso S.or Ifate D. Fernando*, edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida CALADO, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960; Ruy de PINA, *Crónicas* cit., *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. XXXIII a XLII,

Significativo é o auto de capitulação após o desastre de Tânger, em que o Infante D. Henrique se obrigava a devolver Ceuta e *todos os mouros e mours cativos ou reféns*⁵⁵, deixando em penhor da sua palavra como refém o Infante e outros portugueses.

A estes cativos acresciam os que eram tomados nas emboscadas a que os cristãos e os muçulmanos estavam sujeitos quando se deslocavam para as suas diferentes actividades. Assim, para os portugueses sair das muralhas significava sempre perigo e existem relatos numerosos de tomadas de cativos nessas circunstâncias.

E também os portugueses efectuavam frequentes “entradas” ou “almogaverias”, para devastar os campos inimigos, obter despojos ou cativos mas, em caso de insucesso, podiam esses cristãos ser aprisionados e submetidos a cativoiro⁵⁶.

Os documentos atestam que o cativoiro de portugueses e marroquinos era frequente, como veremos *infra*, a propósito de alguns aspectos de que vamos tratar.

Devemos todavia assinalar que a pirataria e o corso que atingiam os portugueses nem sempre eram praticados por muçulmanos⁵⁷. Isabel Drumond Braga, que fez um levantamento riquíssimo nas fontes, encontrou numerosos casos de cativos aprisionados por cristãos, o que a leva a concluir:

“Fosse qual fosse o destino tomado, navegar no Atlântico ou no Mediterrâneo era sempre sinónimo de perigo, nomeadamente de cativoiro. Cativoiro que tanto podia ser às mãos de europeus como de muçulmanos, porque a frequência das águas era de todos e o corso e a pirataria não escolhiam reinos. Todos podiam ser as vítimas ou os carrascos, só dependia das circunstâncias.”⁵⁸

E os portugueses também praticavam o corso e a pirataria, nomeadamente roubando cativos muçulmanos, propriedade de cristãos⁵⁹, ou tomando muçulmanos livres.

Quanto ao Direito português, encontramos normas relativas aos muçulmanos feitos cativos pelos cristãos e também concernentes aos portugueses aprisionados e ao seu resgate.

Devemos referir as *Siete Partidas*, obra atribuída ao rei Afonso X de Castela e com divulgação, tradução e aplicação em Portugal⁶⁰. Apesar de não ser originariamente Direito português, a obra foi largamente aplicada em Portugal e influenciou inclusive a legislação régia, como é fácil verificar ainda em muitos trechos inseridos, dois séculos mais tarde, nas *Ordenações Afonsinas*.

Na IV Partida encontramos, a propósito da origem da servidão, mencionada a mais antiga regra (morte imediata dos prisioneiros de guerra) e também a evolução normativa posterior, no sentido de serem reduzidos à escravidão. Assim, a primeira maneira de adquirir este estatuto é o cativoiro em tempo de guerra, sendo *inimigos da fé*⁶¹.

pp. 557 a 571; Duarte Nunes de Leão, *Crónicas dos Reis de Portugal* cit., *Chonica, e vida del Rey Dom Duarte*, cap. XIV a XIX, pp. 765-778. O problema da justiça da guerra voltou a ser debatido a propósito da expansão em África, tendo D. Duarte solicitado vários pareceres a familiares, em 1432/1433, e a juristas da Universidade de Bolonha, em 1436, e tratado do tema no seu *Leal Conselheiro*, cf. o nosso já citado “Guerra Justa e Guerra Santa – os pareceres da guerra de África (1433-1436)”.

⁵⁵ *Auto de capitulação e pazes firmadas com Salah Bem Salah*, de 17 de Outubro de 1437, publicado in *Monumenta Henricina*, cit., vol. VI, pp. 211-212.

⁵⁶ Cf. António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., vol. I, pp. 226-227, 230-231.

⁵⁷ Idem, vol. I, p. 106, refere que “talvez tenha sido exagerado o perigo decorrente da actividade da pirataria muçulmana (...) Na época que tratamos parece ter sido a pirataria cristã a atacar as costas muçulmanas com maior frequência do que a recíproca”.

⁵⁸ Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII). Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998, p. 40.

⁵⁹ Cf. Cartas datadas de 22 e de 23 de Novembro de 1412, dirigidas pelos jurados e conselho de Iviça, nas Baleares, ao rei D. Fernando de Aragão, publicadas in *Monumenta Henricina...* cit., vol. II (1411-1421), pp. 53-54. Na primeira, pediam ao monarca que tomasse medidas para que fossem restituídos os 10 cativos roubados por uma nau flamenga e por outra portuguesa; na segunda requeriam justiça e indemnização para Nicolás Abri, portador da carta, a quem uma nau portuguesa tinha roubado dois cativos mouros, ao passar por Iviça.

⁶⁰ Esta obra foi elaborada em meados do século XIII, na corte de Afonso X de Castela, embora ainda existam bastantes dúvidas quanto à sua data exacta e se discuta a autoria – veja-se, para um resumo da polémica, Ruy e Martim de ALBUQUERQUE, *História do Direito Português*, Lisboa, Pedro Ferreira, 2004, I vol., tomo I, pp. 218 e ss.

⁶¹ *Las Siete Partidas del Sabio Rey D. Alonso IX (sic) nuevamente Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez del Consejo Real de Indias de su Magestad*, Salamanca: Andrea Portonaris, 1555 (edição fac-similada pelo Boletín Oficial del Estado, 1985, tomo I) *Quarta Partida*, fl. 54v, título XXI, ley 1 *Que cosa quiere dezir captivo, e que departamiento ay, entre preso e s servidumbre: e onde tomo este nome e quantas maneras son della*.

No final do século XVIII ainda se ouvia o eco deste texto na obra de Pascoal de Mello Freire, que o seguia de perto quanto à origem da palavra “*servo*” e enunciava igualmente três formas de aquisição dessa condição:

“*Os servi (escravos), assim chamados ou de servando (guardar), ou de serviendo (servir), nascem ou fazem-se. Nascem das nossas escravas, fazem-se ou pelo direito das gentes, isto é, por cativo, ou pelo direito civil.*”⁶² (sublinhado nosso).

A matéria dos cativos estava longamente tratada na II Partida, títulos XXIX e XXX.

Surgia uma diferenciação entre presos (capturados na guerra entre cristãos) e cativos (prisioneiros na guerra com *homens de outra crença*)⁶³. O tratamento dos primeiros é mais moderado, prescreve-se o mero encarceramento, excluindo-se quer a morte, quer outros danos pessoais ou patrimoniais.

Esta norma não era integralmente cumprida⁶⁴ mas manteve-se, atravessando toda a Idade Média portuguesa e até à época moderna.

Já os segundos – prisioneiros de diferente fé – podiam ser mortos, reduzidos à escravidão ou alvo de qualquer agressão. O texto é muito expressivo quando qualifica este estado como a *mayor mal andança, q los omes pueden aver en este mundo*⁶⁵. Contudo, o resgate estava previsto e eram mencionados os oficiais encarregues dessa actividade, os alfaqueques⁶⁶ (que se hão-de manter no Direito português, como veremos *infra*).

Quanto aos cativos, estão regulados vários aspectos, nomeadamente quantos aos seus bens, guarda dos mesmos, resgates, herdeiros, etc.

Nas Ordenações Afonsinas, o *Regimento da Guerra* (livro I, título LI) continha várias disposições relativas ao cativo.

Logo no §. 1, a propósito das consequências da guerra, se enuncia a “*morte, e cativo, e aos homens perda, e dampno, e destruímento, e he movimento das cousas quedas, e destruiçom das compostas*”⁶⁷ (sublinhado nosso).

O cativo surgia assim um como resultado “natural” da guerra, ao lado de outros. Curiosamente, não encontramos depois regulação pormenorizada do aprisionamento mas antes normas destinadas a situações pontuais e maioritariamente passíveis de criar conflitos.

Encontramos uma proibição, destinada a toda a hoste, cominando-se a pena de morte para aquele que tomasse cativo dentro de uma igreja, se o mesmo não estivesse armado⁶⁸.

Mais à frente, estipulava-se que o cativo em cuja captura tivessem intervenção dois soldados (um que perseguia o inimigo e outro que o *derribava em terra*, sendo depois o cativo tomado pelo primeiro) seria propriedade de ambos (*este, que assi o tomar, haverá a meetade delle, e aquel, que o houver derribado, a outra meetade*). A guarda do prisioneiro, porém, cabia ao que o tivesse tomado⁶⁹.

Outra situação regulada dizia respeito à tomada de cativo por um soldado, vindo outro a reclamar parte do mesmo e ameaçando matá-lo se não obtivesse o que reclamava. Este segundo perderia a parte que reclamava, mesmo que tal lhe tivesse sido prometido. Caso nada lhe tivesse sido prometido e ele cumprisse a sua ameaça, matando o cativo, seria preso até satisfazer aquele que tinha tomado o cativo e perderia os seus cavalos e armas a favor do condestável⁷⁰.

⁶² Pascoal José de Mello FREIRE, *Instituições de Direito Civil Português*, edição traduzida por Miguel Pinto de Meneses, in *Boletim do Ministério da Justiça*, 1966, livro II, título I, § III, p. 11.

⁶³ *Las Siete Partidas del Sabio Rey D. Alonso IX...* cit., *Segunda Partida*, fl. 110-110v, título XXIX, ley 1 *Que quiere dezir captivo, e que departamiento ay, entre preso e captivo*.

⁶⁴ Cf. os vários relatos aduzidos por João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média...* cit., pp. 314-316.

⁶⁵ *Las Siete Partidas del Sabio Rey D. Alonso IX...* cit., *Segunda Partida*, fl. 110-110v, título XXIX, ley 1, fl. 110v.

⁶⁶ Idem, título XXX *De los alfaqueques, e de lo q estos hã de fazer*, fl. 113v.

⁶⁷ *Ordenações Afonsinas*, livro I, título LI – *Do Regimento da Guerra*, edição fac-similada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1797, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 285, §. 1.

⁶⁸ Idem, pp. 298-299, §. 40. No mesmo §. se previa igual pena para quem roubasse igreja, destruisse (agredisse) religioso, violasse ou roubasse mulher.

⁶⁹ Idem, p. 301, §. 48.

⁷⁰ Idem, p. 301, §. 49.

⁷¹ Idem, p. 302, §. 54.

Existiam ainda outras regras aplicáveis: os prisioneiros não podiam usar o “*signal d’armas de Sam Jorge*” (reservado aos membros do exército, como forma de identificação), sob pena de serem mortos⁷¹; quem tomasse prisioneiro devia, sob pena de perder a parte que lhe pertencia, apresentá-lo ao seu senhor ou capitão e este último, também sob pena de perder o terço que lhe cabia, conduziria o prisioneiro à presença do condestável, do marechal ou do próprio monarca – *a quem mais aginha* (sic) *o póder levar* – para o poder interrogar sobre as *novas* do inimigo⁷²; quem tomasse prisioneiro tinha a obrigação, novamente sob pena de perder a parte que lhe pertencia, de o guardar ou fazer guardar, de modo a que o mesmo não pudesse avisar o inimigo dos *segredos da hoste*⁷³; o que tomasse prisioneiro estava, sob pena de detenção e de castigo a fixar pelo rei, proibido de o deixar sair *por sua rendiçom* ou por qualquer outro motivo sem licença superior⁷⁴; também estava proibida, sob pena de perda de bens a favor do rei e ficar à mercê do mesmo, a concessão de salvo-conduto a um prisioneiro, excepto se outorgado pelo monarca, condestável ou marechal⁷⁵.

Outras regras sobre fuga dos prisioneiros estão contidas no título dedicado ao condestável (embora estas regras não o refiram e digam antes respeito ao marechal): fugindo um prisioneiro de guerra a quem o capturou e surpreendido pela guarda da vela, seria levado ao marechal, que o devolveria ao primeiro tomador caso o aprisionamento se tivesse feito recentemente (antes de cumprida uma noite e um dia) ou, tendo a captura sido anterior, o entregava àquele que o tivesse apanhado em fuga, tendo neste último caso o marechal direito à dízima do valor do prisioneiro⁷⁶.

Esta norma está repetida de forma menos minuciosa no título dedicado ao marechal, apenas se prevendo que, em caso de fuga de prisioneiro depois capturado pela guarda da vela, cabia ao marechal a vantagem pela sua captura⁷⁷.

Norma semelhante estava prevista para o prisioneiro que fugia e conseguia iludir a guarda sendo depois capturado *per outra gente do arraial*: pertenceria ao tomador inicial se fugira do mesmo há menos tempo (antes de decorridos um dia e uma noite) ou seria de quem o tinha apanhado em fuga se já andasse fugido há mais tempo, cabendo ao marechal a sua parte⁷⁸.

O aprisionamento em mar estava regulado no título dedicado ao almirante: a este oficial pertencia a quinta parte de todas as coisas de que se apoderasse no mar, excepto quando se tratasse dos cascos dos barcos, armas, equipagem ou *mouro de mercee*, pois estas presas seriam propriedade do monarca. Porém, quanto o rei pretendesse tomar o tal mouro de mercê devia fazê-lo pelo preço praticado em Portugal – cem libras – cabendo deste preço a quinta parte ao almirante⁷⁹.

Existia também uma simbologia própria da *captivitas* e uma cerimónia, ainda que simples, para fazer seu o prisioneiro capturado.

Nas Ordenações, no citado *Regimento da Guerra*, descreve-se assim a cerimónia pela qual se tomava oficialmente um prisioneiro: o tomador, em sinal que lhe pertencia, tomava-lhe a sua fé e o bacinete (capacete, parte da armadura medieval desde do século XIV⁸⁰) ou o guante (luva, protecção da mão e do braço⁸¹) direito

⁷² Idem, pp. 302-303, §. 55. Se o capitão não actuasse correctamente perderia o terço que lhe cabia para aquele que da situação informasse o condestável ou o marechal.

⁷³ Idem, p. 303, §. 56. O senhor ou capitão daquele que não guardasse devidamente o prisioneiro tomado mantinha o direito à terça parte do mesmo, excepto se tivesse culpa na fuga, em que ficaria sujeito ao castigo determinado pelo rei. Julgamos existir um lapso nesta disposição, uma vez que se considera que neste caso caberia uma parte ao condestável e outra a teria *aquelle que o primeiramente*, sem mais nada se acrescentar; o sentido da disposição seria provavelmente semelhante ao do preceito anterior: a parte era perdida a favor daquele que em primeiro lugar informasse da situação o condestável.

⁷⁴ Idem, p. 303, §. 57.

⁷⁵ Idem, p. 304, §. 59.

⁷⁶ Idem, Título LII *Do Conde-estabre, e do que pertêce a seu officio*, p. 313, §. 21.

⁷⁷ Idem, Título LIII *Do Marichal, e cousas, que a eu officio pertencem*, pp. 316-317, §. 6.

⁷⁸ Idem, Título LII, p. 314, §. 22.

⁷⁹ Idem, Título LIV (LIIII) *Do Almirante, e do que pertence a seu officio*, p. 326, §. 15.

⁸⁰ João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média...* cit., “Glossário de Armas”, p. 533.

⁸¹ Idem, p. 543.

em guaje ou entregava-o a quem o guardasse por si. Porém, se antes da cerimónia realizada, outra pessoa viesse e tomasse o prisioneiro, tinha direito ao mesmo, como se primeiramente tivesse tomado a sua fe⁸².

Trataremos agora do resgate dos cativos e das suas instituições, tendo em atenção em especial o Direito português.

Ainda assim, convém referir que a troca de cativos e o resgate dos mesmos está documentada pelas fontes (crónicas latinas e árabes) nos conflitos entre cristãos e muçulmanos desde o início da Reconquista, com a aprovação e até o incentivo das autoridades religiosas de ambas as partes.

O resgate era frequente e envolvia quantias avultadas, como testemunham os cronistas árabes Ibn Hayyân, Ibn Sâhib e Ibn 'Idâri⁸³ e resulta, por exemplo, do destino estipulado para o maior legado (10 000 morabitinos) do testamento de D. Afonso Henriques⁸⁴.

Muito mais tarde, após Ceuta, os cativos muçulmanos em Portugal também conseguiam por vezes obter meios de resgate ou obter a liberdade.

O conde de Arraiolos, D. Fernando (filho do primeiro duque de Bragança, D. Afonso, sendo este filho natural de D. João I) concedeu, com efeitos após a sua morte e a de sua mulher, D. Joana de Castro, a liberdade a todos os seus servos mouros convertidos ao cristianismo⁸⁵.

A Lei de 26 de Fevereiro de 1452, depois adicionada a uma a versão posterior das *Ordenações Afonsinas*, no final do livro IV, como título CXI (*De como he defeso, que nom se forre Mouro ou Moura cativo, se nom por preço que traga de sua terra, ou per resgate d' outro Christaaõ, que lá jaz cativo*), pressupunha a possibilidade de resgate, embora com limitações.

Existiam mesmo autorizações régias quer destinadas a comunas de mouros para poderem diligenciar pelo resgate de mouros cativo (após invocação por estas comunas perante o rei de antigo costume nesse sentido)⁸⁶, quer a indivíduos, para que pudessem obter a sua própria liberdade⁸⁷, quer ainda ao conjunto de mouros cativos de uma localidade⁸⁸, algumas delas autorizando – com menção expressa da derrogação – formas de resgate não permitidas pela lei geral.

⁸² *Ordenações Afonsinas*, cit., livro I, título LI, p. 304, §. 60.

⁸³ Citados por Joaquim Chorão LAVAJO, "Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa" cit., p. 106.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Carta de 6 de Agosto de 1453, transcrita por António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântica – Livraria Editora, 1949, tomo III, II parte (*Provas do Livro VI*), pp. 144-145.

⁸⁶ Cf. autorizações régias: **documento a.**) à comuna de Lisboa, a 7 de Julho de 1463; **documento b.**) à comuna de Loulé, a 15 de Julho de 1463; **documento c.**) à comuna de Tavira, a 11 de Agosto de 1466; **documento d.**) à comuna de Vila de Moura, a 7 de Agosto de 1472; **documento e.**) à comuna de Elvas, a 8 de Junho de 1487, todas para resgatar mouros cativos vindos de fora do Reino, respectivamente no ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 28, fl. 53v, livro 9, fl. 105v, livro 14, fl. 109v, livro 33, fl. 160, e na *Chancelaria de D. João II*, livro 21, fl. 125, livro 21, fl. 11. Os documentos estão transcritos e foram por nós consultados in António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., vol. II, pp. 268-269 (**documento a.**) e 270-271 (**documento b.**), vol. III, p. 81-82 (**documento d.**) e Edite Maria da Conceição Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate em Portugal – Sua Estruturação e Evolução no século XV*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: 1994, pp. 227-228 (**documento c.**) e pp. 291-292 (**documento e.**).

⁸⁷ Cf. autorizações régias a **i**) um mouro de nome Murça, natural de Fez e cativo de Álvaro Pires Cidreira, para obter o preço do seu resgate – 22 mil reais brancos – com a condição de não sair do Reino após obter liberdade (14 de Janeiro de 1466, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 14, fl. 8); **ii**) um mouro de nome Mafamede Noaja natural de Arzila, para ganhar com o seu trabalho o preço de seu resgate, com a condição de não sair do Reino após obter liberdade (14 de Outubro de 1471, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, fl.75); **iii**) carta de seguro a um mouro de nome Mafamede Orelhas, cativo de Afonso Teles, para poder deslocar-se a África e obter junto dos seus parentes e amigos o preço do seu resgate e do de sua mulher e filhos (18 de Outubro de 1471, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, fl.52v); **iv**) um mouro de nome Alle, natural de Jabel Fabyby, cativo de João de França, para se forrar com dinheiro da terra, com a condição de não sair do Reino (18 de Julho de 1472, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 29, fl.217): todos os documentos transcritos e por nós consultados em António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., respectivamente vol. II, pp. 339, 423, 427-428 e vol. III, p. 30.

⁸⁸ Carta dirigida aos mouros cativos de Tavira, a 28 de Julho de 1487, para que possam obter o seu resgate, com o seu trabalho ou de outra forma concertada com os proprietários (realçamos que não é dirigida à comuna, como sucedera em 1466, nota 86), no ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 21, fl. 11, transcrita e por nós consultada em Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate em Portugal...* cit., pp. 294-295.

Quanto ao resgate dos cativos cristãos, devemos lembrar a sua natureza como obra de misericórdia, com fortíssimo fundamento bíblico⁸⁹.

A redenção dos cativos era considerada tão importante que podia mesmo justificar o levantamento de certas proibições: em 1239, Gregório IX autorizava D. Fernando, infante de Serpa, a vender aos muçulmanos os seus bens ou bens que lhes tomasse, ainda que com excepções, destinando tais quantias à redenção dos cativos e à defesa do seu castelo⁹⁰.

É importante referir o papel de oficiais e instituições diferenciadas, nomeadamente a Ordem da Santíssima Trindade (frades trinitários), o Alfaqueque e o Tribunal da Rendição dos Cativos.

Não pode pois esquecer-se a importância da Ordem da Santíssima Trindade⁹¹, criada no final do século XII (1198) e exercendo desde o início do século XIII a sua actividade também em Portugal, onde se instalara por 1207. A Ordem dedicava-se, entre outras obras, à redenção de cativos e, tendo edificado conventos por todo o território, assumiu um enorme relevo nessa actividade em Portugal⁹².

Ainda no século XIX se publicava a história da Ordem em tom de exaltação e se afirmava, quanto à obra dos trinitários:

“(…) tirando das masmorras dos infieis, & trazendo à terra de Christãos muy grande copia de cattivos, por cuja a liberdade os Religiosos deste habito te padecido entre barbaros prisões, afrontas, & trabalhos, e chegaraõ alguns a perder as vidas.”⁹³

A Ordem recebia para a redenção dos cativos diversas esmolas e doações, assim como deixas testamentárias, de que é exemplo o próprio testamento de D. Sancho I⁹⁴. Por seu turno, D. Afonso II confirmou à Ordem a licença exclusiva para o resgate e para angariar esmolas com esse propósito, fixando pena para quem violasse tais disposições⁹⁵. E vários reis posteriores beneficiaram a Ordem com legados e doações: D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Isabel de Aragão, D. Afonso IV, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel⁹⁶, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique...

Os privilégios da Ordem também foram sendo confirmados, nomeadamente por D. João I, em carta de 1396⁹⁷.

Os responsáveis pela angariação de fundos/esmolas eram designados “mamposteiros” e os fundos eram usados pela Ordem para a própria manutenção e nas suas diferentes obras, entre as quais o resgate. A repartição

⁸⁹ Assim, por exemplo, Êxodo, 21, 1-11; Deuterónimo, 15, 12-18. Para a concepção de Deus como resgatador dos cativos ver, entre outros, Isaías, 11, 11; Isaías, 43, 1-7; Isaías, 48, 20; Isaías, 52, 1-6; Isaías, 61, 1; Isaías, 63, 9 e 16; Jeremias, 16, 14; Jeremias, 30, 8; Jeremias, 46, 27; Zacarias, 9, 11-12; Zacarias, 10, 8. No Novo Testamento, podem ver-se Lucas, 4, 18-19; Mateus, 20, 28; I Timóteo, 2, 5-6. A *Historia da província de Portugal da Ordem da S.ma Trindade e redenção de cativos*... cit., códice 861, contém mesmo um cap. em que se mostra na obra da redenção estar encerradas todas as obras de msa. (misericórdia), página não numerada.

⁹⁰ Letras *specialem nobilitati tue*, de 11 de Dezembro de 1239, publicada em *Monumenta Henricina*, cit., vol. I, p. 73.

⁹¹ Sobre a Ordem e a sua actividade em Portugal podem ver-se, entre muitas outras obras: Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal* (nova edição preparada e dirigida por Damião PERES), vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 142, 336-337; vol II, Porto/Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968, pp. 158-163, 500-501; Joel SERRÃO, *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI (SISA-ZURARA), Porto, Livraria Figueirinhas, 1984 (reedição), p. 214; Carlos Moreira de AZEVEDO (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (P-V/ Apêndices), Lisboa, Círculo de Leitores/Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 305-307; Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate em Portugal*... cit., pp. 39-74. A outra Ordem que se dedicou ao resgate de cativos – Ordem de Nossa Senhora das Mercês (Mercedários) – embora se tivesse estabelecido em Portugal nunca assumiu um papel relevante nesta actividade.

⁹² São essenciais para o estudo da Ordem duas obras de períodos distintos: *Historia da província de Portugal da Ordem da S.ma Trindade e redenção de cativos na qual se trata de quando neste regno teve principio e da fundação de seus conventos e religiosos illustres que nellles floresceram*, já atrás citada e ainda Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade, Redempção de Cativos, da Provincia de Portugal*, Lisboa, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789 (I tomo, até 1600) e 1794 (II tomo, de 1600 até ao tempo em que escreve). Também encontramos referências em Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*, cit., *Chonica del Rei Dom Sancho o Primeiro*, pp. 105-106.

⁹³ *Instituiçam da Ordem da Santissima Trindade & Redempção de Cativos*, Lisboa, Impressam Regia, 1280 (sic) [1820], p. 2 (sem numeração).

⁹⁴ Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*... cit., tomo I, p. 124. Também referido em Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*... cit., *Chonica del Rei Dom Sancho o Primeiro*, pp. 113-115.

⁹⁵ Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*... cit., tomo I, pp. 137-138.

⁹⁶ Idem, pp. 139, 147, 174-176, 179, 252, 255.

⁹⁷ Idem, p. 140.

dos fundos foi regulada por uma bula de Inocêncio III, determinando a aplicação de um terço do seu valor no resgate de cativos.

Os frades redentores começaram por desenvolver a sua acção, numa primeira fase, no território sul da Península Ibérica, ainda sob domínio muçulmano, e também no Norte de África.

Estão relatados numerosos resgates⁹⁸: cerca de 150 cativos em Granada e Sevilha (1208), 116 cativos em Moura (1210), 56 cativos em Beja (1212), 36 cativos em Alcácer do Sal (1216) e 100 em Badajoz, Granada e Sevilha.

A natureza geral dos resgates permaneceu⁹⁹ – as deslocações não visavam resgates pontuais mas antes uma operação alargada que pretendia o resgate de um enorme número de cativos.

A par dos trinitários, devemos referir agora a figura do alfaqueque, ofício comum a cristãos e muçulmanos.

Este oficial tinha funções como emissário entre beligerantes (portadores quer de notícias, quer de propostas de tréguas ou paz) e como “resgatador” de cativos. Não lhe competia angariar fundos mas somente executar o resgate, gozando para tal de salvo-conduto.

A remuneração do alfaqueque estava mesmo tabelada nos famosos foros de Ribacoa, no início do século XIII¹⁰⁰.

Já acima mencionamos que o cargo é regulado pelas *Siete Partidas* – vejamos agora em que termos. Nomeados como resgatadores de cativos, as *Partidas* estipulam a exigência de três características: que sejam *verdadeiros* (leais), que não se movam por cobiça (aqui no sentido de ganância), que conheçam a língua da terra a que se dirigem tal como àquela do território de que partem. Acrescenta-se que devem ser esforçados, corajosos (não receando *perigos de mar nem de terra*), piedosos e que devem ter algo de seu¹⁰¹.

Seguia-se uma descrição da forma de nomeação dos alfaqueques¹⁰² e de exercício das suas funções, bem como das recompensas pelos seus bons ofícios e das penas pelas faltas cometidas¹⁰³.

Encontramos referência a este cargo nas *Ordenações Afonsinas* (1446/1447) mas a propósito de um artigo de Cortes, reunidas em Lisboa no reinado de D. Afonso IV (1325-1357). O texto não se refere à criação do cargo mas comprova a existência anterior de tal oficial, pois traduz-se numa queixa apresentada em Cortes sobre a actuação de alfaqueques castelhanos, que arrecadavam fundos em Portugal e deles se serviam para libertar cativos de outras proveniências que não os portugueses¹⁰⁴.

Em resposta, ordenou o rei que o corregedor do Algarve ouvisse o conselho dos homens bons da comarca e nomeasse alfaqueque português, jurando este nunca preterir cativos portugueses em favor de cativos não naturais do Reino e tendo ainda que apresentar fiadores para garantia da quantia que lhe era entregue para o resgate. Esses fiadores responderiam se o alfaqueque resgatasse outros cativos (não portugueses), quando o oficial não possuisse bens desonerados que cobrissem tal valor (temos pois uma garantia subsidiária)¹⁰⁵.

Esta disposição régia é confirmada pelas *Ordenações Afonsinas*, para vigorar quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz, cabendo a competência para nomear alfaqueques em Ceuta ao Capitão e/ou Governador da cidade¹⁰⁶.

⁹⁸ Idem, pp. 170-172. Veja-se a recolha efectuada por Edite Maria da Conceição Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate em Portugal – Sua Estruturação e Evolução no século XV...* cit., pp. 147-152, quadro descritivo de todos os resgatadores documentados e resgates ocorridos entre 1208 e 1476, com as respectivas fontes. Esta tese integra uma riquíssima recolha e transcrição dos documentos sobre esta matéria.

⁹⁹ Para os resgates posteriores, muitos dos quais sem dados tão pormenorizados, ver Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade...* cit., tomo I, pp. 249-250, p. 291.

¹⁰⁰ Cf. L. F. Lindley CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa: INCM, 1984, p. 120, citado por Ângela BEIRANTE, “O Resgate de Cativos nos Reinos de Portugal e Algarve (séc. XII-XV)”, in *Actas das III Jornadas de História do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal do Algarve, 1989, p. 274.

¹⁰¹ *Siete Partidas...* cit., Segunda Partida, título XXX, fl. 113v, ley I. *Que quiere dezir alfaqueques, e que cosas deven aver estos en si,*

¹⁰² Idem, ley II. *Como deven ser fechos, e escogidos los, alfaqueques, e que cosas deven aver en si, e otrosi quien los puede fazer.*

¹⁰³ Idem, ley III. *Que cosas deven guardar los alfaqueques, despues que fueren fechos: e que gualardon deven aver, quando bien guardare su oficio: e que pena deven aver quando mal lo fizieren.*

¹⁰⁴ Cf. *Ordenações Afonsinas...* cit., livro V, título XLIX (XXXXVIII) – *que nom façam Alfaqueques sem mandado do corregedor, e acordo dos homees boos da Comarca...* cit., p. 177, §. 1.

¹⁰⁵ Idem, pp. 177-178.

¹⁰⁶ Idem, p. 178, §. 2.

Uma outra referência ao cargo está consagrada num salvo-conduto concedido por D. Fernando, em 1371, ao Alcaide dos Mouros de Lisboa, para que fosse a “terra de mouros” com cativos comprados no Reino, levando-os como alfaqueque¹⁰⁷.

Vejam os quais as alterações que se fizeram sentir no resgate de cativos na segunda metade do século XV. Não podemos esquecer que a realidade era agora uma outra bem diferente. Após um período de embates militares frequentes (Reconquista, até 1250) e uma época de conflitos pontuais (até 1415), os tempos eram de confronto quase contínuo, no território inimigo além fronteiras e no mar.

O processo de resgate era complexo e passou a estar regulado por diploma régio com o Regimento de 1454¹⁰⁸, sendo rei D. Afonso V, e após consulta aos prelados mais importantes¹⁰⁹.

Os cativos eram em grande número, as somas envolvidas muito elevadas e os donativos insuficientes – todas estas circunstâncias justificavam a intervenção régia.

O aumento do número de cativos portugueses em África foi causa bastante para as modificações introduzidas, bem consentâneas, afinal, com a crescente centralização do poder régio.

D. Afonso V nomeou um procurador, D. Vasco Tinoco, esmoler-mor do Reino e abade do Mosteiro de Santa Maria de Bouro¹¹⁰, do qual dependiam todos os funcionários (incluindo os mamposteiros) que para a Rendição de Cativos pedissem ou arrecadassem esmolas.

Mantêm-se no Regimento quer a figura de alfaqueque (com novos contornos), quer a intervenção da Ordem da Santíssima Trindade, embora com funções mais reduzidas.

Assim, o frade trinitário redentor (que deveria obter previamente um salvo-conduto do rei de Fez) era acompanhado por um escrivão, escudeiro da Casa Real, tendo este último como encargo registar o nome dos resgatados e valor monetário ou bens necessários ao resgate¹¹¹.

O resgate podia fazer-se em dinheiro (sendo o pagamento em moeda local), em mercadorias (excepto ouro e prata, sendo as mais “adequadas” pano de Bristol de cores vermelha, branca, verde claro e azul claro, azeite, sal e vinhos) ou por *cabeça por cabeça* (troca de um cativo muçulmano por um cativo cristão)¹¹².

Apesar de os resgates serem ainda efectuados pelos trinitários, os bens e somas monetárias necessários passaram a ser recolhidos por funcionários do rei.

A arrecadação de fundos cabia agora à Coroa, sendo parte dos bens da Arca da Piedade transferidos para o resgate de cativos e a esta actividade estava destinada metade das verbas antes doadas a igrejas, conventos, mosteiros, etc.¹¹³.

Para a recolha de esmolas, outra medida foi tomada: foram colocadas arcas em várias igrejas, destinadas expressamente à recolha de fundos para a remissão de cativos. As arcas – custeadas pelos concelhos que seriam reembolsados na primeira abertura – tinham duas fechaduras e as chaves ficavam à guarda de um homem bom e do procurador do concelho ou, na falta deste último, a dois homens-bons¹¹⁴.

A existência da arca e a importância da esmola para um fim tão nobre deviam ser bem divulgadas pelos pregadores, nas suas prédicas e sermões; com esse objectivo se notificaram os arcebispos e bispos do Reino, bem como os próprios trinitários.

¹⁰⁷ Salvo-conduto de 3 de Julho de 1371, ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 4, fl. 1v, publicado por J. MARTINS, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, vol. I, p. 141.

¹⁰⁸ Arquivo Distrital de Évora, *Livro 2.º de Originais*, fls. 185-195, consultado in Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 380-406.

¹⁰⁹ Idem, fl. 187-187v (consulta régia), com resposta favorável dos bispos consultados: fl. 188-188v (resposta do arcebispo de Braga), fls. 188v-189 (resposta do bispo da Guarda), fl. 189 (resposta do bispo de Coimbra), fl. 189v (respostas do bispo de Évora e do bispo do Porto), fl. 190 (resposta do bispo de Ceuta), fl. 190-190v (resposta do bispo de Lamego).

¹¹⁰ Idem, fl. 185 (p. 381).

¹¹¹ Idem, fl. 187 (pp. 384-385) e fl. 197-197v (pp. 404-405).

¹¹² Idem, *ibidem*.

¹¹³ Idem, fl. 186 (p. 383).

¹¹⁴ Idem, fl. 186v (p. 384).

A arca devia ser aberta na presença dos juízes locais e o dinheiro contado de seis em seis meses, sendo o valor sempre registado pelo escrivão ou tabelião local e entregue ao mamposteiro respectivo¹¹⁵, estando este obrigado a prestar contas uma vez por ano ao esmoler-mor, a quem cabia a nomeação dos mamposteiros-mores¹¹⁶. A estes últimos – distribuídos por dioceses / bispados – competia por sua vez a nomeação de mamposteiros pequenos¹¹⁷, actuando em cada freguesia e registados por nome e alcunha em livro próprio, de que o mamposteiro-mor forneceria cópia ao esmoler-mor e ao tesoureiro da Rendição.

Estas esmolas deveriam ser posteriormente entregues a um tesoureiro em Ceuta – e era a esse tesoureiro que se deveriam dirigir os trinitários para obter fundos para a remissão, apresentando certidão de que constassem os nomes dos cativos a resgatar assim como os correspondentes valores de resgate – estes últimos deveriam ser ponderados pelo tesoureiro e pelo trinitário, obtendo-se ainda o conselho do governador de Ceuta¹¹⁸.

Também se previa no regimento que os resíduos e as penas em dinheiro fossem usados para o resgate de cativos. Os magistrados – desembargadores, corregedores, juízes – deviam encaminhar para a Arca da Piedade as multas pagas em dinheiro¹¹⁹.

E, de facto, encontramos frequentemente disposições prevendo essa aplicação para a multa (ou parte dela) paga como pena pela prática de crime.

Assim, foram expressamente destinadas à *Rendição dos Cativos* as penas impostas às mancebas dos clérigos, tendo sido remetidas Cartas para as dioceses de Braga¹²⁰, Porto¹²¹ e Coimbra¹²².

E existiam mesmo casos de aplicação da pena à *Rendição*, por requerimento do particular lesado¹²³.

No livro V das *Ordenações Manuelinas*, encontramos amiúde a menção “pagará... reaes pera os Cativos” ou “pagará..., a metade para quem o acusar, e a outra metade pera os cativos” e outras expressões semelhantes¹²⁴.

Um Alvará de 6 de Setembro de 1525 veio posteriormente estabelecer que nos casos em que a multa se destinava na totalidade ou em parte à coroa devia também ser afectada aos cativos¹²⁵, sendo que já antes se estipulara que o perdão régio não dispensava o pagamento da pena ou parte dela destinada ao resgate de cativos¹²⁶ e mais tarde se veio a legislar para que os condenados nesta pena de multa não pudessem ser soltos sem confirmar o pagamento junto aos mamposteiros¹²⁷.

Também existe referência à possibilidade de o condenado à morte em certos casos fazer testamento, dispondo da terça, entre outras coisas, para “tirar cativos”¹²⁸.

¹¹⁵ Idem, fl. 187v (p. 386) e de novo fl. 190v (p. 393), fl. 191 (p. 394).

¹¹⁶ Idem, *Regimento pera os mamposteiros moores*, fls. 193v-195 (pp. 399-402).

¹¹⁷ Idem, *Regimento dos mamposteiros pequenos*, fls. 195v-196v (pp. 402-404).

¹¹⁸ Idem, fl. 187 (pp. 384-385).

¹¹⁹ Idem, fls. 191v-192 (pp. 395-396). Confirmação em *Carta* de 25 de Outubro de 1460, ANTT, *Livro de Extras*, fls. 44-45v, *Carta* de 28 de Setembro de 1464, ANTT, *Livro de Extras*, fls. 42v-43, *Carta* de 16 de Maio de 1469, ANTT, *Livro de Extras*, fls. 104v-105, *Carta* de 10 de Agosto de 1469, ANTT, *Livro de Extras*, fl. 95-95v, transcritas por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 192-193, pp. 219-220, pp. 230-231, pp. 233-234.

¹²⁰ *Cartas* de 20 de Junho de 1464 e de 20 de Agosto de 1472, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8, fl. 114 (doc. 1) e livro 29, fl. 115-115v, transcritas, respectivamente por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., vol. II, pp. 318-319 e por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 239-240.

¹²¹ *Carta* de 20 de Junho de 1464, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 8 (doc. 2), fl. 114, transcrita por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., vol. II, p. 319.

¹²² *Carta* de 25 de Agosto de 1472, ANTT, *Livro de Extras*, fls. 124v-125v, transcrita por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 241-242.

¹²³ Assim como atesta a *Carta* régia de 20 de Dezembro de 1473, mandando destinar à *Rendição* a pena de seis mil soldos para quem entrasse sem licença na herdade de Escaropim (entre Alcáçovas e Montemor-o-Novo), propriedade de João de Mascarenhas e a pedido do próprio, ANTT, *Livro 6 de Guadiana*, fls. 27v-28, transcrita por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 249-250.

¹²⁴ Cf. *Ordenações Manuelinas*, edição fac-similada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1797, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, livro V, títulos I, §.13, *in fine*, p. 12; livro V, p. 26; livro V, título XXXVI, §. 5, p. 84; livro V, título XXXII, pr., p. 91; livro V, título LX, §. 3, p. 200; livro V, título LXIX, §. 5, pp. 221-222; livro V, título LXX, §.1, p. 223; livro V, título LXXXIII, pr., p. 248; livro V, título XCVII, p. 295; livro V, título CII, p. 303.

¹²⁵ Resumido em Duarte Nunes de LEÃO, *Leis Extravagantes e Repertório das Ordenações*, cit., fls. 171v-172.

¹²⁶ Alvará de 16 de Fevereiro de 1525, *idem*, fl. 172.

¹²⁷ Alvará de Outubro de 1562, *idem*, fl. 172.

¹²⁸ *O.M.*, livro V, título XCV, cit., p. 293.

Aliás, o regimento instava os tabeliães a incentivar os testadores para que fizessem deixa a favor dos cativos e os bens dos que morriam sem testamento e sem herdeiros legítimos passaram a destinar-se ao resgate¹²⁹.

Para incentivar o cumprimento da afectação de heranças vagas e penas à *Rendição dos Cativos* e certamente porque muitas escapavam à fiscalização dos respectivos oficiais, veio mais tarde a prever-se a concessão de metade dessas heranças e penas a quem descobrisse a sua existência e o comunicasse à *Rendição*, antes que esta do mesmo tomasse conhecimento. Impunha-se como condição que as custas da demanda corressem por conta dos beneficiados, ficando a *Rendição* com a outra metade *sem alguma custa*¹³⁰.

À *Rendição dos Cativos* passou ainda a destinar-se metade de tudo o que fosse julgado por perdido a favor da Coroa¹³¹.

Outra disposição importante era a isenção de impostos (sis, portagem, dízima ou qualquer outro tributo) na aquisição de cativos muçulmanos com o objectivo de resgatar cativos cristãos¹³².

A esta regulação da angariação de fundos e da sua utilização no processo de resgate seguiu-se a criação de uma instituição autónoma, denominada “*Rendição de Cativos*”, para cuja criação D. Afonso V requereu autorização ao Papa e a obteve através de Bula de Fevereiro de 1462¹³³ – foi neste momento que se deu a “nacionalização” do resgate de cativos, que podemos classificar como a maior transformação neste momento de transição do Direito medieval para o Direito moderno.

Ainda em momento anterior, nomeou D. Afonso V, em 1455, Gonçalo Esteves para o cargo de escrivão de todos os valores recebidos para o resgate dos cativos.

Era já um antecessor do novo órgão régio, surgido pouco depois. Este também veio a sofrer transformações mas inicialmente o provedor-mor, cargo para o qual foi nomeado em 1463 o capelão João de Évora, administrava a Arca da *Rendição* e nomeava e dirigia os funcionários (embora os cargos fossem dados em mercê e com confirmação régia), respondendo directamente perante o monarca¹³⁴.

Outros ofícios da *Rendição* eram o de contador-mor e chanceler, cuja primeira nomeação data de 1462, na pessoa de Diogo Cardoso, sendo este oficial responsável por todos os *dinheiros, rendas e direitos* da *Rendição*, assim pelos selos respectivos (função típica do chanceler) e o de mamposteiro da *Rendição*, um por freguesia, com as mesmas funções que já antes cabiam aos mamposteiros pequenos¹³⁵.

Mais tarde, já no reinado de D. João II, a nomeação de escrivães e mamposteiros passa a ser atribuição régia mas, a partir de 1494, o provedor-mor passou a ter competência para suspender e mesmo degredar os mamposteiros e outros funcionários que não cumprissem correctamente as funções que lhe cabiam¹³⁶.

Outros ofícios da *Rendição* eram os de procurador, de escrivão dos contos e da provedoria, escrivão dos órfãos, escrivão da *Rendição*, tesoureiro-mor e tesoureiros-menores, capelão próprio¹³⁷.

¹²⁹ Com confirmação pelas quatro *Cartas* mencionadas na nota 119 e por Carta de 6 de Março de 1463, ANTT, *Livro de Extras*, fl. 82-82v, transcrita por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...*, cit., pp. 203-204.

¹³⁰ Cf. Carta de 6 de Janeiro de 1486, ANTT, *Livro de Extras*, fl. 18, transcrita por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 280-281.

¹³¹ Cf. Carta de 26 de Janeiro de 1470, ANTT, *Livro de Extras*, fl. 95, transcrita por Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...* cit., pp. 235-236.

¹³² *Regimento da Rendição de Cativos Cristãos* (1454) no Arquivo Distrital de Évora, *Livro 2.º de Originais*, fl. 192-192v, consultado in Edite Martins ALBERTO, *As Instituições de Resgate de Cativos...*, cit., pp. 396-397. Carta de privilégio confirmando a isenção foi outorgada em 1460, cf. ANTT, *Livro de Extras*, fls. 44v-45, transcrita por Edite Martins ALBERTO, cit., pp. 190-191.

¹³³ Bula *Quemadmodum magnis*, de Pio II, datada de 1 de Fevereiro de 1462, publicada in *Monumenta Henricina...* cit., vol. XIV (1460-1469), pp. 197-199.

¹³⁴ Carta a João de Évora, *Provedor Mor da Rendição dos Cativos*, de 24 de Dezembro de 1463, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 162, transcrita por Edite Martins ALBERTO, cit., pp. 216-217.

¹³⁵ Cf. Carta de 22 de Junho de 1463, ANTT, *Livro de Extras*, fls. 138v-139v, transcrita por Edite Martins ALBERTO, cit., pp. 210-211. Aos mamposteiros foram concedidos vários privilégios pela Coroa de que é exemplo a isenção de serviço militar (*Carta Régia*, datada de 8 de Janeiro de 1471, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 35, fl. 113, transcrita por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., vol. II, p. 384).

¹³⁶ Cf. Carta de 11 de Novembro de 1494, ANTT, *Livro de Extras*, fls. 182v-183v, transcrita por Edite Martins ALBERTO, cit., pp. 310-311.

¹³⁷ Para as várias nomeações ao longo do século XV e parte do século XVI, ver a documentação transcrita por Edite Martins ALBERTO, cit., no *Apêndice Documental*, em especial os documentos n.ºs 7, 10, 11 a 16, 18 a 21, 24 a 26, 28 a 32, 34, 36, 47, 48, 50 a 52, 54 a 63, 65, 66, 68, 71, 73 a 81, 83 a 85, 88 a 92, 95 a 121.

A Ordem da Santíssima Trindade foi notificada pelo primeiro provedor, João de Évora, para que não mais arrecadasse esmolas para o resgate dos cativos mas conseguiu, em 1461 (contrato de 31 de Julho)¹³⁸, obter do rei a verba anual de *vinte e cinco mil reis brancos de trinta e cinco libras o real* (da arca da piedade) e a promessa de que o mecanismo seria mantido apenas durante o reinado de D. Afonso V; findo o mesmo a redenção dos cativos voltava a ser atribuição dos trinitários.

O acordo teria tido como mediador D. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa, a quem o rei pedira que *quizesse persuadir aos religiosos e q fizessem algũ contrato com elle*¹³⁹.

À Ordem estava vedada a angariação de fundos para o resgate através do pedido de esmolas e a divulgação de privilégios e indulgências – esta cabia aos pregadores nomeados pelo provedor do Tribunal, podendo ou não ser trinitários (embora estes tivessem precedência)!

A situação era apenas temporária; contudo – e apesar de por várias vezes o terem requerido aos monarcas posteriores a D. Afonso V – somente volvidos cem anos, em 1561, no reinado de D. Sebastião e sob regência de D. Catarina de Áustria, os resgates foram novamente realizados pela Ordem e ainda em condições diferentes das que existiam antes de 1461.

O contrato de 16 de Maio de 1561 atribuía-lhe o acto de resgate e a Ordem voltou a poder publicar e pregar indulgências e privilégios, bem como organizar peditórios para este fim¹⁴⁰.

Quanto ao alfaqueque, foi criado o cargo de “alfaqueque-mor”, embora a primeira referência ao mesmo seja anterior: logo em 1442, foi nomeado pelo rei, a pedido do infante D. Henrique, o “alfaqueque-moor em a nossa cidade de Cepta”¹⁴¹. Esta nomeação foi assim parcelar, uma vez que este oficial não teria jurisdição em todo o território mas apenas em Ceuta, o que de qualquer forma demonstra a importância do resgate de cativos no norte de África.

A primeira nomeação com carácter geral (“antre christãos e mouros em todos nossos regnos e Senhorio” data de 1455 (26 de Setembro) e o escolhido foi Gil de Brito. Cabia-lhe nomear os alfaqueques menores (*pequenos*) e curiosamente o Regimento referia que o cargo devia ser executado como em Castela (*asy e pela gisa que o he Joham de Saavedra nos regnos de Castella*)¹⁴².

As primeiras queixas fizeram-se logo sentir nas Cortes de Lisboa de 1459. Agravavam os procuradores por entender que não devia ser paga a verba prevista – cinco dobros – ao alfaqueque, sempre que *qualquer mouro que de nossos regnos forrar*¹⁴³, independentemente da sua intervenção. Pediam ao rei que tal quantia só fosse devida quanto àqueles que efectivamente, *per seu trabalho e auyamento*, fossem resgatados, pois de outra forma não seria *trebuta mas roubo*¹⁴⁴. Às queixas sobre os alfaqueques portugueses juntavam-se os elogios à actuação do alfaqueque castelhano.

O monarca atendeu ao agravo, estipulando que só era devida a quantia fixada quando o resgate fosse efectuado pelo alfaqueque.

Assim, após as transformações sofridas com a regulação régia dos séculos XV, o resgate dos cativos transformou-se em monopólio régio, situação em que se manteve quase cem anos. O resgate estava, obviamente, destinado aos cristãos cativos que se mantinham fiéis à sua fé.

Contudo – e em grande medida pela dificuldade e morosidade do resgate – muitos cativos acabavam por, mais cedo ou mais tarde, renegar a fé cristã, obtendo uma melhoria na sua condição e mesmo, a prazo, a liberdade. Eram os denominados renegados ou “elches”.

¹³⁸ Cf. Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade...* cit., tomo I, pp. 292-293, que o transcreve.

¹³⁹ *Historia da provincia de Portugal da Ordem da S.ma Trindade e redenção de cativos...* cit., códice 861, p. 15.

¹⁴⁰ Cf. Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade...* cit., tomo I, p. 440-445, que também transcreve este contrato.

¹⁴¹ Carta de nomeação, datada de 20 de Abril de 1442, ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 30, transcrita por António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no século XV...* cit., vol. II, p. 146.

¹⁴² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fl. 85, em J. MARTINS, *Descobrimientos Portugueses...* cit., vol. I (suplemento), p. 566.

¹⁴³ *Cortes*, m.º 2, n.º 15, fls. 23, 31, 31v, 32v e 33. Transcrito por Edite Martins ALBERTO, cit., pp. 114-115.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

Nesta sede não nos interessam os cristãos livres que se convertiam ao Islão (e existem vários relatos desse fenómeno) mas antes os cativos/prisioneiros cuja conversão era frequente¹⁴⁵.

Quando por vezes regressavam a Portugal, os renegados declaravam que se tinham convertido devido aos maus tratos infligidos ou ao receio de os receber e após forte insistência, coacção ou mesmo aliciamento por parte dos respectivos proprietários¹⁴⁶. Contudo, a fonte de que dispomos levanta um seríssimo problema: são processos da Inquisição, em que os réus tentavam justificar a sua conduta, considerada, como é óbvio, extremamente grave pelos inquisidores. Acresce que estes processos se referem já a um período posterior àquele que aqui abordamos *ex professo*.

Outros justificavam-se alegando que se tinham convertido ao islamismo para mais facilmente conseguir fugir ou porque tinham perdido qualquer esperança de serem resgatados, nomeadamente após algumas tentativas falhadas.

Invocavam ainda alguns que se tinham convertido após a prática de um delito e para evitar a punição mais severa que cabia aos cristãos nessas circunstâncias, obtendo até, através da conversão, o perdão do crime cometido.

Só os cristãos feitos prisioneiros ainda em crianças confessavam perante a Inquisição que tinham abraçado convictamente o islamismo, até por desconhecerem, dada a tenra idade, a fé cristã. Muito raramente se encontram casos de prisioneiros adultos declarando que lhe tinha parecido melhor a fé islâmica.

Estes renegados podiam voltar a Portugal através de diferentes vias: fuga (terrestre ou marítima), captura (nomeadamente os que se dedicavam ao corso e à pirataria em navios muçulmanos que eram atacados por navios cristãos) e, caso conseguissem ludibriar os redentores, resgate (embora este se destinasse apenas aos cativos que se tivessem mantido cristãos por vezes os “elches” eram também resgatados).

Uma vez em Portugal, estavam obrigados a notificar o tribunal da sua comarca, tendo então início um processo em que tentavam justificar a sua conduta, como acima foi já referido. Geralmente estes réus eram tratados com benevolência, sendo condenados em penas leves, em especial aqueles que espontaneamente tivessem confessado a sua adesão ao islamismo.

Para terminar, resta salientar que, após as modificações introduzidas pela alçada da Mesa de Consciência e Ordens e o Contrato de 1561 entre a Coroa e a Ordem da Santíssima Trindade, o aprisionamento de cristãos por muçulmanos e destes pelos primeiros, bem como as instituições de resgate e a actividade dos trinitários mantiveram-se durante séculos, sendo do século XVIII “o maior número de informações sobre os fenómenos do cativo e da redenção”¹⁴⁷.

A Ordem da Santíssima Trindade viria a ser extinta por Decreto de 8 de Maio de 1834.

Mesmo em pleno século XIX, existia ainda referência ao cativo de guerra mas, juntamente com outros modos de aquisição da escravatura, era, segundo Borges Carneiro, *desconhecido na Europa moderna*¹⁴⁸.

Considerava o autor que, na época em que escrevia, os prisioneiros de guerra e os reféns – mesmo os *turcos ou sarracenos* – não se tornava escravos, ficando *retidos no cativo até serem entregues, trocados, ou remidos*¹⁴⁹.

Em conclusão, podemos afirmar que o Direito moderno português integrou a disciplina dos cativos, tendo as Ordenações Afonsinas regulado o cativo de guerra sem alterações profundas.

¹⁴⁵ Sobre este aspecto ver a imensa recolha efectuada por Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII)*... cit., pp. 77 e ss.

¹⁴⁶ Veja-se a descrição pormenorizada desses tormentos no códice 861 (2.^a parte da obra), em que o cap. i. começa por se dedicar à *obra da redenção e das misérias corporais que os cativos padecem no corpo e na alma* e depois especificamente continua com *as misérias que os cativos padecem na alma*. Mais à frente também trata das *blasfémias q' os renegados dizem contra a fee catholica, e das maldades e execuções (?) que aa entre os cativos*.

¹⁴⁷ Paulo Drumond BRAGA, “Os Trinitários e o resgate de cativos. O caso de 1728-1729”, in *Congresso Internacional de História Missionária Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*, vol. III “Igreja, Sociedade e Missionação”, Braga, 1993, p. 483.

¹⁴⁸ Manuel Borges CARNEIRO, *Direito Civil de Portugal*, I, Lisboa: Typografia de Eugenio Augusto, 1851, livro I, título III, p. 97, §. 33, n. 3.

¹⁴⁹ Idem, p. 107, §. 38, n. 1.

Contudo, a regulação régia revelava uma nova etapa, que se traduzia na afirmação da necessidade de reportar ao monarca, autoridade militar máxima, de quem dependia formalmente toda a hoste.

Por outro lado, o resgate foi também alvo de centralização régia, com alterações que introduziram, num curto espaço de tempo, primeiro uma regulação pormenorizada e logo de seguida um monopólio régio, que durou cem anos e que terminou, parece-nos, pelas circunstâncias específicas do reinado de D. Sebastião na regência de D. Catarina – esta é uma interessante questão que merece, aliás, estudo mais aprofundado.

NO CONTEXTO DE UM RESGATE GERAL DE CATIVOS: DIOGO CORREIA DA MOTA – EMBAIXADOR DE D. JOÃO V NA CORTE DE MARROCOS (1728-1729)

EDITE ALBERTO *

A presença de cristãos cativos em terras muçulmanas, e muçulmanos cativos em terras cristãs, surge em consequência das políticas exercidas por Portugal e por Marrocos no território norte africano e no espaço marítimo comum aos dois reinos. A apreensão de pessoas a partir de conflitos bélicos entre as duas coroas ou através de investidas de piratas e corsários magrebins, tornou-se fonte de rendimento tendo em conta o possível resgate ou troca por outros cativos.

Em Portugal a organização dos resgates dependia em termos civis do Tribunal da Rendição dos Cativos dependente da Mesa de Consciência e Ordens, e, no campo religioso, dos frades da Ordem da Santíssima Trindade, congregação presente em Portugal desde o século XIII e instituída com o fim específico de libertar cristãos cativos. Desde D. Sebastião, em contrato assinado entre o monarca e a ordem religiosa, ficara estipulado a obrigatoriedade da presença de dois religiosos trinitários na organização dos resgates gerais¹. Estes ocorriam por determinação régia, dirigidos para determinado local onde se sabia existirem cativos portugueses.

Para se efectuar um resgate geral era necessário que estivessem estabelecidas condições necessárias por parte dos dois reinos envolvidos. De Portugal, a logística inerente a um projecto que envolvia várias entidades bem como o movimento de elevadas somas monetárias. Do lado de Marrocos, o interesse em efectuar o resgate dos seus prisioneiros e assegurar condições propícias à entrada, em segurança, dos religiosos e oficiais régios que efectuariam o resgate.

Desde 1655, altura em que se resgataram 206 cativos portugueses², que não se efectuavam resgates gerais em terras marroquinas, apesar de se terem tentado realizar em 1689 e em 1718, durante o reinado do sultão Mulay Ismail³. Este monarca não os favorecia, facilitando apenas quando pretendia trocar os seus prisioneiros por súbditos seus que se encontrassem cativos em terras de cristãos. No princípio do seu reinado não aceitava menos

* Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”.

¹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, documento não numerado – Contrato entre D. Sebastião e o Provincial da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção de Cativos – 27 de Abril de 1561.

² Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santissima Trindade*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1789-1794, tomo II, p. 208.

³ Resgates efectuados em Marrocos durante o século XVII:

1620 Tetuão – resgate de 358 cativos

1622 Tetuão – resgate de 40 cativos

1625 Salé – “muitos cativos”

1627 Marrocos – 102 cativos

1655 Tetuão – 206 cativos

1689 Mequinez – resgate intentado mas não efectuado (tal como o resgate geral de 1718).

Fonte: Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, pp. 169, 175, 176, 177, 208, 337, 433.

do que a troca de dez muçulmanos por um cristão, e mesmo depois, passando a quatro muçulmanos por cristão, era sempre difícil a efectivação da troca pois alterava facilmente as condições definidas, como frequentemente se queixaram os responsáveis pela realização dos resgates⁴.

Com a morte de Mulay Ismail, em 1727, iniciou-se uma época conturbada, fruto de lutas entre os seus filhos pela sucessão ao trono. Em finais desse ano, chegam a Portugal dois cativos portugueses de Salé, Domingos de Araújo e Jorge Martins, trazendo uma carta de Mulay Ahmed, a governar em Mequinez, endereçada a D. João V. Mulay Ahmed apresentava condições favoráveis à corte portuguesa, nomeadamente mantendo as mesmas condições estipuladas, por seu pai, para o resgate que se tentara efectuar em 1718, mas sem resultado. O resgate seria feito por dinheiro e por troca de cristãos por muçulmanos cativos em Portugal. O preço seria de 360 patacas por cativo e “meio mouro”, ou, em falta dele, 50 patacas a acrescentar ao montante pedido⁵, preço estabelecido para qualquer cativo português, qual fosse a sua condição social⁶. Bem diferente do que sucedia nos resgates que se efectuavam em Argel, onde o preço deferia consoante o estatuto social e o ofício do prisioneiro.

Na corte portuguesa, sabia-se que, entre os cativos portugueses em posse do sultão, encontravam-se pelo menos cinco soldados da praça de Mazagão e onze marinheiros do patacho dessa praça, que fora apreendido numa das viagens em que transportava mantimentos de Lisboa⁷.

Obtida autorização de D. João V, para realização deste resgate geral em Mequinez, os deputados da Mesa da Consciência e Ordens passaram uma provisão ao provincial da Ordem da Santíssima Trindade, na altura o pregador geral Frei Simão do Evangelista, a fim deste nomear dois frades como redentores gerais, mandar publicar editais pelo reino e organizar a procissão na cidade de Lisboa. Factos inerentes a todos os resgates, que tinham como objectivo a sua divulgação junto da população⁸. Esta ocorria com dinheiro para libertação de parentes ou com esmola para ajuda dos que tinham menos posses, recebendo assim benesses espirituais conferidas pelas bulas emitidas por diferentes Papas, a favor do resgate de cativos⁹. Para este resgate foram nomeados os frades trinitários Doutor Frei Pedro de Melo e o Padre pregador geral Frei José de Paiva. Este último com experiência como redentor pois já participara nos resgates de Argel de 1720 e 1726¹⁰. Dependia ainda da Mesa da Consciência e Ordens a colocação de editais com vista à selecção dos dois oficiais que desempenhariam as funções de tesoureiro e de escrivão no processo da redenção.

Em documento, datado de 8 de Julho de 1728, os deputados enumeram os candidatos que se apresentaram para provimento dos ofícios de tesoureiro e escrivão do resgate geral de Mequinez¹¹, seriados de acordo com informação do tesoureiro geral da Rendição dos Cativos, Tomás Correia Monção, e do promotor procurador geral dos cativos, Manuel de Távora Correia.

⁴ Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, pp. 335-337.

⁵ A pataca, moeda utilizada no resgate, consistia numa moeda de ouro portuguesa que correspondia a cerca de 1000 réis.

⁶ Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, pp. 449-450.

⁷ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta de 16 Fevereiro e relação dos cativos cujo resgate deveria ser pago pela Casa de Ceuta visto serem militares.

⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Despacho da Mesa da Consciência e Ordens para o provincial da Ordem da Santíssima Trindade para este publicitar o resgate geral e nomear os religiosos para o resgate de Mequinez – 16 de Maio de 1728.

⁹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 14 – caixa 53, documento não numerado – *Summario das Indulgencias e Perdoens que os Santos Padres outorgaram a todas as pessoas que derem suas esmolas para redimir os Fieis Christãos, que estão captivos em terra de Mouros, mandadas imprimir por ElRey nosso Senhor pelo seu Tribunal da Mesa da Consciencia, e Ordens*, Lisboa Ocidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

¹⁰ O Padre Pregador Geral Frei José de Paiva participou ainda no resgate de Argel em 1731 e no último resgate geral efectuado em Marrocos, que ocorreu no ano de 1735. De início o provincial da Ordem da Santíssima Trindade, Frei Simão do Evangelista, nomeara-se a si próprio como redentor geral, mas devido a doença renuncia no Pregador Geral Frei José de Paiva. Sobre este assunto consultar ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Carta do provincial nomeando-se a si e a Frei Pedro de Melo como redentores gerais (7 de Junho 1728); carta do provincial alegando encontrar-se doente e nomeando em sua substituição Frei José de Paiva (8 Julho 1723); consulta da Mesa da Consciência e Ordens sobre a alteração de redentores; cartas do Doutor Francisco da Fonseca Henriques, médico da Casa Real, atestando a doença do Provincial (18 Julho 1723). Despacho favorável de D. João V (19 Julho 1723).

¹¹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta sobre o provimento dos ofícios de tesoureiro e escrivão do resgate geral de Mequinez – 8 de Julho de 1728, com parecer régio favorável datado de 19 de Julho de 1728.

CANDIDATOS AOS OFÍCIOS DE TESOUREIRO E ESCRIVÃO DO RESGATE DE MEQUINEZ

CANDIDATOS	CURRÍCULO
Diogo Correia da Mota	Cavaleiro da Ordem de Cristo Praticante dos contos da Mesa da Consciência e Ordens (desde 1718) Guarda contínuo da Casa da Índia Escrivão do cível da cidade de Lisboa
Manuel Francisco de Campos	Cavaleiro da Ordem de Cristo Soldado da praça de Mazagão durante 9 anos Conhecimentos de cirurgia
José de Torres de Almeida	Cavaleiro da Ordem de Cristo Oficial das justificações da Fazenda Real Feitor da Casa de Ceuta Militar da praça de Mazagão durante 19 anos (soldado, cabo de esquadra, sargento)
Vicente Francisco Cardoso	Praticante dos contos da Mesa da Consciência e Ordens Serviu como escrivão na Ilha Terceira e em Évora em diligências sobre arrecadação da Fazenda Real
Brás Pereira Cardoso	Escrivão das compras do ouro da Casa da Moeda
José António Figueira da Costa	Praticante da Casa dos Contos do Reino Filho de Francisco Figueira da Costa, cavaleiro da Ordem de Cristo e informador da praça de Mazagão Fluente na língua árabe
Simão Viegas de Matos	Excluído por falta de documentos (“por não juntar folha corrida como se deve juntar”).
José da Silva São Paio	Excluído por exercer profissão braçal. Mestre cirieiro com loja e besta Tesoureiro das decimas ou “do quatro e meio” da sua freguesia
D. Jorge de Menezes e Almeida	Sem informação

Fonte: ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado.

Perante a lista de classificação, os deputados da Mesa da Consciência e Ordens propõem em primeiro lugar ao rei D. João V a nomeação para tesoureiro do resgate, Diogo Correia da Mota, em segundo Manuel Francisco de Campos e em terceiro José de Torres de Almeida. Justificando a sua escolha pelas informações dadas pelo tesoureiro geral da Rendição dos Cativos e pelo promotor procurador geral dos cativos.

Quanto ao provimento do ofício de escrivão, propõem ao rei em primeiro lugar Vicente Francisco Cardoso, em segundo Brás Pereira Cardoso, e em terceiro José António Figueira da Costa, “visto terem a capacidade necessária como também informaram o tesoureiro geral e o promotor”¹².

¹² Idem. O Promotor/Procurador Manuel de Távora Correia refere em relação à exclusão do candidato José da Silva S. Paio que “a observancia que ha de se dar o officio de Thesoureiro do resgate geral a pessoas de maior graduacão, e ser asim conveniente pois os officiaes do resgate vão juntos com os Padres Redemptores, e tem votto com elles nas materias, e negocios do dito resgate, na forma do regimento e contrato.”

No entanto a classificação não foi unânime a todos os deputados. Entre eles o Doutor Frei Miguel Barbosa Carvalho e o Duque Estribeiro-mor, Presidente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, defenderam apenas a nomeação de Diogo Correia da Mota para tesoureiro e não os outros, pois não detinham, no seu parecer, os requisitos necessários. Para escrivão propõem apenas Vicente Francisco Cardoso, não elegendo os outros pela mesma razão. Opinião seguida pelo monarca que, em 19 de Julho, concede parecer favorável à nomeação destes dois indivíduos. A escolha incidia, assim, em Diogo Correia da Mota, cavaleiro da Ordem de Cristo, para tesoureiro, e Vicente Francisco Cardoso para escrivão¹³. Pelo Regimento do Resgate, documento elaborado especificamente para cada resgate geral, ficava estipulado que tudo o que se referisse a dinheiro e às decisões a tomar no desenrolar do resgate em Marrocos, teria que ser feito com o acordo dos quatro indivíduos: os dois frades trinitários, o tesoureiro e o escrivão¹⁴. O próprio cofre onde seguiria o dinheiro da redenção teria 3 chaves – uma para os dois religiosos, duas para um dos oficiais da Mesa – para obrigar à presença de todos os quatro quando fosse necessário fazer qualquer pagamento¹⁵.

Centrando agora o nosso estudo na pessoa de Diogo Correia da Mota, sabe-se pelo seu processo de candidatura que fora guarda contínuo da Casa da Índia, escrivão do cível da cidade de Lisboa e praticante dos contos da Mesa da Consciência e Ordens desde 1718, “sem ordenado, propinas ou emolumentos”¹⁶. Por alvará de 23 de Janeiro de 1720, foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁷, com base nos serviços prestados pelos seus antepassados, avô e bisavô. Facto que já lhe valera a concessão de uma tença, desde Janeiro de 1715, no valor de 12 mil reis e promessa do hábito da Ordem de Cristo¹⁸. Nesta carta de padrão encontram-se discriminados os serviços efectuados pelo avô, João da Mota Pereira, moço de câmara do rei, feitos à sua custa nas armadas de defesa da costa nos anos de 1651 e 1652, e os de seu pai, António da Mota Cunha, realizados no Brasil, entre 1629 a 1641, onde se evidenciara como soldado competente na luta contra os holandeses, tendo, mesmo, ficado ferido por duas vezes, uma num braço e outra na cabeça devido a balas de mosquete. Por tudo isto era feita, a João da Mota Pereira, mercê de 40 mil réis, 20 deles como hábito da Ordem de Cristo, com promessa de ofício de justiça ou fazenda de acordo com a sua condição social¹⁹. Mercês que Diogo Correia da Mota vem a reclamar e usufruir²⁰.

Nomeado, em 1728, tesoureiro do resgate geral de Mequinez, Diogo Correia da Mota vê as suas funções serem aumentadas em sequência de nova carta do sultão de Marrocos, agora Muley Abdallah, que havia destronado o irmão Muley Ahmet²¹. Nesta missiva, datada de 8 de Maio de 1728, o sultão dirige-se a D. João V referindo que

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 4 – Regimento do resgate geral de Mequinez; ANTT, Convento da Trindade de Lisboa, livro 29, fl. 1 - 4v.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6 – Consulta sobre o provimento dos ofícios de tesoureiro e escrivão do resgate geral de Meknès – 8 de Julho de 1728 – com parecer régio favorável datado de 19 de Julho de 1729.

Diogo Correia da Mota como guarda da Casa da Índia recebera do tesoureiro dos Armazéns da Guiné e da Índia, 15 mil réis como mercê régia do trabalho na carga (alvará de 14 de Maio de 1718) e na descarga (alvará de 11 de Abril de 1720) dos mantimentos e fazendas da nau São Francisco de Assis na altura da partida de Lisboa e chegada da Índia. Consultar ANTT, Chancelaria de D. João V, livro 125, fl. 42 – alvará de 14 de Maio de 1718; e livro 55, fl. 180-180v – alvará de 11 de Abril de 1720.

¹⁷ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 116, fls. 235-236. Nas Habilitações da Ordem de Cristo, maço 12, documento 25, encontra-se o processo que levou à nomeação de Diogo Correia da Mota como cavaleiro da Ordem de Cristo. Em consulta da Mesa da Consciência e Ordens de 3 de Novembro de 1719, declara-se que o candidato não se encontrava em condições de receber o hábito da Ordem de Cristo por ser contínuo da Casa da Índia como o fora seu avô. O rei concorda em despacho de 9 de Novembro. A 29 do mesmo mês e ano nova consulta da Mesa da Consciência e Ordens com base em petição de Diogo Correia da Mota com certidões comprovativas dos feitos militares de seus antepassados, referindo que os impedimentos não são relevantes, pois fora contínuo mas agora servia o rei como praticante dos contos da Mesa da Consciência e Ordens, e que deveria receber esta mercê pois foi deferida pelos serviços de seu avô. Despacho favorável do monarca datado de 29 de Novembro de 1719.

¹⁸ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 90, fls. 348-350; e Chancelaria de D. João V, livro 47, fls. 2-3.

¹⁹ ANTT, Chancelaria de D. João V, livro 47, fls. 2-3 – Carta de padrão datada de 20 de Março de 1715; e Chancelaria de D. João V, livro 43, fls. 226-226v – Alvará de confirmação da pertença a Diogo Correia da Mota, por sentença do Juízo das Justificações do Reino, da mercê concedida a seu avô de 40 mil réis, hábito da Ordem de Cristo e promessa de ofício.

²⁰ *Idem*.

²¹ Fr. Manuel de Santa Luzia, *Historia chronologica dos varoens illustres que tem havido na Provincia de Portugal da Ordem da Santissima Trindade no santo exercicio da Redenção desde o anno de 1208 the o de 1757* (ANTT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fl. 156). O sultão deposto Muley Ahmet escrevera a D. João V afirmando “vos mando dous da vosso nação para que com elles me invieis vosso Embaxador pelo resgate que estava tratado com meo pai e vos darei cumprimento aquantos da vossa nação se acharem em meo Reino...” (cronista diz ter sido escrito em princípios de Julho de 1727).

“em chegando esta carta á tua mão me inuiaras hum dos teos grandes por embaxador a tratar comigo hum pleito e homenagem que cauze inveja a todos os Cristãos”²².

Face a este pedido houve necessidade de preparar a apresentação condigna do tesoureiro. Este iria exercer funções de representante de D. João V mas não nos moldes dos tesoueiros dos resgates anteriores. O sultão requeria ao monarca português a presença de *um dos grandes do reino*, ou seja, alguém que estivesse à altura de representar o monarca português e de ser recebido pelo sultão.

A 18 de Agosto o promotor procurador geral dos cativos, Manuel de Távora Correia, dirige-se aos deputados da Mesa da Consciência e Ordens, referindo, na sequência da decisão régia, pela qual seria o tesoureiro do resgate a exercer as funções de embaixador, “lhe parece necessário e conveniente que o tesoureiro vá condecorado no tratamento para que por elle tenha aceitação, e estimação, como se levasse o carácter que há de representar”²³. Para isso, refere que se deveria conceder ao tesoureiro uma ajuda de custo extraordinária, tal como ao escrivão que o acompanharia, “para fazerem huns vestidos limpos, e asseados.” Para além das despesas de representação pessoal dos oficiais, o promotor procurador, refere por último a necessidade de serem escoltados por militares a fim de conferir maior dignidade a embaixada. Para isso solicita “que se mandem fazer quatro vestidos para quatro soldados dos que forem do Reino e assistem em Mazagão, e acompanharem, como pagens para hirem à prezença d’el Rey de Mequinez, quando levarem a carta de Vossa Magestade e o presente que está preparado”²⁴.

A ajuda de custo habitual era de 50 mil réis, atribuída a cada um dos oficiais e padres redtores, para além do mantimento quotidiano²⁵. O promotor procurador dos cativos, no seguimento de uma representação do tesoureiro e do escrivão de 26 de Agosto²⁶, solicita a atribuição de mais 120 mil réis para o tesoureiro, e 60 mil réis para o escrivão, para além das ajudas de custo costumadas. Os deputados da Mesa da Consciência e Ordens pedem, pelo menos, 300 mil réis para o tesoureiro e 200 mil réis para o escrivão, sublinhando a importância de o tesoureiro ir apresentável para bem do resgate e por representar o monarca português. O presidente da Mesa acrescenta mesmo que o tesoureiro deveria “ir com distinção”²⁷. D. João V concorda com esta solicitação em despacho de 1 de Outubro de 1728²⁸.

Apresentava-se ainda a necessidade de tratar do alojamento pois saindo os oficiais, frades e mais comitiva da praça de Mazagão teriam de percorrer cerca de sessenta léguas até à cidade de Mequinez, sendo necessário acampar para pernoitar no caminho. A fim de resolver este assunto o promotor procurador solicita ao rei, através da Mesa da Consciência e Ordens, que autorize que se peça à Junta dos Três Estados, três ou quatro barracas para empréstimo ao tesoureiro do resgate²⁹. O monarca, em despacho de 1 de Setembro, concorda que se utilizem duas barracas e que se mandem fazer as roupas para os mazaganistas que iriam acompanhar a redenção.

Paralelamente à organização logística do resgate, processava-se o levantamento e reunião dos muçulmanos cativos no reino de Portugal³⁰. O sultão de Marrocos solicitara a troca dos cristãos prisioneiros no seu reino pelos muçulmanos cativos em território português. Este aspecto era benéfico à corte portuguesa pois pela troca não seria necessário despendir um montante tão elevado, como seria pelo pagamento de resgate. O cofre do Tribunal da

²² ANTT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fl. 156v.

²³ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre preparativos para o resgate geral.

²⁴ Idem.

²⁵ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado - Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre ajudas de custo.

²⁶ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre preparativos para o resgate geral.

²⁷ Idem.

²⁸ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado - Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre ajudas de custo.

²⁹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre preparativos para o resgate geral.

³⁰ Ver Edite ALBERTO, *Chrétiens et Musulmans – un échange de captifs en 1729*, apresentada no III Colóquio Luso-Marroquino, realizado em Marraquexe em Dezembro de 2007 (no prelo).

Redenção de Cativos achava-se depauperado devido aos recentes resgates de Argel: em 1720 haviam sido resgatados 365 portugueses e, em 1726, dera-se liberdade a 214 cativos.

Inicia-se no reino o levantamento do número de muçulmanos junto dos corregedores das diversas comarcas, a fim de serem trocados por portugueses. Estes iriam engrossar o número dos que se encontravam na Galé e pertenciam ao rei³¹. Os proprietários receberiam o seu valor, pago pelo cofre da Redenção dos Cativos, ou, em troca, um cativo argelino³².

Enquanto iam sendo reunidos em Lisboa³³ os muçulmanos cativos em Portugal, os padres redentores solicitaram um navio de guerra para o transporte para Mazagão³⁴. Normalmente fretavam-se navios comerciais franceses, holandeses ou ingleses para o transporte da redenção. Mas agora devido ao elevado número de muçulmanos que estariam a bordo, mais de quatro dezenas, os frades solicitaram, para maior segurança, um navio da armada³⁵. Foi escolhida a Nau de Guerra Nossa Senhora da Lampadosa, de que era capitão D. Manuel Henriques.

Chegados a Mazagão souberam, pelo governador da praça João Jaques Magalhães, de nova alteração no trono, estava novamente a governar Muley Ahmet. Este investira contra o irmão e saqueara a cidade de Mequinez. Encontrava-se no momento a sitiá-la a cidade de Fez, lutando com partidários do irmão deposto. Logo que soube da chegada do embaixador português e sua comitiva, o sultão Muley Ahmet, deu ordem para ser conduzido à sua corte e ser alojado no seu palácio, em Mequinez³⁶. Refere o cronista Frei Manuel de Santa Luzia, com base nas informações dos padres redentores, que o sultão “costumava dizer aos sitiados que se rendessem porque lhes fazia saber como era chegado e entrava já em seus domínios o embaixador de Portugal, cujo poderoso rei lhe mandaria hum tal e tão numerozo exercito que com elle poderia assolar não só aquella cidade e Reino mas conquistar seguramente ao mundo todo.” Conclui referindo “tal e tão grande era o conceito que este barbaro rei fazia dos portugueses e da generosidade do seu Monarca e a vaidosa satisfação com que vivia vendose cumprimentado de hum embaixador de Portugal”³⁷.

Saídos de Mazagão em direcção a Mequinez, “em todo o tempo do caminho forão o embaixador e os padres bem recebidos dos moyros, os quaes lhes fazião festas ao seu modo dando lhes repetidos vivas e tendo os seus santos e virtuosos pois necessitando ali de agoa para a cultura dos campos e bem util para as novidades futuras, a tiverão em muita abundancia logo que elles entrarão nas suas terras, tanto que principiando a chover pela festa da Conceição de N. Senhora foi preciso o deterem se quinze dias em Sale por cauza da demaziada chuva e incapacidade dos caminhos”³⁸.

Chegados a Mequinez a 24 de Dezembro, só passados treze dias de assistência na corte, o sultão admitiu o embaixador a audiência. “Foi este conduzido com os Padres pelo Baxa Micelli a huma caça de notavel grandeza que elles chamão Copa onde havião varios instrumentos que tocavão com bastante harmonia a cuja porta estava o rei sentado em huma cadeira com a guarda de trezentos negros, que o acompanhavão postos em duas fileiras com alquices muy brancos, braçadeiras de ouro e escopetas nas mãos, o que tudo fazia huma vista ainda que barbara muy magestosa. Deu-lhe o nosso Embaixador o parabem da vittoria que alcançara e lhe significou o summo gosto com que se achavão todos os Portuguezes de o verem restituído a posse e grandeza do seu trono ao que elle respondeo

³¹ Idem.

³² ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 52, documento não numerado – Cartas dos corregedores da comarca de Lagos e Faro sobre os muçulmanos existentes nas suas localidades e avaliação do valor dos cativos pois os proprietários preferiram dinheiro à troca por argelinos.

³³ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 52, documento não numerado – Carta régia de 19 de Julho de 1728 solicitando que os muçulmanos sejam enviados para Lisboa para se dar efeito à viagem do resgate.

³⁴ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre preparativos para o resgate geral. Ver Edite ALBERTO, *Chrétien et Musulmans – un échange de captifs en 1729*, apresentada no III Colóquio Luso-Marroquino, realizado em Marraquexe em Dezembro de 2007 (no prelo).

³⁵ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caixa 52, macete 6, documento não numerado – Consulta de 30 de Agosto de 1728 sobre preparativos para o resgate geral.

³⁶ ANTT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fl. 157.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem. Sobre o tratamento dos padres redentores como santos devido à chuva à muito esperada, ver também Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, p. 451.

com muntos sinaes de aggradecimento fazendo lhe muntas honras e juntamente aos Padres a quem permittio lhe beijassem a mão com o embaxador e acceitando a carta de ElRey de Portugal com humma estimação em nada barbara disse ao embaxador e aos padres que fossem descansar segurando lhes com asseverações mui sinceras, que tudo quanto fosse de seo gosto se havia de fazer; e lhes advertio que não sahissem fora da Caza assim pela razão do Inverno como pelo danno que lhes podia cauzar a vista de alguns olhos que não fossem bons.

Logo que o embaxador e padres sahirão da sua prezença entrou o presente que se lhe offereceo em nome de ElRei de Portugal, que pela variedade de peças e riqueza de todo elle teve hum grande lugar na estimação daquelle barbaro o qual lendo a Carta de ElRey que hia para seo Irmão, por ser este o que reinava ao fazer della, foi necessario emmendar na sua tradução os nomes e termos que não hião como devião, atentar as novas circunstancias do presente governo, e fazendo as peitas quanto foi possivel para que se não estranhasse a industria, elle a estimou tanto que admirado do bem que hia lançada disse publicamente que nunca imaginara havia da outra banda gente de tão bom entendimento³⁹.

O resgate efectuou-se como combinado. Noventa e um cativos portugueses foram resgatados por trezentas e sessenta patacas e troca por quarenta e cinco muçulmanos. Não existindo muçulmanos suficientes para a troca, os restantes vinte e dois portugueses foram resgatados por quatrocentas e dez patacas cada um, sem discriminação de sexo, idade ou categoria social.

Finalizando a negociação, o sultão enviou uma carta ao rei D. João V, em resposta da que recebera. Refere: “Grande Rey de Portugal. Vierão os teos portugueses, passando por todas as minhas terras athe que chegarão a minha Corte, caminhando de noute e de dia por serem os primeiros entre todos os christãos, para me darem o parabem da minha Coroa. Saudamos a todos aquelles que seguem o caminho da verdade. Recebi a tua carta e tudo o que nella me pedias te concedo e reconheço o grande affecto e carinho que me tens e mostras assim nos moyros que me mandaste, como no presente que me offereceste primeiro, que nenhuma outra nação reconhecendome Rey descendente do cazado santo, onde está o bem do mundo, e da ley pois me conhece o grande e o pequeno por tal. Em minha prezença mandei escrever esta Carta, para ser notorio a todas as cidades e villas que veyo o teo embaxador a minha prezença, e que o despachei como queria. E graças a Deos que estando meo irmão por Rey, foi servido tiralo a elle e restituirme a mim ao meo Reino, e agora o tenho prezo debaxo do meo poder de que te dou esta noticia, pois sei que te alegrarás com ella. Ahi te remeto todos os teos christãos porque sei que nisso faço humma grande obra pia pois assim o fizerão meos antecessores os profetas Abrão e Christo filho de Maria santissima, os quaes sejam bemditos e louvados, e estes christãos fazem o numero de cento e treze com tres hespanhoes, por estarem cazados com portuguezas pois mandando tu a minha prezença não reparei em serem de outras naçoens, porque os hespanhoes os não largarei nem virei nunca neste concelho; os quaes importao quarenta e hum mil outo centas e trinta patacas, que fas outo mil trezentas, e sessenta e seis moedas de ouro a razão de sinco patacas cada moeda, o que se ajustou com o meo escravo o Alcaide Alarby, o que elle receberá, e da falta que houver elle o hade pagar; e o mando por ser pessoa de quem fis mais confiança para este negocio, e não me fica pezar nenhum no meo coração de dar estes christãos esperando que venhão os quarenta e seis moyros declarados no ajuste do resgate; e se em vida de meo pai senão resgatava christão algum sem estar primeiro nas minhas terras o moyro eu não reparo em dar os christãos esperando que venhão os moyros pois nos confiamos da palavra que me deu o Alcaide Alarby de que os moyros estavam na praça de Mazagão, e por esta palavra não reparei em dar os christãos. Do teo embaxador fis toda a estimação e o mandei accomodar em caza de hum dos grandes e principaes do meo Reino o Baxa Micelli. Deos te guarde e a todos aquelles que seguem o caminho da verdade. Maquinez 26 de Janeiro de 1041 / e para nos 22 do ditto mez de 1729 selada com sello grande”⁴⁰.

A cerimónia de despedida foi feita no Palácio, na câmara real, para grande espanto dos muçulmanos pois nem os baxás tinham autorização para entrar nessa residência. O cronista interpreta este convite, ao embaixador e

³⁹ ANT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fl. 158-158v. Sublinhado do cronista. Pela riqueza da descrição optamos por transcrever alguns parágrafos desta crónica.

⁴⁰ ANT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fl. 158v; e Fr. Jerónimo de S. José, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, pp. 453-454. Os dois cronistas transcrevem a carta na tradução portuguesa não mencionando, no entanto, a sua fonte.

padres redentores, como um modo do sultão apresentar a ostentação em que vivia e o luxo do seu palácio⁴¹. “He este como ja dicemos de notavel grandeza pelo circuito que tem de huma legoa mas sem boa forma, nem regular arquitetura; todo composto em pateos, jardins e claustros a maneira dos dos conventos religiosos; e depois de passar o embaxador e padres por muntos delles de bastante formozura e grandeza de obra entrarão em hum maior que todos cujo pavimento era de azulejos muy miudos que nas diversas cores e boa disposição do debuxo fazia huma vista muy agradável. Nelle havia duas fontes de agoa perenne fabricadas com todo o primor de branquissimo jaspe; no fim do qual estava huma porta que dava entrada a outro claustro de obra igualmente primorosa, onde estavam trezentos moyros negros a que chamão mazagariz e são a guarda do corpo de ElRey em duas fileiras com suas escopetas nas mãos com braçadeiras de ouro e alquices munto brancos sobre os vestidos, que segundo o seo estilo não deichavão de ser alguns e quazi todos mui preciosos. Acabavão as fileiras na copa de ElRey, o qual recebeo ao embaxador e padres com as mesmas demonstraçoens de affecto como antes os tinha recebido e dizendolhes com munto agrado que se fossem embora, que elle escreveria ao seo soberano, lhe fizerão todos huma inclinação mui profunda e retirandose a caza pela mesma via lhe mandarão o segundo presente, que elle recebeo com não menor vontade que o primeiro”⁴².

Feitas as despedidas, padres redentores, oficiais e cristãos resgatados, partem a 25 de Janeiro em direcção a Salé. Pelo caminho foram escoltados por cerca de sessenta mouros enviados por Muley Ahmet para sua segurança, acompanhados pelo alcaide Alarby, e pelo procurador do sultão para a cobrança do dinheiro e dos muçulmanos cativos que estavam como reféns na praça de Mazagão, esperando a chegada dos portugueses para a troca⁴³.

Apesar de alguns contratempos ocorridos no trajecto e do ataque e roubos de que foi alvo a comitiva no trajecto entre Azamor e Mazagão, que poderiam ter posto em causa todo o processo de resgate, o alcaide recebeu a quantia acordada e os muçulmanos que se encontravam reféns na praça portuguesa⁴⁴.

De todo o sucedido deram os padres redentores noticia a D. João V em carta dirigida ao presidente da Mesa da Consciência e Ordens. Em resposta foi-lhes dada ordem para fretarem um navio inglês, capitaneado por Jorge Coimbes, para os transportar ao reino. A 18 de Abril embarcam os 113 cativos para uma viagem de que não durou mais de seis dias. Chegados a Lisboa desembarcaram junto da Igreja de São Paulo, donde, como acontecia em todos os resgates gerais, saíram em procissão, acompanhados pelos frades trinitários, para o Convento da Ordem da Santíssima Trindade⁴⁵.

As funções exercidas por Diogo Correia da Mota são alvo de carta de quitação datada de 31 de Outubro de 1729, referindo a verba e os géneros que recebera para o resgate geral, de que tudo dera conta a António Gil Pereira, contador da Rendição dos Cativos⁴⁶.

Dois anos mais tarde, a 11 de Dezembro de 1731, é-lhe atribuído o cargo de provedor dos contos do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens⁴⁷. Ofício que se encontrava, à altura vago, e ao qual Diogo Correia da Mota concorreu como praticante mais antigo dos contos do referido Tribunal⁴⁸.

⁴¹ ANTT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fl. 159v.

⁴² Idem.

⁴³ ANTT, Manuscrito da Livraria, n.º 565, fls. 159v-160.

⁴⁴ ANTT, Manuscrito da Livraria, fl. 160-160v e Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, p. 455.

⁴⁵ ANTT, Manuscrito da Livraria, fl. 161v; Fr. Jerónimo de S. JOSÉ, *Historia Chronologica...* cit., tomo II, p. 456; Mesa da Consciência e Ordens – Cativos, maço 13, caica 52, macete 6, documento não numerado – *Relação das pessoas resgatadas do cativo de Mequines, que por ordem d'ElRey nosso Senhor Dom João V de Portugal fizeram os Padres Redemptores da Santissima Trindade deste Reyno no anno de 1729*; e Convento da Trindade de Lisboa, livro 29 – *Livro dos resgates de Salé de 1728 pera 1729*.

⁴⁶ ANTT, Chancelaria D. João V, livro 76, fl. 230.

⁴⁷ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 202, fls. 436v-437.

⁴⁸ Sobre este resgate ver também os artigos de Paulo Drumond BRAGA, “Os Trinitários e o Resgate de Cativos: o caso de 1728-1729”, in *Actas do Congresso Internacional de História Missionária Portuguesa e Encontro de Culturas*, Braga, 1993, vol. III, pp. 483-489; de Jorge AFONSO, “A marinha de guerra portuguesa e o Magrebe: os cativos, o corso e importância do poder naval na definição da política externa do reino”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 187-227; e de Edite ALBERTO, “Bracarense em Argel. Elementos para o estudo do resgate de cativos no reinado de D. João V”, in *Actas do Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes*, Braga, 2007, volume II, pp. 63-76.

Pretendemos evidenciar, nestas páginas, as funções exercidas por Diogo Correia da Mota, como tesoureiro/embaixador no resgate geral de 1729. Funções exercidas com rigor e consciência do papel que desempenhava, dando início a uma nova época nas relações diplomáticas entre Portugal e o sultão de Marrocos. No resgate geral seguinte, efectuado em Mequinez no ano de 1735, esta responsabilidade irá recair no tesoureiro José António Soares de Noronha. Como embaixador, este oficial representará o monarca português na libertação de setenta e três cativos incluindo cinco padres da Companhia de Jesus. Resgate geral, que foi o último, organizado em Marrocos pelos padres trinitários, antes da assinatura do tratado de tréguas entre Portugal e Marrocos, em 1769.

Relações e heranças

MARROCOS E O MEDITERRÂNEO NA 2.^a METADE DO SÉCULO XVIII

JOÃO COSME*

INTRODUÇÃO

Para caracterizar a realidade marroquina da 2.^a metade do século XVIII, teremos de centrar a nossa atenção sobre o governo do grande Sultão Sidi Mohamed ben 'Abd Allah. Porém, para compreendermos cabalmente a sua acção, deveremos conhecer os momentos anteriores à sua subida ao trono. Por isso, vamos recuar até Muley Ismail (1672-1727). Este chefe, quando assumiu o sultanato, deparou-se com uma situação de instabilidade e com múltiplos conflitos. Durante este governo, Muley Esmail teve de combater:

- «a) aspirações dos membros da sua família. Por exemplo, o seu sobrinho Amed ben Machez manteve-se em luta civil durante 14 anos;
- b) as aspirações de várias famílias xarifianas;
- c) as revoltas das cidades de Fez e Tetuão;
- d) as tendências separatistas de várias tribos, com destaque para os Sanhaia»¹.

Para fazer face a esta instabilidade Muley Ismail assumiu uma atitude despótica. Foi a partir de Méknes que conseguiu que todo o território marroquino lhe obedecesse. Fê-lo através do terror, devastações e execuções em massa. A lenda atribui-lhe que ele degustava o sangue das vítimas que ele próprio decapitava e que teria tido cerca de 700 filhos.

O seu Poder assentava:

- «a) num exército permanente de cerca de 150 000 homens, procedentes do Sudão, de Tombuctu e de outras tribos saharianas.
- b) unificação religiosa, debilitando o poder dos marabutos.
- c) relações comerciais assentes no Exterior:
 - comércio com o Sudão;
 - o monopólio comercial de Salé, Tetuão, Safim e Agadir foi entregue a judeus e cristãos»².

Após a morte de Muley Ismail, em 1727, iniciou-se um novo período de lutas entre os seus filhos. A anarquia apenas terminou em 1757 quando Sidi Mohamed ben 'Abd Allah assumiu o poder. Será precisamente sobre a sua acção político-diplomática que nos iremos debruçar, decompondo a nossa análise⁴ em duas dimensões: realidade interna e realidade externa.

* FLUL.

¹ José Crespo REDONDO (dir.), *Historia de Marruecos*, Madrid, 2006, p. 82.

² J. C. REDONDO (dir.), *Historia de Marruecos...* cit., pp. 83-84.

I. REALIDADE INTERNA

Ao nível interno, o governo de Sidi Mohamed teve como primeira prioridade controlar política e administrativamente todo o espaço marroquino, já que grande parte dele fugia desse mesmo controlo. O território onde habitavam as várias tribos subordinadas intitulava-se *bled el-makhzen*, por oposição às zonas onde se localizavam as tribos insubordinadas denominado *bled es-siba*.

1.1. Espaços sob domínio estrangeiro

A recuperação das praças que estavam sob jurisdição estrangeira tinha um profundo significado simbólico, pois não só difundia a ideia de unidade como também tinha um efeito congregador junto dos grupos radicais anti-infiéis.

Assim, em 1769, recuperou Mazagão aos portugueses, e impôs um fortíssimo cerco (9 de Dezembro de 1774 - 8 de Março de 1775) a Melilla que estava em posse dos espanhóis, mas que não conseguiu recuperar.

1.2. Tribos insubordinadas

A anarquia, vivida durante o trinténio decorrente de 1727 até 1757, facilitou a insubordinação e o reavivar da autonomia vivida em múltiplos espaços e por diversas tribos de Marrocos, particularmente as das zonas montanhosas (Rife e Atlas). Para tal, muito contribuiu a tradição e a diversidade antropológica e cultural existentes.

As fontes portuguesas dão notícia de algumas sublevações destas tribos. A propósito da que aconteceu na zona dos Sanhaia, em 1779, a *Gazeta de Lisboa*³ refere-se a este acontecimento, dizendo que o monarca marroquino teve de se dirigir para lá para repor a ordem, castigando severamente um número muito significativo dos seus moradores. Segundo este periódico lisiponense teria:

«(...) passado à espada até 1000 pessoas, cortando mais de 300 cabeças, que se penduraram dos muros de Fés a velha, e prendendo 500, depois de despojadas e queimadas as casas»⁴.

Este acto repercutiu-se, de imediato, junto de outros povos rifenhos que também se tinham sublevado contra o poder institucionalizado. Temendo idêntica punição algumas tribos vieram colocar-se sob a soberania do Sultão alauíta.

A acção dos marabutos teve uma grande influência no despoletar dos movimentos contestatários autonomistas. Encontramos eco destes levantamentos na *Gazeta de Lisboa*, que os descreve da seguinte forma:

«(...) os bárbaros das montanhas vizinhas se hão de obrigar a viver em boa harmonia com os habitantes de Tetuão, ratificando esta promessa com varias ceremonias e demonstrações de amizade sobre hum monte vizinho, onde está o sepulchro do cherif Muley-Addiselm, a quem os Mouros deste districto tem particular devoção»⁵.

No final da década de setenta, ainda ocorreram várias desordens internas. Por exemplo, em Méknes, 100 soldados etíopes, e 50 xarifes de Fez apresentaram-se perante o monarca para lhe pedir perdão dos actos de insubordinação em que participaram nestas duas cidades. O soberano marroquino não só aceitou os seus pedidos como lhe mandou dar em recompensa 20 ducados a cada um soldados etíopes, e 10 às viúvas dos falecidos⁶.

Algo semelhante aconteceu em 4 de Dezembro de 1779, quando o Sultão se dirigia para a cidade de Marrakech. Durante o seu percurso «foi pondo tudo em boa ordem, e fez com que se lhe pagassem as contribuições, que tinha impostos aos Árabes em reparação das desordens que cometeram na província de Tesmna»⁷. Novamente, no ano de

³ Desejamos vincar que este trabalho teve por base (fonte essencial) as notícias sobre Marrocos publicadas na *Gazeta de Lisboa*, entre 1778 até 1790.

⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, de 13 de Julho de 1779, p. 2.

⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 31, de 3 de Agosto 1779, p. 2.

⁶ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 2, de 15 de Janeiro de 1779, p. 1.

⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 14 de Março de 1780, p. 2.

1781, quando o rei se dirigia novamente para Marrakech, vindo de Salé, deparou-se com uma rebelião comandada por Ben Abd Melech. Os guardas que o acompanhavam mataram a generalidade dos oponentes⁸.

Novo foco de rebelião ocorreu, em meados de 1782, «nas montanhas situadas ao Sul [perto de Méknes] do Imperio marroquino». As tropas enviadas pelo Sultão foram derrotadas pelos rebeldes e o general-chefe foi morto⁹.

Importa vincar que algumas destas rebeliões foram incentivadas pelos marabutos. Foi o que aconteceu, precisamente, no princípio de Março de 1786, quando o Sultão se dirigiu mais uma vez para Marrakech, na zona de Salé «foi a huma expedição contra hum formidavel bando de salteadores que costumavam acolher-se aos arredores de hum castello, que fica perto de Salé, e onde reside hum sujeito que passa por santo. Estes malfeitores, assentando que o Soberano não violaria o territorio do homem justo, se julgavam alli livres de todo o perigo quando S. M.»¹⁰ os surpreendeu de noite, atacando o dito castelo.

Seria, apenas, em finais de 1788, que as revoltas autonomistas das tribos terminaram.

1.3. Rebeliões dos seus filhos

As rivalidades entre Muley al-Azid, filho de uma escrava inglesa-irlandesa, e Muley Abd al-Rahman, filho de uma escrava negra, fizeram-se sentir com toda a veemência a partir de 1776, chegando mesmo a confrontarem-se militarmente, em várias ocasiões.

Em princípios de 1778 aconteceram novos actos de confrontação, os quais se repetiriam em Julho-Agosto de 1778. Nesta altura, as tribos berberes que habitavam nas zonas de Fez e Méknes sublevaram-se. Com o intuito de as dominar, Muley al-Azid, filho do Sultão, de reconhecida capacidade militar, dirigiu-se para esta zona. Porém, a sua longa permanência nesta zona, sem dar notícias, gerou o medo de que o mesmo se aliasse a estes povos¹¹. Para se informar do que, efectivamente, se estava a passar, foi enviado seu irmão, Muley al-Ma'mun ou al-Rahman, e que tinha também por missão trazê-lo de volta¹². Não seria difícil de prever que este encontro se transformaria em mais um confronto entre estes dois filhos do monarca¹³. Simultaneamente, outro filho do Sultão saiu de Méknes em direcção às montanhas, temendo-se, por conseguinte, um outro acto de rebelião¹⁴. A situação interna agravava-se de tal maneira que constava que o príncipe primogénito marroquino liderava um grupo forte e que se preparava para destronar o pai¹⁵.

A situação interna deteriorou-se quando, em 7 de Setembro de 1783, morreu Muley 'Ali, o filho mais velho do Sultão, que segundo o correspondente da *Gazeta de Lisboa*, em Tânger, era o que mais pugnava pelo bom relacionamento com os europeus, enquanto que Muley Abd al-Raham, que lhe seguia na cadeia sucessória, era visto como tendo «um character violento e sanguinario»¹⁶.

A situação de instabilidade continuou a fazer-se sentir. Assim, em Maio de 1787, quando o rei de Marrocos tinha projectada uma reunião em Fez, com o embaixador da Suécia, teve de a adiar. Apontam-se duas justificações possíveis para esta ocorrência. Damos voz à *Gazeta de Lisboa*, que nos faz o seguinte ponto da situação:

«Alguns dão por fundamento, que havendo-se espalhado no Reino de Tafilete hum voato de ter o Monarca falecido (o que fez sublevar os Xerifes de que aquelle paiz abunda) era necessaria a sua presença para socegar os amotinados. Outros asseguram ser a novidade seguinte a principal causa da viagem. Muley Asam, filho de S. M. Marroquiana, querendo apoderar-se dos thesouros de seu pay. Muley Omar, seu irmão, se lhe opoz; e havendo estes Principes pelejado, o primeiro cahio morto d'hum tiro de pistola»¹⁷.

⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 12 de Junho de 1781, p. 1.

⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 52, de 24 de Dezembro de 1782, p. 1.

¹⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 23, de 6 de Junho de 1786, p. 1.

¹¹ Ramon LOURIDO DIAZ, *Marruecos en la segunda mitad del siglo XVIII*, Madrid, 1978, p. 305.

¹² *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 23 de Outubro de 1778, p. 2.

¹³ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 20 de Outubro de 1778, p. 1.

¹⁴ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 6, de 20 de Novembro de 1778, p. 1.

¹⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 19, de 8 de Dezembro de 1778, p. 2.

¹⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 23 de Dezembro de 1783, p. 1.

¹⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 27, de 3 de Julho de 1787, p. 1.

A aliança entre dois dos seus filhos, comandados por Muley al-Azid à frente de um exército, ganhou tal significado que o rei teve de liderar um exército com cerca de 60 mil soldados¹⁸, que se encontrava nas proximidades de Méknes, para os combater. Este acontecimento é descrito na *Gazeta de Lisboa*, nos termos seguintes:

«O imperador, tendo há dias sahido da capital, vai agora marchando de Provincia em Provincia na frente das suas tropas para punir os partidistas de dous filhos seus, que contra elle se rebellaram. (...). Porem apezar do terror que infundiam por toda a parte as suas armas, encontrou perto de Mequinez hum consideravel numero dos ditos partidistas que lhe fizeram rosto»¹⁹.

1.4. Dificuldades produtivas e surtos epidémicos

Para além dos problemas políticos, em meados de 1778, Marrocos debatia-se com problemas de doença, já que um surto epidémico grassava pelas zonas mais setentrionais, tais como Tânger, Larache, Alcácer Ceguer, Fez e Salé²⁰. Porém, em 18 de Setembro, noticiava-se que “as molestias contagiosas” tinham cessado, o que provocara um certo alívio no preço dos cereais.

No ano seguinte (1779), foi a vez de uma praga de gafanhotos assolar a região de Méknes, destruindo parte significativa da produção cerealífera, repercutindo-se esta destruição sobre o preços dos cereais²¹. Os víveres sofreram uma subida significativa de preço dentro do espaço marroquino. Apesar de tudo, estas contrariedades foram minimizadas pelo aparecimento das chuvas em finais de Maio, o que motivou a esperança de melhores colheitas, reflectindo-se, quase de imediato, na descida dos preços dos cereais²².

Para minimizar esta contrariedade, o Sultão isentou dos «direitos de franquia todos os navios que trouxessem para os portos marroquinos trigo, cevada, manteiga e outros quaisquer comestíveis»²³. Complementarmente, o Imperador solicitou a todos os cônsules estrangeiros que tentassem minimizar esta situação²⁴.

A seca (1776-1782) foi outro dos problemas que afligiu grande parte do período de governo deste monarca. Assim, em 13 de Março de 1781, a seca continuou a fazer-se sentir em Marrocos, levando os mouros e os judeus a realizarem «continuas procissões e preces para obter chuva»²⁵.

II. RELAÇÕES EXTERNAS

2.1. Com Portugal

O abandono de Mazagão pelos portugueses em 1769 criou um clima de animosidade entre os dois países. Só mais tarde se deu o desanuviamento. Os primeiros passos foram dados em 1773 com a organização consular de Portugal em Marrocos. Nesta sequência, e integrado no espírito de abertura diplomática à Europa, em 1774, Marrocos e Portugal assinaram um Tratado de Comércio e Navegação.

Dando provas de querer manter um relacionamento diplomático amigável com Portugal, e num gesto de cortesia, para com a novel rainha portuguesa (D. Maria I) que subira ao trono em 24 de Fevereiro de 1777, o Sultão enviou-lhe como prenda «seis formosos cavallos»²⁶. A tarefa de trazer este presente até à corte lisiponense coube ao alcaide de Tânger, Abdelmazyd El-Isdrah, sendo acompanhado pelo português Manuel Pontes²⁷. Para retribuir o gesto de cortesia que o Sultão tivera, a rainha portuguesa mandou, em Julho de 1781, «de presente ao Monarca Mouro hum bellissimo relógio de pendula, ornado de pedras preciosas»²⁸.

¹⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 35, de 26 de Agosto de 1788, pp. 1-2.

¹⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 37, de 9 de Setembro de 1788, p. 1.

²⁰ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 23 de Outubro de 1778, p. 2.

²¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 21, de 25 de Maio de 1779, p. 1.

²² *Gazeta de Lisboa*, n.º 23, de 8 de Junho de 1779, p. 1.

²³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, de 23 de Novembro de 1779, p. 2.

²⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 14 de Março de 1780, p. 2.

²⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, de 29 de Maio de 1781, p. 1.

²⁶ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 2, de 15 de Outubro de 1779, p. 1.

²⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 15, de 13 de Abril de 1779, p. 1.

²⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 46, de 13 de Novembro de 1781, p. 1.

Em virtude do tratado assinado em 1774, os navios portugueses gozavam de alguma liberdade de navegação no espaço mediterrânico. Porém, em princípios de 1779, corsários da Regência de Argel insultaram e maltrataram a tripulação de um hiate português. Este facto levou o vice-cônsul português a apresentar uma queixa junto do monarca marroquino²⁹, que se comprometeu a defender a liberdade de circulação dos navios lusos. A amizade entre Marrocos e Portugal continuava a manifestar-se, pois quando, em meados de 1787, um corsário de Argel apresou uma embarcação portuguesa e se refugiou no porto de Tânger, o Sultão ordenou que este a restituísse de imediato, e que permanecesse neste porto, durante as 24 horas posteriores à saída da embarcação, para que não voltasse a capturá-la³⁰.

Em 9 de Novembro de 1779, o soberano marroquino mandou o mouro Boheled embarcar para Lisboa, para aqui comprar ouro para cunhar moeda em Marrocos³¹. Não se sabe se efectivamente este emissário magrebino se deslocou até Lisboa já que, em 30 de Dezembro de 1779, ainda continuava em Salé³².

2.2. Com a França

Sidi Mohammad, assim que assumiu a realza em 1757, procurou aproximar-se das principais nações europeias. Por isso, orientou a sua acção diplomática para a assinatura de tratados marítimos e comerciais com diferentes países. Nos primeiros tempos do seu governo dinamizou um relacionamento preferencial com a Espanha e com a França, em detrimento de Inglaterra.

Convém, no entanto, assinalar, que nos princípios do século XVIII era a Inglaterra que gozava praticamente do monopólio comercial com Marrocos. Para muito contribuiu a proximidade de Gibraltar, que desde 1704, se encontrava na posse britânica. Em 1721, Marrocos e Inglaterra assinaram um tratado onde se previa a livre circulação dos navios ingleses por mar e dos seus comerciantes por terra. Porém, esta preferência alterar-se-ia devido ao apoio inglês, durante a guerra civil (1727-1757), ao rival de Sidi Moahmed na luta pelo trono marroquino.

Marrocos virou-se então para a França, reactivando o tratado assinado em 1682 entre Louis XIV e o Sultão Muley Ismail. Em 1762, assinaram um novo tratado, onde Marrocos atribuiu à França o estatuto de “nação favorecida”.

Em 1779, a França enviou Monsieur Daudibert Caille como cônsul para Tânger. Este diplomata reclamava um tratamento preferencial, arvorando-se em representante de vários soberanos europeus em futuras negociações com o Soberano marroquino. Alegava «que desejando alguns Principes da Europa fazer a paz com elle [Sultão], se offerecia elle a tratar destes ajustes, e faria arvorar huma bandeira branca com huma pomba pintada, tendo no bico hum ramo de oliveira, como symbolo da paz»³³.

Este texto revela a sobrançeria com que França se relacionava com Marrocos. Tal devia-se à superioridade naval e geopolítica francesa no Mediterrâneo, onde dispunha de uma base importante (Marselha) e de uma marinha naval com grande capacidade bélica, não temendo as represálias dos corsários das Regências de Argel e de Tunes. Por isso, contrariamente aos outros países que tentavam granjear as boas graças do Sultão, França procurava impor as suas condições. Daí que, em Janeiro de 1783, quando estava negociar um novo tratado de navegação e comércio com Marrocos, tivesse colocado entraves e recusasse várias pretensões marroquinas³⁴. As adversidades entre estes dois países agudizaram-se³⁵, pois era imperioso pressionar a França a aceitar as cláusulas propostas pelo soberano magrebino. Com este propósito, em final de 1784, Marrocos aprontou quatro fragatas e armou vários corsários³⁶, com vista a uma hipotética intervenção.

²⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, de 13 de Julho de 1779, p. 2.

³⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 32, de 7 de Agosto de 1787, p. 2.

³¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 6, de 8 de Fevereiro de 1780, p. 1.

³² *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 14 de Março de 1780, p. 2.

³³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 41, de 12 de Outubro de 1779, p. 2.

³⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 21 de Janeiro de 1783, p. 1.

³⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, de 27 de Abril de 1784, p. 3.

³⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, de 23 de Novembro de 1784, p. 1.

2.3. Com a Espanha

No final de 1778, as adversidades resultantes do ataque marroquino a Melilla (1774-1775) já tinham sido ultrapassadas. No ano seguinte (1779), Sidi Mohamed enviou uma embaixada à corte de Carlos III com o objectivo de reavivar as relações diplomáticas entre os dois estados. Marrocos necessitava do apoio espanhol, atribuindo-lhe, por isso, também o estatuto de parceiro preferencial. Com o intuito de demonstrar que as relações diplomáticas entre estes dois países se tinham alterado, nos últimos meses de 1779, o Sultão ordenou ao governador de Mogador «para dar aos corsários, e navios de guerra, de qualquer nação, que ali fossem arribar, todos os refrescos que necessitassem, sem exceptuar nem ainda os proprios Hespanhoes; e como a Corte enviou a Cadis hum dos seus corsarios com hum alcaide mouro, e de ambas as partes as duas cortes tem dado muitos sinaes de amizade, espera-se em pouco tempo a publicação da paz entre a Hespanha e os Estados do Imperador»³⁷.

O clima de amizade era mútuo. Em Madrid, o embaixador marroquino, era tratado com grande distinção, enquanto os mouros mandados a Cádiz a tratar de diversos negócios foram acolhidos com a maior benevolência. Em 30 de Agosto de 1780, o soberano marroquino deu novos sinais de que estava num processo de aproximação a Espanha, ordenando aos responsáveis da cidade de Tânger:

«Que não tendo S. M. Parte na guerra dos Hespanhoes e dos Inglezes, manda aos seus Mouros que se não embarcem com os Hespanhoes, nem os injuriem, ainda que seja dentro dos seus portos ou em terra, que os Hespanhoes apanhem os Inglezes; e que todo o navio inglez possa encalhar em terra, mas sem segurança alguma. Tambem ordena aos Mouros, que habitam nas suas costas, que não façam fogo a embarcação hespanhola, debaixo da pena de sua real indignação, mas que as deixem obrar livremente»³⁸.

No princípio da década de oitenta, Marrocos pretendeu renegociar o tratado que assinara anteriormente com Espanha. Por isso, ensaiou algumas atitudes de afastamento de Espanha, e tentou dar a ideia de que se estava a aproximar da Inglaterra. De imediato, Espanha procurou agradar ao Sultão, entregando-lhe «hum consideravel numero de cativos mahometanos, que tinha em seus reinos». Em compensação, o soberano marroquino ofereceu «o melhor acolhimento e distinção nos seus estados, à proporção do que o Rei de Hespanha faz aos marroquinos. Também o mesmo commissario teve noticia de ter S. M. Marroquiana expedido iguaes ordens a Tetuão sobre o modo de tratar os navios de guerra hespanhoes»³⁹, pois neste porto alguns chefes locais manifestavam simpatia pelos ingleses, sendo cúmplices das represálias praticadas por estes contra os navios espanhóis aqui ancorados.

Espanha presenteava o soberano marroquino. Para o efeito, o Governador de Ceuta informou o alcaide de Tânger que desejava entregar uma caixa com um presente, rogando-lhe que a abrisse e lhe desse um recibo do seu conteúdo. Depois de aberta, observou-se que continha jóias avaliadas em cem mil piastras⁴⁰. Na sequência destes gestos de amizade mútua, foi assinada uma nova Convenção de Paz entre Espanha e Marrocos. As relações diplomáticas mantinham «boa harmonia» com todos os países da Europa «à excepção dos de França e Inglaterra»⁴¹.

Porém, não foi assinado nenhum tratado comercial e as tensões mediterrânicas entre Espanha e Inglaterra aumentavam cada dia que passava, atingindo o auge no final de 1782, com o ataque fracassado de Espanha a Gibraltar⁴². Marrocos soube, mais uma vez, aproveitar a conjuntura afastando-se de Espanha⁴³. Em Mogador circulava a mensagem de «que o Imperador acabava de publicar o Tratado que tinha feito com o Rei de Hespanha para os portos de Tanger, Larache e Tetuão, acabaria com o anno de 1781; que dalli por diante estes portos seriam

³⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 14 de Março de 1780, p. 2.

³⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 26 de Setembro de 1780, p. 1.

³⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, de 24 de Outubro de 1780, p. 2.

⁴⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 47, de 20 de Novembro de 1781, p. 1.

⁴¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 3, de 15 de Janeiro de 1782, p. 1.

⁴² *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 2, de 17 de Janeiro de 1783, p. 4, informa que «o fogo inimigo [inglês] tem sido alguns dias e noites sumamente vivo, havendo chegado às vezes a 800 tiros de diversas munições, além de muitas pedras, e tiros de mosqueteria».

⁴³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 14, de 2 de Abril de 1782, p. 1.

livres para todas as nações, e que os ingleses poderiam ir alli tomar refrescos, e seriam protegidos em todos os portos do Imperio Otomano, como anteriormente»⁴⁴.

As relações diplomáticas com Espanha pareciam degradar-se, o que levou à saída de Tânger do representante, da Corte de Madrid⁴⁵ nesta cidade. Por sua vez, Espanha procurava recuperar o clima de amizade, outrora existente entre estes dois estados. Para o efeito, enviou a Mogador, cidade onde o Sultão residiu durante os meses de Abril e Maio de 1782, uma oferta de «4 machos carregados de presentes importantes. Em recompensa elles acabam d'obter nova faculdade para levarem daqui todas as provisões, de que carecerem, sem pagar os direitos d'alfandega».⁴⁶

Em 23 de Julho de 1785 foi concluído um novo Tratado de Paz e Amizade entre a Espanha e Marrocos⁴⁷. Este tratado levou Marrocos a pressionar a Porta Otomana para que fizesse com que a Regência Argelina «desista das suas piraterias contra os Amigos de S. M. Moura»⁴⁸, o que causava grandes prejuízos ao comércio mediterrânico. Marrocos tomou mesmo o partido de Espanha no diferendo que este país mantinha com Argel⁴⁹.

Quando, em 1778, a Turquia entrou em guerra com a Rússia, Espanha aliou-se à Porta Otomana. Para consolidar esta aliança, Espanha ofereceu-se para transportar o embaixador turco, que estava em Salé e que desejava regressar a Constantinopla. Para o efeito, preparou um navio de guerra e levou-o até esta cidade turca⁵⁰. Também as viagens do embaixador de Marrocos até à Porta Otomana correram por conta do cônsul de Espanha⁵¹.

O relacionamento diplomático entre Marrocos e Espanha era de tal maneira intenso e amistoso, que foi através dos bons ofícios espanhóis que, em finais de Junho de 1786, chegou a Marrocos uma comissão do Congresso Americano com o intuito de concluir um tratado de amizade entre os Estados Unidos da América e Marrocos⁵².

2.4. Com a Inglaterra

Tal como já referimos anteriormente, em Setembro de 1778, as relações diplomáticas com os ingleses estavam bastantes tensas. A prová-lo está o envio do alcaide Hegue-El-Habas ao governador de Gibraltar, apresentando-lhe «cartas pouco agradáveis do Rei de Marrocos; porque este Monarca declara nellas, com muito desagrado, não estar disposto a dar audiencia ao consul britânico, nem admiti-lo à sua presença, nem mesmo receber os seus presentes da sua Corte»⁵³.

Todavia, constava que, apesar de tudo, o Cônsul-Geral da Grã-Bretanha conseguira autorização não só para assistir em Tânger, mas também para adquirir 500 cabeças de gado vacum para abastecimento da guarnição de Gibraltar⁵⁴.

A diferença de conhecimentos técnicos ao nível da construção naval, aliada aos desejos de imitar a qualidade e requintes europeus, levou o Sultão a enviar um embaixador, propondo, ou mesmo quase impondo, que em Gibraltar fossem pintadas «as poppas e camaras dos seus navios, principalmente aquelle, onde se há de embarcar o Principe Giazgud (...) com hum acompanhamento de 14 mouros nobres, para passar a Alexandria, e dahi a Meca»⁵⁵.

Com o intuito de desanuviar as desavenças diplomáticas, o governador de Gibraltar, senhor Elliot, consentiu que Marrocos não pagasse a pintura das suas quatro fragatas, ao mesmo tempo que as abasteceu de víveres, velas e massame. Face à atenção que lhe foi dispensada, o oficial mouro Feniz levou consigo o senhor Logie, Cônsul-Geral britânico, para que o mesmo fosse recebido em audiência pelo Sultão, para que o autorizasse a desempenhar o seu cargo em Marrocos⁵⁶.

⁴⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, de 23 de Abril de 1782, p. 1.

⁴⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, de 9 de Julho de 1782, p. 1.

⁴⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 38, de 17 de Setembro de 1782, p. 1.

⁴⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 27 de Setembro de 1785, p. 1.

⁴⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 45, de 8 de Novembro de 1785, p. 1.

⁴⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 20 de Dezembro de 1785, p. 1.

⁵⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 6, de 7 de Fevereiro de 1786, p. 1.

⁵¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 7, de 14 de Fevereiro de 1786, p. 1.

⁵² *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, de 17 de Outubro de 1786, p. 1.

⁵³ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 20 de Outubro de 1778, p. 1.

⁵⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 19, de 8 de Dezembro de 1778, p. 2.

⁵⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, de 29 de Dezembro de 1778, p. 1.

⁵⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, de 29 de Dezembro de 1778, pp. 1-2.

O rei marroquino fez questão de receber o cônsul britânico. Para o efeito, as quatro fragatas marroquinas pintadas e reparadas em Gibraltar, partiram deste porto com destino a Larache, e daqui a comitiva dirigiu-se a pé até Fez. O monarca concedeu-lhe uma guarda honorária de 200 cavalos, logo que desembarcassem em Larache, hospedar-se-iam no palácio do governador da cidade e todas as despesas correriam por conta deste responsável marroquino⁵⁷. O gesto britânico surtiu os efeitos desejados, já que foi determinado que os navios ingleses que entrassem em portos marroquinos passariam a estar sujeitos a impostos de entrada mais baixos, ao mesmo tempo que ficavam livres de pagamentos dos direitos de aquisição de trigo, azeite e matalotagem⁵⁸.

A Inglaterra costumava recorrer a Marrocos para suprir a falta de cereais, assim como de palhas e de madeiras necessárias ao enclave de Gibraltar. Os ingleses ensaiavam diversas táticas com o intuito de reocuparem um lugar preferencial nas relações diplomáticas com este estado do Norte de África. Para o efeito, o cônsul inglês,

«(...) em nome do governo inglez, offerecendo-lhe todas as tropas, munições, artilheria, e engenheiros de que carecesse, no caso que quizesse conquistar os presidios, que possui o Rei Catholico na África, mostrando-lhe ser esta a occasião mais opportuna para levar ao fim esta conquista; mas S. M. com inteireza generosa desprezou taes offertas, protestando declarada e solemnemente, que não inquietaria a boa harmonia que há entre elle e S. M. Catholica, nem permittirá a menor hostilidade, principalmente no tempo que elle se acha empenhado contra outra Potencia»⁵⁹.

A Inglaterra procurava ganhar a simpatia marroquina. O consul inglês ofertou ao soberano marroquino 125 barris de pólvora e 101 quintais de balas que tinham vindo de Plymouth e desembarcaram no porto de Tânger⁶⁰.

Porém, este entendimento durou pouco tempo. O rei de Marrocos convocou os cônsules de várias nações europeias (Holanda, Suécia, Dinamarca e Portugal) para uma reunião em Salé, na qual formulou o desejo que estes países lhe enviassem um número significativo de panos de linho, bem como de outros produtos. Simultaneamente, os cônsules dos países atrás referidos, residentes em Cádiz, também deveriam fazer conduzir «certa porção de trigos para os nossos [marroquinos] portos»⁶¹. Este episódio dá-nos a noção exacta da consideração de Marrocos pelos diversos países europeus. Assim, enquanto a Inglaterra ficou “sentida” por não ter sido convidada, a França recusou liminarmente pagar esta dádiva.

Nova chamada dos cônsules estrangeiros, residentes em Tânger, foi feita pelo soberano marroquino em 23 de Dezembro de 1780, onde este deu conta dos «motivos de queixa que tem contra os inglezes; e sobre os de agradecimento, que deve ao Rei de Hespanha, deduzindo de ambos as razões que tem para se portar com os inglezes, de modo que o faz, e para tratar os hespanhoes com a distinção, e favor de que tem feito uso»⁶².

Os ingleses respondem em força, juntando em Gibraltar mais de 250 velas, sendo a esquadra comandada pelo comodoro John Stone. Os franceses e espanhóis respondem com a constituição de «uma armada conjunta com varias naus de guerra no Estreito de Gibraltar»⁶³.

Os ingleses foram mesmo intimados a sair de Tânger dentro de 24 horas, e que todos aqueles que não pertenciam «às duas nações isentas [França e Espanha]» e desembarcassem em Tânger, ficariam cativos e os seus bens confiscados⁶⁴. Sua Majestade marroquina ordenou aos seus «vassallos que habitam os portos, ensiadas e bahias deste Paiz, soccorram em todas as occasiões aos hespanhoes contra seus inimigos, especialmente contra os inglezes, e até contra os argelinos»⁶⁵, tentando privar a praça de Gibraltar de todo o socorro possível.

Estas rivalidades desembocaram no confronto militar que teve início em 27 de Agosto de 1781 contra o enclave inglês⁶⁶.

⁵⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 15, de 13 de Abril de 1779, p. 1.

⁵⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 17, de 27 de Abril de 1779, p. 2.

⁵⁹ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 33, de 20 de Agosto de 1779, p. 1.

⁶⁰ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 33, de 20 de Agosto de 1779, p. 2.

⁶¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 1, de 2 de Janeiro de 1781, p. 1.

⁶² *Gazeta de Lisboa*, n.º 4, de 23 de Janeiro de 1781, p. 2.

⁶³ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 9, de 2 de Março de 1781, p. 3.

⁶⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 10, de 6 de Março de 1781, p. 1.

⁶⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 36, de 4 de Setembro de 1781, p. 1.

⁶⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 39, de 25 de Setembro de 1781, p. 4.

O insucesso militar espanhol contra o enclave de Gibraltar e as dificuldades económicas e políticas sentidas em Marrocos levaram à aproximação marroquina da Inglaterra. Em 19 de Dezembro de 1784, Marrocos enviou à Porta uma fragata com bandeira inglesa com 6 mil quintais de pólvora e 1300 quintais de salitre⁶⁷. O relacionamento entre Marrocos e Inglaterra movia-se por um jogo de medidas paradoxais. Aproveitando as debilidades internas marroquinas, quase em simultâneo, Inglaterra proibiu as embarcações marroquinas de entrarem em Gibraltar. Como neste país magrebino havia uma grande carestia e falta dos principais produtos alimentares, o Sultão queixou-se desta medida⁶⁸.

Para fortalecer a fortaleza de Mogador, foram adquiridos em Gibraltar 10 canhões de bronze de calibre 36. Face à opção de compra marroquina, a Inglaterra presenteou Marrocos com 24 carretas de canhões de calibre 26.

Não querendo deixar-se ultrapassar pelo gesto inglês, de imediato, várias Potências europeias correram a enviar também os seus presentes. Assim, a Suécia enviou uma fragata carregada de munições, enquanto a França e a Dinamarca optaram por mandar 75 mil patacas cada uma⁶⁹.

A Inglaterra sabia aproveitar a dependência externa marroquina, e utilizar inteligentemente o seu apoio à Turquia na guerra que esta levava contra a Rússia. Com este apoio, a Grã-Bretanha procurava, não só ampliar a sua presença no Mediterrâneo mas também enfraquecer o poderio russo no Báltico.

Estava ancorado, há cerca de 10 meses, um navio inglês para o serviço do Soberano marroquino. Após este tempo, em 14 de Fevereiro de 1786, o navio partiu para Constantinopla com uma nova carga de salitre, como presente do Sultão marroquino à Porta Otomana. Simultaneamente, um chaveco espanhol encontrava-se ancorado em Tânger para transportar até Alexandria alguns mouros⁷⁰.

O marroquino Reis Mustagami, em Outubro de 1787, comandou 3 fragatas marroquinas para invernar em Gibraltar. Este período seria aproveitado para as reparar. Como o chefe britânico em Gibraltar recusou tal pretensão, o Sultão ficou muito insatisfeito.

Com o intuito de captar a ajuda inglesa, no princípio de Janeiro de 1788, o soberano marroquino concluiu com o cônsul britânico em Tânger uma convenção para o resgate dos cativos ingleses existentes em Marrocos⁷¹. Para vincar o seu descontentamento face ao gesto britânico, o monarca marroquino decidiu mesmo revogar os privilégios que concedera aos ingleses, não autorizando o envio de mais gado ou mantimentos para Gibraltar. E proclamava que só revogaria esta decisão, quando o soberano britânico se «encarregar de fazer conduzir ou escoltar a Constantinopla o terceiro presente que o monarca mouro intenta mandar à Porta, e que consiste em duas fragatas»⁷².

A insatisfação de Marrocos face a Inglaterra era tal que, apesar deste País ser aliado dos Turcos na 2.ª Guerra Russo-Turca (1787-1792), O Sultão declarou guerra aos ingleses. A opção marroquina foi mesmo foi comunicada aos vários cônsules europeus presentes em Tânger. Dado a clareza do texto, passamos a transcrever um breve extracto:

«(...) declara que se considera como em guerra com todas as Potencias que, na que subsiste entre os Russos e Turcos, seguirem o partido dos primeiros. Resulta desta declaração que as embarcações austriacas não andarão no Mediterraneo contra os ataques da bandeira marroquina. As diferenças movidas entre a Inglaterra e a nossa Corte tiveram por fim o desagradavel exito que se previa, por quanto o nosso monarca acaba de declarar guerra aquella Potencia»⁷³.

Como consequência da declaração de guerra entre estes dois países, toda a comunicação entre Marrocos e Gibraltar se encontrava parada⁷⁴.

⁶⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 16, de 19 de Abril de 1785, p. 1.

⁶⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 26, de 28 de Junho de 1785, p. 1.

⁶⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 27, de 5 de Julho de 1785, p. 1.

⁷⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 18, de 2 de Maio de 1786, p. 1.

⁷¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, de 25 de Março de 1788, p. 1; e *Gazeta de Lisboa*, n.º 18, de 29 de Abril de 1788, p. 1.

⁷² *Gazeta de Lisboa*, n.º 20, de 13 de Maio de 1788, p. 1.

⁷³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 23, de 3 de Junho de 1788, pp. 1-2.

⁷⁴ *Suplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 13 de Junho de 1788, p. 3.

«Todos os navios britanicos que se achavam surtos nos portos deste Imperio foram obrigados a partir, sem que lhes permitisse tomar mantimentos de qualidade alguma; e toda a comunicação entre a Praça de Gibraltar, Tetuão, e este [Tanger] porto se acha interrompida»⁷⁵.

Data de 23 de Junho de 1788, o restabelecimento da paz e entendimento entre o Império de Marrocos e a Inglaterra⁷⁶. Por isso, o relacionamento com a Inglaterra voltou a normalizar-se, «de sorte que os seus [ingleses] navios vem aqui como dantes buscar trigo, e outras produções do paiz»⁷⁷.

Porém, para o soberano marroquino, a manutenção das relações diplomáticas entre os dois estados estava subordinada ao pagamento de contrapartidas financeiras por parte de Inglaterra. O trecho que passamos a transcrever, é paradigmático a este propósito:

«Se desejais ter os portos marroquinos abertos para haverdes mantimentos à razão dos mesmos direitos, que pagam os hespanhoes, consegui-llos-heis se quizerdes escoltar a Constantinopla os dous navios, como exigimos o anno passado, e outras duas embarcações com os presentes do nosso irmão Abdul Hamet»⁷⁸.

2.5. Com Repúblicas Italianas

Em 15 de Outubro de 1782, o Soberano de Marrocos iniciou uma nova incursão diplomática junto de diversos chefes europeus. Assim, fez deslocar até Livorno uma comitiva de 37 pessoas, daqui deslocar-se-iam em direcção a diversas cortes. Fizeram-se transportar numa embarcação veneziana, e levavam como presentes «20 cavallos muito velozes e outros animaes»⁷⁹.

Também a República de Veneza pagava os seus tributos a Marrocos para mais facilmente navegar com alguma liberdade no Mediterrâneo⁸⁰. Para trocar as ratificações dos tratados de comércio assinados, deslocaram-se a Tânger os representantes de Viena e de Florença⁸¹.

Marrocos também enviou um emissário até Constantinopla. Este foi acompanhado por um representante de Ragusa. Este encontro teve os bons ofícios do cônsul de Veneza residente junto da Porta⁸².

Nos primeiros anos da década de oitenta, ocorreu a intensificação dos laços diplomáticos com algumas das repúblicas da Península Itálica. Chegou a Mogador um enviado da República de Génova. Foi-lhe concedido, quase de imediato, a isenção dos direitos de saída de todos os produtos que aqui carregasse⁸³.

Em 5 de Janeiro de 1784 chegou a Marrakech o Marquês de Viate, representante da República de Génova. Durante o seu percurso entre Salé e a capital fez-se acompanhar por uma escolta de 150 cavalos, 50 camelos e 18 pessoas. Foi recebido com todas as deferências pelo Sultão. Como forma de lhe manifestar a sua consideração, hospedou no palácio de um seu irmão que falecera, e obrigou as lojas da cidade a fechar⁸⁴.

O Imperador de Marrocos pediu à República de Veneza uma nau para transportar o seu filho de Tânger até Alexandria, pois o Príncipe desejava ir a Meca⁸⁵. Nesta altura, Veneza encontrava-se em profunda hostilidade com o Bey de Tunes⁸⁶, pelo que aderiu de imediato a este pedido marroquino.

O Sultão marroquino tentava estender e manter relações diplomáticas com outros estados. Era uma forma de angariar receitas para o seu depauperado orçamento. Assim, em 17 de Maio de 1779, chegaram a Tetuão um representante da Dinamarca e da República de Veneza, com grossas somas pagas «em dollars do Mexico»⁸⁷.

⁷⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 31, de 29 de Julho de 1788, p. 1.

⁷⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 33, de 12 de Agosto de 1788, p. 3.

⁷⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 37, de 9 de Setembro de 1788, p. 1; e *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, de 21 de Outubro de 1788, p. 3.

⁷⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 23, de 9 de Junho de 1789, p. 1.

⁷⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 3 de Dezembro de 1782, p. 1.

⁸⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 52, de 24 de Dezembro de 1782, p. 1, refere que em final de Outubro de 1782 «ancourou em Tânger uma embarcação veneziana que trazia 10 mil sequins para satisfazer o tributo annual que esta Republica paga» a Marrocos.

⁸¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 49, de 9 de Dezembro de 1783, p. 1.

⁸² *Gazeta de Lisboa*, n.º 26, de 1 de Julho de 1783, p. 2.

⁸³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 41, de 14 de Outubro de 1783, pp. 1-2.

⁸⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 8, de 24 de Fevereiro de 1784, p. 1.

⁸⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 11, de 14 de Março de 1786, p. 3.

⁸⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 12, de 7 de Março de 1786, p. 1.

⁸⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 30, de 27 de Julho de 1779, p. 1.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de terminar, desejamos apresentar, de modo muito sintético, as principais ideias que nortearam a acção governativa de Sidi Mohamed ben 'Adb Allah. Um dos aspectos bem patentes, é a influência da realidade interna como factor de condicionamento da sua acção internacional. As desavenças e rivalidades entre os filhos do Sultão, destacam-se de modo muito nítido, conforme se pode confirmar através do extracto que se segue:

«O Imperador de Marrocos não pode, segundo parece, prosseguir nos seus intentos hostis contra algumas Potencias Europeas por causa do embaraço em que o põe a desobediencia do seu filho Muley Azid»⁸⁸.

Outra particularidade, bem patente ao longo de todo este período, é a incapacidade e falta de conhecimentos náuticos existentes em Marrocos, particularmente para navegar no Atlântico. Para melhor documentarmos esta ideia, relembramos que, em 14 de Dezembro de 1785, entraram no porto de Mogador quatro fragatas marroquinas para se equiparem com artilharia. Tinham como objectivo dedicar-se ao curso no Atlântico, na zona que ia do cabo Espartel até à ilha Terceira⁸⁹. Porém, mal acabaram de sair, duas delas afundaram-se logo junto à costa de Portugal⁹⁰.

A incapacidade para navegar no Atlântico está patente na carta que o Imperador de Marrocos escreveu, em 29 de Outubro de 1786, ao Baxá de Tânger. Face à lucidez do relato, passamos a transcrever um breve extracto da mesma:

«(...) ordeno ao meu servidor (...) que convoque todos os consules, que residem em Tanger, e lhes diga que a minha gente marítima perde todos os annos alguns dos meus vasos: e que assim a Nação, que fizer mais caso de mim, me dará pilotos e marinheiros para governar os meus navios. Para cada hum destes precisarei de dez homens, os quaes devem ser versados na navegação do grande, e pequeno mar (isto é, o Atlântico e o Mediterraneo) terão o commando dos meus vasos, e a minha gente marítima lhes ficará subordinada. Todos os mestres, e marinheiros, que servirem a bordo das minhas embarcações, receberão meia paga demais da que recebem nos seus respectivos paizes.

Dar-me-heis a saber, qual dos consules está prompto para me servir nesta parte; e avisa-los-heis em especial, que os meus navios deverão navegar para as Indias Orientaes e Occidentaes»⁹¹.

Outro dos objectivos do sultão foi a reforma da administração e do exército, assim como o desejo de estender o *makhzen* a todo o espaço marroquino. Todavia, a implementação destes desideratos acarretava um elevado dispêndio financeiro. Nos tratados de paz, assinados com os diversos Estados europeus, era obrigatório a existência de cláusulas sobre a liberdade de navegação e comércio. Era a forma encontrada para angariar receitas tão necessárias a um Erário público exaurido. O sultão soube inteligentemente aproveitar «a guerra entre as Potências Marítimas da Europa continua a ser muito favoravel ao nosso commercio. A necessidade em que ellas estão de terem a seu favor o Rei de Marrocos, tem conseguido a este hum grande preço, que talvez não alcançaria em outra conjuntura»⁹².

Portugal, conjuntamente com a Espanha, a Suécia e a Dinamarca integravam o grupo dos países que tinham um bom relacionamento diplomático com Marrocos⁹³.

Em 6 de Abril de 1790, noticiava-se a morte do Rei de Marrocos. Face a esta ocorrência, o Grão-Mestre da Ordem de Malta mandou a Esquadra Religiosa fazer-se ao mar para proteger as costas de Espanha, França e Portugal dos ataques dos corsários, e para assegurar a liberdade de navegação e comércio marítimo⁹⁴.

⁸⁸ *Gazeta de Lisboa*, n.º 34, de 19 de Agosto de 1788, p. 1.

⁸⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, de 7 de Março de 1786, p. 1.

⁹⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 18, de 2 de Maio de 1786, p. 1.

⁹¹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 48, de 28 de Novembro de 1786, p. 1.

⁹² *Gazeta de Lisboa*, n.º 31, de 1 de Agosto de 1780, p. 1.

⁹³ *Gazeta de Lisboa*, n.º 46, de 13 de Novembro de 1781, p. 1, classifica este relacionamento, nos termos seguintes: «Contudo este Monarca [Marrocos], na audiência que acordou a Mr. de Kullemborg, testificou, que as nações hespanholas, portugueza, sueca e dinamarqueza eram as que ele mais honrava com a sua amizade entre os povos da Europa».

⁹⁴ *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 15 de Junho de 1790, p. 1.

FONTES⁹⁶ E BIBLIOGRAFIA

AFONSO, António Jorge, *Portugal e o Magrebe nos finais do Antigo Regime*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à FLUL, Lisboa, 1998, dactilografada.

CHAVREBIÈRE, Coissac de, *Histoire du Maroc*, Payot, Paris, 1931.

DEVÈZE, Michel, *L'Europe et le Monde à la fin du XVIII^e siècle*, éditions Albin Michel, Paris, 1970.

HAUDRÈRE, Philippe, *O Grande Comércio Marítimo do Século XVIII. Os europeus e o espaço marítimo*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2000.

Historia de Marruecos (dir. José Crespo Redondo), Madrid, Consejería de Educación y Ciencia da Embajada de España en Rabat, 2006.

LOURIDO DIAZ, Ramon, «Ensayo historiografico sobre el sultanato de Sidi Muhammad B. 'Abd Allah. 1757-1790», Sep. de *Cuadernos de Historia del Islam*, Madrid, 1967.

LOURIDO DIAZ, Ramon, *Marruecos en la segunda mitad del siglo XVIII. Vida interna: política, social y religiosa durante el sultanato de Sidi Muhammada B. 'Abd Allah. 1757-1790*, Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1978.

NETO, Maria Joana Miranda de Carvalho, *Portugal e Marrocos. Diplomacia e comércio (1760-1783)*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à FLUL, Lisboa, 1996, dactilografada.

⁹⁵ Não referimos as fontes, porque ao longo do texto fazemos bastas citações e referências às mesmas, evitando-se assim repetições desnecessárias.

O NAUFRÁGIO DA FRAGATA TIGRE DO IMPERADOR DE MARROCOS EM DEZEMBRO DE 1785. As relações com Marrocos e a sua posterior inserção no espaço magrebino

JORGE AFONSO

I. O Processo relativo ao naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos

O núcleo documental do Arquivo Histórico Ultramarino composto pelas caixas do Norte de África tem sido um manancial inesgotável para o estudo das relações de Portugal com o Magrebe nos finais do século XVIII e início de XIX.

Foi numa das muitas abordagens a estas caixas que conseguimos exumar um processo que reputamos de alguma importância por aquilo que ele pode representar para a compreensão do relacionamento do reino português com o império alauita e a regência de Argel. Não dispensa todavia esta massa documental toda uma série de informação que lhe é periférica e contemporânea.

É o *Processo relativo ao Naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos*,¹ composto por dois passaportes emitidos respectivamente em Tânger e Mogador pelos representantes do Reino e por um conjunto de informações com origem na cidade de Faro e na Ilha do mesmo nome que nos dá conta do naufrágio de uma fragata marroquina e no qual também se inserem partes que deu o “Capitão Commandante” de Vila Real de Santo António do facto de ter dado à costa uma fragata de três mastros que embora arvorando a bandeira marroquina levantava sérias dúvidas quanto à sua verdadeira nacionalidade e às reais intenções da sua tripulação. Toda esta documentação se encontra datada de finais de Dezembro de 1785.

II. A Fragata Tigre e a sua carga: o trigo

Quando aos 12 dias de Ramadan de 1187 ano da Hegira que corresponde a 11 de Janeiro de 1774 foi assinado o Tratado de paz entre D. José e o imperador alauita Mohammad ben Abdalhah o seu Art. XI contemplava já acontecimentos como aqueles que vieram a ter lugar no final de Dezembro na Ilha de Faro e em Vila Real de Santo António.

Dizia o Art. XI na sua redacção que “Toda a embarcação Portuguesa que, ou fugindo do inimigo ou arrojada pelo mar, encalhar em praia dos Estados Marroquinos, será guardada e segura dos vassallos Marroquinos, e não se permitirá que se lhe aproxime individuo algum para destruir nem roubar cousa alguma, mas sim com efficacia lhe acuda e trabalhe para a salvar do perigo; e não será obrigada a pagar cousa alguma pellos effeitos que se salvarem, e sómente a paga de quem trabalhar para os salvar, e segundo o que por esse trabalho merecer. D’este modo serão tratados nos Estados de Portugal as embarcações Marroquinas que pelos ditos motivos n’elles encalharem”.

¹ AHU, *Norte de África*, caixa 390, Processo Relativo ao Naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos.

Foi o que aconteceu à fragata Tigre do Imperador de Marrocos que na tarde do dia 27 de Dezembro de 1785 deu à costa na Ilha de Faro com os porões carregados de trigo. A Martinho de Melo e Castro deu conta o Brigadeiro e Governador de Armas do Algarve das diligências tomadas a propósito de tal acontecimento. Consistiram estas no envio de um destacamento de duzentos homens municiados de pólvora e bala e de duas peças de artilharia. O dispositivo viria a verificar-se excessivo já que o número de súbditos marroquinos naufragados, inicialmente apontado como sendo mais de duzentos, não passava na realidade de cinquenta e quatro, o que levou à retirada de metade do destacamento português.

Imediatamente se procedeu à assistência com mantimentos e acomodações para todos os náufragos:

“O mantimento com que lhes mandei assistir he com hum pão de munição por dia a cada hum, e reção de legumes, e Peixe, recomendando que com os officiaes houvesse distinção. Para os mesmos officiaes dormirem, preservados do discomodo que experimentão na area mulhada, como me mandarão representar, mandei para cada hum, huma Barraca, e hum Enxergão, dos que ha no referido Hospital Militar, e para a mais tripulação tenho disposto, que se lhe bote junco na area em que estão as Barracas, e por causa se lhe ponhão esteiras de palma”².

A tudo isto se juntava o fornecimento de serafinas³ e um conjunto de sobras de antigos fardamentos existentes no Arsenal Real do Exército.

No dia 29 de Dezembro o comandante do destacamento estacionado na Ilha de Faro especifica o tipo de alimentação fornecida ao informar que se encontravam “... os ditos naufragados muito satisfeitos com o mantimento que se lhe dá tanto na quantidade como do Generos, que tem sido feijoins e nabos no primeiro prato para os officiaes e no 2.º peixe seco, e para os marinheiros, feijois com couve e sardinhas assadas”⁴. A forma como teve lugar todo este processo e o relacionamento com os náufragos de Sua Magestade o Imperador de Marrocos é elucidativa da boa harmonia entre os dois reinos da qual várias vezes não se tirou, por desconhecimento ou incúria, o devido proveito numa lógica da salvaguarda de interesses mútuos.

Se o cumprimento do Art. XI do Tratado Luso-Marroquino de 1774 em relação ao acontecido nas costas algarvias em Dezembro de 1785 foi uma realidade, a atenção deve todavia incidir sobre o carregamento que transportava a fragata de El-Rei de Marrocos. Se a importância dos portos marroquinos para o abastecimento de *graons* ao Reino já ficou sobejamente demonstrada, em anteriores abordagens a este tema, os erros cometidos e a falta de visão estratégica por parte de figuras gradas da sociedade portuguesa não o estão ainda. E não podemos de forma alguma invocar serem estas críticas epocalmente desfazadas já que figuras de relevo intelectual do seu tempo, profundamente conhecedoras da conjuntura magrebina, embora minoritárias, também as fizeram.

O papel fundamental que o comércio, especialmente o do trigo, desempenha em toda a conjuntura mediterrânica no final do século XVIII e inícios de XIX está bem patente no *Registre des Prises Maritimes*. Obra resultante da tradução levada a cabo por Albert Devoulx do registo das capturas efectuadas pelo corso argelino entre 1765 e o fim do domínio otomano na Regência de Argel ela é uma peça fundamental para o estudo da conjuntura mediterrânica neste período. Basta percorrer os seus artigos para notar a importância do tráfico cerealífero. O número de presas registadas que transportavam cereais nos seus porões é bem demonstrativo de um intenso movimento frumentício girando em torno da bacia mediterrânica. A informação que é fornecida pelo *Registo des Prises...* deve ser todavia conjugada com outra documentação existente para este período. Tome-se como exemplo a *Gazeta de Lisboa*. Assim o seu n.º 33 de 15 de Agosto de 1797 dava-nos conta da saída do porto de Lisboa de treze navios em lastro para a costa da Berbéria comboiados pelo bergantim de guerra Mercúrio.

A 2 de Setembro de 1797 o cúter Balão comboiava, vindo dos portos da Berbéria, oito bergantins e nove hiates portugueses com trigo para a cidade de Lisboa, segundo notícia do n.º 37 da *Gazeta de Lisboa*.

² AHU, *Norte de África*, caixa 390, Processo Relativo ao Naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos, Carta de Bruno de Sousa Henriques de Almeida a Martinho de Melo e Castro, datada de Faro em 30 de Dezembro de 1785.

³ Serafinas – Tecido de lã próprio para forros e entreforros.

⁴ AHU, *Norte de África*, caixa 390, Processo Relativo ao Naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos, Partes que deo o Capitão Commandante do Destacamento na Ilha de Faro.

⁵ *Gazeta de Lisboa*, n.º 42, 17/10/1797.

Em Outubro o mesmo cúter voltava a fazer-se ao mar protegendo desta vez oito navios e dezanove hiates em lastro, todos eles com destino a portos magrebinos⁵. No final do mesmo mês voltavam a entrar no porto da capital do Reino, agora sob vigilância das fragatas Tétis e Tritão e do bergantim Diligente, vários navios mercantes carregados de trigo norte africano⁶.

Este intenso movimento de importação de cereal nos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1797, pequena manifestação de um fenómeno em mais larga escala que era o do caudal de *graons* regularmente chegado aos portos do Reino, vai dar origem à violenta disputa pelo domínio do tráfego cerealífero com origem no império alauita. Facto que demonstra como os interesses particulares obliteraram muitas vezes as superiores conveniências do Reino.

Radica já no início do século XVIII a conflitualidade com os comerciantes nacionais e estrangeiros da praça de Lisboa que auferiam lucros consideráveis no negócio da importação de cereais, aos quais se juntaram os representantes da cidade quando em 1722 a Alfândega lançou emolumentos fiscais sobre a importação de trigo. A estagnação da cerealicultura portuguesa, à qual se juntavam as grandes deficiências internas de comercialização, levaram a que o Reino se tivesse transformado num crónico importador de trigo e cevada, abastecendo-se as cidades de Lisboa e Porto, de cereais estrangeiros. O fértil mercado marroquino apresentou-se como solução geograficamente próxima e entre 1779 e 1813 ela foi a privilegiada. Aproveitando estas crises, planando sobre elas, estava a corrente defensora da importação de cereais e os comerciantes portugueses que lutavam pelas compras em Marrocos ou pelo domínio deste tráfico.

Permitiu a conjuntura europeia que entre 1779 e os terríveis anos de 1818/1819 tivessem lugar um conjunto de crises cerealíferas, no caso português acompanhadas das já conhecidas dificuldades de escoação interna, bem patentes nos apelos dramáticos ao fornecimento, enviados para Marrocos e para o seu sultão.

Se o Edital da Junta de Comércio publicado na *Gazeta de Lisboa*, dando conta do manifesto do soberano alauita sobre a extracção de trigo, cevada e legumes, e das condições em que os géneros deveriam ser importados, era indicativo da crise cerealífera portuguesa⁷, as *Reflexões sobre a conveniencia e vice-versa de se estabelecer a paz com o Rei de Marrocos* e a *Proposta definitiva da Corte de Portugal ao Dey, e Regência de Argel*, ambas datadas de 1794, abordam o problema da extracção de trigos, reflexo de fracos activos em cereais existentes no Reino.

Convergem com os apelos a Marrocos e com a constatação do nosso défice cerealífero as opiniões dos comerciantes portugueses. Os “liberais” e os “estatizantes” são nisso unânimes. Os comerciantes que corriam o tráfego de Marrocos e João Saldanha de Oliveira e Sousa pronunciavam-se sem reservas pela continuação e incremento do comércio frumentício com o império xarifino.

A participação dos comerciantes da praça de Lisboa no tráfego marroquino é antiga. Ela foi, quanto a nós, uma das razões da assinatura do Tratado Luso-Marroquino de 1774 e sobreviveu-lhe no tempo. O seu apurado sentido de negócio levou-os a tirar partido de situações adquiridas e a influenciar o desenrolar de outras. Muitas vezes os altos interesses do Reino e dos seus povos foram relegados para segundo plano. A cupidez de alguns levou-os a entrar em conflito com as opções da política externa portuguesa, forçando-os a dimensão dos ganhos a discutir com a iniciativa régia o domínio do tráfego marroquino.

Lucros consideráveis teve de proporcionar o trato com Marrocos para que um simples secretário do consulado tivesse forjado uma carta da sua rainha para o sultão alauita. Este caso particular levou à emissão de um ofício de Martinho de Melo e Castro para Manuel de Pontes no qual se tentava esclarecer a situação:

“He preciso dizerte, que A Raynha Nossa Senhora não escreveo similhante carta por Manuel da Silva, e se faz muito necessario, que com todo o disfarce, procures saber com certeza se o dito Silva fingio alguma carta, que em nome da Raynha Nossa Senhora entregasse a El Rey de Marrocos; e aviza-me disto com todo o segredo e cautela; como tambem se ele se faz passar por consul, ou visconsul da nação portugueza, não sendo mais que hum simples secretário do consulado”⁸.

⁶ *Gazeta de Lisboa*, n.º 43, 24/10/1797.

⁷ *Gazeta de Lisboa*, n.º 27, 2.º Supp., 14/7/1783.

⁸ AHU, Códice 977, Documentos diplomáticos entre Marrocos e Portugal, Ofício de Martinho de Melo e Castro para Manuel de Pontes, datado do Palácio de Queluz em 12/10/1784.

Muito lucrativo tinha efectivamente de ser a importação de trigo da Berbéria para a ela se dedicar um comerciante como Paulo Jorge, no mesmo ano em que de sociedade com João Ferreira lhe foi atribuída pela Direcção Geral da Real Extracção dos Diamantes um considerável número de pedras para serem vendidas por conta da Fazenda Real⁹.

Este negociante português incluído no estudo de Jorge Miguel Viana Pedreira *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo* nos cem grandes comerciantes do período pombalino, deputado da Companhia do Grão Pará, ao dedicar a sua atenção ao comércio marroquino caucionava a sua rentabilidade. Quando nos anos de 1796 e 1797 se discutiu a exequibilidade do tráfego cerealífero com a Berbéria, os comerciantes de Lisboa não deixaram os seus créditos em mãos alheias e defenderam com denodo os seus interesses pugnando, junto do cônsul português em Marrocos, pela atribuição por parte do sultão de um porto exclusivo bem próximo das fontes abastecedoras do mercado português.

A pluralidade de interesses revelou-se uma das principais características da elite dos homens de negócio da Praça de Lisboa, não sendo assim a especialização em determinado ramo de actividade um dos seus atributos. Foi esta elite, juntamente com outro grupo de menor importância, dedicado apenas ao comércio cerealífero, que detendo também interesses de relevo no campo da armação de navios e seguros, irá correr o tráfego marroquino.

Os seus objectivos nem sempre respeitaram as opções geoestratégicas do reino português e face à conjuntura magrebina de finais do século XVIII e à do reino de Marrocos em particular, puseram à prova o discernimento de alguma diplomacia portuguesa e a falta do mesmo dos negociantes de cereais.

A situação específica do reino de Marrocos transformou os portos ligados à exportação de trigo em locais em torno dos quais se teceram os mais variados interesses e que a oposição ao legítimo sultão tentou capitalizar em seu benefício. A carta de Julho de 1793 a Martinho de Melo e Castro do governador do porto de Salé em que era oferecida a segurança dos portos marroquinos sob o seu domínio, tem da parte do governante português a resposta adequada, saldando-se esta pela recusa imediata de semelhante oferta. Escrúpulos idênticos não tiveram os negociantes da praça de Lisboa que contra todas os avisados conselhos dos representantes portugueses em Marrocos continuavam a frequentar as suas costas não tendo em conta que o comércio de trigo com os portos rebeldes ao legítimo sultão poderia deixar sequelas entre os dois reinos.

Sublinhando o transmitido na missiva de Melo e Castro, a 26 de Novembro de 1794, seguiu a informação para Jorge Pedro Colaço de que o príncipe D. João tinha mandado proibir, debaixo de rigorosas penas, todos os seus vassalos de entrarem com as embarcações nos portos de Safim e Mazagão.

A ordem do príncipe regente não surtiu porém os desejados efeitos. Os lucros do tráfego cerealífero tinham-se tornado de tal modo aliantes que justificavam a desobediência e o arriscar de vidas e bens. Perante tais circunstâncias Jorge Pedro Colaço viu-se obrigado a escrever aos comerciantes portugueses estabelecidos no porto de Safim:

“Pello presente officio comunico a Vossas Mercês, e para que assim o fação saber aos mestres das embarcaçoens portuguezas que estiverem, e possão chegar no futuro a esse porto, que Sua Magestade Mulei Soleiman, por carta de 8 do corrente, fez manifesto a Junta dos Consules Rezidentes nesta, o terminante prazo de todo o mez de Abril, para que os comerciantes, embarcaçoens europeas, que traficão nos portos de Saffy e Mazagão, sayão delles dentro do referido termo”¹⁰.

O pretendente ao trono deixado vago pela morte de Mawlay Yazid, Mawlay Hisham, em Fevereiro de 1796, enviou um embaixador à corte portuguesa. Apostava este príncipe alauita num dos bens mais valiosos que tinha para oferecer, esperançado que a já crónica necessidade portuguesa em matéria de trigo contribuisse para o seu reconhecimento. Pura ilusão, o príncipe regente não reconheceu o enviado marroquino como “Embaixador Publico”, mas amenizou um pouco a sua resposta em relação à carta expedida por Martinho de Melo e Castro

⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 9, 5/6/1787.

¹⁰ AHU, *Norte de África*, caixa 404, Ofício de Jorge Pedro Colaço aos comerciantes portugueses existentes no porto de Safim, datado de Tânger em 18/4/1795.

ao governador da Duquela. D. João ofereceu-se para “...contribuir com os nossos bons officios para que a boa harmonia se restabeleça entre voz e os principes vossos irmaons, de maneira que a liberdade do commercio não sofra impedimentos, ...”¹¹. Como classificar esta atitude do Príncipe Regente senão como um acto de visão estratégica. Face à complexidade e incerteza do processo marroquino D. João apoiava o legítimo governante alauita mas não descartava definitivamente o seu oponente ao assumir posição conciliatória entre as partes em confronto.

Um ano antes a *Gazeta de Lisboa* dava público conhecimento aos comerciantes portugueses, num Edital da Real Junta do Comércio da “Carta que Muley Soliman Rei de Fez e Mequinez, fez dirigir a todos os consules estrangeiros residentes naquelles Portos, manifestando-lhes que tinha determinado expedir os seus Corsarios para aprisionar todas as embarcações que fossem negociar aos Portos de Mazagão e Safim, em razão de se acharem occupados por gentes levantadas e rebeldes...”. Acrescentava ainda o soberano marroquino saber que “...tem havido algumas embarcações Portuguezas, que forão carregar trigo aos sobreditos Portos rebeldes, cujo commercio lhe é inteiramente prohibido; sendo-lhes sómente livre a entrada em todos os demais Portos, como são os de Santa Cruz, Mogador, Larache, Barbeida, Mobedama, Salé e Tangere, onde elle se acha recebido por legítimo Senhor”¹².

Portugal, novamente, tentava remediar as lacunas de uma interpretação menos correcta da situação no terreno por parte dos seus comerciantes que várias vezes avisados pelos representantes do Reino em Marrocos, tendo em conta a experiência nos negócios daquele reino, deveriam ter exibido uma actuação mais de acordo com os interesses portugueses creditando-os a seu favor.

Este procedimento, veementemente criticado pelo sultão alauita, deu início no Reino a uma controvérsia entre os defensores da tutela régia sobre o comércio cerealífero com Marrocos e aqueles que advogavam dever o mesmo comércio ficar nas mãos de particulares. Foi uma questão que ocupou os primeiros anos do século XIX, à qual não foi estranha a dimensão dos negócios que poderiam vir a ser gerados pela Junta da Direcção Geral de Provimientos das Munições de Boca para Exército instituída em 1801, merecendo por parte de Fr. Manuel Rebelo da Silva uma detalhada análise na sua carta para D. Miguel Pereira Forjaz e tendo como pano de fundo essencialmente o mercado marroquino de cereais e gado e sua cada vez maior atractividade.

Nos finais de 1804 insistia-se junto do visconde de Anadia na redução de poderes dos nossos representantes em Marrocos limitando-lhes a actividade apenas à solicitação da exportação de géneros e não à sua compra. Esqueciam-se os especuladores no tráfico marroquino dos problemas que tinham estado na origem das tensões entre o império xarifino e Portugal.

Esta posição surgia como reacção a uma outra do governo português que defendia a execução do negócio cerealífero por conta da Fazenda Real. Medida que tentava ressarcir o Erário Régio das despesas feitas e que era entendida como forma justa de fazer regressar aos cofres públicos parte dos gastos dispendidos na obtenção das autorizações de exportação, não sendo de forma alguma compreensível que os negociantes se locupletassem à custa dos sacrificios da mesma real fazenda.

Passado apenas um mês surgiu da parte de quem conhecia em profundidade os problemas marroquinos e todos a eles associados uma resposta concisa. Frei João de Sousa em carta a João Filipe da Fonseca, datada do Convento de Jesus em 14 de Dezembro de 1803:

“...o que me parece acertado he que esta, e mais exportações deve ser feita por conta da Fazenda para que os lucros supráo em certo modo as despezas que a mesma tem feito, e faz; pois alias parece cousa dura que os negociantes fiquem com os lucros e a Fazenda Real com as despezas dos presentes”¹³.

Era a defesa da intervenção do Estado neste negócio o que levaria à oposição de todos aqueles que especulando desejavam beneficiar de uma economia de guerra cujos proveitos já antecipavam.

Foi todavia mais uma vez escolhida uma posição conciliatória incapaz de promover as rupturas necessárias ao normal desenrolar das relações luso-marroquinas.

¹¹ AHU, *Norte de África*, caixa 421, Carta do Príncipe D. João ao pretendido Rei de Marrocos, datada do Palácio de Queluz em 16/4/1796.

¹² *Gazeta de Lisboa*, 2.º Supp. Numero XVI, 25/4/1795.

¹³ AHU, *Norte de África*, caixa 426, Carta de Fr. João de Sousa a João Filipe da Fonseca, datada do Convento de Jesus em 14/12/1803.

Em 1804 o Príncipe Regente concede a Leonardo Pinheiro de Vasconcelos a exclusividade da importação de trigos e cevadas, milho e gados, contra a contribuição de três por cento sobre o produto líquido das vendas. A concessão do Príncipe D. João vai levantar clamores entre os restantes comerciantes da praça de Lisboa. Segundo estes e documentos vinculativos das suas posições era tão perigoso para o erário público o facto da importação correr exclusivamente por sua conta, posição que naturalmente refutavam, como ela ser pertença de apenas um particular. Conhecedores com toda a certeza dos meandros um pouco esconsos do comércio do trigo marroquino, duvidava-se da base sobre a qual iria incidir o cálculo dos três por cento devidos à Fazenda Real. Apontavam os homens de negócio a probabilidade de serem desviados pelo comerciante a quem se pretendia outorgar a exclusividade da exportação quantidade não dispicienda de cereal para ser comercializado no mercado europeu, dele tão carente, ou até na própria Ilha da Madeira.

Devemos afirmar que o próprio sultão marroquino, Mawlay Sulayman, já tinha criticado o procedimento que era habitual nos comerciantes portugueses de desviar para mercados conjunturalmente mais atractivos, importações conseguidas ao abrigo de redução de direitos quando invocavam serem estas para único e exclusivo uso das flageladas populações do Reino. Sentia-se o sultão de Marrocos enganado pelos portugueses.

Em finais de 1807 o Príncipe Regente revoga ordens anteriores e autoriza, generalizando, a importação de trigos e cevadas da Berbéria. Renova agora a licença anteriormente concedida a Leonardo Pinheiro de Vasconcelos atribuindo a permissão para a importação de quatro mil rezes por ano. Pensamos que mais uma vez ao querer contentar todos se voltou a errar. As condições logísticas necessárias ao transporte de trigo não eram as mesmas que o transporte de rezes pedia. Aos pequenos comerciantes cujos hiates, cúteres e bergantins, eram asperamente disputados no difícil mercado de fretamento nacional, restavam as migalhas dum comércio de grosso trato feito nos navios mercantes de maior porte correctamente aparelhados para o transporte de gado.

O estado português comprometeu-se totalmente neste negócio. O próprio príncipe D. João, dias antes de rumar ao Brasil, fez das suas boas relações com Marrocos, que tanto tinham custado a normalizar durante a crise marroquina de 1792/1795, um meio para tentar obter mais facilidades na importação de géneros:

“...precizamos mais do que nunca de que nos mostreis a pureza da vossa preciosa amizade, concedendo a faculdade de exportar de vossos portos, com menor direito possível, a porção de gados, cevadas, e gado vacuum, que o nosso consul Jorge Pedro Colaço vos pedir da nossa parte; ficando-vos a gloria de contribuireis assim ao comodo dos nossos feis vassallos...”¹⁴.

A questão de saber a quem deveriam caber as importações dos géneros da Berbéria é elucidativa de como foram tratados em alguns momentos da política externa portuguesa as questões norte africanas e muito particularmente as marroquinas.

Voltamos sempre neste particular às já muito conhecidas respostas de Fr. Manuel Rebelo da Silva a perguntas que lhe foram postas “...para deliberar com o maior conhecimento, acerto, e segurança possível nos Negocios com Marrocos”¹⁵. No caso dos cereais o reputado arabista defendia o comprometimento do Estado neste negócio e usando os bons ofícios do cônsul geral, sempre invocando a necessidade de manutenção dos exércitos e esquadras para evitar a suspeita de comércio. Quanto ao caso da extracção de gado opinava que a mesma devia ser entregue a negociante, presume-se que de monta, mas sempre com supervisão do cônsul português.

O naufrágio da fragata marroquina Tigre, em Dezembro de 1785, carregada de trigo nas costas portuguesas foi ponto de partida para algumas reflexões sobre o comércio de cereais em todo o Mediterrâneo e mares da Península e da forma como este tráfico influenciou e foi influenciado pelas relações com todo o espaço magrebino, com especial relevância do reino de Marrocos.

¹⁴ AHU, *Norte de África*, caixa 391, Carta do Príncipe D. João ao Sultão de Marrocos, datada do Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em 16/11/1807.

¹⁵ AHU, *Norte de África*, caixa 426, Carta de Fr. Manuel Rebelo da Silva a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datada do Convento de Nossa Senhora de Jesus em 9/3/1814.

III. O naufrágio da Fortaleza do Cabeço. O curso nas costas portuguesas

A fragata de três mastros que deu à costa frente à Fortaleza do Cabeço em 26 de Dezembro de 1785, segundo informação do “Capitão Commandante” de Vila Real de Santo António, tentando fazer crer que era marroquina, é um exemplo do tráfego marítimo que tinha lugar ao longo de toda a costa portuguesa. Era um navio de 26 peças transportando “47 moros” e “hum Embaixador para Madrid” e para a segurança do qual este oficial mandou pedir vinte homens ao governador de Castro Marim numa tentativa de reforçar a sua exígua guarnição de quinze militares e dois oficiais inferiores que era a de que dispunha. As dúvidas sobre a nacionalidade dos naufragos estão patentes na correspondência trocada com a cidade de Faro “... não tem socedido couza maior mais do que estarmos em duvida se ção Marroquinos porem huma cacha que se achou a costa se encontrarão 2 Bandeiras argelinas são bordadas de oro com meias luas...”¹⁶, bem assim como as crónicas deficiências na defesa da zona costeira. Não havia meios para retirar a artilharia da embarcação naufragada a que se juntava o facto de não existir ninguém capaz de lidar com as peças argelinas. É possível afirmar que a situação existente no extremo oriental da costa algarvia era o reflexo do insucesso no combate ao curso berberesco, o que motivou forte impacto nos vários sectores da vida nacional e na opinião pública do Reino.

O curso representado pelos naufragos de Vila Real de Santo António, revelou-se uma questão séria, um problema que Portugal foi obrigado a enfrentar e que juntamente com a questão cerealífera levou a elaboradas estratégias para a sua erradicação.

Estas consistiram num conjunto de tratados com as potências berberescas dos quais o com Marrocos de 1774 foi o primeiro passo de uma longa caminhada que teria o seu epílogo com o Tratado de 14 de Junho de 1813 com a Regência de Argel já que a pressão militar não surtira os efeitos esperados. Era objectivo português, e isso pode-se com toda a certeza inferir da documentação analisada ao longo destes anos, garantir o abastecimento de cereais e gados, zelar pela segurança do tráfego marítimo do Atlântico e estancar a sangria de homens que faziam o seu percurso de dor nos Banhos das regências e do reino marroquino.

Durante todo o séc. XVIII tiveram lugar oito grandes resgates de cativos portugueses no espaço magrebino. Todos de iniciativa real, levados a cabo pelos religiosos da Santíssima Trindade da Província de Portugal que fizeram regressar ao Reino cerca de milhar e meio de cativos.

Analise-se o resgate de 1726 que se reveste de muito particular curiosidade de no fim da lista dos resgates se afirmar expressamente “Não fica cativo algum português em Argel”. Todavia haveriam durante todo o século XVIII de regressar os padres da Santíssima Trindade a Argel mais quatro vezes e duas a Mequinez.

A viagem a Argel em 1726 resgatou duzentos e quatorze cativos dos quais sessenta e oito eram oriundos das ilhas do arquipélago açoriano. O maior número foi resgatado em espécie mas notamos também alguns com a indicação de terem vindo trocados por turcos de galé, o que era indicativo do facto, até hoje muito pouco estudado, da existência de cativos do Islão em terras portuguesas.

Antecede a lista elaborada pelos Padres Redemptores uma descrição do modo como se procedeu ao resgate e de alguns acontecimentos que o precederam:

“Partirão os Padres Redemptores, e Oficiaes do Resgate deste Rio de Lisboa em nove de Junho, e chegarão a elle de volta de Argel em Terça-feira vinte de Agosto, trouxerão resgatadas duzentas e quatorze pessoa, a saber, cento e oitenta e cinco com o dinheiro do cofre da Sua Magestade foi servido dar da Galé para os seus resgates, e seis que vierão em confiança para se trocarem por outros seis Turcos da measma Galé. Trouxerão os Padres Redemptores uma Imagem de Christo Senhor Nosso com a Cruz aos hombros de vulto, obra da em estatura de homem perfeito, de quem os Mouros zombarão, e escarnecerão no anno de 1723, em que fizerão preza da charrua Nossa Senhora da Penha de França, que hia do Porto para a Bahia, e depois que em mortal ódio do seu significado a cuspirão, derão bofetadas, e arrastarão pela tolda do Navio, Rasgando-lhe a Tunica, que entre si mesmos dividirão, a levarão para Argel, onde no Baptistão, lugar dos Leilões, foy publicamente vendida, e rematada, competindo nos lances huns Judeos, que a querião comprar, (e a fizerão por trez vezes ir a Praça) com hum devoto Christão Sylvestre Xavier, natural da Ilha do Fayal, o qual era Escrivão da Marinha, e

¹⁶ AHU, *Norte de África*, caixa 390, Processo Relativo ao Naufrágio da Fragata Tigre do Imperador de Marrocos. Partes que deo o Capitão Commandante de Villa Real de Santo António.

valendo-se este ultimamente do Governador, de quem era escravo, elle no ultimo dia dos lanços a mandou rematar em seu nome por quarenta e três patacas, e a deu graciosamente ao dito cativo, o qual a foy depositar ao Hospital da Ordem da Santissima Trindade, aonde esteve até a chegada da Redempção, a quem a ofereceu, e entregou, assim para que o preço do feito servisse de ajuda de custo ao seu resgate, como também, para que sendo conduzida a terra de Christãos, se lhe restituísse o culto, que lhe tinha negado a barbaridade dos Mouros, e pretendia extinguir-lhe a perfídia dos Judeus”¹⁷.

Digna de um estudo, que não é por agora o nosso objectivo, esta introdução leva-nos porém a deixar algumas pistas para a sua análise e de todo o universo concentracionário constituído pelos Banhos magrebins: o condicionamento da opinião pública através de descrições das condições de vida dos cativos, propiciando o ambiente para o seu resgate; a diferença substancial entre o contado e o realmente vivido no quotidiano dos Banhos de escravos; o verdadeiro papel da comunidade judaica magrebina na comercialização dos cativos e suas embarcações em toda a bacia mediterrânica bem assim como o seu desempenho a título de intermediária e credora da Fazenda Real no resgate de portugueses com especial relevância para o último que antecedeu a paz com Argel; a importância do curso cristão na destruição das marinhas de comércio magrebins.

O número muito significativo de aorianos em todos os resgates do séc. XVIII significa que o curso berberesco se aventurava na sua derradeira fase rumo ao Atlântico passando o Estreito em direcção às movimentadas e ricas rotas do hemisfério sul.

Analisemos a este respeito o ano de 1797. É nele que se encontra referência no *Registre de Prises...* à primeira acção do raïs Hamidou, “La corvette de Notre Seigneur le pacha, commandée par le raïs Hammidou, a capturé un navire génois, ayant un chargement de potasse. 22 moharrem 1212”¹⁸. Este comandante argelino está intimamente ligado a Portugal, já que para além dos navios que apresou, esteve também na origem de um desastre que atingiu a marinha de guerra portuguesa. Em 1802 tomou a fragata Cisne que irá integrar a força de corso da Regência e contribuir para apressar o processo de paz com Argel. Este irá passar pela libertação de todos os cativos nos seus Banhos que a desgraçada perda da *al-burtughazia* tinha feito engrossar em mais de duas centenas. No final do século XVIII ao problema do curso berberesco junta-se a actividade do curso francês. Este último irá agudizar a necessidade de resolver a questão das relações luso-magrebins.

O tráfego no Atlântico Sul era intenso. A 10 de Abril de 1795 o Suplemento número 14 da *Gazeta de Lisboa* informava que, comboiados por fragatas portuguesas, tinham saído de Lisboa e Porto cinquenta navios para vários portos da América, Ásia e Ilhas.

A 17 de Junho de 1796 a *Gazeta de Lisboa* publicitava a chegada ao Porto de um bergantim para anunciar a partida da Bahia de um numeroso comboio destinado ao Reino. Este protegido por cinco naus, seis fragatas e dois bergantins era composto de “...hum grande numero de navios com importantes carregações para S.M. e Particulares”

A 20 de Janeiro de 1797 saíram para os portos da América e Ilhas quarenta e seis navios mercantes comboiados por mais de uma dezena de navios de guerra portugueses¹⁹. O n.º 33 da *Gazeta de Lisboa* de 15 de Agosto de 1797 informava que na primeira semana do mesmo mês tinham saído de Lisboa para os portos do Brasil vinte e oito navios mercantes carregados de diversos géneros e que do Porto debaixo de comboio se dirigiam ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco dezanove navios.

Nos anos de 1798 a 1800, e reportando-nos apenas às informações patentes nas páginas da *Gazeta de Lisboa*, cruzam sazonalmente o Atlântico, saídos dos portos de Lisboa e Porto, ou a eles destinados, mais de duas centenas de navios. É necessário aqui lembrar que durante todo o ano de 1798 entraram no porto de Lisboa 1.696 navios e saíram dele 1.521²⁰.

O curso francês no final do século XVIII e inícios de XIX vai juntar-se ao curso argelino no ataque às marinhas de comércio europeias. A conjuntura na Europa e a situação no Mediterrâneo assumem papel de relevo nas páginas da *Gazeta de Lisboa*. As medidas não tardam em chegar. Em 28 de Agosto de 1797 é criado um

¹⁷ Relação do Resgate que por ordem Del Rey Nosso Senhor D. João V Rey de Portugal se fez na cidade de Argel...

¹⁸ Le Registre des Prises Maritimes, pp. 60-61.

¹⁹ *Gazeta de Lisboa*, n.º 4, 24/1/1797.

²⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º 13, 26/3/1799.

corpo de Artilheiros Marinheiros, de Fuzileiros Marinheiros, e de Artífices e Lastradores Marinheiros, debaixo da denominação de Brigada Real da Marinha, para a guarnição de naus e mais embarcações de guerra.

Em 7 de Setembro de 1797 a *Gazeta de Lisboa*, tendo em conta a dimensão do problema que representava a actividade corsária, publicita um Edital pelo qual o Príncipe Regente ampliando o Decreto de 14 de Setembro de 1798 pelas Resoluções de 9 de Fevereiro e 6 de Julho seguintes, dirigidas ao Tribunal Supremo da Real Junta do Comércio, declarava “...que a gratificação de hum e meio por cento concedida no mesmo Decreto às Tripolações, que se defendessem valerosamente do inimigo, competisse a todos os navios mercantes ou armados, ou não armados em guerra, e não comboiados; com tanto que mostrassem no mesmo Tribunal ter havido ataque, e resistencia acompanhada de feliz successo: que para aquella gratificação contribuisse o valor da carga, e do navio com o do massame, e fretes, avaliado tudo por louvados da nomeação de todas as partes...”. Estendiam-se estes privilégios aos herdeiros dos contemplados por este Edital.

Ao longo de mais de meio século os navios portugueses ocupam os artigos do *Registre des Prises...* da regência argelina e não resistimos a transcrever o mais importante:

“La fregate de notre seigneur le raïs Hamidou a pris un navire de guerre portugais, armé de quarante-quatre canons, sur lequel ont été faits prisonniers deux cent quatre-vingt-deux mécréants. Deux de ces infidèles ont été donnés au premier matelot qui était monté à l’abordage et notre seigneur le Pacha a sanctionné ce don. Un autre mécréant a été donné a Sidi Adderrahman, et après, ces donations, il restait deux cent soixante-dix-neuf infidels. Le pacha a envoyé le prix de cette capture en doublons, et aussitôt que cette somme est arrivée à Marine, elle a été distribuée à la léquipage. 25 moharrem 1217.”²¹

O acontecido a 2 de Maio de 1802, relacionado com a “...desgraça da perca da fregata Cysne, com que se diminuirão as nossas forças, e se augmentarão as do inimigo”²², teve largas repercussões na marinha de guerra portuguesa e em todo o Reino. O momento particularmente difícil que esta atravessou, entre 1802 e 1810, fazendo fé no relatório de James Scarnichia sobre o resgate de trezentos e setenta e oito escravos portugueses em Argel, tinham sido apresados vinte e nove navios pelo corso argelino que forçava a passagem do Estreito evitando a esquadra portuguesa que o patrulhava.

O círculo fechava-se e a inevitabilidade de uma política que contemplasse para além de Marrocos o conjunto mais amplo do Magrebe perfilava-se no horizonte. Em Junho de 1813, depois de variadas abordagens que se tinham revelado infrutíferas e usando dos bons ofícios da Inglaterra, assinou-se a paz com a Regência de Argel.

No final de 1799 são publicados nas páginas de vários números da *Gazeta de Lisboa* o “Tratado de Paz e de Amizade entre o Príncipe Regente N. S., e a Regencia de Tripoli de Berberia” e o “Tratado de Tregua entre o Principe N. S., e a Regencia de Tunis”. O caminho iniciado em 1774 estava concluído. O bom relacionamento com Marrocos tinha sido, com a competente acção dos nossos representantes no reino xarifino e apesar dos naturais escolhos no seu percurso, sabiamente aproveitado.

Com a paz com Argel garantia-se a tranquilidade do comércio e navegação, evitando-se a sangria financeira que se tinham revelado os sucessivos resgates ao longo de todo o século XVIII e os que tiveram já lugar no século XIX e para os quais contribuiu toda a sociedade portuguesa, com especial incidência daqueles que lucravam com o tráfego magrebino e do Atlântico Sul.

O Magrebe tinha-se revelado, como ainda hoje, uma realidade inultrapassável para as opções geoestratégicas portuguesas. Os interesses em confronto e a dinâmica por estes gerada tinham transformado a inevitabilidade num sucesso.

²¹ *Le Registre des Prises Maritimes*, pp. 78-77.

²² AHU, *Norte de África*, caixa 425, Ofício do Comandante da Esquadra do Estreito ao Visconde de Anadia, datado de Gibraltar em 7/6/1802.

Para este particular caso do apresamento da Fragata Cisne ver a carta enviada pelo 1.º Piloto do Bergantim Lebre Pequeno, cativo nos Banhos de Argel, ao visconde de Anadia e por nós publicada em “A Marinha de Guerra Portuguesa e o Magrebe: os cativos, o corso e a importância do poder naval na definição da política externa do reino”, in *A Guerra Naval no Norte de África. Séculos XV-XIX*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003.

Discursos e práticas de guerra

FALAR DE VIOLÊNCIA EM MARROCOS NOS SÉCULOS XV-XVI. A PERSPECTIVA DOS CRONISTAS PORTUGUESES

PAULO VICENTE*

É notória, em todos os cronistas portugueses dos séculos XV e XVI, uma preocupação em apresentar números aproximados de mortos, feridos e cativos em cada recontro com os mouros. Apesar deste esforço quantitativo, que é tanto maior quanto se procura fixar com exactidão os nomes dos nobres envolvidos nas peripécias guerreiras portuguesas, a natureza das crónicas escritas durante o século XV e, em certa medida, das escritas no século XVI, não lhes acrescenta grande exactidão nesse campo.

As crónicas focam como tema central a guerra, apresentada nos seus planos mais imediatos e na sua dimensão mais brutal, mas fazem-no de uma forma estilizada pela sua própria natureza, sendo frequentemente imprecisas temporalmente e tendo lacunas informativas tão graves que as limitam como fontes para o lado muçulmano. São também limitadas pela função política que cumprem, e fazem pender grande parte, ou quase toda, da sua visão dos acontecimentos para o lado dos nobres e senhores que se exaltam, alguns deles em vida. São o espelho da ética colectiva deste grupo social e da sua relação de proximidade com o rei e com o poder.

Os *feitos* de armas da nobreza são apresentados em moldes muito semelhantes aos que são utilizados na Idade Média para compor os *Livros de Cavalaria*, recebendo os contributos da História e dos valores Clássicos greco-romanos que lhes são acrescentados consoante os conhecimentos e méritos de escritor dos cronistas. Isto traduz-se numa fixação em certos tópicos épicos, trabalhados por eles com os elementos de que dispõem: honra, sangue, guerra, paz, cristãos, mouros. A forma de os apresentar é bastante homogénea em todos os cronistas, variando pouco em termos funcionais entre 1415 e 1515, existindo paralelos óbvios e recurso sistemático aos mesmos temas e abordagens. Só mais tarde, já com o espaço oriental em vista, é que se dará uma autonomização do discurso sobre a expansão.

Por outro lado, e apesar deste aspecto, digamos que as crónicas não ignoram absolutamente a visão que os guerreiros mouros tinham dos portugueses: apresentam-na como um jogo de perícia e de astúcia, raramente abordando sistematicamente os problemas individuais dos mouros, excepto quando se prendem com os dos nobres cristãos. Para estes, a guerra é, de facto, uma acção superior.

Os temas de morte e ferimentos na guerra dominam a narrativa e os outros temas são introduzidos como forma de os preparar, ou como uma distração momentânea que torne a leitura mais agradável, embora se reportem a casos quase sempre violentos, aventureiros ou de sorte merecedora de registo. Evita-se tocar nas relações interpessoais entre mouros e portugueses não-nobres, havendo pouco espaço para as aprofundar, mesmo numa altura em que Portugal tinha já consolidada a sua presença em Marrocos. Essas relações só surgem no contexto dos *feitos* dos fidalgos e das suas relações com os fidalgos mouros.

São evitadas, sobretudo, referências a famílias mistas, entreaajuda, tarefas diárias comuns, jogos e divertimentos. Tudo isso aparece como raro e acessório, mas ganhará o seu espaço nos trabalhos posteriores, sobretudo graças ao

* Instituto “David Lopes” de Estudos Árabes e Islâmicos – paulodavidvicente@yahoo.com

aparecimento de uma série de autores que já foram criados em Marrocos e não vêem aquele espaço como apenas um campo de batalha, tendo gosto e carinho patriótico por ele, sem no entanto deixarem de ser guerreiros e desejarem a expulsão ou domínio dos infiéis. Bernardo Rodrigues foi um desses homens e a sua influência estendeu-se aos autores posteriores que o leram e utilizaram.

Apesar do sistema de escrita cronístico estar dependente dos seus próprios princípios e cânones, os comportamentos que aí se representam obedecem a uma lógica surpreendentemente moderna de observação. Mesmo com o aparecimento da artilharia, o combate corpo a corpo mantém-se, e esta questão de distância entre os inimigos trás consigo a necessidade de preservar as descrições mais precisas e personalizadas dos combates. Particulariza-se cada golpe, cada ferida; contextualiza-se cada morte importante.

Seria exaustivo enumerar as vezes que os cronistas referem feitos heróicos individuais ou colectivos ou, por outro lado, referem golpes em determinados sítios do corpo ou a forma como são aplicados ou evitados. A ênfase é posta nos modelos comportamentais dos portugueses nobres como heróis solidários, que se entreadjudam e que não poupam esforços para salvar um dos seus numa dificuldade. Estes nobres formam um corpo de elite convencido da sua superioridade sobre os seus dependentes e sobre os seus adversários, entendendo-se assim que as situações de cobardia sejam raramente associadas a portugueses, excepção feita quando servem para conduzir à lembrança de um qualquer fim terrível e exemplar da pessoa que as protagonizou.

Por outro lado, notamos que houve certa evolução de perspectiva em relação aos mouros. Os muçulmanos continuarão a ser representados negativamente ainda até bastante mais tarde, mas quando Zurara inicia o seu trabalho tem já deles uma ideia concreta sobre os seus vícios e virtudes, facto que o conduz de forma mais ou menos constante nas três *Crónicas* que redigiu sobre matéria norte-africana.

Este corpo de informação de que dispõe passou aos escritores seguintes e cristalizou-se como visão duradoura de muitos dos aspectos deles, tal como, muito antes, textos antigos e medievais tinham ajudado a firmar uma visão dos judeus entre os europeus em geral e os portugueses em particular.

Os mouros são rapaces, gananciosos, dados à luxúria e aos excessos, implacáveis, astutos e perigosos, passíveis de suborno ou, pelo contrário, irredutíveis no seu desafio à fé cristã, mistura de vícios que, na cronística, serve perfeitamente à caracterização de um inimigo numeroso e que, quanto mais poderoso, ajuda a glorificar os esforços dos heróis focados pelos textos.

Julgo que podemos falar de maniqueísmo formal dos cronistas, havendo sempre certos reparos de desconfiança mesmo em relação aos aliados mouros. Apenas secundariamente tentam os cronistas identificar também algumas das raízes dos problemas internos destas relações de aliança, mas, neste aspecto, a cronística evoluiu rapidamente, desde os escritos de Zurara até aos do século seguinte, havendo um esforço crescente de contextualização da história política de Marrocos.

Os seus reinos são cada vez mais conhecidos e reconhecidos pelos cronistas, e os esforços da casa real e dos capitães, no terreno, para ganharem aliados, são focados e contextualizados desde o início. Quando se fala de Ceuta, por exemplo, sabe-se que não foi atacada imediatamente após a chegada dos portugueses, e logo reconquistada, porque havia problemas graves de disputas internas entre os reis de Marrocos e Fez que dividiam as forças opositoras.

No entanto, contra este inimigo, nem todas as “cruzas”, nem todas as violências, são lícitas. Há limites impostos pela honra dos nobres e pelo seu código de conduta simultaneamente cristão e guerreiro. Há piedade e a noção de que a aplicação de justiça sem piedade é também uma “cruza”, muitas vezes castigada: Zurara e outros di-lo-ão claramente.

Nem todos os mouros são inimigos, e quando *mouros de pazes* combatem lado a lado com os portugueses, os cronistas sabem também elogiar os seus esforços e valor, elevando-os ao plano dos cavaleiros cristãos, embora mantendo reservas quanto às suas motivações e interesses, como se disse.

Louvam-se sempre as conversões de mouros, muitas apresentadas como decorrentes da observação da fé e valor guerreiro dos portugueses. Um dos poucos casos concretos de tortura apresentado nas *Crónicas* diz respeito a um mouro convertido, exemplo de um mártir, oriundo do campo oposto mas representado como tal. Estes padrões são enunciados nos vários autores dos séculos XV e XVI, e é nítida uma semelhança fundamental entre todos os textos.

Mais do que as violências cometidas em nome de pressupostos religiosos ou de recontros militares, chocam a ambos os lados as violências cometidas sobre os inocentes, sobretudo mulheres, crianças, inválidos, mesmo sobre os feridos ou mortos. São repudiadas pelos dois lados e motivo de ódios inultrapassáveis. Os cronistas referem-se-lhes quando querem lembrar bem o lado horrível dos conflitos e marcar de forma irremediavelmente negativa determinadas personagens ou grupos. Chocam-nos as violências pelo fogo, elemento que aplicado à guerra, desencadeava horrores, e, claro, chocam-nos os estragos brutais da artilharia que desumanizavam os combates e massificavam o número de cadáveres.

Não duvidamos que a experiência pessoal dos autores nos cenários de guerra possa ter influenciado os seus processos de registo escrito, mas o drama humano deste tipo de violência tem raízes psicológicas profundas e anteriores e constitui uma marca comum a todos os autores.

É o aspecto da violência cruel, sem objectivo militar prático definido, ou seja, praticamente desnecessária, que choca as populações cristãs e mouras, não fazendo diferença fundamental nítida se é cometida pelo inimigo ou pelos nacionais. É constantemente condenada e apaga algum do brilhantismo e heroicidade que outras acções possam ter. É o contraponto brutal da vivência quotidiana e constitui um excesso incompreendido e indesculpado pelos cronistas, indicador de que, no quadro das virtudes e ódios comuns a cristãos e muçulmanos, havia uma linha de acções que podia suscitar ódios acima do “naturalmente aceitável”.

Além destas, as que resultavam de abusos de poder ilegítimo, traição e danos sem razão aparente, eram também chocantes para ambas as facções e notadas pelos cronistas, que, por vezes, as utilizavam numa lógica de exemplos moralizadores.

Profanações de lugares santos ou de culto, torturas e vinganças desmedidas, violências sobre inocentes, mutilações cruéis, conseguiam destacar-se dos feitos de batalha e ficavam registados como marcos negativos do processo militar marroquino.

Aproximadas pelos horrores militares dentro e fora dos campos de batalha, as mentalidades da época estavam ainda bem próximas numa noção plural do que eram *violências* mas estavam longe de as conseguir objectivar ou definir com clareza. No entanto, a cronística que se refere aos anos entre 1415 e 1515 ajudou a fortalecer noções importantes para a compreensão do que eram actos vis e chocantes e mostra bem o sentido da evolução da definição prática do conteúdo do conceito de *violência* no contexto da nobreza portuguesa e dos seus valores e *feitos*.

Neste quadro, importa explicar, resumidamente, que a forma dos cronistas registarem as situações de violência em Marrocos decorria das condições e tipo de confrontos no terreno. Como é sabido, em Marrocos, os portugueses praticavam a chamada «guerra guerreada», que consistia principalmente em entradas muito rápidas em território inimigo, para evitar ao máximo o confronto físico aberto. Os cronistas fazem-nos acompanhar a preparação destas entradas e razias que mantinham as praças em constante actividade, antes e depois das mesmas, além de nos darem detalhes sobre os procedimentos necessários aos reconhecimentos do terreno e sobre as frequentes capturas de prisioneiros de ambas as partes, e à sua posterior troca ou resgate.

O objectivo destas entradas era o abastecimento imediato das praças de mantimentos e de gado mas mostram-nos bem a maneira e sentido, pelos quais se desenvolviam as relações diárias entre civis e militares nas praças marroquinas¹ e quais as relações destes dois grupos com os muçulmanos, permitindo-nos entender melhor o que quis, afinal, o arabista David Lopes demonstrar, quando afirmou que as praças viviam um estado de “guerra permanente”².

Mais recentemente, outros estudiosos têm ajudado a precisar esta noção, referindo que, mesmo durante os períodos mais calmos, era preciso fazer a “manutenção de uma tensão bélica”³ quase constante, onde os actos de violência faziam parte de um discurso normal do dia-a-dia e eram ocasião para demonstrações de bravura de ambas as partes, dentro de um clima aparentemente saturado de agressividade.

¹ V. António Dias FARINHA, *Portugal e Marrocos no Século XV*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 vols., Lisboa, 1990. Exemplar policopiado especialmente as pp. 219-251 do vol. I.

² Cf. David LOPES, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema/O Jornal, [1989], p. 10.

³ A expressão é de Margarida Garcez VENTURA, “A guerra como condição para a paz: alguns debates e meios logísticos no Portugal quatrocentista”, *Revista da Faculdade de Letras. Violência e Anti-Violência*, 5.ª Série, n.º 27, Lisboa, 2003, p. 24.

Com a permanência no terreno, pode falar-se em “violência selectiva” dos portugueses, tal era, por vezes, a proximidade de costumes e colaborações, e as tréguas e pazes que se faziam ao sabor de conveniências estratégicas momentâneas. Mais uma vez, era sobretudo o factor económico imediato a sobrepor-se aos factores de ordem religiosa e ideológica, muitas vezes sobrevalorizados nos textos. A luta pelos recursos era a principal causa de violência sobre ambas as partes e era o motor dos acontecimentos narrados pelos cronistas, embora os apresentem consoante o seu estilo próprio ou outra intenção mais evidente em determinada conjuntura.

A história militar dessa época espelha, de forma fragmentária, muitas das noções tardo-medievais que ajudaram a construir e a precisar, bastante mais tarde, um conceito complexo como o de *violência*, mas, mesmo sem existir uniformidade de opiniões sobre este conceito como fenómeno social, ou espaço propositadamente dedicado à sua teorização, que o definisse de forma mais operativa, são os exemplos registados pelos cronistas que nos dão uma ideia aproximada das noções que dele faziam.

Este tipo de teorização fragmentária, elaborada pelos cronistas com os elementos de que dispunham, não os impede, contudo, de abordarem a necessidade, validade e circunstâncias da guerra e das violências exercidas em Marrocos. Este tipo de preocupação alargava-se às questões e problemas identitários do adversário, contrastando com a fortíssima tendência dos cronistas régios em criar e perpetuar estereótipos que persistiriam nas formas literárias ligadas a todo esse processo, sobretudo na enumeração das características físicas e mentais dos guerreiros.

Estes dois processos, apesar de tudo, desenvolveram-se paralelamente e levariam, nos séculos seguintes, com as crescentes teorizações e apreciações sobre a guerra e a paz, a que alguns autores comessem a descolar, de certa forma, destes estereótipos, e a produzir textos mais particularmente reflexivos sobre a condição humana de todos os que estavam envolvidos numa guerra e sobre os aspectos mais práticos das suas implicações, nomeadamente sobre a violência, tentando precisá-la como conceito.

Naquele período, é um dos aspectos directamente associados ao contexto da guerra, variando em operacionalidade consoante a sua justiça e sendo uma realidade visível de uma prática necessária para manter a ordem militar e civil.

A violência decorre da manutenção da guerra pelos chefes militares, os homens cuja responsabilidade era precisamente a de vigiarem que o exercício da força devesse ser sempre ponderado e justo, mesmo com os inimigos. Dentro desta linha ténue do que é, ou não, lícito fazer num ambiente belicamente tenso, encontram-se as variáveis de pensamento que moldam o conceito de violência nos escritos dos cronistas.

Mais do que apenas lamentarem a sua existência, muitas vezes de forma retórica, sabem que a violência cometida de ambos os lados tem propósitos funcionais bem definidos, marcando os termos e limites de uma co-existência⁴.

Numa guerra de desgastes físicos e psicológicos, como era a de Marrocos, os cronistas entendiam que o grande número e violência das almogaverias servia também para quebrar o “coração aos mouros”,⁵ desalentá-los de oferecer resistência, o que, pelo contrário, estava longe de acontecer, sobretudo quando se reuniam esforços conjuntos consideráveis e se planeavam ataques concertados às praças, forçando-as a cercos longos e penosos.

Zurara apresentaria de forma sintética a ideologia dos cavaleiros nas suas *Crónicas*: quem não matar mouros e lhes mandar “alguma alma ao Inferno” quando a oportunidade surgir, “bem fraco podia ser.”⁶ A *fortaleza* é apresentada como uma das virtudes dos cavaleiros, como uma constituinte central do seu sistema de valores e é a base funcional das violências descritas em contexto de guerra bem como de um esquema simples de manutenção do poder nas praças.

⁴ Veja-se o desenvolvimento destas noções em David NIRENBERG, *Communities of Violence. Persecution of Minorities in the Middle Ages*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, second printing with corrections, 1998 e em Humberto Baquero MORENO, *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 79-132.

⁵ Ver Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila*, ed. por David Lopes, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1915 e 1919, Tomo I, p. 29, onde se dá um exemplo desta expressão.

⁶ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. diplomática de Larry King, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, 1978, p. 59.

Todos os cronistas nos fornecem pormenores riquíssimos sobre estes modelos, referindo exemplos compreensíveis dos mecanismos que funcionavam para os fazer cumprir, tanto do lado português como do lado marroquino, iniciando-se na pessoa do rei como figura primeira e última de uma ordem determinada.⁷

Esses exemplos, que iam de punições corporais e torturas à própria morte, são apresentados para definirem o critério que distingue o acto de violência justificado do acto de violência injustificado. Esse critério está em quem o pratica e não, como se poderia pensar, no seu conteúdo ou natureza. A violência como delito simples é proibida, o mesmo não acontecendo quando é posta ao serviço das sanções jurídicas ou militares, ilustradas nas crónicas.

Para concluir, devemos lembrar que a definição dos conceitos de sanção e de delito é construída pelas autoridades e organismos que decidem no terreno, sendo representantes da ordem e da segurança de um grupo específico. Esta manutenção da guerra e da paz é uma atribuição honrosa e invejada, porque é feita pela autoridade vinda directamente do soberano, mas é também pesada e perigosa.

Como se percebe, as violências em Marrocos eram sobretudo físicas, ligadas ao quotidiano citadino da praça de Ceuta primeiro e ao das outras, mais tarde. O seu peso maior estava nas escaramuças militares anteriores e posteriores às batalhas de conquista e nos esforços desenvolvidos para as manter ou controlar.

Na cronística portuguesa, os espaços da violência estão centrados nas praças, e as acções dos cavaleiros estendem-se na sua periferia, consoante o objectivo das suas expedições, fixando os limites da actuação e aplicação de força por parte dos militares.

Paralelamente a esta noção, devemos lembrar que a convivência necessária do dia-a-dia permitiu, no terreno, o evoluir de um certo auto-controlo individual crescente em relação ao inimigo, mesmo se a retórica oficial dos cronistas perpetuasse uma noção interiorizada de uma espécie de guerra santa tardo-medieval que levava os próprios soberanos a quererem envolver-se pessoalmente na guerra, fazendo planos de deslocação às praças marroquinas que nem sempre realizariam dadas as muitas reservas dos seus conselhos.

No fundo, deparamo-nos na cronística com uma violência de âmbito senhorial, transposta para o norte de África o que explica, em parte, a dificuldade dos capitães em travar os ímpetos dos que se decidiam vingar a morte de um familiar ou servidor. Este empenhamento pessoal de cada guerreiro é a chave para a compreensão dos seus actos e motivações mas alargava a necessidade de matizar as características das violências cometidas no espaço norte-africano.

Para a generalidade dos cronistas, o campo de batalha é o local para onde a *sanha* dos dois inimigos pode e deve ser justamente canalizada, dirigida a um antagonista concreto que ali se coloca em pé de igualdade com o adversário. No campo de batalha, em princípio, é a capacidade dos melhores guerreiros que conduz à vitória, mas qualquer soldado comum pode elevar-se a um patamar superior, contribuindo decisivamente para tal, cometendo actos arrojados e contrariando a noção de que os mais fortes ou mais numerosos têm de triunfar sempre sobre os mais fracos ou em menor número.

As *cruezas* cometidas fora deste palco particular eram analisadas consoante o seu contexto específico, lamentadas de forma retórica ou não, e constituíam-se como excepções que ajudavam a moldar as regras que definiriam paulatinamente o conceito de violência durante a época moderna em Portugal.

⁷ Sobre esta problemática, veja-se o livro de Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

LA COURSE AU MAROC PENDANT LA PREMIÈRE MOITIÉ DU XVI^E SIÈCLE: UNE AUTRE FORME DE RÉSISTANCE?

AHMED BOUCHARB *

La conquête portugaise du littoral septentrional marocain est généralement expliquée par des mobiles stratégiques. L'asphyxie des activités maritimes dans cette région et l'éloignement des Marocains de la mer représentaient un de ses mobiles essentiels. Le rôle des présides dans le contrôle de la navigation dans le détroit et dans la prévention des attaques contre le littoral portugais s'est renforcé au début du XVI^e siècle, à la suite de l'installation des Turcs à Alger, comme l'a magistralement souligné B. Rodrigues dès les premières pages de son œuvre¹.

Or, il apparaît à travers les chroniques portugaises relatives à la première moitié du siècle que cette conquête ne mit pas fin à cette activité et que celle-ci était loin d'être marginale. Au contraire, les corsaires doublèrent d'hardiesse dès les premières décennies du siècle, élargirent progressivement leurs champs d'action et diversifièrent leurs bases de départ en englobant Larache d'abord et Salé ensuite. Très tôt, ces corsaires représentèrent un souci réel pour Lisbonne et Madrid.

Nous comptons étudier cette activité corsaire au Maroc pendant la première moitié du XVI^e dans les ports de Larache et de Salé afin de préciser les causes du déplacement progressif de cette activité vers le sud et les tentatives des caïds des deux villes de s'y impliquer. Le but est de préciser la nature de cette nouvelle forme de guerre et ses véritables mobiles. Nous comptons nous baser sur deux sources différentes mais complémentaires: les *Anais de Arzila* et le procès de jugement en 1550 d'un renégat (*elche*) d'origine italienne par l'inquisition de Lisbonne².

Il est vrai que ces sources, de par leur nature, ne sont pas toujours fiables, surtout quand il s'agissait de renégats en face des inquisiteurs qui les jugeaient pour complicité avec les Musulmans et pour des attaques perpétrées contre leurs anciens coreligionnaires. Nous ne devons pas nous attendre à ce que l'inculpé développe ses exploits et dresse le bilan de son action. C'est plutôt du côté des témoins à charge qu'il faudrait espérer glaner des informations intéressantes. De même, B. Rodrigues ne put rester fidèle à l'objectivité qu'il revendiquait tout au long de son œuvre quand il eut à relater l'aventure de João Vaz³ à Larache.

Mais malgré tout, les informations contenues dans les *Anais* permettent de suivre le développement de cette activité depuis ses premiers pas jusqu'à ce que le caïd de Ksar el-Kébir s'y intéressât de près et d'évaluer son dynamisme, d'autant plus que nos deux sources sont les seules à exister et que les sources locales sont inexistantes. Même le témoignage de Léon l'Africain n'est d'aucune utilité pour ce genre de sujet.

B. Rodrigues consacra 24 chapitres aux combats ayant eu lieu en mer, en plus des allusions contenues dans d'autres chapitres. Il tenait, dans la mesure du possible, à maintenir dans son récit un certain équilibre entre les batailles terrestres et celles qui eurent lieu en mer. De même, le procès consignait le jugement Vicente n'est pas

* boucharb2002@yahoo.fr

¹ B. RODRIGUES, *Anais de Arzila, crónica inédita do século XVI*, Lisboa, 1915, p. 4.

² ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 8481.

³ B. RODRIGUES, *Anais de Arzila...* cit., II, pp. 154-155.

dénué de tout intérêt documentaire, bien au contraire. Il dresse une carte des ports marocains ayant eu des activités corsaires, comme Badis, Tétouan, Larache et enfin Salé où il vécut jusqu'à son arrestation en Algarve, à la suite d'une attaque avortée.

Décrivant l'oued Lekkou, B. Rodrigues déclare avec beaucoup de certitude qu'il était « o milhor pera entrar e sair que em toda aquela costa ha. » Aussi, Larache devint-il de plus en plus fréquenté par les corsaires partis de Tétouan, de Badis ou même d'Alger chaque fois qu'ils étaient pourchassés, ou que les vents d'est les empêchaient de dépasser le détroit. Ils venaient aussi y passer l'hiver et préparer de nouvelles opérations⁴.

Très tôt, la position de Larache en fit, selon le témoignage de Damião de Góis, un refuge pour les « fustes qui font la course »⁵. Cet auteur relate l'attaque réussie menée en 1504 par le capitaine d'Asila contre des corsaires de Tétouan, partis en campagne avec une galère royale appartenant à al-Mandari, le Caid de la ville, et cinq galiotes, et qui se réfugièrent à Larache avec le butin⁶.

B. Rodrigues signale à son tour l'arrivée à Larache d'une fuste venant de Tétouan et de Badis en 1510. Elle fut ensuite défaite près du Cap Spartel par deux navires envoyés d'Asila à ses troupes. Les Portugais purent capturer plus de quarante personnes. Il explique la défaite d'une fuste face à une petite caravelle par le manque d'expérience des corsaires qui n'étaient pas encore « tão práticos na arte do mar, como agora são »⁷ « L'apparition de cette activité à Larache est imputée à l'arrivée de Turcs d'Alger dont deux ou trois faisaient partie des captifs. Il signale qu'ils étaient peut-être les premiers turcs arrivés dans le Royaume de Fès, et les premiers qu'il vit à Asila »⁸.

Les Corsaires d'Alger continuèrent à fréquenter le port de Larache. C'est ainsi que Barberousse s'y réfugia à son tour en 1517 à la suite d'une incursion sur les côtes espagnoles, en compagnie de quatorze navires à rames et du butin, ce qui lui permit d'échapper à l'imposante flotte espagnole lancée à ses troupes⁹.

Il semble que jusqu'à cette date, Larache n'avait pas d'embarcations propres. Ce n'est qu'après 1520 qu'un corsaire grenadin, appelé Qartão par B. Rodrigues, s'y installa. Il disposait d'une fuste de 16 bancs de rameurs, qui était, selon l'auteur des *Anais*, considérée comme une grande embarcation¹⁰. Le champ d'action de ce corsaire était alors très restreint. Il s'attaqua en 1521 tout près de Larache au navire revenant d'Azemmour chargé d'esclaves, et dans lequel se trouvait B. Rodrigues. Il prit en embuscade la même année les pêcheurs d'Asila à quelques kilomètres au sud de la ville.

En 1521, Qartas fut rejoint par un Turc. C'est alors qu'ils commencèrent ensemble à attaquer les régions s'étendant de Rio de Palos e Mujer à Albufeira, et prenaient en cible les pêcheurs et les bateaux de transport de marchandises et de passagers. Ils ramenaient le butin et les captifs à Larache. Après la mort de Qartão, le Turc continua son activité, « o qual nos fez muito dano em todo o tempo que viveo, como pelo curso deste istória direi »¹¹.

A la fin de 1523, un brigantin de Larache put capturer devant la rade de Asila 10 ou 12 caravelles avec à bord plus de trente personnes, ce qui représenta, selon les dires mêmes de B. Rodrigues, « uma boa pancada » pour sa ville¹².

Un autre Turc, nommé arrais Qarim s'installa à Larache. Il put à son tour, en décembre 1523, capturer dans la même rade près de quarante personnes entre hommes, femmes et enfants¹³.

L'activité corsaire à Larache connut son heure de gloire avec la conversion du portugais João Vaz, pêcheur originaire de l'Algarve et résident à Asila. B. Rodrigues fit de sa fuite à Larache et de sa conversion à l'Islam en 1530 un événement qui ne passa pas inaperçu, non seulement au Maroc et en Algarve, « donde era natural », mais aussi

⁴ B. RODRIGUES, *Anais de Arzila...* cit., II, p. 138.

⁵ R. RICARD, *Les Portugais au Maroc de D. de Góis, extraits de la chronique du roi D. Manuel*, Publication de l'Institut des Hautes Études Marocaines, Rabat, 1937, p. 18.

⁶ Idem, pp. 18-20.

⁷ 1560, date du début de la rédaction de la chronique.

⁸ *Ibidem*, p. 49.

⁹ *Ibidem*, p. 227.

¹⁰ *Ibidem*, p. 397.

¹¹ *Ibidem*, p. 397. Il n'y reviendra pas. Il ne put, semble-t-il, terminer la rédaction de son œuvre.

¹² *Ibidem*, p. 440.

¹³ *Ibidem*, p. 442.

dans l'Andalousie entière, «a qual costa ele mui bem sabia». Très rapidement, il fut rejoint par cinq navires à rames dont deux venaient d'Alger, les deux autres étant de Tétouan et de Badis en plus d'un autre navire appartenant au caïd de Ksar el-Kébir, qu'il acheta à Badis.

B. Rodrigues insiste sur le désir du caïd Ahmed La'roussi de profiter de cette occasion pour se lancer dans cette activité lucrative¹⁴: Il nous apprend que le navire acheté était une fuste de dix-sept bancs¹⁵, et qu'il se fit livrer ensuite deux ou trois autres embarcations.

Le projet eut un grand retentissement et de très bons résultats. B. Rodrigues précise que João Vaz était très favorisé par le caïd et «acatado dos mouros que lhe parecia que com percalços os avia de fazer ricos, e não arreceavão de entrar com ele»¹⁶. Les habitants commencèrent à s'impliquer dans cette entreprise dans l'espoir de participer à ses bénéfices. Des marins turcs se joignirent à lui¹⁷. Il fut rejoint aussi en 1531 par un navire de Salé. Grâce aux deux autres embarcations dont il disposait, il prit la direction de l'Algarve. Il revint avec deux caravelles et 25 captifs.

Cependant cette association entre Ahmed La'roussi et J. Vaz fut éphémère à cause de la disparition précoce des deux partenaires. Le caïd de Ksar el-Kébir dut regagner Fès sur ordre du Sultan qui le nomma à Taza où il fut tué quelque temps plus tard. Il est vrai que le caïd Nacer continua à financer les opérations de João Vaz, et qu'il mit à sa disposition une nouvelle fuste de quinze bancs¹⁸, mais la mort précoce de João Vaz, dans les conditions décrites par B. Rodrigues¹⁹, mit fin, moins d'une année plus tard, à son projet.

Salé connut une évolution similaire. Nous venons de voir qu'un de ses navires avait rejoint, en 1531, João Vaz et participé à une attaque des côtes de l'Algarve. Nous ne pouvons pas affirmer qu'il appartenait au caïd de la ville. De toute façon, cette indication prouve que Salé vivait déjà à cette époque de la course, d'autant plus que sa position lui permettait d'intercepter facilement les navires se dirigeant vers les présides des Doukkala. Il n'est pas exclu qu'à l'instar du caïd de Ksar el-Kébir, celui de Salé ait voulu tirer profit de cette nouvelle source de revenu dans une période dominée par la guerre entre le sultan de Fès et le Chérif et par la pénurie qui sévissait dans le pays. Nous ne disposons pas d'informations entre 1531 et 1550, date de l'arrestation en Algarve du génois Vicente à la suite d'une attaque avortée.

Nous savons, grâce aux informations contenues dans le procès de jugement du Génois Vicente par l'Inquisition de Lisbonne en 1550, que le caïd de Salé avait ses propres fustes affectées à la course et qu'il en perdit une lors d'une attaque contre Tavira. Mais d'autres armateurs, notamment turcs, comme le maître de Vicente, se fixèrent à Salé et commencèrent à lancer à partir de son port des actions contre les navires ravitaillant Mazagan²⁰ et contre les ports de San Lucar et de l'Algarve. Vicente accompagna son maître lors d'une opération près de San Lucar et Cadix qui se termina par la capture de sept ou huit navires qui furent conduits à Salé²¹. L'inculpé avoue avoir accompagné son maître et cinq navires et qu'ils purent capturer une caravelle chargée de blé. Les captifs étaient nombreux à Salé, et certains d'entre eux furent appelés à témoigner contre lui.

Il nous est, malheureusement impossible de suivre l'évolution de cette activité corsaire au-delà des limites chronologiques de nos deux sources. Nous savons, grâce aux jugements de Marocains par l'inquisition de Lisbonne après 1556 que cette activité continua à Larache, et que les principaux armateurs étaient turcs. La plupart des personnes arrêtées étaient au service d'un certain Xermate²². Ces matelots venaient d'horizons divers (Fès, Ksar el-Kébir, bédouins et citadins²³). Pour ce qui est de Salé, nous savons que Mohamed ech-Cheikh, qui

¹⁴ «o qual cheio de alvoroço de ter um arraiz e almocadem do mar em sua terra e porto, e por ser Larache neste tempo seu e por não perder a ocasião que lhe o tempo dava.»

¹⁵ *Ibidem*, II, p. 188.

¹⁶ *Ibidem*, II, p. 212.

¹⁷ *Ibidem*, II, pp. 190-191; p. 208.

¹⁸ *Ibidem*, II, p. 209.

¹⁹ *Ibidem*, II, p. 210.

²⁰ L'inculpé aurait capturé deux caravelles chargées de blé pour Mazagan et 16 captifs qu'il ramena à Salé, ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 8481, folio 14.

²¹ *Ibidem*, 14v.

²² ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 3932 (1556).

²³ 10821, ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 3932 (1556), 4098 (1563); 1623 (1562); 10363 (1560); 12057 (1562).

venait de réunifier le pays au moment du jugement de ce renégat, projeta d'y construire des navires de course²⁴.

L'entrée en scène des deux caïds, et notamment celui de Ksar el-Kébir, dans l'activité corsaire est significative. Pour l'auteur des *Anais*, elle résulta, comme nous venons de le voir, des encouragements de João Vaz. Or, il nous dit ailleurs que le caïd apprit l'arrivée à Larache de ce nouveau venu alors qu'il était en train de prélever les impôts à quelques dizaines de kilomètres de cette ville. Il se déplaça spécialement pour le voir et le prit avec lui à Ksar el-Kébir où il supervisa sa conversion à l'Islam et lui donna son propre prénom.

L'intérêt accordé, en 1530, par le caïd La'roussi à cette activité n'avait, semble-t-il aucun caractère religieux. Il est, dans ce cas précis, très difficile de parler de guerre religieuse. Le caïd devait profiter du nouveau venu pour renflouer ses caisses vides et surmonter la situation financière difficile qu'il vivait. En effet, nous savons qu'il était à cette époque à court d'argent, qu'il fut le premier à souffrir de l'embargo qu'il décréta contre Asila pendant des années. Les régions dépendant de sa juridiction pâturent des razzias portugaises et des incursions organisées par le sultan et ses représentants, et surtout des effets de la famine de 1521 et de la peste qui ravagea le pays l'année suivante. Aussi dut-il, en 1526, emprunter 2000 cruzados au capitaine de Asila pour pouvoir accompagner le sultan parti en guerre contre le Chérif²⁵.

De même, l'année de l'investissement du caïd dans l'achat de cette fuste correspondait à une année de disette et de pénurie dans le Royaume de Fès²⁶.

Les *Anais de Arzila* décrivent les caïds encadrant la lutte contre les présides du nord non seulement comme de véritables seigneurs de la guerre, mais aussi comme des hommes d'affaires avisés cherchant par tous les moyens à amasser les fortunes leur permettant de maintenir leur statut social et leur train de vie pendant ces temps difficiles. La chasse aux captifs, par des actions directes ou par l'encadrement d'*almogavares*, en faisaient partie. Le Caïd La'roussi devait alors diversifier les moyens lui permettant d'avoir des captifs, d'autant plus que les attaques contre Asila devenaient de plus en plus difficiles et généraient peu de captifs à la suite du perfectionnement du système des *atalaias* et vigiles installés autour du préside.

Peut-on expliquer l'intransigeance du caïd La'roussi lors des discussions de la valeur des rançons par cette conjoncture difficile? C'était dans le but de tirer le plus d'argent possible le devint quand il s'agissait de discuter la valeur des rançons. En effet, il refusait systématiquement de les échanger contre des captifs musulmans, fixait leur rançon en fonction de leur statut social, et n'hésitait pas à recourir à la torture et aux sévices pour les faire payer²⁷, etc.

De ce qui précède, tirons quelques conclusions.

L'activité corsaire ne put jamais égaler à Larache ou Salé celle de Tétouan ou de Badis. Tous les navires qui fréquentaient le port de Larache venaient d'ailleurs pour une raison ou une autre. Il s'agissait de navires appartenant au caïd de Tétouan, de Badis ou encore à des turcs venus d'Alger.

Les armateurs et les pilotes marocains étaient absents. Les techniciens, comme les charpentiers et les calfateurs n'étaient pas marocains. C'est ainsi que le roi de Badis avait à son service un italien nommé Geronimo qui supervisait la fabrication de ses navires. Vicente cite encore neuf Portugais originaires de l'Algarve qui étaient au service du caïd de Salé²⁸.

Ces navires étaient modestes, le plus grands d'entre eux ne comptait que seize bancs de rameurs. C'étaient des fustes ou des brigantins qui ne portaient jamais de canons, qui recouraient plutôt à l'effet de surprise et à la supériorité numérique de leur personnel. Ils étaient achetés à Badis ou capturés. Comme il fallait s'y attendre, aucun navire ne fut construit sur place. Le Génois Vicente signale que son maître fit venir de Fès à Salé le long de l'Oued Sebou une fuste dont la construction n'était pas parfaite²⁹.

²⁴ Andrzej DZIUBINSKI, "l'armée et la flotte de guerre marocaines à l'époque des sultans de la dynastie saadienne" *Hespéris-Tamuda*, XIII (1972), pp. 91-92. ²⁵ B. RODRIGUES, *Anais de Arzila...* cit., II, p. 44.

²⁶ P. de CENIVAL et al., *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1^{ère} série, dynastie sa'adienne, Archives et bibliothèques de Portugal, Paris, P. Geuthner, T. 2, 1946, p. 533.

²⁷ *Ibidem*, II, pp. 444-446.

²⁸ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 8481, 15 v, 18 v.

²⁹ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 8481, 18 v.

Les corsaires attaquaient surtout des embarcations de pêcheurs et les navires de transport qui ne portaient pas d'armes. Le rayon d'action des corsaires partant de Larache dépassait rarement Asila. Ils se mettaient en embuscade au Cap Blanc, à quelques kilomètres au sud, pour surprendre les embarcations de pêcheurs, ou au nord, à l'embouchure de l'oued Tahadart, pour intercepter les navires se dirigeant vers Asila. Ces navires dépassaient rarement Areas Gordas pour atteindre l'Algarve.

Ces activités qui intéressaient peu les Marocains n'eurent aucun effet bénéfique sur le développement des activités maritimes après la libération de la plupart des ports qui étaient aux mains des Portugais. Le procès de jugement de António Bayão O Gago par l'inquisition de Lisbonne en 1554 reflète une ignorance totale de la navigation chez les habitants de Safi alors que l'occupation de leur ville ne dura que 33 ans. Selon des témoins et les confessions de l'inculpé, ces habitants durent recourir à l'aide de ce marin portugais pour choisir le bois qui pourrait servir de mât et pour installer des canons sur un navire. Ils manquaient de voiles, d'ancres, de boussoles et de cartes maritimes³⁰. Ils étaient incapables d'utiliser ces dernières.

Cette course, animée la plupart du temps par des étrangers, n'eut aucune répercussion sur le développement des activités maritimes après la libération de la plupart des ports. C'est une situation qui s'est répétée lors de l'apogée de la course salétine au XVII^e siècle. Les tentatives des sultans de la dynastie sa'adienne n'auront servi à rien.

³⁰ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 167.

BARBEROUSSE ET LES PORTUGAIS: LA COURSE BARBARESQUE VUE DES PLACES LUSO-MAROCAINES ET D'AILLEURS

VASCO RESENDE *

Les mentions à Barberousse dans les sources portugaises demeurent un sujet assez secondaire de l'histoire de la présence lusitanienne au Maghreb. En effet, les références aux seigneurs d'Alger – en vérité deux frères traités par les sources portugaises de façon indistincte – sont la plupart du temps assez sommaires et ne concernent pas leurs personnes à proprement parler, mais cherchent tout simplement à identifier le commandant de l'armada turque et la menace qu'il représentait en Méditerranée occidentale, surtout sur les côtes marocaines. Des détails sur leur vie ou leur carrière sont pratiquement inexistantes, leur nom suffisant à évoquer le danger qu'ils incarnaient pour les possessions portugaises et espagnoles dans la région. Comme nous aurons l'occasion de le développer, les activités des Barberousses se déroulent principalement dans les eaux méditerranéennes, un secteur géographique assez marginal pour les autorités portugaises; mais la menace de leur intervention en deçà du détroit de Gibraltar fera trembler les capitaines des places luso-marocaines plus d'une fois.

En fait, même si Barberousse est une sorte d'«acteur invisible» de l'expansion portugaise, son influence indirecte sur les affaires luso-marocaines dévoile un problème majeur de la présence lusitanienne en Afrique du Nord: le ravitaillement des garnisons sur place. En effet, le besoin constant de vivres, surtout de céréales, constitue un facteur récurrent dans la correspondance des capitaines des forteresses, parallèlement à des préoccupations d'ordre militaire comme les munitions, l'armement et les travaux de fortification. Ce flux nécessaire se fait à travers les ports de l'Algarve et d'Andalousie et la circulation maritime d'un point à l'autre du détroit de Gibraltar assure la survie des places portugaises ainsi que le secours à leur porter en cas de siège. C'est exactement là que se situe la grande faiblesse de l'expansion ibérique au Maghreb. A partir du moment où la recrudescence de l'activité déprédatrice des corsaires marocains, basés à Tétouan, Larache et Salé, rend la navigation plus dangereuse, le sort de la présence portugaise devient de plus en plus instable. Même avec l'armada du détroit (*armada do Estreito*), créée officiellement en 1520¹, la menace d'attaques navales n'est pas complètement effacée. A cela il faut ajouter les expéditions punitives et les opérations de siège menées par les rois de Fès et de Marrakech par voie terrestre, qui constituent l'autre grande menace maghrébine contre les établissements portugais. Barberousse est le facteur externe qui va aggraver des tensions déjà existantes et qui obligera Manuel I^{er} et Jean III à fournir des réponses urgentes. Comme le dira Francisco de Carvalho, le capitaine d'Alcácer Ceguer, au roi en 1530: «Sachez, Sire, que vous n'avez encore en Afrique des lieux que parce que les Maures ne veulent pas les prendre. Plaît à Dieu qu'ils n'aient pas d'autre volonté et que Notre Seigneur nous garde»².

* EPHE, Paris / CHAM; Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores.

¹ Cf. Rui Landeiro GODINHO, «A Armada do Estreito de Gibraltar no século XVI», in Francisco Contento DOMINGUES & Jorge Semedo de MATOS (eds.), *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*, Lisbonne, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp. 117-137; Vasco RESENDE, «Os Portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do século XVI», *ibidem*, pp. 101-115.

² Alcácer Ceguer, 25.VIII.1530, ANTT, CC, Parte I, maço 45, documento 109.

Le maintien logistique des forteresses «d'outremer en Afrique» dépend en grande partie du facteur portugais d'Andalousie, en poste à Málaga ou à Puerto de Santa María³. Sa principale fonction était d'acheter au meilleur prix des provisions, surtout du blé, pour secourir les garnisons luso-marocaines en cas de besoin. Episodiquement, il était également chargé d'acquérir des produits divers pour les navires de la *Carreira da Índia*. Mais une de ses fonctions primordiales consistait à renseigner le roi sur les activités portuaires du sud de l'Espagne. Chaque fois qu'il y circulait des nouvelles concernant une éventuelle menace barbaresque, le facteur devait s'empresse de prévenir son souverain des dangers que la présence des flottes d'Alger représentait pour la sécurité des possessions portugaises au Maroc. Donc, comme on pourra aisément le constater, la factorerie d'Andalousie restait une pièce extrêmement importante de l'échiquier géopolitique du détroit de Gibraltar, et fournit de ce fait une partie considérable de la documentation portugaise touchant aux navigations de Barberousse. Les autorités lusitaniennes dans le nord du Maroc sont aussi une source décisive au vu de leur localisation privilégiée, entre les ports de la Méditerranée occidentale et le royaume de Fès. De toute façon, même si le renseignement provenait d'autres points géographiques, par la voie des représentants diplomatiques portugais dans les cours européennes, Jean III dépendait en grande partie des informations véhiculées par les autorités espagnoles, officiellement ou officieusement, directement ou indirectement.

Avant d'aller plus loin, il nous faut situer la vie des frères Barberousse dans l'histoire. Nous présenterons donc un très bref résumé, l'essentiel de leur biographie ayant été développé dans les travaux de Aldo Galotta, Svat Soucek, Salvatore Bono et Miguel Ángel de Bunes Ibarra, entre autres⁴. Nés dans la décennie de 1460 sur l'île de Lesbos (Mytilène), 'Arūğ (Oruç en turc moderne) et Hıdır (Hızır), ultérieurement connu sous le *laqab* Ḥayr al-Dīn, étaient les fils d'un *sipāhī* ottoman, Ya'qūb, et d'une femme chrétienne de l'île. Il semble probable que leur carrière ait commencé par la pratique de l'activité de fret maritime, avant qu'ils ne se lancent définitivement dans la course, deux activités souvent associées; c'est du moins le cas pour Ḥayr al-Dīn. S'étant mis au service du souverain hafside de Tunis, 'Arūğ augmente rapidement sa flotte corsaire et multiplie les incursions à partir de sa base à La Goulette. En 1516, il répond à un appel au secours du sultan d'Alger mais finit par tuer ce dernier et par prendre le commandement de la ville. Après la mort de son frère aîné en 1518, Ḥayr al-Dīn assume le contrôle des forces algéroises, obtient la suzeraineté de la Sublime Porte et intensifie graduellement les déprédations dans les eaux méditerranéennes, jusqu'à ce que Sulaymān le magnifique le nomme *Qapūdān Pāšā*, amiral de la marine ottomane, en 1533.

La première mention à Barberousse que nous connaissons dans la documentation portugaise se retrouve dans une lettre du facteur d'Andalousie, Nuno Ribeiro, au roi Manuel I^{er}, le 7 août 1515. Il est affaire, entre autres choses, des agissements d'un pirate turc appelé Barberousse dans le détroit de Gibraltar. Ribeiro mentionne que

³ Sur ce sujet, voir Manuel Henrique CÔRTE-REAL, *A Feitoria portuguesa na Andaluzia, 1500-1532*. Lisbonne, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1967; Idem, «Feitores e escrivães na Andaluzia durante o reinado de D. João III», in *Do Tempo e da História*, 1 (1965), pp. 135-159.

⁴ Aldo GALLOTTA, «Khayr al-Dīn (Khıdır) Pasha, Barbarossa», in *Encyclopédie de l'Islam*, Nouv. éd. Leyde/Paris, Brill/Maisonneuve & Larose, 1960-2003, IV, pp. 1155a-1158a; Svat SOUCEK, «The Rise of the Barbarossas in North Africa», in *Archivum Ottomanicum*, 3 (1971), pp. 238-250; Salvatore BONO, *Les Corsaires en Méditerranée*. Trad. Ahmed Somaï. Paris/Rabat, Paris-Méditerranée/Éditions La Porte, 1998; Idem, *I corsari barbareschi*. Turin, Edizioni RAI Radiotelevisione Italiana, [1964]; Miguel Ángel de BUNES, *Los Barbarroja: Corsarios del Mediterráneo*, Madrid, Alderabán, 2004; Sir Godfrey FISHER, *Barbary Legend: War, Trade and Piracy in North Africa, 1415-1830*, Oxford, Clarendon Press, 1957; Jacques HEERS, *Les Barbaresques: La course et la guerre en Méditerranée, XIV^e-XV^e siècle*, Paris, Perrin, 2001; Peter EARLE, *Corsairs of Malta and Barbary*. Annapolis, MD, United States Naval Institute, 1970; Stanley LANE-POOLE, *The Barbary Corsairs*, 2^e éd. Londres/New York, Fisher Unwin/Putnam's Sons, 1894; Jean MONLAÛ, *Les États barbaresques*, 2^e éd. mise à jour, Paris, Presses Universitaires de France, 1973; Ernle BRADFORD, *The Sultan's Admiral: The life of Barbarossa*, Londres, Hodder & Stoughton, 1969. La principale source sur la vie des Barberousse reste le *Ğazavât-i Hayr al-Dīn Pāšā* de Sayyid Murād. A. Gallotta a travaillé sur cet ouvrage et ses différentes versions dans une étude intitulée «Le *Ğazavât-i Hayreddīn Barbarossa*», in *Studi Magrebini*, 3 (1970), pp. 89-160. Le même auteur a également publié le texte facsimilé d'un des manuscrits ottomans dans «Il *Ğazavât-i Hayreddīn Pāšā* di Seyyed Murād», in *Studi Magrebini*, 13 (1981). Une traduction espagnole due à la plume de Juan Luis Alzamora fut réalisée en 1578 et resta longtemps sous sa forme manuscrite, avant d'être éditée en italien par E. PELEAZ, *La vita e la storia di Ariadeno Barbarossa*, Palerme, Tip. dello Statuto, 1887 [nouv. éd. Palerme, Sellerio, 1993]. Elle sera ensuite publiée dans sa version originale en castillan par Miguel Ángel de BUNES & Emilio SOLA, *La vida, y historia de Hayradin, llamado Barbarroja: Gazavât-i Hayreddīn Pāšā (La crónica del guerrero de la fe Hayreddīn Barbarroja)*, Grenade, Universidade de Granada, 1997. La seule version en français est en effet une traduction (très critiquée) d'un résumé de l'ouvrage de Sayyid Murād en arabe, et fut publiée par Sander RANG & Ferdinand DENIS, *Fondation de la régence d'Alger: Histoire des Barberousse*, 2 tomes, Paris, J. Angé, 1837. Pour un exposé plus détaillé des sources contemporaines, voir surtout SOUCEK, «The Rise of the Barbarossas in North Africa» cit., et GALLOTTA, «Khayr al-Dīn (Khıdır) Pasha, Barbarossa» cit.

celui-ci commande une flotte de six galères, douze nefes (*barquos*) et trois grands galions bien équipés d'artillerie, et qu'il a sous ses ordres cinq ou six cents escopetiers⁵. Un mois plus tard, à la mi-septembre, des nouvelles de Valencia au sujet de l'attaque de la forteresse de Bougie permettent de préciser la localisation de l'armada turque⁶. Curieusement, ces renseignements arrivent au Portugal un an après les faits décrits, l'expédition des frères Barberousse contre cette ville maghrébine, qui s'était finalement soldée par un échec, ayant eu lieu en août 1514.

Selon le chroniqueur Bernardo Rodrigues, Barberousse aurait traversé, en 1517, les eaux du Détroit pour aller trouver refuge à Larache. D'après le même auteur, cet événement expliquerait le développement de la course depuis cette ville côtière et, par la suite, l'abandon progressif de cette zone par les pêcheurs portugais pour des raisons évidentes d'insécurité⁷. Pourtant, nous savons qu'à cette époque 'Arūğ se trouvait encore à Tlemcen, où il sera tué l'année suivante, et que Ḥayr al-Dīn était resté à Alger pendant l'expédition de son frère. Or, cette contradiction entre les écrits de Rodrigues et la réalité des faits constitue un des points décisifs dans l'interprétation des activités attribuées à Barberousse selon les documents portugais. En effet, si un nombre considérable d'incursions barbaresques semble bel et bien revenir à Barberousse, la vérité est que ces renseignements demeurent assez vagues et imprécis. Barberousse est une désignation aux résonances collectives, ce qui nous incite à penser que ces documents font plutôt référence aux corsaires d'Alger d'une manière générale. Somme toute, il y avait d'autres capitaines barbaresques attaquant les navires chrétiens en Méditerranée, en particulier Sinān le Juif et Aydın Chasse-Diable⁸.

Quoi qu'il en soit, en 1520, des rumeurs concernant la venue probable de Barberousse à Gibraltar amènent Manuel I^{er} à organiser une force navale de quatre galères et quantité d'artillerie sous le commandement de D. Pedro Mascarenhas. Ce déploiement militaire aurait alors convaincu le seigneur d'Alger de repenser son entreprise et finalement d'y renoncer⁹. Nous ne trouvons pas d'autres mentions de l'activité de Ḥayr al-Dīn dans les sources portugaises durant le reste de cette décennie.

Francisco de Carvalho, dans la lettre qu'il adressa au roi Jean III le 25 août 1530, commente les renseignements que le souverain lui avait envoyés quelques jours avant au sujet des intentions de Barberousse de traverser le détroit de Gibraltar et de courir toute la côte marocaine à partir de Ceuta avec soixante-cinq embarcations. Selon la missive royale, la présence d'Andrea Doria, l'amiral génois, et de la flotte impériale à Málaga avait toutefois découragé le gouverneur d'Alger de se lancer dans une telle entreprise. Carvalho donne ensuite à son interlocuteur des informations plus récentes. Doria naviguait déjà en direction du Levant lorsqu'une grande partie des galères de Barberousse arrivèrent¹⁰. Il ajoute que depuis quinze jours les bateaux de Ceuta étaient menacés et que toute la région se trouvait en danger, tout comme la côte castillane. Dans une plainte, à peine déguisée, contre la flotte d'Andrea Doria, qui avaient hâtivement quitté l'Espagne, Carvalho demande donc au roi de ravitailler rapidement les places marocaines, spécialement la sienne, où le manque de nourriture commençait à poindre. Il demande de plus le retour de l'armada qui protégeait la côte de l'Algarve puisque sa seule présence suffirait à décourager les assauts des ennemis. Une dernière critique de Francisco de Carvalho vient souligner toute

⁵ Séville, 7.VIII.1515, ANTT, CC I-18-57, publ. CÔRTE-REAL, *A Feitoria portuguesa na Andaluzia...* cit., pp. 99-101.

⁶ Málaga, 16.IX.1515, ANTT, CC I-18-95, publ. CÔRTE-REAL, *A Feitoria portuguesa na Andaluzia...* cit., pp. 101-103. Côte-Real a néanmoins fait une erreur dans la transcription du texte qui rend sa compréhension difficile. Au lieu de «Mogīa», Bougie, il a lu un toponyme imaginaire: «Mogrā».

⁷ Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila: Crónica Inédita do séc. XVI*, 2 vols., Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919, I, pp. 227-228.

⁸ Cf. Pierre de CENIVAL, David LOPES & Robert RICARD (eds.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal*, Paris, Paul Geuthner, 1934-1953 [*SIHM – Portugal*], II, p. 581. Sur Sinān Ra'is en particulier, consulter RANG & DENIS, *Fondation de la régence d'Alger...* cit., II, pp. 203-204. Nous savons de plus qu'il était le gendre de Ḥayr al-Dīn Barberousse et qu'il avait été nommé en 1545 commandant d'une armada de soixante-dix galères, neuf galions et dix autres embarcations, destinée à partir vers l'océan Indien. Cf. Duarte Catanho à D. João de Castro, Lisbonne, 20.XII.1545 (ANTT, Coleção de São Lourenço, IV, fol. 405', résumé dans Armando CORTESÃO & Luís de ALBUQUERQUE (eds.), *Obras Completas de D. João de Castro*, 4 vols., Coïmbre, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982, III, p. 108). Pour plus d'informations sur les lieutenants de Barberousse, voir BUNES, *Los Barbarroja...* cit., p. 100; Francisco LÓPEZ DE GOMARA, *Crónica de los corsarios Barbarroja*, Madrid, Polifemo, 1898, p. 74; Diego de HAËDO, *Histoire des rois d'Alger*. Trad. et notes H.-D. de Grammont, Alger, Adolphe Jourdan, 1881, p. 38; Pierre DAN, *Histoire de Barbarie et de ses corsaires*, Paris, Chez Pierre Rocolet, 1637, p. 20.

⁹ RODRIGUES, *Anais de Arzila...* cit., I, pp. 285-286.

¹⁰ Et ceci en dépit des demandes répétées de l'Impératrice, qui souhaitait la présence de Doria et de son armada à Málaga jusqu'à la mi-octobre, au vu du danger que la présence éventuelle de Barberousse représentait pour la zone du Détroit. Cf. Aude VIAUD, *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530: Lope Hurtado de Mendoza*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001, p. 182.

la précarité du système de surveillance de la Méditerranée occidentale : selon lui, les avertissements venus de Castille pouvaient correspondre à la vérité mais pouvaient tout aussi bien se résumer à de fausses rumeurs¹¹. Ce jugement révélera de nouveau toute sa justesse deux années plus tard, quand sonnera une nouvelle fois l'alarme.

En 1532, D. Nuno Álvares Pereira, capitaine de Ceuta, informé par des gens de la caravane (*cafila*) de Fès, rapporte à Vasco de Figueiredo, secrétaire de la factorerie d'Andalousie, que Barberousse avait armé soixante embarcations pour attaquer Ceuta et le détroit de Gibraltar¹². Il écrira plus tard que cette nouvelle lui avait été confirmée par D. Álvaro de Bazán, capitaine des galères de Charles Quint, et par les lettres que l'Impératrice avait envoyées à Gibraltar¹³. Selon toute évidence, D. Nuno aurait remis ses informations à Jean III, racontant comment Barberousse avait écrit au roi de Fès pour lui proposer une attaque concertée contre Ceuta ou une autre place-forte portugaise, fort de ses soixante-trois embarcations. Seul le salpêtre lui manquait (afin de fabriquer de la poudre à canon) pour être prêt¹⁴. Apparemment, il aurait par la suite reçu cent quintaux de salpêtre de la part du roi de Fès, Aḥmad al-Waṭṭāsī. D'ailleurs, D. Nuno n'était pas le seul à prévenir le souverain du danger imminent. Le capitaine d'Arzila lui avait également appris à son tour que le roi de Fès campait à huit lieues de la ville, et qu'il y attendait l'aide de Barberousse.

Le souverain portugais n'a pas le temps de s'assurer de la véracité de ces renseignements et décide d'envoyer de toute urgence D. Jorge de Noronha, *fidalgo* de sa maison, au Puerto de Santa María pour aller porter secours aux places luso-marocaines. Dans une lettre à Francisco Lobo, facteur d'Andalousie, le roi trouve étrange que celui-ci ne l'ait pas mis au courant des projets de Barberousse¹⁵. Il craignait, comme le suggérait le capitaine de Ceuta, que le roi de Fès ne mît le siège à Tanger ou à Arzila¹⁶. La menace barbaresque devenant de plus en plus inquiétante, Jean III confesse à l'ambassadeur espagnol, Lope Hurtado de Mendoza, que l'argent qu'il dépensait à plusieurs reprises pour se défendre des attaques de Barberousse serait mieux employé en une seule fois dans une action offensive contre le corsaire. Ainsi, le roi portugais fait savoir à Charles Quint qu'il serait prêt à participer à une expédition contre Alger, et qu'il avait le soutien de tous les membres du Conseil royal¹⁷.

Toutefois, le temps va montrer que les craintes de D. Nuno Álvares Pereira étaient infondées, et, dans une lettre à ce dernier, Jean III reprimande sévèrement son jugement, le coût de toute l'opération montant à 10 mille *cruzados*. En fait, après avoir su que Barberousse ne venait pas attaquer le Détroit et que le roi de Fès demeurerait assez loin des places portugaises, le capitaine de Ceuta avait envoyé les soldats venus à l'aide de la forteresse patrouiller dans la région, au lieu de renvoyer les troupes au Portugal de façon à éviter des dépenses et des risques inutiles¹⁸.

Deux ans plus tard, ce sera au tour de l'Empereur d'informer le roi portugais d'inquiétantes nouvelles. Dans une lettre du mois d'août 1534, il relate comment Barberousse s'était rendu à Constantinople l'année précédente pour voir le Sultan. Il avait passé l'hiver dans la capitale ottomane et était reparti au mois de mai avec toute son armada pour Modon, en Morée, où il avait rejoint d'autres corsaires et pris des provisions. Il était maintenant commandant de plus de 150 bâtiments, mais nul ne connaissait encore la cible de ce déploiement : s'agissait-il tout simplement d'une force pour assurer la protection des possessions du Grand Turc ou Barberousse envisageait-il d'attaquer les territoires impériaux? D'autres disaient que Barberousse avait pour mission d'aller sur Tunis, dont la

¹¹ Alcácer Ceguer, 25.VIII.1530, ANTT, CC I-45-109. Les propos que tient le facteur Manuel Cirne quatre ans plus tard ne se font que l'écho de cette opinion. «[...] écrire à Votre Altesse les nouvelles qui chaque jour arrivent d'Afrique, ce serait inquiéter le royaume et prétexte à ne s'occuper d'autres choses ; parce que la plus grande partie d'entre elles est sans fondement et je les laisse donc écrire à qui en a le soin» Puerto de Santa María, 23.V.1534, publ. Pierre de CÉNIVAL, David LOPES & Robert RICARD (eds.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Première Série – Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal*, 5 vols., Paris, Paul Geuthner, 1934-1953 [SIHM - Portugal], II, p. 624.

¹² Ceuta, 16.III.1532, ANTT, CC I-48-72.

¹³ Ceuta, 1.V.1532, ANTT, CC II-177-32, publ. SIHM - Portugal, II pp. 574-575.

¹⁴ Lope Hurtado de Mendoza, ambassadeur espagnol à la cour portugaise, à Charles Quint, Setúbal, 21.IV.1532, publ. VIAUD, *Correspondance d'un ambassadeur castillan...* cit., p. 505.

¹⁵ Setúbal, 6.IV.1532, ANTT, CC I-48-82. Copie résumée et avec des variantes, datée de 7.IV.1532, CC I-48-81. Cf. CC I-48-83.

¹⁶ Setúbal, 8.IV.1532, ANTT, CC I-48-84.

¹⁷ Lettre de Lope Hurtado à l'Impératrice, Setúbal, 21.IV.1532, publ. VIAUD, *Correspondance d'un ambassadeur castillan...* cit., pp. 508-509.

¹⁸ Setúbal, 11.VI.1532, ANTT, CC I-49-23, publ. SIHM - Portugal, II, pp. 580-582.

perte serait très préjudiciable à Charles Quint. L'Empereur s'était d'ailleurs empressé de fortifier les côtes de Naples et de Sicile, et avait préparé une grande armada pour faire face à Barberousse¹⁹.

Les craintes de Charles Quint seront confirmées par une lettre de l'ambassadeur portugais Álvaro Mendes de Vasconcelos, datée du 31 août 1534, mais l'on ignorait toujours à la cour impériale l'objectif précis de la mission de Barberousse²⁰. João de Melo Barreto choisissait au mois d'octobre suivant de relativiser la menace barbaresque, soutenant que la puissance militaire de l'armada d'Andrea Doria suffirait à décourager Barberousse d'attaquer les possessions ibériques. Et même si le corsaire décidait malgré tout de combattre, il serait certainement battu²¹, opinion partagée par beaucoup d'autres personnalités de l'époque. La menace barbaresque sur Ceuta était aussi écartée par la plume de Nuno Rodrigues Barreto, intendant des finances (*vedor da fazenda*) de l'Algarve, qui ajoutait que le roi de Fès n'accepterait pas d'un bon oeil la présence de Barberousse sur ses terres, après ce que son frère avait fait à Alger²².

Par la suite, on apprend la chute de Tunis. L'Empereur prépare alors une grande armada pour aller reprendre la ville, et estime avoir besoin de vingt caravelles du royaume voisin²³. La participation portugaise à la fameuse expédition de Tunis ayant déjà fait l'objet d'études de la part d'António Cruz, d'Isabel Mendes Braga et de Sylvie Deswarte-Rosa²⁴, nous ne nous attarderons pas à développer ce sujet ici. Il suffit de dire que la force militaire déployée par Jean III, et qui totalisait 1 500 hommes, joua un rôle important dans la prise du port de La Goulette et de la ville de Tunis. Barberousse avait déjà pris la fuite emmenant tout le butin qu'il avait réussi à se procurer. Les lettres relatant le succès ibérique arrivent rapidement au Portugal, la contribution militaire portugaise étant grandement louée par Charles Quint. Toutefois, la menace barbaresque n'était pas pour autant écartée. Barberousse avait par la suite navigué jusqu'aux Baléares, où il attaqua les navires à Port-Mahon, à Minorque, provoquant la mort de beaucoup de Portugais postés sous la bannière du capitaine Henrique de Macedo²⁵.

La position de Barberousse semble s'affaiblir pendant quelques temps. En 1537, l'absence de nouvelles concrètes le concernant entretient la circulation de rumeurs, l'une d'entre elles annonçant la mort du corsaire ; mais l'Empereur ne semble pas trop y croire²⁶. La même année, Jean III remercie Vicente Pires, facteur d'Andalousie, de l'avoir prévenu qu'on se préparait à Málaga à une possible attaque de Barberousse, et organise lui-même le dispositif de défense des places marocaines²⁷. La menace des flottes corsaires algéroises sur la région ne cessera d'augmenter jusqu'au sac de Gibraltar en 1540²⁸. Mais même si le système luso-espagnol faisait encore la preuve de son bon

¹⁹ Palencia, 9.VIII.1534, ANTT, CC I-53-74. Cf. lettre de Jean III à Cristóvão de Távora, Évora, 13.IX.1534, publ. *SIHM – Portugal*, II, pp. 643-644. Les soupçons autour d'une éventuelle attaque de Barberousse à Tunis sont également avérés dans la lettre de Manuel Cirne citée *supra* (*SIHM – Portugal*, II, p. 625).

²⁰ Évora, ANTT, CC I-53-94. Cf. Maria Leonor García da CRUZ, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, [Lisbonne], Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 88-89 (tiré à part de *Mare Liberum*, 13, pp. 123-199 & 14, pp. 117-198 [sic]).

²¹ Ludo, 18.VIII.1534 (ANTT, CC I-53-134, publ. *SIHM – Portugal*, II, pp. 666-670 et CRUZ, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III...* cit., pp. 93-96).

²² 1.XI.1534, publ. *SIHM – Portugal*, II, p. 682.

²³ D. Henrique de Meneses à Jean III, Rome, 13.X.1534, ANTT, CC I-53-123, publ. *Corpo Diplomático Português*, 16 vols., Lisbonne, Academia das Ciências de Lisboa, 1862-1959, III, pp. 119-120.

²⁴ António Augusto Ferreira da CRUZ, «Cartas do Capitão António de Saldanha sobre a empresa de Tunes de 1535 (Manuscrito da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto)», in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2 (1939), pp. 369-386; Idem, «A contribuição de Portugal para a empresa de Tunes, em 1535», in *Presença de Portugal no Mundo*. Actas do Colóquio, Lisbonne, Academia Portuguesa da História, 1982, pp. 121-143; Idem, «A defesa do Ocidente em 1535 (Colaboração das armas portuguesas na conquista de Tunes)», in *Quarto Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Tome VIII, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943, pp. 240-266; Isabel M. R. Mendes Drummond BRAGA, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, Lisbonne, Hugin/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2001; Sylvie DESWARTÉ-ROSA, «Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís», in *Mare Liberum*, 3 (1991), pp. 241-298; Idem, «L'expédition de Tunis (1535): images, interprétations, répercussions culturelles», in Bartolomé BENNASSAR & Robert SAUZET (eds.), *Chrétiens et musulmans à la Renaissance*, Actes du 37^e colloque international du Centre d'Études Supérieures de la Renaissance (1994), Paris, Honoré Champion, 1998, pp. 75-132. La bibliographie sur la prise de Tunis étant assez longue, nous citerons tout simplement une synthèse récente: James D. TRACY, *Emperor Charles V's Crusades Against Tunis and Algiers: Appearance and Reality*. [Minneapolis], Associates of the James Ford Bell Library, University of Minnesota, 2001 («The James Ford Bell Lectures», 38).

²⁵ Cf. CRUZ «A defesa do Ocidente em 1535», p. 263; Idem, «A contribuição de Portugal para a empresa de Tunes» cit., p. 141; BRAGA, *Um Espaço, Duas Monarquias...* cit., p. 202.

²⁶ João Rebelo à Jean III, Valladolid, 22.V.1537, ANTT, CC I-58-91.

²⁷ Évora, 4.VIII.1537, ANTT, CC I-59-25.

²⁸ Cf. ANTT, CC I-68-32 et 3 publ. *SIHM – Portugal*, III, pp. 265-269.

fonctionnement, la décision de combattre l'Etat barbaresque dans ses propres eaux va s'avérer beaucoup plus périlleuse. Le désastre d'Alger de 1541 démontre à Charles Quint que le succès de Tunis ne pouvait être facilement reproduit. Même si les Portugais n'avaient pas participé cette fois-ci à cette aventure, Jean III ne pouvait que déplorer les effets de la victoire barbaresque. Le débat autour du maintien ou de l'abandon des places portugaises du Maroc faisait alors rage à la cour joanine, et certains avis soutenaient le retrait de la participation portugaise dans les incursions ibériques contre Barberousse, laissant cette mission uniquement à l'Empereur²⁹.

Les renseignements concernant les mouvements du corsaire turc sont parfois associés aux nouvelles relatives aux activités du souverain ottoman. Sans grande surprise, la situation en Méditerranée intéressait grandement le gouverneur de l'*Estado da Índia*. Trois Portugais, qui avait fui la métropole du Bosphore où ils avaient vécu plus d'un an après avoir été capturés par les Turcs, l'informent à leur arrivée à Ormuz en octobre 1537 que le Turc avait fait construire 400 galères et qu'il prévoyait une flotte d'un millier d'embarcations et 200 000 hommes pour aller sur la côte de La Pouille.

Lorsqu'en 1543, quand Ḥayr al-Dīn se trouve sur la côte méridionale de la France, dans le cadre de l'alliance franco-ottomane, se répandent à nouveau des rumeurs concernant les incursions des corsaires barbaresques dans les eaux du détroit de Gibraltar et la menace possible des places ibériques. Même si les mouvements de Barberousse se limitent au golfe du Lion et à la côte catalane, la présence d'embarcations turques au large de Ceuta semble avoir provoqué un bref moment de panique chez les autorités portugaises³⁰. Une fois de plus, ces nouvelles justifient le renforcement du dispositif de défense de Ceuta, tâche incombant à D. João de Castro, lequel avait été nommé capitaine de l'«armada de la côte» à son retour d'Inde³¹. En mai 1544, les nouvelles concernant l'éventualité d'une attaque de la flotte de Barberousse contre les côtes espagnoles alertent à nouveau le Prince et futur Philippe II ; mais quelques mois plus tard, le départ de l'amiral ottoman des eaux de la Méditerranée occidentale semble plus rassurant³². A partir de ce moment, Barberousse disparaît progressivement de la documentation portugaise. En effet, la même année, il se retire définitivement à Constantinople, son fils adoptif, Ḥasan Pāšā, obtenant le gouvernement de la régence d'Alger à sa place. Il mourra dans la capitale ottomane deux ans plus tard.

Le nom de Barberousse restera pour longtemps une référence inévitable dans l'histoire de la navigation en Méditerranée, même bien après son décès. Citons un exemple: Pīrī Ra'īs, qui en 1552 commande une armada turque dans le détroit d'Ormuz, est présenté comme une «création de Barberousse» («*feitura de Barba Roxa*») par D. Álvaro de Noronha³³, quand en fait le célèbre cartographe et marin ottoman avait navigué surtout sous le drapeau de Kamal Ra'īs, son oncle. Sa présence aux côtés de Ḥayr al-Dīn est avérée une fois en 1515, quand il est envoyé à Constantinople portant un message pour le Sultan de la part des frères Barberousse³⁴; quoiqu'il en soit, Pīrī était alors déjà un marin expérimenté qui n'avait rien à envier aux seigneurs d'Alger. Un autre exemple qui

²⁹ Cf. Lettre de Cristóvão de Távora à Jean III, Abrantes, 5.VIII.1534, publ. CRUZ, *As Controvérsias ao Tempo de D. João III...* cit., pp. 91-92.

³⁰ Citons, par exemple, l'attaque d'un petit navire portugais chargé d'aller libérer des captifs à Velez (Bādis) par des pirates turcs venus de Targa, et qui a provoqué la mort de l'*almocadem* Rui Ledo. D. Afonso de Noronha à Jean III, Ceuta, 15.VI.1543, ANTT, CC I-73-103, publ. SIHM – Portugal, IV, pp. 128-132. Cf. Otilia Rodrigues FONTOURA, *Portugal em Marrocos na época de D. João III: Abandono ou permanência?* Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, pp. 114-115; Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA & Paulo Drumond BRAGA, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 1998, p. 112.

³¹ Jacinto Freire de ANDRADE, *Vida de D. João de Castro, Quarto Viso-rey da Índia*, Ed. Francisco de S. Luiz, Paris, Chez Aimé André, 1837, pp. 17-19. Il faut dire que le récit d'Andrade offre à D. João de Castro un rôle improbable dans cette affaire, et le place avec D. Álvaro de Bazán à l'entrée du Déroit de Gibraltar en attendant l'arrivée de l'armada barbaresque, quand il était sûrement déjà à Ceuta (cf. notes de S. Luiz, *ibidem*, p. 314). Nous remercions M. José Manuel Garcia de nous avoir conseillé la lecture de ces passages.

³² Voir la lettre de Philippe aux autorités de Gibraltar, Valladolid, 30.V.1544, ANTT, CC I-75-2. Il s'agit d'une copie qui fut sûrement envoyée au roi portugais pour l'avertir du possible danger. Le 11 juin suivant, un courrier venu de Rome informe Jean III que quelques semaines avant, séjournant à Nice, il avait vu l'armada de Barberousse partir pour Constantinople. Le roi portugais demande alors aux différents commandants engagés dans l'effort de secours des places luso-marocaines de ne pas s'embarquer ni vers Ceuta ni vers les autres forteresses jusqu'à nouvel ordre. Lisbonne, 12.VI.1544, ANTT, CC I-75-6 et 7 et 8). Ces nouvelles seront confirmées plus tard par le biais du prince Philippe. Jean III au Marquis de Ferreira, Évora, VII.1544, ANTT, CC I-75-30.

³³ Ormuz, 31.X.1552, ANTT, CC I-89-9, publ. Salih ÖZBARAN, *The Ottoman Response to European Expansion: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands During the Sixteenth Century*, Istanbul, Isis Press, 1994, p. 177.

³⁴ Cf. SOUCEK, «The Rise of the Barbarossas in North Africa» cit., p. 243 n. 23; BUNES IBARRA, «La ocupación del Magreb por Hayreddin Barbarroja según el Ms. 2459 de la Üniversite Kütüphanesi de Estambul», in Maria Jesús RUBIERA MATA (coord.), *Carlos V, Los moriscos y el Islam*,

illustre cette omniprésence posthume de Ḥayr al-Dīn concerne, dans les documents ibériques contemporains, la manière dont Ḥasan Pāšā est plus souvent désigné par l'expression «fils de Barberousse» que par son nom propre.

Pour conclure, nous aimerions souligner le fait que les mentions à Barberousse dans la documentation portugaise restent la plupart du temps des références à une entité collective plutôt qu'à une personne en particulier. Mais l'analyse des documents nous amène aussi à constater comment cet «acteur invisible» jouait indirectement dans l'équilibre géopolitique des puissances hispaniques. Même si le système défensif ibérique semblait bien marcher, les intérêts des deux Etas étaient diamétralement opposés: Jean III s'inquiétait surtout de la situation des forteresses portugaises au Maroc tandis que Charles Quint devait s'occuper tant de ses possessions en Méditerranée occidentale que des territoires impériaux en Europe orientale, où les dangers de l'expansion turque le forçaient à porter son attention assez fréquemment. Il était donc obligé de jongler avec les moyens disponibles. Ajoutons à cela le fait que Charles Quint n'aurait guère apprécié que l'influence politico-militaire portugaise ne s'élargisse au delà de Ceuta, nous arriverons facilement à la conclusion que l'effort commun de destruction de la course barbaresque ne pouvait qu'avoir un effet limité³⁵.

Madrid, Sociedad Estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V/Universidad de Alicante, 2001, p. 177. La traduction espagnole de Juan Luis Alzamora appelle Pīrī Ra'īs «Mueldin Rais» (*La vida, y historia de Hayradin*, pp. 47-48). Sur ce personnage, voir surtout Svat SOUCEK, *Piri Reis & Turkish Mapmaking after Columbus: The Khalili Portolan Atlas*, Londres, Nour Foundation/Azimuth Editions/Oxford University Press, [1996].

³⁵ Cf. VIAUD, *Correspondance d'un ambassadeur castillan...* cit., pp. 191-192.

Alcácer Quibir revisitado

LA BATAILLE D'EL KSAR EL KEBIR «OUED EL MAKHAZEN»

Et le besoin de nouvelles approches

OTMANE MANSOURI

Il y a 430 ans, la bataille connue chez les portugais au nom de ElKsar El Kebir, et chez les marocains au nom de Oued El Makhazen, a eu lieu, à proximité de la ville qui a porté son nom. Et depuis ce temps, de nombreuses études s'y consacrent. Ceci pourrait signifier que tout ce qui devrait être dit ou soulevé comme détails, questions et éclaircissements a été fait, et qu'il ne reste rien de primordial à ajouter à ce propos.

Toutefois, l'on vient à se demander si c'est exact? N'aurait-on pas besoin de réétudier cette bataille sans les préjugés de nos ancêtres? Ne devrions nous pas relire son histoire sans les réponses trop faciles données aux nombreuses questions qu'elle pose?

Si on se débarrassait de l'influence des écrits réalisés depuis le XVI^e siècle, et si nous recommençons le travail selon des approches différentes qui ne négligent pas tous les écrits mais qui en considèrent d'autres aspects et points de vues. Si on attachait plus de temps aux détails et récits de cette bataille nous aboutirons sûrement à des résultats différents.

Cette intervention est, en fait, une invitation à relire et revoir ce qui est écrit sur cette bataille, à la lumière de quelques remarques tirées d'une première lecture rapide.

I. L'histoire de la bataille de Oued El Makhazen, comme d'autres étapes de notre histoire commune, est écrite avec deux approches, et plusieurs versions

Si on commençait par le nom même de cette bataille, nous constaterions déjà qu'elle est désignée par «Oued El Makhazen» chez les marocains et «El Ksar Quebir» chez les portugais. D'autres l'ont nommée la bataille des trois rois (quatre si l'on y ajoute Al Mansour). Ajoutons à cela le nom local de la place qu'a connu la bataille à l'époque: Tamda¹ qui est, quoique authentique, rarement utilisé.

On trouve les causes de cette dualité d'analyse dans des facteurs différents:

A – l'influence des écrits et circonstances qui ont accompagné et suivi la bataille jusqu'à nos jours: Les marocains (les anciens chroniqueurs et les historiens traditionnels) ont considéré la bataille comme un miracle, une grande victoire sainte contre l'ennemi mécréant. Ils lui ont donc donné un aspect religieux, et l'Etat Saadien a su en profiter pour consolider sa position contre ses ennemis à l'échelon local et international². Les chroniqueurs

¹ Mohammed Al-Arbi AL-FASSI, "Miraat Al Mahassen...": «La bataille était à Tamda aux environs d'elKsar El Kebir (...) Gazouat Tamda (...)» p. 34.

² Abou Al-Mahassen Youssef Al-Fassi, un grand «Soufi» a participé à cette bataille, comme d'autres «souffis et Awliya»: tel Cheikh Al-Yadri, et le Fameux Abou Al-Abbass Assabti. Celui là a été vu montant son cheval blond encourageant les combattants à avancer. M. AL-FASSI, "Miraat Al Mahassen..." cit., p. 34; Mohammed Essaghir AL-IFRANI, *Nouzhat Al Hadi*, présenté et annoté par Abdellatif Chdli, Casablanca, 1998, pp. 139-141.

marocains ont attribué des miracles «Karamats» à cette bataille³ et ils l'ont comparé à la grande bataille de «Ghazouat Badr» de l'époque du prophète⁴. L'esprit religieux dominait donc les écrits car les marocains ont considéré cette bataille comme une continuité des guerres qui ont opposé les musulmans aux chrétiens durant des siècles. La bataille a donc mis fin à ce danger qui menaçait non seulement leur existence mais surtout leur religion. On trouve l'écho de cette pensée même dans les écritures contemporaines et récentes. Les chercheurs portugais négligent cet esprit qui animait les marocains à l'époque de cette bataille. Abdelmalek n'a pas pu en finir avec Almoutawakil, après plus de vingt quatre batailles. Cependant, dès que celui-ci demanda l'aide des chrétiens, et après la venue en personne du roi du Portugal au Maroc avec une énorme armée, il a pu réunir à ses côtés tous les marocains. Ces derniers ont senti qu'il ne s'agit pas d'un simple conflit entre des prétendants au trône, mais du destin de toute une nation. D'ailleurs la notion de nation et nationalisme était souvent liée à l'appartenance au pays de l'Islam et à la religion musulmane, et dirigée contre les chrétiens qui étaient les occupants (Espagnols, Portugais, Français). Rappelons que le Maroc n'a pas connu l'occupation turque. Sidi Moussa, un marocain qui résidait au Portugal au XVI^e siècle, a bien conseillé le roi Sébastien, de ne plus partir en personne au Maroc. Ceci donnerait l'impression qu'il est venu pour occuper le pays et influencerait les gens pour être au côté de Abdelmalek. Selon lui, il suffirait d'envoyer un commandant portugais avec quatre ou cinq miles soldats pour réussir la campagne. Etant donné que le Maroc est très vaste et surpeuplé, et pour l'occuper, même deux rivières d'hommes et d'argent ne suffiraient pas...⁵. Mais cet esprit et cette façon de voir la bataille dominaient aussi les études et écritures contemporaines, surtout durant le protectorat français et même après l'indépendance. Ceci se traduit par le fait qu'elle ait été dominée par une atmosphère de patriotisme contre l'occupant qui nécessita le recours au passé pour recueillir les atouts positifs qui aident à encourager la résistance au profit du mouvement nationaliste marocains. L'effet de ce sentiment religio-national est resté bien après l'indépendance⁶.

L'influence de cet aspect religio-national, empêche certains chercheurs d'étudier les faits historiques d'une vision neutre et scientifique. Lorsqu'Almoutawakil demanda l'aide d'une puissance voisine «étrangère», il a commis un acte qu'on peut qualifier comme politique. Toutefois les circonstances existantes à l'époque ont traduit cet acte comme étant une grande trahison. D'ailleurs il est encore considéré comme tel. Cependant nous savons que l'histoire moderne a connu plusieurs cas de ce genre⁷. L'atmosphère religieuse qui régnait et qui accompagnait les préparations contre la campagne portugaise est un facteur très important. Pourtant la plus part des historiens portugais l'ont négligé. Les mouvements souffis, les Oulemas, ont animé les esprits. Les études portugaises ne parlent pas par exemple de la lettre adressée à Almoutawakil. Celle-ci était une réponse à sa lettre, qui justifie son recours à l'aide portugaise. Une lettre qui discute du problème de succession au trône saadien, et qui montre que tous les composants de l'état et de la société marocaine ont pris le côté de Abdelmalek. Surtout après que Almoutawakil ait demandé l'aide des portugais «chrétiens» contre les musulmans. La lettre parle aussi des préparations matérielles et morales: les drapeaux posés au milieu de la grande mosquée Al Quaraouiyyne, les réciteurs du corans qui ont récité le coran cent fois et le livre de «Boukhari» qui contient les hadiths du prophète, et «tahlil et takbir»: les prières et les invocations etc.⁸.

³ Selon Al-Miraat, c'est le cheikh Youssef qui demanda aux habitants d'El-ksar El-Kebir de rester chez eux, expliquant que le roi du Portugal ne pourra pas avancer de son endroit jusqu'à l'arrivée du sultan Moulay Abdelmalek. Il leur assura la victoire des marocains et fixa même le prix de l'achat des captifs portugais. M. AL-FASSI, "Miraat Al Mahassen..." cit., p. 82. Fachali, raconte aussi qu'Al Mansour fut touché à la poitrine, mais comme par une sorte de miracle, il ne sentit rien (*Manahil Assafa...*, présenté et annoté par Abdelkarim Kriem, Rabat, 1972, p. 38. Le même Al Mansour était très confiant malgré l'inquiétude de ses officiers, et malgré la panique générale parce qu'il se souvenait d'un ancien rêve où le prophète «SAS» lui annonça qu'il sera Roi à l'âge de 30 ans, alors qu'il avait 30 ans le jour de la bataille! (Abdelaziz AL-FACHTALI, *Manahil Assafa...* cit., p. 27).

⁴ M. AL-IFRANI, *Nouzhat...* cit., p. 139.

⁵ David LOPES, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, 1989, p. 80.

⁶ On trouve dans des phrases comme: «Nous n'aurons la tranquillité qu'après que Ceuta revienne à la mère patrie...», «Une victoire pour tous les musulmans», Mohammed AL-FASSI, «La bataille décisive de Oued El Makhazen», in *La recherche scientifique*, 9 (1966), pp. 230-231, cette victoire a mis fin à l'aventure portugaise et au conflit qui existait depuis plus de deux siècles... La bataille a prouvé l'existence d'un sentiment national fort chez les marocains, Mohammed ZNIBER, *Mémoire du Maroc*, pp. 174-194. Sauver le monde islamique... Harakat Brahim, Politique... pp. 68-75.

⁷ Otmane MANSOURI, «Demander assistance à l'étranger», in *Bouhouth* (1999), pp. 2-28.

⁸ On trouve le texte intégral de cette lettre à «Nouzhat». M. AL-IFRANI, *Nouzhat...* cit., pp. 128-138.

Certains chercheurs marocains ont considéré cette atmosphère d'animation religieuse comme facteur important pour expliquer la ténacité de la résistance marocaine à l'époque. Pourtant cette même atmosphère a influencé d'autres chercheurs moins professionnels à insister sur la gloire, l'héroïsme, le sentiment nationaliste et religieux... Alors des fois ils gonflent les faits et les nombres des soldats portugais et minimisent le nombre des soldats marocains.

B – Du côté Portugais, certains historiens ont considéré cette bataille comme une catastrophe qui a démoli un gigantesque rêve: l'empire portugais et ses gloires. Elle a également été considérée comme un accident qui a surpris tout le monde, c'est l'exception. Ainsi, la plupart des études sur cette bataille ont été caractérisés par la logique de justification et la recherche des prétextes. Aussi, la bataille est le fruit de l'aventure d'un jeune roi qui est maladroit, qui manque d'expérience etc... On peut citer comme exemple la page web «O Portal da Historia» où on trouve les phrases suivantes sur D. Sébastien: «... Nunca ouviu conselhos de ninguém, e entregue ao sonho anacronico de sujeitar a si toda a Bérberia a trazer à sua soberania a venerada palestina, nunca se interessou pelo povo, nunca reuniu cortes nem visitou o pais, so pensado em recrutar um exército a armá-lo, pedindo auxilio a estados estrangeiros, contraindo empréstimos a arruinado os cofres do reino, tendo o único fito de ir a Africa combater os mouros. Chefe de um numeroso exército, na sua maioria aventureiros e miseráveis, parte para Africa em Junho de 1578; chega perto de Alcaccer Quibir a 3 de Agosto e a 4 o exército português esfomeado e estafado pela marcha e pelo calor e dirigido por um rei incapaz, foi completamente destroçado, figurando o próprio rei entre os mortos...»⁹. Ces aperçus de phrases montrent qu'on attribue à D. Sébastien plusieurs défauts et la totale responsabilité de la défaite et de la décadence de l'empire portugais. Cependant, il y a d'autres raisons qui expliquent le déclin de l'empire portugais. Il faut chercher loin dans les années 1521 et 1522 et revoir quelques faits, jugement et préjugés:

– l'Empire portugais a connu des difficultés économiques et politiques et des signes de faiblesse qui remontent à 1521 à l'époque de Joao III¹⁰. La population portugaise a également connu une baisse démographique considérable à cause des portugais qui émigraient au Brésil et en Inde en recherche des richesses, et qui ne revenaient pas. En effet une personne sur dix revenait. Le Portugal avait donc perdu durant le XVI^e siècle 50% de ses habitants, ce qui a causé des dommages considérables à l'agriculture et a obligé le pays à importer les esclaves de l'Afrique noire¹¹. Il faut ajouter à cela la grande peste qu'a connu le Portugal en 1569¹²... En conséquence la bataille ne serait pas, à elle seule responsable du déclin de cet empire.

– Est-ce que la bataille était une aventure mal étudiée?

En fait, ceux qui ont dit ceci ont donné un jugement postérieur basé sur le résultat de la bataille et qui coïncide parfaitement avec le nombre insuffisant des soldats et de l'effectif portugais de l'armée portugaise.

Avant cette bataille, les deux frères (Abdelmalek et Ahmed, ont engagé plusieurs batailles (environ 24 selon les sources marocaines)¹³ contre leur neveu Mohamed Almotawakkil, ils ont épuisé leur force ainsi que leur potentiel humain et matériel. L'Espagne et le Portugal observaient la situation attentivement, et ils connaissaient bien la détérioration de la situation générale au Maroc à cause des guerres intestines. Et si le roi d'Espagne n'avait pas participé directement, c'est parce qu'il était préoccupé par les problèmes méditerranéens. Et pourtant, il avait envoyé une aide militaire et des soldats. On sait aussi que le Roi Sébastien s'était bien préparé pour la bataille, et que plusieurs volontaires y ont participé, et cela avant même que le roi Mohammed Motawakil ne lui demanda de l'aide.

⁹ Les références de la page web sont le volume III de la *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo SERRÃO, et le *Dicionário de Historia de Portugal*, de Joel SERRÃO.

¹⁰ António Dias FARINHA, «O interesse pelo Norte de África», in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de ALBUQUERQUE, Lisboa, Alfa, vol. I, p. 125; Jaouad MEHDI et Mhammed BENABOUD, «La bataille d'El Qsar El Kebir» (traduction d'une partie du livre du même nom de E. W. Bovill), in *La recherche scientifique*, 35 (1985), p. 269.

¹¹ Jaouad MEHDI et Mhammed BENABOUD, «La bataille d'El Qsar El Kebir»... cit., p. 268.

¹² Des centaines de morts chaque jour, ils n'ont pas trouvé d'endroit pour les enterrer... des faussées pour enterrer les morts, 50 morts à la fois, le nombre des victimes à Lisbonne dépassait 40000 morts ce qui représentait le tiers des habitants. La monnaie de bronze a perdu le tiers de sa valeur, voir: F. A. Oliveira MARTINS, *Historia de Portugal*, Lisboa, 1937, p. 341.

¹³ M. AL-IFRANI, *Nouzhat*... cit., p. 136 – Harakat, Politique, p. 69 – Le Maroc, p. 258 – Kriem, Le Maroc, p. 97. Ben ABDELLAH, *Histoire*, pp. 171-173.

Les portugais ont constaté que les circonstances étaient favorables pour gagner des acquis au Maroc et profiter de la situation déplorable pour arriver peut être à Fès la capitale. C'est pour cette raison qu'ils ont investi tout leur poids et leurs moyens énormes dans cette guerre¹⁴. L'histoire ne permet pas des suppositions mais on sait que la lecture de cet événement aurait été différente si le Portugal avait remporté cette bataille. A ce moment, personne ne parlerait de l'incompétence du Roi Sébastien, ou de l'aventure et du manque d'expérience. Si nous établissions nos analyses avant la bataille, cela nous permettrait de voir que la situation au Maroc était favorable à une intervention militaire, vu les conséquences des guerres internes qui ont affaiblies les deux camps en guerre pour le pouvoir. La logique et le contexte de l'époque permettaient une telle intervention. On peut résumer cette idée en disant que l'idée était bonne mais c'est l'exécution qui fut mauvaise.

– Il est vrai que le retour à la politique expansionniste D'Emanuel n'est pas bien justifié, surtout en vue de la fin tragique que connut l'aventure de Sébastien. Mais cela n'empêche pas de constater que la campagne de l'Afrique était réalisable, voir raisonnable. Dire que c'était le fruit d'une aventure d'un jeune roi têtue, qui manque d'expérience et qui calcule mal ne résout pas tout le problème. La bataille en elle-même n'était pas responsable de la chute de cet empire. Cela s'explique par le fait qu'une bataille, surtout avec le nombre des soldats qui ont participé selon les sources portugaises, et qui se déroulait loin des terres portugaises ne pouvait pas avoir de telles conséquences. Le vrai problème est la mort du roi Sébastien sans qu'il laisse un héritier du trône. Ceci a donné à l'Espagne l'opportunité de gouverner le Portugal. Que le Roi Sébastien soit mort, en guerre ou en paix, dans une bataille ou dans son lit, c'est pareil. Si le roi était sorti sain et sauf de cette bataille, il aurait été capable de résoudre les problèmes dus à la défaite. Parce que les pertes matérielles et humaines quoi qu'elles soient énormes, sont faciles à surmonter, et à récupérer en présence d'un trône stable et d'un roi qui dirige le pays.

– Est-ce que la défaite était un accident de parcours ou un événement exceptionnel dans l'histoire des deux pays?

Si on révisait l'histoire des portugais au Maroc, on trouverait qu'ils étaient supérieurs en mer. Ceci les a aidé à occuper les villes côtières marocaines et leur a permis de les garder plus longtemps. Il faut dire qu'ils ont bénéficié de leur suprématie en armes et équipements militaires pour engager des guerres en formes d'excursions rapides réussies contre des douars et tribus beaucoup moins équipés en armes, surtout en armes à feu. Mais on constate aussi que pendant les batailles et les affrontements militaires terrestres, les portugais ont connu bien des défaites plus au moins importantes, dont on peut citer la défaite de Tanger en 1437 où les marocains ont capturé le prince «saint» D. Fernando qui trouva la mort à Fès en prison en 1443. Mais aussi la défaite de l'île Graciosa, et la bataille d'AlMaamoura à l'embouchure de oued Sebou en juillet 1515¹⁵. Le Roi Philippe II, a exigé à D. Sébastien de recruter des combattants d'Allemagne, d'Italie et de l'Espagne pour obtenir son aide. Il avait prétendu que les portugais, bien qu'ils sont forts en guerre maritime, et qu'ils défendent bien les places, auront des problèmes de bataille dans des champs ouverts¹⁶. Certains historiens ont même essayé de minimiser l'importance de cette défaite en minimisant le nombre des soldats du côté portugais et en exagérant les nombres du côté marocain, ou le rôle des turques dans cette défaite.

C – l'handicap de langue, est responsable aussi de cette dualité. Car les portugais se contentaient de leurs sources, bien qu'elles soient riches. Néanmoins ils n'ont pas les moyens de lire et étudier les sources marocaines, et les études en langue arabes. De même, les marocains n'ont pas les moyens de lire et suivre tout ce que produisent les historiens portugais, ce qui afferme la négligence des uns aux travaux des autres. Or le contraire donna à ces études une vision plus large et complète car il y a des détails que nous trouvons chez les historiens et chroniqueurs marocains et pas chez les portugais et vice versa. Comme par exemple les lettres échangées entre les deux rois: Abdelmalek et Sébastien, le nombre des morts et captifs, l'importance des dépouilles, le rachat, le corps de

¹⁴ On voit que la campagne de l'Afrique est devenu une obsession pour D. Sébastien, et durant plus de quatre ans il n'a pas cessé de chercher les moyens pour financer la campagne, recruter les hommes, et recevoir l'aide et la bénédiction du Pape etc.

¹⁵ On parle de 4000 morts parmi les portugais (voir Mohammed AL-FASSI, «La bataille décisive de Oued El Makhazen»... cit., p. 219; António Dias FARINHA, «O interesse pelo Norte de África»... cit., p.103.

¹⁶ Pedro Soares MARTINEZ, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, p. 111.

Sébastien. Ce qui démontre l'importance qu'il faut donner aux efforts fournis par un petit nombre d'historiens en matière de traduction.

II. On n'a pas tout dit, il reste beaucoup à faire

Vu les remarques précédentes, on constate que malgré la quantité et la qualité des études effectuées, surtout de la part des historiens portugais, beaucoup de détails et faits restent indécis ou incorrects, voir incomplet. Ces faits méritent de part et autre plus d'intentions et de recherches. Je cite brièvement quelques exemples:

- La mort de Sébastien: les sources marocaines parlent d'une délégation portugaise qui est venu demander au Sultan Al Mansour le corps¹⁷. Ce dernier le leur avait donné sans contrepartie, comme preuve d'amitié. On sait que la recherche du corps de Sébastien a demandé plus de 3 jours par trois équipes de 10 personnes chacune¹⁸. Cependant des sources parlent de l'enterrement du corps au Portugal en 1582¹⁹, d'autres doutent carrément du destin du corps. Il y a à signaler que le même doute existe pour AlMoutawakil étant donné qu'on ne sait pas exactement ce qu'est devenu son corps après un trajet dans plusieurs villes marocaines. De même pour Abdelmalek, il y'a aujourd'hui une petite tombe en place de la bataille mais les sources écrites racontent qu'on a transporté son corps à Fès. Les détails concernant la signification de «sebastianisme», est ce qu'on peut la comparer au mahdisme au Maroc?

- Les statistiques et les nombres des soldats et participants dans les deux côtés: Des numéros qui augmentent et baissent selon les camps, hors personne n'a fait un effort au moins pour rejeter les nombres exorbitants. Des fois on parle de 14 000 participants et 18 000 morts! Pas une étude de terrain pour fixer l'endroit exact et les positions. Ni même la superficie pour savoir si elle est capable d'envelopper les quantités présumées d'hommes, tentes, charrettes, chevaux et canons etc. Combien y'a-t-il eut de morts, de blessés, de captifs, et de rescapés... Le pont que les marocains ont démolé, la rivière de oued al makhazen, sa profondeur à l'époque, et maintenant.

- Le rapport de cette bataille avec la gloire et prospérité de l'état marocain: Les chroniqueurs marocains attribuent l'apogée de la dynastie saadienne à la victoire en ElKsar El Kebir. Matériellement, on ne peut pas voir le rapport, parce que le Maroc a vécu des moments pénibles à cause des événements qui ont précédé la bataille: une série de guerres, plus de vingt batailles, des guerres qui ont épuisé les ressources financières et humaines, avec des pertes considérables. Les sources marocaines affirment que le sultan Ahmed El Mansour a commencé son règne avec une trésorerie vide sans or ni argent. Le rachat des captifs et les dépouilles de la bataille étaient sans doute des ressources considérables mais insuffisantes vu l'atrocité des guerres et le volume énorme des pertes. Les conséquences négatives sur l'économie du pays et sa stabilité étaient tout aussi importantes, et il a fallu plus d'une décennie pour que le fruit de ces efforts se sente, surtout après la conquête du Soudan. En plus de cela, le pays a connu des années de famines et épidémies qui ont alourdi les aspects négatifs de cette situation²⁰.

- Les préparations des deux côtés, le nombre des participants du côté du Maroc et celui du Portugal et hors les deux pays, le rôle des turques, des espagnols et de l'église dans ce conflit, et le volume de l'apport donné par eux.

- Les détails concernant les mouvements de chacune des deux armées: les plans et stratégies suivies par chacune d'elles, les lettres présumées échangées entre elles. Les lettres échangées surtout entre Abdelmalek et Sébastien, et entre le roi de l'Espagne. L'endroit précis de la bataille, le déroulement, les causes réelles de la défaite (purement techniques) combien de temps elle a duré...

¹⁷ M. AL-IFRANI, *Nouzhat...* cit., p. 151; Abdelaziz AL-FACHTALI, *Manahil Assafa...* cit., pp. 49-50.

¹⁸ António de SALDANHA, *Crónica de Almansor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, estudo crítico, introdução e notas de António Dias FARINHA, Lisboa, 1997, p. 16.

¹⁹ O «Portal da Historia», D. Sébastien "sepultado em 1582 no mosteiro de Jeronimos".

²⁰ Le Maroc a connu une épidémie en 1597 et 1580 et l'invasion des criquets, et en 1582 -83, accompagnée de la sécheresse, voir: Otmane MANSOURI, *Le commerce au Maroc au XVI^e siècle*, Casablanca, 2001, pp. 302 et 326.

Un grand obstacle empêche les chercheurs à compléter leur devoir, c'est l'absence des études de comparaison. Nous avons une histoire commune, mais deux histoires écrites. A cause de l'handicape linguistique, cité au dessus, les portugais n'ont pas pu lire tout ce qui est écrit en arabe sur la bataille et sur les relations bilatérales. Les marocains non plus n'ont pas réussi à lire tout ce qui est écrit en portugais du coté de leurs homologues. Ceci explique le manque d'études comparatives qui sont nécessaires pour compléter les efforts établis par les chercheurs des deux pays. Sans oublier ce qui a été écrit par des historiens des autres pays comme l'Espagne, l'Angleterre, la France et les pays arabes.

Lexique

Karamat: une sorte de miracle.

Ghazoua: bataille.

Al Quaraouiyne: La grande mosquée et université de Fès.

Hadith: paroles du prophète Mohammed.

Al Boukhari: le livre de «Sahih Al Boukhari», qui contient les paroles du prophète.

Tahlil et Takbir, manière musulmane d'invocation.

Souffis: on les appelle aussi, Oualis et **Salih**s, les gens qui appartiennent à des mouvement (**Zaouias** et **Tarikas**) religieux et social, et qui ont joué un rôle très important contre l'occupation des côtes marocaines par les forces ibériques.

Ouléma: Le (**Alim**) est un grand savant musulman, sa parfaite connaissance de la «**Charia**» les lois coraniques, lui permettait d'exercer un pouvoir moral et une grande influence dans la société.

Bibliographie consultée

1. En arabe:

AL-FASSI, Mohammed, «La bataille décisive de Oued El Makhazen», in *La recherche scientifique*, 9 (Dec. 1966), pp. 217-232.

AL-FASSI, Mohammed Al-Arbi, «Miraat Al Mahassin... biographie de son père», manuscrit.

AL-FACHTALI, Abdelaziz, *Manahil Assafa...*, présenté et annoté par Abdelkarim Kriem, Rabat, 1972.

AL-IFRANI, Mohammed Essaghir, *Nouzhat Al Hadi*, présenté et annoté par Abdellatif Chdli, Casablanca, 1998.

BENJALLOUN, Abdelmajid, «Après la bataille», in *Al Manahil*, 13 (Dec. 1978), pp 223-230.

BEN TAOUIT, Mohammed, «En marge de l'histoire marocaines», *Tetuan*, 9 (1964), pp.31-165.

BRAHIM, Chehata Hassan, *La bataille de Oued El-Makhazen dans l'Histoire du Maroc*, Fes / Casablanca, 1979.

GUENNOU, Abdellah, «Abdelmalek Al Mütassim, le héros de la bataille de Oued El Makhazen», *Al Manahil*, 13 (Dec. 1978), pp. 7-20.

INCONNU, *Histoire de la dynastie saadienne Tagmaddartienne*, présenté et annoté par Abderrahim Benhada, Marrakech, 1994.

KHATTABI, Mohammed Larbi, «Un prince saadien au service de la cour espagnole», *Al Manahil*, 13 (Dec. 1978), pp. 68-96.

MEHDI, Jaouad et BENABOUD, Mhammed, «La bataille d'El Qsar El Kebir» (traduction d'une partie du livre du même nom de E. W. BOVILL), in *La recherche scientifique*, 35 (1985), pp. 255-321.

MANSOURI, Otmene, «Demander assistance à l'étranger», in *Bouhouth* (1999), pp. 2-28.

MANSOURI, Otmene, *Le commerce au Maroc au XVI^e siècle*, Casablanca, 2001.

2. Autres langues:

BRIGNON, Jean et autres, *Histoire du Maroc*, Paris / Casablanca, 1968.

FARINHA, António Dias, “O interesse pelo Norte de África”, “Características da presença portuguesa em Marrocos” e “O declínio da política africana: de Alcácer Quibir ao abandono de Mazagão”, in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de ALBUQUERQUE, Lisboa, Alfa, vol. I, pp. 101-112, 113- 124 e 125-136.

LOPES, David, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, 1989.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, 1991.

MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.

MARTINS, F. A. Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa, 1937.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo dos Leitores, Volume 3.

SALDANHA António de, *Crónica de Almansor Sultão de Marrocos (1578-1603)*, estudo crítico, introdução e notas de António Dias FARINHA, Lisboa, 1997.



Le pont de Oued El Makhazen, dessiné par José Daniel Colasso, tiré de la revue *O Occidente*, 1 Agosto 1878.

A BATALHA DE ALCÁCER QUIBIR E A CRONÍSTICA PORTUGUESA

JOSÉ MANUEL GARCIA

Na longa história das relações entre Portugal e Marrocos a batalha de Alcácer Quibir constitui o seu momento mais dramático, tendo suscitado no conjunto da História de Portugal um dos processos com implicações políticas mais danosas. Tal realidade reflectiu-se nas contingências e dificuldades por que passou a cronística portuguesa que tratou a figura de D. Sebastião e o conflito em questão. Com efeito o desejo de esquecer uma catástrofe humilhante com consequências tão nefastas para Portugal nos mais variados domínios ter-se-á reflectido na relativa escassez de registos de cunho historiográfico de origem portuguesa que narraram o acontecido nessa batalha, além de se ter verificado a não publicação imediata em Portugal de obras sobre o assunto e o rei em questão, as quais só surgem bastantes anos depois.

A falta de uma crónica do reinado D. Sebastião já foi registada por António de Saldanha quando por volta de 1630 escreveu umas lembranças sobre a história de Marrocos entre 1578 e 1603¹. Nesse trabalho, que ficou sem título, os temas tratados iniciam-se com a batalha de Alcácer Quibir, mas o autor descarta-se da preocupação de escrever largamente sobre este tão delicado como complexo assunto ao afirmar que: “Tudo o mais da vida do Maluco e batalha del-rei D. Sebastião está escrito por Jerónimo de Mendonça, que cativou na mesma batalha, e *Franque* que, contando a união de Portugal a Castela, conta esta batalha com alguns erros e atrevimentos”, acrescentando na margem do manuscrito em que ficou o seu trabalho: “a que devem responder os coronistas do reino quando chegarem a tratar a *corónica* do rei D. Sebastião”.

O desejo de os cronistas “chegarem a tratar a *corónica*” do “desejado” era já antigo mas, ainda que sobre D. Sebastião e a trágica batalha em que foi morto se tivessem escrito mais obras do que as dos mencionados Jerónimo de Mendonça e *Franque*, não se chegou de facto a escrever nos séculos XVI e XVIII uma crónica completa sobre o reinado deste monarca nos mesmos moldes das que haviam sido escritas para os reinados anteriores. As crónicas dos reis de Portugal quedaram-se em 1613 pela de D. João III no trabalho então publicado por Francisco de Andrade. Este cronista-mor do reino faleceu a 22 de Março de 1614 sem que haja qualquer indício de ter tratado da crónica de D. Sebastião, tendo o objectivo de fazer tal obra passado para o seu sucessor no cargo a 12 de Julho de 1614: o cisterciense Frei Bernardo de Brito. Quando este morreu a 27 de Fevereiro de 1617, contudo, verificou-se que também ele não deixara preparada a pretendida crónica de D. Sebastião, de que fora expressamente encarregado. O que é possível apurar ao certo é que este cronista recolheu materiais para tal trabalho, que ficaram manuscritos em dois códices, ambos com o título *Copia de cousas principais que sucederão em tempo de el Rey dom Sebastiam. Tiradas pelo doutor Frei Bernardo de Brito dos mais verdadeiros originaes e certas relações que se puderão aver em cada materia que se trata*². A batalha de Alcácer Quibir é aí referida numa passagem em que se alude à morte de D. Sebastião³.

¹ Desta obra conservam-se dois códices, estando um com 151 f. na Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 481, emendado pelo autor, e o outro, com 194 f., que é uma cópia setecentista do anterior, na Biblioteca da Casa Cadaval, M-VI-18. O texto foi publicado com o título *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, de António de Saldanha, tendo um estudo crítico, introdução e notas de António Dias Farinha e tradução francesa de León Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997. A citação que de seguida apresentamos encontra-se na p. 15.

² Biblioteca da Ajuda, 49-XI-75 e 49-XI-77.

³ Cf. Queirós VELOSO, *D. Sebastião*, 2.^a edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 392.

A 9 de Março de 1618, João Baptista Lavanha sucedeu a Frei Bernardo de Brito como cronista-mor do reino e, tal como ele, foi também encarregado de escrever a crónica de D. Sebastião, sobre a qual foi aconselhado por Rui Barreto de Meneses a 12 de Outubro de 1618. Tal intento mais uma vez não foi alcançado até à data da sua morte em Madrid a 2 de Abril de 1624, pois este polígrafo limitara-se a reunir informações para tal obra, as quais se encontram num códice com *Relações das cousas principaes que sucederão em Portugal em tempo del Rey D. Sebastião tiradas de originaes do Rejno por João Batista Lavanha, coronista mor do R.no de Portugal para fazer esta Coronica*⁴. No f. 1 deste códice regista-se a indicação de que: “em casa de Francisco de Lucena, secretário de Estado, recebi este livro em 28 de Junho de 1626”, declaração que poderá revelar que o destinatário do volume seria D. Manuel de Meneses, pois este recebeu a 11 de Outubro de 1625 a nomeação para cronista-mor do reino e com ela a da até aí incumprida missão dos seus antecessores de escrever a crónica de D. Sebastião. O que este fidalgo acabou por escrever sobre D. Sebastião antes de morrer a 28 de Julho de 1628 constitui um assunto ainda em investigação, que passa nomeadamente por apurar o que é que lhe poderá ser atribuído na obra que o impressor Miguel Lopes Ferreira publicou em 1730 em seu nome, ainda que com acréscimo de outros autores que cita, numa edição que intitulou *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião decimo sexto rei de Portugal composta por Manoel de Menezes*. Desta obra ainda foram impressas 169 p. de uma segunda parte, às quais, num exemplar que se encontrava na biblioteca da Casa Tarouca e que agora está na Biblioteca Nacional de Portugal, foram acrescentados 216 fólios manuscritos, em que se referem acontecimentos ordenados cronologicamente entre 1571 e 1578, os quais constituiriam materiais reunidos e preparados para serem utilizados na continuação da crónica que ficara incompleta, ainda que nela também não se trate da batalha de Alcácer Quibir.

No contexto da problemática do trabalho sebástico de D. Manuel de Meneses, de que algumas páginas ainda foram observadas por D. Francisco Manuel de Melo, é ainda de considerar a sua possível relação como uma crónica que ficou anónima e com a indicação de ser o *Principio do gouerno del Rey D. Sebastião 1º do nome 16. dos reis de Portugal*. No manuscrito em que este texto se encontra há um registo que revela ter sido em parte escrito em 24 de Julho de 1626, o que aponta para um período em que D. Manuel de Meneses estaria a trabalhar na crónica de D. Sebastião⁵. De recordar ainda que o atrás mencionado códice que pertenceu a Lavanha foi entregue em 28 de Junho de 1626 talvez a D. Manuel de Meneses, certamente para preparar a crónica de D. Sebastião de que estava encarregado. De qualquer forma nesta última crónica também não há a narrativa da batalha de Alcácer Quibir.

Pouco depois da mencionada edição de 1730 publicou-se importante bibliografia sebástica com o objectivo de ultrapassar a lacuna da cronística do século XVII sobre o reinado D. Sebastião, a qual aproveitou para o efeito o muito material entretanto recolhido nos códices atrás citados e em outros documentos.

A batalha de Alcácer Quibir também foi sendo mencionada de forma mais ou menos breve em livros publicados durante a dinastia filipina com o fim de divulgar a História de Portugal e afirmar a consciência da identidade nacional, de entre os quais se podem destacar os da autoria de José Teixeira, Duarte Nunes de Leão, Pêro de Mariz, Fernando de Góis de Loureiro, António de Vasconcelos, Luís Coelho de Barbuda e Manuel de Faria e Sousa.

Ao encarmos o panorama da cronística portuguesa quinhentista e seiscentista verificamos que foi apenas em 1607 que se publicou em Portugal a já mencionada *Jornada de Africa. Composta por Hieronymo de Mendoça (...) em a qual se responde a Ieronymo Franqui, & outros, & se trata do successo da batalha, cativoiro, & dos que nelle padecerão por não serem mouros, com outras cousas dignas de notar*. Estamos perante um trabalho escrito entre inícios e Outubro de 1606, que acabou de ser impresso em Lisboa por Pedro Craesbeek com (6), 188 f., estando as suas licenças datadas de entre 6 de Fevereiro e 4 de Março de 1607⁶. Como se destaca no próprio título do livro verifica-se que surge em polémica aberta com as afirmações formuladas por Girolamo Franchi di Conestaggio em

⁴ Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 887. Poderão também estar relacionados com os materiais organizados por João Baptista Lavanha os conteúdos dos códices da Biblioteca Nacional de Portugal, ALC. 308 e da Bibliothéque Nationale de France, Fonds portugais, n.º 8.

⁵ ANTT, *Casa Fronteira*, M-VII-17, fl. 24-60. O texto desta obra foi publicado por Luciano Ribeiro em «Colectânea de documentos acerca de D. Sebastião», in *Studia* 5 (1960), pp. 157-197.

⁶ Esta obra teve 2.ª edição de Bento José de Sousa Farinha, Lisboa, Oficina de José da Silva Nazaret, 1785; 3.ª edição de F. Maria Rodrigues, Porto, Imprensa Recreativa do Instituto Escolar de S. Domingos, 1878; 4.ª edição com prólogo de Gabriel Pereira, 2 volumes, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1904. Há também uma versão modernizada e resumida publicada no Porto, Editora Educação Nacional, 1941.

Dell'unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia, impressa pela primeira vez em Génova em 1585, que veio a alcançar grande sucesso internacional e a animosidade de vários autores portugueses⁷.

Ainda que durante os séculos XVI e XVII o texto de Jerónimo de Mendonça sobre a batalha de Alcácer Quibir e o seu contexto tivesse sido o único a ser impresso em Portugal centrado em tais problemáticas fora já precedido por outros trabalhos, sem considerar cartas e poemas, que acabaram por ficar manuscritos e esquecidos. Um dos primeiros e mais completos a ser escrito, talvez ainda aos finais de 1578, corresponde a um *Sumario de todas as coisas sucedidas em Berberia, desde o tempo (em) que começou a reinar o xarife Mulei Mahamet no ano de 1573, até ao fim do ano de sua morte, 1578, no dia da batalha de Alcácer Quibir, em que se perdeu D. Sebastião, rei de Portugal*⁸. Esta obra deve-se a um autor que ficou anónimo, do qual apenas se sabe que depois da batalha foi levado prisioneiro para Fez e pertencera à casa de D. António, prior do Crato.

Cerca de 1594, a história do que ocorreu na batalha de Alcácer Quibir e da conjuntura em que se insere foi tratada de forma exaustiva por um outro autor que participou no conflito e que sobre o tema quis deixar as suas memórias. Esse trabalho ficou num códice que tem por título: *Jornada de ElRey Dom Sebastião as partes de Africa aonde se perdeu Na batalha q(ue) deu aos Mouros em o anno e Era de 1578*⁹. A sua autoria não está expressa, tendo Francisco Sales de Loureiro indicado a possibilidade de ter sido escrito por Fernando de Góis de Loureiro, considerando que este autor na sua *BREVE SVMA, Y / RELACION DE LAS / VIDAS, Y HECHOS / delos Reys de Portugal, / y cosas succedidas en aquele Reyno desde / su principio hasta el ano de MDXCV*, impresso em Mântua por Francisco Osan em 1596, remete na sua p. 80 o leitor para “*al copioso tratado que yo hê compuesto desta Jornada de Africa*”. Não há, contudo, qualquer registo indicando que alguém tenha visto tal tratado, que a ter sido de facto escrito se terá perdido. As dúvidas com que ficámos sobre esta atribuição derivam nomeadamente da circunstância de na p. 81 da mencionada obra se ter escrito que o rei foi preso por alguns setenta “*alarabes*” de cavalo até à chegada dos turcos e que depois, “*por manos dos alarabes miserables este fue muerto (...)*”, indicações que não se encontram registadas dessa forma no manuscrito da *Jornada*, como se pode ver na larga passagem que dela transcrevemos e destacamos, pois constitui a versão mais detalhada que se encontra na cronística portuguesa sobre as circunstâncias em que terá ocorrido a morte de D. Sebastião:

(...) os helches e alarves, que entenderam que a pessoa del-rei estava naquela parte, dando palavra de uns a outros carregaram muitos sobre ele cerrando com os esquadrões; mas os coronéis com sua gente e os poucos que se acharam com el-rei depois do recontro passado, resistindo com muito valor detiveram sua fúria esforçadamente, mostrando aos mouros que aquelas reliquias do exército à vista del-rei eram bastantes para lhe recuperar o perdido: mas com o som e pregam de ali estar a pessoa del-rei foi tão grande a multidão dos mouros que acudiu que com pouco trabalho acabaram de se fazer senhores do campo e ali acabou de morrer quase toda a fidalguia que com el-rei se achou neste último transe de desventura. E o coronel Francisco de Távora mas também ali escapou da morte o afligido rei Dom Sebastião para maior pena e trabalho. O que vendo Cristóvão de Távora que nunca o desacompanhou, lhe disse com brandura, enternecido do miserável estado em que o via:

— Meu rei e meu senhor, que remédio teremos?

A que el-rei lhe respondeu:

— O do céu, se nossas obras o merecem!

⁷ Giacinto MANUPPELLA, «A lenda negra de Jerónimo de' Franchi Conestaggio e da sua *Unione del Regno di Portogallo alla corona di Castiglia* (Génova, 1585)», in *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXI (1985), pp. 53-148.

⁸ Biblioteca Nacional de España, ms. 41, série 2422, f. 235-351. O texto foi publicado por Francisco de Sales LOUREIRO em *Crónica do xarife Mulei Mahamet e d'el rei D. Sebastião: 1573-1578*, Odivelas, Europress, 1987.

⁹ Biblioteca Municipal de Viseu. O texto foi publicado por Francisco de Sales LOUREIRO em *Jornada del-rei Dom Sebastião / Crónica de Dom Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978, depois de ter surgido inicialmente em *Revista de ciências do homem*, 2, Lourenço Marques, 1970, pp. 1-205. Cf. ainda de Francisco de Sales LOUREIRO, «Uma crónica inédita da historiografia sebástica», in *Beira Alta*, 33 (4) (1974), pp. 369-404. O editor da *Jornada* inclina-se para esta autoria, mas não equacionou a hipótese que de seguida indicamos, pois não menciona o nome de D. Gil Eanes da Costa.

E em dizendo isto pediu a lança e em a tomando remeteu aos mouros. E abrindo caminho saiu dantre eles, ao que os mouros deram lugar, não o querendo matar, por lhe ser mais honroso e de maior proveito tomá-lo vivo: e para esse efeito o cercaram logo uma espessa nuvem deles. E um helche, falando com os alarves em aravia os persuadiu que moderassem sua fúria; e aos que com el-rei estavam disse, que pois eram cavaleiros, que entendessem que também entre os mouros os havia, e que ia que os que ali estavam sabiam da estada del-rei antre eles, se dessem à prisão, porque com a vida tudo se poderia remediar. E parecendo a aqueles poucos fidalgos que el-rei queria mudar parecer, para querer antes a vida que a morte trataram por meio deste arrenegado que não consentisse que os mouros chegassem a ele, antes o guardassem de toda a ofensa, porque seriam por isso bem agalarduados; ao que replicaram os alarves, que assim o fariam mas que era necessário render as armas. E vendo Cristóvão de Távora e os mais que ali estavam que não podia assim deixar de ser, pediu a el-rei a espada, per não chegarem os mouros a lha tomar: mas el-rei posto que com lágrimas lha pedia Cristóvão de Távora, encolheu o braço e a apertou na mão dizendo que:

– A liberdade real com a vida se havia de perder.

O conde do Vimioso, que ouviu aquela honrosa resolução del-rei, não podendo sofrer a vida sem poder remediar a seu rei, posto que em tal estado, com a espada nua na mão se meteu por antre os mouros, que estavam ocupados no concerto com o arrenegado. El-rei não tendo lugar para o ajudar lhe disse:

– Conde! Morrer devagar.

O helche que estava tratando do concerto, vendo que o conde tomou aquela honrada determinação para morrer, como morreu, disse a el-rei e a Cristóvão de Távora:

– Segui-me os dous e não mais.

E assim, tomando o campo em través, desviando-se da batalha, começou a correr indo os dous em seu seguimento.

Os bárbaros, como acabaram de matar ao conde e aos mais que ali se acharam, e vendo a el-rei que ia correndo, começaram de o seguir. E com a cobiça da preza se apressaram de maneira que em breve o alcançaram. E o helche, dizem, se apartou desamparando a el-rei porque os alarves o não matassem: e enfim Cristóvão de Távora, ficando só com el-rei, foram cercados de grande quantidade de mouros. E el-rei, tomado as mãos, e dizem que abraçando-se muitos com ele lhe tiraram a espada, outros a selada, e outros as peças das armas ligeiras. E cada uns trabalharam por levar alguma coisa daquele feito, mais por interesse que honra, mas, como eram bárbaros, discordando uns com outros sobre a repartição, vieram a lançar mão das armas e estando assim acesos em ira, um mouro velho, ao que parece não sabendo o que era, que se chamava Lauby, de cima do cavalo em que estava, abrindo caminho por antre os outros mouros, dizendo-lhes más palavras aos alarves:

– Pois dando-lhe Deus vitória queriam pelejar sobre um cativo.

Se chegou a el-rei que já estava em prisão, sem nada na cabeça, e lhe deu uma cutilada com o alfange que tinha na mão, que lhe derrubou a sobranceira direita e deu com ele do cavalo abaixo, e como os mouros viram que não tinham já dele o proveito que esperavam, se cevaram nele dando-lhe outras na cabeça e pela garganta, porque com as armas fortes lhas não podiam dar pelo corpo, com que acabaram de o matar¹⁰.

Perante a questão do apuramento da autoria da *Jornada* e na dúvida da sua atribuição a Fernando de Góis de Loureiro consideramos pertinente apontar a possibilidade de ela poder ser aquela que Diogo Barbosa Machado diz ter sido escrita por D. Gil Eanes da Costa, ao registar que este “Escreveu com igual verdade, que elegância. *Jornada delRey D. Sebastião a Africa. M. S.* Esta obra ainda que não logrou o benefício da luz pública se conserva em poder de alguns eruditos com suma estimação”¹¹.

Tendo em conta este registo de Diogo Barbosa Machado sobre a *Jornada delRey D. Sebastião a Africa* afigura-se-nos credível a sustentabilidade da hipótese de a *Jornada de ElRey Dom Sebastião as partes de Africa* ser de

¹⁰ *Jornada del-rei Dom Sebastião à África, Crónica de Dom Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978, pp. 120-121 (actualizados a ortografia).

¹¹ Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca lusitana*, volume II, Lisboa, 1747, p. 382.

D. Gil Eanes da Costa que participou na batalha de Alcácer Quibir e aí ficou preso, sendo um dos oitenta fidalgos que foi libertado em 1579. Não se tendo identificado o paradeiro de qualquer exemplar da obra com o nome desta personalidade afigura-se-nos que o manuscrito em causa poderá ser uma das cópias dos tais exemplares que no dizer de Barbosa Machado, estava em “poder de alguns eruditos com suma estimação”. Observemos ainda que para reforçar a hipótese formulada, a qual terá ainda de ser mais trabalhada, o fidalgo aqui considerado foi presidente da Câmara de Lisboa entre 1595 e 1602 e que a *Jornada* termina precisamente com um texto muito elogioso sobre essa mesma Câmara.

No século XVII a batalha de Alcácer Quibir mereceu ainda grande destaque na obra de cunho memorial de Miguel Leitão de Andrade, o qual com grande realismo e dramatismo narrou o que viu e sentiu durante a participação nesse evento na sua *Miscellanea do sitio / de N. S^a. da Luz do Pedrogão / Grande / Aparecim(en)to. de sua s(an)ta imagem. / Fundação do seu Conv(en)to. e da / See de Lxa (...) com m(ui)tas. curiosidades e poezias diversas*, impressa em Lisboa por Mateus Pinheiro em 1629 com a particularidade rara em Portugal de incluir duas gravuras com a representação da batalha de Alcácer Quibir. As licenças desta edição foram passadas em Lisboa entre 20 de Outubro de 1626 e 30 de Maio de 1629, data em que foi taxada a sua venda em 400 réis¹².

De entre as obras centradas na batalha de Alcácer Quibir, ainda que tratando de outras matérias posteriores, há também um texto anónimo que ficou manuscrito e não datado, que em parte terá tido em conta o texto da *Jornada de ElRey Dom Sebastião as partes de Africar*. Estamos perante um trabalho que foi copiado por Frei Vicente Salgado em 24 de Fevereiro de 1800 de um manuscrito que não teria título, tendo-lhe esta personalidade colocado a indicação no f. 1 de que se trata de um “*Monumento verídico Das cousas que passarão em Africa quando elRey Dom Sebastião de Portugal a ella veio. Escrito por hum homem Africano desejoso de se não perder a fama dos acontecimentos que nesta batalha se obrarão pelos nobres Capitães, fidalgos, e Almocadas. Cópia fiel de hum mss aparecido no Algarve na Bibliotheca de Damião de Lemos Faria, e Castro natural da Villa Nova de Portimão*”, tendo na capa da encadernação moderna a indicação de ser uma “*Jornada de África Del Rey D. Sebastião escrita por um Homem Africano*”¹³.

Considerando agora as obras que foram escritas nos séculos XVI e XVII consagradas à vida de D. Sebastião, em que a batalha de Alcácer Quibir é referida, importa realçar que a mais importante é aquela que foi copiada em muitos manuscritos com variantes, sendo a versão mais extensa do título a que aparece sob a forma de: *Chronica D'El Rey D. Sebastião o primeiro e Único dos reinos de Portugal, Seu prodígio do nascimento, sua lastimosa perdição em Africa, nocivos indícios que motivaram a infausta jornada e fatais circunstancias que concorreram para esta perdição por Frey Bernardo da Cruz da Terceira Ordem de S. Francisco, Capellão Mor do Exercito*¹⁴.

A autoria que é assim expressa foi aceite por muitos autores como Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Frei Vicente Salgado e Alexandre Herculano, mas foi contestada por outros, na sequência de estudos realizados por José Maria Queiroz Veloso¹⁵. Este último defendeu, fundando-se em alusões de Barbosa Machado¹⁶, que o

¹² Esta obra teve 2.^a edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, a partir da qual se fez a 3.^a edição, com introdução de Manuel Marques Duarte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

¹³ Academia das Ciências de Lisboa, Manuscritos vermelhos, n.º 248. O texto desta obra foi publicado com prólogo de Júlio da Conceição Pedro e actualização ortográfica de Fernando Calapez em *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*, Lisboa, Livro Aberto, 2004.

¹⁴ O título aqui apresentado constitui a variante mais extensa que se conhece no conjunto dos códices existentes. O texto desta obra foi editado pela primeira vez por Alexandre Herculano e António da Costa Paiva sob a atribuição de Frei Bernardo da Cruz em *Crónica del rei D. Sebastião*, Lisboa, Imprensa de Galhardo e Irmãos, 1837, sendo de seguida reeditado em *Crónica del-rei D. Sebastião*, 2 volumes, Lisboa, Biblioteca de clássicos portugueses, 36 e 37), 1903. António Ferreira de Serpa publicou o texto da crónica atribuída a Frei Bernardo da Cruz de acordo com o manuscrito da Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria 982 como sendo o texto de Amador Rebelo em *Crónica de El-rei Dom Sebastião, único deste nome e dos reis de Portugal o 16º composta pelo Padre Amador Rebelo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do dito Rei Dom Sebastião*, Porto, Civilização, 1925. A parte final desta crónica foi publicada em *Crónica do cardeal rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura escrita por ele mesmo*, com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa, Tipografia da S.P.C.U., 1840.

¹⁵ *Estudos do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1950, pp. 137-196. Tal parecer foi seguido entre outros autores por Francisco de Sales Loureiro em vários dos seus estudos sobre D. Sebastião, nomeadamente em «*Relação da vida d'elrey D. Sebastião do p.e Amador Rebelo*», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, 2 (1978), pp. 481-559.

¹⁶ Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca lusitana*, volume I, Lisboa, 1741, p. 409, onde escreveu que: «António Vaena cuja pátria, e estado de vida ignoramos». Escreveu: *Chronica delRey D. Sebastião 4. M. S.* Dela conservo em meu poder uma cópia, cujo original se guarda na livraria do conde do Vimieiro.

seu autor seria António de Vaena, possibilidade que foi contrariada por Augusto Ferreira do Amaral, que voltou a reforçar a credibilidade da atribuição anterior, indicando nomeadamente que António de Vaena morreu em 1564 e se limitara a escrever uma crónica relativa ao cerco de Mazagão em 1562¹⁷.

O registo da autoria de Frei Bernardo da Cruz foi expresso por Manuel de Sampaio da Silva numa cópia que este fez desta crónica, afigurando-se-nos ser digno de credibilidade, pois não se vê qual o interesse que tal personalidade teria em inventar o nome que evoca, o que teria de fazer caso ele não estivesse explicitado no manuscrito que serviu de base à cópia que fez.

A possibilidade de se poder admitir que a crónica tenha sido escrita originalmente por Frei Bernardo da Cruz é de ponderar, mesmo que a forma como ela chegou até nós tenha sido acrescentada depois da sua morte em 1579. Neste ensejo sugerimos a hipótese de que as intervenções finais na crónica, que foram feitas em 1586, poderão ter sido da mão de António de Castilho, pois este guarda-mor da Torre do Tombo era a personalidade que desde Julho de 1582 estava encarregado oficialmente de preparar as crónicas do reino. Ainda que a sua actividade conhecida até à data em que morreu a 4 de Julho de 1593 seja limitada no domínio da história, tal facto não obsta à sua hipotética participação na revisão e acréscimo do texto da crónica que aqui consideramos.

Barbosa Machado não se apercebeu que António de Vaena tinha escrito uma obra sobre o cerco de Mazagão e por isso só admitiu que era autor de uma crónica de D. Sebastião que está copiada em alguns manuscritos depois do texto sobre o referido cerco¹⁸. Aceitando que se pode considerar seguro que António de Vaena morreu em 1564 e não sendo verosímil estar perante um homónimo, a atribuição que lhe foi feita como autor da referida crónica escrita depois de 1578 não é aceitável, sendo talvez preferível continuar a admitir a hipótese, mesmo com reservas, de que foi escrita inicialmente por Frei Bernardo da Cruz. Na sequência da confusão de atribuições de autorias a trabalhos sobre D. Sebastião Barbosa Machado referiu ainda que António de Gavy de Mendonça teria escrito uma “*Chronica dos Reys D. Sebastião e D. Henrique*, que se não imprimiu”, referência que resulta da consideração de uma das muitas cópias que chegaram até nós da obra cuja primeira redacção foi atribuída a Frei Bernardo da Cruz. O que poderá ter acontecido é que António de Gavy de Mendonça talvez tenha copiado (ou plagiado) essa crónica, como o fez com a obra de António de Vaena sobre Mazagão no livro que publicou sobre o seu cerco, a qual está anexa em alguns manuscritos da crónica de D. Sebastião em consideração.

João Palma Ferreira avançou ainda com a sugestão de que o autor da crónica poderia ser Pêro de Mariz, mas esta hipótese afigura-se-nos frágil, por se basear apenas numa referência acrescentada num manuscrito seiscentista, pouco posterior à morte deste último autor, no qual se regista logo a seguir ao título *Cronica de el rei Dom Sebastião* que: “*entendese que a escreveo o licenciado Pedro de Mariz está copiado da mão do Doutor João Salgado de Araújo Abade de Pêra escreveose Ano MDLXXXVI*”¹⁹, sendo de realçar que foi neste exemplar que Manuel de Faria e Sousa se baseou para escrever textos sobre o reinado de D. Sebastião. A obra mais importante de Pedro de Mariz intitulou-se *Dialogos de varia historia* (...) e foi impressa pela primeira vez em 1594 com as licenças passadas entre 24 de Novembro de 1593 e 18 de Janeiro de 1594, estando a dedicatória datada de 15 de Outubro de 1594. Consideramos oportuno citar do seu f. 235 a seguinte reflexão sobre o fim de D. Sebastião: “Em cuja morte (como um escritor considera) concorreram todas as cousas que a podiam fazer lastimosa e triste: a idade juvenil, a esperança de sua virtude, a violência da morte e a prisão do corpo”, a qual não tem qualquer relação com a crónica cuja autoria se discute.

Finalmente devemos mencionar a circunstância de alguns dos manuscritos em que se copiou o texto desta crónica registarem a menção de que o seu autor seria Afonso Guerreiro e que também Barbosa Machado dá este autor como tendo deixado “manuscrita e imperfeita: *Chronica del-Rey D. Sebastião*”²⁰. Considerando, contudo, que

¹⁷ Augusto Ferreira do AMARAL, «António de Vaena e a crónica del-rei D. Sebastião», in *Armas e troféus: revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, V série, tomo I, n.ºs 1, 2 e 3 (1980), pp. 3-20.

¹⁸ Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca lusitana*, volume I, Lisboa, 1741, p. 409.

¹⁹ Códice que se encontra na Biblioteca Geral da Universidade de Salamanca, ms. 2601 cf. João Palma FERREIRA, «O “biógrafo” de Luís de Camões, Pedro de Mariz, como autor da *Crónica de el rei D. Sebastião*», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, VII, 1973 (1974), pp. 471-484, reeditado pelo mesmo autor em *Obscuros e marginados*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 9-27.

²⁰ Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca lusitana*, volume I, Lisboa, 1741, p. 38.

Afonso Guerreiro morreu em 1581 e que a obra foi concluída em 1586, apenas se poderá sugerir que um dos seus manuscritos talvez ainda tivesse passado pelas suas mãos ou então alguém terá considerado que lhe era atribuível.

Face aos manuscritos com cópias da crónica em consideração é de admitir que aqueles que as fizeram tivessem por matriz três tipos de manuscritos: um deles teria registado o nome de Frei Bernardo da Cruz; outro estava associado à história do cerco de Mazagão de António de Vaena e outro não tinha qualquer nome, tendo sido posteriormente associado ao de outros autores.

A crónica de atribuição controversa a que nos referimos já foi confundida com uma breve biografia de D. Sebastião escrita pelo padre jesuíta Amador Rebelo em 1613, o ano em que foi impressa a crónica de Francisco de Andrade sobre o reinado de D. João III. Estamos a referir-nos à *Relação da vida d'El Rei D. Sebastião o primeiro deste nome, e deçimo sexto dos Reis de Portugal, na qual se trata de Seu nascimento, criação, gouerno, das idas que fez a Africa, da batalha, que deu a Moleimaluco, do fim e socesso della, por o P.e Amador Rebello da Comp.^a de Jesu, companheiro que foi do seu Mestre, e o ensinou tambem a escreuer, e lhe repetia as lições*. Esta obra está datada de Lisboa a 6 de Novembro de 1613 e ficou manuscrita, tendo o seu autor preparado uma versão ligeiramente revista que está datada de 3 de Agosto de 1616²¹, sendo de assinalar que foi precisamente nesta última versão que se acrescentaram ao texto original breves alusões à batalha de Alcácer Quibir, pois no texto inicial mal se lhe refere.

Antes da elaboração desta *Relação* foi publicado em Paris em 1602 por D. João de Castro um volume intitulado *Discurso / da vida do / sempre bem vindo, / et apparecido Rey / Dom Sebastiam nosso se-/ nhor o Encuberto des do / seu nascimento tee o pre-/ sente: feyto & di-/rígido. / por Dom Ioam de Castro / aos tres Estados do Reyno de Portugal: / comuem a saber ao da Nobreza, ao / da Clerezia, & ao do Pouo*²². Trata-se de uma obra em que, apesar do seu teor sebastianista e messiânico, se divulgaram algumas informações relativas ao desastre de Alcácer Quibir.

Para concluir as considerações que aqui formulamos em torno da complexa problemática que envolve o conjunto da cronística sebástica e a batalha de Alcácer Quibir destacamos aquela que é a mais antiga crónica sobre D. Sebastião a ser concluída e a única que permanece inédita. Referimo-nos a um texto datado de 1584 que foi escrito por Miguel Pereira, personalidade de quem nada se sabe, e tem por título *Breve sumário da vida de el-rei Dom Sebastião primeiro do nome em Portugal*²³. Pela sua natureza sintética, além de não ter um carácter abrangente, o autor não lhe quis dar o nome de crónica. A obra destinava-se a ser dada aos prelos mas não teve essa sorte, não se sabendo porquê, acabando por ficar esquecida e manuscrita até à actualidade. Enquanto se aguarda a iniciativa da sua edição decidimos apresentar aqui o extracto relativo à batalha de Alcácer Quibir, com a ortografia actualizada.

A redacção do texto revela acentuadas preocupações estéticas e retóricas na forma como Miguel Pereira transmitiu as informações que tinha sobre um acontecimento que de forma bem expressiva classificou de “tragédia triste”.

²¹ Sobre esta obra e os seus manuscritos cf. o estudo e a edição de Francisco de Sales LOUREIRO, «*Relação da vida d'el Rey D. Sebastião* do Padre Amador Rebelo», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, n.º 2 (1978), pp. 482-559.

²² Desta obra fez-se uma edição fac-similada com introdução de Aníbal Pinto de CASTRO, *Discurso da vida do Rey Dom Sebastiam*, Lisboa, INAPA, 1994.

²³ Desta obra conhecemos dois manuscritos: um deles tem (6) 67 f. e encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, COD 477, tendo sido feito em 1795 de acordo com uma cópia do original que então se encontrava na biblioteca do Duque de Lafões; o outro não tem referência ao nome do autor e encontra-se num códice da Biblioteca da Ajuda com a cota 49-XII-1, ff. 269-311v. afigurando-se ser igualmente uma cópia setecentista.

**A batalha de Alcácer Quibir segundo Miguel Pereira no seu
Breve sumário da vida de el-rei Dom Sebastião primeiro do nome em Portugal
1584**

Capítulo 5 7

Dá el-rei batalha e Molei Maluco; morrem ambos; o xerife também. Fica o campo inimigo vencedor

Esta foi a mais notável e exemplar obediência de leais vassalos para com o seu rei, que se nunca viu nem escreveu, a qual, enquanto o Mundo durar, merece ser celebrada como triunfo de grande vitória, porque, porque se Abraão não duvidou de querer sacrificar um seu filho que tinha, bastava mandar-lho Deus, que lhe podia dar outros muitos e ser figura da mesma redenção; mas certo que os que ofereciam ao culto as vidas de dous e três, sem lhe ficar nenhum nem esperanças de os poder haver; a um mancebo mortal sem experiência, voluntário, e nada afável para os seus, e a sua própria, juntamente pelo comprazer. Parece que a ponderação disto lança o entendimento, e o ata para se não saber exagerar sem alto preço!

Resoluto el-rei em dar batalha, tomou o dia seguinte a passar o esteiro e indo-se o exército pondo em ordem às nove horas da manhã, em que o sol denunciou e deu verdadeiros sinais do que havia de suceder, não dando lugar a que seus formosos e dourados raios se espriassem na forma acostumada, alegrando a terra com seu natural resplendor, porque tudo assim no efeito, como na semelhança do ar, se trocou em ardente fogo.

Os campos se acharam ambos tão perto um do outro, que não houve tempo para os nossos se poderem bem negociar, porque o inimigo deixando alojamento atrás amanheceu no lugar dantes.

Campo largo, espaçoso, com quarenta mil de cavalo, em que entravam dez mil escupeteiros e grande número de pé, de modo que seu exército viria a montar em mais do cento e quarenta mil mouros todos prontos na peleja, movidos de interesse da presa sue tinham por certa.

E pondo os nossos fogo à artilharia o Duque de Aveiro deu Santiago, rompendo pelos inimigos e o xerife e vanguarda juntamente com tal ânimo e braveza que alguns com as mãos postas na artilharia do Maluco começaram pregoar vitória.

Os tambores, pífaros, atabales, anafir, charamelas, alaridos dos mouros trovoada das bombardas somada da arcabuzaria; tropel dos cavalos, poeira e fumo causava tudo tal enleio, que parecia abrirem-se os céus, abrasar-se a terra, e dar fim ao Mundo. Mas como os mouros fossem tantos e estivessem advertidos no que haviam de fazer, estendendo-se à maneira de lua, cingiram ambos os lados do exército del-rei per tal modo, dando fogo a trinta peças de artilharia, que passada a fumaça todos os cristãos se acharam no meio dos inimigos tão cercados e apertados deles que não havia lugar pera poder menear as armas.

Os de cavalo fizeram algumas entradas e voltas em companhia del-rei, a que sempre os mouros davam caminho, tornando-se logo a fechar, mas os dez mil escupeteiros, em ordem mais acordada, uns entrados e outros recolhidos faziam tal estrago neles sem valerem cobertas, nem menos armas de prova, que os mais dos nossos logo aí ficavam mortos ou derribados, sem o perigo a que se ofereciam montar mais que para acabar a vida depressa.

Aí via o pai levado do cavalo arrasto ao único filho, em quem esperava perpetuar ilustre casa, fazendo-o em pedaços, e o filho também ao velho pai, não se podendo ajudar um ao outro mais que com gemidos. Pouco aproveitava ao esforçado irmão, amigo ou parente, querer vingar a morte do que caía a seus pés, pois não via quem o ofendera! O leal criado não dava rezão do amado senhor, nem o podia socorrer, ainda que quisesse, de maneira que sendo os cristão tão poucos em respeito dos mouros, ou para melhor dizer, por ocultos mistérios, secretos juízos, permitiu Nosso Senhor que os inimigos de sua Santa Fé Católica, houvessem vitória contra nós, começando-se os tudescos a retrain, a que se seguiu toda a mais infantaria, excepto romanos, castelhanos e africanos, que fizeram valorosamente por caírem da parte do duque de Aveiro, onde foi a mor força da batalha. Os Aventureiros remeteram com tal determinação que só a eles parece que estava cometida a empresa toda. Mas como a força dos muitos abata pela mor parte o valor dos poucos e o esquadrão não fosse guarnecido, como requeria, facilmente os puseram em desordem e se dividiu em pedaços, pelejando onde se achavam, até perderem as vidas ou ficarem decepados, caídos no chão! Assim que em menos espaço de duas horas o exército del-rei todo foi rendido e desbaratado.

*Capítulo 58**Acha-se a el-rei morto no campo; morre xerife na batalha e o Maluco na sua tenda*

Ficando os mouros senhores do campo e vendo que da parte dos cristão já não havia resistência, começaram a executar suas crueldades e roubos, cativando príncipes, senhores, fidalgos, cavaleiros e finalmente toda a nobreza de Portugal e corte de gente, despindo-os das armas e roupas, sem lhes deixar com que cobrir as carnes e partes vergonhosas, matando àqueles que se viam mal feridos em perigo de morte, e a outros, no repartir das jóias que se achavam aos pescoços, nem valia a uns por se encobrirem desp(ed)ir as roupas ricas e fortes armas, vestindo-se de trajos vis, nem menos aos que delas se quisessem aproveitar, porque tudo acontecia segundo do Céu era ordenado. O tratamento tão igual era ao de real sangue como ao de baixo e esquecido nascimento; que assim uns como os outros se viam com as mãos atadas, caminhando pela solta e ardente areia e fogosas terras, onde desejavam acabar por não sofrerem o cansaço do caminho. O que dantes era leão, aqui perdia seu brio e natureza forte, tornando-se manso cordeiro, obedecendo ao bárbaro pastor, amo cruel, que apressadamente o levava do choupana pobre para o lá segurar com o pesado ferro. Ao fraco não se dava lugar que um pouco descansasse, porque logo duro açoute e a aguda alfanja cortadora o ameaçava, nem menos a grosseira mão tinha pejo de ofender o venerável rosto e alva barba, e finalmente, até a morte parece que fugia de uns, não perdoando a outros.

Em resolução el-rei ao outro dia foi achado morto no campo, atravessado de uma escopeta pelo lado esquerdo, que lhe saía ao direito, com feridas na cabeça, donde foi trazido a Alcácer, entregue a certos fidalgos cativos na batalha, que com grande pranto e sentimento o meteram em um caixão; daí foi trazido a Ceuta, e depois a Portugal, por ordem da católica majestade el-rei Dom Filipe nosso senhor, que por falecimento de el-rei Dom Henrique, seu tio, sucedeu em rei destes reinos e se achou presente às exéquias de ambos os reis, tio e sobrinho, que juntamente se fizeram no mosteiro de Belém, onde estes príncipes têm seu jazigo, como fica dito. E a sua majestade fez Molei Hamet serviço do corpo de el-rei Dom Sebastião, per lho de Castela mandar pedir, tanto que da triste nova foi sabedor e a si lhe deu o duque de Barcelos, Dom Teodósio, cativo na batalha, de idade de onze anos.

Morreu mais nela o xerife Molei Mahamet, cuja cabeça e sinal de vitória, foi trazida pelo campo no ferro e ponta de uma lança; e também acabou o Maluco, de acidente na sua tenda, começando-se os campos a romper, onde já viera sem esperança de vida, por cuja morte logo aí no campo com grande aplauso e quietação foi levantado e obedecido por rei a Molei Hamet, de alcunha Molei Vaca Seo, meio-irmão, pessoa no esforço de menos valor e opinião que o Maluco, mas para se saber conservar cós seus Estados mais prudente e manhoso.

E assim que nesta batalha morreram os três reis autores e movedores dela; caso raro e pró ventura nunca ouvido nem acontecido (...)²⁴.

²⁴ Biblioteca Nacional de Portugal, COD 477, ff. 60-63.

